



Universidade do Estado do Rio De Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Altineia Maria Neves

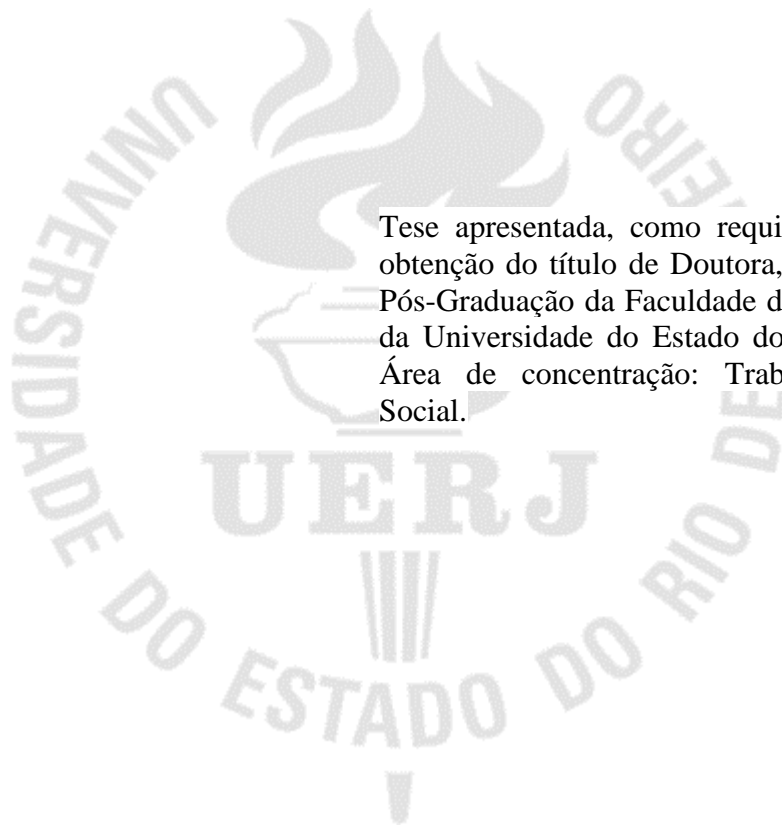
**Trabalho e “questão social” no contexto dos grandes projetos de
desenvolvimento no Brasil**

Rio de Janeiro

2015

Altineia Maria Neves

**Trabalho e “questão social” no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no
Brasil**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof. Dra. Lúcia Maria de Barros Freire.

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

N518 Neves, Altineia Maria.
Trabalho e “questão social” no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil / Altineia Maria Neves. – 2015.
409 f.

Orientadora: Lúcia Maria de Barros Freire.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Trabalho – Teses. 2. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Teses. 3. Projetos de desenvolvimento econômico – Teses. I. Freire, Lúcia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 331

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Altineia Maria Neves

**Trabalho e “questão social” no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no
Brasil**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 31 de julho de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Lúcia Maria de Barros Freire (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dra. Mônica Maria Torres de Alencar

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dr. Ney Luíz Teixeira de Almeida

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco Santos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

A Liesse Neves. Meu pai.

Com imensa saudade.

Amigo. Leal. Generoso.

Homem simples.

Amante da política.

Trabalhador migrante, como tantos da década de 1970.

Dele lembraremos sempre de que

“O importante não faltava:

Seu sorriso e seu olhar”.

A Maria da Penha. Minha mãe.

Uma guerreira,

Exemplo de superação,

Atitude e alegria,

E pequenas gentilezas.

AGRADECIMENTOS

Se o Mestrado foi uma etapa de formação que significou “um ponto de inflexão” em minha trajetória acadêmico-profissional, a do Doutorado posso dizer que foi de superação. Experiência marcada por muitos percalços e interrupções. Também de muita teimosia e crescimento pessoal, intelectual e político. Ah, foi um tempo também de muitas vezes de fazer como Cora Coralina, remover pedras, plantar roseiras e fazer doces, a simplicidade interiorana, onde estão minhas raízes. Ter conseguido concluir essa etapa considero uma grande vitória, motivo de muita comemoração, porque tempo da colheita é tempo de festa¹. E tempo de festa é tempo de agradecer. Durante esse tempo de doutoramento, pude contar com muita gente. Inclusive com pessoas que no caminho foram se juntando e me ajudando a perseguir esse sonho-projeto ante os obstáculos encontrados². Todas de forma significativa foram parceiras e me ajudaram para que pudesse agora celebrar a presente conquista. Assim, trazendo em minha memória afetiva cada uma, gostaria de expressar a todas(os) o meu profundo reconhecimento:

À Maria da Penha, minha mãe, que mesmo sem entender as minhas escolhas acadêmico-profissionais, sempre torceu muito por mim, pela minha felicidade e realização. Sei que a minha essência, o melhor de mim, vem de seus exemplos e ensinamentos.

À Maria Joaquina, minha vó-madrinha, que mesmo atravessando mais de uma década limitada pela alzheimer sempre nos alegrou muito com seu senso de humor surpreendente e criativo, com sua delicadeza sem medida e com sua gratidão espontânea. Que vem nos dando a oportunidade de exercitarmos nosso saber-cuidar, o saber estar disponível para servir, nossa criatividade em buscar saídas frente às dificuldades de lidar com a velhice na família, com uma enfermidade tão complexa. Obrigada por nos inspirar na celebração da vida. Por nos possibilitar a ver a vida de forma serena e leve.

Às minhas irmãs Angelina, Lea, Terezinha e Solange, tão compreensivas, generosas e, não poderia deixar de destacar, solícitas em me ajudar a não deixar descobertos meus plantões nos cuidados especiais com nossa Vó Maria e com nossa mãe em sua travessia em tempos de perdas e abalos na saúde. Amo nossa cumplicidade e amizade.

¹ Yamamoto (2011, p. 13)

² Se, como observa Abreu (2013, p. 7), “as trajetórias profissionais são produtos de esforço próprio e de muitas obras do acaso”, vejo que também são uma construção coletiva, e o doutoramento com parte dessa trajetória, não foi diferente.

Ao meu irmão Paulo Henrique, grande PH!, Por nos proporcionar momentos de festa e de descontrações que nos animam a ir em frente.

Aos meus amados e admiráveis tios, Fatinha e Ilson, tão presentes, tão solícitos! Repito mais uma vez, o que seria de mim aqui na capital carioca sem vocês? E sem o meu querido primo-amigo Leonardo Neves que sempre me assessorou nos assuntos tecnológicos. E a doce Beatriz, sensibilidade que me tocou. Então, minha gratidão por todo apoio em momentos diversos.

Aos meus sobrinhos queridos, Douglas, Rodolfo, Fernanda (que nos presenteou com Rafael, que nos enche de tantas alegrias), Mariane (que nos emociona com a expectativa da chegada da Laura), João Pedro, Carol, Wesley, Ana Clara, Paulo Vitor e Sophia (nossa caçulinha tão cheia de vida e de ginja na dança). E aqui trago todas as demais crianças e também aos adolescentes, que se juntam a essa grande família. Como no dizer de Guimarães Rosa sobre os ensinamentos da vida, “isso me alegra de montão”³ e me inspira e me permite que a vida seja mais leve, prazerosa e cheia de esperanças em dias melhores.

À Lúcia Freire, pela acolhida generosa ao convite de ser minha orientadora e a trilhar esse caminho comigo. Que honra poder contar com uma pesquisadora tão comprometida e encantada pelo que faz! Além de uma orientação sólida, crítica e cheia de leveza, fui brindada com uma linda amizade. Sua longevidade cheia de vida, de alegria e disposição para a luta é irradiante, contagiante e inspiradora.

Aos professores integrantes das Bancas de Qualificação e Defesa, Mônica Alencar, Rodrigo Castelo e Paulo Alentejano, expresse meus agradecimentos pela oportunidade do debate, pelas valiosas considerações e provocações. Ao Ney Luís T. Almeida, pela disponibilidade em aceitar o convite para a Defesa. Em especial, agradeço a Marilda Iamamoto, professora querida, que me deu a honra de tê-la em todas as minhas bancas desde o Mestrado. Suas questões e provocações foram substancialmente importantes para o redirecionamento que dei à minha trajetória enquanto pesquisadora.

À coordenação do PPGSS da FSS da UERJ, as professoras Ana Vasconcelos e Maria Inês Bravo, Silene Freire, Elaine Behring e Alba de Castro, nas gestões de 2011-2012 e 2013-2014, pela competência na condução do programa e por nos proporcionar um ambiente intelectual de qualidade. Em especial por me ajudarem no enfrentamento de tantos desafios, o que me possibilitou não desistir e nem perder meu foco.

³ João Guimarães Rosa no clássico “Grande Sertão: Veredas” (ROSA, 1994).

Às colegas pesquisadoras do Gesta (Grupo de Estudo em Serviço Social, Saúde, Trabalho e Meio Ambiente da FSS/UERJ), Ana Soraya, Jô Portilho, Márcia Botão, Sueli Nascimento e Janice Reallinas, pela convivência e pela troca acadêmica. Que continuemos juntas fortalecendo os projetos que estamos construindo coletivamente, juntamente com Lúcia Freira, nossa querida professora-coordenadora, que vem inspirando tantos profissionais estudantes no desejo investigativo de aprofundar as questões do Trabalho neste início do século XXI. Agradecimento especial ao Sr. Ricardo Vasques por sua atenção, carinho, disponibilidade e, principalmente, o bom humor que tanto nos animou.

À professora Maria Inês Bravo pela acolhida no Projeto de Políticas Públicas em Saúde, quando participei do grupo “Gestão Democrática na Saúde e Serviço Social” no período de 2010 a 2013. Pela oportunidade de poder atuar como pesquisadora na frente de pesquisa “Organização Político-sindical do Assistente Social”. Quero expressar o quanto foi especial conviver com toda a sua equipe nos momentos de estudos, reuniões, debates, comemorações e eventos. A militância junto ao Fórum de Saúde do Rio de Janeiro e na Frente Nacional contra a privatização da Saúde como desdobramento dessa experiência coroou essa passagem. Não poderia deixar de destacar a amizade que brotou na convivência com a “menina” Cris Braga e a ternura pelas também “meninas” Naitê Gomes e Bia Jacuru. Foi especial também a convivência e todo o aprendizado com a doce e firme Juliana Bravo de Menezes.

Às funcionárias da secretaria do PPGSS/UERJ, Mariana, Rosicleia, Conceição, Andressa e, por último, Mônica, pelo atendimento humanizado frente às tensões burocráticas cotidianas. O meu profundo reconhecimento da importância do trabalho de vocês.

Aos colegas de turma do Doutorado, Alessandra Mendes, Jeane Ferraz, Maria Augusta Tavares, Maria Emília Passamani, Suzana Moreira Padrão, Valdir Júnio dos Santos, em especial, Tainá Souza e Maria Cecília Mansur pela amizade e parceria aqui no Rio de Janeiro. À Andreia Vieira Siqueira Serafini Rocha que tão precocemente nos deixou, nossa eterna saudade, especialmente pelas gargalhadas proporcionadas em sala de aula: “qualquer dia, amigo, eu volto a te encontrar...”.

À Diana Rosa, amizade construída principalmente nos tempos de BH que se confirma na atualidade, e Luciano Lomeu, gente finíssima e de um humor contagiante, a satisfação de tê-los como amigos, companheiros de tantos momentos gostosos e também desafiantes. Como foi bom também poder contar com o apoio e a cumplicidade de vocês ao longo dessa jornada!

À Márcia Silva, pelas trocas e parcerias, mas principalmente pelos laços de amizade que vêm se estreitando desde meu retorno à vida acadêmica em 2007.

À Odália Pimenta, Lea Neves e Diana Rosa que se dispuseram a colaborar na pesquisa de campo e a me auxiliar, respectivamente, nas transcrições dos áudios, na articulação de contatos e no levantamento de informações valiosas para a pesquisa.

Não poderia deixar de expressar meus agradecimentos às seguintes pessoas muito queridas, pelo carinho, amizade, torcida: Ana Lucia Figueiredo, JB e Christina Lira.

À Maria da Conceição Gualda, nossa amada Maiirinha, pela inesquecível contribuição na minha formação. Ter chegado até aqui tem muito a sua participação. O enorme carinho e admiração que tenho por você se estendem a todas as demais Irmãs Missionárias Salesianas do Coração de Maria.

Ao Rodrigo Lúcio Rangel, querido amigo, agradeço pelas trocas e por me envolver com seus instigantes projetos no Leste Fluminense. Em especial, por se mostrar sempre tão atento aos acontecimentos e a me nutrir de informações atualizadas para minha pesquisa de campo.

Aos estudantes do Curso de Serviço Social, junto com os das outras graduações como Direito, Administração, Ciências Contábeis e Publicidade, junto os quais tive a honra de ser professora e de me enriquecer com a convivência em salas de aula. Meu muito obrigada pelas reflexões e debates e pela compreensão, principalmente, nesta reta final!

Meus agradecimentos especiais aos que se dispuseram a contribuir, cedendo seu tempo para entrevistas, trocas, articulações de contatos, informações e materiais. Em particular agradeço aos trabalhadores do Comperj, a funcionários e Diretoria da Agência do SINE de Itaboraí; à Diretoria do Sintramon, as assistentes sociais que se disponibilizaram e contribuíram com entrevistas e/ou valiosas informações, e a todas/os os demais que contribuíram na realização deste trabalho.

À FAPERJ pelo auxílio concedido durante os primeiros anos da minha pesquisa.

Por fim, meu agradecimento à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a partir das(os) UERJianas(os) com quem tive a honra de usufruir do conhecimento compartilhado em sala de aula e/ou em momentos do cotidiano político, tanto do PPGSS como da Universidade como um todo, em sua saga por se manter pública, estatal, de qualidade, autônoma e democrática. Aqui deixo um registro que fiz em Fev./2013 no auge das nossas lutas:

Assim vejo a UERJ:
uma universidade cercada de muito verde
com muitas praças, jardins e flores.
Quem a enxerga para além da estrutura pesada de concreto,
Encontra ali um espaço atravessado pelo calor humano.
E, como não dizer, é um espaço privilegiado
onde uma instigante batalha de ideias se trava
Onde as lutas políticas acontecem
Onde há enfrentamentos e resistências.
Ah, é onde o sujeito se forma,
se informa (muitas vezes se deforma)
e também se transforma.
E não precisa de muito esforço para perceber
que se trata de um monumento histórico,
um conjunto arquitetônico que marcou o início da década de 1970
Hoje carrega em suas entranhas
as expressões do sucateamento
pelo descaso a que chegou o poder público
em sua saga pela privatização
do espaço público.
A UERJ é parte da minha história desde 2008.
Lugar que curto, cultivo e amo.
Lugar que se tornou desaFIO
na vida e para a militância de muita gente.
UERJ, eu defendo
como espaço público, estatal, um patrimônio do povo carioca

Seremos compatriotas de todos os que tenham aspiração de JUSTIÇA e aspiração de BELEZA, tenham nascido onde tenham nascido e tenham vivido onde tenham vivido, sem que importem nem um pouco as fronteiras do mapa ou do tempo.

Eduardo Galeano

RESUMO

NEVES, Altineia Maria. *Trabalho e "questão social" no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil*. 2015. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

No contexto brasileiro, há uma relação intrínseca entre o “modelo” de desenvolvimento a partir de grandes projetos, as alterações no perfil da classe trabalhadora da região que sofre a intervenção, principalmente em função do processo migratório da força de trabalho de “grandes obras”, e a reprodução de forma ampliada das expressões da “questão social”, impactando as políticas públicas. Esta é uma evidência histórica que conduziu a presente tese, que tem por *objetivo identificar os rebatimentos dos grandes projetos de desenvolvimento econômico sobre a classe trabalhadora, em especial, os segmentos de trabalhadores de grandes obras, em sua vinculação com a “questão social” que se adensa em regiões afetadas por esse processo sócio-histórico no início do século XXI*. A pesquisa teve um *caráter teórico-empírico e histórico, com dimensões qualitativas*, tomando como campo amostral a Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro que vive sob os efeitos de um grande projeto de desenvolvimento a partir da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Palavras-chave: Trabalho. Questão social. Grandes Projetos de Desenvolvimento. Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

ABSTRACT

NEVES, Altineia Maria. *Work and "social issue" in the context of grand projects of development in Brasil*. 2015. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

In the Brazilian context, there is an intrinsic relationship between the “model” of development based on large projects, the changes in the profile of the working class in the region that suffers the intervention, mainly due to the migratory process of the workforce of “big works”, and the expanded reproduction of expressions of the “social issue”, impacting public policies. This is historical evidence that led to the present thesis, which aims to identify the repercussions of the great economic development projects on the working class, in particular, the segments of workers of large works, in their connection with the "social question" that thickens in regions affected by this socio-historical process at the beginning of the 21st century. The research had a theoretical-empirical and historical character, with qualitative dimensions, taking as a sample field the East Fluminense Region of the State of Rio de Janeiro, which lives under the effects of a large development project from the implementation of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro. January (Comperj).

Keywords: Work. Social Class. “Social Question”. Major Development Projects. East Fluminense of the State of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro Petrochemical Complex (Comperj).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa com os primeiros Municípios na composição do Conleste	23
Quadro 1 - Municípios Fluminenses que integram o CONLESTE.....	226
Figura 2 - Mapa da localização do complexo e municípios da área de influência direta e estendida.....	248
Quadro 2 - Informações sobre as pretensões dos trabalhadores (consulta sobre a pretensão do trabalhador x sexo e ano).....	291

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	BNDES Participações S.A.
BR	Petrobrás
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRT	Bus Rapid Transit ou Transporte Rápido por Ônibus
CBPO	Companhia Brasileira de Projetos e Obras
CDI	Conselho de Desenvolvimento Industrial
CENPES	Centro de Pesquisas da Petrobras
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPAT	Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores
CIBRAN	Companhia Brasileira de Antibióticos
CIRJ	Comissão Municipal da Representação Regional FIRJAN/
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
Comperj	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
Conleste	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense
Copesul	Companhia Petroquímica do Sul
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CPIB	Companhia Progresso Industrial do Brasil
CR Almeida	Engenharia e Construções Cecílio Rego Almeida Ltda
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CSP-CONLUTAS	Central Sindical e Popular
CTC	Consórcio Terraplenagem Comperj
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DEM	Democratas

EIA	Estudos do Impacto Ambiental
Engepetro	Engenharia de Petróleo Ltda Estratégicas
ET	Estatuto da Terra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FABOR	Fábrica de Borracha Sintética
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FPSO	Floating Production Storage and Offloading
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
IMX	Holding de negócios nos setores de esporte e entretenimento
JK	Juscelino Kubitschek
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MP	Ministério Público
MPT	Ministério Público do Trabalho
NUCLEBRÁS	Empresas Nucleares Brasileiras S/A
OAS	Organisation Armée Secrète
OAS	Organisation Armée Secrète
ODMs	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OUERJ	Observatório Urbano do Rio de Janeiro
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Paulipetro	Consórcio Paulista de Petróleo
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S.A..
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP	Parceria Público Privado
PQU	Petroquímica União SA
PROMINP	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
PRONAPE	Programa Nacional de Apoio ao Ensino e à Pesquisa em Áreas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partidos dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
Samarco S/A	Empresa Brasileira de Mineração
SGM	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
SINDIPETRO-RJ	Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro
Sinduscon	Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção
SINE/TEM	Sistema Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego
Sintramon	Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção de Itaboraí
Sinticom	Sindicato dos Trabalhadores do Plano da Construção Civil e Mobiliário de São Gonçalo, Itaboraí e Região
SMH	Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELEBRAS	Telecomunicações Brasileiras S.A.
Tenenge	Técnica Nacional de Engenharia
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UPB	Unidade de Petroquímica Básica
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 TRABALHO, CLASSES SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL.....	46
1.1 Trabalho, sociabilidade do capital e as desigualdades fundamentais entre as classes.....	47
1.1.1 <u>Trabalho e classes sociais no processo capitalista de produção.....</u>	51
1.1.2 <u>Trabalho “livre” e a ocultação da exploração.....</u>	65
1.2 Trabalho, Estado, capitalismo e crises.....	72
1.2.1. <u>Capitalismo, crises e inflexões sobre o trabalho no Brasil.....</u>	72
1.2.2. <u>Pensamento social brasileiro, Estado e as interpretações do capitalismo.....</u>	88
1.3 Trabalho e “questão social”: processos inseparáveis da sociabilidade do capital.....	100
1.3.1 <u>“Questão social” como uma questão da classe trabalhadora.....</u>	103
1.3.2 <u>“Nova questão social”, pós-modernidade e exclusão social no debate contemporâneo.....</u>	110
2 ESTADO, GRANDES PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PESADA NO BRASIL.....	121
2.1 Desenvolvimento capitalista e o chamado (neo) desenvolvimentismo.....	122
2.1.1 <u>Abordagens sobre desenvolvimento e desenvolvimentismo.....</u>	125
2.1.2 <u>Retomada da ideologia nacional-desenvolvimentista no Brasil.....</u>	134
2.2 Concentração e centralização do capital na era dos “grandes projetos”.....	141
2.2.1 <u>A indústria de construção pesada, grandes empreendimentos, empreiteiras e a atuação do Estado.....</u>	145
2.3 A estatal Petrobrás e alianças com as grandes empreiteiras do Brasil.....	160
2.3.1 <u>Petrobrás e a situação das centrais petroquímicas brasileiras.....</u>	163
2.3.2 <u>Petrobrás sob o comando das empreiteiras.....</u>	170

3	TRABALHO E MARCOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	174
3.1	Trabalho e indústria no Estado Fluminense	177
3.1.1	<u>A agroindústria fluminense e a transição do trabalho escravo ao assalariamento</u> ...	177
3.1.2	<u>Expansão urbano-industrial e as novas relações de trabalho</u>	183
3.1.3	<u>A expansão da rede ferroviária na dinâmica capitalista fluminense</u>	193
3.1.4	<u>Importância do setor de petróleo para a economia do Rio de Janeiro</u>	199
3.2	A “questão social” no contexto dos grandes projetos	204
3.2.1	<u>A força dos grandes projetos na transformação de regiões brasileiras</u>	205
3.2.2	<u>Efeitos dos grandes projetos sobre a classe trabalhadora no estado do RJ</u>	211
3.3	Formações sociais particulares sob o modo capitalista de produção: Leste Fluminense e o protagonismo de Itaboraí	221
3.3.1	<u>Leste Fluminense e a importância de Itaboraí para a economia do Estado</u>	224
3.3.2	<u>Itaboraí: dos canaviais à atualidade da chegada do Comperj</u>	235
3.4	Projeto Comperj: do anúncio e apogeu à crise político-institucional	243
4	GRANDES PROJETOS E A SUBSUNÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: O ADENSAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO LESTE FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO	258
4.1	Força de trabalho de grandes obras, suas características e embates intraclasses	264
4.1.1	<u>Peões de trecho</u>	269
4.1.2	<u>Dialética entre migrações e grandes obras</u>	281
4.1.3	<u>Critérios para contratação, disputas por vagas de emprego e cultura política local</u>	288
4.2	Subsuncão do trabalho ao capital no contexto dos grandes projetos	302
4.2.1	<u>A fragmentação das empreiteiras e a subordinação do trabalho</u>	304
4.2.2	<u>Transformações às avessas: uma <i>população para o capital</i></u>	317
4.3	Dos embates intraclasses à luta de classes: “pedaços de tensão, de suor, de descaso e de corações partidos”	327
4.2.3	<u>Fúria operária, rebeliões, resistências: a manifestação plena da “questão social”</u> ...	330

4.3.2	<u>Superpopulação relativa e o potencial de mobilização dos trabalhadores, organização sindical e consciência de classe</u>	339
4.3.3	<u>Término das obras, programa de retorno e destino dos trabalhadores</u>	352
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	362
	REFERÊNCIAS	376
	APÊNDICE A - CARTA AOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	395
	APÊNDICE B - FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA ...	397
	APÊNDICE C - ROTEIRO COM “QUESTÕES DIRIGIDAS OU PADRONIZADA” E “QUESTÕES CENTRADAS”	398
	APÊNDICE D - EMPREITEIRAS CONTRATADAS NA FASE DE OBRAS DO COMPERJ	402

INTRODUÇÃO

A utopia está lá no horizonte.
 Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
 Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
 Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
 Para que serve a utopia?
 Serve para isso:
 Para que eu não deixe de caminhar.
*Eduardo Galeano*⁴

Na maioria dos países do mundo, a classe trabalhadora vive sob os efeitos dos grandes projetos econômicos, que se tornam pesadas cargas, principalmente para a população dos lugares onde estes estão sendo instalados. No Brasil, em especial no Estado do Rio de Janeiro, no início deste século XXI, vem sendo adotado um modelo de desenvolvimento calcado nos grandes empreendimentos. Isso vem tomando proporções cada vez maiores, o que implica beneficiar o grande capital nacional e transnacional em detrimento do trabalho e dos trabalhadores: tanto dos que migram para regiões com grandes obras em busca da venda da sua força de trabalho, quanto os segmentos de trabalhadores que são das regiões onde ocorrem esses projetos.

Nas particularidades do contexto histórico brasileiro, esse privilegiamento aos grandes projetos econômicos está diretamente relacionado aos resultados da presença do grande capital no país e ao desenvolvimento capitalista que tem por base uma relação de “dependência” que se constitui um produto do desenvolvimento “desigual e combinado”⁵.

Tais empreendimentos vêm contando com o fundo público, via BNDES, em proporções cada vez maiores. Esse processo ganha maior visibilidade a partir do Governo de Lula da Silva que, na busca pelo crescimento econômico do país, um dos principais temas de sua campanha presidencial em 2006, introduziu como compromisso central em seu segundo mandato o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este programa era voltado para a

⁴ Em abril de 2015 ficamos um pouco mais órfãos. A humanidade perdeu uma grande referência de utopias. Mas sua memória será para sempre abraçada por nossas veias latino-americanas. Galeano, presente!

⁵ De acordo com Iamamoto (2008), a noção de desenvolvimento desigual é utilizada em sua acepção clássica por Marx que discorre sobre a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista.

elevação da colocação do país no *ranking* internacional de crescimento econômico, haja vista que, em relação ao PIB, entre 2001 e 2006 o Brasil havia apresentado uma taxa média de crescimento de 2,9% ao ano, ante um desempenho de 4,0% ao ano na média mundial. Neste mesmo período, Rússia, Índia e China apresentavam taxas médias de crescimento de respectivamente 6,2%, 7,0% e 9,8% ao ano. O objetivo central do plano era, então, o de elevar a taxa de crescimento de longo prazo do PIB brasileiro para cerca de 5% ao ano, ao contrário dos 2,5% dos últimos anos, e sem aceleração inflacionária e nem endividamento do setor público⁶.

Esse objetivo constituiu um passo para intensificar ainda mais uma histórica relação do governo brasileiro com as grandes empreiteiras do país que já vinha ocorrendo desde o período da ditadura civil-militar. Naquela época, segundo Ianni (1981, p. 8), “o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariada, na indústria e na agricultura.” Período aquele em que o desenvolvimento capitalista no Brasil ingressou numa fase especial, pois cresceram a concentração e a centralização do capital. Os grupos de construtoras nacionais, que historicamente no Brasil têm no Estado seu principal cliente, nos últimos sessenta anos, por meio da relação estabelecida com uma estatal, em especial, a Petrobras, vêm atuando nos grandes projetos econômicos que afetam o país. Nesse processo, a parceria entre dois setores da indústria brasileira, a petroquímica e o conjunto de empresas que movimentam este setor se unem com a construção pesada, esta última, representando a burguesia brasileira, tendo esse conjunto grande vulto no processo de acumulação do capital em nosso país.

A atuação estatal e as políticas públicas vêm privilegiando o grande capital deste setor através de mecanismos de edital e licitação, encomenda e manutenção dos grandes projetos de obras e abertura de novas fronteiras de expansão do capital. Contexto esse que expõe de forma exponencial a relação entre capital e trabalho, expressão que funda nosso entendimento de “questão social”, como uma questão de classe, especificamente, da classe trabalhadora⁷. Por trás dos grandes projetos, um contingente amplo e complexo de diversos segmentos de trabalhadores está implicado, mas, principalmente, os operários de grandes obras. Sabemos

⁶ Dados extraídos do artigo *O PAC e o crescimento da economia brasileira*, de M. A. Bedê. Disponível em: ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/33_52.pdf. Acesso em 09/2015.

⁷ Nossa compreensão acerca da “questão social” é a de que se trata de “um fenômeno específico da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam, expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes”, conforme análise empreendida por Iamamoto (2008, p. 162).

que, historicamente, na formação social de muitas cidades brasileiras, as necessidades do desenvolvimento capitalista têm exigido um contingente significativo de trabalhadores para sua expansão e reprodução, o que tende a (re)produzir, ampliando e realimentando as expressões da “questão social”.

A pesquisa empreendida até aqui, tem revelado que incalculáveis impactos dos grandes projetos vêm atingindo a população, desencadeando concorrência entre trabalhadores, lutas de classes, reações e resistências. Destarte, é buscando compreender e analisar essas particularidades no contexto dos grandes projetos que consideramos a importância desse estudo.

Esta breve contextualização histórica que acabamos de apresentar, nos conduz, portanto, para um entendimento maior da conjuntura que nos cerca neste início do século XXI e que nos permite delimitar o *objeto de estudo* da presente pesquisa nos seguintes termos: *os rebatimentos dos grandes projetos de desenvolvimento econômico sobre a classe trabalhadora, em especial, os segmentos de trabalhadores de grandes obras e de regiões afetadas por grandes empreendimentos, e o acirramento da “questão social” decorrente desses processos sócio-históricos da Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro no início do século XXI.*

Este propósito investigativo, portanto, nos conduz ao entendimento acerca da subsunção e das lutas da classe trabalhadora, em seu segmento constituído da superpopulação relativa estagnada, enquanto expressão histórica da “questão social”, vinculadas ao contexto dos grandes projetos de desenvolvimento econômico no capitalismo contemporâneo. Colocamos como cerne deste estudo, portanto, a dinâmica da classe trabalhadora, com suas lutas, confrontos e metamorfoses, atravessada pelo processo do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Sobre esse recorte investigativo, é necessário esclarecer ainda alguns aspectos: que a escolha deste objeto é fruto de algumas preocupações, dentre elas, a preocupação política, uma vez que o tema em questão dá centralidade ao trabalho e à classe trabalhadora, expondo um contexto ainda pouco explorado academicamente na realidade que é a das grandes obras. Uma preocupação que se torna um desejo de contribuir, sob o ponto de vista do trabalho, para a luta dos sujeitos implicados nesse universo de produção e reprodução das relações sociais na sociabilidade do capital. Ao mesmo tempo, trata-se de um objeto construído gradativamente, que sofreu várias modificações para chegar à forma ora apresentada. Portanto, é fruto também dos estudos, de cada nova leitura, da contribuição da banca examinadora do projeto de tese

apresentado por ocasião da sua Qualificação, e das trajetórias desta autora, conforme situada mais adiante.

Tendo em vista que o objeto é real e constitui uma totalidade histórico-social, uma formação econômico-social determinada, conforme entendimento de Lênin (1995)⁸, por se tratar de uma pesquisa que possui um caráter teórico-empírico, o espaço amostral para sua realização é a Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma totalidade histórico-social concreta que vem sofrendo os maiores impactos decorrentes da dinâmica de implantação de um grande projeto de desenvolvimento em um de seus municípios – o Município de Itaboraí –, a partir da chegada do Completo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que vem dinamizando um amplo processo migratório de segmentos de trabalhadores de grande obra para a região.

O Mapa apresentado na Figura 1, a seguir, evidencia Itaboraí como Município Sede do Comperj e os Municípios que se inserem no conjunto de onze municípios que compõem a área de abrangência deste empreendimento petroquímico⁹. Tais municípios, que se encontram a Leste da Baía da Guanabara, se juntaram e criaram o Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (Conleste), tendo por objetivo definir estratégias e atuação conjuntas diante dos possíveis impactos sociais decorrentes da implantação do megaprojeto de investimento do complexo.

⁸ Esse autor teve como foco de análise a Rússia no estágio posterior a 1861.

⁹ Conforme tratado no capítulo IV e apresentado na Figura 2, houve uma alteração dos Municípios nessa composição do Leste Fluminense. A partir da perspectiva dos municípios que integram o que recentemente passou a se afirmar como Conleste, agrega hoje 15 municípios que integram distintas regiões político-administrativas do Estado do Rio de Janeiro e que estão sob áreas de impacto do Comperj. São seis da região chamada de Leste Metropolitano do Estado (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Maricá e Tanguá); mais cinco da Região das Baixadas Litorâneas, que, por sua vez, agrupa a Microrregião da Bacia de São João e a Região dos Lagos (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Araruama, Saquarema); dois da Baixada Fluminense (Guapimirim e Magé); e, por fim, dois da Região Serrana Fluminense (Nova Friburgo e Teresópolis).

Figura 1 - Mapa com os primeiros Municípios na composição do Conleste



Fonte: Plano Diretor de Regionalização da Saúde CONLESTE;COMPERJ – Set.2008.

Ao mesmo tempo em que o Comperj caracteriza-se como um dos grandes projetos de desenvolvimento do Brasil, como um dos investimentos mais importantes do País, com pretensões de gerar grande crescimento para toda a região de sua influência, encontra-se também nele o acirramento da “questão social” nas municipalidades diretamente afetadas, ocorrendo o fenômeno que Freire (2015, p. 21) caracteriza como um “desenvolvimento às avessas”, em que “os processos produtivos para o capital, mas destrutivos para o ambiente e trabalhadores, evidenciam a pouca atenção dada às necessidades e direitos humanos, comparados à sofisticação das tecnologias de interesse do capital”. Pois, na busca por capturar as relações sociais presentes nessa dinâmica do capitalismo contemporâneo, compreende-se que os grandes projetos condensam uma forma privilegiada para fazer avançar esse processo de acumulação de capital.

Por conseguinte, percebe-se ser este um importante campo de realização da investigação realizada com o objetivo de dar centralidade aos sujeitos sociais na cena sócio-histórica contemporânea dos municípios do Leste Fluminense. Esta região, que vem se constituindo cenário de lutas travadas pelos trabalhadores, diante da “problemática” dos grandes projetos de desenvolvimento e seus efeitos destrutivos, também carece de estudos teórico-críticos. Por isso nossa preocupação investigativa com sua dinâmica sócio-histórica, cuja centralidade recai para o trabalho. Desse modo, queremos dar atenção, em especial, aos efeitos de todo esse processo, sobre o lugar e sobre a classe trabalhadora. Portanto, são dois

aspectos importantes que compõem nosso objeto de estudo, para compreender os impactos que afetam: de um lado, os segmentos de trabalhadores e suas respectivas famílias, nas localidades onde tais projetos se instalam; de outro lado, os segmentos de trabalhadores de grande obra, os trabalhadores contratados pelas empreiteiras, que são os terceirizados da Petrobrás.

Com essas preocupações, nossa pesquisa busca responder a seguinte questão investigativa central: *como a classe trabalhadora está se constituindo, sofrendo e reagindo às investidas do capital sobre o trabalho e sobre as regiões sob os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento?*

A partir das particularidades do campo amostral do nosso estudo, a região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro no contexto de implantação de um grande projeto de desenvolvimento, ou seja, do Comperj, algumas indagações mais específicas se complementam à pergunta investigativa central: quais as possíveis consequências para a classe trabalhadora ao fim de um ciclo que demanda mais trabalho vivo em função de uma grande obra nas regiões sob os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento econômico? Como ficarão esses trabalhadores e, conseqüentemente, a região, após essa fase que vem absorvendo uma grande massa de trabalhadores de grande obra, tais como construção civil, montagem, manutenção, mobiliário etc, que chegam no bojo de um amplo processo migratório a partir das empreiteiras que lá atuam?¹⁰. Desdobrando mais ainda: se os pequenos municípios, os que vêm absorvendo em maior quantidade esses trabalhadores e respectivas famílias, e, na condição atual, têm grandes índices de pobreza/desigualdades e, ainda, não têm uma rede de proteção social constituída que dê conta das expressões da *questão social* que ali se apresentam, como ficarão após o encerramento da grande obra? Responder a *essas* e a outras questões, no contexto deste gigante empreendimento que tem o potencial de transformar o perfil da região, representa um dos desafios postos nesta pesquisa, cuja trajetória até a delimitação do seu objeto, nesta introdução, passamos a apresentar.

A pretensão almejada no presente trabalho recai para o desafio de aprofundar o seguinte fator implicado na formulação da hipótese diretriz desta tese. Ele consiste em confirmar a evidência histórica que vem nos orientando nesta pesquisa, ou seja: no contexto

¹⁰ São empreiteiras que atuam nas regiões Sudeste e Nordeste e vêm promovendo um verdadeiro processo migratório de trabalhadores da grande obra para a região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro onde o Comperj está sendo construído. Durante a pesquisa de campo, pudemos acompanhar, por exemplo, a CTC (Consórcio Terraplenagem Comperj), responsável pela execução do Projeto de Terraplenagem, Drenagem e Anel Viário do Comperj.

brasileiro, há uma relação intrínseca entre o “modelo” de desenvolvimento a partir de grandes projetos, as alterações no perfil da classe trabalhadora da região que sofre a intervenção, principalmente em função do processo migratório da força de trabalho de “grande obra”, e a reprodução de forma ampliada da “questão social”.

Em seguida, apresentamos, como consequência desta evidência geral histórica, a formulação da hipótese diretriz desta tese: a dinamização migratória e contratual da classe trabalhadora pelas empreiteiras, na fase de implantação de um grande projeto de desenvolvimento, ocasiona, inicialmente, um confronto intraclasse, devido à concorrência entre trabalhadores de grandes obras e trabalhadores da região de destino da obra, esse confronto se repõe em outro momento, ultrapassando as diferenças, a partir da necessidade de organização e presença nos embates pelos direitos negados, possibilitando o desabrochar da consciência enquanto classe social.

No primeiro momento, esse processo ocorre em face da penúria como superpopulação relativa estagnada que busca vender a sua força de trabalho. Evidencia uma forma de trabalho equivalente à de “escravo livre”, que compreende a subsunção real extrema do trabalho ao capital, diante do adensamento da “questão social” em regiões afetadas por esses grandes empreendimentos. Já no segundo, diante do limite extremo da desigualdade e da subsunção, emana o germe da rebeldia da classe trabalhadora que a impulsiona à resistência e à luta de classes.

Acrescenta-se à hipótese diretriz que, após a conclusão da fase de implantação de um grande projeto, uma das formas privilegiadas do capitalismo contemporâneo para promover a acumulação de capital apresenta-se juntamente com o desemprego em massa, envolvendo trabalhadores de grande obra, lançando sobre a região de sua abrangência a (re)produção ampliada das expressões da “questão social”. Esta (re)produção ampliada impacta nas políticas sociais e repercute nos vários campos de trabalho profissional das diversas categoriais profissionais que atuam nessas municipalidades.

Em relação à evidência histórica que precede a hipótese, os estudos realizados ao longo desta pesquisa confirmaram que, no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, evidencia-se essa intrínseca relação entre os grandes projetos, a luta de classes e o acirramento da “questão social”. O resgate sócio-histórico do que predominantemente vem ocorrendo com a classe trabalhadora em regiões impactadas por grandes projetos, com base em diversos autores, principalmente os da literatura crítica, contribuiu para nos confirmar essa evidência.

Quanto à hipótese, a partir da investigação empírica num cenário cujas evidências nos apontaram que, assim como houve um processo migratório de trabalhadores da agroindústria açucareira no início do século XX, que contribuiu para a formação social da região de Itaboraí, ocorre neste início de século XXI um novo processo migratório de trabalhadores. Desta vez, são trabalhadores de grandes obras atraídos pelo Comperj, um grande projeto que está promovendo uma nova configuração da formação social e econômica nesta região. No contexto deste campo amostral, se percebe que a vivência do trabalho foi determinante na constituição da região desde sua origem. Isto é verificado em relação à sua constituição enquanto território, uma vez que ciclos de migração marcaram a formação populacional, principalmente na grande área que cerca o Município de Itaboraí.

Os rebatimentos têm ganhado uma dimensão tão ampla que nos levaram à suposição inicial, confirmada ao final desta pesquisa, que, na origem do processo migratório dos diferentes segmentos de trabalhadores, em especial, dos trabalhadores de grandes obras, sob a efervescência de um grande projeto de desenvolvimento, revelava-se ao mesmo tempo a dupla determinação do projeto do capital mundializado, forma do capital portador de juros, em sua fase contemporânea deste início do século XXI. A primeira determinação consiste na caracterização do Comperj que foi anunciado como um dos projetos de desenvolvimento do Brasil, sendo um dos investimentos mais importantes, com pretensões de gerar grande desenvolvimento para toda a região de sua influência. A segunda corresponde a de que se encontra também na origem desse processo a raiz da (re)produção ampliada da *questão social* nas municipalidades dessa região, tornando-se central alguns rebatimentos, enfrentamentos e alterações na formação e composição da classe trabalhadora nessas localidades. O que nos faz reforçar a análise de Freire (2015) sobre o desenvolvimento às avessas.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa que tem por objetivo geral *identificar os rebatimentos dos grandes projetos de desenvolvimento econômico sobre a classe trabalhadora, em especial, os segmentos de trabalhadores de grandes obras e de regiões afetadas por grandes empreendimentos, e o acirramento da “questão social” decorrente desses processos sócio-históricos da Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro no início do século XXI.*

A partir dessas dimensões gerais da tese, julgamos necessário perseguir os seguintes objetivos específicos: 1) explicitar as bases teórico-metodológicas e históricas das categorias de análise: trabalho, classes sociais e “questão social”; 2) resgatar as particularidades sócio-históricas da formação da sociabilidade capitalista e a expansão do capitalismo

contemporâneo, das grandes empreiteiras brasileiras, com ênfase na formação econômico-social brasileira e sua incidência sobre o trabalho; 3) explicitar as alterações sócio históricas que estão ocorrendo na região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, desde a chegada da indústria petroquímica no início do século XXI, com ênfase no Município de Itaboraí; 4) refletir como a classe trabalhadora, nos segmentos de grandes obras está se conformando e como está sofrendo alterações em regiões sob os efeitos de grandes empreendimentos a partir do espaço amostral determinado pelo espaço do projeto Comperj.

Construção da pesquisa e a sua contribuição para o Serviço Social

Se toda obra possui sua própria história (ABREU, 2013), a construção dessa pesquisa possui sua trajetória própria e se constitui produto não só de um momento da sociedade brasileira, mas também da produção intelectual acerca do trabalho, da luta de classes e da “questão social” no Brasil neste raiar do século XXI. E, ainda, de um momento específico da trajetória da autora, conforme passamos a apresentar, pois, como diria o poeta Pessoa (1994, p. 148), “[...] *nada teu exagera ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes [...]*”.

Então, a partir de uma breve incursão no itinerário de construção desta pesquisa, lembramos que, inicialmente, o objeto era outro, com centralidade recaindo para a profissão de Serviço Social. A partir da contribuição da banca examinadora no momento da qualificação do projeto de tese, conforme mencionado anteriormente, nos foi possível um repensar acerca do objeto que, naquele momento, seria impraticável, dada a sua abrangência. Foi acolhendo as sugestões dessa Banca que o estudo, tal como o havíamos imaginado na ocasião, começou a amadurecer e a mudar de direção.

Naquele momento, a pesquisa que tinha dimensão exploratória, tomou Tanguá, um dos Municípios do Leste Fluminense, como espaço amostral daquela fase investigativa, ocorrida por razões que conjugavam razão e emoção¹¹. A questão do pertencimento à região de

¹¹ Entre os objetivos racionais, apresentavam-se: características específicas de um pequeno município; a possibilidade de um estudo que capturasse, do local, questões universais para pensar a profissão; a motivação pessoal pela recente experiência profissional nessa localidade. Entre as razões subjetivas destaco, em primeiro lugar, ser o Município de Tanguá o local onde passei parte da minha infância e toda a adolescência, cuja chegada da família fez parte de um ciclo migratório de trabalhadores vindos do Norte Fluminense do Estado no início da década de 1970. Após alguns anos de afastamento, retornei à pequena cidade, inicialmente na condição de assistente social no atendimento direto à população e, posteriormente, como pesquisadora discente que mantinha a ligação visceral com a cidade. Na atualidade experimentei, com o doutorado, uma terceira etapa de um processo de pesquisa iniciado em 2004, por ocasião do Diagnóstico Social do município de Tanguá (NEVES e

abrangência do Comperj, com todas as questões que disso decorrem, vieram depois, no planejamento da pesquisa de campo.

Dito isso, é importante esclarecer que, na etapa da pesquisa que se realizou com esta tese, o Serviço Social não foi mais tomado como objeto de estudo, mas se manteve como referência impulsionadora e determinante na sua realização, conforme enfatizado anteriormente, em função de nossa pretensão em contribuir no conhecimento sistematizado, teórico e histórico, sobre a população usuária do Serviço Social da região em questão. Assim, a profissão foi apenas nosso horizonte, sem ser tratada diretamente neste estudo.

No entanto, mesmo não mais investigando a profissão, alguns achados da pesquisa do Mestrado se mostraram fundamentais para dar conta desta nova etapa. Dentre as conclusões do estudo anterior, uma foi fundamental para impulsionar sua continuidade e a elaboração da proposta que gerou esta pesquisa. Referimo-nos ao campo empírico, pois foi no contato com a realidade do Município de Tanguá/RJ e de seu entorno, que se iniciou o processo de observação sobre a chegada dos chamados “estranhos” à cidade e os reveses sofridos pela classe trabalhadora em suas metamorfoses, especialmente no contexto dos impactos do Comperj¹². Eles se revelaram nos dados relatados pelos assistentes sociais, atuantes neste contexto de pequeno município, impactado por um projeto do grande capital sobre o cotidiano da população e a forma como buscavam os serviços públicos na área social (saúde, habitação, assistência social, educação e qualificação profissional)¹³. A proximidade com as questões locais nos instigou a continuar a pesquisa, não mais em Tanguá especificamente, mas em

SOBRAL, 2005), que já apontava à época um contingente de trabalhadores e respectivas famílias sem estudo e sem qualificação específica para o trabalho; segundo a pesquisa de campo do Mestrado (NEVES, 2010). Portanto, a realização dessa investigação significou meu retorno a um dos espaços de inserção profissional, onde me defrontei com diversas contradições que permeavam o exercício da profissão e também com muitas experiências impulsionadoras da afirmação dos princípios referenciados no projeto ético-político profissional (PEPP) do Serviço Social.

¹² “Estranho” é uma categoria cunhada por MARTINS (1988; 1993) para analisar características e processos particulares da sociedade que envolvem situações de desencontros, estranhezas e resistências. Assim, o estudo do estranho é proposto não apenas para analisar a história dos dominados, mas é também o invasor de terras e tribos, aquele que expulsa os camponeses, quebra linhagens de família, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores e regras. Enfim, como analisa Schindler (1994, p. 150), “trata-se assim de uma sociedade permeada de estranhos: capital, empresários, gerentes, capatazes, jagunços, policiais, militares”.

¹³ As áreas de atuação profissional dos assistentes sociais no Município de Tanguá, conforme dados coletados durante as entrevistas, são as políticas públicas descentralizadas de saúde, habitação, educação (incluindo a qualificação profissional com grande expansão local), com prevalência da política de assistência social. Estas políticas são absorvidas tanto pelo setor público quanto privado, desdobrando-se em vários programas e projetos, tendo sido totalizados quinze espaços sócio-ocupacionais para três tipos de empregadores e dezesseis assistentes sociais, de acordo com a pesquisa de campo que foi realizada à época (NEVES, 2010).

torno da região impactada¹⁴. Isto, sem perder de vista a compreensão de que todos os municípios do entorno fazem parte de uma totalidade concreta e que poderiam ser analisados conjuntamente, sem a obrigação de particularizar meticulosamente cada um.

Por conseguinte, o presente estudo pressupôs um conhecimento prévio e parcial dos dados da pesquisa, já que tanto o recorte do objeto de estudo quanto o campo empírico já eram conhecidos e apontaram antecipadamente alguns caminhos investigativos que, nesta nova etapa, precisariam receber tratamentos específicos. Desse modo, o objeto ora apresentado para investigação não foi gerado abstratamente, mas teve uma relação direta e efetiva com o real. Quer seja pela relação com o universo da profissão de Serviço Social, área a qual pertencemos, quer pela relação existente entre esta profissão, seus agentes profissionais e a realidade. Nosso interesse pelo presente estudo desenvolveu-se, portanto, ao longo do período de pesquisa de campo em vista da dissertação de Mestrado; um de seus produtos foi a elaboração de um projeto de tese apresentado e aprovado pela Banca de Seleção para o Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ no final de 2009. Logo, a influência para o desenvolvimento de nossas indagações provém deste processo e envolvem tanto os esforços teóricos como também a relação subjetiva com o objeto.

Portanto, seu itinerário tem por força motriz o Serviço Social, somado a outras experiências que também contribuíram para o amadurecimento da categoria “trabalho”, tomada como central em nossas investigações. Esse despertar se deu como estagiária de Serviço Social no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro (Sinttel-Rio), no período de 1995 a início de 1999 (com interrupção no ano de 1996), iniciando a tomada de consciência sobre as questões do chamado mundo do trabalho. Neste sindicato passamos pelos Departamentos de Pequenas e Médias Empresas, primeiramente, e, depois, no de Formação Sindical, onde o assistente social atuava como assessor na formação

¹⁴ Por ocasião da Defesa do Mestrado, a Banca apontou que meu objeto pedia continuidade, principalmente pelo caráter exploratório que pressupõe etapa posterior. A Banca de Seleção para o Doutorado também questionou a ampliação para outros municípios, considerando de grande proporção a proposta apresentada, sugerindo reduzir o campo amostral da pesquisa. Inclusive, abriu a possibilidade de escolher apenas um Município. Recebi observações favoráveis a Itaboraí, já que é a sede do empreendimento citado, como também ênfases sobre a importância estratégica do município de Cachoeiras de Macacu junto com a ideia de manter a pesquisa apenas em Tanguá. Foram muitas dúvidas até chegar à conclusão de que deveria continuar a tomar o município de Tanguá como espaço amostral desta pesquisa, porém não isolado, mas inserido numa totalidade maior a ser investigada, ou seja, o Leste Fluminense, com ênfase porém apenas para Itaboraí em função de ser a sede do polo petroquímico em construção. Também foi totalmente descartada a ideia de trabalhar com cada um dos 11 municípios que compõem o Conleste à época, pois atualmente são 15), conforme proposta apresentada no Projeto de seleção para o Doutorado. Tal proposta seria inviável no tempo e condições de doutoramento, por não dispor de apoio financeiro específico para despesas com a pesquisa de campo, a captação e organização dos dados.

dos trabalhadores. Ao concluir a graduação em 1998, permanecemos neste sindicato por mais um período, porém numa relação profissional, assumindo a coordenação do Projeto Reconversão Profissional SINE/FAT, que se vinculava ao Instituto de Telecomunicações do Rio de Janeiro (INTEL/RJ). Experiência esta que nos possibilitou ministrar o tema “as transformações no mundo do trabalho” em aulas junto aos trabalhadores deste setor. Toda essa experiência foi fundamental em nossa formação profissional e política.

Outra experiência que contribuiu para uma aproximação maior com o universo do trabalho e do trabalhador foi como bolsista da Iniciação Científica (IC) em um projeto vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Violência e Exclusão Social (NEVES) da FSS/UFF, atuando no contexto que tomava como objeto de estudo o “Imaginário Social e violência contra idosos”¹⁵. A conjugação dessa experiência com a do Departamento de Aposentados do Sinttel-Rio, culminou com o Relatório de Pesquisa integrado ao TCC sob o título “Trabalho-Aposentadoria-Velhice: desafios para o movimento sindical e o conjunto da sociedade” (NEVES, 1998)¹⁶.

No período de 2010 a 2013, outra experiência também se somou ao que estamos ilustrando até aqui sobre como processualmente o objeto desta tese foi sendo gestado. Trata-se da inserção no Projeto Saúde, Serviço Social e Movimentos Sociais, vinculado à FSS/UERJ. Esta experiência nos levou a integrar a equipe de colaboradores que atuou na frente de pesquisa “Movimento Sindical: a atuação política dos assistentes sociais”, que teve por objetivo principal a análise sobre a participação política dos assistentes sociais nas organizações sindicais da classe trabalhadora, na atual conjuntura do país. Buscava-se entender o que, no início deste século, estava sendo colocado quanto aos rumos da organização da classe trabalhadora no Brasil, quanto às condições de trabalho dos assistentes sociais e sua inserção nas lutas mais gerais. Buscava-se investigar o nível de participação dos

¹⁵ Esta experiência foi muito enriquecedora e produtiva do ponto de vista da pesquisa, pois ocorreu num período de formação dos primeiros Conselhos de Pessoas Idosas e da elaboração das primeiras ideias do Estatuto do Idoso, quando pudemos acompanhar esse processo representando o NEVES. Na ocasião, além da pesquisa, atuava na extensão onde buscávamos aprofundar o surgimento desse novo sujeito coletivo nas questões do trabalhador aposentado no final dos anos 1990. Foi um momento em que, na luta política na sociedade civil, começavam a marcar presença os trabalhadores aposentados e pensionistas o que também gerava alguns embates intraclasse – trabalhadores “inativos” x trabalhadores da ativa – o que se tornou um instigante objeto investigativo nesta etapa acadêmica.

¹⁶ A síntese final da pesquisa teve e tem ainda grande repercussão, sendo considerada inédita a discussão no final da década de 1990, quando explodia o debate sobre a longevidade e os estudos se concentravam no contexto da gerontologia e da geriatria. Sem desconsiderar tais estudos, demos centralidade não à pessoa idosa em si, mas enquanto indivíduo social inserido em relações sociais, evidenciando o velho trabalhador, pois, nessa época, o estudo tratava sobre o trabalhador aposentado em seu contexto de organização nos emergentes movimentos sociais de aposentados e pensionistas em processo de organização coletiva, num contexto de ameaças pela contrarreforma da Previdência Social.

assistentes sociais no movimento sindical e o que ocasionou o movimento de reabertura dos sindicatos de assistentes sociais em alguns estados do país nos últimos anos, reflexão esta publicada em Bravo et al (2012), tendo sua coautoria envolvido toda a equipe.¹⁷

No momento, integramos, desde 2010, o Grupo de Estudos em Serviço Social, Saúde, Trabalho e Meio Ambiente (GESTA), que está vinculado à Linha de Pesquisa "Trabalho e Relações Sociais" da FSS da UERJ. Uma experiência que nos tem possibilitado um maior aprofundamento em temáticas como a organização do trabalho e conceitos como trabalho produtivo e improdutivo. Essa participação vem nos possibilitando ainda conhecer e decifrar os sujeitos da classe trabalhadora que a sociedade capitalista contemporânea está produzindo.

Por fim, destacamos que, de todo esse processo, sucede outro importante fator para demarcação do objeto de investigação desta tese, que é o de dar centralidade a esses sujeitos em sua identidade e luta de classes, tendo em vista a emancipação humana que defendermos como horizonte da luta da classe trabalhadora. Neste horizonte, concordamos com Netto (2009), para quem: “[...] sob o domínio do capital, a emancipação política é possível. Mas é impossível a emancipação humana. Quem a deseja deve desejar (e, sobretudo, lutar) contra o domínio do capital”.

Com esse horizonte, entendemos, portanto, que este estudo poderá dar, na presente etapa, uma contribuição aos profissionais, estudantes e pesquisadores de todas as áreas das ciências humanas e sociais em geral e, em particular, do Serviço Social.

Mas, em especial, o estudo pretende ser uma contribuição para o conhecimento dos sujeitos que se apresentam, com suas demandas, aos profissionais de Serviço Social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, com destaque especial, aos que atuam no contexto de regiões afetadas por grandes projetos como o que tratamos aqui. Consideramos, nesse sentido, a reflexão de Yamamoto (2008, p. 241) sobre a importância do conhecimento da população usuária atendida pelo Serviço Social:

[...] é motivo de preocupação o lugar secundário a que foi, por largo tempo, relegado, na literatura especializada, o conhecimento dos sujeitos, que são alvo do exercício profissional, como o revela a carência de publicações sobre o modo de vida, de trabalho e respectivas expressões culturais dos segmentos de classes que constituem a população usuária dos serviços profissionais

¹⁷ Esta experiência nos possibilitou participar de alguns espaços significativos para a categoria profissional dos assistentes sociais a partir do CRESS/RJ, como no Movimento Pró-organização sindical dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, na Comissão pró-organização sindical dos Assistentes Sociais e nos dois Seminários “Organização sindical dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro” organizados com apoio do CRESS/RJ e da FSS/UERJ (então FASSO/UERJ).

Desse modo, nesse campo profissional em particular, percebemos a riqueza propiciada por essa realidade para a pesquisa acadêmica e para a observação e a obtenção de conhecimento a respeito desses sujeitos e a relação de suas demandas com a totalidade do trabalho concreto dos assistentes sociais.

Contudo, conforme evidencia Iamamoto (1998), o assistente social deve não só estar atento aos sujeitos com quem trabalha, sua cultura, seu modo e condições sociais de vida, como também apropriar-se

[...] dos processos sociais macroscópicos que as geram e as recriam e, ao mesmo tempo, de como são experimentadas e vivenciadas pelos sujeitos nelas envolvidos. Localizam-se aí fontes para a formulação de propostas de ação, de programáticas de trabalho, alimentando um fazer profissional criativo e inventivo (IAMAMOTO, 1998, p. 194-95).

Nesse sentido, considera-se como pressuposto a necessidade de conhecer a decifrar os sujeitos da classe trabalhadora que a sociedade capitalista contemporânea está produzindo.

Assim, mapear o terreno sobre o qual se trabalha e detectar as tendências que se apresentam na realidade é fundamental para se elaborar um diagnóstico das exigências a serem respondidas pela profissão em cada local. Trata-se de pressuposto do exercício da profissão, portanto, e, de acordo com Couto (2009), é essencial que o assistente social esteja respaldado por dados da realidade que assegurem a legitimidade de sua proposta e lhe confirmem qualidade¹⁸. Pois,

[...] toda e qualquer leitura da realidade que prescinde do reconhecimento de que o trabalho do assistente social se coloca na tensão direta entre trabalho e capital corre o risco de produzir um conhecimento pragmático, descritivo, desconectado da sociedade e com as condições para a culpabilização individual de sujeitos, famílias e grupos sobre as mazelas produzidas pela sociedade capitalista (Ibid., p. 652-53).

Enfatizamos, assim, que ao buscarmos tecer uma análise da origem, formação, composição e os embates da classe trabalhadora, a partir dos segmentos migrantes da grande obra e dos trabalhadores da região, diretamente implicados como sujeitos do campo empírico

¹⁸ Dentre as diversas experiências que tivemos de compartilhamento deste estudo nos espaços de debate e de estudos em vários meios, gostaríamos de destacar uma, por se relacionar diretamente ao que estamos tratando. Estamos falando do debate “Impactos do Comperj nas políticas sociais da região: rebatimentos no Serviço Social”, promovido pelo Núcleo Maria Conga e Andorinhas do CRESS 7ª região em outubro de 2014. Como convidada para compor a mesa deste evento, que ocorreu exatamente no Município de Itaboraí, pude ver o quanto a categoria profissional dos assistentes sociais ali presentes (que representavam diversos municípios do Conleste, inclusive tendo a presença de profissionais contratadas por empreiteiras atuantes nas obras de implantação do Comperj), estavam ávidos por informações para entender o que estava acontecendo naquela conjuntura. Esta experiência nos trouxe maior clareza sobre duas questões: o quanto a grande obra do Comperj lançava sobre a região de sua abrangência a (re)produção ampliada das expressões da “questão social”, impactando nas políticas sociais e repercutindo no trabalho dos assistentes sociais; e o quanto era imprescindível o papel que exerce o pesquisador num contexto como este, pois o que havíamos sistematizado até aquele momento levou luzes para o grupo que ali se reunia. Isso fez lembrar das observação de Florestan Fernandes de que “o intelectual não cria o mundo no qual vive. Ele já faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo e explicá-lo, como ponto de partida para sua alteração real” (s/f).

pesquisado, em sua saga pela venda de sua força de trabalho, queremos contribuir para a elucidação e conhecimentos sobre quem são esses sujeitos que historicamente vêm demandando o trabalho dos assistentes sociais. Ou seja, a população usuária, sujeito principal que compõe as diversas determinações do fazer profissional dos agentes profissionais do Serviço Social, considerando como pressuposto central que tais sujeitos demandam e determinam o fazer profissional, com suas requisições específicas.

Processualidade teórico-metodológica da pesquisa

A presente tese, em sua construção, toma por ponto de partida para o tratamento teórico-metodológico do objeto a teoria social crítica fundada em Marx, a partir da qual se busca demonstrar *o primado ontológico* das determinações econômico-sociais na dinâmica de acumulação capitalista. Ótica investigativa esta que exige e determina do pesquisador uma postura crítica em relação à realidade apresentada. De acordo com Isaak Illich Rubin, “[...] o que há de único no método analítico de Marx, não consiste apenas no seu caráter histórico, mas ainda em seu caráter sociológico, na profunda atenção que é dada às formas sociais da economia” (1987, p. 57).

Na busca pelo estudo da população trabalhadora em movimento para vender sua força de trabalho, única mercadoria que lhe é imanente (MARX, 1999), avistamos na explicitação do método para estudo, ao invés de difuso e abstrato da população, segundo esse autor, o caminho a trilhar na presente pesquisa. E o argumento que melhor ilustra esta questão é a fundamentação da perspectiva do método apresentada pelo próprio Marx:

Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentidos se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, capital etc [...]. assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 1999, p. 39):

Para se chegar à explicitação concreta dessa totalidade, portanto, é preciso começar a investigação pelas determinações de importância central, que pressupõe, portanto, uma nova

postura metodológica¹⁹. Assim, ao considerarmos nosso objeto investigativo visto no capítulo III, inserido no eixo temático geral “trabalho, grandes projetos de desenvolvimento e “*questão social*” na contextualidade do capitalismo contemporâneo do início do século XXI”, temos clareza de que esse trabalho requer mais que uma demonstração. Isto é, demonstração necessariamente insere-se no âmbito de um modo de produção marcado por peculiaridades, tal como evidenciado por Marx e Engels. Daí a importância na análise da sociedade burguesa, de percorremos tais caminhos para não cairmos na armadilha da fragmentação, isolamento e descontextualização, tão próprios ao empreendimento investigativo sob o método positivista burguês.

Sobre esse sistema das ideias e da doutrina de Marx, Lênin (1983, p. 15) faz as seguintes considerações. “[Marx] continuou e completou as três principais correntes de ideias do século XIX, que pertencem aos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, ligado às doutrinas revolucionárias francesas em geral”. Tais correntes de ideias são apresentadas tanto por Lênin quanto por outros autores como as três partes constitutivas do marxismo²⁰. Logo, o tripé desta teoria, enquanto crítica da sociedade burguesa e desmistificação do modo de produção capitalista compõe-se desses três eixos. Ainda sobre a doutrina de Marx, Lênin reitera que esta “é a sucessora legítima de tudo quanto a humanidade criou de melhor no século XIX [...]” (1983, p. 72). Assim, com base no debate sobre esses três eixos, discorre-se aqui, de forma breve, sobre tais fundamentos do pensamento de Marx e Engels, com atenção maior ao *Método do Materialismo Histórico e Dialético*, considerando sua importância no aprofundamento a que nos propomos neste trabalho, uma vez feita a opção por esses referenciais marxianos sobre os quais passamos à exposição.

¹⁹ Conforme observa Lukacs (2012), “o caminho que Marx pretende percorrer, do abstrato até a totalidade concreta e finalmente tornada completamente visível, não pode partir de uma abstração qualquer. Não basta recordar aqui, mais uma vez, a importância da acentuação marxiana da distinção entre essência e fenômeno. E isso porque, considerado isoladamente, qualquer fenômeno poderia, uma vez transformado em ‘elemento’ por meio da abstração, ser tomado como ponto de partida; só que tal caminho não levaria jamais à compreensão da totalidade. O ponto de partida, ao contrário, deve ser uma categoria objetivamente central no plano *ontológico*” (2012, p. 312).

²⁰ De acordo com Lênin (1983, 13), “Marx elaborou uma série de trabalhos históricos, a sua teoria materialista, dedicando-se sobretudo ao estudo da economia política. Revolucionou esta ciência [...] nas suas obras *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859) e o *Capital* (Livro I, 1867).”

É da Alemanha que vem a principal referência que inspirou Marx na construção do *Método* que se encontra desenvolvido em todas as suas obras²¹. Porém é no texto “*O Método na Economia Política*” por ele proposto em “*Para a Crítica da Economia Política*”, que Marx discorre sobre seu método, apresentando os fundamentos ontológicos da dialética materialista, *rompendo com a concepção teleológica da história*, que caracterizava a visão de mundo dos pensadores desde a Antigüidade.

No contexto deste método, considera-se como premissa a unidade entre a teoria e a práxis, quando ganha sentido a seguinte frase: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS. 1977, p. 14). Para esses autores, a alienação associa-se às condições materiais de vida e somente a transformação do processo de vida real, por meio da ação política, poderia extingui-la. Assim, o método da economia política está baseado na concepção materialista e dialética da história. Seu processo de conhecimento realiza-se em duas fases: a primeira *consiste em começar pelo real e pelo concreto*; a segunda na viagem de volta, até dar de novo com o real, porém alcançando uma rica totalidade.

[...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de preceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. [...] O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro [...]. Por isso também, no método teórico (da economia política), o sujeito – a sociedade – deve figurar sempre na representação como pressuposição. (1999, p. 40)²².

À medida que vai penetrando na essência do objeto esse concreto vai se complexificando, o investigador retoma obstinadamente o caminho de investigação, porém, de forma inversa, até chegar a seu ponto de partida. Entretanto, este ponto de partida não é mais o mesmo, é um ponto de partida desvendado. Ao se olhar para ele não se verá mais a

²¹ Em Marx, a teoria e o método são indissociáveis. São duas dimensões interligadas e inseparáveis. Toda a sua obra é teoria sobre “lutas de classe”, “mercadoria”, filosofia” etc., ele coloca que quem quiser saber sobre seu método que leia suas obras (Granemann, anotações em aula) .

²² Considerava-se, inicialmente, que relações mais simples se elevam às relações mais complexas. Segundo Marx, os economistas do século XVII sempre começavam seus estudos pela população tendo-a como base e sujeito do ato social de produção, como um *todo vivo*. No entanto, acabavam por descobrir por meio da análise que isso é falso, pois a população é uma abstração se forem desprezados, por exemplo, as classes que a compõem e, conseqüentemente, estas ficariam vazias de sentido se fossem ignorados os elementos que a compõem: o trabalho assalariado, o capital, etc. Neste sentido, afirma Marx: “*o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação*” (1999: p. 39-40).

aparência e sim o todo vivo, ver-se-á mais do que a aparência porque se terá desvendado ontológica e intelectivamente o fenômeno.²³

Enfim, nesse método marxiano, portanto, há a distinção de um duplo caminho, pois o método de pesquisa distingue-se do método de exposição, conforme apresentado por Marx no Posfácio do Livro 1, volume 1 de *O Capital*:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o **método de exposição** do **método de pesquisa**. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído o trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 2011, p. 28).

Foi na Inglaterra, local de muitos anos de exílio, que Marx buscou as bases históricas para desenvolver seus estudos sobre o modo de produção capitalista, pois neste contexto as relações de produção e circulação estavam mais desenvolvidas. Assim, Marx constrói a *Teoria do Valor*, fundamentando que a sociedade se explica e tem como eixo ontológico o trabalho (o que faz o ser humano se diferenciar dos outros seres na natureza). Ele parte de Adam Smith e David Ricardo, da economia política clássica, nascida na Inglaterra que, com os estudos sobre o regime econômico, marcaram o início da teoria do valor-trabalho. Lênin ressalta que Marx continuou a obra desses dois autores clássicos, dando um fundamento estritamente científico a esta teoria e a desenvolvendo de modo consequente: “demonstrando que o valor de toda a mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção dessa mercadoria”. Assim, “lá onde os economistas burgueses viam relações entre objetos (troca de uma mercadoria por outra), Marx descobriu relações entre homens” (ibid., p. 75).

Já as lutas revolucionárias da França foram grandes referências na construção da *Teoria da Revolução*, pois foi na França do século XVIII que muitas doutrinas socialistas começaram a aparecer, assim como também ocorreu na Inglaterra. Elas refletiram uma reação de protesto da grande massa do povo que, a partir da derrubada do regime feudal, encontrava-se frustrada diante do nascimento da “livre” sociedade capitalista, como um novo sistema de opressão e de exploração dos trabalhadores, com a pretensão da burguesia de exercer sozinha o poder²⁴. Dessa forma, o pensamento de Marx não se restringiu somente a uma análise

²³ Reflexão sistematizada a partir das anotações de aulas proferidas pela professora Sara Granemann, na graduação em Serviço Social da UFF.

²⁴ Lênin afirma que “só o materialismo filosófico de Marx mostrou ao proletariado a via a seguir para sair da escravidão espiritual em que vegetavam todas as classes oprimidas. Só a teoria econômica de Marx explicou a verdadeira situação do proletariado no conjunto do regime capitalista” (LÊNIN, 1983, p. 78).

teórica, mas buscou formular os princípios de uma prática política voltada para a revolução. Um dos aspectos mais polêmicos da interpretação do pensamento de Marx diz respeito à sua atualidade, ou seja, à validade da análise marxista, voltada para a realidade do surgimento do capitalismo no século XIX, em sua aplicação agora à sociedade contemporânea com o capitalismo avançado, que possui características não-previstas pelo próprio Marx (LÊNIN, 1983).

Portanto, em sua obra, Marx, ao tomar a dialética hegeliana, a teoria do valor de Ricardo, os estudos de Feuerbach, bem como o pensamento socialista de sua época, a estende em múltiplas direções, incluindo não só a filosofia, como a economia, a ciência política e a história, encontrando-se a sua imensa influência em todas essas áreas. Marx inaugura, assim, uma nova forma de conceber o mundo: desmistificando a relação capital-trabalho.²⁵

A partir dessa perspectiva analítica, nosso objeto de estudo está situado no âmbito das relações entre as classes, considerando a “lei geral de acumulação do capital” (MARX, 2006), com vista a *decifrar* as contradições básicas do processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista – onde se encontra a raiz da “questão social”. A “questão social” será analisada ao longo de toda a construção analítica da pesquisa, pois naturalmente se constitui um eixo que atravessa todo o processo investigativo, mas será tratada de forma especial no capítulo I.

Nessa direção, o debate teórico sobre *trabalho* e a *sociabilidade produzida* pela sociedade capitalista contemporânea em sua vivência pelos indivíduos sociais, no período desta pesquisa (entre a primeira década e o início da segunda dos anos 2000) constituem premissas básicas, importantes neste estudo. Tendo em vista que a compreensão de *totalidade da vida social* nas esferas da produção e da reprodução das relações sociais tem no trabalho a categoria fundante do ser social, o eixo central recai sobre o trabalho como atividade do sujeito vivo, selo distintivo de humanidade dos indivíduos sociais (o que extrapola o ambiente

²⁵ Já na época de Lênin (1985, p. 397), havia divergências entre os marxistas da tendência denominada “nova corrente crítica” e os da tendência denominada da “ortodoxa”, decorrente do fato de eles pretenderem aplicar e desenvolver o marxismo em direções diferentes: uns querem permanecer marxistas consequentes, desenvolvendo as teses fundamentais do marxismo de acordo com as novas condições que constantemente se modificam e com as peculiaridades específicas de cada país e continuando a elaborar a teoria do materialismo dialético e a doutrina política e econômica de Marx. Outros rejeitam alguns aspectos mais ou menos essenciais da doutrina de Marx – em filosofia, por exemplo, substituem as posições materialistas dialéticas pelas do neokantismo; em economia política, somam-se àqueles que atribuem “tendenciosidade” a algumas teses de Marx etc. Ainda sobre o “ecletismo”, ver mais em Lênin (1985, p. 397-398 e nota 47).

de produção)²⁶. Assim, buscaremos na obra de Marx e de marxistas contemporâneos os fundamentos necessários para empreendermos esta análise.

Para situar a formação social e econômica na periferia do capitalismo, os processos latinoamericanos e as características do desenvolvimento na contextualidade brasileira, tomamos por referência os intérpretes latinoamericanos e do Brasil, especialmente os pensadores do campo marxista, em diversas áreas e origens disciplinares (economistas, sociólogos, cientistas políticos, historiadores e antropólogos), de acordo com as referências bibliográficas deste projeto.

Com o entendimento acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que, em suas circunstâncias e em seu diferencial, não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada, tendo sua própria circunstância e nela percorrendo o caminho possível (MARTINS, 2006), analisamos que a questão do desenvolvimento sob a órbita do capital no país, conforme vem sendo tratado pela literatura crítica, não está referenciado a questões de ordem econômica meramente, mas deve ser tratado levando-se em conta as dimensões política, social, cultural, estrutural e ambiental²⁷.

Buscaremos, destarte, “recuperar a concepção de conhecimento que privilegie a história” (IAMAMOTO, 2008, p. 468; p. 470). O recurso à “história” foi indispensável neste empreendimento investigativo, por considerarmos que o panorama atual do campo amostral está diretamente atado à história do desenvolvimento e da consolidação do capitalismo no Brasil, como também no que diz respeito ao enfrentamento das expressões da “questão social” neste contexto.

Procedimentos Metodológicos

Sob a ótica dessa proposta metodológica na condução do estudo e concretização de seus objetivos, partimos da perspectiva de “aliar a empiria ao exercício de abstração como recurso metodológico fundamental para apreender nas situações singulares suas particularidades e as dimensões de universalidade nelas presentes” (IAMAMOTO, 2001, p.

²⁶ Em Iamamoto, 2001; 2007; 2008.

²⁷ O tema desenvolvimento vem tendo destaque no debate acadêmico do Serviço Social nessas duas primeiras décadas dos anos 2000, porém é uma preocupação que já vem cercado a profissão desde suas primeiras elaborações teórico-críticas, tendo como exemplo o trabalho de pesquisa da assistente social Safira Bezerra Ammann, publicado no livro lançado em 1980 “Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil”.

14). Pretendemos, assim, desenvolver uma pesquisa de caráter teórico-empírico, documental, histórico, com dimensões qualitativas, sobre “trabalho, grandes projetos de desenvolvimento e ‘questão social’” no contexto do capitalismo contemporâneo nesse início do século XXI, considerando, não obstante, que neste intuito a análise empírica tornará obrigatório o aprofundamento dos alicerces teóricos e o esclarecimento de pontos importantes para o trajeto e compreensão do estudo.

É importante sinalizar que, inicialmente, partimos do pressuposto de que somente seria possível a obtenção de resultados analíticos para a investigação desta tese, havendo o acompanhamento de pelo menos a finalização do primeiro momento do processo de implantação do Comperj. No entanto, devido aos inúmeros problemas na fase de implantação do projeto Comperj, que seria concluído em 2012 e, no momento, estando previsto para 2017, com controvérsias quanto a esse prazo, conforme abordado no capítulo quarto, nossa perspectiva é de analisar as tendências que se apresentam na fase em que se encontra seu processo. Ou seja, o primeiro momento da implantação que caracteriza o projeto.

Para seu tratamento investigativo, recorreremos à pesquisa empírica que toma por seu espaço amostral a Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, que está sofrendo os maiores impactos decorrentes da dinâmica de implantação de um grande projeto de desenvolvimento em um de seus municípios – Itaboraí, e os Municípios vizinhos a partir da chegada do Comperj.

A partir desta postura teórico-analítica adotamos alguns procedimentos metodológicos na realização da pesquisa, que foi construída em três fases²⁸.

A primeira compreendeu um levantamento bibliográfico que possibilitou um aprofundamento da temática, bem como o recorte das questões que facilitaram uma melhor apropriação do objeto e captura de determinações macrossocietárias, e, ainda, na leitura e posterior análise documental.

Nos recursos documentais foram considerados os trabalhos acadêmicos de pós-graduação e artigos e relatórios de grupos de pesquisa de universidades situadas no Rio de Janeiro, como alguns departamentos da UFF, FioCruz, PUC Rio, FGV, COPPE/UFRJ, IPPUR/UFRJ, Observatório Urbano do Estado do Rio de Janeiro, BDTD das pós-graduações, Nuredam/UERJ, entre outros.

²⁸ Por ora, é importante esclarecer que nos capítulos I, II e III concentraram-se os resultados alcançados na primeira fase e no capítulo IV os resultados do que foi empenhado na segunda, reunindo todos os dados coletados e analisados a partir das fases anteriores.

Também consideramos nesta fase inicial os relatórios, fichas e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de outros órgãos similares (públicos e privados, de informações oficiais específicas).

Recorremos, sempre que necessário, aos dados fornecidos pelos seguintes órgãos: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Tribunal de Contas da União (TCU), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE), Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Fundação CEPERJ). E a outros órgãos com produtos relacionados diretamente ao campo amostral desta pesquisa, ou indiretamente, tais como: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os dados da imprensa também foram primordiais para construção do nosso banco de dados, sendo pesquisados jornais de grande circulação, jornais dos municípios da região e do país, diversos informativos disponíveis na internet (tais como: O Fluminense, G1, Folha de São Paulo, Caros Amigos, Carta Capital, Comperj *On Line*).

A segunda fase constou na realização da pesquisa de campo que consistiu na realização da observação *in locu*, na realização de entrevistas e conversas com 34 representantes de áreas específicas e estratégicas que possibilitaram a coleta de informações necessárias para desvelar o objeto em estudo. Os sujeitos participantes desta fase foram os seguintes: quatro (04) Assistentes sociais contratadas pelas empreiteiras²⁹; um (01) profissional da região e do sindicato de educação; um (01) trabalhador integrante da CIPA de uma das empreiteiras; um (01) membro da assessoria do Conleste; quatro (sendo 3 conselheiros e 1 assessor) do Conselho local da Agenda 21 de Itaboraí e de Tanguá; três (03) Encarregados de obra; três (sendo 02 diretores e 01 agente administrativo) do Sindicato dos trabalhadores da Construção, Montagem, Manutenção e Mobiliário de São Gonçalo, Itaboraí e Região (Sinticom); dois integrantes (sendo um diretor e um funcionário) do SINE Itaboraí; onze Trabalhadores trecheiros (sendo 3 oriundos do Espírito Santo, 01 de Minas Gerais e 07 do Nordeste, atuantes

²⁹ As profissionais de Serviço Social foram abordados nessa pesquisa na condição de trabalhadoras do Comperj e, portanto, detentoras de um saber e um olhar específicos sobre os demais trabalhadores contratados pelas respectivas empreiteiras nas quais estavam contratadas.

nas funções de supervisor de segurança de trabalho, encarregado de montagem); quatro trabalhadores desempregados da região – ex-funcionários de empreiteiras (sendo 03 moradores da região e 01 pesquisador da área da cultura e patrimônio público; e um trabalhador da área administrativa de uma das empreiteiras.

A terceira fase consistiu na exposição geral deste estudo, que reúne todos os dados coletados e analisados a partir das fases anteriores. À luz da perspectiva apresentada, buscamos a exposição do “concreto pensado como síntese das múltiplas determinações e mediações analisadas, em seu movimento e em sua “essência movente”³⁰.

Frente a estes distintos sujeitos participantes da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados variaram de acordo com o perfil do público abordado, sendo sua construção realizada com base nas preocupações que fundamentam o objeto de estudo da pesquisa em tela. Não houve um instrumento privilegiado para a coleta dos dados empíricos. Todos foram imprescindíveis. Dentre os vários tipos de entrevista empregamos a que articula a “entrevista do tipo dirigida ou padronizada” à “entrevista centrada” de acordo com a formulação de Thiollent:

A entrevista dirigida ou padronizada, (...) consiste em aplicação de um questionário predeterminado, com uma maioria de perguntas fechadas (...). A entrevista centrada (*focused interview*), na qual dentro de hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado (THIOLLENT, 1987, p. 35).

Outro importante instrumento que teve caráter complementar foi o “Roteiro-Formulário de apoio” (Apêndice C), tendo sido elaborados de acordo com os sujeitos e/ou contextos que surgiam e puderam ser utilizados em diversos conteúdos, e, principalmente, durante as entrevistas que abordaram tanto individualmente os sujeitos da pesquisa, quanto em grupo³¹. Embora tendo um caráter qualitativo, a presente pesquisa não abriu mão de dados quantitativos para complementar os relatos. Desse modo, a presente amostra se aproxima de representar, de modo aproximativo, segmentos importantes de trabalhadores, representativos do objeto, embora sem a pretensão de ser representativa de toda a região, de todos os trabalhadores e respectivos representantes e de todos os impactos, dada a sua abrangência e especificidades. Sua validade seria extensiva a outros casos similares em relação aos elementos centrais, tais como: desenvolvimento x grandes projetos considerados indutores, atração de grandes contingentes de trabalhadores de grande obra no período de construção das

³⁰ NETTO (1995, p. XXI) em Prefácio sobre do texto de LÊNIN (1995).

³¹ A cada contato em vista da realização da Entrevista, o sujeito recebia uma “Carta aos Sujeitos participantes da Pesquisa (Apêndice A) e durante a entrevista preenchia a “Ficha para a identificação dos sujeitos da pesquisa” (Apêndice B).

instalações, confronto entre trabalhadores migrantes treinados em grande obra e trabalhadores locais sem a mesma experiência, expressões da “questão social” nos municípios receptores desses trabalhadores e suas famílias, população sobrando após a construção das instalações.

As principais reflexões e questionamentos que nos impulsionaram neste caminho e subsidiaram a pesquisa de campo foram apresentadas em seis eixos principais (contempladas na íntegra especialmente no Apêndice C. São eles: 1) *eixo trabalho*, cujas perguntas centralmente objetivaram entender mais sobre: a) quem são os segmentos da classe trabalhadora implicados na dinâmica das grandes obras de desenvolvimento econômico; b) quais as possíveis consequências para a classe trabalhadora ao fim de um ciclo que demanda mais trabalho vivo em função de uma grande obra nas regiões sob os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento econômico; 2) *eixo organização e luta sindical*: as questões objetivaram capturar a consciência de classe presente, ou não, nos trabalhadores e as formas de enfrentamento acerca das investidas do capital sobre as relações e condições de trabalho; 3) *eixo Leste Fluminense* que propôs buscar entender a região com suas alterações sócio-históricas em face à chegada de um grande projeto, o Comperj, visando também elucidar como ficarão esses trabalhadores, já compreendidos no eixo 1, e, conseqüentemente, a região, após essa fase que vem absorvendo uma grande massa de trabalhadores; 4) *eixo Petrobrás e Empreiteiras* objetivando conhecer e, se possível, traçar um mapeamento das empreiteiras atuantes no contexto do Comperj; 5) *eixo Obra do Comperj*, constituído por perguntas voltadas à conjuntura das atrasos, das polêmicas, denúncias e controvérsias quanto ao andamento e término da grande obra de construção da sede do Comperj; 6) *eixo questão livre*, pensado como possibilidade para que o sujeito da pesquisa pudesse abordar mais assuntos relacionados ao objeto não contemplados nas outras questões. A preocupação com a “questão social” foi o pano de fundo de todo esse movimento investigativo, e a categoria “trabalho” foi norteadora de toda a análise empreendida³².

Em cada um desses eixos de questões, novas indagações afluíam e eram acrescentadas gradativamente ao roteiro. Assim, a pesquisa não ficou engessada em um formato, o formulário-roteiro serviu apenas como ponto de partida. Percebemos que muitas respostas somente foram possíveis mediante um contato e disponibilidade para estar com alguns trabalhadores, em momentos propostos por eles. Assim, realizamos abordagem em dia

³² Durante a pesquisa de campo, não conseguimos obter alguns dados importantes para a tese, tendo em vista a conjuntura de paralisações e greves dos trabalhadores do Comperj e em função da crise e investigação da Petrobrás, que interferiram nos contratos com as empreiteiras, conjunturas que serão abordadas durante a exposição dos resultados.

de feriado quando, por exemplo, os encarregados se reuniram para um churrasco; deslocamos também para diferentes municípios, conforme a possibilidade do entrevistado, inclusive em horário noturno fora de seu expediente de trabalho. Portanto, há uma incompletude em nosso processo de captura de dados empíricos. Muitos sujeitos não foram contemplados. A escolha desses distintos sujeitos obedeceu a um critério que condiz com o nosso objeto de investigação. Inicialmente nossa pretensão era abordar alguns sujeitos coletivos, tais como a Federação das Associações de Moradores, especialmente do Município de Itaboraí e dos três municípios diretamente afetados pelos impactos do Comperj (Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim), porém a conjuntura, conforme abordaremos neste último capítulo não nos permitiu avançar. Ao mesmo tempo, nossas pretensões foram maiores que as possibilidades concretas, frente ao período de fortes paralisações e greves dos trabalhadores, seguida da crise da Petrobrás e, conseqüentemente, das conseqüências nas empreiteiras, que promoveram demissões em massa³³.

Enfim, a exposição da tese apresenta quatro capítulos que sintetizam todo o processo realizado durante o percurso investigativo. No *Capítulo I*, busca-se discorrer acerca dos fundamentos do trabalho no processo capitalista de produção e reprodução das relações sociais e sobre as contradições sociais, a partir das alterações no capitalismo contemporâneo. Abordamos as interpretações sobre a constituição do capitalismo na formação social brasileira, considerando o amplo processo de construção do pensamento no país, que envolve as dimensões econômicas e políticas. Também é situada a “questão social”, sua (re)produção ampliada na periferia do capitalismo, com ênfase nas relações de classe social, seus fundamentos e o debate contemporâneo em torno da existência ou não de uma “nova questão social”, além de localizá-la historicamente no Brasil. Os procedimentos teórico-metodológicos para a construção deste capítulo, que tem um viés mais teórico, consistiram na pesquisa com fundamentações sustentadas na teoria social de Marx e na literatura crítica que se baseia na tradição marxista.

³³ Muitos contatos tiveram que ser cancelados. A própria Petrobras cortou as relações sociais, inclusive, um de seus setores com o qual mantínhamos contato em vista de coletar dados sobre os trabalhadores e as empreiteiras, sendo enviado e-mail lamentando não poder colaborar com a pesquisa conforme havia se comprometido, mas não explicando as razões, só lamentando. É importante situar que a pesquisa foi interrompida em função do prazo da defesa, ficando para trás alguns aspectos que não foram possíveis de ser contemplados. Porém, em alguns aspectos, houve um esgotamento, como a abordagem com os trabalhadores, quando chegou um momento em que a conversa girava mais em cima de depoimentos e dramas pessoais, tendo em vista a crise da Petrobrás e as demissões em massa, mas não gerando informações novas para a pesquisa.

No *Capítulo II*, são analisadas as bases históricas e as particularidades que envolvem o Estado e o fortalecimento das empreiteiras nacionais. Inicialmente é realizada uma abordagem sobre o desenvolvimento e o chamado novo desenvolvimentismo, situando algumas considerações sobre a ideia que vem ganhando força desde a virada para o século XXI, seguido da apresentação de um panorama geral sobre como vêm ocorrendo os grandes projetos de desenvolvimento no Brasil. Acompanha essa análise tanto uma contextualização histórica da emergência e consolidação das grandes empreiteiras nacionais como monopólios e a sua relação com o Estado e, ainda, a trajetória da Petrobrás em seu contexto histórico como uma estatal cuja função, processo de crescimento e modernização se constituem de extrema importância para o setor da construção pesada. Nesse sentido, analisamos os processos ocultos que envolvem as contratações de construtoras por esta estatal para atuação nas obras dos grandes projetos desde os anos de 1960 no Brasil.

No *Capítulo III*, são analisadas as particularidades do desenvolvimento industrial do Estado do Rio de Janeiro, buscando evidenciar o passado marcado pelas engrenagens da indústria açucareira e do café, economias que marcam a transição do trabalho escravo para o livre, e a expansão urbano industrial no Estado, tendo destaque a importância da expansão da rede ferroviária para a aceleração do processo de acumulação do capital no contexto fluminense; as atividades relacionadas ao petróleo e derivados são apresentadas como de grande estratégia para superação da estagnação econômica do Estado, assim como os efeitos dos grandes projetos com obras em andamento na vida das cidades e da classe trabalhadora evidenciando o adensamento da “questão social” nas regiões fortemente impactadas. É situado o surgimento do chamado Leste Fluminense como expressão da organização da cidade e metrópoles em função dos interesses do capital, dando ênfase ao Município de Itaboraí, que constitui o campo amostral da pesquisa, e sua importância histórica para a economia do Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, busca-se evidenciar o processo migratório de trabalhadores da agroindústria açucareira para a região no início do século XX, contribuindo para sua constituição social, introduzindo a compreensão das alterações que ocorrerão quase um século depois, em função da chegada de um grande projeto de desenvolvimento.

O *Capítulo IV* parte do processo marcado pelo anúncio e implantação do Projeto Comperj a partir de 2006, buscando compreender e dar centralidade aos impactos que afetam os segmentos de trabalhadores de grandes obras e trabalhadores das localidades sob o adensamento da “questão social” com este projeto. Explicita as alterações sócio-históricas que

estão ocorrendo na região Leste Fluminense e a ocorrência, num primeiro momento, de um acirrado embate intraclasse em função de vagas por emprego no empreendimento petroquímico. Estes embates se repõem num segundo momento pelos embates da luta de classes, tendo por impulsionador as condições e relações de trabalho que, mais intensamente, subsumem, expropriad e superexploram os trabalhadores de grandes obras, com as demissões em massa, em razão da crise da Petrobras. Nesse processo, o quadro em que se encontra a classe trabalhadora migrante-trecheira de obras, após o declínio dessa grande obra, das condições de trabalho análogas à de “escravo livre”, às quais antes se submetiam, como “superpopulação relativa estagnada”, após o agravamento com as demissões e a dos direitos decorrentes, provoca a emersão do seu potencial como classe. Trata-se de um capítulo cujo procedimento teórico-metodológico articula dados teóricos e empíricos oriundos da pesquisa de campo.

1. TRABALHO, CLASSES SOCIAIS E “QUESTÃO SOCIAL” NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

O amor pelo passado
não tem nada a ver com uma orientação política reacionária.

Como todas as atividades humanas,
a revolução extrai toda a seiva de uma tradição.

Marx o sentiu tão bem
que fez questão de buscar a origem dessa tradição
nas mais longínquas idades
fazendo da luta de classes
o único princípio de explicação histórica.

*Simone Weil*³⁴

A proposta do presente capítulo é tratar sobre o processo de produção e reprodução das relações sociais na sociabilidade da sociedade capitalista. Ao conferirmos o caráter extremamente contraditório implícito na divisão capitalista do trabalho, torna-se evidente que, se por um lado, há o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e da riqueza, por outro, há a desvalorização e o empobrecimento dos trabalhadores. A tarefa de desvelar a lógica que determina as contradições presentes nessa realidade demanda identificar o ato de trabalhar nessa sociedade capitalista, os processos e as contradições a ela inerentes e os elos que ligam o indivíduo social à produção da vida social; demanda, ao mesmo tempo, identificar a historicidade da relação capital-trabalho, bem como suas interpretações no contexto brasileiro.

Tais desafios, assumidos neste capítulo, implicam em trabalhar com algumas categorias ontológicas da crítica da economia política, na tarefa de desvelar a categoria trabalho no processo de produção e (re)produção das relações sociais na sociabilidade do capital. As questões centrais a serem respondidas neste capítulo, portanto, são as seguintes: Quais os fundamentos do trabalho e da sociabilidade capturados pelo capital? E quais são suas consequências? Tais questões, como estaremos expondo, estão fundamentadas no contexto

³⁴ Em *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* (WEIL, 1986, p, 419).

histórico do desenvolvimento capitalista, na sociabilidade contemporânea e na lógica que a preside. Isto, sobretudo, inserido na conjuntura dessas duas primeiras décadas do século XXI, caracterizadas pela barbárie e crise do capital que marca este período, crise esta que está fortemente vinculada ao processo de acumulação do capital.

Ao partir desses pressupostos, a presente reflexão busca situar a lógica que preside o processo de reprodução das relações sociais na sociedade regida pelo capital, buscando identificar os elos que ligam o trabalhador e sua história “individual” à produção coletiva da vida social, os processos, mediações e contradições inerentes; busca discorrer, ainda, sobre a relação entre capitalismo, trabalho e “questão social”, tendo o recorte de classe social como transversal a essa análise. Este é um capítulo voltado para a captura e aproximação de conceitos mais simples e mais universais que conduzirão às questões investigativas e suas respostas nesta tese.

Trata-se, de acordo com o método de Marx, do “caminho de ida”, com a busca dos conceitos mais universais. A partir deste foco de análise, assumimos que não aceitamos compreensões que adotam ou naturalizam a forma como esta sociedade se organiza e não compartilhamos com as teorias que atribuem uma essência imanente ao indivíduo social, regida por leis naturais, destituídas de historicidade (MARX; ENGELS, 1977)³⁵. Nessa perspectiva, procuramos nesta análise tomar o trabalho como categoria central e possibilitadora deste estudo.

1.1. Trabalho, sociabilidade do capital e as desigualdades fundamentais entre as classes

Para a análise que pretendemos desenvolver no início deste primeiro capítulo, partimos da afirmação de que as relações sociais de produção envolvem contradições de classe, a partir da relação entre capital e trabalho, que se ampliam em contradições sociais, expressas na burguesia e no proletariado, e políticas compreendendo governantes e

³⁵ “[...] A consciência pode por vezes parecer ter avançado mais do que as relações empíricas que lhe são contemporâneas, de tal modo que nas lutas de uma época posterior as pessoas podem apoiar-se em teóricos anteriores como autoridades” (MARX e ENGELS, 1977, p. 113).

governados, conforme a análise apreendida por Marilda Yamamoto (2008, p. 49-50), que considera que “toda a sociedade torna-se o ‘lugar’ da reprodução das relações sociais”.

A clareza sobre esta questão das relações de produção e da sua reprodução é aqui considerada importante, tendo em vista as implicações das análises dualistas que levam a equívocos interpretativos, que reduzem as relações entre trabalho, sociabilidade e reprodução social. Chamamos a atenção sobre esse risco de análise tecendo uma breve reflexão, que toma por referência essa autora citada e suas considerações sobre os equívocos analíticos presentes nas abordagens deste tema, tornando-o objeto de muitos mitos no debate acadêmico contemporâneo³⁶. Em seu conjunto, de acordo com a autora, consideram-se duas versões que traduzem tais equívocos sobre as relações entre trabalho, sociabilidade e reprodução social.

A primeira versão diz respeito à redução do trabalho ao trabalho concreto na sociedade capitalista, expressando uma tendência frequente. Este equívoco remete ao trabalho “esvaziado da historicidade que assume na sociedade burguesa, enquanto trabalho abstrato, indissociável dos dilemas da alienação e das lutas pela superação no processo social concreto” (IAMAMOTO, 2008, p. 54). Essa redução, deste modo, remete à necessidade de re-visitar a teoria do valor-trabalho, como enfatiza ainda a autora.

A segunda versão equivocada consiste em uma segmentação entre produção e reprodução. Ou seja, uma redução “à reprodução da força de trabalho, um dos elementos do processo de reprodução, para além do espaço fabril. A reprodução estaria afeta ao consumo, considerado “fora” do movimento de produção, segundo os cânones da economia política”. Sendo assim, o desafio, de acordo com a autora, é “romper com a *naturalização da noção de reprodução*, sendo necessário, ainda, um esforço de apreender as mediações que envolvem a produção e reprodução da *questão social* e suas múltiplas expressões [...]” (Ibid., p. 54-5).

Dentre os equívocos analíticos sobre os quais Yamamoto (2008) vem chamando a atenção, um deles é sobre a versão que aparece com maior sofisticação, que é a redução da noção de trabalho em Marx ao trabalho material e concreto, que “implica uma transformação imediata da natureza, segmentada das relações sociais que o constituem”. Trata-se, conforme observa a autora, de uma análise dualista, uma vez que:

³⁶ Yamamoto aborda essa preocupação ao recuperar o debate sobre o processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, em análise iniciada em 1982, que fundamenta a produção e reprodução da “questão social”. Trata-se da reflexão contida na primeira parte do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, lançado no país em 1982 (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007).

A produção é reduzida ao trabalho material, que transforma a natureza, abstraído das relações sociais por meio das quais se realiza, enquanto a reprodução estaria afeta às relações dos homens entre si na sua historicidade, eliminando, ao nível da análise, a processualidade contraditória do movimento do capital (Ibid., p. 55).

Em suma, conclui a autora, “reter essa dupla e indissociável dimensão da análise – a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realizam – é fundamental” (Id., *ibid.*).

Sobre o conceito de re-produção das relações de produção que aflora nas obras de Marx, o filósofo marxista Henri Lefebvre (1973), afirma tratar-se de uma relação entre conceito e realidade, que “não nos dará apenas um fio condutor, um instrumento intelectual para descrição e a análise crítica do ‘real’ (LEFEBVRE, 1973, p. 56). Este conceito possui um alcance global e sintético”, pois busca problematizar “onde se produz a reprodução” (Id., *ibid.*). O autor lembra que esse debate ficou explícito no capítulo de *O Capital* que ficou inédito, sendo recentemente publicado, e, por isso, tem sido um pouco mais incompreendido que os restantes. Enfatiza ainda que “tal conceito designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (Ibid, p. 6).

Sobre esta relação ressaltamos ainda a afirmação de Netto e Braz (2012, p. 127-28) de que, “em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (MARX, 2006).

Outro esclarecimento refere-se ao entendimento sobre o indivíduo social que, nesta tese, é tomado como *um produto histórico*. Esta questão é fundamental para a compreensão do pensamento de Marx e do tratamento teórico-metodológico do objeto desta tese. Ela compreende um pressuposto que rompe com o ideário positivista de que o indivíduo social é um dado da natureza, tal como pensado por Locke, Smith e Ricardo³⁷, afirmando-o como resultado de condições e relações sociais particulares e, ao mesmo tempo, criador da sociedade (MARX, 1999, p. 25-6). Essa ilusão, de que o indivíduo é apenas um dado da natureza e da produção desse indivíduo isolado fora da sociedade, tem sido partilhada do momento em que Marx elabora a crítica da economia política até o presente. É por essa característica da análise de Marx que Lukács (2012, p. 309-10) o distingue,

³⁷ Segundo Marx (1999), tais autores do século XVIII viam o indivíduo “não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história, porque o consideravam um indivíduo conforme a natureza – dentro da representação que tinham de natureza humana –, que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza”(Ibid., p. 26).

[...] em relação aos seus mais significativos precursores, sobretudo pelo senso da realidade, “tornando consciente e intensificado pelo conhecimento filosófico [...] na compreensão da totalidade dinâmica [...], seu senso da realidade vai além dos limites da pura economia.

Este entendimento sobre o indivíduo como produto das condições materiais, da produção material, determina a formação da consciência de classe, sendo muito importante neste início do século XXI, marcado por muitas análises subjetivistas, destituídas das bases materiais da vida e da dimensão de classe nas relações sociais. Por isso firmamos que a economia e a produção material determinam a formação da consciência e a formação da sociabilidade.

Ao analisar a essência humana nas teses sobre Feuerbach em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (1977) as contrapõem, afirmando que “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais” (Ibid., p. 127). Nesse sentido, conforme ênfase de Marx, a constituição social da essência humana é inseparável da noção de indivíduo social. Ao afirmar a ideia de que a essência humana é “um ente social”, um dos componentes indissociáveis do “complexo histórico-social”, Lukács (2012) analisa que essa tomada de posição de Marx, “também lança luz sobre [...] o posto central que nele assumiram os problemas ontológicos do ser social [...] ele assumiu muito cedo uma posição crítica, que o levou além de Feuerbach” (Ibid., p. 283-285)³⁸. Sobre essa questão, Iamamoto (2008, p. 353), também faz a seguinte observação: “a essência humana na análise marxiana não se resolve em traços imutáveis e eternos, independentes do processo histórico em curso, mas como um vir a ser no movimento das relações entre os indivíduos sociais por eles criadas ao longo do curso da história”. Em síntese, o pressuposto marxiano dá-se a partir de indivíduos reais, pois

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que *os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”*. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. *O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades*, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história (MARX & ENGELS, 1977, p. 39 – grifos nossos).

Além desse pressuposto de que o indivíduo social é resultado das condições e relações históricas concretas, outro pressuposto marca nossa análise e, por isso, um esclarecimento: a de que a cada forma histórica temos uma produção diferente, uma nova produção do ser humano, sendo o trabalho o ponto de partida do processo de humanização do ser social.

³⁸ Para Lukács: “O juízo de Marx sobre Feuerbach, portanto, tem sempre dois lados: o reconhecimento de sua virada ontológica como o único ato filosófico sério desse período e, ao mesmo tempo, a constatação de seu limite, ou seja, do fato de que o materialismo alemão feuerbachiano nem mesmo se deu conta do problema da ontologia do ser social” (Ibid., p. 283).

Nessa perspectiva, a concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana, conforme enfatiza Granemann (2009, p. 225), “implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana”. Frente ao debate contemporâneo sobre o fim do trabalho, com esse pressuposto, afirmamos a centralidade do trabalho nas relações sociais e, ainda, ser o trabalho produtor de valor.

A exposição, a seguir, expressa um exercício, enquanto pesquisadora, de realizarmos uma aproximação da fonte marxiana e de autores contemporâneos estudiosos dessa tradição intelectual. Com base nos resultados desse aprofundamento, queremos compreender melhor o objeto que propomos aprofundar em nossa tese. Ou seja, a relação histórica e intrínseca entre trabalho e “questão social”, que apresentamos na terceira seção deste capítulo, tendo os grandes projetos de desenvolvimento, na atualidade desse início do século XXI, como uma mediação privilegiada para o entendimento do estágio do processo de acumulação do capital. Logo, de acirrar e reproduzir de forma ampliada as expressões da “questão social”.

1.1.1. Trabalho e classes sociais no processo capitalista de produção

É na vida em sociedade que ocorre a produção. Para Marx (2011, p. 26), quando se trata de produção “trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais”. Trata-se do trabalho concreto, formador de valores de uso, que constitui condição da vida humana, independente de todas as formas de sociedade, atividade existencial do homem, sua atividade livre e consciente, “condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (Ibid., p. 218).

É importante, nesse entendimento sobre trabalho concreto, o alerta de Marx quanto a considerar a atividade produtiva do homem em geral, por meio da qual opera seu metabolismo com a natureza: em sua simples existência natural e independente da sociedade, nada tem de social. Afirma-se, desse modo, a historicidade do homem em sua existência humana, existência essa que, conforme evidenciado por Yamamoto “não se limita à esfera da produção

material, mas engloba sua *atividade vital completa*: a ciência, a filosofia, a arte, a religião” (2008, p. 353 – grifo da autora).

No capítulo V de *O Capital* (MARX, 2011, p. 212-19), são notórios os elementos componentes desse processo do trabalho humano que tem como ponto de partida a ação transformadora da natureza. O primeiro componente é “a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho”, onde se evidencia a dimensão teleológica, que marca a diferença entre o ser social e o ser natural, através do trabalho, que é ontologicamente constitutivo do ser social frente aos demais seres vivos existentes³⁹. Sobre esta ação consciente, Marx e Engels vão ainda afirmar que se pode distinguir os homens dos animais pela consciência e esta, desde o início, é um produto social (MARX; ENGELS, 1977, p. 27 e 37)⁴⁰.

Já o segundo componente do processo de trabalho refere-se “à matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho”: ou seja, ao processo que também busca novos objetos, sendo também *criação de novas necessidades* e, nesse sentido, um ato histórico (Ibid., p. 40). A concepção de trabalho em Marx aponta para o processo de autocriação humana, pois, ao atuar sobre a natureza externa e a modificando, ao mesmo tempo o homem modifica sua própria natureza; ou seja, *o homem é modificado pela atividade a que deu vida; nesse sentido, recria as condições de sua própria humanidade*. Assim, o trabalho implica mudanças também *no sujeito – homem – e não só no objeto – natureza*.

O terceiro componente do processo de trabalho apontado por Marx diz respeito aos “meios de trabalho, o instrumental de trabalho”; ou seja, sobre o *uso e a criação de meios de trabalho*, que se interpõem entre o homem e o objeto, e servem para dirigir sua atividade conforme *objetivos antecipados*. Segundo Marx, “o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (MARX, 2011, p. 214)⁴¹. Assim, o

³⁹ Marx ilustra esta característica do trabalho sob forma exclusivamente humana, com o seguinte exemplo: “uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente de sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2011, p. 211-12).

⁴⁰ Para maior aprofundamento, ver ainda a análise de Lukács (2012, p. 286) sobre o significado ontológico da teleologia do trabalho em Marx.

⁴¹ Sobre esses meios de trabalho, de acordo com Iamamoto (2008): sob o ângulo material, é produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, produção de meios de vida, através dos quais os homens produzem indiretamente a sua vida material. Sob o ângulo subjetivo, é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas necessidades. Enfim, é produção objetiva e subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana (Ibid. p. 350-51).

trabalho, como criador de *valores de uso*, como trabalho útil, indispensável à existência humana, quaisquer que sejam as formas de sociedade, possui algumas características distintivas que se constituem condições objetivas do *trabalho vivo* e que vão se expressar em todas as épocas históricas⁴².

Somente mais tarde, conforme evidência Marx, pode ocorrer a transformação dos métodos de produção em virtude da subordinação do trabalho ao capital (Ibid., 218); transformação esta ocorrida, principalmente, no contexto da tecnologia desenvolvida na era dos monopólios.

Os estudos da perspectiva sobre o trabalho que envolvem uma relação do homem com a natureza vêm sendo desenvolvidos por vários estudiosos da área do trabalho, dentre eles, o marxista György Lukács. Ao enunciar a categoria ontológica central do trabalho e este, como “produtor de valores de uso”, Lukács (2012) enfatiza que “[...] o ser social, por sua própria essência, jamais pode se separar completamente de seus fundamentos naturais – o homem resta irrevogavelmente um ser biológico –, do mesmo modo como a natureza orgânica tem de incorporar, em forma dialeticamente superada, a natureza inorgânica (Ibid., 2012, p. 319)⁴³. Para este filósofo: “Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados ‘domínios do espírito’”. (Ibid., p. 286-87). Logo, reafirma que o homem é parte da natureza, mas não dá para pensá-lo fora das relações sociais nas quais se situa historicamente.

Uma elucidação da noção de trabalho em Lukács também pode ser encontrada em Yamamoto (2008), que faz a seguinte síntese:

[...] o pressuposto é o homem, *criatura natural*, dotado de uma base orgânica, em que [se] encontram inscritas infinitas capacidades e possibilidades. Para prover suas necessidades, interage com objetos de natureza orgânica e inorgânica. Ainda que parte da natureza, suas atividades vitais diferenciam-se, pelo *trabalho*, dos demais seres naturais, que se limitam a consumir *diretamente* os objetos dados no meio natural. *Sendo o trabalho a atividade vital específica do homem*, ele mediatiza a satisfação de suas necessidades pela transformação prévia da realidade material, modificando a sua forma natural, produzindo valores de uso. O homem é um *agente ativo, capaz de dar respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, através da*

⁴² De acordo com Tavares e Soares (2007, p. 17) “o trabalho, pressuposto para a existência do homem, assume, historicamente, formas diferentes. No escravismo, o trabalho escravo. No feudalismo, o trabalho servil. No capitalismo, o trabalho assalariado”.

⁴³ O trabalho, de acordo com Lukács (2012, p. 286), dá lugar a uma dupla transformação: “por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve ‘as potências que nela se encontram latentes’ e sujeita as forças da natureza ‘a seu próprio domínio’. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc” (Ibid, p. 286).

atividade laborativa (LUKÁCS, 1972⁴⁴; 1978⁴⁵, apud IAMAMOTO, 2008, p. 349 – grifos da autora).

O trabalho, portanto, como “base elementar do ser social”, de acordo com Lukács, é “um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social”, que pressupõe que “somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [...] como orgânica” (Ibid., p. 313 e 319).

Quanto a esta particularidade da relação do homem com a natureza, há o entendimento de que os homens, ao necessitarem garantir seus meios de existência e para produzirem e reproduzirem os meios de vida e de produção, estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza.

O trabalho no processo capitalista de produção, conforme esclarecido na Introdução, ao possuir uma dupla determinação, *a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realizam* (IAMAMOTO, 2008), ganha centralidade como categoria teórica na análise marxiana, por ter um caráter histórico, não sendo abstraído das relações sociais por meio das quais se realiza, como firmado anteriormente pelos pensadores da economia política clássica.

Ainda, por ser o trabalho o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, no processo capitalista de produção, o capital também é uma relação social de produção que se caracteriza não apenas como *uma soma de produtos materiais*, mas como *uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais* (MARX, 2011, p. 83-85. L. 1, v.1)⁴⁶. Os produtos nesse modo de produção vão assumir historicamente a forma de mercadoria porque são produtos de trabalhos privados que necessitam ser trocados. Pois, segundo Marx, “para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (Ibid., p. 49).

Na economia mercantil, de acordo com Rubin (1987), a troca é um dos componentes indispensáveis do processo de reprodução. “Ela torna possível a distribuição adequada do trabalho e a continuidade da produção. Em sua forma, a troca reflete a estrutura social da

⁴⁴ LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1972.

⁴⁵ LUKÁCS, G. *As bases ontológicas da atividade humana*. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 4, p. 1-19, 1978.

⁴⁶ A mercadoria, segundo Netto e Braz (2012, p. 92-93), “é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material e espiritual – a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um *valor de uso*”.

economia mercantil. Em termos de seu conteúdo, a troca é uma das fases do processo de trabalho, do processo de reprodução.” (Ibid., 1987, p. 109).

Na medida em que é valor de uso, é também produto do trabalho. Nesse sentido, constitui-se *uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca*⁴⁷. Portanto, desse modo, Marx vai desvelando a sociedade burguesa cuja produção de mercadorias para o capital orienta-se tendo por sua base material a produção de *valores de uso* e o *trabalho concreto*; e se orienta de forma contundente para a produção de *valores de troca* em vista do processo de valorização; processo este onde comparece o trabalho humano como *trabalho abstrato*⁴⁸. Só na troca, conforme ênfase de Marx, é que o trabalho privado se confirma como trabalho social, ou seja, ocorre a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, que gera o valor da mercadoria.⁴⁹

Consequentemente *é o trabalho abstrato que “cria” valor*. Essa é a distinção central que Marx faz em relação à outra face do trabalho, o trabalho concreto. De acordo com Rubin (1987, p. 147), “ninguém, até agora, havia posto em relevo criticamente este duplo caráter do trabalho, representado pela mercadoria”.

Ao longo do tempo, as relações sociais de produção vão se alterando e se transformando na medida em que acontecem a alteração e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, a que Marx e Engels (1977) denominam de *forças produtivas*. Elas resultam da combinação dos elementos do processo de trabalho, composto pelos meios de produção (instrumentos, máquinas, matéria prima etc.) e força de trabalho, que envolve os conhecimentos básicos e experiências acumuladas ao longo da história para a produção de sua existência. Assim, os homens produzem instrumentos para melhorar a produtividade do

⁴⁷ No Prefácio à Edição Brasileira do livro de Rubin “A Teoria Marxista do Valor”, Belluzzo faz a observação à respeito de Marx de que, ao contrário dos clássicos, ele “não toma o valor como a essência da naturalidade da sociedade, mas sim como a expressão de uma sociedade em que *o indivíduo só existe enquanto produtor de valor de troca, o que implica a negação absoluta de sua existência natural*”. Continuando, o autor analisa que “*a mercadoria só se confirma como valor de troca no momento em que se transforma em mercadoria geral, em dinheiro*. E o trabalho concreto de cada um só é validado como trabalho social quando seu produto é acolhido pelo dinheiro como representante do trabalho em geral” (Cf. RUBIN, 1987, p. 11 – grifo nosso)

⁴⁸ Na análise de Rubin (1987, p. 54), “o desenvolvimento das formas valor e dinheiro pressupõe [...] constante “intercambio de matéria [...] a circulação de coisas materiais. O valor pressupõe o valor de uso. O processo de formação de valor pressupõe o processo de produzir valores de uso. O trabalho abstrato pressupõe uma totalidade de diferentes tipos de trabalho concreto aplicados em diferentes ramos de produção. O trabalho socialmente necessário pressupõe uma totalidade de diferentes tipos de trabalho concreto aplicados em diferentes ramos de produção. O trabalho socialmente necessário pressupõe uma diferente produtividade do trabalho nas várias empresas do mesmo ramo. “A mais-valia pressupõe um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas”.

⁴⁹ Não se trata obviamente, como sinaliza Netto e Braz de dois trabalhos, “trata-se da apreciação do *mesmo* trabalho sob ângulos diferentes: do ângulo do valor de uso, *trabalho concreto*; do ângulo do valor de troca, *trabalho abstrato*” (2012, p. 118 – grifo dos autores).

trabalho, modificando-os e os aperfeiçoando. Ao fazer crescer a produtividade do trabalho e, em decorrência desta produtividade, vão determinando a forma como se organizam para trabalhar, tornando-se mais explorados no processo histórico.

Esta breve síntese que acabamos de fazer sobre o trabalho em Marx e a constituição do ser social enraizado no trabalho, assim como o desenvolvimento das forças produtivas que dá início ao modo de produção capitalista, torna-se importante na análise sobre o desenvolvimento do capitalismo, apresentada em seguida.

Sobre as transformações que assinalam o estabelecimento da sociedade capitalista burguesa, Marx discorre em *O Capital* sobre as três formas de produção de mercadorias nessa trajetória de transformações: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria. Na terceira forma a produção deixa de ser subordinada à habilidade do operário para ser uma aplicação tecnológica da ciência. Para Lênin (1985, p. 373) “o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social só se manifesta com plena relevância na época da grande indústria mecanizada. Antes dessa *fase superior do capitalismo*, a produção se funda no trabalho manual e numa técnica primitiva, cujos progressos são espontâneos e extremamente lentos”.

Nessa trajetória histórica, evidenciamos que, com o advento da primeira revolução industrial, no último terço do século XVIII, ocorreram profundas mudanças no processo de produção vigente – com a introdução da máquina a vapor, do ferro (inaugurando a era das ferrovias), do carvão, da máquina a combustão –, para o desenvolvimento das grandes indústrias. Nesse processo, o trabalhador teve sua força de trabalho *progressivamente subordinada (real e formalmente)* ao capital, que potencializou a extração da mais-valia e, também, paulatinamente, esse trabalhador perdeu todo o controle do processo produtivo⁵⁰. Para Lênin (1985), esse histórico papel progressista do capitalismo poderia ser resumido em duas palavras: “aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste. [...], esses fatos, porém, manifestam-se em processos bastante diversos nos diferentes ramos da economia nacional” (Ibid., 1985, p. 373).

Para o capital ativar seu mecanismo de acumulação, a forma de trabalho individual é insustentável. Ao mesmo tempo, somente a partir do trabalho coletivo, segundo Marx, é possível estabelecer relações sociais, visto que, quando os trabalhadores estão interligados,

⁵⁰ Nesse contexto movido pela ânsia de aumentar a produtividade e o lucro, surgem as ideias da administração científica de Frederic Winlow Taylor relacionadas à rígida separação entre trabalho braçal e intelectual.

não produzem para si, mas para outros, tornando-se um movimento revolucionário para a valorização do capital:

A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala da produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulsão entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou para realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Em todos os casos, ***a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho produtivo social*** (MARX, 2002, p.382. L.1,v.2 – grifo nosso).

O capitalismo, portanto, vai criar o que Marx chama de “*trabalhador coletivo*”, que consiste em indivíduos como membros agrupados pelo esforço conjunto de produzir mercadorias. Assim, o capital além de criá-lo, também o agrega como conjunto de trabalhadores em torno de um mesmo processo de produção, que é o trabalho coletivo e combinado. O trabalhador coletivo é pressuposto do regime capitalista de produção que não existe sem a *cooperação* que, de acordo com Marx (2011, p. 378), consiste na “forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”.

Assim, o desenvolvimento e concentração que intensifica o trabalho coletivo, possibilitando o crescimento da “grande indústria”, expressa as novas condições de dominação: “o caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho” (TAVARES, 2007, p. 247). Dessa forma, vão aparecer mecanismos no seguinte processo:

A cooperação, a divisão do trabalho, as aplicações da ciência na produção, os produtos do trabalho, a maquinaria atuam como meios de exploração do trabalho – isto é, de apropriação de trabalho excedente –, como forças inerentes ao capital e enfrentam o trabalhador como coisas que lhe são alheias e que o dominam (IAMAMOTO, 2008, p. 68).

De acordo com Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (1977, p. 28), “o quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado da maneira mais clara pelo grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho”. Ou seja, no processo progressivo da divisão do trabalho, como consequência do desenvolvimento social, a estrutura da sociedade é determinada. Assim, a divisão do trabalho e, com ela, a emergência da propriedade privada, geram a repartição desigual do trabalho e de seus produtos (Ibid., p. 45-6).

Essa relação é enfatizada por Netto e Braz (2012), ao apresentar que a produção de mercadorias está condicionada, desde o início desse modo de produção capitalista, *a duas condições absolutamente necessárias*: à divisão social do trabalho, mas essa primeira

condição não é suficiente sem a articulação com a segunda, a propriedade privada dos meios de produção (Ibid., p. 93). Sem essas condições, indispensáveis à produção de mercadorias, há a produção de bens, valores de uso; no entanto, não há produção mercantil na qual a produção de mercadorias é dominante. Esse vínculo é criado “através da troca, através do mercado, onde as mercadorias de cada produtor isolado aparecem de forma despersonalizada, como exemplar isolado de um determinado tipo de mercadoria, a despeito de quem as produziu, ou onde, ou sob que condições específicas” (RUBIN, 1987).⁵¹

O aparecimento do produto sob a forma de mercadoria supõe, de acordo com Marx (2011), uma divisão de trabalho tão desenvolvida na sociedade que, ao ocorrer esse aparecimento, já se terá concluído a dissociação entre valor-de-uso e valor-de-troca, dissociação que começa com a permuta direta. Esse estágio de desenvolvimento é comum a diversas formações econômico-sociais. Nesse contexto da divisão do trabalho, vê-se implícita a contradição envolvendo o *interesse do indivíduo singular* e o *interesse coletivo de todos os indivíduos: nesse processo*, a desigualdade entre sujeitos é percebida como expressão da desigualdade fundamental entre classes.

Por aí também se encontra a reflexão de Dias (2015) ao anotar que, na busca por compreender o que é o modo de produção capitalista, uma primeira imagem que se faz dele é a de um poderoso sistema de produção de mercadorias. Mas seu fundamento último é que ele é “produtor e reproduzidor das relações sociais capitalistas, produtor das classes e de seu permanente e irreversível antagonismo” (Ibid., 2015, s./p.). Para Marx, estas classes passam agora a se defrontar com a nova condição: o capitalista como “capital”, o produtor direto como “trabalho”, estando a sua relação determinada pelo trabalho como simples fator do capital que se autovaloriza.⁵²

A *relação mercantil simples* vai aparecer na esfera da circulação em que os trabalhadores individuais, enquanto possuidores de mercadorias vão ao mercado para trocá-las com outros possuidores de outras mercadorias e com os possuidores do equivalente geral, o

⁵¹ Ainda sobre a divisão social do trabalho, segundo Rubin (1987, p. 22): “A divisão social do trabalho vincula todos os produtores de mercadorias num sistema unificado que é denominado economia nacional”.

⁵² Na medida em que a produção das contradições desse novo processo produtivo foi se evidenciando, também alguns pensadores despontavam para produzir os argumentos necessários para legitimação dessa nova ordem. Surgiam, assim, os intelectuais do liberalismo que buscavam “demonstrar que a desigualdade social, não só inevitável, era também justa” (TRINDADE, 2012, p. 105). Ocasão essa em que na economia política clássica, a disciplina estudava e justificava “racionalmente” o capitalismo, “vivia seu momento de glória e respeitabilidade” que (Id., ibid.). Daí o empenho apologético dos seguintes autores: Malthus ao capitalismo com sua famosa conclusão acerca da “explicação” da *causa da miséria*; os estudos sobre o funcionamento da economia no contexto do liberalismo econômico de David Ricardo; a teoria do “valor-trabalho” de Adam Smith.

dinheiro. Essa troca, segundo Marx (2011), deve ocorrer dentro da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela, pois o simples ato de troca individual do produto não caracteriza uma relação capitalista, mesmo sendo mediada pelo dinheiro, pois este ato fica na esfera da circulação simples⁵³. É a mercadoria produzida sob o domínio do capital que vai constituir um processo mais complexo. Conforme observa Tavares (2009), esse processo pode ser traduzido no

[...] ciclo *produção-circulação-consumo*, que a lógica da acumulação impõe ser ininterrupto. Dessa forma, a porção de trabalho não-pago – mais valia –, contida na mercadoria, vai se transformar em dinheiro para, o mais rapidamente possível, voltar ao processo de acumulação de capital (Ibid., 2009, p. 244).⁵⁴

Como personificação da riqueza abstrata, o capital “exige de forma radical e avassaladora a submissão do trabalhador e impõe a redução de todo o trabalho a mero suporte do processo de valorização” (RUBIN, 1987, p. 12). Pressupõe, portanto, a produção da vida integral do trabalhador na sociedade do capital, havendo, nesse momento, a *subsunção formal* do trabalho ao capital.

A simples troca de mercadoria, que Marx chama de primeira troca, é por ele apresentada como “a *forma simples da circulação das mercadorias*, e sua fórmula se expressa como M-D-M, ou seja, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, *vender para comprar*” (2011, p. 177-78 – grifo nosso). Trata-se, assim, de uma troca mercantil que não gera valor. Uma segunda especificidade é apresentada por Marx, que aparece ao lado da primeira: “D-M-D, expressando a conversão do dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, *comprar para vender*” (Id., *ibid.*). Nesta última circulação, o dinheiro que se movimentar “transforma-se em capital, vira capital e, por sua destinação, é capital”. Desse modo, o representante consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista, realizando o que Marx chama de “*caça apaixonada ao valor*” (Id., *Ibid.*)⁵⁵.

Para a troca relevante, que vai criar um valor maior do que iniciou essa troca, o capitalista, ao adquirir a força de trabalho no mercado pelo seu valor de troca como mercadoria, vai poder extrair e se apropriar do excedente gerado pela capacidade dessa força

⁵³ No mercado, as mercadorias realizam seu valor na forma capital dinheiro; então, o mercado é apontado por Marx (2011) como sendo importante para a realização social do valor oriundo de trabalho incorporado às mercadorias. Na sociedade capitalista, de acordo com Rubin, “o dinheiro, funcionando como capital, não se contrapõe mais ao trabalhador apenas como algo estranho, senão hostil e antagônico”.

⁵⁴ Para Lênin (1985, p. 388): “Se a circulação de mercadorias é o precursor histórico e necessário do capitalismo, é verdadeiramente necessário explicar por que essa causa tem caráter histórico”.

⁵⁵ Na circulação do capital “o valor se torna valor em progressão, dinheiro em progressão e, como tal, capital. Sai da circulação, entra novamente nela, mantém-se e multiplica-se nela, retorna dela acrescido e recomeça incessantemente o mesmo circuito” (Ibid., p. 184).

de trabalho de produzir valor acima do que lhe é pago como mercadoria. O capitalista se caracteriza, assim, por essa troca de extrema relevância, que se expressa na fórmula D-M-D'. A explicação dessa “fórmula geral do capital” é detalhadamente apresentada por Marx no Livro I, volume I de *O Capital* (2011, p. 185-85).

Essa circulação capitalista, portanto, parte de dinheiro que compra mercadorias, meios de produção que compreendem *trabalho vivo e trabalho morto* e que alcançam valor pelo novo trabalho nelas incorporado. Porém, *há o ofuscamento do excedente produzido pelo trabalho* ao aparecer na forma valor. Na medida em que essas relações de troca são relações entre mercadorias, em que tudo é transformado em mercadoria, torna-se obscurecida a verdadeira relação de troca, ou seja, aquela troca que possibilita a criação de valor excedente, garantidora da acumulação de capital. Assim, *a mais relevante troca para atingir esse objeto, a troca central, é a que o capitalista realiza com o trabalhador ao comprar sua força de trabalho*. Nessa ação, “o capitalista tem de comprar do trabalhador o direito de utilizar sua força de trabalho, e, do proprietário de terra, o direito de utilizar sua terra. Para fazê-lo, tem de possuir capital suficiente” (RUBIN, 1987, p. 33). Ressalta-se, nesse contexto, como observa esse autor, que somente como proprietário de uma determinada soma de valor (capital), que lhe permite comprar os meios de produção, e torna possível ao trabalhador comprar os meios de subsistência necessários, ele se converte em capitalista, organizador e administrador da produção. Os capitalistas só usam a autoridade de dirigentes da produção “como personificação das condições de trabalho e não, como nas formas anteriores de produção, enquanto titulares do poder político ou teocrático (Id., *ibid.*).

Portanto, *o trabalho é, além de processo de criação de valor, processo de valorização do capital*. A criação de valor opera-se no tempo de trabalho necessário; a valorização opera-se no tempo de trabalho excedente – se não há tempo de trabalho excedente, não há valorização mas, apenas, criação de valor. (NETTO; BRAZ., 2012, p. 124). É nesse sentido que, com a acumulação do capital, desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista. “Aí a natureza específica do processo capitalista aparece em toda a sua simplicidade: valor que gera valor. O objetivo é a produção da mais-valia, que compreende a conservação do valor adiantado e seu crescimento quantitativo como fim e resultado do processo capitalista de produção” (IAMAMOTO, 2008, p. 64). Em consequência, “a reprodução contraditória das relações de classes é resultado das condições de continuidade da produção capitalista e de suas fraturas, pois a ampliação do capital e o aumento do proletariado são produtos contraditórios do mesmo processo” (Ibid., p. 67).

A produção da mais-valia, necessária ao desenvolvimento capitalista, é também apresentada por Marx para explicar a reprodução das relações entre as classes: “Esse tipo de troca entre o capital e o trabalho é que serve de base à produção capitalista, ou ao *sistema de trabalho assalariado* e tem de conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista” (MARX, 2006, p. 112-15, grifo nosso). Neste sentido, “a taxa de mais-valia dependerá da proporção entre a parte da jornada de trabalho necessária para reproduzir o valor da força de trabalho e o excedente de tempo, ou *sobretrabalho*, realizado para o capitalista, isso se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis” (Id., *ibid.*).

A força de trabalho, sob essa lógica, é mais uma mercadoria, que terá seu preço, a ser pago pelo capitalista, pois, a fim de sobreviver, o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho em troca de salário. No desenvolvimento do capitalismo, talvez o fator mais importante seja o grau de difusão do trabalho assalariado, pois, nessa relação, o próprio trabalhador aparece como mero vendedor de sua força de trabalho, como sua única mercadoria. Portanto, o capitalismo é o estágio do desenvolvimento da produção mercantil no qual a própria força de trabalho se converte em mercadoria (LÊNIN, 1985, p. 364).

Nesse sentido, é significativa a análise de Kowarick (1994) ao expor que “se é o capital que gera a força de trabalho necessária para acumular, criando também os meios de vida para sua subsistência, é o trabalho que dá vida ao capital, produzindo o excedente necessário para sua reprodução e expansão” (*Ibid.*, p. 15-16).

Em síntese, uma sociedade capitalista, dessa forma, é regida por mercadorias cujas trocas aparecem como elemento central das relações sociais e econômicas, uma vez que as pessoas se relacionam a partir do que possuem.

Porém, é exatamente no capítulo IV de *O Capital*, que trata sobre *Como o dinheiro se transforma em capital*, que Marx contextualiza que a mudança do valor do dinheiro em capital ocorre não no próprio dinheiro, mas por meio da compra ou pagamento da mercadoria privilegiada que é a força de trabalho ou capacidade de trabalho. Desse modo, a *mercadoria força de trabalho ou capacidade de trabalho* é definida por Marx como o “conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (2011, p. 197).

Sobre o *consumo da força de trabalho*, vale ressaltar ainda o que Marx expõe: “o processo de consumo da força de trabalho é, ao mesmo tempo, o processo de produção de

mercadoria e de valor excedente (mais-valia). O consumo da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza-se fora do mercado, fora da esfera da circulação.” (2011, p. 206, L. I, v.I). Marx observa, nesse contexto, que a mudança do valor do dinheiro a ser transformado em capital só pode originar-se de seu valor de uso como tal. Assim,

Para *extrair valor do consumo de uma mercadoria*, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. ***E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho*** (MARX, 2011, p. 197 – grifo nosso).

Assim, o processo de consumo da força de trabalho é o processo de produzir mercadoria. É nesse sentido que Marx afirma que o capitalista, “só é capitalista, só pode praticar o processo de exploração do trabalho, sempre e quando for proprietário das condições de trabalho e defrontar-se como tal com o operário como mero possuidor de força de trabalho” (Ibid., p. 206).

Expressa-se, assim, a verdadeira troca capitalista que permite o processo de acumulação de capital, considerando que é no processo de produção que o processo constante de valorização do capital se realiza. E isso é garantido por meio do trabalho e da extração e apropriação do excedente, processo que ocorre num fluxo circular crescente.

Para Marx, o produto do trabalho é ainda resultado de uma forma de sociabilidade, de convivência, de relações entre os homens que se expressam através de coisas. A isso Marx chama de *fetichismo da mercadoria*, pelo qual as relações aparecem invertidas. Daí o *caráter misterioso* que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, “por encobrir as características sociais do próprio trabalho humano, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (MARX, 2004, p. 94. L.1, v.1). Em especial Rubin destaca a importância de ter Marx visto “relações humanas por trás das relações entre as coisas, revelando a ilusão da consciência humana que se origina da economia mercantil e atribui às coisas características que têm sua origem nas relações sociais entre as pessoas no processo de produção”. (1987, 19-20).

Essa reificação, sinônimo de “coisificação”, é destacada por Rubin (Ibid., p. 33): “A reificação das relações sociais de produção entre as pessoas é agora complementada pela personificação das coisas”, que prossegue complementarmente em seguida:

E inversamente: as relações de produção diretas que se estabelecem entre os representantes das diferentes classes sociais (capitalistas, o operário e o proprietário de terra), resultam numa determinada combinação de elementos técnicos de produção e estão vinculadas à transferência de coisas de uma unidade econômica a outra. Esta estreita vinculação das relações de produção entre as pessoas ao

movimento das coisas no processo material de produção leva “reificação” das relações de produção entre as pessoas (Ibid., p. 37).

Nessas relações, de acordo com Dias (2013),

tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias. A estruturação e a expropriação do sobretrabalho, com todo o seu cortejo de dominação e subalternidade, ‘desaparece some na poeira da estrada’ ou seja, ‘o fetichismo da mercadoria’ demonstra como a relação mercantil oculta, no mais simples ato produtivo, a estrutura (DIAS, 2013, não paginado).

É nessa inversão que se encontra a fonte dos mistérios, ou caráter misterioso, apontado por Marx, discorrido por Iamamoto da seguinte forma:

Como todas as mercadorias manifestam seu valor no mesmo equivalente, é fortalecida a *falsa aparência de que o objeto*, no qual se representa a magnitude do valor dos demais, *assume a função de equivalente além dessa relação*, como se fosse uma propriedade natural de caráter social. *A fonte de tal inversão encontra-se no próprio caráter das relações sociais: os indivíduos não podem comportar-se ante seu próprio trabalho como diante de um trabalho diretamente social, porque perderam o controle de suas próprias relações de produção.* Seus produtos *convertem-se em mercadorias porque são produtos de trabalhos privados exercidos independentemente uns dos outros [...]* E se manifestam como são: não como relações sociais entre pessoas, travadas por elas em seu trabalho, mas como *relações próprias de coisas e relações sociais entre coisas*” (IAMAMOTO, 2008, p. 162).

O ápice do caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, é alcançado no capital que rende juros. Essa forma, de acordo com Iamamoto, é comandada pelo capital financeiro que assume o comando do processo de acumulação na atualidade: “o capital dinheiro aparece na sua superfície, numa relação consigo mesmo, como fonte independente de criação de valor, à margem do processo de produção, apagando seu caráter antagônico frente ao trabalho” (Ibid., p. 93). Para a autora, a radicalização do obscurecimento do caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, a partir do capital que rende juros, intensifica a ideia de o dinheiro aparecer como “fonte misteriosa”, autocriadora de juro⁵⁶. De acordo com Iamamoto, a hegemonia definitiva do capital financeiro, que sintetiza a concentração de capitais de diversas origens e frações, tem sua relação social consumada na relação entre coisas, do dinheiro consigo mesmo, ou seja, *sua forma sem conteúdo*⁵⁷. Dinheiro que gera mais dinheiro sozinho e não precisa de trabalho.

Aos poucos essas transformações tecnológicas, produtivas e sociais que se estenderam em diversos países ao longo do século XIX, em que a “locomotiva capitalista” (TRINDADE, 2002) era impulsionada pela chamada Revolução Industrial, começaram a resultar em

⁵⁶ “A fonte do mistério encontra-se na forma social do trabalho, pois, tão logo os homens trabalham para outros, o seu trabalho assume uma forma social: a forma mercantil” (IAMAMOTO, 2008, o. 362-63).

⁵⁷ Segundo Iamamoto, o capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com a indústria. (Ibid., p. 101).

contraditórios processos, produzindo consequências sociais extremamente violentas. De acordo com esse autor:

Se de um lado multiplicavam-se a riqueza e o poderio econômico da burguesia, por outro desestruturava o modo tradicional de vida da população tornando-o permanentemente instável, aprofundando dramaticamente as desigualdades sociais e fazendo tornarem-se familiares duas realidades terríveis: o desemprego e a alienação do trabalhador em relação ao seu produto (TRINDADE, 2002, p. 85).

Portanto, nas relações de produção capitalista, fundadas na produção de mais-valia, revela-se a face contraditória do que ocorre na sociabilidade capitalista. Nela se explica a “questão social” como fenômeno específico da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam. Sobre as desigualdades constitutivas da “questão social”, Iamamoto (2001b, p. 16) faz a seguinte síntese:

A *questão social* diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2001b, p. 16).

Pautam-se, portanto, nestas duas formas de impulsionar a produção de mais-valia, o aumento da exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a generalização de uma “pauperização relativa dos trabalhadores”, conforme a lei geral da acumulação capitalista, questão que trataremos mais adiante.

Sobre o caráter extremamente contraditório implícito na divisão capitalista do trabalho, percebe-se que, se por um lado, há o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e a riqueza, por outro lado, há o espriar do empobrecimento dos trabalhadores.

Todos vão se tornando vendedores de sua força de trabalho, em troca de um salário, isto é, vão se tornando proletários. E a maioria dos proletários vai empobrecendo, “os sacrificados pelo trabalho em excesso sentem a injustiça do mesmo modo que os que estão condenados à ociosidade forçada” (MARX, 2006, p. 740).

Nos grandes projetos que calcam o desenvolvimento do capitalismo no início deste século XXI, os trabalhadores trecheiros de grandes obras, migrantes em busca de venda de sua força de trabalho transformada em mercadoria, tem também sua história marcada pela subsunção ao capital. As empreiteiras nacionais, como as localizadas no grande projeto do campo amostral desta tese, vão concentrando e centralizando capitais em proporções cada vez maiores em detrimento da força de trabalho que ergue essas “estranhas catedrais” (CAMPOS, 2014).

Em síntese, como nessa realidade analisada, uma sociedade capitalista, é regida por mercadorias cujas trocas aparecem como elemento central das relações sociais e econômicas, uma vez que as pessoas se relacionam a partir do que possuem.

1.1.2. Trabalho “livre” e a ocultação da exploração

Já vimos, na análise anterior, que o sentido específico da ação do capitalista é “comprar para vender”. Isto é, o que ele visa com a produção de mercadorias é obter mais dinheiro na forma D-M-D’ como expressão do movimento do capital.

Na sociedade capitalista, de acordo com a análise empreendida por Marx (2011), a organização do processo produtivo supõe, desde o princípio, uma separação essencial entre proprietários dos meios de produção e livres proprietários da força de trabalho. A condição assalariada é fruto colhido nessa relação que transforma o trabalhador em um assalariado. Disso decorre a exploração do trabalho, aspecto fundante, central, da produção capitalista,

Nessa relação, a capacidade de trabalho, segundo Marx, “*nada é, se não se vende*” (Ibid., p. 204). Reafirmamos, portanto, o que vimos abordando até aqui, ou seja, só aparece capital quando “o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social” (Ibid. p. 200).

Portanto, é a partir do trabalho livre da força de trabalho convertida em mercadoria que o capitalista garante o processo de gerar mais-valia. Sendo o capital uma relação social, este supõe o outro extremo desta relação que é o trabalho assalariado, do mesmo modo que este supõe o capital. Assim, a consolidação do capitalismo pressupõe a existência desse trabalhador livre, que vende a sua força de trabalho por uma determinada quantia no mercado. Além disso, Marx sustenta que é necessário que se preencham certas condições para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria.

A primeira condição já enfatizada é que o proprietário da força de trabalho seja livre para poder dispor de sua capacidade de trabalho. Mas, ao entrar em relação com o proprietário do dinheiro, é preciso que ambos estejam *juridicamente dotados de igual condição enquanto proprietários de mercadorias*, “diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e o outro o

comprador, sendo ambos, juridicamente, pessoas iguais”. Que o possuidor da força de trabalho “*venda-a sempre por tempo determinado*, pois, se vender de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria”.

A segunda condição é “que o dono dessa força não pode vender mercadorias em que encarne seu trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho, que só existe nele mesmo.” Marx é enfático nessa condição ao dizer que “quem quiser vender mercadorias que não seja sua força de trabalho tem de possuir meios de produção, tais como matérias-primas, instrumentos de produção etc.” (MARX, 2011, p. 197-199).

Confere-se, assim, que nesse contexto do processo de valorização do capital, revela-se uma *falsa igualdade*. Isto porque, no momento da circulação, os indivíduos se relacionam como livres e aparentemente iguais, porém, no momento da produção, estes se relacionam em condições distintas, dada a separação entre trabalhador e capitalista. Assim, a vinculação estabelecida entre capitalista e trabalhador passa a ser uma relação de compra da força de trabalho que este trabalhador dispõe, mediante um contrato livremente acordado:

Na realidade, o que *os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua força de trabalho*. O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês, etc. E, depois de comprá-la, utiliza-a fazendo com que os operários trabalhem durante o tempo estipulado (...). *A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria*, exatamente como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança (MARX, 2006, p. 34 – grifo nosso).

Para o trabalhador, há um caráter contraditório em sua condição de assalariado. Pois, de um lado, há a aparente liberdade ao tornar-se *livre proprietário* da sua força de trabalho; de outro, uma vez destituído de qualquer propriedade que não seja a sua força de trabalho, esta força só pode realizar-se ao encontrar lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos proprietários do capital. Assim, o trabalhador livre, converte-se em pressuposto da existência do capital e, portanto, “*o capital tem origem nas condições do trabalhador livre*”.

Conforme a análise de Kowarick (1994), a apropriação privada de meios e instrumentos de produção, ao gerar lucros por meio da confecção de bens para o mercado de consumo, constitui condição necessária para o surgimento do capitalismo. Mas, para que ele se concretize, esses processos de produção precisam estar articulados de modo a criar excedentes mediante uma modalidade específica de *subjuar o trabalhador*: este deve ser *livre e expropriado*, de forma que sua liberdade *não encontre outra alternativa senão submeter-se ao capital* (Ibid., p. 11). Significa, portanto, que o trabalho assalariado, o trabalho livre, aparece quando o trabalhador é privado de todos os meios necessários à materialização de sua força de trabalho e a vende ao capital. Então, isto quer dizer que *trabalhador livre é*

livre enquanto inteiramente despossuído, exceto quanto a ser proprietário de sua força de trabalho e de vendê-la a esse mercado.

Esse autor analisa a constituição do mercado de mão de obra livre no Brasil, situando o contexto histórico do país em que a escravidão foi a forma dominante de trabalho até épocas tardias do século XIX. A formação de um mercado de mão de obra livre, neste contexto brasileiro, foi um longo e tortuoso percurso histórico, marcado, na maioria das vezes, por intensa coerção e violência. Para o Kowarick (1994), no Brasil, antes da Abolição, os livres e pobres só realizavam as tarefas que os escravos não podiam fazer e, depois de 1888, couberam-lhes as atividades mais degradadas e mal remuneradas. Ou seja, no regime de trabalho escravo, era considerado natural que a população livre encarasse o trabalho como alternativa mais degradada da existência, transformando-se em ralé, antes de se submeter às modalidades de exploração, cujo *paradigma estava alicerçado nos grillhões e chibatas das senzalas*. Por outro lado, os imigrantes foram canalizados para as regiões dinâmicas do café e constituíram a maior parte do proletariado que operava as máquinas da nascente e próspera indústria em São Paulo, onde se concentrava a maior expressão do capitalismo nascente no Brasil. Ali, a massa de livres nunca deixou de crescer, durante o século XIX, e a ela iria se somar o contingente de imigrantes que chegou às vésperas da Abolição. Com o deslanchar das relações de produção, que levaria à universalização do trabalho livre, parte da mão de obra disponível foi cooptada pelo capital e engajada na disciplina do trabalho.

Assim, a ideia de liberdade é bastante restrita e voltada ao sujeito enquanto indivíduo. Pois, conforme Tavares (2009, p. 247),

[...] o trabalhador ‘livre’ só existe no momento da compra/venda da força de trabalho, na esfera da circulação, quando o capital se confronta com o trabalho individual juridicamente livre. No segundo momento, na esfera da produção, o trabalho perde o caráter individual juridicamente livre e só pode confrontar-se com o seu opositor como trabalho coletivo (TAVARES, 2009, p. 247),

Nessas condições, a visão paradisíaca da sociedade burguesa, cujas relações entre os indivíduos aparecem como regidas pela *liberdade*, na maioria dos casos, revela um *paradoxo*:

A experiência cotidiana dos trabalhadores não lhes permite apreender a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente: na jornada de trabalho não há nenhuma divisória perceptível entre ambos – sob esse aspecto, *o trabalho assalariado (“trabalho livre”) é mais ocultador da exploração que o trabalho servil e o escravo* (NETTO, BRAZ, 2012, p. 120).

Com esse comparativo não fica nenhuma dúvida de que, no caso do trabalhador escravo, identifica-se de forma imediata a sua exploração, não acontecendo o mesmo com o

trabalhador assalariado, cujo excedente lhe é extraído sem o recurso à violência extra-econômica.

O contrato de trabalho, portanto, implica que o produto do trabalho do trabalhador pertença ao capitalista. E a falsa noção de que o salário remunera todo o seu trabalho é reforçada (para além da ideologia patrocinada pelo capitalista, segundo a qual “o salário é o pagamento do trabalho”, pelo fato de a jornada de trabalho ser apresentada como na seguinte análise de Yamamoto:

A apropriação das mercadorias prescinde de qualquer violência, uma vez que os indivíduos se reconhecem como livres proprietários, os quais, mediante um ato de vontade, trocam suas mercadorias, cuja expressão jurídica é o contrato. Não se vêem submetidos a qualquer coação externa, apenas movidos pelas suas diferentes necessidades e impulsos, aos quais são indiferentes os demais. Portanto, cada um aliena livremente sua propriedade (IAMAMOTO, 2008, p. 371 – grifo nosso).

Como consequência, constitui-se a *alienação*, uma entre as relações sociais da sociedade burguesa. Pois, ainda de acordo com Yamamoto, “quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam” (Ibid., p. 48).

Assim, o salário é a quantidade de dinheiro pago pela produção da força de trabalho que consiste em sua manutenção ou reprodução, pois

o valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela incorporado (MARX, 2011, p. 200. L. 1. V. 1 – grifo nosso).

Portanto, processo de trabalho é meio de processo de valorização, ou seja, “o núcleo central da contribuição marxiana para desvendar a essência da sociedade burguesa é, portanto, a lei do valor (BEHRING, 2010, p. 16). Assim, o trabalho como gerador de valor tem uma função imprescindível no sistema capitalista.

Desse modo, sob a ordem do capital, a força de trabalho é a mercadoria essencial para fazer aumentar a riqueza. Colocada em ação torna-se trabalho que produz valor. No corpo desta mercadoria há sempre a personificação do *trabalho humano abstrato* que é sempre a origem de um determinado produto útil e concreto. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano abstrato (Marx, 2004, p. 80). De acordo com a lei do valor em Marx, todo trabalho tem um duplo caráter:

*Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de **trabalho humano igual ou abstrato**, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de **trabalho útil e concreto**, produz valores de uso (Ibid., 2011, p. 68 – grifos nossos).*

Em suma, a consolidação do capitalismo pressupõe a existência do trabalhador livre, que vende sua força de trabalho – *ou uma medida determinada de seu tempo de vida* – por uma determinada quantia no mercado. Nesse processo, o capitalista compra a capacidade de produzir mercadorias úteis à sociedade, sendo a *categoria processo de trabalho* recuperada por Marx como responsável pela mediação dos processos de produção de mercadoria e valorização do capital (MARX, 2011, p. 21). O capitalista se apropria da energia e dos conhecimentos adquiridos pela experiência do trabalhador e, em troca, paga um salário, pelo seu serviço para gerar atividade, que é o próprio trabalho em ação. Pois a força de trabalho, como qualquer outra mercadoria, tem um valor, sendo o tempo de trabalho envolvido em sua produção estipulado como sendo o seu valor⁵⁸. Este preço na sociedade capitalista deve ficar abaixo do seu valor, nunca cobrindo tudo aquilo que é necessário para sua reprodução e a reprodução da família, apesar de sofrer alterações se a classe trabalhadora se organizar para aumentar esse preço e o valor da sua mercadoria, que é a sua força de trabalho.

A magnitude da exploração da força de trabalho no processo de produção está relacionada, portanto, à *luta de classes e ao desenvolvimento das forças produtivas*, estas últimas implicando maior ou menor composição técnica e orgânica do capital.

Retomando o aspecto da jornada de trabalho e a importância que o tempo de trabalho excedente tem para o capitalista, ao qual interessa a ampliação desta parte da jornada, é interessante observar que, segundo Marx, existe dois modos pelos quais os capitalistas podem aumentar a taxa de mais-valia. Esses modos correspondem respectivamente à produção de *mais-valia absoluta*, sendo este modo comum a todos os modos de produção, e a *mais-valia relativa*, específico do capitalismo, *ambos* expressando a dupla exploração do trabalhador.

Para Marx, a mais-valia absoluta é obtida mediante o prolongamento da jornada de trabalho que, por sua vez, reduz o tempo de trabalho que o trabalhador necessita para a reprodução da sua vida material pessoal, de modo que ele possa oferecer trabalho não pago ao capitalista. Ou seja, este tempo necessário que se reduz do trabalhador, aumenta o tempo de trabalho excedente, sendo observado por Marx que esta forma de extração de mais-valia

pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitam produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho (MARX, 2000, p. 578 do L. 1, v. 2).

⁵⁸ O preço da força de trabalho na sociedade capitalista tem que ficar sempre abaixo do seu valor, nunca cobrindo tudo aquilo que é necessário para sua reprodução e a reprodução da família. A reprodução do trabalhador, assim, envolve não só o salário, não só o tempo de trabalho, não só a sua própria reprodução, mas de sua família, como veremos mais à frente ao estudarmos a lei geral da acumulação capitalista.

Há, porém, dois limites nessa extensão da jornada que travam os interesses capitalistas, conforme a exposição de Netto e Braz (2012, p. 121):

O primeiro é de natureza fisiológica: uma força de trabalho submetida a médio prazo a jornadas prolongadas torna-se débil, logo se exaure e tem a sua reprodução ameaçada (...). O segundo é de natureza política: a resistência e as lutas dos trabalhadores contra jornadas estendidas, protagonizadas pelo movimento operário (NETTO E BRAZ, 2012, P. 121).

O primeiro limite explica, conforme análise dos autores, que, entre outras razões, o fato de o Estado burguês limitar legalmente a jornada, tem o objetivo de preservar a reprodução da força de trabalho em benefício dos interesses gerais do capital. Já o segundo, de certa maneira, expressa lutas que forçam o Estado a intervir na regulação das relações capital/trabalho⁵⁹. Em suma, a mais-valia absoluta constitui o fundamento do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, o ponto de partida da produção da mais-valia relativa, uma outra forma de também incrementar o excedente.

Esse segundo modo de aumentar a taxa de mais-valia, segundo Marx, revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. Isto é, a mais-valia relativa é o que aumenta a mais-valia pela intensificação do trabalho mediante o revolucionamento na forma de produzir, com a introdução de novas tecnologias que torna o trabalho mais produtivo. Nesse caso, produz-se mais em menos tempo e, conseqüentemente, reduz-se o tempo de trabalho necessário do trabalhador se reproduzir e amplia a jornada, o tempo de trabalho não pago:

Pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital (NETTO; BRAZ, 2012, p. 579).

A resistência operária pelo não prolongamento da jornada de trabalho, pelo qual há a extração de mais-valia absoluta, de certa forma, pressiona o capitalista a desenvolver o conjunto das forças produtivas, com inovações tecnológicas, com vistas a encontrar alternativas para aumentar o excedente⁶⁰. Pautam-se, portanto, nestas duas formas de impulsionar a produção de mais-valia o aumento da exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a generalização de uma “pauperização relativa dos trabalhadores”, conforme a lei geral da acumulação capitalista, da qual trataremos mais adiante.

⁵⁹ Essa forma de intensificação da exploração dos trabalhadores desenvolveu-se amplamente a partir do modelo de organização científica do trabalho no denominado taylorismo, inaugurado por Taylor.

⁶⁰ Tais inovações tecnológicas não afetarão o valor geral da força de trabalho enquanto restritas a uns poucos capitalistas, mas se generalizadas propiciam a estes uma mais-valia extraordinária. Essa concorrência entre os capitalistas se encarrega, em pouco tempo, de romper esse monopólio, fazendo com que as inovações se generalizem: e só então o valor da força de trabalho é diminuído (NETTO; BRAZ, 2012, p. 123).

Quando se expõe acerca da mercantilização não significa apenas referir-se a um processo, mas que ele implica em perda de direitos e, mais do que na perda de direitos, ele implica na *superexploração do trabalho*. Essa é uma questão que não pode ser desprezada, sendo ela também parte do processo de luta contra a privatização pela interface que esses processos têm com o processo de reprodução material da força de trabalho. Além do mais, essa totalidade vai integrando a ofensiva política ideológica. Pois,

a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores (...) *a atuação simultânea de grande número de trabalhadores*, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria *sob o comando do mesmo capitalista constitui, historicamente e logicamente o ponto de partida da produção capitalista* (NETTO; BRAZ, 2012, p. 375 – grifos nossos).

Esses processos se complementam com o que Marx denominou de *superpopulação relativa*. Ao observar as formas em que ela se expressa, podemos apreender que a classe trabalhadora fica a mercê das leis do modo de produção capitalista, conforme a *lei geral da acumulação capitalista* e a *lei de tendência da queda da taxa de lucro* anunciadas por Marx em *O Capital*. Assim, “a particularidade da superpopulação relativa se deve às leis gerais que regem a realização do que é modo de produto na sociedade capitalista e corresponde inteiramente à natureza antagônica dessa sociedade” (LÊNIN, 1985, p. 374). Assim, o desenvolvimento e concentração da produção capitalista, ao intensificar o trabalho coletivo, possibilitando o crescimento da “grande indústria”, expressa as novas condições de dominação. Já na era do imperialismo dos monopólios, ocorrem as maiores transformações dos métodos de produção, ampliando a subordinação do trabalho ao capital, que se dão principalmente em função das tecnologias desenvolvidas. Em consequência, a reprodução contraditória das relações de classes é resultado das condições de continuidade da produção capitalista e de suas fraturas, pois a ampliação do capital e o aumento do proletariado são produtos contraditórios do mesmo processo.

O entendimento sobre a *superexploração* do trabalho nos ajuda é a denominar esses processos de superexploração e exploração redobrada, sendo o conceito de superexploração é explicativo da precarização absoluta e relativa do trabalho. Virginia Fontes contesta a crítica de que o conceito de superexploração de Rui Mauro Marini não tem validade heurística, universal para estudar diversas particularidades. Ela usa a categoria de *expropriações*, revelando que algumas das expropriações servem para mostrar a validade do conceito de superexploração ao estudar esse processo.

1.2. Trabalho, Estado, capitalismo e crises

1.2.1. Capitalismo, crises e inflexões sobre o trabalho no Brasil

O sistema capitalista surge sobre um terreno econômico que é o resultado de um longo processo de desenvolvimento.

A produtividade do trabalho que encontra e que lhe serve de ponto de partida é um a dádiva não da natureza, mas de uma história que abrange milhares de séculos.

*Karl Marx*⁶¹

Nesta seção, não temos o objetivo de aprofundar a discussão da crise do capital, mas somente situá-la como uma entre as questões do atual contexto do capitalismo, trabalhando com a perspectiva de que a crise do capital consiste em uma questão estrutural do capital, que se torna mais visível em determinados períodos. Nessa perspectiva, ela atinge a própria estrutura de produção e reprodução social, inserida no sentido de capital constituir uma relação social. Desse modo: “As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação” (MARX, 2006, p. 744).

Este entendimento a partir de Marx (op. cit.) concorda com Romero (2009, p. 15-16), de que é a partir de uma concepção completamente distinta da visão liberal, que Marx e Engels analisam que “a acumulação de capital somente pode ocorrer por meio de crises, por meio da interrupção periódica da própria acumulação”. Assim, partindo do princípio de que as crises do capital são cíclicas e inevitáveis, Romero (2009) observa que, querer impedir que o capital não entre em crise, “implica impedir que o capital se aproprie de trabalho não-pago, que abra mão da extração de mais-valia [...] que deixe de ser capital” (Ibid., p. 14). A partir dessas considerações, podemos afirmar que *existe uma relação intrínseca entre as crises do capital, do trabalho e do Estado*.

⁶¹ *O Capital*, 2006, L.1, v. 2, p. 581.

Para Romero (Ibid., p. 9), “a teoria das crises de Marx é, antes de tudo, uma teoria da história das crises”. O autor destaca que Marx analisa as inúmeras crises da indústria têxtil da Inglaterra, a relação dos antigos mercados com os novos (Inglaterra e EUA), as crises na época do mercantilismo e crises de todos os tipos – inflacionárias, das bolsas, do comércio exterior etc. Sobretudo analisa a crise do trabalho abstrato, do exército industrial de reserva criado pela mecanização, pela introdução de crianças, mulheres e imigrantes no mercado de trabalho.

Portanto a chave para melhor entendermos as crises do capitalismo no contexto do pensamento marxista localiza-se *no conceito de mais-valia*, conforme ratificado na análise de Romero (2009), pois é a partir desse conceito que Marx desvenda a origem do excedente e do lucro na sociedade capitalista. Marx e Engels analisam que “a acumulação de capital somente pode ocorrer por meio de crises, por meio da interrupção periódica da própria acumulação”.

Então a incessante busca do capitalismo por super lucros e novos nichos de acumulação, com a grande carga da mídia dominante, tem sido opressivamente endossada pelo senso comum, sem a percepção da realidade expressa nas crises que são originárias do capital. Porque, uma análise sobre as expressões da crise nesta segunda década do século XXI, sobretudo, fundamentada em melhor informação, que também tem sido ostensivamente censurada – sob todos os artifícios, inclusive, na comunidade “científica” –, indica que *o capitalismo está agonizando*. Porque, a todo o momento, despontam, tanto na realidade que destrói esperanças e ilusões, como nas notícias de crise de produção e crises de distribuição em todas as esferas, em todos os países, querendo apontar culpados e favorecendo a ascensão de aventureiros “salvadores”. Seja nos países do capitalismo central, seja nos países do capitalismo periférico.⁶²

E agonizando por quê? Porque cada vez mais revela-se, a um mundo dominado militarmente sob a égide das finanças, em todas as nações do mundo. a impossível superação da relação entre acumulação e equidade. Isto, em um processo impressionante de desenvolvimento da tecnologia para destruir a vida, a natureza, ao mesmo tempo, com conquistas impressionantes do ponto de vista da medicina, certamente para poucos, enquanto falta o básico para a maioria, assim como do ponto de vista da tecnologia, estimuladora do consumo de produtos que se popularizam, ligados a uma comunicação de massa. Tudo isso,

⁶² O exemplo mais recente e gritante ocorreu na Grécia, subjugada pelo “capital fetiche” do sistema financeiro mundial, tendo como porta voz o governo da Alemanha. E os gregos, na tentativa de resistência, ficaram isolados.

que significa fortes formas de desenvolvimento das forças produtivas tem sido utilizado para ofuscar a verdadeira origem da crise, juntamente com uma destruição nunca vista antes da natureza, das florestas, das fontes de energia, da água, inclusive, com imensas extensões de produtos artificiais como a soja transgênica ou a criação de gado de corte, impregnados de substâncias químicas.

Portanto, é nas implicações de sua expansão, ao mesmo tempo expropriando o trabalhador, que o capital adentra o século XXI sob a forma de crise. É o que tem aflorado desde os anos 1970, juntamente com as estratégias do seu enfrentamento neoliberal, que se intensifica neste início do século XXI. Este momento traz para o capitalismo seu agravamento em todo o mundo, atingindo inclusive, violentamente, muitos dos países centrais, especialmente da Europa, considerando a intensa industrialização que levou à concentração do capital em empresas cada vez maiores, centralizadas cada vez mais em menos mãos, gerando a necessidade de cada vez maiores montantes de capital. Tudo isso dificulta o surgimento da concorrência, fazendo emergir, assim, os crescentes monopólios dessa concentração.

Os estudos de Lênin (2008, p. 21) destacam, sob a base marxiana, “o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção [sendo] uma lei geral e fundamental da [então] presente fase do desenvolvimento capitalista”. É nessa fase que o capitalismo transforma-se em imperialismo, denominado por esse autor como *a fase superior do capitalismo*. Trata-se de um momento de *superdimensionamento da esfera financeira da economia*, pela fusão do capital industrial com o capital bancário, haja vista que o imperialismo modifica também o papel dos bancos.

Na passagem da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo, *o Estado* sofre inflexões. De acordo com Lênin, além de bancos e indústrias, o Estado também é parceiro nas sociedades do monopólio, estando intrinsecamente relacionado aos interesses da propriedade privada, passando a ter características específicas para garantir o interesse dos proprietários de capital e mercadorias no capitalismo. Mas, ao mesmo tempo, passa a mediar conflitos de classe no seu interior, obrigando-o a uma maior centralização de poder dentro dos espaços institucionais⁶³. Lênin não assistiu, mas previu que os grandes lucros monopolistas

⁶³ Segundo Harvey (2005), Marx teve a intenção de escrever um tratado específico sobre o Estado, mas nunca começou o projeto. Suas concepções sobre o Estado estão difundidas em todos os seus textos e, com a ajuda dos trabalhos mais volumosos de Engels, é possível reconstruir uma versão da teoria marxista do Estado. (ibid, p. 79). Este autor expõe que “Esse renascimento do interesse pelo Estado demorou muito para acontecer. Atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta

poderiam “subordinar as classes inferiores para conseguir sua aquiescência” (LÊNIN, 2008, p. 104).

Lênin também aborda “o caráter desigual do desenvolvimento econômico, a rápida transformação dos métodos de produção, a enorme concentração da produção, o desaparecimento de todas as formas de dependência pessoal e de patriarcalismo nas relações, a mobilidade da população, a influência dos grandes centros industriais – tudo isso só pode levar à mudança profunda do caráter mesmo dos produtores [...]” (Ibid., 1985 p. 375)

Lênin também explicita que, pela a própria natureza do capitalismo, esse processo de transformação

[...] não pode ocorrer de outro modo senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro, o progresso da agricultura afeta aspectos da economia rural que variam segundo as regiões, o desenvolvimento do comércio e da indústria supera o da agricultura etc. (Ibid., p. 373)

Esse autor ressalta também uma particularidade do desenvolvimento capitalista das forças produtivas sociais, que “consiste em que o crescimento dos meios de produção – do consumo produtivo – é bem superior ao do consumo pessoal [...] essa particularidade se deve às leis gerais que regem a realização do produto na sociedade capitalista e corresponde inteiramente à natureza antagônica dessa sociedade” (Ibid., p. 374)

Desse modo, para Lênin: “A necessidade do mercado externo para um país capitalista é determinada [...] pelo fato de que o capitalismo resulta de uma circulação de mercadorias largamente desenvolvida que ultrapassa os limites de um país. Um país capitalista sem comércio exterior é impensável e, aliás, não existe” (Ibid., p. 388).

Nos estudos de Harvey (2003), *o período monopolista-imperialista* é dividido em três fases. Precedida pela crise de sobreacumulação capitalista, entre 1846 e 1859 na Europa, a *primeira fase*, que vai de 1870 a 1945, revela que o imperialismo da época mobilizou forças nacionais racistas, baseadas em doutrinas de superioridade racial para resolver o paradoxo entre a necessidade de expansão espacial e as bases de organização em Estados-nação. A isso Harvey chama de “acumulação via espoliação”, que ocorre num processo de colonização violento e opressivo. A Grande Depressão de 1929 é o ápice de seu fracasso, que culmina na II Guerra Mundial entre as potências imperialistas, de 1939 a 1945, período este de ascensão dos Estados Unidos como grande potência imperialista mundial.

ou indiretamente, por políticas do Estado. No entanto, não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia” (Ibid, p. 79).

A *segunda fase do imperialismo* vai de 1945 a 1970, sendo marcada pela hegemonia norte-americana, que tem uma dominância econômica, liderando o campo da tecnologia e da produção, possuindo um aparato militar comparável ao da União Soviética. Dominância esta que se descreve, segundo Harvey (2003, p. 53), “como o pináculo da civilização e um bastião dos direitos individuais”. É um período em que os EUA se envolvem em golpes militares por todo o mundo, protegendo econômica e militarmente todas as elites do globo, tendo por trás um pretense universalismo. Essa fase finaliza-se no início dos anos 1970, com mais uma crise de sobreacumulação.

A *terceira fase* do capitalismo monopolista-imperialista situa-se no marco da hegemonia neoliberal, que ocorre nos anos 1990 com o Consenso de Washington. As políticas neoliberais surgem, assim, como “um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (ibid, p. 27). Nos termos de Harvey, a financierização constitui elemento básico do capitalismo neoliberal marcando um “*novo imperialismo*”.

A análise da realidade histórica, expansiva e totalizante do imperialismo, abarcando modificações que nos separam de Lênin, é desenvolvida também por Fontes (2010). Trata-se da análise do *capital-imperialismo* que “não nega sua origem conceitual e alerta para o fato de que a já secular duração temporal do imperialismo não implicou seu congelamento. Ao contrário, envolveu modificações profundas na sua forma de organização e de atuação econômica, social e política” (ibid., p. 13). Para Fontes,

Imperialismo e capital-imperialismo, ainda que fortemente dominados por alguns países – no primeiro momento, pela Grã-Bretanha e em seguida pelos Estados Unidos –, não podem ser compreendidos se limitamos a análise à atuação voluntarista de algum país e de suas escolhas políticas e militares, mesmo quando países dominantes formulam explicitamente políticas de predomínio. Ainda que seja fundamental considerar as expressões conscientes do predomínio capital-imperialista, é preciso também levar em conta que uma expansão mundial da concentração de capitais, em sua desesperada corrida pela acumulação cega, gera uma complexa teia de embates e lutas da qual o processo histórico é a resultante (FONTES, 2010, p. 14).

Esses processos que convivem com a expansão e, ao mesmo tempo, a agonia do sistema do capital, afetam aqueles que o sustentam, personificados no trabalho. Assim, tanto o movimento de venda da força de trabalho como a reprodução do trabalhador são afetados. Junto com o engrossamento das fileiras da superpopulação relativa flutuante, essas alterações interferem não só o salário, não só o tempo de trabalho, não só na sua própria reprodução, mas de sua família. Sobre isso, Dias (2014) observa que “o capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores”.

Nesse sentido, a produção da mais-valia foi necessária ao desenvolvimento capitalista, sendo apresentada por Marx para explicar a reprodução das relações entre as classes.

Na análise das três últimas décadas do século XX, verificaram-se profundas alterações na esfera produtiva e relações de trabalho. Entre elas, as que se seguem à década de 1970, apoiada, até esse período, na economia mundial, que se sustentava sobre o pacto fordista, com política de pleno emprego, contratos de longo prazo, forte ação sindical e presença do Estado na oferta de serviços sociais (HARVEY, 1993).

Do ponto de vista da contextualização do período histórico de um capitalismo regulado por uma perspectiva fordista keynesiana, a partir da grande crise de 1929, a estratégia desse pacto encaminhou-se para o desenvolvimento e a expansão das políticas sociais, no *capitalismo central*, compondo ainda hoje o chamado estado de Bem-Estar social (*welfare state*), com algum espraiamento no *capitalismo periférico*. Foi o advento do fordismo atrelado à organização de classe dominante que tem como função da produção o lucro, sendo esse, nessa lógica, o princípio básico da vida em sociedade⁶⁴. Pois as transformações organizacionais, políticas e econômicas do capitalismo sempre foram pautadas pela necessidade de exercer controle sobre o uso da força de trabalho para garantir a maior adição possível de valor à produção e, assim, lucro cada vez maior para os capitalistas. “A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais.” (HARVEY, 1989, p. 119). Precedendo Ford, Taylor construiu todo um processo administrativo da produção, inaugurando a gerência científica, buscando ambos o controle da força de trabalho, embora cada um agindo de acordo com seus próprios métodos.

Netto (2001), após situar a sequência história da Segunda Guerra Mundial, em especial na Europa Ocidental, destaca que

o capitalista experimentou o que alguns economistas franceses denominam de ‘as três décadas gloriosas’ – da reconstrução à transição dos anos sessenta aos setenta, mesmo sem erradicar a suas crises periódicas, o regime do capital viveu uma larga conjuntura de crescimento econômico. Não por acaso, a primeira metade dos anos sessenta assistiu à caracterização da sociedade capitalista – evidentemente *desconsiderando o inferno da sua periferia, o então chamado Terceiro Mundo* – como sociedade afluyente, sociedade de consumo (Ibid., 2001, p. 47 – grifo nosso)⁶⁵

⁶⁴ A partir deste contexto surgiu a *teoria da administração* com dois fatores primordiais: a explosão das organizações e a busca da eficiência e produtividade. A escola de Administração Científica F. W. Taylor, considerado o fundador da moderna teoria da administração, e *Os Princípios da Administração Científica*, publicados em 1911, tiveram inúmeros simpatizantes, entre eles Henry Ford, e provocaram verdadeira transformação no processo de trabalho, no pensamento administrativo e no mundo industrial da época.

⁶⁵ Nos termos de Mandel (1999), esses “anos gloriosos” corresponderam a “uma onda larga de expansão” do capitalismo.

Netto e Braz (2012), analisando a mais-valia absoluta como um dos modos de o capitalista ampliar a extração da taxa de mais-valia, observa que “Essa forma, que intensifica a exploração dos trabalhadores, desenvolveu-se amplamente a partir da chamada ‘organização (ou gerência) científica do trabalho’, que teve no taylorismo o modelo que mais se difundiu” (Ibid., p. 122)⁶⁶.

Portanto, as políticas sociais participaram desses processos, sobretudo a partir do keynesianismo associado ao fordismo, do final da Segunda Grande Guerra, de 1940 até a nova crise de 1970 (sendo esses denominados os 30 anos “gloriosos”). Junto com as pressões do trabalho organizado, em um processo dialético, essas políticas assumiram a função principal do “estado social”, de assegurar uma determinada condição ampliada do capital, como um dos pilares mais importantes para a regulação do mercado.

Nessa contradição, destaca-se uma importante estratégia, não somente de manutenção da atração e manutenção da força de trabalho de qualidade nas empresas, como de garantir, o aumento do consumo de seus produtos por aqueles que não têm essas condições através do trabalho (em decorrência de idade, ou doença, ou deficiência, ou desemprego). Esse contexto de estratégias convenientes ao capital, em sua indissociável relação social com o trabalho, ao institucionalizar-se, torna-se campo de trabalho privilegiado dos assistentes sociais, para assegurar “benefícios” sociais de diversos tipos de transferências tributárias, sejam previdenciárias, seja pensões, sejam de assistência para assegurar o consumo permanentemente e também para condições de vida pra compensar a reprodução da força de trabalho via prestação de serviços públicos. A despeito de, na evolução crítica e política do projeto hegemônico desses profissionais serem apresentados como *direitos sociais*, que de fato são, inclusive através de lutas e conquistas da classe trabalhadora, *para além disso os bens e serviços públicos agem no sentido de permitir que a força de trabalho esteja disponível, em condições de trabalhar, mas também de manter aquelas que não tem mais condições de trabalhar*. Ou seja, eles têm a função de reproduzir tanto o trabalhador para se inserir no mercado de trabalho, quando existe demanda, quanto para o trabalhador que está excluído do mercado de trabalho, não só por condições específicas, mas também aquele que não terá ainda condições de estar no mercado de trabalho, seja porque é criança ou jovem ou

⁶⁶ Para prosseguimento sobre este tema na reflexão desses autores, ver Netto e Braz (2012) em “A experiência capitalista e o processo de trabalho...”. Ver também BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS/Vértice, n. 13, a. V, p. 29-50, jun. 1990, correspondente ao terceiro capítulo de seu livro *The politics of production*. Londres: Verso, 1985, em continuidade a sua tese *Manufacturing consent*. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

em qualificação. Ou ainda aquele que está doente ou em idade avançada. Mesmo para essas *parcelas da classe trabalhadora e de suas famílias* as políticas sociais têm o importante papel de assegurar a sua reprodução, inclusive como superpopulação relativa qualificada.

Nesta tese, assumimos, assim, a perspectiva de que as políticas sociais não são apenas resultados das lutas da classe trabalhadora ou somente para atender às demandas da classe trabalhadora. Primordialmente, no capitalismo, afirmamos que elas são *resultados de uma elite que quer submeter a classe trabalhadora totalmente sob sua dominação*, sendo absolutamente necessárias e determinantes para a reprodução do capital através da produção da força de trabalho. Mas, *nesse processo, elas também estão em importantes momentos e bases de fortalecimento da luta e organização da classe trabalhadora e na prestação de determinadas leis de serviços*. Essa ocorrência se dá *em maior ou menor grau dependendo da correlação de forças, dependendo do grau de desenvolvimento do capitalismo, dependendo da organização das lutas sociais*, que vão assumir o papel de garantia de mais ou menos bens e serviços públicos, *vivendo essa contradição permanentemente*.

Nos anos 1940, a influência norte-americana amplia-se, a partir do final da Segunda Grande Guerra, conforme a segunda fase do imperialismo apresentada por Harvey. Nesse contexto o capitalismo industrial no Brasil começa a tomar contornos mais definidos, beneficiado também pela entrada dos EUA nessa guerra e das grandes reservas minerais do país. Através de uma política econômica e financeira internacionalmente e internamente consensuada, o Estado brasileiro incentiva as indústrias, visando à expansão, organização do mercado interno, capitalização e acumulação do setor.

Essa expansão da produção industrial é acompanhada pela intensificação da taxa de exploração da força de trabalho, amplamente disponível no contingente populacional. O proletariado urbano, nesse período já se manifestava como um setor emergente, capaz de exercer pressões sobre o Estado. Sua contribuição para a queda do Antigo Regime (República Velha), necessária à legitimação do Estado Novo de Vargas, lança-o no quadro político. Por sua vez, o Estado Novo, através de sua estrutura corporativa, precisa, necessariamente, incorporar reivindicações dos diferentes setores, inclusive os populares, para validá-lo como fonte de legitimação. Em sua evolução, a necessidade de absorver e controlar esses setores, que crescem a partir de sucessivos surtos de industrialização e consolidação paulatina do pólo industrial, é um imperativo dinâmico à própria expansão e acumulação capitalista.

Paralelamente, a repressão da ditadura varguista neutraliza os componentes revolucionários dos setores populares, ao mesmo tempo em que fortalece o projeto de

estrutura corporativista. Nesse jogo aparentemente contraditório, a política do Estado Novo se apresenta, claramente, como resposta às necessidades do processo de industrialização e de enquadramento da população urbana. O surgimento e o desenvolvimento de instituições assistenciais e previdenciárias fazem parte desse projeto reformador implementado pelo Estado e têm a característica principal de propiciar “benefícios” assistenciais (no sentido de favor como esta denominação sugere) aos trabalhadores.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 2016. p. 261-268).

Trata-se de enfrentar o processo de pauperização do contingente da classe trabalhadora urbana, como forma indispensável à garantia dos níveis de produtividade do trabalho (reprodução da força de trabalho), necessários à expansão do capital naquele momento. Ao buscar garantir o “controle social” e mesmo a sua legitimação, o Estado Novo apoia-se na classe operária através de uma política de massa, capaz de proteger e, simultaneamente, reprimir os movimentos reivindicatórios. Suas ações vão desde as legislações social e sindical até a criação de um aparato institucional assistencial, de forma a se estender da regulamentação do trabalho a essas políticas, aliada, muitas vezes, à própria classe produtora e à burguesia industrial. A criação da LBA e SENAI em 1942, SESI em 1946, entre outras, exemplificam bem essa aliança.⁶⁷

O surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais na década de 1940 coincidiram com o momento de legitimação e institucionalização do Serviço Social. Esse período representou o momento em que a profissão pode romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico e, a partir do e no mercado de trabalho que se abriu com essas instituições, instaurar-se como uma categoria assalariada, fortemente atrelada às políticas sociais reguladas e implementadas pelo Estado.

Em 1942, Getúlio Vargas, em nome de interesses econômicos e políticos, estreitou relações com o governo norte-americano de Roosevelt, que tinha como metas prioritárias o fortalecimento do capitalismo e, em contrapartida, a luta contra o comunismo e a expansão de sua hegemonia sobre todo o continente americano, fato objetivamente constatado na História. A luta travada entre as grandes potências (Alemanha, França, Inglaterra, Japão e Estados

⁶⁷ Sobre o desenvolvimento desse processo, ver Carvalho, em Iamamoto e Carvalho (2007, p. 241-330, cap. III).

Unidos) provocou o enfraquecimento de algumas nações e a supremacia dos EUA, que passou a demonstrar um especial interesse pelos países latino-americanos.⁶⁸

Ao mesmo tempo, o Brasil ingressava em uma fase de crescimento industrial, favorecida pela privação do abastecimento, pelo mercado externo de manufaturas, ampliando, dessa forma, o mercado interno e propiciando, conseqüentemente, a emergência de uma nova burguesia industrial. Nessa perspectiva, a industrialização foi favorecida com o início da Guerra Fria, tendo sua intensificação ocorrido a partir de 1947.

A exacerbação da divisão ideológica do mundo reforçou a opção pela via capitalista. O capitalismo foi definitivamente coroado e o socialismo, expurgado. Nessa fase, vislumbrou-se a solidificação da adesão ao capitalismo em um momento de pujança industrial urbana. Essa formação social foi vista como algo necessário para o desenvolvimento da sociedade, acarretando, como preço inevitável, o agravamento da questão social. Ao mesmo tempo, a solução socialista foi vista apenas pelo ângulo da restrição às liberdades humanas e aos direitos individuais. *Desatrelada do seu questionamento à ordem capitalista, tomava um vulto ainda mais assustador quando abordada como combativa ao “direito da Igreja e da família”, esteios relevantes da ação profissional na época.* Esta marca ideológica permanece até hoje em extensas camadas médias da sociedade brasileira.

A terceira fase de acumulação capitalista posterior a 1970, correspondente ao capitalismo monopolista-imperialista apresentada por Harvey, é caracterizada pelo *neoliberalismo* como resposta à grande crise que determinou o retrocesso social no processo agonizante do capital, arrastando nesse processo a classe trabalhadora, que é desestruturada nas suas conquistas, em oposição à denominada *reestruturação produtiva do capital*, conforme a tendência desse modo de produção. Ela pode ser sintetizada no conjunto estagnação-produção flexível-redução de direitos.

Portanto, a partir da década de 1970, após experimentar períodos cíclicos de expansão e crise, o modo de produção capitalista passa a exhibir características de uma crise mais permanente e crescente. Ao analisar a atual dinâmica do capitalismo mundial que vem assumindo uma lógica destrutiva do uso da força de trabalho, Mézáros (2011) afirma que, a partir deste período, o sistema do capital passa a experimentar uma nova fase, denominando-a de crise estrutural do capital. Nela ocorre de forma mais destrutiva a questão do desemprego,

⁶⁸ A grande ofensiva norte-americana dar-se-ia após a II Guerra Mundial, pois era o único país capitalista com condições de fazê-lo, uma vez que Inglaterra, Alemanha e França amargavam os duros reflexos de anos do conflito, assim como a União Soviética, que também teve muitas cidades destruídas, milhões de mortes e sua economia abalada.

que não se limita mais apenas à existência de um *exército de reserva*, porque vem assumindo um caráter crônico e global. Ao mesmo tempo, a superpopulação relativa sobrando que constitui esse *exército* ainda continua mais necessária do que nunca para possibilitar a reprodução ampliada do capital. De acordo com esse autor, o momento é de uma “crise histórica sem precedentes, que afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo” (ibid., p. 23).

Ao mencionar o *Cantinho do Mundo* de que Marx falou em 1858, o autor observa que este já não é mais um cantinho, pois

os sérios problemas da crescente saturação do sistema do capital lançaram suas sombras por toda parte. A histórica ascendência do capital está hoje consumada naquele *terreno bem mais vasto* cuja desconcertante existência Marx teve de reconhecer em sua carta de 8 de outubro de 1858 para Engels (MÉSZÁROS, 2002, p. 37).

Essa fase de acumulação capitalista, posterior a grande crise dos inícios anos 1970 e a partir do processo de reestruturação produtiva⁶⁹, se expressa, de acordo com Alencar e Granemann (2009), pelo poder econômico diretamente ligado ao modelo liberal, baseado nas privatizações, flexibilização das leis trabalhistas e domínio do capital financeiro. De acordo com essas autoras, esse período é marcado pelo predomínio do capital financeiro, pela reorganização econômica e produtiva e por políticas sob hegemonia liberal, que flexibilizam as relações de trabalho com a finalidade de fortalecer uma regulação privada das suas relações com o capital. Nesse processo, é ampliada e complexificada a produção concomitante da riqueza e da pobreza. No caso brasileiro, sobretudo, são vivenciadas situações como desemprego, precarização das relações de trabalho – pela via da proliferação desenfreada de postos de trabalho sem direitos – destinação de recursos públicos para o pagamento de juros aos bancos e proposição de mudanças tributárias que comprometem as políticas públicas e os direitos sociais e articulam o retrocesso da focalização e seletividade das políticas públicas (Ibid., 2009).

A partir desse período visualiza-se mais intensamente a crise estrutural do capitalismo nas seguintes expressões: excesso de produção, crescimento acelerado do capital financeiro, tendência decrescente da taxa de lucro, entre outros aspectos, além de forte desestruturação do trabalho. Ocorre, portanto, *o esgotamento do padrão fordista e taylorista de produção e o desmoronamento dos mecanismos de “regulação”*, que vigoraram durante o pós-guerra em vários países avançados. Em consequência, diante das exigências do próprio capitalismo

⁶⁹ De acordo com Romero (2009), o que se denomina atualmente de reestruturação produtiva é um aspecto intrínseco à valorização do capital destacado por Marx já no século XIX.

mundial pelas novas condições de concorrência e de valorização do capital, fez-se necessário novo método de gestão de produção.

Assim, exigiu-se a reorganização do capital e de seu posicionamento político ideológico de dominação, sendo então, em sua gênese sócio-histórica, impulsionado pelo *sistema Toyota*. Concebido e implantado inicialmente no Japão por Ohno, dirigente desse sistema, por isso também denominado *Ohnismo*, que sintetiza sua origem, objetivo e características centrais no fragmento de seu texto de 1978, apresentado por Coriat (1994)⁷⁰.

O *sistema Toyota* teve sua origem na necessidade particular em que se encontrava o Japão de produzir pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos; em seguida evoluiu para tornar-se um verdadeiro sistema de produção, Dada sua origem, este sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção de massa planejado é relativamente refratário à mudança, o *sistema Toyota*, ao contrário, revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso. (OHNO, 1978, p. 49, apud CORIAT, *ibid.*, p. 40).

Era tudo o que o capital em sua crise buscava. No entanto, quando desenvolvidas e atingindo dimensões universais, inseridas na ideologia neoliberal, foi intensificando as conformações mais perversas já existentes no modelo japonês, conforme Coriat (*Ibid.*). Atualmente pode-se dizer que as relações sofreram uma total e brusca inversão. A tendência recente indica, além das características técnicas da produção *just in time* com mão-de-obra polivalente, apta a desenvolver funções variáveis, o trabalhador, a exemplo da maioria do que passou a ocorrer na própria Toyota, não conta mais com segurança no trabalho afixada pelas instituições empregadoras, estando vinculado a contratos parciais, terceirizados ou por tempo determinado. Também não têm apoio estatal, uma vez que as políticas sociais têm sido dirigidas à extrema pobreza, miséria e indigência, com sucateamento dos serviços como saúde e educação, que funcionariam como salário indireto (Cf. IPEA, 2006). Os tempos flexíveis favorecem o fluxo do capital financeiro, que trafega livremente entre os campos de investimento e pouco se fixam ao setor produtivo. Este movimento recrudescer a competição intercapitalista com prejuízo das pequenas e médias empresas, apesar de suas estratégias, fazendo sobreviver apenas o grande capital. Este exige cada vez menos trabalhadores e mais qualificações individuais, parâmetros que não podem ser preenchidos por grande parte da população.

Antunes (1999, p. 29) faz uma síntese deste quadro crítico da década de 1970 apresentando os traços mais evidentes, a saber: 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros

⁷⁰ Em Benjamin Coriat, *Pensar pelo Avesso*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1994 (original 1991). Para conhecimento detalhado e analítico desse sistema ver essa produção, destacada entre outras, incluindo as de suas referências bibliográficas.

elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 1960, que objetivavam o controle social da produção [...]; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava [...]; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e de seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *welfare state* ou “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico.

No caso brasileiro, o país integra-se ao sistema econômico mundial pela subalternidade (RAMALHO e SANTANA, 2003), processo este melhor trabalhado no capítulo 2.⁷¹ Em breve síntese, apresentamos alguns condicionantes da situação brasileira, constituídos por: oferta mão-de-obra barata; abertura da economia ao investimento estrangeiro volátil; funcionamento predominante ainda como mercado consumidor e flexibilização da legislação para adaptá-la à informalidade. O sentimento de insegurança do período, sob o regime autocrático civil-militar contribuiu para silenciar a ação coletiva, especialmente as iniciativas trabalhistas e sindicais. Com isto os trabalhadores, apesar das resistências, tornaram-se cada vez mais *sobreviventes* e menos lutadores como classe.

O quadro de incertezas, tanto da época como nessa metade dos anos 2020, impactada pela crise mundial maior de 2008, que atinge o Brasil, e o avanço da informalidade têm acirrado também a *competitividade entre os trabalhadores*. Premidos pelo medo do desemprego, tornam-se mais *suscetíveis a aceitar os vínculos flexíveis* anunciados como

⁷¹ Sobre o caso brasileiro, ver também Eurenice de Oliveira em *Toyotismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

“*moderno padrão de empregabilidade*”⁷². Para aqueles que não detêm os meios de produção, as perversas condições do mercado são a única alternativa para sobrevivência.

Em suma, conforme apresentado nesta síntese, as condições atuais do trabalhador estão muito longe da ideia de liberdade, como “trabalhador “livre”, tornando-se cada vez mais trabalhadores “consentidos”, utilizando a expressão de Burawoy (Cf. 1990), diante do que ele classifica de “regime despótico de produção”, predominante nos países periféricos na época de suas pesquisas.

Ao mesmo tempo, conforme Marconsin (2010), esse período de “onda longa recessiva”, iniciada na transição da década de 1960 para os anos setenta, engendrou um novo padrão de acumulação do capital, provocando transformações que atingem a totalidade da vida em sociedade. Como colocam Netto e Braz (2007, p. 212), tais mudanças objetivaram, como sempre “*reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho*” (grifos dos autores). Nesse processo, mais uma vez, a refuncionalização do Estado tornou-se essencial, com ações fundadas no ideário neoliberal e centradas na desregulamentação de atividades e mecanismos econômicos e sociais, tendo o capital financeiro como centralidade. A privatização ganhou peso, causando até mesmo a extinção, em alguns casos, do capital produtivo estatal, a liberalização do comércio, bem como a desresponsabilização das políticas sociais – revigorando a filantropia – com a justificativa de que o único princípio de organização (e regulação) social adequado é o mercado.

Dentre inúmeros elementos, um fenômeno chama a atenção na perspectiva de nosso debate: a flexibilização dos direitos trabalhistas tornou-se palavra chave, tendo como base profundas mudanças na esfera do trabalho, trazidas pela denominada *reestruturação produtiva*.

Os principais impactos e características das mudanças no trabalho no marco da *reestruturação produtiva*, da mundialização do capital e da contrarreforma dos Estados nacionais, comandados pelo neoliberalismo, podem ser sintetizados na inversão do Estado Social fordista keynesiano (dos países centrais), do grande capital, do grande trabalho organizado e do grande Estado, de acordo com Harvey (1994). Ou seja, no seu oposto, minimizando o tamanho do estado, ampliando a precarização nas relações de trabalho, no

⁷² Em sua tese, Freire (de 1998) observa a introdução frequente deste vocábulo “empregabilidade” como das maiores preocupações e objetivos dos trabalhadores.

ataque aos direitos sociais já garantidos e colocando o Estado exclusivamente a serviço do mercado, na defesa do “Estado mínimo”, que se torna máximo para o capital.

Esse conjunto é descrito por Mota (2015)⁷³, destacando os seguintes pontos, que vêm no movimento contrário ao Estado de Bem Estar Social, que garantia direitos a partir da universalização das políticas sociais, cujos impactos no Brasil são sentidos na década de 1990, quando ocorre a assinatura do Consenso de Washington, adotado no país com todas as suas agressões neoliberais.⁷⁴

A crise capitalista, a crise de acumulação, as mediações do capital financeiro, o permanente processo de reestruturação produtiva, os diversos mecanismos de regulação jurídica do trabalho, a reforma do estado, o perfil das políticas sociais, enfim, esse conjunto de instituições e de processos e objetivações de coisas concretas fazem parte de um grande movimento onde existe uma tensão permanente, que tende à rebeldia [paralelamente ao] esforço de parcerização das classes trabalhadoras. (MOTA, 2015, não paginado)

Porém, *o ápice da crise do capital ocorre em 2008, a partir da ofensiva sobre o fundo público*. A partir exatamente da receita neoliberal para tentar superar sua crise a partir de 1970, é demonstrada a sua intensificação, que se expressa nessa própria receita, através do modelo econômico, principalmente, o implantado nos países periféricos. Baseado nas privatizações, flexibilização das leis trabalhistas e domínio do capital financeiro, ele vai estendendo a pauperização em todo o mundo, que passa a se encontrar em situação análoga a dos países periféricos.

Sobre esta crise, os atuais analistas, de todos os matizes, são unânimes em afirmar que é a mais profunda crise do capitalismo desde a grande depressão de 1929⁷⁵. Harvey (2009), inclusive, faz a seguinte observação sobre ela, que merece nosso destaque: “*As economias modernas criaram um novo conceito de riqueza. Não se trata mais de dispor de valores de uso, mas de ampliar abstrações numéricas. Busca-se obter mais quantidade do mesmo, indefinidamente*”. Para este autor, dentre todos os conceitos criados por Marx para dar conta da realidade capitalista, talvez não haja conceito mais importante para interpretar essa crise do que o de *capital fictício*⁷⁶.

⁷³ No Seminário Nacional “*O Trabalho no início do Século XXI no Brasil: novas faces e tendências*”. Rio de Janeiro, GESTA (Grupo de Estudos em Serviço Social, Saúde, Trabalho e Meio Ambiente). UERJ, 22 de maio de 2015. (material gravado).

⁷⁴ Esses ataques nesta década são pesquisados por Freire (1998) em três empresas brasileiras de grande porte e importância estratégica e tecnológica, estando presentes em sua tese e parcialmente no seu livro de 2010, no que se relaciona à reestruturação produtiva e as áreas de recursos humanos, em especial, no que se refere aos impactos na saúde do trabalhador e políticas com participação do Serviço Social.

⁷⁵ Como nosso propósito aqui não é esgotar a questão do capitalismo e suas crises, para maior aprofundamento do tema sugerimos: ROMERO (2009); MÉSZÁROS (2011); BOSCHETTI et al (2010); BRAZ (2012).

⁷⁶ O *capital fictício* é analisado por Iamamoto (2008), sendo apresentado como *capital fetiche*, com base em Marx, apresentado anteriormente nesta tese.

Ao analisar se há ou não pertinência na comparação entre a crise de 1929 e a última, Gonçalves (2009) observa que a crise de 2007-2008 foi causada, principalmente, pelos desequilíbrios financeiros decorrentes da desregulamentação financeira, e que a pressão crescente ocasionada por esta desregulamentação expressa a própria dificuldade de realização do capital na esfera do real. A natureza dessa crise, contudo, conforme aponta outro autor, (BRAZ, 2012, p. 470), “não nos conduzirá à superação da ordem burguesa”, pois em sua essência, não difere das anteriores “que abateram o sistema em tantas outras vezes, tipificadas pelos traços constitutivos do estágio imperialista que se estruturou justamente a partir de outra grande e grave crise, a de 1873”.

Nesse tempo de *capital fetiche*, como descreve Iamamoto, em sua obra de 2008, com o capitalismo na crise de sua agonia estendida a todo o mundo, observam-se os acordos e junções dos países em blocos, na busca de intensificar e, ao mesmo tempo, defender-se da competição internacional. É esse o caso dos BRICS – constituído do Brasil, Rússia, Índia, China e mais recentemente África do Sul. Para Harvey (1993), existem vários fatores para esses agrupamentos, como a intensificação da competição internacional e inter-regional, estimulando respostas flexíveis no mercado, nos processos de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo.⁷⁷

O aprofundamento dos estudos sobre as crises possibilita a análise posterior sobre as suas incidências na conjuntura socioeconômica e política brasileira, lembrando que o Brasil caracteriza-se no capitalismo mundial pela sua inserção periférica e dependente, como tratado no segundo capítulo.

⁷⁷ Porém, essa aparente proteção também pode constituir uma armadilha, especialmente no caso da desigualdade entre países, quando os mais poderosos poderão lançar sobre os mais vulneráveis os tentáculos da financierização, conforme ocorreu em 2015 no episódio entre a Alemanha que sedia os bancos controladores das dívidas do mundo e a Grécia, sem reservas financeiras.

1.2.2. Pensamento social brasileiro, Estado e as interpretações do capitalismo

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”.

Este se percebe não nos pormenores de sua história,
mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais
que a constituem num largo período de tempo (...).

É isto que se deve, antes de mais nada,
procurar quando se aborda a análise da história de um povo,
seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa,
porque todos os momentos e aspectos
não são senão partes, por si só incompletas, de um todo

*Caio Prado Junior*⁷⁸

O caminho percorrido na construção do pensamento social brasileiro, caracterizado como um exercício coletivo de pensar o Brasil, teve como grande marco o período que vai de 1930 a 1950, quando aparecem “os novos explicadores do Brasil”, uma geração que repensou o país e seu lugar na modernidade, que passa a ser um “problema de estudo” de várias áreas. Esse processo inicia-se no contexto das teorias modernistas sobre a necessidade e os impasses da modernização nacional, quando desponta uma geração de artistas-pensadores do modernismo de 1922⁷⁹, período em que tudo passa por um intenso trabalho de reflexão, contestação e revisão – educação, literatura, artes, política, estudos sobre nossa formação, incluindo as ciências exatas. Conforme observa Mota (1999, p. 15), “poucas vezes o Brasil esteve tão à procura de si mesmo quanto nos anos 20 e 30”. Trata-se de um contexto em que a

⁷⁸ 2007, p. 19

⁷⁹ De acordo com Mota (1999, p. 15-16), “no ano de 1922, quando se comemorava o centenário da independência, coincidem a realização da Semana de Arte Moderna, o início do movimento tenentista – que iria desembocar na Coluna Prestes e influir grandemente na Revolução de 30 – e a fundação do Partido Comunista do Brasil”. Interessante neste conjunto é observar a concomitante formação das ciências exatas, como a física, no Brasil, introduzida pelo brasileiro Luiz de Barros Freire, Pernambuco, e pelo italiano Wattagin, convidado para a Universidade de São Paulo, neste Estado, conforme documentos no acervo do Instituto Joaquim Nabuco (Recife, PE, 1997). A partir desse período, foram criados: a Academia Brasileira de Ciências (ABC), o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

elite intelectual brasileira tinha como ideia antiga “desvendar o que somos e para onde vamos”.

Assim, três obras e seus respectivos intérpretes da chamada “geração de 30”, a geração das grandes interpretações do Brasil, marcam este período: “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda; “Formação do Brasil contemporâneo”, de Caio Prado Junior e “Casa-Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre. Uma trilogia que indica a construção de uma complexa relação entre teoria e história e trata sobre as características estruturais e fundantes da sociedade brasileira. Todos estes intérpretes estavam imbuídos da ideia de definir “o que é o Brasil, o que é o brasileiro; é a busca da identidade nacional”. O país passa a ser visto “a partir de dentro – e por dentro” (MOTA, 1999). Para Netto (2007), porém, Caio Prado Junior constituiu a vertente mais rica e fecunda, pois, dentre suas contribuições, foi “o primeiro a observar que se montou no país, a partir de 1930, sem descontinuidades ao longo dos últimos séculos, toda uma estrutura econômica, política e social para atender a demandas de fora”.

No final da década de 1950 e a partir dos anos 1960, outros intérpretes com suas respectivas obras marcariam esta dinâmica de interpretação do país e “trariam novos e importantes elementos para a compreensão do Brasil”, pois já é um período em que já se firmara na cultura acadêmica brasileira uma certa tradição de grandes ensaios interpretativos sobre o Brasil. São eles: Victor Nunes Leal com “Coronelismo, enxada e voto”; Raymundo Faoro com “Os donos do poder”; Celso Furtado com “Formação econômica do Brasil”; Antônio Cândido com “Formação da literatura brasileira – Momentos decisivos”, entre outros. Conforme analisa Martins (2006, p. 11), “essas obras marcantes são expressões de um largo momento histórico de crise social e política. Um momento de transição insegura e, portanto, de indagações e reflexões profundas”.

Essa série se completa quando uma nova geração desponta com a iniciativa de contribuir para a sistematização de uma sociologia no Brasil. A preocupação principal, especialmente dos sociólogos, era descobrir “os mecanismos do atraso, as causas da persistência dos fatores de organização da sociedade brasileira que tolhiam o nosso desenvolvimento e nos amarravam aos limites herdados do que Florestan [Fernandes] chama de ‘antigo regime’” (Ibid., p. 17). Destacam-se neste contexto alguns professores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo⁸⁰. A publicação de *A Revolução burguesa no Brasil*, de

⁸⁰ A Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mais conhecida como Escola Paulista, pertencente à USP, inicia-se num período em que a sociologia era, sobretudo, influenciada pelos europeus que fundaram esta universidade. De acordo com Martins (Ibid., p. 14), foram os franceses que ensinaram aos jovens estudantes

Florestan Fernandes, certamente é um ponto de inflexão, pois se trata de um livro, como evidencia Martins,

que também nasce num momento de crise e transição social e política, momento de incertezas e de dilemas [...] voltado também para a formação, agora, dos nossos impasses históricos, o capitalismo inconcluso e insuficiente, o modo como as grandes contradições históricas se propõem como desafio numa situação como essa [...] que pode ser considerado como *o último grande estudo do ciclo de reflexões históricas e sociológicas abrangentes, sobre o destino histórico do país, aberto com a Revolução de 1930* (Ibid., p. 11).

Sobre Fernandes, Martins (Ibid., p. 19) faz ainda a seguinte observação: “diferente do que ocorria com os intelectuais do marxismo oficial, e num momento em que as esquerdas partidárias produziam interpretações forçadas a respeito de um Brasil capitalista realizado, no limiar da revolução social, Florestan ia na direção contrária”. Isso porque, no fundo, como enfatiza Martins, “ele interroga sociologicamente a história da sociedade brasileira a partir do reconhecimento da não-realização plena e significativa das virtualidades da revolução burguesa” (Id., ibid.). Desde o início de sua trajetória acadêmica, Florestan Fernandes tinha rigorosas preocupações metodológicas, sendo os recortes temáticos de seu grupo mediados pelo privilegiamento do método. Nessa perspectiva, justamente, ele buscava distinguir, como fizera Marx, “método de investigação e método de explicação, a pesquisa empírica e a interpretação”. Nesse sentido, “dedicou-se extensamente ao trato teórico desses momentos do método científico nas ciências sociais, valorizando, sobretudo, a pesquisa empírica como fundamento do conhecimento sociológico” (MARTINS, 2006, p. 13-14)⁸¹.

Outro marxista que também se destaca neste campo da reflexão sobre temas relacionados ao Brasil é Octavio Ianni. Sua trajetória de produção intelectual, conforme avalia Iamamoto (2009, p. 19),

condensa o processo de institucionalização e desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, dispondo de uma contribuição densa e original à análise da formação histórica do país, profundamente enraizada nos dilemas latinoamericanos nas diferentes conjunturas e em suas intrincadas relações internacionais (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

Ianni contemplou diversos temas em sua obra, tratando da “questão racial” no Brasil, o mundo agrário, as articulações entre nação e Estado, a cultura, o planejamento econômico e

brasileiros da elite, que sabiam mais sobre a França do que sobre o Brasil, que um bom começo para os jovens cientistas sociais seria descobrir o Brasil. E, por exemplo, Florestan Fernandes, que não vinha da elite, também aprendeu essas lições, pois essa era sua época, mas se voltando para o Brasil.

⁸¹ Na resenha *Escritos do “jovem” Florestan Fernandes e seus legados*, Neves & Souza (2010) analisam que as características do conjunto da obra de Fernandes revela que este autor sintetizou e desenvolveu um diálogo de amplas proporções com as principais correntes do pensamento no âmbito da teoria sociológica, o que indica um processo visto que o intelectual foi se construindo no transitar pelos diversos caminhos vindo a culminar com sua adesão à tradição marxista e a tomar como fio condutor de sua obra a análise dos problemas e dilemas do Brasil e a perspectiva aliada à *classe trabalhadora* (Ibid., p. 217).

social, e a globalização na sociedade brasileira e latinoamericana inscritas no circuito mundial. Portanto, sua profícua obra traduz a busca de elucidar a “ideia do Brasil moderno” e “a crítica da ordem existente”.

Essa tarefa de desvelar as particularidades do processo histórico brasileiro foi o foco dos pensadores que aqui tomamos como exemplo, enquanto profundos conhecedores e reconhecidos intérpretes dos fundamentos da formação social, econômica, política e cultural do Brasil. Em sua interlocução com a tradição marxista, esses pensadores adotaram os referenciais teórico-metodológicos desta teoria social em seus estudos, tendo em vista que a tarefa do desvendamento da estrutura da ordem burguesa em países periféricos como o Brasil requer trilhar um caminho metodológico, tendo este pressuposto sido assumido na perspectiva do movimento crítico-dialético.

Com o devido entendimento do que acabamos de apresentar sobre o processo de interpretação do Brasil e a lógica metodológica para desvendá-lo, chamamos a atenção para outro aspecto a ser evidenciado nesta tese: o que diz respeito *às vias para instalação do capitalismo no Brasil*. Ou seja, refletir sobre as vias indicadas pelos autores que aqui foram recuperados para entender o país, figuras que, no dizer de Coutinho (2000, p. 10), “se colocam contra a corrente dominante empenhando-se por revelar em suas obras as graves distorções humanas e sociais geradas em nosso país pela *‘via prussiana’*; é reconhecer que eles criaram, ao mesmo tempo, “as bases para o florescimento de uma arte e de uma consciência social alternativa” (id, *ibid.*).

Ao se ocuparem da construção da “imagem do Brasil”, todos eles elaboram “uma dura crítica da modernização “prussiana” ou “passiva” de que fomos vítimas” (Ibid, p. 11). É bom recordar que, conforme análise do autor, na tradição marxista há pelo menos dois conceitos elaborados para apreender processos de transição “não clássica” para o capitalismo, ou seja, a “via prussiana“, elaborada por Lênin, e a “revolução passiva”, cunhada por Gramsci.

Alguns autores intérpretes do Brasil conseguiram capturar efetivamente tais contradições, outros não. Estes últimos acabaram desenvolvendo uma *análise relativamente estreita do Estado brasileiro* e de sua relação com a ordem burguesa, na medida em que – apesar de denunciar o caráter condescendente que o Estado brasileiro possui com os segmentos burgueses –, de certa forma, “alimentam” a burguesia pela via da corrupção, ao

afirmar que este *caráter patrimonialista do Estado* se configuraria em mais um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo como em outros países⁸².

Um fato significativo na atualidade é que, nas duas últimas décadas, o pensamento social brasileiro e seus principais intérpretes vêm ganhando atenção cada vez maior, desde os círculos acadêmicos até o público mais geral. Isso é o que enfatiza os autores Botelho e Schwartz (2009, p. 11)⁸³, quando afirmam que “há um interesse crescente pelas interpretações que o Brasil recebe e recebeu, e uma nova curiosidade acerca destes ‘Brasis’, desenhados, projetados e imaginados por tantos pensadores locais e estrangeiros”. Porém, este breve apanhado sobre as iniciativas empenhadas em vista da construção do pensamento social brasileiro nos possibilitou concluir, com base nesses autores (Ibid, p. 13), que “as diferentes interpretações do Brasil também se tornaram, ao longo do tempo, como que matrizes de diferentes modos de sentir e pensar o país e de nele atuar”⁸⁴. Sendo assim, é importante perceber a riqueza presente nas diferentes formas de interpretar o Brasil e saber diferenciar, neste sentido, conforme enfatizam os autores, que “o diálogo entre os intérpretes do Brasil não foi apenas harmonioso [pois] o pensamento social é feito de muitas contradições, ajustes e desajustes, e será frutífero entender esse painel, como uma grande e inesgotável multiplicidade” (Ibid, p. 12-13).

Após discorrer até aqui sobre o processo de construção do pensamento social brasileiro e dos intérpretes deste país em sua busca por construir uma imagem alternativa do Brasil, situaremos, em seguida, alguns insidiosos traços que marcam o processo de consolidação da ordem burguesa no Brasil, nas circunstâncias históricas que caracterizam o país como “periférico” e “atrasado” no processo de constituição e desenvolvimento capitalista.

⁸² Este caráter do Estado brasileiro, conforme adverte Coutinho (2000), foi absolutamente necessário para a consolidação do capitalismo no Brasil, pois foi a partir de tal estrutura política que o Estado garantiu o empreendimento de inúmeras empresas necessárias para o desenvolvimento capitalista, bem como a realização de uma série de iniciativas, como no campo da reprodução da própria classe trabalhadora.

⁸³ Botelho e Schwarcz (2009) reuniram 29 intérpretes do Brasil num só livro, que busca introduzir o pensamento social brasileiro e enfatizar os autores que, segundo eles, “contribuíram de modo crucial para a compreensão da sociedade brasileira, dos seus problemas, dilemas e possibilidades”. Esse país enigmático, como definem os autores, “que desafiou e encantou muitos intelectuais na busca por pensar o Brasil em sua essência”. Neste trabalho lançado em 2009, um dos resultados apresentados é a reunião de “modernistas de 1920 e ensaístas clássicos dos anos 1930; a geração pioneira dos cientistas sociais profissionais e seus primeiros discípulos”.

⁸⁴ Santos e Silva (2010) apontam três grandes blocos de problemáticas presentes na discussão sobre o Brasil que remontam ao Império e chegam aos nossos dias. Um primeiro bloco discute a constituição do Estado no plano político-administrativo do período imperial brasileiro; o segundo bloco compõe-se de autores que vislumbram a formação do povo brasileiro e seus tipos mais característicos, como o sertanejo, o mestiço, o negro e seus focos na sociabilidade rural brasileira; no terceiro bloco busca-se desvendar o País enfatizando o lugar do Brasil no mundo e apresenta os seus principais problemas contemporâneos.

Com a premissa sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil que, em seu diferencial, não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada, tendo sua própria circunstância e nela percorrendo o caminho possível, pretendemos desenvolver a presente análise. O desvendamento das relações sociais da ordem burguesa em países periféricos como o Brasil, de acordo com Fernandes (2006), pressupõe considerar que tipo de transformação capitalista se tornou historicamente viável no país. Em suas considerações analíticas sob um ponto de vista teórico acerca desta relação entre transformação capitalista e dominação burguesa nos países periféricos de economia capitalista dependente e subdesenvolvida, Fernandes aponta que o conceito de “Revolução Burguesa” constitui um tema central no estudo da sociologia da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cujo problema central, em síntese, é assim analisado:

O problema central da investigação histórico-sociológica da Revolução Burguesa no Brasil consiste na crise do poder burguês, que se localiza na era atual e emerge como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. *Parecia [...] que essa transição [...] iria desenrolar-se segundo um modelo que se supunha universal*: as forças acumuladas sob o capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a autonomização do desenvolvimento capitalista interno, quanto para conferir à burguesia nacional [...] uma forte orientação democrática nacionalista (FERNANDES, 2006, p. 252-53 – grifo nosso).

Tal ilusão, conforme observa Fernandes, não só fazia parte da ideologia burguesa. Ela era também “perfilhada pelo radicalismo pequeno-burguês, em suas várias ramificações”, bem como impregnava, em particular, “as concepções táticas das diversas correntes do pensamento propriamente revolucionário na esquerda (dos anarco-sindicalistas e socialistas aos comunistas)” (FERNANDES, 2006, p. 253). Assim, ao situar sua análise da “Revolução Burguesa” na particularidade brasileira, sua formação social e suas condições históricas na dinâmica geral do capitalismo, Fernandes evidencia que é a “sociedade brasileira que confere um estilo próprio à implantação e consolidação do capitalismo em seu interior”⁸⁵. Em sua opinião, esse processo “pode aparecer como um todo e em toda a sua complexidade à investigação sociológica”, pois se trata de uma revolução que não é um *episódio histórico*, mas um *fenômeno estrutural*. Portanto, uma história que, ao realizar o modelo da revolução burguesa, realiza-o numa orientação oposta à do modelo europeu e nos lança no mundo capitalista de um modo singular e problemático. Pois conforme resume Martins (2010):

⁸⁵ A relação entre dominação burguesa e a transformação capitalista é altamente variável. De acordo com Fernandes “não existe, como se supunha a partir de uma concepção europeucêntrica [...], um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista. Atualmente, os cientistas sociais já sabem, comprovadamente, que a transformação capitalista não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2006, p. 337).

[...] aqui, a transição para o capitalismo teve seu próprio percurso e seu próprio ritmo. Tem sido transição vagarosa, extraviada nos atalhos de inovações sociais e econômicas tópicas, que nos permitem ser o que não somos e chegar aonde não podemos. Saltos sobre o bloqueio do atraso (MARTINS, 2010, p. 10):

De acordo com a análise de Coutinho (2000), Florestan Fernandes avança em relação a Caio Prado Júnior, porque fundamenta teoricamente as peculiaridades do capitalismo no Brasil em suas diferentes fases, utilizando-se da concepção da “via prussiana” para a constituição da ordem burguesa em solo brasileiro. Ao fazê-lo, Fernandes também justifica o uso do termo “revolução burguesa” para o nosso caso, contrariando muitos que o achavam inadequado. A respeito da aceção deste conceito de *revolução burguesa*, ela denota, segundo Fernandes,

um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do *poder burguês* e da dominação burguesa. (FERNANDES, 2006, p. 239 – grifo do autor).

Muitos são os aspectos que tornaram a *revolução burguesa* no Brasil tão peculiar, como é enfatizado o tempo todo por Fernandes, ao analisar a existência natural de um *antes* e um *depois*. Mas é o *durante* que ele se propõe a estudar, pois se trata, segundo o autor, “de um aspecto que se impõe”, ou seja, o intento fora da sociologia marxista de “explicar a Revolução burguesa somente pelo passado [...], ignorando-se ou esquecendo-se a outra face da moeda, com frequência mais decisiva: a imposição da *dominação burguesa à classe operária*” (Ibid., p. 246). Ele destaca também a intensificação do caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa, característica que a tornam tão peculiar no Brasil – pela via autocrática – de cima para baixo, embora não sendo a primeira que se concretiza por essa via nem tampouco a última (Ibid, p. 257-59).

Assim, as *três fases* que marcam o desenvolvimento e as contradições que atravessam a constituição do capitalismo no Brasil, conforme mencionadas na história moderna da sociedade brasileira, são apresentadas por Fernandes. Ao considerá-las por uma perspectiva global, ele observa que

[...] o desenvolvimento capitalista significou coisas distintas, em cada uma das **três fases que marcam a evolução interna do capitalismo. Em nenhuma delas tivemos uma réplica ao desenvolvimento capitalista característico das nações tidas como centrais e hegemônicas** (quanto à irradiação e à difusão do capitalismo no mundo moderno). Ao contrário, nas **três situações sucessivas, o desenvolvimento capitalista apresenta os traços típicos que ele teria de assumir nas nações tidas como periféricas e heteronômicas**, fossem ou não de origem colonial (ibid., p. 261).

Na *primeira fase* identifica-se a “emergência e expansão do mercado capitalista moderno”, ainda que pautado em modelo estritamente agro-exportador e no trabalho escravo. Trata-se de uma fase de transição neocolonial, que ocorre de modo lento e descontínuo e eclode no período que Fernandes assim define: “sua delimitação pode ir, *grosso modo*, da Abertura dos Portos até aos meados ou à sexta década do século XIX (tomando-se, como ponto de referência, as evidências históricas da crise estrutural, *irreversível do sistema de produção escravista*)” (FERNANDES, 2006, p. 263-64 – grifo do autor)⁸⁶.

Na *segunda fase* identifica-se a “emergência e expansão do capitalismo competitivo” pautado progressivamente no modelo industrial e no trabalho livre, ainda que submetido ao caráter heteronômico das relações que atravessam o Brasil e as nações imperialistas⁸⁷. Trata-se de uma fase que, de acordo com Fernandes, “compreende, pois, tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a primeira transição industrial verdadeiramente importante; e vai, *grosso modo*, da sexta década ou do último quartel do século XIX até a década de 1950, no século XX” (Ibid., p. 264).

No entanto, enquanto essa economia se constitui, se consolida e se expande, ela tende também a “redefinir e a fortalecer os liames de dependência tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentável”. Pois, “continuava a prevalecer a extrema valorização econômica de diferentes idades coetâneas e de formas de desenvolvimento *desiguais*, como expediente de acumulação originária de capital ou de intensificação da expropriação capitalista do trabalho” (Ibid., p. 288). Aprofunda-se, assim, o vínculo subalterno do Brasil à economia *monopolista imperialista*⁸⁸. No caso brasileiro, a

⁸⁶ Sobre esta fase embrionária do capitalismo no Brasil, Fernandes sinaliza que “é no seu enlace que se elevam ao primeiro plano tanto a ‘força selvagem’ quanto a ‘debilidade crônica’ da Revolução Burguesa sob o capitalismo dependente” (FERNANDES, 2006, p. 237)

⁸⁷ Diante dos interesses imperialistas se expressara a condição heteronômica do Brasil, do ponto de vista cronológico, desde o período de 1870-1880, quando se verificou uma fase de crescimento econômico, assentada largamente no café, pondo exigências materiais, sobretudo no campo da infraestrutura [estradas de ferro, aparelhamento de portos, vias urbanas etc.] cujos investimentos passaram a ser capitaneados pelo Estado e pelo capital estrangeiro. Sobre esse caráter heteronômico é importante lembrar ainda que, de acordo com Fernandes, esse caráter do capitalismo brasileiro não se configura apenas como uma imposição, ‘de fora para dentro’, mas também como uma estratégia da própria burguesia nacional para manter seu poder político e econômico. Assim, “a transformação capitalista procurada, em cada uma das três situações, definia-se a partir dos interesses egoísticos particulares dos estamentos ou das classes dominantes [...]. Portanto, a Nação não chega a ser definida como objetivo central do desenvolvimento capitalista [...]” (Ibid., p. 263).

⁸⁸ De acordo com a análise de Fernandes, “a partir do momento em que a articulação internacional provoca um deslocamento de fronteiras econômicas e culturais, ela põe a organização da economia periférica e seu padrão de desenvolvimento na órbita de uma revolução econômica. Por maiores que sejam as inibições que resultam da articulação de uma economia periférica e economias centrais, a transformação capitalista atingida representa o modo pelo qual se pode praticar o capitalismo competitivo na periferia. O Brasil é, por sinal, um dos países nos quais a natureza do salto histórico dado se desenha com extrema nitidez” (Ibid., p. 278-79).

burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação. Ao mesmo tempo, a burguesia atinge sua maturidade, sua plenitude de poder sob a erupção do capitalismo monopolista, conforme veremos na terceira fase. A transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 1930 fazem parte da evolução interior do capitalismo competitivo.

A terceira fase constitui a “emergência e expansão do capitalismo monopolista” e consiste na adequação do mercado capitalista nacional às exigências do capitalismo monopolista, que solidifica a trajetória da modernização conservadora no Brasil. De acordo com Fernandes (2006, p. 264), esta fase “caracteriza-se pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da ‘grande corporação’ (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista)”. O autor considera esta fase em especial, pois, “embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à ‘Revolução de 1964’”.

Ianni (1981) apresenta uma contribuição para a *análise da história da ditadura militar no Brasil, instalada em 1964*, época importante do desenvolvimento das classes sociais e das contradições de classes no Brasil. O autor busca desvendar o vínculo estrutural entre aquela ditadura e os interesses privados do capital nacional e internacional, mostrando que a passagem desse capital do modo concorrencial [competitivo] para o monopolista se dá de forma muito evidente, havendo a cooperação econômica estreita entre capital e Estado no Brasil⁸⁹. A partir desta ditadura está constituído o modo mais desenvolvido de produção capitalista no Brasil, sobretudo pela captura do fundo público.

Nesse processo, a expropriação do trabalho, enquanto elemento indissociável à constituição e formação da sociedade capitalista brasileira, encontra seus nexos causais nas relações de produção que antecederam a própria emergência do trabalho assalariado no país. Sua origem remete ao período colonial, quando as necessidades de desenvolvimento do capitalismo na Europa reativaram o uso da mão-de-obra escrava para maximizar as taxas de lucro extraídas da dinâmica comercial. Nesse sentido, pudemos demonstrar também, com evidências sobre o campo amostral, essa realidade histórica, que apresenta, de um lado, a *classe burguesa* no Brasil, a qual, surgida antes mesmo da generalização do trabalho livre,

⁸⁹ Netto (2007, p. 19) discorre que “trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista”. Com base em Mandel, observa ainda que “é também consensual que o período do imperialismo ‘clássico’ [situa-se] entre 1890 e 1940”.

consolida seu império e se torna um grande monopólio, por meio da propriedade de terras, dos engenhos e usinas de açúcar, das fazendas de café e das empreiteiras, em seu processo de centralização e concentração de capitais. Por outro lado, a *classe trabalhadora*, em processo de formação, caracterizava-se por sujeitos sociais super espoliados, entre os quais estava presente o trabalho escravo que foi marcante, na hegemonia da economia agrária do açúcar, do café e do laranjal – este último como marca da economia da região Leste Fluminense do Rio –, apesar de também ter vivido a transição para o trabalhador livre.

O contexto brasileiro no período imediatamente anterior, de 1961-1964, segundo Netto (2009), pode ser sintetizado na constatação de uma crise da forma de dominação burguesa no Brasil. O Estado que se estrutura depois do golpe de abril tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, ao colocar-se a serviço do capital monopolista. Com isto, acaba por resgatar as piores tradições da sociedade brasileira, como a *heteronomia e a exclusão*, bem como as soluções “pelo alto”. Concordamos com o autor no sentido de que o que importa acentuar é o caráter antinacional e antidemocrático do Estado pós-64. O Estado autocrático burguês erguido recobre três lustros⁹⁰ – de abril de 1964 a março de 1979: do golpe à posse do general Figueiredo, tendo se caracterizado por conduzir o país a uma modernização conservadora⁹¹.

A concepção desenvolvimentista pretende erradicar os vetores revolucionários, ou seja, amortecer os níveis de insatisfação da grande maioria da população, mediante um aumento dos níveis de bem-estar social. Enfim, este processo de constituição da dominação burguesa, alicerçado sob o *desenvolvimento capitalista desigual*⁹² e *combinado*⁹³, explica também a industrialização tardia no Brasil e sua associação ao capital estrangeiro a partir da

⁹⁰ Ao longo desses três lustros, a autocracia burguesa evoluiu diferencialmente: no período que vai de abril de 1964 a dezembro de 1968 (cobrindo o governo Castelo Branco e parte do governo Costa e Silva); de dezembro de 1968 a 1974 (envolvendo basicamente o fim do governo Costa e Silva, o intermezzo da Junta Militar e todo o governo Médici) e o período Geisel (1974-1979) (NETTO, 2009, p. 35).

⁹¹ As linhas mestras deste “modelo” concretizam a “modernização conservadora” conduzida no interesse do monopólio: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis etc (Ibid., p. 31).

⁹² Ver nota 2 na Introdução sobre a noção de desenvolvimento desigual, conforme apresentação de Iamamoto (2008).

⁹³ De acordo com Martins (2006, p. 16), “Desde os anos 1950 os sociólogos se preocupavam em descobrir os mecanismos do atraso, as causas da persistência dos fatores de organização da sociedade brasileira que tolhiam o nosso desenvolvimento e nos amarravam aos limites herdados do que Florestan chama de antigo regime”. Nos anos 1960, no cenário do nacional-desenvolvimentismo, as pesquisas “procuravam identificar em diferentes categorias sociais os limites, estruturas da mudança, a disposição ou indisposição para mudar, as resistências à mudança social e à possibilidade do desenvolvimento e da modernização. O Brasil moderno se propunha contra o Brasil arcaico. Mas ao mesmo tempo questionava-se o dualismo e tudo se encaminhava para um entendimento do nosso desenvolvimento como desenvolvimento desigual e combinado” (Ibid, p. 17).

entrada das multinacionais, quando se observa um novo momento do capitalismo, ou seja, a terceira fase do processo de consolidação do capital no Brasil, iniciada (e interrompida) anteriormente, a partir da passagem dos anos 1950.

De acordo com Nassif (2013), durante toda a primeira metade do século XIX, os impedimentos para o processo de industrialização no Brasil partiam diretamente da Inglaterra por ter interesse em manter relações com o país como o principal consumidor para seus produtos. Essa relação de Brasil com a Inglaterra só foi alterada a partir de 1944, com a Tarifa Alves Branco, que elevou as taxas médias de importação para 44%, e a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu o tráfico de escravos, quando tivemos o primeiro impulso no processo de industrialização no país.

Nesta fase, a consolidação do capitalismo no Brasil, ainda que tardia, também se explica a partir de alguns processos auto-implicados. Entre eles, apresenta-se o da transição de uma estrutura sócio-política, pautada no modelo agro-exportador e no trabalho escravo, para a consolidação de um mercado tipicamente capitalista, que apenas se deu em função das potencialidades existentes no país, passíveis de investimentos e de incorporação pelo círculo internacional monopolista. Enfim, em nenhuma dessas três fases, de acordo com Fernandes (2006), o desenvolvimento capitalista chegou a alcançar:

- 1º) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista);
- 2º) a desagregação completa do antigo regime e de suas seqüelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação;
- 3º) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza (FERNANDES, 2006, p. 262).

Decorre daí uma conexão fundamental: a de valores conservadores, particularistas e elitistas e a ordem social competitiva. De acordo com o mesmo autor, portanto, na nova ordem, na qual o burguês moderno renasce do senhor antigo, “além da *desigualdade de classes*, conta poderosamente o privilegiamento dos privilegiados na universalização da competição como relação e processos sociais” (ibid, p. 200 - grifo nosso).

Esse explícito processo de *modernização conservadora* que marca a criação histórica da hegemonia das relações sociais de produção capitalista no Brasil, embora alguns móveis capitalistas tenham sido introduzidos no país no contexto colonial, só é realmente impulsionado com a criação do Estado Nacional e daí advém a importância da independência⁹⁴. Esta inaugura um processo de contradições e a dialética entre o arcaico e o

⁹⁴ Conforme o resgate por Fernandes (2006), a trajetória sócio-histórica brasileira é mostrada a seguir: “A Independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constituiu a primeira grande revolução social que se

moderno, que permeiam a discussão sobre a dinâmica da sociedade brasileira no passado e no presente (BEHRING, 2008).

Desse modo, a condição histórica brasileira, no que se refere ao passado insidioso, que permanece de muitos e eficientes modos na organização da sociedade brasileira, possibilitou a consolidação do capitalismo no Brasil nos marcos do imperialismo, conferindo-lhe peculiaridades importantes, como, por exemplo, a convivência do arcaico com o moderno, e um *processo de desenvolvimento ainda inconcluso* em nosso país (FERNANDES, 2006, p. 153). Ou seja, como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo as relações sociais herdadas de um passado colonial se reapresentam na cena histórica e cobram o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da conciliação.

Em relação aos elementos que compõem a dominação burguesa, esse autor destaca especialmente as forças que representam a grande burguesia industrial e financeira, bem como a burguesia internacional, diretamente envolvida nesse jogo econômico e político, e faz a seguinte observação:

Não puderam vencer todas as fraquezas de uma dominação heterogênea e compósita; e, inclusive, *tiveram de acomodar-se a interesses burgueses de setores arcaicos*, os quais interferem nos ritmos e nas conseqüências da modernização controlada de fora, diminuindo assim tanto a eficácia quanto os efeitos de demonstração da nova ordem. No entanto, foram favorecidas pelo estilo da transformação política: apesar das aparências, não se constituiu um grupo reinante homogêneo, mas uma composição civil-militar, com preponderância militar e um nítido objetivo primordial – o de consolidar a dominação burguesa (em nome da defesa do sistema da iniciativa privada e do monopólio do poder pelos “setores esclarecidos” das classes dominantes). (Ibid., p. 256 – grifo nosso).

Na dialética de todo esse processo histórico aqui analisado, verifica-se, em síntese, que “*não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional [...] aquele passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados*” (PRADO JR., 2007, p. 11-13 – grifo nosso).

Como explicita Oliveira (2003, p. 21): “As colônias no Brasil (...) são colônias de ‘produção’, contrastada com as colônias de ‘povoamento’, cuja expressão principal, no Novo Mundo, serão os futuros Estados Unidos da América do Norte”. Ao contextualizar historicamente a utilização da mão-de-obra no desenvolvimento brasileiro, com ênfase na

operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da ‘era colonial’; como ponto de referência para a “época da sociedade nacional”, que com ela se inaugura” (ibid, p. 49). A proclamação da independência cria as condições para o florescimento do espírito burguês, mas não em toda sua plenitude e sem romper com o entrosamento com o país colonizador (ex-império). Nesse sentido, pode-se afirmar que, ainda que sua proclamação tenha possibilitado a construção de um Estado de caráter nacional, observa-se que não viabilizou uma alteração no quadro herdado do sistema colonial. Ao contrário, ambos os processos o reforçaram.

Bahia, por ser tratar de seu objeto de análise, este autor utiliza uma metáfora bíblica recorrendo à versão da “Criação do Mundo”:

no princípio era o Senhor e esse Senhor era Branco. O Senhor Branco se encontrou diante de uma aguda escassez de mão-de-obra. Os habitantes locais, que vieram a ser chamados de ‘índios’, nem estavam na Idade da Pedra Lascada: existiam em abundância – 6 milhões de indígenas brasileiros à época –, por certo, e eram já sedentários e agricultores, ao contrário de exclusivamente caçadores. Provam-no o cultivo da mandioca e do milho, este último convertido no cereal mais universal (Ibid., p. 22-23).

Oliveira apresenta em seguida as razões mais importantes para o não-aproveitamento dos indígenas nas *plantations* de cana-de-açúcar. Já em um segundo momento (segundo dia da criação), o Senhor Branco criou a mercadoria “escravo”: e este era negro, ou preto. Era preto o escravo, logo o preto era escravo. Recorte de uma não-identidade, cuja primeira raiz era a mercadoria (OLIVEIRA, 2003, p. 24). Conforme sua análise, confere-se a necessidade de se “refazer na história conceitual para dar conta da história real: migração forçada, mas migração; não simples ‘transporte’” (Ibid., p. 22-23).

Dessa forma, fica posta a matriz social da produção e da reprodução da economia e da sociedade em terras brasileiras, com ressalva para o Centro e o Sul do Brasil que percorrerão caminhos diferentes.

1.3. Trabalho e “questão social”: processos inseparáveis da sociabilidade do capital

Sim, a história da questão social no Brasil
pode ser vista como a história das formas de trabalho.

Com uma reiterada apologia do trabalho.

Essa é uma pedagogia antiga,

Contínua e presente.

*Octavio Ianni*⁹⁵

O debate da chamada “questão social” tem sido considerado um dos principais avanços na compreensão da sociedade capitalista, tendo à frente a área de Serviço Social como uma das principais responsáveis por esse avanço investigativo. Achamos importante,

⁹⁵ 1989, p. 153.

inicialmente, apresentarmos, ou reafirmarmos, que nossa compreensão acerca da “questão social” é a de que se trata de “um fenômeno específico da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam, expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes”, conforme análise empreendida por Yamamoto (2008, p. 162). Portanto, a situaremos sob o ponto de vista do trabalho, entendendo-a como uma questão de classe social, sendo produto da lei geral da acumulação capitalista.

Na atualidade, a “questão social” se expressa nas mais variadas formas e é profundamente radicalizada, expressando-se, inclusive, nos impactos operados pelos grandes projetos de desenvolvimento, em alta neste início do século XXI, particularmente no caso ora pesquisado⁹⁶, constituindo-se como uma forma privilegiada de o capitalismo contemporâneo intensificar seu processo de acumulação. Portanto, nas relações sociais de produção capitalistas, fundadas na produção de mais-valia, revela-se a face contraditória do que ocorre na sociabilidade do capital. Assim sendo, é nesse contexto que consideramos a compreensão da “questão social”. Compreensão essa que está amparada nos principais pensadores do campo social que discutem o tema, sobretudo aqueles que utilizam as análises marxianas como base para a sustentação do entendimento da denominada (impropriamente) “questão social”⁹⁷, bem como suas consequências ideológicas e políticas, no desvelamento dos fundamentos da ordem social burguesa.

Alvo de muitas controvérsias teóricas, que geram um grande debate, “nas épocas de crise, a questão social se torna mais evidente, como desafio e urgência. Os mais diversos setores da sociedade passam a interessar-se pelo desenvolvimento social” (IANNI, 1989, p. 145). Nessas épocas e sob essa perspectiva, segundo esse autor, é comum que se busque aprofundar como vem ocorrendo “o descompasso entre as conquistas sociais e as econômicas, as tensões sociais no campo e cidade, os riscos de explosão do descontentamento popular, as lutas pela conquista de direitos, a construção de uma sociedade mais justa, o pacto social.” (Id., *ibid.*).

É necessário conceituar a “questão social” como o fenômeno que, em seu significado particular, revela-se como uma expressão específica da luta de classes, que não é tão recente, mas acompanha o desenvolvimento histórico do país, sendo próprio ao modo capitalista de produção e permanecendo tão viva na atualidade deste início do século XXI. A premissa é de

⁹⁶ O Comperj na Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

⁹⁷ Por essa impropriedade, que indica a naturalização de uma questão sem origem na relação capital-trabalho e na luta de classes, buscamos colocar esta expressão entre aspas em toda esta tese.

que a análise da “questão social” é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho no capitalismo e se encontra necessariamente situada em uma arena de lutas.

É interessante atentar que esta expressão “questão social”, conforme observa Iamamoto, “é estranha ao universo marxiano”, tendo em vista que foi cunhada por volta de 1830 (IAMAMOTO, 2001, p. 11) ⁹⁸. Mas, embora Marx não tenha chegado a utilizar essa expressão vem de sua tradição intelectual a fundamentação de sua origem, ou seja, a tese de que na lei geral da acumulação capitalista encontra-se a raiz da “questão social”. Portanto, partilhamos aqui da seguinte afirmação sobre a “questão social” como:

Indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista (IAMAMOTO, 2001b, p. 11).

Sobre a compreensão do termo “questão social” e seu vínculo com a classe operária, no contexto do Serviço Social, Iamamoto, em 1982, quando lançou *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, juntamente com Raul de Carvalho, já fazia a seguinte referência:

A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77 – grifo da autora).⁹⁹

Na transcrição do debate da Abepss em 2001¹⁰⁰, a “questão social” – nesse momento, utilizada entre aspas pela autora [Iamamoto], embora estranha ao universo marxiano, no marco da teoria crítica recente, é considerada de forma ampla e genérica. Mais tarde, a identifica como sendo o objeto central do Serviço Social, em suas várias expressões.

Netto, também participante deste debate de 2001 e igualmente utilizando o termo “questão social” entre aspas, enfatiza a importância de identificar a tergiversação

⁹⁸ Castel (1998), que discorre sobre a “questão social” em uma perspectiva durkheimiana, a analisa associando-a à problemática do pauperismo, destacando que sua origem remete às sociedades pré-industriais da Europa Ocidental, tendo, porém, sua primeira formulação explícita no século XIX.

⁹⁹ É interessante observar o fato de que essa autora, em seu livro *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios e críticas* (IAMAMOTO, 1992, p. 76), apresenta o capítulo A “questão social” no capitalismo monopolista e o significado da assistência, extraído de sua dissertação de mestrado de 1981, no qual essa expressão é colocada entre aspas, em razão de ser uma denominação imprópria. Já em outras produções ocorre a variação entre a colocação ou não dessa expressão entre aspas, assim colocada nesta tese, ou do seu equivalente em fonte itálico, como na citação anterior.

¹⁰⁰ Por ocasião da aprovação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social, a ABEPSS reuniu quatro conferências sobre o tema “questão social”, ocorridas no VII ENPESS, em novembro de 2000, na publicação da Revista *Temporalis* n. 3. (ABEPSS, 2001). Desde o debate travado neste Encontro, os autores Iamamoto (2001b), Yazbek (2001), Netto (2001) e Pereira (2001), apresentam a tese em comum de que não existe uma “nova” questão social, em face do entendimento aqui apresentado.

conservadora presente na expressão. explica que “a partir da segunda metade do século XIX, a expressão ‘questão social’ deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ideopolítico – ela desliza, lenta, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador.” (NETTO, 2001, p. 43). O autor lembra ainda que a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca, haja vista que em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas se registram.

Tal contextualização, que toma por base a influência da cultura política própria da ordem social burguesa no processo histórico, nos ajuda a pensar questões específicas que envolvem a classe trabalhadora no país, como também, em sentido amplo, nos ajuda a “conhecer os caminhos e os descaminhos do esforço do ser humano pela conquista de sua dignidade e liberdade”, conforme explicita Frei Beto, no Prefácio do Livro de Trindade (2002, p. 11). Essa é uma das intenções que move o desenvolvimento do presente estudo, que tem o intuito ainda de nos conduzir às lutas históricas e a compreender melhor “os processos sociais que pretenderam emancipar o ser humano” (Id. Ibid.).

1.3.1. “Questão social” como uma questão da classe trabalhadora

Nossa proposta nesta breve análise é buscar os fundamentos da emergência da “questão social”. Sua raiz, como a literatura crítica vem apontando, está na lei geral de acumulação do capital. Antes, porém, de discorrer sobre esta lei, gostaríamos de situar nossa compreensão sobre a categoria “classe social”, tendo em vista nosso entendimento sobre “questão social” que remete à questão de classe.

Em primeiro lugar, optamos pelo uso de “classe” no singular, e não “classes”. A diferença está fundamentada na análise de Thompson, em *A formação da classe operária inglesa* (2011). Para o autor: “‘classes trabalhadoras’ é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem as classes trabalhadoras” (Ibid., p. 7). Esclarecido isso, o autor continua afirmando que, entende por classe “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (Id. Ibid.).

A dimensão histórica dessa compreensão é ressaltada por ele várias vezes, dizendo tratar-se de “um fenômeno histórico”, ou seja, rompe com a ideia de classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas “como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (THOMPSON, 2011, p. 9-10). Essa noção é a que tomamos em nossa análise nesta tese: “a noção de classe [que] traz consigo a noção de relação histórica”. Em relação à essa concepção relacional, o autor argumenta: “A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente” (Ibid., p. 10).

A partir desse esclarecimento inicial, prosseguimos situando agora uma das leis específicas do modo de produção capitalista formuladas por Marx (2006). Frente ao caráter antagônico da produção capitalista, esse autor toma como objeto de análise as contradições entre capital e trabalho. A formulação teórica desta lei, que tem caráter tendencial, ocorreu em 1867 e podemos encontrar mais especificamente o resultado deste estudo no capítulo XXIII de *O Capital*.

Ao analisar a influência que o aumento do capital em seu processo de acumulação tem sobre a sorte da classe trabalhadora, Marx (2006) toma como referencial a composição orgânica do capital e as modificações que ele experimenta no curso do processo de acumulação. Esta composição do capital, conforme exposição de Marx, possui dois aspectos. O primeiro, parte do ponto de vista do valor, sendo este “determinado pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários”. Já o segundo parte do ponto de vista da matéria e este “funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva” (Ibid., p. 715)

Desse modo, segundo Marx, essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessário para o processo de produção. Marx chama a primeira de *composição segundo o valor*, e a segunda, de *composição técnica* (Id. Ibid.). Logo, a composição orgânica do capital é a composição do capital de acordo com o valor, na medida em que esta é determinada pela composição técnica e expressa as suas modificações. Segundo a lógica de análise de Marx, os numerosos capitais empregados num determinado ramo industrial diferem mais ou menos entre si, tanto pela sua composição quanto pela transformação técnica da produção. E a média geral das composições médias (técnicas e de valor), de todos os ramos de produção, nos dá a composição do capital social de um país.

Nesse movimento contraditório do capital, ao mesmo tempo em que é criada a maior quantidade factível de trabalho, é reduzido o trabalho necessário a um mínimo, manifestando-se a tendência de aumento da população trabalhadora e de uma parte da mesma como superpopulação. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas altera cada vez mais as relações entre as partes constantes e variáveis do capital, o que determina a formação da superpopulação relativa.

É nessa direção que a acumulação é geradora de contradições, “cuja raiz é a reprodução incessante do capital dos capitalistas, por um lado, e a miséria dos operários, por outro” (TAVARES; SOARES, 2007, p. 26).

Para Marx, o *exército industrial de reserva* - população que fica desempregada ou parcialmente desempregada – é condição do capital para dinamizar seu processo de acumulação, ou seja, é “(...) o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado...” (MARX, 2006, v. 2, p.735).

Marx esclarece que, além das formas principais que se reproduzem periodicamente, dependendo das fases alternadas do ciclo industrial, esta *superpopulação relativa* possui continuamente algumas formas fundamentais de existência por ele identificadas como flutuante, latente, estagnada e também o pauperismo (Ibid., p. 744-747).

Na forma *flutuante*, encontra-se aquela fração da força de trabalho disponível que resulta da absorção e repulsão do processo de reprodução ampliada do capital à medida que atrai ou repele trabalhadores que gravitam ao redor dos grandes centros industriais modernos. Na forma *latente*, encontra-se uma população trabalhadora do campo, expulsa devido à expansão das relações capitalistas, em fluxo migratório constante para as cidades [identificada nas origens da população do campo investigado], que “pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo [...] sempre com um pé [...] no pauperismo” (Ibid., p. 745); é uma reserva que continuamente disponibilizará toda uma força de trabalho para o proletariado urbano, a qual não é contrabalançada por nenhum movimento de atração, exceto a esperança de trabalho.

Na forma *estagnada*, encontra-se a maior parte do exército industrial de reserva. Sua produção, segundo Marx, constitui condição de existência da própria produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Embora em todas essas categorias verificar-se a descrição dos sujeitos investigados do campo amostral, apresentados no capítulo IV desta tese, em especial, identifica-se nesses trabalhadores, essa categoria particular:

A terceira categoria da *superpopulação relativa, a estagnada*, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. (Ibid. p. 747).

Por fim, “*o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo*”. (MARX, 2006, v. 2, p. 748) Sobre esta última forma de superpopulação relativa, Marx a subdivide em três outros grupos: os aptos para o trabalho, os órfãos e filhos de indigentes [representados no trabalho infantil do Brasil de hoje] e os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar, abstraindo, ainda, entre outras, as prostitutas [presentes nos locais das grandes obras no Brasil atual, desempenhando seu trabalho de profissionais do sexo] e os velhos, aleijados vítimas das indústrias e viúvas. Estas categorias também são localizados nas funções paralelas de apoio à reprodução (alojamentos, refeições), sendo que as viúvas (ou abandonadas) de há muito, historicamente, constituem a maior parte das chefes de família no Brasil.

A produção de desempregados é, portanto, resultado da lógica de funcionamento do sistema capitalista que necessita deste exército de reserva para manter a oferta da força de trabalho o suficiente para impedir que seu preço aumente acima do seu valor; ela deve estar disponível para ser explorada de acordo com as necessidades variáveis da expansão do capital. A maior acumulação requer mais trabalho, mas não mais trabalhadores empregados. O capitalista procura extrair o máximo de trabalho de um menor número de trabalhadores. Para isso, ele tomará várias medidas, como a compra de força de trabalho menos hábil, substituição da força de trabalho adulta pela jovem e mobilizando as forças de trabalho inferiores expulsando as de nível superior (Ibid., p. 739).

Portanto, “produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção” (Ibid., p. 721). Desta forma, “as condições de sua venda [da força de trabalho], mais favoráveis ou menos favoráveis ao trabalhador, implicam a necessidade de sua revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital” (MARX, 2006, v. 2, p. 722). Assim, esta superpopulação é uma condição essencial do regime capitalista. Os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, pois a existência dessa força de reserva fortalece a posição do capitalista e torna mais fácil aumentar a taxa de mais-valia.

Essa população torna-se excedente e supérflua porque ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital. É uma população que, ao mesmo tempo em que é supérflua, é

também produto necessário do processo de acumulação, funcionando como um meio de regulação dos salários da classe trabalhadora em ação. Pois, “durante os períodos de estagnação e de prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona sobre o exército dos trabalhadores em ação e, durante os períodos de superprodução e paroxismo, modera as exigências dos trabalhadores” (Ibid., p. 742).

Como todos os preços de mercado, os salários flutuam em resposta aos aumentos e quedas na oferta e na demanda de força de trabalho. O mecanismo da produção e acumulação capitalista, portanto, ajusta constantemente seu exército industrial de reserva e isto ocorre em detrimento da penúria da classe trabalhadora. Percebe-se, nesse sentido, que a condição é a do capital somente reproduzir, reproduzindo e ampliando a miséria humana. Marx descreve, assim, que “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (MARX, 2006, v. 2, p. 734). Esta é a lei específica desse modo de produção que, de acordo com o autor, “serve de base à pretensa lei natural da população, [que] reduz-se simplesmente ao seguinte: a relação entre capital, acumulação e salário é apenas a relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar” (Ibid., p. 723). Esta é a lei da acumulação capitalista que, para Marx, está mistificada em lei natural, na qual “o trabalhador existe para a necessidade de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (Ibid., p. 724). Nessa lei da acumulação capitalista, ainda, nas palavras do autor,

a força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (MARX, 2006, v. 2, p. 716-17)¹⁰¹

Em circunstâncias adversas que impedem a formação do exército industrial de reserva e, por isso, a subordinação absoluta da classe trabalhadora à classe capitalista, o capital rebelar-se contra a lei “sacrossanta” da oferta e da procura e procura corrigi-la através de providências coercitivas (Ibid., p. 744). Marx esclarece que, além das formas principais que se reproduzem periodicamente, dependendo das fases alternadas do ciclo industrial, esta *superpopulação relativa*. Para o autor,

¹⁰¹ “A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista: capitalista de um lado e assalariado do outro. Do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduzem a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num polo, e mais assalariados, no outro.” (Marx, 2006, p. 716).

[...] quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (Id., *ibid.*, p. 748 - grifo nosso).

Em suma, a causa do aumento da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva é o próprio capital, pois o aumento da sua composição orgânica faz decrescer a demanda relativa de força de trabalho e a diminuição da taxa de lucro leva a taxas de crescimento cada vez mais lentas, o que significa um menor poder de absorção da força de trabalho disponível. De acordo com Tavares (2009, p. 253), “qualquer mercadoria em excesso tem o seu preço rebaixado. Não é diferente com a força de trabalho”.

O capital, portanto, não reproduz só capital, mas uma massa de trabalhadores pauperizados. Ele reproduz de forma contraditória as relações de trabalho. Mas, na classe trabalhadora que não encontra nenhuma satisfação, mas só o suplício, encontra-se o potencial de mudança, o que cria possibilidades de superação desta ordem. Diante das próprias necessidades de reprodução material a classe trabalhadora se articula e se mobiliza. A defesa da sua reprodução social é um importante ato contra a superexploração. Trata-se do potencial revolucionário encontrado por Marx na classe trabalhadora.

No sentido do que Marx denominou de *superpopulação relativa* e observando as formas em que ela se expressa, podemos apreender que, frente à superexploração do capital, desenvolve-se o potencial de luta de classes, implicada na organização e mobilização da classe trabalhadora. É o que também se encontra demonstrado no capítulo IV do campo amostral, tendo sido localizada a forma descrita a seguir por Thompson (2011).

De acordo com esse autor, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus)” (Ibid., p. 10).

Logo, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais [...] A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (Id. Ibid.).

Neste início do século XXI, muitas investidas do capital contra a classe trabalhadora vêm ocorrendo. No entanto, a classe trabalhadora vem, desde os anos 1970, se organizando em meio aos refluxos (MATTOS, 2009). Percebemos um cenário de lutas e reações. No contexto dos grandes projetos não é diferente; reproduz-se essa contradição, pois o

tensionamento do capital sobre a classe trabalhadora é grande, mas geradora de reações diversas, conforme veremos no capítulo quarto.

Enfim, na medida em que as desigualdades sociais vão se refletindo sobre os sujeitos coletivos, reações são tecidas pela classe trabalhadora em torno de questões cotidianas que afetam sua reprodução e a reprodução de sua família.

De acordo com Iamamoto (2008), o processo de produção como reprodução ampliada de relações sociais recria, simultaneamente, a consciência como alienação e a possibilidade de rebeldia por parte daqueles que vivem do trabalho ou dele são excluídos. Seu fundamento concreto está

na tensão entre o trabalhador coletivo como objeto do capital, porquanto expressão do capital variável – nesse sentido, sua propriedade –, e o trabalhador como sujeito criativo vivo e “livre”, capaz de reagir ao castigo do trabalho, de lutar contra a sua alienação no processo de sua afirmação como sujeito político-coletivo” (IAMAMOTO 2008, p. 394)

A perspectiva da organização e mobilização da classe trabalhadora frente à superexploração capitalista é um imperativo na perspectiva de superação desta ordem. Seu papel, enquanto sujeito coletivo, que identifica interesses comuns e opostos aos da classe burguesa, desenvolvendo e expressando uma dada consciência de classe (MATTOS, 2009)¹⁰², é determinante numa conjuntura em que se preconiza o fim do ciclo de lutas da classe trabalhadora.

Duas observações de Netto (2001b) são pertinentes ainda para essa análise, que ele considera importantes para o debate sobre a “questão social: 1) a construção de uma ordem social que vá além dos limites do comando do capital; isso requer não ter medo daquela organização social em que, suprimida a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, assegure-se que o livre desenvolvimento da personalidade de cada um seja de modo que ”a possível derrota do capital, em condições tais em que se suprima a escassez, determinará a superação da ‘questão social’”. (Ibid., p. 49); 2) em relação ao Serviço Social, indica que: “sua *raison d’être* tem sido a ‘questão social’ – sem ela não há sentido para esta profissão. Mas até a sua resolução na supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para a profissão (Id. Ibid.).

¹⁰² Mattos (2009) analisa que não se pode afirmar com segurança que o ciclo de lutas da classe trabalhadora no Brasil, iniciado com as greves do ABC em 1978, tenha chegado ao fim. Segundo o autor, “se são visíveis múltiplas e diferenciadas mobilizações de frações da classe, tais lutas se dão de forma extremamente fragmentada, sem maiores articulações e na ausência de qualquer direção unificada legitimada pelos movimentos (Ibid., p. 36-7).

Nessa perspectiva, as investidas do capital financeiro (ou que porta juros), uma forma contemporânea de elevar a produtividade do capital, tenciona ao mesmo tempo as possibilidades de organização da classe trabalhadora no sentido da *superação dessa condição de desumanização do trabalho e dos trabalhadores*.

Abreu (2002) em “Serviço Social e a organização da cultura”, a partir do referencial gramsciano, sintetiza de forma brilhante a perspectiva emancipatória das classes subalternas, apresentando a organização da cultura como constituinte do movimento histórico real de organização dessas classes como *classe para si*.

1.3.2. “Nova questão social”, pós-modernidade e exclusão social no debate contemporâneo

A partir da concepção apresentada de “questão social”, partimos da sustentação de que “os contornos essenciais da sua origem ainda vigoram [no início deste século XXI] porque não foram superados”. Essa perspectiva analítica está fundada na tese de que a raiz da “questão social” encontra-se na lei geral da acumulação do capital. Logo, surge como uma dimensão indissociável da relação capital x trabalho.

Desde o debate promovido pela ABEPSS (2001), publicado na Revista Temporalis 3, vem sendo aprofundada a tese de que existem novos elementos e novos indicadores sociais, que constituem a “questão social”, embora esses novos elementos seriam dela apenas novas expressões considerando que os contornos essenciais da sua emergência continuam a ter constância porque não foram superados.

Porém, conforme salientamos anteriormente a respeito da compreensão da “questão social”, com base na análise de Netto (2001) e de Pastorini (2007), entendemos que não há uma compreensão unívoca sobre esta categoria¹⁰³.

Nesse sentido, destacamos aqui Rosanvallon (1998) e Castel (1990; 1998)¹⁰⁴, dois autores que, dentre os que trazem uma concepção diferenciada da perspectiva apresentada

¹⁰³ Inclusive, não há nem mesmo uma concordância quanto à classificação de “questão social” como uma categoria (PASTORINI, 2007).

¹⁰⁴ Rosanvallon e Castel são expressões do que Netto chama de “renovado interesse” que a “questão social” vem despertando sobre investigadores europeus – nomeadamente franceses – cuja obra influi na elaboração de pesquisadores e docentes brasileiros da área de Serviço Social (NETTO, 2001, p. 41).

nesta tese, são de grande influência na literatura referente ao tema que trata da “nova questão social”. Sendo privilegiada a Escola Francesa representada por esses autores.

Se o primeiro busca discutir a existência de uma “nova questão social”, dando ênfase à diferença entre a “nova” e a “velha” questão social, o segundo tenta romper com essa lógica dualista (antiga/nova questão social), sustentando, assim como outros autores da Escola Francesa, que a “questão social” sempre existiu. Sobre essa diferença entre os autores, concordamos com Pastorini (2007), ao analisar a tese de Castel, de que, neste, “não se trata de fazer uma separação dualística entre o antes e o agora, ou entre o antigo ou uma narrativa cronológica da evolução da ‘questão social’, já que, de uma forma ou de outra, estaremos perdendo a processualidade e as contradições imanentes ao movimento da realidade (Ibid., p. 61).

Sobre esses autores, é importante lembrar ainda que sua perspectiva sociológica está assentada na tradição de Emille Durkheim, uma vez que a “Escola Francesa” é tributária do pensamento positivista desse autor clássico nas ciências sociais¹⁰⁵.

Sendo Castel de raiz social-democrata, há controvérsias em relação a Rosanvallon que, segundo Iamamoto (2008, p. 179), “encontra-se em uma tênue fronteira da concepção conservadora, embora sua obra seja referida como expressão do ‘pensamento social-democrata’”. No entanto, Castelo (2013, p. 338-39) faz a seguinte referência do autor: “como todo social-liberal, Rosanvallon critica o modelo neoliberal clássico (...) trata de apresentar algumas propostas, todas de corte social-liberal”¹⁰⁶.

Passamos a apresentar então, de forma muito resumida, o ângulo de análise de cada um em relação ao debate sobre a “questão social”. Em sua obra, *A Nova Questão Social: repensando o Estado Providência*, Rosanvallon (1998) afirma que a expressão “questão social” referia-se “às disfunções da sociedade industrial emergente”, no momento em que foi criada no fim do século XIX¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Para maior aprofundamento das bases teóricas que fundam o pensamento durkheimiano no que diz respeito a “questão social”, indicamos a pesquisa de Reis (2003) “A ‘questão social’: uma aproximação ao pensamento social clássico e contemporâneo” em que a autora realiza um esforço para desenvolver uma reflexão teórico-crítica sobre a “questão social”, tendo como referência o pensamento social clássico de Marx e de Durkheim. Ao mesmo tempo, buscou situar o debate francês contemporâneo em sua defesa da “nova questão social”.

¹⁰⁶ Não sendo nossa intenção aprofundar o aporte teórico acerca desse aspecto de raiz político-ideológica da teoria, sugerimos para maior conhecimento, os autores Iamamoto (2018), Löwy (2010) e Castelo (2013).

¹⁰⁷ Rosavallon (1998, p. 23), aponta ainda que, neste século XX, o desenvolvimento do Estado Providência, *quase* teria chegado a “vencer a antiga insegurança social e a eliminar o medo do futuro”. Apesar disso, segundo este autor, os antigos métodos de gestão do social estariam, na atualidade, inadaptados, o que configuraria o surgimento de uma “nova questão social” a partir dos anos 1970.

Rosanvallon afirma, então, seguindo este raciocínio, que “os novos sujeitos da ação social não são mais as classes, porém os indivíduos abordados em determinadas situações [...]” (Ibid., p.164). Manter e rever redação

Já a obra de Robert Castel (1998), *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário* é considerada a sua pesquisa de maior fôlego, que, dentre os expoentes da literatura francesa, segundo Iamamoto (2008), é o autor mais importante.

Nessa pesquisa, Castel inicia sua análise expondo sua inquietação em relação aos “tempos de incertezas”, em relação ao passado, sobre o qual se esquivava, e ao futuro que é indeterminado. Frente a essa “incerteza do amanhã”, é preciso mobilizar a memória para tentar compreender o presente. Frente a um novo cenário que o autor define de “nova instabilidade, as questões presentes encontram-se relacionadas a um contexto de proteção anteriores urgentes na Europa. As incertezas que inquietam Castel, cujo futuro é visto por ele “marcado pelo selo do aleatório”, giram em torno de questões relacionadas à condição salarial:

[...] o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação de indivíduos que ocupam na sociedade numa posição de supranumerários, ‘inempregáveis’, inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente (Ibid., p. 21).

O ponto de partida da análise de Castel inicialmente não era a relação com o trabalho, que acabou se tornando central, como o próprio autor afirma, inclusive ressaltando que, tentando compreender, com preocupações também de historiador, “a caracterização sócio-histórica do lugar ocupado pela condição de assalariado” (Ibid., p. 22). A análise do autor está centrada na sociedade francesa, como ele mesmo destaca, onde se teria vivenciado a experiência do que ele denomina “sociedade salarial”, na qual a definição da identidade social partia da posição ocupada na “condição de assalariado”, generalizada por grande parte do século XX¹⁰⁸. Apesar de o autor considerar que aquela sociedade mostrava uma estrutura relativamente homogênea em sua diferenciação, destaca a existência de um bloco¹⁰⁹ que denomina “periférico” ou “residual”, formado por aqueles que se encontravam em ocupações instáveis, sazonais, intermitentes

¹⁰⁸ É importante observar que os supostos teóricos da análise de Castel se fundam na tradição durkheimiana, o que se explicita no conceito de questão social apresentado pelo autor como: “[...] um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência” (Ibid., p. 30).

¹⁰⁹ Lembremos que o autor não trabalha com a perspectiva da divisão da sociedade em *classes sociais*.

Alguns conceitos e noções são trabalhados por ele em vista deste fim, tais como: conceito de “exclusão” que ele propõe ser substituído por “desfiliação”; conceito “inúteis para o mundo” e dos supérfluos” e “supranumerários”. Segundo Castel, na atualidade a “questão social” vem ressurgindo sob a condição de questão do estatuto do assalariado.

Decorrentes deste tipo de abordagem da “questão social” são apontados por Yamamoto algumas consequências (2008, p. 181), pois, conforme salienta a autora, “o que se pode atestar, o que fundamenta a existência de uma nova questão social é a negação da existência das classes sociais”, e nesse sentido, “a naturalização da desigualdade social, cujas manifestações são deslocadas para a esfera da gestão social”. Ou seja, “a sociedade é isentada de responsabilidades na produção da questão social, cujas raízes devem ser identificadas nas diferenças das biografias individuais”.

Negar ou ainda desconstruir as conquistas já alcançadas pela classe trabalhadora, é um outro risco de se pensar a questão social como “nova”, isso porque, segundo sinaliza Yamamoto (2008), incluiria buscar novas respostas, novos modos de enfrentá-la. Ademais, aceitar a existência de uma “nova questão social”, como bem analisa Pastorini (2007) presume-se afirmar que a “questão social” anterior teria sido resolvida e/ou superada.

De modo geral, esses dois autores, Castel e Rosanvallon, partem da concepção de “questão social” que tem profunda relação com a negação dos confrontos de interesses de classe, o que revela uma diferenciação da concepção sustentada na presente investigação que tem por referência Yamamoto (2008, p. 156) quando a aponta como expressão de uma “*arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários*, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais.”

A segunda década dos anos 2000 vem nos mostrando a tendência de que o aprofundamento das investidas neoliberais têm repercutindo negativamente nas formas de enfrentamento da “questão social”, no horizonte a sua superação. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar “que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos” (TEIXEIRA E BRAZ, 2009, p. 196).

Muitas são as novas categorias que têm surgido para dar conta desse momento caracterizado por alguns autores de *pós-moderno*¹¹⁰. Tais categorias e conceitos visam interpretá-lo e construir argumentos como, por exemplo, o de que o conceito de classe social não dá conta de explicar fenômenos sociais. O “reconhecimento” é uma dessas categorias que tem sido muito utilizada para realizar o debate sobre a questão da identidade e da diferença, tão presentes na luta por direitos sociais. De acordo com alguns autores dessa literatura específica, o “reconhecimento” aparece como uma nova categoria que se diz da teoria crítica, que possibilita interpretações e novas formulações para os problemas que atingem a sociedade contemporânea. Nesse cenário, podemos situar, sem pretensão porém de aprofundá-la, a teoria desenvolvida por Fraser (2010).

O *reconhecimento*, para esta autora, consiste em uma teoria que identifique e defenda apenas versões da política cultural de diferença que possa ser coerentemente combinada com a política social de igualdade. Fraser aponta três riscos e três soluções inerentes à atual “trajetória da globalização” no que se refere aos problemas de caráter identitário e de reconhecimento sobre os quais podemos apresentar o seguinte resumo:

O risco da substituição das lutas por redistribuição pelas lutas por reconhecimento [...]. para neutralizar este risco, proporei uma análise da justiça social [...]
 o risco da atual centralidade da política cultural [...]. para que este risco seja neutralizado, proponho uma concepção não identitária do reconhecimento adequada à globalização [...]
 o risco de a globalização estar a subverter as capacidades do Estado para reparar os tipos de injustiça. A fim de neutralizar este risco, proporei uma concepção múltipla de soberania que descentre o enquadramento nacional.
 Em cada um dos casos, as concepções propostas assentam em potencialidades emancipatórias que estão a despontar na atual constelação (FRASER, 2002, não paginado).

Na análise de alguns autores, este tema do “reconhecimento” está presente mais na agenda da classe média do que na das classes populares e tem grande influência na construção e lutas em defesa dos direitos humanos na atualidade. Direitos humanos que estão na base do enfrentamento das múltiplas manifestações da “questão social”, entendidos aqui como uma tradução e síntese de todos os direitos sociais reivindicados, principalmente pelos vários segmentos da classe trabalhadora.

Entendemos que a luta por direitos deve se constituir como “mediação” na luta pela emancipação humana. Nesse sentido e de acordo com Boschetti (2009),

A luta do Serviço Social por direitos, trabalho e socialização da riqueza no Brasil e em todo o mundo, em nossa perspectiva, não se restringe à ampliação dos direitos para reduzir a desigualdade. Isso é pouco, é insuficiente. Defendemos que a luta por

¹¹⁰ Embora a pós-modernidade, enquanto ideia, não seja recente, sua expressão no âmbito do conhecimento pode ser verificada com maior intensidade a partir da metade dos anos 1970 (SIMIONATTO, 2009).

direitos é uma luta contra a ‘economia política da iniquidade’ (BOSCHETTI, 2009, p. 39)¹¹¹.

Desde então, a defesa dos direitos, inseridos na defesa e ampliação dos direitos sociais, é igualmente imperativa no interior da profissão de Serviço Social que vem firmando a *defesa intransigente* de tais direitos, a partir do projeto ético-político profissional¹¹². Este projeto

[...] se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma *nova ordem social*, sem exploração e dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, **tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos** [...] (NETTO, 1999, p. 14-15 – grifo nosso).

Estamos inseridos numa conjuntura marcada por um processo complexo e contraditório de produção e reprodução das relações econômicas e sociais sob a égide do capital e mercantilização das relações sociais. Por isso, estamos de acordo com Netto (2009b) quando afirma que a luta pelos direitos humanos se trava em meio a contradições e que a especificidade dos direitos humanos não se dilui ou dissolve quando os inscrevemos no âmbito mais largo dos direitos sociais. Pois distingui-los não implica divorciá-los. Para o autor, “a garantia da integridade humana não se viabiliza sem trabalho assegurado, sem garantia de alimentação, sem moradia adequada, sem educação formal, sem saúde assistida, não existindo liberdade sem essas condições” (NETTO, 2009, p. 10). Portanto, a violação de direitos humanos, como uma expressão da “questão social”, diz respeito à saúde, acesso ao trabalho, moradia, saneamento, transporte, educação e cultura. Mais que fundamentar direitos humanos é fundamental garantir esses direitos, o que vem sendo cada vez mais desafiante frente às diversas investidas do capital, dentre elas, as do campo ideocultural, conforme vimos discutindo.

Neste contexto, trazemos a análise de Netto que problematiza o que se assiste nessa conjuntura iniciada no final do século XX:

[...] florescimento de vertentes aparentemente radicais, abertamente desqualificadoras da teorização sistemática e da pesquisa rigorosa, fundadas seja num anticapitalismo romântico de inspiração católica (a glorificação do ‘saber popular’, do ‘povo’, com o apelo a valores de ‘solidariedade’), seja na repulsa anarcóide ao universalismo da modernidade (a entronização abstrata do ‘protagonismo da sociedade civil’, a desconsideração do Estado, o antiinstitucionalismo vulgar, a reificação das ‘diferenças’), seja no irracionalismo aberto (a validação das ‘racionalidades alternativas’), seja no relativismo mais

¹¹¹ Tal perspectiva de luta por direitos brota do contato profundo da categoria profissional do Serviço Social com a realidade social desde o final dos anos 1970, quando se inicia o processo de renovação da profissão no Brasil e há o deslocamento para atender demandas da classe trabalhadora. O Serviço Social assume definitivamente uma postura em favor dos direitos humanos e, em especial, nos anos de 1990, quando a profissão se altera em consonância com as transformações societárias e o tema direitos humanos se insere como um princípio ético central no Código de Ética Profissional do Serviço Social desde 1993 (NETTO, 1991; 1996; 1999b).

¹¹² Defesa intransigente conforme aponta o 2º artigo do Código de Ética Profissional do assistente social (CFESS, 1993)

primário (com a equalização de todas as formas de sociabilidade) (NETTO, 1996, p. 127).

A pós-modernidade constitui, portanto, uma dessas expressões deste campo ideocultural que compõem o processo de produção e reprodução das relações sociais sob a órbita do capital. Ela expressa, segundo Teixeira e Braz, “esse caldo de cultura e pode ser considerada a base ideocultural, ou as ‘expressões da crise capitalista’ [...] sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante” (2009, p. 196). De acordo com esses autores:

No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos (TEIXEIRA E BRAZ, 2009, p. 196).

Trata-se de um projeto civilizatório em direção a seu estágio atual que implica a vigência de uma nova racionalidade como arcabouço teórico-político de sustentação da burguesia. Essa racionalidade, segundo Santos (2009, p. 31), é utilizada “como instrumento de racionalização ideológica da desigualdade e da dominação capitalista a partir de um conjunto de princípios, valores e situações concretas que apreendem esta ordem social como intransponível”. Tais princípios e valores liberais em que se questiona a possibilidade de ler a sociedade na perspectiva da “totalidade dos fenômenos e processos sociais” (Id., Ibid.), têm retornado, encontrado eco e adquirido força. Nesse sentido, no início do século XXI, tais questões tornam impossível a desarticulação entre capitalismo e direitos humanos. Sendo assim, conforme análise de Menegat (2009):

Se os Direitos Humanos já não tinham força para limitar o capital na sua fase expansiva, em que as formas civilizatórias, apesar de dividirem permanentemente o espaço social com as formas de barbárie, eram [pré]dominantes, o que pensar quando isso se inverte e, ao que tudo indica, entramos numa fase de crise estrutural do capitalismo? (MENEGAT, 2009, p. 39).

Este autor, ao analisar os limites presentes na hegemonia capitalista na fase atual, observa, de forma irônica, que “sua graça nos tempos de valorização do valor estava garantida pela própria evidência da objetividade”. Hoje, porém, enfatiza o autor, não existe essa evidência. Assim, “o capital é um deus em des-graça, mas isso parece não ser suficiente para que sua religião se interrompa” (Ibid, p. 37). Referenciado em Marx, Menegat ainda enfatiza que “o mais explosivo e estrutural de todos esses limites consiste em sua dependência absoluta de trabalho (vivo) humano para criar mais valores” (Id., ibid). Para Menegat, a presente situação histórica é que os direitos humanos passaram a ter outra vez “uma nova funcionalidade”. Sua hipótese para explicar porque o respeito aos direitos humanos é questionado com crescente veemência por uma silenciosa maioria, considera que esses

direitos humanos se tornaram uma necessidade imanente nessa conjuntura. Pois: “Quando se torna nítido o significado do domínio das coisas sobre os seres humanos, reivindica sua defesa, sua diferença da mera coisa, é uma suspensão da legitimidade do fundamento material que criou tal situação” (Ibid, p. 40).

Na presente conjuntura, em que prevalece a receita neoliberal para organização da sociedade, há a negação da existência de classes sociais conforme concebida por Marx e Engels no século XVIII¹¹³. Portanto, o surgimento e a crise da razão moderna e suas consequências na realidade contemporânea, colocam novos desafios para o enfrentamento da “questão social”, entendida como uma questão de classe social, que se expressa, por exemplo, no refluxo vivenciado pela classe trabalhadora em sua combatividade (MATTOS, 2009).

Nesse movimento, a crise geral do capitalismo, desencadeada na transição entre os anos 1960 e 1970, e as respostas articuladas pelo grande capital provocaram mudanças significativas em diferentes esferas da vida social. De acordo com Simionatto (2009), é nesse cenário que ganha centralidade, no âmbito das ciências humanas e sociais, a chamada “crise dos paradigmas”. Essa centralidade está relacionada, principalmente, “aos modelos clássicos, a chamada de conhecimento da realidade ‘razão dialética’, colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo (SIMIONATTO, 2009, p. 3-4)¹¹⁴.

Desse modo, enfatiza a autora, se a razão moderna afirmou-se no século XX, a partir das grandes teorias sociais ou das “grandes narrativas”, pode-se dizer que as transformações societárias, em curso desde as últimas décadas do século XX, desafiaram implacavelmente o conhecimento e os modelos de interpretação do mundo, sob a vigência da “razão instrumental”. Essa racionalidade, nas palavras da autora:

fragmenta os sujeitos coletivos, quer do ponto de vista material, quer do político-cultural, através de valores particulares e individuais que desorganizam as classes em relação a si mesmas e as articulam organicamente ao ideário do capital. O ‘pertencimento’ de classe cede lugar ao individualismo, reforça a “alienação e reificação do presente” e provoca um “estilhaçamento dos nossos modos de representação (Id., ibid.)¹¹⁵.

¹¹³ Já analisamos que, na sociedade capitalista, de acordo com a análise empreendida por Marx e seu grande colaborador Engels, a organização do processo produtivo supõe, desde o princípio, uma separação essencial entre proprietários dos meios de produção e “livres” proprietários da força de trabalho.

¹¹⁴ De acordo com Simionatto (2009, p. 2), a modernidade instituiu um novo modelo explicativo do real, fundado no primado da razão, ou seja, na capacidade do homem em formular teorias científicas a partir de leis objetivas. Essa forma de pensar está na base do projeto epistemológico da tradição racionalista inaugurada por Descartes e da perspectiva empirista iniciada por Francis Bacon. Será, no entanto, o filósofo alemão Immanuel Kant quem ampliará as reflexões acerca das possibilidades da razão na organização e sistematização dos dados empíricos de forma mais científica.

¹¹⁵ Simionatto realiza essa análise tomando por referência JAMESON, F. *Pósmodernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

A efetivação do pós-modernismo em suas dimensões teóricas, políticas e culturais se expressam em um neoconservadorismo pós moderno que é analisado por Freire (2010) a partir do ideário humanista abstrato que atua contraditoriamente no favorecimento do seu contrário, identificado por ela como *avesso*. Ou seja,

os caminhos de intenção humanista contraditória (*avesso*) como os de crítica e busca de ruptura (*avesso do avesso*) não são mecânicos como estas denominações podem sugerir, mas complexos na sua totalidade e no seu movimento, contendo uma os germens da outra, em processo de transformação – continuidade – superação (FREIRE, 2010, p. 16 – grifos da autora).

Hoje, segunda década do século XXI, as transformações do capitalismo vêm tendo forças diferentes para se restaurar e continuar seu domínio. Frente aos novos paradigmas, o enfrentamento das desigualdades sociais, fruto das relações contraditórias da sociabilidade do capital, ganha diferentes contornos, tendo em vista que todos buscam combatê-las, principalmente dando centralidade ao chamado “combate à pobreza”. Porém, ao invés de associá-la à riqueza apropriada pela sociedade capitalista, conforme sinalizava Ianni (1989, p. 145), “em diferentes lugares procura-se conhecer, equacionar, controlar, resolver ou exorcizar suas condições ou efeitos”.

Para finalizarmos esse estudo sobre a “questão social”, trazemos ao debate, de forma muito breve, a noção de “exclusão social”, expressão que aparece no contexto do debate dos autores sobre a “nova questão social. O tema da “exclusão”, de acordo com Martins (2008), remete a uma dessas expressões que fazem parte de um conjunto de categorizações imprecisas que vêm sendo utilizadas hoje em dia para “definir os aspectos mais problemáticos da sociedade contemporânea”. Transitou-se deste tema da “exclusão” ao substantivo “excluído”, que se “trata de uma categoria social e de uma qualidade sociologicamente identificável nas pessoas e nas relações sociais”, porém, como analisa o autor, “não verificável na prática, na vivência dos chamados ‘excluídos’” (Ibid., p. 25).

Essa categoria, mais do que uma definição precisa de problemas, para Martins, (op. cit) “expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea” (Ibid., p. 27). O uso das noções de “exclusão” e de “excluído” se nutre politicamente da contradição mal compreendida e mal resolvida própria do desenvolvimento do capitalismo, como também se nutre de “um aparato ideológico referido à condição operária em seu apogeu e em seus momentos politicamente mais favoráveis e não à realidade crua da classe operária nos seus momentos de adversidade e fragilidade [...] (Ibid., p. 30).

Nesse sentido, lembra Martins: “Operário é classe social; excluído não é. Operário é uma categoria sociológica substantiva, relativa ao efetivo e objetivo sujeito social e histórico, sujeito de contradições, que personifica possibilidades históricas, que é o trabalhador assalariado” (MARTINS, 2008., p. 30).

Portanto, esse autor se contrapõe à fetichização conceitual da noção de exclusão social firmando que esse discurso sobre a exclusão “é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem” (Ibid., p. 31)¹¹⁶.

Ainda de acordo com Martins, essa noção da “exclusão” é fruto de duas orientações interpretativas opostas: uma orientação transformadora e uma orientação conservadora. A primeira remete àquilo que é próprio da situação de classe do operário que “seria portador de uma possibilidade histórica, a da redenção dos pobres”. Essa orientação é utilizada, ainda que indevidamente, por militantes políticos, os agentes de pastoral, os partidos e mesmo os acadêmicos. A segunda vê uma “diluição da identidade do trabalhador na figura do excluído e a ampliação da categoria dos marginalizados”. Para Martins, porém, “quem não está incluído não pode ser protagonista das virtualidades de transformações da sociedade, de realização daquilo que é historicamente possível” (Ibid, p. 30-1).

Segundo Yamamoto (2008, p. 166), compreender o fato de que remeter-se à noção de exclusão implica compreender a questão “das desigualdades sociais fruto da exploração do trabalho se faz fundamental. Esse é um dos aspectos da crise da sociedade de classes. (Ibid., p. 166).

Como nessa segunda década do século XXI, a “questão social” vem apresentando novas expressões, como a crescente precarização das condições e relações de trabalho¹¹⁷, no próximo capítulo, são analisadas as bases históricas e as particularidades que envolvem o Estado e o fortalecimento das empreiteiras nacionais, processo que irá impactar na dinâmica de trabalho da classe trabalhadora no Brasil, em especial, nas regiões em que vem ocorrendo os chamados grandes projetos de desenvolvimento. Daremos destaque à trajetória da Petrobrás em seu contexto histórico como uma estatal cuja função, processo de crescimento e modernização se constituem de extrema importância para o setor da construção pesada. Nesse

¹¹⁶ Costuma-se utilizar o termo exclusão social de modo indiscriminado, conforme analisa Yamamoto (2008), com isso, o foco é dado nas consequências de processos que atravessam o conjunto da sociedade.

¹¹⁷ Intensificado a partir de um processo que se inicia no final dos anos 1970, quando se esgota a longa onda expansiva do capital e desenvolvem-se propostas de “políticas de ajuste estrutural”, que alteram profundamente as relações entre o Estado e a sociedade. Uma das consequências deste processo é o retrocesso no que diz respeito às conquistas da classe trabalhadora com referência aos direitos sociais.

sentido, analisamos os processos ocultos que envolvem as contratações de construtoras por esta estatal para atuação nas obras dos grandes projetos desde os anos de 1960 no Brasil.

2. ESTADO, GRANDES PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PESADA NO BRASIL

As disputas intraclasse dominante imprimem uma configuração caracteristicamente burguesa ao Estado brasileiro, enquanto a repressão seletiva sobre os subalternos reitera seu viés arcaico.

Uma perversa seletividade de longa duração favoreceu a multiplicação de entidades empresariais enquanto impôs longo e brutal bloqueio à associatividade dos trabalhadores.

Virgínia Fontes¹¹⁸

No desenvolvimento deste segundo capítulo são analisadas as bases históricas e as particularidades que envolvem alguns dos eixos temáticos da tese, ou seja, trabalho e grandes projetos, a partir do fortalecimento das construtoras nacionais, tendo o Estado um papel de grande destaque. Em seguida, é apresentado um panorama geral sobre como vem ocorrendo os grandes projetos de desenvolvimento no Brasil, entre os anos 2010 e 2015.

A exposição tem o propósito de apresentar o tipo de desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil e suas principais expressões e implicações sobre o trabalho, conforme trabalhado no primeiro capítulo, considerando a importância de se entender, dialeticamente, as contradições existentes em relação às questões de classe nesse processo. Elas compreendem, de um lado, as empreiteiras, que se fortalecem cada vez mais na captura do fundo público, que mobiliza bilhões dentro do Estado. Esse é o caso do Comperj, que envolve mais de 13 bilhões e não atingiu um terço do projeto, orçado inicialmente em 8,4 bilhões, segundo os dados de Ibase (2015). Enquanto isso, a classe trabalhadora vem experimentando os dissabores desse processo, seja no segmento que se situa nas localidades de instalação das grandes obras, seja naquele dos trabalhadores de grandes obras, que são superexplorados, além de expropriados como todos os trabalhadores no capitalismo, principalmente considerando o vínculo de terceirização.

¹¹⁸ 2014, p. 27

Porém, neste capítulo, vamos nos ater às experiências mais gerais situadas na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Pois os casos exemplares são apresentados e analisados empiricamente nos capítulos III e IV, no campo amostral da pesquisa, que envolve o Leste Fluminense e a experiência particular do Comperj, lembrando que alguns elementos evidenciam a relação entre essas condições gerais – teóricas e históricas – e as especificidades empíricas do objeto desta pesquisa, tratadas nos referidos capítulos.

A partir da observação de Ramalho e Santana (2003) sobre uma das particularidades da experiência do desenvolvimento brasileiro, de que o país integra-se ao sistema econômico mundial pela subalternidade, apresentamos uma breve abordagem sobre o chamado novo desenvolvimentismo, situando algumas notas sobre a ideia que vem ganhando força nesta virada do século XXI, de que “a política econômica sofreu uma inflexão desenvolvimentista nos últimos anos” (BONTENTE E CORRÊA, 2015).

Em seguida, buscamos apresentar um breve resgate do que foram e como vêm ocorrendo os grandes projetos de desenvolvimento no contexto histórico do capitalismo brasileiro. Pois, em acordo com Moreira (2014), esse movimento de resgate histórico ajuda a criar a cultura da resistência e, talvez, possa nos inspirar na descoberta de novas possibilidades de resistência e de enfrentamento às adversidades que se apresentam em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, particularmente as vindas das grandes investidas do capital neste início de século XXI. Caminhar esse que nos possibilita ter por horizonte a emancipação humana da classe trabalhadora.

2.1. Desenvolvimento capitalista e o chamado (neo) desenvolvimentismo

Pensar é reagir frente ao intolerável
se pensar não permite ver o intolerável,
não tem sentido pensar.

Pensar significa
sempre pensar sobre os limites de uma situação.

*Gilles Deleuze*¹¹⁹

¹¹⁹ El intelectual y la política, 2002[1985]. (tradução nossa)

Embora sendo colocado como um tema do momento neste início do século XXI, o fenômeno do “desenvolvimento” não é tão recente. Ele foi central a partir da década de 1960 quando na América Latina houve várias formulações teóricas que buscavam interpretar o desenvolvimento da região frente ao que muitos estudiosos chamaram de “atraso”. Outro entendimento muito comum em relação a esse tema é o fato de haver uma associação entre “crescimento” como um fenômeno apenas econômico, enquanto “desenvolvimento” seria crescimento comprometido com o social (DEMO, 2005). Há casos em que o tema é remetido a “desenvolvimento social” ou “popular” e ainda “como um processo que expressaria avanços sociais, ora na legislação social, ora nas condições de vida da população, ora até como um processo de conscientização, organização e participação popular” (ABEPSS, 2012, p. 7).

Na presente análise, tal como vem sendo tratado pela literatura crítica, partimos do entendimento de que “desenvolvimento” não está referenciado a questões de ordem econômica meramente, mas já deve ser tratado levando-se em conta as dimensões política, social, cultural, estrutural e ambiental¹²⁰. E, ainda, com o entendimento acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que, em suas circunstâncias e em seu diferencial, não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada, tendo sua própria circunstância e nela percorrendo o caminho possível, analisamos a questão do desenvolvimento sob a órbita do capital no Brasil.

Dito isso, passamos a discorrer sobre a tentativa de elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento que vem ganhando espaço no Brasil desde o início dos anos 2000. Trata-se da retomada da ideologia do desenvolvimentismo que, segundo Sampaio Jr. (2012, p. 678), “é um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileira na segunda metade dos anos 2000”.

De acordo com Prado e Meireles (2010), atualmente, esse quadro de “volta ao passado” dos ideais nacional-desenvolvimentistas se revela tanto no plano da política como na academia. Após a ofensiva neoliberal, que varreu a América Latina na década de 1990, e a

¹²⁰ O tema desenvolvimento vem tendo destaque no debate acadêmico do Serviço Social nessas duas primeiras décadas dos anos 2000, porém é uma preocupação que já vem cercando a profissão desde suas primeiras elaborações teórico-críticas a partir do Movimento de Reconceituação ocorrido na América Latina a partir da metade da década de 1960. Podemos citar como exemplo, o trabalho de pesquisa da assistente social Safira Bezerra Ammann, publicado no livro lançado em 1980 “Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil” [ou Organização e Desenvolvimento de Comunidade, mais tarde transformando-se em Serviço Social de Comunidade], considerando-se também que esta denominação de Desenvolvimento de Comunidade, consistia em uma abordagem operacional de Serviço Social, em disciplina do currículo deste curso naquela década.

posterior onda de contestação popular iniciada com o século XXI, que levou ao poder governos considerados na época em um sentido amplo, de centro-esquerda,

[...] a ideia de desenvolvimento renasceu das cinzas, tanto nos discursos políticos como nos meios acadêmicos, dando espaço a uma nova variação do desenvolvimentismo. Passada a onda neoliberal e a ressaca promovida pela contestação popular, a maré atual é o novo-desenvolvimentismo (Ibid., p. 184).

A condição prévia para interpretar o chamado (neo)desenvolvimentismo presente nos estudos, é a busca pelo entendimento do nacional-desenvolvimentismo. Nesse contexto, o tema “ideologia” é recuperado para travar um forte e intenso debate sobre os rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro contemporâneo. Nesse debate, pode ser identificado o surgimento de nova ideologia no chamado “novo desenvolvimentismo”. Para Almeida (2012, p. 692) sua importância tem exigido especial atenção à dimensão ideológica, presente tanto no nacional como no que denomina neonacional-desenvolvimentismo.

Os rebatimentos das mudanças ocorridas na periferia do capitalismo, especialmente no Brasil, ao longo das últimas décadas, assim como a relação que se estabelece entre a estrutura do Estado brasileiro e a composição dos governos a partir de Lula, vêm despertando muitos debates e ensaios, visando principalmente uma avaliação geral desse governo. Não é essa nossa pretensão nessas notas breves que, contudo, consideramos necessárias para entrarmos na temática dos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil.

Nessa empreitada, tomamos por referência alguns autores cujas análises se situam no contexto da crítica da economia política brasileira, tendo por objetivo decifrar esse ideário (neo)desenvolvimentista que ocorre num período em meio à crise do capitalismo a partir de 2008, que estimula o debate sobre os rumos do desenvolvimento com base em perspectivas distintas. Com isso, queremos nos aproximar das respostas que estão sendo perseguidas pelo grupo de estudiosos que propõe indicações analíticas para a sustentação teórica de que tanto o “novo” quanto o “velho” desenvolvimentismo está respaldado numa lógica de ampliação do capital, de construção de um “capitalismo melhor”.

Ao entrar nesse campo, nossa pretensão é de apresentar breves notas que ajudarão a refletir sobre um dos eixos de estudo do objeto desta tese, os grandes projetos de desenvolvimento, situado em nossos estudos como um modelo de desenvolvimento capitalista contemporâneo que vem sendo adotado no Brasil, em especial no Estado do Rio de Janeiro, privilegiando uma política que implica beneficiar o grande capital nacional e transnacional em detrimento do trabalho e dos trabalhadores, bem como da região onde esses empreendimentos são implantados. Portanto, a título de introduzir brevemente o debate atual sobre o chamado neodesenvolvimentismo, passamos a desenvolver nossa análise a partir de três tópicos.

Primeiramente situaremos o debate sobre desenvolvimento, seguido de alguns pontos sobre o nacional-desenvolvimentismo e, por fim, uma rápida revisão literária sobre o chamado novo desenvolvimentismo.

Na dinâmica histórica do capitalismo que marca a conjuntura brasileira neste início do século XXI, alguns pensadores da atualidade vêm se empenhando na interpretação desse estágio de desenvolvimento do “Brasil que herdamos e que já não compreendemos”, conforme escreveu Fernandes (2006).

2.1.1. Abordagens sobre desenvolvimento e desenvolvimentismo

Em um breve panorama histórico sobre o desenvolvimento, principalmente no contexto latinoamericano e suas abordagens, consideramos inicialmente que alguns aspectos específicos deste desenvolvimento, de acordo com Figueiredo (1978), à medida que o processo de transformação teórico-metodológica se desenrola, três abordagens aparecem em sequência: transicional, desenvolvimentista e da dependência. Sobre elas situamos a segunda abordagem específica, do desenvolvimentismo, mais diretamente relacionada ao objeto desta tese.

Em relação à abordagem *transicional*, a autora observa que esta aparece como orientação teórico-metodológica que serve como ponto de referência para as críticas e análises promovidas pelas escolas desenvolvimentista e da dependência. A primeira abordagem, de acordo com essa autora, “encara o processo de desenvolvimento como uma sequência de mudanças unidirecionais de um polo subdesenvolvido para outro desenvolvido, mudanças que ocorrem à medida que obstáculos vão sendo removidos” (Ibid., p. 12). Figueiredo afirma ainda que esta abordagem *transicional* “assume que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são momentos diferentes de um mesmo *continuum*, isto quer dizer que o subdesenvolvimento é uma realidade temporária que será progressivamente substituída pelo desenvolvimento” (Ibid., p. 18)¹²¹.

¹²¹ Observa-se, então, que, de um lado, com relação a esse *continuum*, fica evidenciado que sua definição é colocada em termos de características abstraídas da experiência concreta da Europa e da América do Norte. Portanto, o processo de modernização, sendo transição do tradicional para o moderno, trata de compreender que “a ‘europeização’ ou ‘americanização’ das sociedades tradicionais deriva, basicamente, do contato com aqueles polos modernos” (FIGUEIREDO, 1978, p. 18).

A análise *desenvolvimentista*, embora permaneça dentro dos parâmetros da abordagem transicional, conforme observa Figueiredo, em suas crenças de que, com a remoção dos “obstáculos”, é possível o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos nos moldes da sociedade desenvolvida “moderna”, dá o primeiro passo em direção ao questionamento da perspectiva transicional. Haja vista que ela identifica, nas relações entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, obstáculos ao desenvolvimento. Retomaremos esta abordagem, importante para a compreensão do ideário (neo)desenvolvimentista sobre o qual tratamos nesta seção.

Na abordagem da *dependência* situam-se as principais características do que se convencionou chamar “Teoria da Dependência”, que tem no seu interior algumas *vertentes* que expressam diferentes interpretações sobre o tema dependência. Estas vertentes surgem como fruto de várias disputas teóricas (e políticas) realizadas durante as décadas de 1960 e 1970, havendo o desdobramento de duas importantes direções. São elas: a weberiana, composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, e a marxista, que tem em Ruy Mauro Marini seu principal expoente. Estas seriam, de forma mais geral, as concepções da abordagem acerca do desenvolvimento capitalista na América Latina¹²². Portanto, há uma relação dialética neste processo que requer compreender a estrutura social latinoamericana no período dos anos 1950 a começo dos anos 1980, baseada numa análise sobre estrutura produtiva, estrutura de classes e papel político destas classes dentro do Estado¹²³.

Em relação às concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, estas consistem no “fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista, que pretendia criar as bases de um capitalismo autônomo na região, ideia essa defendida pela Cepal nos idos das décadas de 1940 e 1950” (FIGUEREIDO, 2011). Seu principal argumento é de que o desenvolvimento econômico nos países periféricos dependia de uma estratégia diversa do desenvolvimento para dentro, uma vez que as modificações no sistema produtivo ocasionadas por este eram incapazes de

¹²² A *análise da dependência*, diferentemente das anteriores, “não considera o processo de desenvolvimento como um processo de remoção de obstáculos, nem admite um pólo predefinido de desenvolvimento a ser alcançado pelas sociedades dependentes” (FIGUEREIDO, 1978, p. 12). Esta abordagem identifica, de acordo com essa autora (Ibid., p. 28), “as deficiências das proposições desenvolvimentistas sobre a possibilidade de suprimir a dependência externa por meio de industrialização crescente, exportações industriais, cooperação internacional, todas mediatizadas pelas políticas racionais de um estado tecnocrata”.

¹²³ Em sua origem, a chamada Teoria da Dependência surgiu no quadro histórico latinoamericano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-econômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940, como uma das mais importantes interpretações da dinâmica histórica e estrutural do sistema capitalista.

resolver os problemas sociais, e conseqüentemente, de se criar uma sociedade dotada de autonomia política e econômica, com distintas condições de ordenar uma proposta de desenvolvimento (DUARTE; GRACIOLLI, 2011).

O trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, *Dependência a desenvolvimento*, de acordo com Sampaio Jr., “foi pioneiro no movimento teórico de harmonização das contradições provocadas pela situação de dependência” (2012, p. 677)¹²⁴.

Em termos de corrente teórica, essa “teoria” se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

Nesse sentido, a análise do capitalismo latinoamericano deveria passar pela compreensão histórica de como se constituiu e se reproduziu essa base produtiva, levando em consideração a integração das economias nacionais ao mercado internacional¹²⁵. Ainda conforme aponta Sampaio Jr (2012, p. 677): “Ao reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento”.

A partir da década de 1990 vamos ter novo protagonismo de Fernando Henrique Cardoso que, com suas várias publicações, será o maior confrontador do marxismo na América Latina, reduzindo as margens de contradições neste subcontinente e afirmando a não existência de divergência entre dependência e a ideia de se desenvolver democracia sem políticas públicas, contrárias às ideias de Mauro Marini, que apresentaremos em seguida.

Para o objetivo aqui proposto, na versão marxista situaremos apenas as contribuições de Theotônio dos Santos Júnior e de Ruy Mauro Marini. Isto porque “a contribuição pioneira [de ambos] será a de apresentar uma teoria capaz de perceber o dinamismo das relações entre

¹²⁴ De acordo com Prado e Meireles (s/d, p. 171), que tomam por referência a classificação de Cristóbal Kay, entre os principais autores desta corrente dependentista reformista encontram-se: Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Aníbal Pinto.

¹²⁵ Os autores Cardoso e Falleto (2004) apresentam argumento crítico em relação ao estruturalismo cepalino, segundo a perspectiva da CEPAL, ao concentrar sua análise na questão da endogeneização do progresso técnico e da distribuição de renda, que acabou incorrendo em um economicismo e em um reducionismo analítico, que não permitiram que se aclarasse qual era de fato o problema das economias periféricas: a fragilidade concernente à conformação e articulação das estruturas sociais e à forma como seus interesses são representados no interior do Estado.

o externo e o interno e, portanto, de oferecer uma visão madura da dependência” (MARTINS, 2006, p. 178, apud PRADO; MEIRELES, 2012, p. 176)¹²⁶.

A contribuição prolífera de Theotônio Santos Júnior para pensar a dependência parte do seu livro *Imperialismo y dependencia*, obra de grande importância no contexto dos debates sobre o tema, por se debruçar especificamente na definição de um conceito de dependência, que veio se tornar uma grande referência, como também sua aplicação dialética ao contexto latinoamericano¹²⁷. Esse autor apresenta a seguinte definição de dependência:

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está subordinada. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e autoimpulsionar-se, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes (SANTOS JUNIOR, 1978, p. 305, apud PRADO; MEIRELES, 2010, p. 177).

Com esta contribuição mais fundamentada e sistematizada dos aspectos teóricos, metodológicos e políticos que essa categoria acarreta, pode-se dizer que Theotônio Santos procurou, através da categoria de dependência, “entender a especificidade histórico-periférica [visualizando-a] como parte integrante do sistema mundial capitalista e se afastando de qualquer ilusão igualitária em relação ao desenvolvimento capitalista dentro desse sistema”. (Ibid., p. 178).

É nesta mesma linha teórica e política que Ruy Mauro Marini apresenta sua rigorosa contribuição¹²⁸. Mesmo tendo surgido algumas interpretações do desenvolvimento capitalista na América Latina que caminhavam em sentido diverso à análise exposta anteriormente, é só com Ruy Mauro Marini e sua obra político-teórica “Dialética da Dependência” que se conforma efetivamente a “Teoria Marxista da Dependência”. Nesta obra, Marini assume com rigor a tarefa de explicar as relações econômicas desiguais entre os produtores, apoiados na

¹²⁶ A corrente teórica desses autores está mais afinada à perspectiva assumida nesta investigação que busca articular centralmente o tripé da teoria marxista, considerando principalmente a teoria do valor-trabalho, ponto de partida na análise de Marini e de Theotônio Santos.

¹²⁷ Theotônio dos Santos Júnior é um economista brasileiro, nascido na cidade de Carangola, Minas Gerais, que se dedicou ao estudo sistemático do marxismo. No livro *Imperialismo y dependencia*, lançado em 1978, reúne diversos artigos escritos e publicados em diferentes lugares desde finais de 1960 a começo de 1970 (PRADO; MEIRELES, 2012, p. 176).

¹²⁸ Ruy Mauro Marini, conforme enfatiza Santos (2009), ocupa uma posição privilegiada entre os pensadores latinoamericanos que se ocuparam na tarefa do pensamento social latinoamericano. Sua obra teórica, de acordo com Santos, “é profunda e clara e antecipou grande parte dos campos de pesquisa e debate das ciências sociais contemporâneas. Ainda muito jovem, Ruy Mauro levantou, na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) [...] a polêmica sobre as tendências bonapartistas na política brasileira e identificou a relação entre o populismo e as tendências autoritárias em que deveria desembocar o Estado brasileiro”.

alta tecnologia, e as economias especializadas em atividades secundárias. Nessa direção desenvolve particularmente dois conceitos básicos: *a superexploração do trabalho* e o *subimperialismo*.

Destacando-se pela radicalidade de seu pensamento, Ruy Mauro Marini evidencia que a necessidade do capital de acumular, expandir e de se concentrar, de explorar cada vez mais o trabalho, é uma necessidade intrínseca a esse modo de produção, é a natureza do capitalismo. Porém, na sua originalidade, o ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que, frente ao parâmetro desse modo de produção capitalista puro, a economia latinoamericana apresenta certas peculiaridades que impedem que o capitalismo aqui se desenvolva da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso, ressalta que, mais que um capitalismo, o que se tem na América Latina é um capitalismo *sui generis*, e este só ganha sentido se compreendido tanto em nível nacional quanto em nível internacional.

Para esse autor, a *superexploração do trabalho* é a ideia que sintetiza o fundamento da dependência. Constitui fator fundante da condição dependente dos países latinoamericanos, bem como da explicação do fenômeno da marginalidade social. Ao partir das categorias analíticas do marxismo revolucionário, sustentando-se principalmente na teoria do “valor-trabalho” para análise da dependência, a obra de Marini é um importante esforço para a compreensão da trajetória e dos dilemas enfrentados pela América Latina, cuja complexidade continua representando um desafio na contemporaneidade.

Estreitamente ligado ao processo de superexploração do trabalho, Marini apresenta o segundo conceito, o *do subimperialismo*. na qual entram, muito bem entrelaçados, elementos da estrutura econômica e fundiária do Brasil (latifúndios exportadores, aumento dos preços agrícolas, poder político da atualmente chamada bancada ruralista), da conjuntura política interna e externa (lutas no campo e na cidade, perda salarial constante, ganho de peso político pelos sindicatos, revolução Cubana, Guerra Fria, dentre outras expressões) e dos movimentos do poder político e do grande capital em nível mundial (expansão financeira, hegemonia estadunidense, investimentos externos diretos cada vez maiores e mais importantes econômica e politicamente) (PRADO e MEIRELES, 2010, p. 181) ¹²⁹.

¹²⁹ Para identificar suas razões, os desenvolvimentistas se concentraram na investigação das relações “centro-periferia”, ou seja, “partindo de uma análise histórica comparativa de ambos os casos, eles chegaram à conclusão geral de que o subdesenvolvimento não é um estágio necessário na formação das modernas economias capitalistas. O subdesenvolvimento é encarado como um processo resultante da penetração das empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas” (FURTADO, 1961, p. 186, apud FIGUEIREDO, 1978, p. 22).

Fontes (2010) apresenta algumas controvérsias e novos dilemas em torno do debate capital-imperialismo brasileiro. Neste contexto dedica a Ruy Mauro Marini um tributo e também situa a polêmica em torno de sua teoria. Primeiramente observa que Marini foi o primeiro e é praticamente o único autor a insistir precocemente no papel imperialista desempenhado pelo Brasil. Mas também avalia que sua tese incorre em algumas dificuldades:

a lei do valor se define a partir das condições reais concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas. Se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas (FONTES, 2010, p. 352-359).

Almeida (2012) observa que, após esse período de inquietações que fecundaram as análises da dependência, amplos contingentes de intelectuais

abandonaram esses estudos e migraram para a abordagem apologética da democracia tal como adotada – a contragosto – pelos dominantes, chamando-a simplesmente de “a democracia”. Contribuíram para esse enlace de neoliberalismo e democracia liberal, cujas relações mostram sinais de exaustão em boa parte do mundo, estando a América Latina inclusa (Ibid., p. 695)¹³⁰.

Após essas breves notas sobre as abordagens relacionadas ao desenvolvimentismo na América Latina, como evidenciamos inicialmente, a abordagem *desenvolvimentista* é que se coloca em questão neste momento. A busca por entender essa interpretação do desenvolvimento nos possibilita entrar na ideia que vem ganhando força na atualidade nos anos 2000, de que um novo desenvolvimentismo está sendo imposto no Brasil, tal qual vem ocorrendo em alguns países da América Latina.

Nota-se que a principal preocupação na abordagem desenvolvimentista é com as razões “por que a América Latina não se desenvolveu da mesma maneira que a Europa e a América do Norte”. Com o intuito de fundar uma base institucional que criasse condições de desenvolvimento para os países da região, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) defendia que os países latinoamericanos só se desenvolveriam a partir da montagem de um aparato industrial orientado pela ação do Estado¹³¹. Ideia que teve força no

¹³⁰ Nas reflexões realizadas através da categoria “dependência” dentro da tradição marxista, o resgate dessa tradição é fundamental. Pois, “mais que fruto de um exame das posturas desenvolvimentistas da Cepal, surgiram como expressão teórica de uma crítica prática às posturas dos Partidos Comunistas (PCs) da América Latina. Em linhas gerais, Prado e Meireles (2012) destacam, tomando por referência Michel Lövy, que “a ideologia dos Partidos Comunistas latinoamericanos se apoiava numa teoria de etapas do desenvolvimento capitalista, pregando que os países do então chamado Terceiro Mundo se encontravam em estágios feudais ou semif feudais. O resultado político desse diagnóstico levava à ideia de que era necessário fomentar, através de uma aliança tática com as burguesias, o desenvolvimento capitalista nos países latinoamericanos, pois estes teriam que passar por uma ‘revolução burguesa’ antes de imaginar a posterior ‘revolução proletária’” (Ibid., p. 173).

¹³¹ A expressão máxima dessa corrente de pensamento que representava, no plano das ideias, os sonhos românticos das facções burguesas progressistas, segundo Sampaio Jr. (2012), está associada aos trabalhos de Raúl Prebisch, que estabeleceram as bases da economia política da CEPAL. Esta Comissão surge dentro desta

Brasil e foi determinante no governo de Getúlio e de Juscelino Kubitschek (JK), conforme tratado mais à frente em relação ao processo de industrialização no Brasil. A CEPAL buscou congregar pensadores de diversas áreas para pensar este desenvolvimento para a América Latina e a formar uma “teoria”, tendo como eixo a “formação desigual e assimétrica” entre países.

A conjuntura era de desenvolvimento tecnológico nos países centrais, como EUA, e desenvolvimento agrícola para os países periféricos, como os da América Latina, que cria relação de dependência, já que não acompanha a velocidade da produção tecnológica. Desse modo, na tradição desenvolvimentista latinoamericana, “o pensamento da Cepal a partir do final dos anos 1940 passou a ser uma referência de maior destaque. Ao desenvolver uma análise acerca da crise do desenvolvimentismo, Marini (s/d, p. 103), reconhece que “a análise das concepções da CEPAL é indispensável para quem deseja conhecer a evolução do pensamento latinoamericano moderno”.

No contexto do discurso e da ideologia desenvolvimentistas é enfatizada a necessidade de que cada país supere o seu subdesenvolvimento para atingir o estágio de país desenvolvido, que remete à ideia dita acima. É como se essa passagem fosse um caminho natural a ser percorrido por todos os países de industrialização tardia. O diagnóstico crítico elaborado pelos desenvolvimentistas, de acordo com Sampaio Jr. (2012), implica a necessidade inescapável de “mudanças estruturais” que ataquem as causas do subdesenvolvimento, ou seja,

[...] a sua agenda política passa pelo enfrentamento do imperialismo, que submete as economias periféricas aos imperativos do desenvolvimento desigual e combinado, bem como por reformas estruturais que liquidem as bases objetivas e subjetivas do regime de segregação social – o latifúndio e os privilégios aberrantes de burguesias dependentes, cuja força se alimenta na pobreza e na miséria de expressivos contingentes da população (Ibid., p. 674).

Essa teoria do subdesenvolvimento traz em si importantes questões que marcaram a história política, econômica e social da América Latina, e é nas análises históricas e nos trabalhos teóricos de Octavio Ianni, de forma especial, que podemos extrair algumas indicações para uma análise do Brasil nesse contexto. De acordo com Ianni (2004, p. 98),

[...] o desenvolvimentismo é a ideologia dessa ruptura parcial, frustra, das nações que optam pelo desenvolvimento capitalista. Implica uma concepção abstrata da história, em que as contradições essenciais do sistema submergem nas soluções verbais da ideologia burguesa (IANNI, 2004, p. 98).

O autor parte do entendimento de que o desenvolvimentismo é um ingrediente ideológico fundamental, produzido pela industrialização de tipo capitalista, como ocorreu no

Brasil, compondo a corrente de ideias características dessa etapa de transição do sistema econômico-social nacional. Destaca em sua análise que, “em verdade, a criação do desenvolvimento, como ideologia, nos termos em que está caracterizado, vem de épocas anteriores” (IANNI, 2004, p. 98), havendo indícios já na Revolução de 1930. Mas, particularmente, é no Plano de Metas (1956-1960), do governo JK que ocorre a generalização das categorias da representação capitalista do mundo. Como se trata de uma ideologia de ruptura burguesa, “o desenvolvimentismo assume feições particulares, próprias do capitalismo que se constitui num país gerado no processo de acumulação primitiva e inserido dinamicamente no capitalismo mundial” (Ibid., p.102).

Essa política e essa ideologia chegaram ao seu apogeu na segunda metade dos anos 1950, no governo JK, e teve importância estratégica para a consolidação do capitalismo industrial no Brasil, vindo a aprofundar-se com a implantação do capital financeiro no país. Mas teve curta duração, pois entra em crise no início dos anos 1960. De acordo com Almeida (2012), essa crise tem a ver com “o desenvolvimento capitalista industrial que se realizara com incrível velocidade, mas sem resolver o problema das desigualdades internas nem tampouco eliminar – apenas redefinir – a posição subalterna da formação social brasileira no sistema mundial” (Ibid., p. 694). No subsequente período de crise econômica que, de acordo com esse autor, adquiriu grande politização,

[...] o grande capital, já em processo de intensa disputa pela hegemonia no interior do bloco no poder, não tinha nenhum interesse na conservação dos dispositivos de mobilização das classes populares. Especialmente numa conjuntura em que a ascensão dessas no plano político coincidia com [a] primeira crise tipicamente capitalista do capitalismo brasileiro (Ibid., p. 699).

É no decorrer dos anos 1950, junto com o avanço da burguesia industrial, tanto em países onde ela já era forte, como nos demais, que o desenvolvimentismo se tornou a ideologia dominante e a matriz por excelência das políticas públicas (MARINI, s/d, p. 111). A crise desse processo que atinge a maioria dos países latinoamericanos a partir da década de 1960, é analisada pelo autor como uma crise de acumulação e de realização da produção, pois, uma das suas expressões dessa crise dizia respeito à combinação de baixos salários com o prolongamento da jornada e a intensificação do ritmo de trabalho. De acordo com Marini,

[...] o capital industrial mobilizava massas de trabalho substancialmente maiores que aquelas que, em condições normais, corresponderiam à soma de dinheiro destinada a pagá-las, tornando-se assim incapaz de assimilar boa parte das novas forças de trabalho que se incorporavam ao mercado (Ibid., p. 113).

O desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latinoamericana e sua tese central, conforme apresentado por Marini, “assevera que o desenvolvimento econômico representa um *continuum* no qual o subdesenvolvimento constitui uma etapa anterior ao

desenvolvimento pleno. Este representaria, porém, algo acessível a todos os países que se empenhassem em criar as condições necessárias para tal” (MARINI, s.d., p. 105).

Num breve balanço histórico e conceitual, há o entendimento de que o nacional-desenvolvimentismo percorreu um longo caminho na história do pensamento econômico brasileiro. Trata-se da ideologia desenvolvimentista presente desde os anos 1930 até os anos 1964. Observa-se, contudo, como afirma Castelo (2012, p. 614), que sua forte influência ideológica e política nos principais debates da agenda nacional se estenderá até os anos 1990, quando entra em ocaso, com a ascensão do neoliberalismo¹³².

Para Sampaio Jr. (2012, p. 673), “o desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latinoamericanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento”. Nessa perspectiva, ele afirma que

[...] acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista” (Ibid., p. 673-74)¹³³.

No balanço geral apresentado por Castelo (2012) sobre a nova fase do desenvolvimento capitalista, há o reconhecimento de três correntes que compõem este fenômeno. A primeira, chamada pelo autor de “macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo“, tendo por referência Bresser Pereira e Gala, tem por ideia básica “a primazia do mercado e seus mecanismos de produção da riqueza, com uma atuação reguladora do Estado nas falhas do mercado” (Ibid., p.629). Já a segunda corrente é a “pós-keynesiana” que “assemelha-se muito à primeira, sustentando o papel do Estado como redutor das incertezas do ambiente econômico para favorecer as tomadas de decisão de investimento do setor privado, variável responsável em larga medida pelo crescimento econômico” (Id. Ibid.). A última corrente é a “social-desenvolvimentista” que para Castelo, tem suas propostas “assentadas na afirmação do mercado interno via ampliação do consumo de massa. O Estado tem um peso maior nas propostas dessa corrente do que nas duas precedentes, e as políticas macroeconômicas devem ser subordinadas às do desenvolvimento” (Id. Ibid.).

Por fim, o principal fato ainda a destacar, com base em Gonçalves (2012), é que

¹³² Enquanto ideologia, Castelo recorre a Pedro Fonseca para afirmar que o nacional-desenvolvimentismo surge “como uma mistura eclética de diferentes escolas teóricas, a saber, o nacionalismo, o protecionismo industrial, o papelismo e o positivismo” (2012, p. 619).

¹³³ Sobre esse movimento de ascensão e declínio, Sampaio Jr. chama a atenção de que, na história da América Latina, a gênese e a falência do “desenvolvimentismo” foram condicionadas pelo apogeu e declínio do processo de industrialização por substituição de importações” (2012, p. 675).

[...] as experiências de desenvolvimentismo na América Latina retiram do trinômio do nacional-desenvolvimentismo (industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo) a questão da origem do capital-nacionalismo. [...] o que se constata é que na região [...] é o capitalismo dependente fortemente associado ao capital estrangeiro (GONÇALVES, 2012, p. 653).

Para concluirmos, chamamos a atenção em relação ao que Ruy Mauro Marini, num texto escrito em 1992, visualizava: a volta ao ideário desenvolvimentista. De acordo com Prado e Meireles (2010), em seu ensaio dedicado à compreensão e consequente superação da ‘crise teórica’ que sofriram – e em parte sofrem – as ciências sociais latinoamericanas quando comparadas com o ambiente intelectual das décadas de 1960 e 1970, Marini conclui com uma análise sobre a política e a ideologia do momento, apontando um processo que se confirmaria uma década depois, com especial força no Brasil¹³⁴. Esse processo é destacado por Prado e Meireles (op. cit.) como uma volta ao passado, observada tanto na política como em estudos acadêmicos.

2.1.2. Retomada da ideologia nacional-desenvolvimentista no Brasil

Um dos grandes expoentes desta empreitada que vem ganhando espaço no Brasil com a tentativa de elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento é o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, o mesmo da Reforma Administrativa do governo de FHC.¹³⁵ Em um conjunto de publicações que ocorrem no início deste novo século (de 2004 a 2012), Bresser-Pereira vem esclarecendo que desenvolvimentismo é estratégia de desenvolvimento, disseminando sua ideia de que “o Brasil precisa de um novo desenvolvimento não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade, e enfrenta novos desafios” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 2). Seu questionamento central é o de que a ideologia neoliberal teria levado toda a América Latina ao desastre¹³⁶.

¹³⁴ De acordo com Prado e Meireles, “no Brasil, o projeto novo-desenvolvimentismo se concretizou no meio intelectual num livro prefaciado por ninguém menos que o empresário e vice-presidente José Alencar, cujo título diz ao que veio: *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social* (SICSÚ et al [orgs.], 2005, apud PRADO; MEIRELES, s/d, p. 184).

¹³⁵ Ver BRESSER-PEREIRA, L.C. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle da Reforma do Estado. Caderno n. 1. Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília – DF, 1997.

¹³⁶ Com a preocupação em estabelecer as principais diferenças entre o desenvolvimentismo de ontem e hoje, o autor apresenta cinco pontos por ele considerados principais em suas ideias: (i) antes se defendia que a base do

O desenvolvimento do capitalismo, o Estado e sua atuação estariam sendo colocados em cheque e se tornando centrais nas interpretações de Bresser-Pereira. Porém, o que está em questão é a confrontação feita entre Estado e mercados, portanto, recaindo uma preocupação diante do crescimento do aparelho do Estado. O contexto em que é situada, tanto por este autor, como outros que propõem este objetivo na atualidade, a retomada da ideologia do desenvolvimentismo, é o governo Lula (2003-10).

De acordo com Almeida (2012), no Brasil, houve a implementação de uma política que se apresenta como neodesenvolvimentista e que, ao longo de oito anos, contou com o progressivo apoio de um extraordinário leque de forças sociais, desde o semiproletariado à grande burguesia bancária, de agronegociosistas a movimentos de sem-terra. Apoio este que, ao menos no plano discursivo, foi acompanhado pela admiração de governantes pelo mundo afora (Ibid., p. 695). Portanto, é no âmago da política estatal e ideologia encarnadas pelo governo Lula que se reserva a expressão “neonacional-desenvolvimentismo”.

De modo geral, o retorno da temática “novo desenvolvimentismo” é situado a partir do segundo governo Lula. É um período em que, como anota Castelo (2012, p. 614), “a ideologia desenvolvimentista voltou repaginada à cena – acoplada dos prefixos ‘novo’ e ‘social’ – e tornou-se o tema da moda no Brasil”. É o momento em que se observa na cena brasileira a incapacidade do neoliberalismo de responder às demandas do crescimento econômico, de distribuição de renda e de equidade social. Portanto, há uma busca coletiva por entender o que está acontecendo nesse cenário desse início do século XXI.

Essa nova fase desenvolvimentista, segundo Castelo (2012), foi comemorada pelas classes dominantes e no seu interior (pelos aliados nacionais e internacionais). Nesse processo, “criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT” (Ibid., p. 614). O autor diz que:

Segundo o bloco ideológico novo desenvolvimentista, o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social – o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo – e, no limite, por apontar para o rompimento com o neoliberalismo ou o subdesenvolvimento (CASTELO, 2012, p.615).

Para esse autor,

desenvolvimento seria a industrialização por substituição de importações, enquanto hoje se defende o crescimento com base nas exportações; (ii) antes acreditava-se que o Estado deveria viabilizar a industrialização gerando os recursos, via poupança forçada, e executando os investimentos, ao passo que hoje crê-se que ele deve apenas criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas; (iii) a política industrial é deslocada de um papel central para um ‘papel acessório’ na estratégia de desenvolvimento; (iv) os déficits fiscais e (v) a inflação deixam de ser aceitos em qualquer hipóteses (Ibid., 2012, p. 47).

[...] o pensamento econômico brasileiro, a partir do novo desenvolvimentismo, recolocou em tela alguns grandes temas nacionais, como soberania externa, integração regional e inserção na divisão internacional do trabalho, industrialização e inovação tecnológica, distribuição de renda, nova classe média etc. (Ibid., p. 629).

No entanto, tais temas aparecem esvaziados do seu conteúdo crítico e analítico para justificar uma razão de governo. Para o autor, “o debate dos novo-desenvolvimentistas é unilateralmente estabelecido com os neoliberais, ignorando-se uma ampla gama de trabalhos críticos à nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro” (Ibid., p. 629-630)¹³⁷.

Com a crise dos anos 1970, período em que ocorreu a instauração da autocracia burguesa na América Latina, ampliou-se a possibilidade do surgimento do neoliberalismo na região. De acordo com Gonçalves (2012, p. 663), é constatado que: “A era dourada do desenvolvimentismo latinoamericano é interrompida pelo choque do petróleo nos anos 1970 e pela eclosão da crise da dívida externa no início dos anos 1980”. Por sua vez, Anderson (1995, p. 10) também aponta que “todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo”¹³⁸. Trata-se, portanto, de uma época em que os países entram numa fase em que ocorre a mudança do modelo de desenvolvimento, “[...] que vai da intervenção estatal para os mercados livres, provocando a abolição de muitas empresas e instituições, redução de sua importância ou privatização” (STEIN, 2011, p. 4).

Anderson (1995) chama ainda a atenção para o fato de que os anos 1980 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal na região do capitalismo avançado, ou seja, na Europa, principalmente com o governo de Thatcher e, na América do Norte, com Reagan. No início, conforme sugere Anderson, somente governos explicitamente de direita radical colocaram em prática políticas neoliberais. Depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, poderia rivalizar com eles em zelo neoliberal (ANDERSON, 1995, p. 14).

Neste contexto, o Chile, sob o governo de Pinochet, foi o primeiro país a aplicar o receituário neoliberal, acrescido de uma forte dose de repressão militar, constituindo-se a

¹³⁷ Castelo aponta os representantes da classe dominante, entre os aparelhos privados e estatais de hegemonia, e suas manifestações de satisfação com esse projeto, assim como as de Bresser Pereira, mentor da contra-reforma do Estado Brasileiro. Aponta também alguns “intelectuais tradicionais de peso na academia e intelectuais orgânicos de partidos outrora de esquerda” (Ibid., p.615), adeptos de tal perspectiva, como Emir Sader, Maria da Conceição Tavares e Márcio Pochman, e ainda Aloísio Mercadante com Pochman, entre outros.

¹³⁸ Do ponto de vista dos que compartilham da orientação ideológica do neoliberalismo, as raízes da crise “estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (HAYEK, 1944, apud ANDERSON, 1995, p. 10).

“experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente”. Nas palavras de Anderson (1995),

[...] aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. [...] quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra [...] porque, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares pós-guerra (Ibid., p. 19).

Como a importância política e econômica do Chile no contexto mundial era muito restrita, sua experiência neoliberal não causou grandes repercussões; isto só aconteceu a partir das experiências da Inglaterra e dos Estados Unidos na década de 1980.

A virada continental em direção ao neoliberalismo, conforme sublinha Anderson, se dá a partir de 1988, quando Salinas assume a presidência no México, seguido de Menem na Argentina em 1989 e, neste mesmo ano, Carlos Andrés Pérez na Venezuela. Em 1990, Fujimori assume no Peru. Destas quatro experiências, conforme anota o autor, somente a Venezuela fracassou, uma vez que “esta dose de autoritarismo político não foi factível na Venezuela, com sua democracia partidária mais contínua e sólida do que em qualquer outro país da América do Sul, o único a escapar de ditaduras militares e de regimes oligárquicos desde os anos 50” (Ibid., p. 21). Mas a experiência da Bolívia, ainda de acordo com Anderson, cujos governos eleitos depois de 1985, tanto de Paz Zamora, quanto do Sanchez Losada, vem mostrar que não é somente nos regimes autoritários que as políticas neoliberais teriam êxito nesta região. Esta é, portanto, a segunda fase do neoliberalismo na região, ocorrida nos anos 1980, “quando presidentes são eleitos com uma plataforma tipicamente liberal [período em que o neoliberalismo] (res)surgiu [...] a partir de pleitos eleitorais da democracia representativa” (CASTELO, 2012, p. 623).

No Brasil, a implantação da hegemonia neoliberal ganha força somente a partir dos anos 1990, quando os presidentes Collor e Itamar ascendem ao governo, expressando uma orientação política afinada com os princípios doutrinários do livre-mercado e do antiestatismo. Princípios esses ligados aos interesses do grande capital estrangeiro e nacional, particularmente o de caráter financeiro, e a realização de uma série de reformas institucionais, muitas delas de caráter constitucional, que redefiniram a ossatura do aparelho de Estado, reforçando seu caráter autocrático-burguês. A partir do exposto, verifica-se então que, do final do século XX e início do século XXI, a agenda política do Brasil, como reflexo do que vinha acontecendo na América Latina, circunscreveu-se ao redor do chamado “Consenso de Washington”, cuja origem está relacionada à crítica ao desenvolvimentismo

latinoamericano¹³⁹. Gonçalves observa que: “O Consenso de Washington apresenta diretrizes em relação às estratégias de desenvolvimento e políticas macroeconômicas. O enquadramento político-ideológico é, sem dúvida alguma, o neoliberalismo em ascensão nos anos 1980” (Ibid., p. 653).

Então, na fase em que Lula ascende ao poder, ainda que esse presidente mantenha intacta a herança dos governos FHC no que se refere ao tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante), em seu governo, ocorre a busca por melhor inserção internacional do Brasil. De acordo com a hipótese defendida por Almeida (2012, p. 705), “com exceção do caso hondurenho, a busca de uma melhor inserção internacional do país pelo governo Lula não se contrapôs, no fundamental, aos interesses estratégicos dos EUA”. Ao contrário, destaca Almeida, “procurou brechas que, ao mesmo tempo em que fortaleciam essa inserção, desempenhavam funções que seriam geopoliticamente desgastantes, caso fossem assumidas diretamente pela grande potência mundial”. Lula é um exemplo de maior vulto no que diz respeito à experiência novo desenvolvimentista, pois, conforme também observa esse autor: “em situação similar à ocorrida no âmbito interno, o governo Lula recebeu aprovação no plano mundial, abrindo um leque que se estende dos principais responsáveis pelo governo dos EUA ao presidente Chávez e distintos governantes do Oriente Médio”¹⁴⁰.

Ainda de acordo com Almeida (Ibid., p. 700), no neonacional-desenvolvimentismo do governo Lula “não somente se manteve a hegemonia do grande capital, em especial de seus segmentos mais ligados à atividade especulativa, como foi intensa a participação direta das frações burguesas, inclusive via representação parlamentar, na definição da política de Estado”. Todavia, destaca Almeida (2012, p. 700), “o governo Lula não foi tão fiel à ortodoxia neoliberal como ocorreu com o seu antecessor, FHC”.

Assim, de acordo com Prado e Meireles (2010) as questões teóricas sustentadas pelos desenvolvimentistas em tempos não muito remotos são retomadas, ainda que parcialmente, na concepção novo-desenvolvimentista, de forma “implícita ou explícita nas iniciativas de alguns governos da América Latina considerados de centro-esquerda” (Ibid., p. 186). Para os autores, o que está sendo resgatado por alguns acadêmicos e integrantes dos gabinetes e das equipes

¹³⁹ O “Consenso de Washington” tem origem em trabalho de John Williamson apresentado em 1989, caracterizando-se como “uma crítica ao pensamento e, principalmente, às experiências desenvolvimentistas na América Latina a partir de 1950” (WILLIAMSON, 2004, apud GONÇALVES 2012, p. 654).

¹⁴⁰ Almeida (2012, p.705) acrescenta que “logo após concluir o segundo mandato, Lula foi convidado para proferir palestras em grandes empresas como a LG (2/3/2011) e a Microsoft (5/4/2011), a cujo convite atendeu para participar, em Washington, do Fórum de Líderes do Setor Público da América Latina e Caribe”.

econômicas dos chamados governos de centro-esquerda latinoamericanos “é somente o diagnóstico de que o ‘desenvolvimento’ levará a maiores níveis de renda, quando comparado com o nível de renda de estruturas especializadas na monocultura de exportação” (PRADO; MEIRELES, 2010, p. 186).

Convive-se, a partir de então, com tensas relações entre capital financeiro, Estado e classes sociais no país, no contexto da mundialização do capital sob a hegemonia neoliberal, uma das formas assumidas pelo imperialismo em suas relações assimétricas e desiguais com os países da América Latina.

Já na década de 1990, os efeitos dessa política-ideológica neoliberal fazem-se sentir, com danos sociais com grande intensidade, havendo a reprodução ampliada de expressões da “questão social”. Trata-se de uma conjuntura política não tanto favorável aos interesses da classe trabalhadora. Porém, como analisa Castelo (2012), os sinais de esgotamento do neoliberalismo não significam, neste período, o seu fim.

A partir dessas reiteradas posturas novo-desenvolvimentistas de governos latino-americanos eleitos, volta à tona como preocupação as formas de mudança social. Para Castelo (Ibid., p. 624), essa nova fase do desenvolvimentismo apresenta-se como uma *terceira via*, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo. Sua maior expressão ocorre, portanto, no Brasil, principalmente a partir do segundo mandato do governo Lula.

Para Sampaio Jr. (2012, p. 679): “O desafio do neodesenvolvimentismo consiste [...] em conciliar os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo [...] com os aspectos ‘positivos’ do velho desenvolvimentismo [...]”. Em síntese, “na nova perspectiva, portanto, o desenvolvimento é apenas um simulacro – crescimento e modernização são alçados à condição de desenvolvimento. A aparência crítica é apenas um disfarce para a apologia do *status quo*”. (Ibid., p. 681). Sendo assim, “A discussão não ultrapassa o horizonte da conjuntura imediata” (Ibid., p. 680).

Também Behring (2014) analisa que, no contexto das teses do “neodesenvolvimentismo” e da nova classe média (abordagem considerada por Pochmann [2012] como inconsistente, rudimentar e tendenciosa), são os mais novos mitos brasileiros que cimentam ideologicamente a hegemonia do projeto em curso, que tem no Estado seu dínamo. A autora sustenta a hipótese de que “há no Brasil deslocamentos em relação às orientações neoliberais mais duras do Consenso de Washington implementadas nos anos 90, e ademais plenamente realizadas e quase esgotadas desde então” (BEHRING, 2014, não paginado.). Para a autora:

A economia política singular da era Lula e que tem continuidade em linhas gerais com Dilma vem tendo impactos materiais intensos sobre a vida dos que vivem em pobreza extrema ou absoluta, mesmo que não pela via da expansão dos direitos universais, o que implicaria em efetivas reformas. Mas favorece em proporções muito maiores os ricos, com atenção especial ao agronegócio e ao capital portador de juros, além de atrair capital estrangeiro para o novo Eldorado brasileiro (BEHRING, 2014, não paginado.).

A questão central para Behring (2014) é se seria “o *neodesenvolvimentismo* o desenvolvimentismo da era neoliberal e que não rompe com ela? Para ela, “apesar da monta do processo que estamos observando e suas implicações para a luta de classes, há elementos – nada, pouco ou incorretamente tocados por estes interlocutores e que não permitem uma resposta afirmativa sobre a retomada de uma rota sequer reformista” (Ibid., não paginado). Concordamos com essa análise da autora e também quando ela afirma haver uma precipitação, pois alguns intelectuais se referem ao momento presente como pós-neoliberal, o que não parece condizer com a realidade¹⁴¹. No Brasil, porém, segundo a autora, o “neodesenvolvimentismo” consiste em um “social-liberalismo”, atuando como “suporte para o desempenho das funções do Estado na periferia, no ambiente da crise”. Enfim, suas observações apresentam que

há mediações novas, mas não rupturas substantivas. E a contraface desse sentido do Estado brasileiro, cujo conhecimento nos faz conhecer a realidade brasileira (Ianni, 2004) é a agudização da luta de classes, mesmo que sem constituir alternativas globais ainda, como se viu nas jornadas de junho brasileiras. O acirramento da luta de classes no país mobilizou fortemente a face penal do Estado (Ibid., não paginado).

Ao finalizarmos esse resumo aproximativo das ideias de alguns estudos contemporâneos sobre esse debate relacionado ao desenvolvimento capitalista no Brasil, recordamos a constatação de Florestan Fernandes sobre a década de 1970 que descreve: “vivemos uma época difícil, de grandes conflitos e contradições, e de grandes esperanças e realizações” (1975, p. 123). Também estas primeiras décadas do século XXI estão marcadas por conflitos e contradições, maior que os dos anos 1970 não sabemos, mas que são de grande complexidade, devido à complicada sociabilidade capitalista no seu aprofundamento contemporâneo.

Em suma, nossa análise sobre o desenvolvimento busca estar pautada na teoria social de Marx, considerando que, no problema do desenvolvimento do capitalismo, talvez o fator mais importante seja o grau de difusão do trabalho assalariado. Pois, nessa relação, o próprio trabalhador aparece como mero vendedor da mercadoria de sua força de trabalho, sendo,

¹⁴¹ Segundo a autora (Ibid.), na experiência europeia e norte-americana recente, mesmo que alguns tenham dormido neoliberais e acordado keynesianos depois da crise das subprimes em 2008/2009, o cenário subsequente, após a enxurrada de recursos do fundo público para conter a crise, foi de retomada da austeridade.

portanto, o capitalismo um estágio do desenvolvimento da produção mercantil no qual a própria força de trabalho se converte em mercadoria. Logo, o “novo” ou o “velho” desenvolvimentismo, na essência, mantém a lógica que sustenta as relações capitalistas, a concentração e centralização de capital. As relações de produção, fundadas na produção de mais-valia estão garantidas. Logo, revela-se mais uma vez a face contraditória do que ocorre na sociabilidade capitalista, o que explica a “questão social” como fenômeno específico da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam (IAMAMOTO, 2008). Ou conforme Lênin (1985, p. 364), “os vendedores da força de trabalho saem das fileiras da população operária do país, que participa da produção de valores materiais”.

2.2. Concentração e centralização do capital na era dos “grandes projetos”

O intelectual não cria o mundo no qual vive.
Ele já faz muito quando consegue ajudar a
compreendê-lo e explicá-lo,
como ponto de partida para sua alteração real
Florestan Fernandes

O desenvolvimento capitalista contemporâneo e o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, em especial no Estado do Rio de Janeiro, no início deste século XXI, vem privilegiando o desenvolvimento centrado nos grandes projetos econômicos. Isso vem tomando proporções cada vez maiores, o que implica beneficiar o grande capital nacional e transnacional em detrimento da classe trabalhadora, bem como da região onde esses empreendimentos estão sendo implantados. Empreendimentos esses que vêm contando com o fundo público, via BNDES, em proporções cada vez maiores.

Nas particularidades do contexto histórico brasileiro, esse favorecimento aos grandes projetos econômicos está diretamente relacionado aos resultados da presença do grande capital no país e ao desenvolvimento capitalista, cujo crescimento é evidenciado nos estudos dos autores contemporâneos que acabamos de apresentar. Essa reedição e viabilização do

capital via desenvolvimento, tem por base uma relação de “dependência”, como um produto do desenvolvimento mundial “desigual e combinado”¹⁴².

A resposta à questão que nos assalta é saber para quem é esse desenvolvimento via grandes projetos, a quem ele está beneficiando realmente. Para Moreira (2014), resgatar um pouco do que foram e como vêm ocorrendo esses grandes projetos no contexto histórico brasileiro ajuda a criar a cultura da resistência e, talvez, possa inspirar estratégias para o enfrentamento das grandes investidas do capital deste momento histórico do país. Capturar algumas das determinações dessa realidade é também fundamental para sintetizarmos as questões e desafios presentes na dinâmica de vida da classe trabalhadora e nas regiões afetadas por grandes projetos de desenvolvimento. Questões essas implicadas na forma privilegiada do poder do capital diante desses grandes projetos em vista da acumulação.

Na análise empreendida por Ianni (1981), esse processo de constituição da dominação burguesa, alicerçado sob o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, explica também a industrialização tardia no Brasil e sua associação ao capital estrangeiro a partir da entrada das multinacionais, quando se observa um novo momento do capitalismo. Ao analisar uma época importante do desenvolvimento das classes e das contradições de classes no Brasil, apresenta-se todo um contexto histórico em que se organizaram e reproduziram as relações entre o Estado e o capital, numa conjuntura em que se revelavam os interesses das classes dominantes e as reivindicações das classes subordinadas. Situando os aspectos mais notáveis, o autor esclarece que

Uma coisa é a ditadura militar, que é mais visível nessa época; outra é a ditadura da grande burguesia, do grande capital, que determina as principais características do Estado ditatorial. Nem sempre as classes dominantes exercem diretamente o governo. Não precisam; não é conveniente (Ibid., p. 01).

Buscando desvendar o vínculo estrutural entre essa ditadura e os interesses privados do capital nacional e internacional, Ianni mostra que a passagem desse capital do modo concorrencial [competitivo] para o monopolista se dá de forma muito evidente, havendo a cooperação econômica estreita entre capital e Estado no Brasil. Segundo o autor, “O Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariada, na indústria e na agricultura.” (Ibid., 1981, p. 08). Veremos, ao longo dessa seção, que tais projetos são realizados por

¹⁴² De acordo com Iamamoto (2008), a noção de desenvolvimento desigual é utilizada em sua acepção clássica por Marx que discorre sobre a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista.

grandes empreiteiras, sob a vigência dos grandes projetos de infraestrutura, viabilizados por meio de financiamento público.

O entendimento do momento histórico deste início do século XXI e de sua tendência de desenvolvimento, conforme tratado na seção anterior, é fruto de um processo desenvolvido na hegemonia da ditadura civil-militar no pós-64, quando ficou constituído o modo mais desenvolvido de produção capitalista no Brasil. Os antagonismos entre as classes sociais do período da ditadura são reproduzidos cada vez mais na atualidade, expressando a reprodução ampliada das expressões da “questão social”. Com base na análise de Ianni e de outros autores contemporâneos, fica evidente que, a partir da década de 1970, no contexto da ditadura do grande capital, há esse privilegiamento aos grandes empreendimentos econômicos que demarcam um novo patamar, principalmente para as regiões nordeste e amazônica do país.

No entanto, embora esses projetos sejam apresentados, como observa Moreira (2014), “sob o manto do desenvolvimento econômico”, com a promessa de que vão gerar um grande desenvolvimento para a região onde serão instalados, eles chegam aos seus destinos impondo vários impactos negativos nos espaços de sua abrangência.

É a partir de 2007, em especial, frente ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e outras políticas estatais do governo Lula, que se pôde perceber “forte poderio econômico e político das maiores empresas nacionais de engenharia”, uma constatação encontrada, por exemplo, nos estudos recentes de Pedro Henrique Pedreira Campos (2014)¹⁴³. A tese deste autor é a de que talvez o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1988) e seus grandes projetos no campo da engenharia sejam possíveis respostas ao processo de crescimento e consolidação das principais firmas do setor de construção pesada nacional (Ibid., p. 7).

Trata-se de um setor, o da construção civil e seus grandes empreiteiros, dentre tantos da burguesia brasileira, que vem tendo grande vulto no processo de acumulação do capital em nosso país. Estes compõem, segundo Fontes (2014, p. 27), “extensa rede de aparelhos privados de hegemonia coligando seus diversos segmentos e frações, com maior ênfase para a consolidação de grupos empresariais extremamente concentrados e sua participação nessas diferentes entidades”. Nesse contexto, pode-se perceber, de forma muito evidente,

¹⁴³ O autor realiza um extenso estudo sobre uma fração particular do empresariado brasileiro, revelando um esforço de investigar a classe dominante no Brasil.

não apenas uma proximidade direta das empreiteiras como Estado restrito – como repete, não sem razão, o senso comum no Brasil –, mas, como sugere Gramsci, avança para além do senso comum, ao identificar de maneira detalhadamente comprovada uma complexa teia de interesses privados tecidos por fora e por dentro do Estado, com um grau muito maior de complexidade do que a simples tradução imediata da propriedade em poder político (Ibid., p. 27).

Essa “teia complexa que amarra o novo ao arcaico, num formato desigual e combinado característico e seletivo”, conforme definição dada pela autora acerca dessas relações sociais que cercam o momento atual, é também assim caracterizado por ela:

Modernas entidades associativas empresariais, forjando intelectuais orgânicos preparados e coligados, entremeiam o Estado brasileiro. Conservam razoável autonomia frente a ele e elaboram suas próprias pautas, mas integram-se nele através de malhas capitalizadas, a partir das quais defendem seus interesses corporativos frente aos demais setores burgueses e às reivindicações dos trabalhadores (Id. Ibid.).

Não sendo objeto do presente estudo, mas estando diretamente relacionado a ele, teceremos algumas considerações, ao longo desta seção, sobre a contextualidade histórica dessas “estranhas catedrais” (CAMPOS, 2014), a fim de podermos compreender a ocorrência do fenômeno que denominamos de “grandes projetos” econômicos de desenvolvimento. “Estranha catedral”, segundo Fontes (2014), permite pensar “essa teia [...] luxuosa e acolhedora para as classes dominantes e suas entidades, gelada e árida para a grande maioria”¹⁴⁴.

Não há outra forma de realizar esse caminho investigativo senão buscando entender, ao mesmo tempo, a configuração do Estado brasileiro que, institucionalmente organizado, vem se mostrando poroso, segundo Fontes, frente à “penetração de intelectuais da ordem, que argumentam pela técnica e pelo mando, favorecendo a conversão de seus interesses particulares em ‘questões nacionais’, em ‘questões de ordem policial’ e, até mesmo, em ‘segurança nacional’” (Ibid., p. 28). Apresentar essa imbricação ostensiva dos empreiteiros das grandes obras da construção civil com o Estado é o que nos propomos fazer, a seguir.

Antes, ressaltamos que este estudo visa ainda auxiliar no entendimento da mobilização migratória dos segmentos da classe trabalhadora a qual damos centralidade neste estudo: os trabalhadores de grandes obras, ou trabalhadores do trecho. Haja vista que, conforme sinalizado por Campos (op. cit., p. 39), “o arregimento de numerosa força de trabalho para implementação desses projetos e o caráter muitas vezes monumental de seu resultado foram

¹⁴⁴ Sobre essa temática, a autora sinaliza que “é preciso unificar as múltiplas e variadas pesquisas que vasculharam diversas entidades empresariais, pesquisaram o fortalecimento de grandes conglomerados brasileiros e associados, assim como identificar uma contínua e consistente formação de intelectuais orgânicos, muitas vezes realizada com recursos públicos, para a expansão das relações sociais capitalistas em diferentes âmbitos” (Ibid. p. 27-28).

associados ao poder de Estado e nem sempre operavam no sentido de uma finalidade estritamente econômica”.

2.2.1. A indústria de construção pesada, grandes empreendimentos, empreiteiras e a atuação do Estado

Para maior entendimento do fenômeno em torno dos grandes projetos econômicos implantados em nome do desenvolvimento brasileiro neste início do século XXI, realizamos uma breve retomada histórica e analítica sobre o Estado e as empreiteiras, detendo-nos nos estudos sobre a formação da indústria da construção pesada no Brasil, e as principais obras exploradas pelas empresas desse setor¹⁴⁵.

Com base em Campos (2014), destacamos três períodos e modelos que se sucederam no mercado de obras e infraestrutura no processo histórico brasileiro: de meados do século XIX até as décadas de 1920 e 1930, quando as principais obras de engenharia no país eram realizadas por empresas privadas estrangeiras; dessas décadas 1920 e 1930 até meados dos anos 1950, quando o Estado entrou como contratador e também realizador de obras públicas, subsidiando a formação e o fortalecimento de um capital industrial no país; e, por fim, de meados da década de 1950 em diante, quando o modelo inaugurado nos anos de 1930 se consolidou, sendo aperfeiçoado, “[...] através da elevação do aparelho de Estado a demandante quase exclusivo de obras públicas e estabelecendo a separação entre a atividade estatal-contratante e privada-contratada” (Ibid., p. 64-65).

Como toda relação de produção resulta em mercadorias produzidas, este setor possui algumas características específicas: a mercadoria produzida por este ramo é a obra pronta. Portanto, trata-se de um produto não multiplicável como ocorre em outros ramos industriais; é de longa duração em sua produção; agrega uma grande quantidade de força de trabalho, de equipamentos e de matérias. Além destas características, outras particularidades em relação às empresas deste setor da construção sobre a qual Campos chama a atenção é o fato de terem como cliente principal o aparelho de Estado. Nesse sentido, há peculiaridade na atuação

¹⁴⁵ Consideramos também que é preciso conhecer os valores e as concepções de mundo próprias dos empreiteiros, sua ideologia, e que ao empenhar essas ideias, elas defenderam seus interesses para outros setores da formação social (CAMPOS, 2014, p. 218).

política e empresarial dessas companhias, que consiste em sua origem sobretudo familiar, o que pode ser identificado em seus nomes, a exemplo da Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht, dentre outras construtoras nacionais.

Detendo-nos brevemente no contexto histórico da criação da indústria da construção pesada, verificamos que a realização de grandes empreendimentos é anterior ao século XVIII e a implementação de obras públicas é tarefa historicamente associada aos Estados. Mas foi a revolução industrial britânica, que marcou o século XIX com seus novos métodos, técnicas e áreas de atuação, que determinou o espraiamento desse setor industrial da construção¹⁴⁶. Portanto, ele é fruto da revolução industrial e diretamente imbricado na difusão do modo de produção da sociedade burguesa, caracterizando uma grande expressão do processo de acumulação do capital. Em suas necessidades de avançar nesse processo acumulativo, o capital foi alimentado as necessidades de obras de infraestrutura, transporte, logística, energia e serviços públicos urbanos. Dessa forma, verifica-se que o capital foi se resvalando da indústria de construção pesada, criando novos nichos de empreendimentos para essa indústria, a fim de atender à sua reprodução e possibilitando o alcance de sua finalidade principal, o lucro (CAMPOS, 2014).

É a partir de meados do século XIX, portanto, que um primeiro modelo de indústria da construção pesada é construído. Isto ocorre com o primeiro processo de industrialização, quando ocorreram duas situações históricas: uma mudança qualitativa no setor da indústria de obras civis, que passou a ganhar um impulso maior, associada à indústria, que gerou uma demanda de obras para a infraestrutura das cidades. No entanto, tem se observado uma alteração nesse processo. A partir da difusão dos métodos e técnicas inovadores obtidos por meio da revolução industrial, esse setor da construção civil foi adquirindo alterações históricas, bem como novas demandas e áreas de atuação, dando origem à indústria de construção a qual, segundo Campos, tem como subsetor mais avançado, complexo e mecanizado, a divisão da construção pesada, que abarca as obras de maior vulto e complexidade (Ibid., p. 39).

Nesse contexto, desde o início, o Estado vem desempenhando uma função na realização de grandes construções¹⁴⁷. Entretanto, historicamente as obras foram

¹⁴⁶ Esse setor começa a atuar quando novos métodos tecnológicos associados à máquina a vapor, que significou uma verdadeira revolução na produção na primeira metade do século XVIII, ao lado da máquina de fiar e o aproveitamento da hidráulica e do vapor como força motriz.

¹⁴⁷ Segundo Campos (2014), as grandes construções como edifícios e monumentos religiosos, canais e obras para fins agrícolas, caminhos e vias públicas, muralhas e sistemas de defesa, dentre outros empreendimentos, desde a

implementadas recorrentemente a partir das forças privadas. De acordo com Campos, “empresários, industriais e proprietários rurais fizeram canais, estradas, deslocamento do leito de rios e uso de força hidráulica voltados para seus negócios” (Id. Ibid.). Nesse sentido, conforme evidenciado pelo autor, “a motivação, a partir de então, ou seja, da revolução industrial ocorrida na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, passou a ser estritamente econômica, tratando-se de obras direcionadas ao auxílio ou realização direta do lucro da empresa capitalista” (Id, Ibid.). Portanto, podemos concluir que a indústria da construção pesada foi consequência não somente da revolução industrial, como também da difusão do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa a partir dos séculos XVIII e XIX, haja vista que o avançar do predomínio das relações de produção e de sua lógica capitalista foi criando as “necessidades” de obras de infraestrutura e transporte, entre outros.

A engenharia, a partir dos avanços técnicos e tecnológicos no contexto da industrialização, teve significativo avanço no século XIX constituindo-se a principal formação universitária do avanço científico da revolução industrial no contexto de novas técnicas e tecnologias. Tanto o aço quanto as ferrovias são novidades tecnológicas decorrentes desse primeiro processo da indústria da construção, em particular, na construção pesada (HOBSBAWM, 1989)¹⁴⁸.

O século XX trouxe mudanças nesse padrão construído desde o século XVIII, que teve grandes avanços no século XIX quando a maioria das obras de engenharia esteve atrelada à lógica do lucro e redução do tempo de transportes das mercadorias e força de trabalho.

A partir da crise ocorrida em 1929, que trouxe grande depressão nos anos 1930, quando ocorreram grandes contingentes de desempregados nas economias centrais, os aparelhos de Estado desses países inauguraram políticas públicas que objetivavam a geração de empregos. Essa crise, como vimos anteriormente no capítulo primeiro, interferiu na economia mundial, sobretudo, para nós, na economia brasileira, com a quebra da bolsa de Nova Iorque e suas consequências. Concomitante a essa crise, manifesta-se a questão social e seu enfrentamento pela classe trabalhadora. que abateu o país, havendo impacto ainda maior para a indústria e os setores da economia brasileira voltados para o mercado interno, esses setores e a indústria voltaram a crescer, sendo a crise favorável à indústria construção, que teve crescimento acentuado.

antiguidade vem sendo relacionado às principais funções do Estado. Isso tem levado muitos estudiosos a relacionar o surgimento dos primeiros Estados à implementação dessas obras.

¹⁴⁸ Para maiores detalhes sobre a era da revolução industrial inglesa ao imperialismo, indicamos Hobsbawm (1989).

Nesse período, essa indústria ganhou nova função, tornando-se instrumento das políticas de geração de emprego. Campos chama a atenção sobre outra característica da indústria de construção dessa época, a de realizar obras que muitas vezes não tinha uma finalidade prática direta ou lógica lucrativa imediata. Trata-se de um período em que as empresas deste setor foram assumindo um novo nível de atividade e foram catapultadas em seu poder econômico e político (Ibid., p. 41).¹⁴⁹ Dessa forma, entra em cena uma nova forma da organização do capital sob a coordenação do estado keynesiano, em sua fase monopolista.

De fato, a partir dos anos 1930, o principal aspecto que marca o processo de industrialização brasileiro é a coordenação dos investimentos no setor produtivo estatal. A necessidade de tal tipo de coordenação implicou a adoção de novas técnicas administrativas de regulação da economia, que não se limitavam apenas às usuais técnicas de administração fiscal e monetária. Mais do que isso, eram técnicas de criação e acumulação de capital produtivo, de centralização e intermediação de capital financeiro, ao lado de técnicas de coordenação dos investimentos por meio de empresas estatais e privadas. Desde então, o setor produtivo privado passou a se desenvolver estreitamente enlaçado com o setor produtivo estatal. Dado esse contexto, cabe observar que, a partir da década de 1930, o desenvolvimento da economia brasileira esteve voltado para a institucionalização de processos de industrialização. Assim, o desenvolvimento ocorreu centrado, essencialmente, no Estado, ou melhor, com base na forma pela qual o Estado planejou o desenvolvimento econômico por meio de empresas estatais e, principalmente, por meio da articulação entre capital estatal e capital privado.

Sobre esses anos 1930, os dados históricos revelam, por exemplo, em Ianni (1965; 1981), que houve marcantes mudanças na sociedade e no Estado brasileiro, havendo a promoção de políticas públicas que davam centralidade ao processo de industrialização como política de governo. Essa década será também um marco de um modelo de Estado voltado para a realização de obras públicas, período em que, conforme Campos, 2014, p. 47), “a função de empreender as obras foi novamente deslocada para a aérea privada, então notadamente para empresas nacionais”.

Sobre a revolução de 1930, Ianni (1965, p. 19) analisa que se trata de “um evento produzido pelo capitalismo industrial que ela vai ajudar a constituir”. Essa década, segundo o

¹⁴⁹ Período em que o próprio John Maynard Keynes, na sua obra principal – Teoria Geral do Emprego, Juro e do Dinheiro, receitou a construção de estradas e obras públicas como saída para a recessão nos Estados Unidos, dados os efeitos de arrasto e o caráter multiplicador das atividades da indústria de construção.

autor, representa um ponto de inflexão e 1938, marcado pelo golpe frustrado dos integralistas, é o seu fecho. Desse período, a burguesia industrial, segundo Ianni (Ibid., p. 23), “sai fortalecida, em compromisso com os grupos dominantes no mundo agrário e nas trocas comerciais, na preservação da nova estrutura de poder, isto é, na dominação da classe média, do proletariado e dos meios de produção”.

No Brasil, não há uma simbiose entre o início da indústria de construção pesada e o próprio processo de industrialização como ocorreu nos países do capitalismo central. Em sua particularidade sócio-histórica, a atuação desse setor industrial com suas primeiras obras no país, com grande ênfase na construção de ferrovias, contou com empresas europeias, por exemplo. Assim, neste primeiro momento, o capital dinamizado por esse ramo industrial “não visava acelerar o tempo de rotação do capital industrial local, mas reproduzir a acumulação escravista e colonial ali dominante” (CAMPOS, 2014, p. 42)¹⁵⁰.

No início do século XX ainda era fortemente recorrente a atuação das empresas estrangeiras de engenharia, atuando nas obras ferroviárias e portuárias, com financiamento de casas bancárias forâneas¹⁵¹. Ressalta-se que tais obras ocorriam no contexto das reformas urbanas e, nesse sentido, conforme análise apresentada por esses autor:

Essas e outras reformas urbanas tinham como característica recorrente a culpabilização das moradias das classes subalternas por problemas de saúde pública, inclusive com a criminalização desses grupos sociais e suas práticas. Esse diagnóstico levava ao desalojamento de tais pessoas e sua exclusão de certos espaços urbanos (CAMPOS, 2014, p. 45)¹⁵².

Para o capital associado à construção, a implementação dessas políticas de reformas urbanas possibilitaram de um lado a criação de nichos de atuação em áreas desocupadas e, por outro, a perda da residência pelas pessoas que antes habitavam esses locais. A partir daí, foi sendo criado um importante ramo de atuação das construtoras na Primeira República: as habitações populares e vilas operárias. Pode-se perceber, desse modo, que vem desse período a potencialização da questão habitacional que se tornou ramo da construção, o de moradias populares, constituindo mercado em crescente expansão.

¹⁵⁰, A construção da primeira ferrovia do Brasil, iniciada em 1851, expressa o primeiro modelo de atividade da indústria de construção pesada no país e contou com empresas inglesas e francesas. Esta obra ocorreu na transição do escravismo ao capitalismo. Situava-se no contexto da economia cafeeira e objetivava o transporte de produtos ligando a Corte do Rio ao interior da província, no Vale do Paraíba (CAMPOS, 2014).

¹⁵¹ Dentre as principais empreiteiras estrangeiras em atividade no Brasil no século XX, Campos (Ibid., p. 67), aponta as seguintes: Cia. Construtora Nacional-CCN (de origem alemã), Dumez (francesa), Norena do Brasil (Norueguesa), Hoffmann Bosworth (Alemã).

¹⁵² Observa-se, assim, que já vem desta época o que ocorre na atualidade destas duas primeiras décadas do século XXI, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, em função dos grandes eventos, conforme abordagem apresentada no capítulo terceiro. Para maiores esclarecimentos sobre essas reformas ver Campor (Ibid.).

Além da área habitacional, as barragens e usinas hidrelétricas constituíram outras áreas de atividades das empresas de engenharia que, a partir daí, se projetaram como construtores líderes mundiais. Mas, conforme ressalta Campos, se a construção de hidrelétricas ajudou a consolidar as maiores firmas de construção pesada e as obras relacionadas à indústria petrolífera auxiliaram na formação das empresas de alta especialidade técnica na engenharia, o tipo de empreendimento que mais marcou a atuação das empreiteiras brasileiras historicamente foi a construção rodoviária.

Em suma, nesse primeiro período entre 1850 e 1930, o setor da indústria da construção esteve voltado a reforçar o caráter dependente da economia nacional e a estabelecer o que Campos chama de “tímida infraestrutura urbano-industrial”, sendo marcado pela atuação de empreiteiras estrangeiras, sobretudo as oriundas de países como Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e Alemanha (Ibid., p. 46).

O segundo período e modelo em que se insere a atuação da indústria de construção compreende os anos de 1930 até aproximadamente a metade dos anos de 1950, quando ocorre uma alteração nesse modelo de atuação da indústria de construção, o que tem a ver com as mudanças na estrutura de atuação do Estado brasileiro. Trata-se de um período de grandes mudanças tanto na atuação do poder público, quanto nas relações sociais da sociedade brasileira, com destaque ao governo JK, a partir da transferência da capital federal.

Dentre as várias estatais criadas no período, a Petrobrás (BR), constituída em 1953, foi um marco importante para o setor de construção pesada que desde a década de 1930 até o atual momento desta segunda década dos anos 2000, vem construindo e fortalecendo uma parceria que dinamiza obras por todo o Brasil onde há operação da BR. Por sua vez, essas obras movimentam um contingente enorme de diversos segmentos de trabalhadores, mas, principalmente, os operários de grandes obras. Por ser esse capítulo da história das empreiteiras uma parte singular para a captura das várias determinações do nosso objeto, nos deteremos, na próxima seção, a compreender melhor essa relação entre esses dois ramos da indústria brasileira, ou seja, a relação entre a indústria de construção e a do ramo petroquímico.

Desse segundo modelo, tem destaque ainda as políticas federais de construção rodoviária inspirada no modelo do rodoviarismo do governo Washington Luis, considerado “o mais adequado meio para o escoamento da produção das ilhas de prosperidade, da captação de matérias-primas e para a concretização do movimento circulatório do capital no território brasileiro, com a entrega da mercadoria ao consumidor” (CAMPOS, 2014, p. 58-9).

Portanto, relacionado a esse período, houve um processo de estabilização da contratação das obras de construção pesadas. Um período que expressa, ainda, ‘um aperfeiçoamento do modelo varguista e uma vitória dos interesses dos empreiteiros em modelo que teve continuidade posteriormente, marcando as obras durante o período de JK e a ditadura, sobre os quais passamos a tratar.

Essa atuação governamental, de acordo com Ianni (1981), já vinha se realizando nas décadas anteriores ao golpe de 1964, visto que o Programa de Metas posto em prática pelo Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60), “foi o mais notável dentre os vários planos e programas que anteriormente haviam dinamizado e diversificado a atuação do Estado na expansão do capitalismo no Brasil” (Ibid., p. 39).

O governo de JK passa a ser considerado o marco maior da divisão de tarefas entre o Estado e empresas privados do setor de construção. Essa divisão significou, segundo Campos (2014), uma vitória para os interesses dos empreiteiros, marcando as obras implementadas, como também significou a relevância do governo JK para a alavancagem do setor de construção pesada, além do fortalecimento e da nacionalização das atividades das empreiteiras brasileiras. Ou seja, indica a centralidade dada por empresários da engenharia para o governo JK no impulso às atividades da indústria da construção pesada.

É importante destacar que é desse período à realização de um grande projeto de desenvolvimento no país: a construção de Brasília. Projeto que para os empreiteiros, “era interessante por incluir obras estratégicas no país, como a conexão viária e elétrica da nova capital com o sudeste e o resto do país, além dos prédios públicos do Eixo Monumental” (Ibid., p. 60). Ainda de acordo com Campos, “a nova capital foi oportunidade significativa para construtoras mineiras, cariocas e paulistas, que aumentaram o seu portfólio de obras e atuaram em uma localidade distante”. Além desse fator, o autor destaca que essa oportunidade expressou também um momento decisivo para a aproximação entre esses empresários, favorecendo a sua organização em aparelhos da sociedade civil de âmbito nacional. Além disso, o fator pressa ajudava a maximizar lucros e garantir serviços adicionais às construtoras. Nas palavras de Ianni (1981, p. 54):

[...] a essência da política de desenvolvimento industrial do Brasil passou a ser o “barateamento do custo do capital para o empresário. Os incentivos de tipo fiscal e creditício passaram a ser ‘a via utilizada preferencialmente para que o governo exerça influência sobre a formação de capital (IANNI, 1981, p. 54).

Outras duas iniciativas marcam o governo JK, importantes para o contexto deste estudo. A primeira é a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que mais tarde foi acrescido do qualificativo “social” passando a ser BNDES. Iniciativa que

ocorreu num contexto em que a tendência era fundar bancos de desenvolvimento para viabilizar a industrialização dos países periféricos. A segunda é a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em vista do enfrentamento da questão regional no Nordeste, principalmente após a forte seca que assolou a região em 1958. É do nordeste que se origina a maior parte da força de trabalho que movimenta as grandes obras em todo o Brasil, o que tem a ver com as suas condições sócio-históricas. Esses dois órgãos intermediaram diversas grandes obras na região, abrindo as portas para a entrada das construtoras. Órgãos que vieram a adquirir outras conotações mais tarde¹⁵³.

Nesse contexto de ditadura civil-militar no Brasil, as empresas brasileiras de construção pesada se fortaleceram intensamente sendo a construção de obras públicas projetada como tema de segurança nacional, portanto, devendo ser reservada às empresas brasileiras. Assim, são fortalecidas no país as construtoras nacionais tais como Camargo Correa, Servix, CBPO, Andrade Gutierrez e Odebrecht (CAMPOS, 2014, p. 67-9). Desse modo, “a ditadura acabou sendo o criadouro dos grupos monopolistas da construção pesada e de outros setores da economia brasileira, que mantêm até hoje um poder econômico e político admirável” (Id., Ibid.)¹⁵⁴. Esse capital monopolista iria se apresentar extremamente poderoso ao final do regime e, dependente do fundo público, se mostraria decisivo no processo de transição política, mantendo e até ampliando o seu porte e poder no novo regime inaugurado em 1988. A chegada do sistema democrático representativo se daria concomitantemente ao predomínio dos grandes grupos engendrados pela ditadura civil-militar e estes iriam condicionar as novas políticas estatais, como as privatizações, das quais seriam grandes defensores e beneficiários. Portanto, mesmo após o fim da ditadura, ainda vivemos sob o poder dos grupos econômicos gestados sob o regime político civil-militar.” (Id., Ibid.).

Na vigência da autocracia burguesa no Brasil, pós-1964, ocorre uma inversão do que vinha prevalecendo até então em relação às obras públicas e à atuação do Estado em sua relação com as empreiteiras. Se antes houve um processo de estatização da contratação das obras de construção pesada, nesse período posterior a 1964, viu-se a retirada do Estado da atividade construtora, passando este a apenas contratador das obras.

Nesse período, “da mesma forma que ocorria a concentração acelerada do capital, pela crescente reinversão da mais-valia, também ocorria a centralização do capital, pela crescente

¹⁵³ Para maiores detalhes ver Ianni (1981, p. 116-17 e 121).

¹⁵⁴ Grupos como os Marinho, Odebrecht, Gerdau, Camargo Corrêa, Moreira Salles, Votorantim, Itaú, Andrade Gutierrez e Bradesco não decaíram e se mantiveram na liderança da economia brasileira ao lado das empresas estatais e multinacionais.

absorção de capitais individuais, em geral menores, ou mais fracos, pelos mais poderosos” (IANNI, 1981, p. 37). Esse fenômeno é verificado no final da ditadura, quando as construtoras ampliaram suas áreas de atuação para setores ascendentes na economia, como a mineração e a agropecuária de exportação. Antes disso, várias empreiteiras tinham iniciado processo mais modesto de diversificação das atividades em áreas diretamente relacionadas à construção, em ramos dominados por fornecedores, por exemplo. Assim, uma característica da ramificação das empreiteiras no período de crescimento econômico e altas taxas de lucro no setor foi a atuação em áreas diretamente análogas à construção pesada, como o controle sobre pedreiras, fábricas de cimento, concretagem, britas, dentre outras, estratégia esta usada para fugir das práticas oligopolistas dos fornecedores de materiais (Ibid., p. 121).

Nesse período ocorre, portanto, um duplo movimento: o da concentração das atividades do setor em algumas grandes empresas e uma tendência à diversificação das áreas de atuação dessas companhias; o da centralização de capitais como busca de ramos econômicos com maiores taxas de lucro, devido à redução das margens de ganho no setor, em função da estabilização e diminuição dos investimentos governamentais em obras públicas. De acordo com Ianni, “o desenvolvimento capitalista no Brasil ingressou numa fase especial: cresceram a concentração e a centralização do capital, reforçando-se o poder do capital monopolista, altamente articulado com o poder estatal, e em conformidade como as determinações do imperialismo” (Ibid., p. 35). E, ainda, “ao lado dos monopólios de direito, estabelecidos pelo Estado, formaram-se e se desenvolveram os monopólios econômicos, propiciados pela forma pela qual o imperialismo passou a atuar no País” (Id, Ibid.).

Nos anos de 1970, as empreiteiras se tornaram as novas contratadas pelo sistema Telebrás, que requisitou os serviços das construtoras, período este de significativos avanços tecnológicos e dos investimentos em telecomunicações. Da mesma forma, o desenvolvimento da aviação levou à construção de novos aeroportos nas principais cidades brasileiras no final da ditadura, como Guarulhos, em São Paulo, e Confins, em Belo Horizonte. Houve, portanto, “mais uma re-acomodação do setor de obras públicas no país entre 1974 e 1988 do que de fato uma decadência contínua” (CAMPOS, 2014, p. 124). Nas palavras desse autor, “a formação bruta de capital fixo, um dos indicadores dos investimentos no setor, sofreu suas primeiras reduções apenas nos anos de 1979 e 1980 e a década de 80 foi marcada por uma certa estagnação nas atividades da construção, com anos de queda e outros de leve recuperação” (Id., Ibid.).

Ao final da ditadura, as empreiteiras apresentavam porte considerável em relação a outras empresas nacionais. Alguns dados apresentados por Campos demonstram o acúmulo de capitais pelas construtoras nacionais¹⁵⁵, o que condicionou o incremento da concorrência entre as empresas do setor, “levando a vários conflitos entre os seus empresários e a que alguns deles lançassem mão de margens cada vez menores de lucro em seus lances” (ibid., p. 124). Assim, “mais do que conflito geral entre todas as construtoras, a crise dos anos 1980 apareceu sob forma de um confronto entre pequenas e médias empresas contra as grandes, evidenciando a centralização de capital no setor e absorção dos recursos públicos pelas macroempreiteiras” (Id, Ibid.). Entretanto, a prática do poder ditatorial implicava o controle político das classes assalariadas, em particular, do proletariado e campesinato.

Historicamente, o setor de construção no Brasil era pouco mecanizado em comparação ao dos países centrais, sendo um grande empregador de força de trabalho. No que concerne à construção pesada em particular, vê-se as duas características agregadas: um grande contingente de mão-de-obra associada a um uso variado, intensivo e crescente de máquinas e equipamentos, no final da ditadura. Porém, a indústria da construção pesada durante a ditadura apresentou a tendência à mecanização, com o desenvolvimento de uma atividade cada vez mais capital-intensiva, ou seja, com uma composição orgânica de capital cada vez mais elevada. Nesse período, “sindicatos e associações viraram palcos de conflitos e, controlados por pequenos empresários, passaram a ser ponta de lança contra as grandes empreiteiras” (CAMPOS, 2014, p. 125). Tais conflitos constituíram manifestações da questão social, evidenciando o seu agravamento crescente.

A atuação estatal e as políticas públicas privilegiavam o grande capital do setor através de mecanismos de edital, licitação encomenda, manutenção dos grandes projetos de obras e abertura de novas fronteiras de expansão do capital em determinados ramos econômicos. Como objetivo principal percebe-se a manutenção de todo esse crescimento e concentração de riqueza e poder, paralelamente à ampliação da pobreza, conforme a lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2006) e as manifestações da questão social já ressaltada.

¹⁵⁵ De acordo com Campos, em 1977, “as quatro maiores do setor (Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht e Mendes Júnior) alcançaram patrimônio líquido médio equivalente a 80% da média das quatro maiores montadoras automobilísticas do Brasil (Volkswagen, Chevrolet, Ford e Fiat)”. Já em 1984, o segundo relatório sobre as maiores empresas da América Latina, contando empresas estrangeiras, estatais e privadas locais, “apontava a Camargo Corrêa – maior construtora do Brasil – na 34ª posição, sendo a Andrade Gutierrez a 55ª e a Mendes Júnior a 77ª”. Já na classificação nacional, em 1985, a Camargo Corrêa figurava, segundo a revista Visão, como a 2ª maior empresa privada nacional em patrimônio, sendo a Mendes Júnior a 6ª e a Andrade Gutierrez, a 9ª.

Em suma, “vários dos grandes grupos que predominam atualmente [nesta segunda década do século XXI], na economia brasileira, têm origem no período da ditadura e se projetaram a partir das políticas estatais impostas então” (IANNI, 1981, p. 31). Esse período marca, portanto, um processo de consolidação dos conglomerados nacionais da construção pesada no final da ditadura civil-militar brasileira. Ou seja, nesse período, consolidaram-se grandes grupos econômicos nacionais e, em seguida, internacionais, escoradas por políticas públicas favoráveis. Além de que, conforme análise de Ianni (Ibid., p. 31), “a sua economia política, competência técnica, ou modo de compreender a organização da sociedade, estava sempre fundada na lógica da acumulação do capital; ou no jogo das “forças de mercado” [...] era assim que se realizava a simbiose entre a ditadura e o capital monopolista”.

Na entrada dos anos 1990, as empreiteiras se diversificaram em suas atividades, que foram intensificadas com o processo de privatizações que ganhou centralidade nos governos neoliberais de Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Governos que abriram novos horizontes de possibilidades para as construtoras, com taxas de lucro atraentes. Segundo Campos (2014),

as próprias políticas privatizantes correspondiam ao novo porte alcançado pelas empresas brasileiras – como as da construção pesada, de segmentos industriais e do setor bancário –, levando a que empresários brasileiros desses setores se postulassem como candidatos a absorver os ativos públicos em processo de desestatização (CAMPOS, 2014, p. 132).

Essa última década do século XX foi marcada pelos grandes leilões em que as empresas estatais eram vendidas. Por conta disso, as maiores empreiteiras brasileiras se punham ao lado de poucas companhias nacionais e dos grupos estrangeiros como os agentes capazes de adquirir as empresas estatais. Uma das grandes investidas do neoliberalismo se impunha neste momento e saía vitorioso: “mais mercado livre e menos Estado social” (BEHRING, 2008, p. 59). No repensar das funções do Estado, a reestruturação produtiva e a mundialização do capital configuram as linhas gerais de uma verdadeira contrarreforma (Ibid., p. 58). Nesse contexto das políticas neoliberais, há a dissolução da unidade constitutiva do Estado e do capital nacionais. Frente a isso, conforme anota Behring (2008, p.59), “os Estados nacionais têm dificuldades em desenvolver políticas industriais, restringindo-se a tornar os territórios nacionais mais atrativos às inversões estrangeiras”. Já os “Estados locais convertem-se em ponto de apoio das empresas”.

Dentro disso, inevitavelmente, tornam-se decisivas as “liberalizações, desregulamentações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho”, pois há nesse contexto, “diminuição da parte dos salários, segmentação do mercado de trabalho e

diminuição das contribuições sociais para a seguridade social; e do fluxo de capitais, na forma de investimento estrangeiro direto (IED) e de investimentos financeiros em *portfólio*” (Id., Ibid.). Contudo, isto não ocorre sem resistências e reações das categorias profissionais de trabalhadores de cada setor estatal, das diversas forças sociais em presença representando diversos segmentos das classes trabalhadores brasileiras, dos movimentos sociais, das classes populares em geral. A “questão social” neste período, que se reflete e se agrava até esta segunda década do século XXI, estava posta, gerando novos desafios para seu enfrentamento.

Portanto, a compra de estatais e exploração de serviços públicos nos anos 1990 permitiram que as empreiteiras passassem a atuar em novas áreas como, por exemplo, a concessão de rodovias, com a exploração de pedágios, fornecimento de água e atuação em saneamento básico, concessão de serviços de telecomunicações e telefonia, administração de aterros sanitários e exploração de serviços públicos urbanos diversos. Essas novas áreas de atuação envolveram principalmente as maiores empresas do setor, dentre as que se mantiveram fortes ao fim da ditadura, o que incluía os grupos Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Carioca Engenharia, CR Almeida, OAS, Serveng-Civilsan, dentre outras. De acordo com Campos (2014):

[...] as políticas públicas do período permitiram não só a continuidade e sobrevivência dessas empresas como um novo ciclo de altas taxas de lucro, que capitalizaram e reforçaram esses grupos, alçados a um nível maior, não mais de complexos econômicos de nível nacional ou de empreiteiras com investimentos no exterior, mas de conglomerados de projeção internacional (CAMPOS, 2014, p. 132).

Nesse período, de acordo com a retração das verbas direcionadas para as obras públicas, acirramento da concorrência e redução das taxas de lucro no setor, a direção da ramificação transcendeu os limites da indústria de construção. A tendência então se tornou a conglomeração, ou melhor, a atuação em ramos paralelos à construção, mas que, de alguma forma, demandavam serviços de engenharia, em áreas como petroquímica, exploração de petróleo, mineração e agro exportação, seguindo a direção das políticas estatais e as novas fronteiras de expansão do capital por elas proporcionadas.

Na entrada do século XXI, temos uma visão do que vem ocorrendo com as principais construtoras do Brasil, que viveram uma nova fase áurea em sua histórica relação a serviço do Estado brasileiro, a partir da vigência dos governos Lula da Silva. A busca pelo crescimento econômico do país chegou a ser um dos principais temas da campanha presidencial para sua reeleição em 2006 e, saindo vitorioso, introduziu como carro chefe neste segundo mandato o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com o economista Marco Aurélio Bedê (2008), o Brasil vinha crescendo abaixo da média mundial e o impacto potencial das medidas do PAC sobre o crescimento do PIB tinha permanecido até então abaixo da média dos demais países emergentes, no grupo denominado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), do qual o Brasil é um dos membros fundadores.¹⁵⁶ Esse baixo crescimento implicava, conforme a análise deste autor, em que “o baixo crescimento implica baixa geração de novos postos de empregos e poucas oportunidades para a superação do subdesenvolvimento”.

É a partir desta conjuntura que o governo lança esse novo programa que foi anunciado em janeiro de 2007, com uma previsão de investimento de R\$ 503 bilhões, para o período 2007-2010, compreendendo as seguintes cinco grandes áreas de atuação: Investimento em infra-estrutura; estímulo ao crédito e ao financiamento; melhoria do ambiente de investimento; aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo. No final do ano de 2008, foi anunciado o aumento do montante de recursos destinado ao PAC que passou a ser de R\$ 656,5 bilhões (BRASIL, 2007). O objetivo central do programa era o de elevar a taxa de crescimento de longo prazo do PIB brasileiro para cerca de 5% ao ano, ao contrário dos 2,5% dos últimos anos e sem aceleração inflacionária e nem endividamento do setor público.

A análise do desdobramento desse governo que inicia o ciclo do PT no governo do país, que está no quarto mandato, não é nosso objetivo, de imediato¹⁵⁷. Mas, para tecermos considerações sobre o desdobramento do PAC no contexto da centralidade aos grandes empreendimentos desenvolvidos no país, se faz necessário minimamente situá-lo. Para isto, iniciamos por citar uma entrevista concedida pelo engenheiro Ildo Sauer ao periódico Correio da Cidadania em 2010, analisada por Campos, da qual ele destaca um trecho em que Sauer analisa o legado dos governos Lula da Silva:

[...] um dos legados do governo Lula foi a consolidação de grandes conglomerados econômicos nacionais, como o grupo Votorantim e seus investimentos na área de bens de produção, em especial papel; o OdebrechtBraskem e suas inversões em petroquímica; o Andrade Gutierrez-BrOi, com sua atuação em telecomunicações; o Camargo Corrêa e sua ramificação na distribuição de energia elétrica; o grupo empresarial falido de Eike Batista e suas atividades no ramo do petróleo, dentre outros. Sem negar o novo grau de conglomeração e diversificação dessas

¹⁵⁶ Em relação ao PIB, o autor analisa que, entre 2001 e 2006, o Brasil apresentou uma taxa média de crescimento de 2,9% ao ano, ante um desempenho de 4,0% ao ano na média mundial. No mesmo período, Rússia, Índia e China apresentavam taxas médias de crescimento de respectivamente 6,2%, 7,0% e 9,8% ao ano (BEDÊ, 2008, p. 34).

¹⁵⁷ Para o objetivo de maior concentração sobre este tema, sugerimos as análises empreendidas por Netto e Braz (2004) sobre o governo Lula.

corporações no período 2003-2010 (Correio da Cidadania, 2010, apud. CAMPOS, 2011, p. 72).

As aglomerações de empresas sempre estiveram no centro dos planos de desenvolvimento brasileiro e, junto com eles, o crescimento das empresas de construção.

De acordo com Campos (2014, p. 70) “as primeiras importantes construtoras brasileiras nasceram no Rio de Janeiro, e uma das primeiras atividades dos empresários do setor foi a especulação urbana”. Segundo o autor, sob diversos estímulos, foram criadas várias empresas de construção no Brasil desde o final do Império e na Primeira República, tal como conjuntos populares, com incentivos estatais e crescente demanda, sendo destacadas por ele as últimas décadas do século XIX e primeiras do XX¹⁵⁸.

Segundo Belisário (2014), no Governo Lula, a Braskem consolidou o domínio do setor petroquímico no Brasil, tendo a Petrobras e o BNDES como acionistas do negócio. “Concorrendo apenas com empresas estrangeiras, em um país com um dos maiores impostos do mundo para importação de resinas termoplásticas, a Braskem controla o preço de derivados de petróleo”. Em 2013, segundo esse autor, a Braskem foi considerada um “monopólio com mais de 80% do mercado de resinas termo plásticas”, cujo poder de mercado cria “inflação nos produtos que são consumidos pela classe mais necessitada”, conforme requerimento para a redução das taxas de importação do deputado Sandro Mabel (PMDB)¹⁵⁹

Segundo a mesma fonte, algumas empresas dominantes em grandes empreendimentos têm sido beneficiadas: a Odebrecht, com seguidos financiamentos do BNDES, entre 2004 e 2013, tendo recebido para operações de exportação, entre 2009 e março de 2014, mais de US\$ 5 bilhões; a Fundação Odebrecht, a construtora e a Odebrecht Óleo e Gás tendo recebido juntas mais de R\$ 498 milhões, segundo levantamento feito em *Reportagem Pública*, com dados obtidos no site da empresa e pela *Lei de Acesso à Informação*, sendo destacada, também, a Braskem, integrante do mesmo grupo da Odebrecht, que, entre 2008 e 2013, recebeu mais de R\$4,1 bilhões em empréstimos¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Entre os exemplos apresentados situa-se o relato sobre Artur Sauer, dono da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, que construiu vilas operárias para fábricas de tecidos, como a Carioca (no Jardim Botânico), a Confiança (em Vila Isabel) e para o Instituto Industrial. Este tema também se encontra tratado em Kowarick, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹⁵⁹ A despeito do discurso aparentemente em favor da “classe mais necessitada”, este deputado também é o autor do projeto de lei (PL 4330/2004) sobre a Terceirização, que inclui a “quarteirização” pela terceira empresa, recentemente ressuscitado e aprovado na Câmara Federal, sob o Presidente na ocasião, Eduardo Cunha, que se declarou, logo depois, de oposição ao governo federal e indiretamente ao vice-presidente, do seu partido, o PMDB, cuja direção declarou tratar-se de uma posição pessoal de Cunha e não do partido.

¹⁶⁰ É importante ainda sinalizar que as empresas Camargo Corrêa, OAS, Odebrecht e Andrade Gutierrez amparadas no Estado para construir impérios, mais conhecidas no Brasil por sua atuação no setor de construção civil, apelidadas de “quatro irmãs”, hoje, nos anos 2000, atuam em diversas outras atividades. As empreiteiras

Dois fatos marcam a atualidade do debate sobre as empreiteiras na virada de 2014 para 2015¹⁶¹. O primeiro vem ocorrendo desde o final de 2014 em função da “Operação Lava Jato” que, ao investigar denúncias contra a Petrobrás, implicou todas as empreiteiras contratadas por esta Estatal em sua agenda de obras.¹⁶²

O segundo diz respeito ao quadro em que se encontra o setor de construção nesta metade do ano de 2015 quando, em função da crise que atinge o país, vem se constituindo o setor que mais demite, até por conta da retenção dos recursos a receber, tornando mais difícil o contexto do desemprego que se intensifica, apesar de ainda distante daquele vigente no final de 2002, com dezenas de milhões de desempregados. Trata-se, porém, de um novo período crítico para o Brasil. As taxas de desemprego continuam a subir, alcançando mais de um milhão de desempregados no país, conforme dados do PNAD IBGE.

Os primeiros anos deste novo século são marcados, portanto, pelo fortalecimento das grandes construtoras que realizam grandes projetos no país, especialmente no Estado do Rio de Janeiro. Nesse breve estudo sobre o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, detectamos algumas particularidades do que foi possível acompanhar desses grandes projetos. A seguir, analisaremos a relação entre a estatal Petrobrás e a indústria de construção na dinamização de obras no país.

respondem apenas por parte dos lucros destes grupos econômicos que atuam em todos os continentes, com foco nos mercados da África, América Latina e Ásia. Juntas, possuem empreendimentos que vão do agronegócio à moda, passando pela petroquímica, setor armamentício, telefonia e operação de concessões diversas.

¹⁶¹ De acordo com Belisário (2014), dois traços, de certo modo associados a esses dois fatos, marcam a trajetória dessas quatro empreiteiras: o primeiro é “o controle de base familiar”, que é uma característica da formação do capital monopolista dos grupos econômicos constituídos no Brasil. Embora isso não impeça a abertura de capital, esta é feita de modo a preservar sempre o controle acionário dos ativos mais rentáveis pelas famílias controladoras. Porém, associado a este traço comum do controle familiar, destaca a autor, ainda, o fato de serem grandes financiadoras de campanhas. O segundo traço, é que, além dos contratos para obras públicas, o governo federal também incentiva o negócio dessas empresas através do BNDES.

¹⁶² Sobre o rumo dado aos governos que compõem o ciclo dos partidos aliados ao dos Trabalhadores (PT) que caminha em sua quarta gestão ininterrupta no governo federal do Brasil, em direção aos 16 anos no poder, surgem vários debates. Um deles é o de que “o modelo econômico em curso não rompe com as opções estratégicas de antes: exportações baseadas em *commodities* minerais e agrícolas, agronegócio, grandes projetos sob a hegemonia de grandes grupos econômicos e financeiros, energia mesmo que ao custo de impactos socioambientais, industrialização e consumismo individual como estratégia maior. A ideia é de que o ‘Brasil Grande’ não pode parar.

2.3. A estatal Petrobrás e alianças com as grandes empreiteiras do Brasil

Um resgate, mesmo que breve, da trajetória da Petrobrás em seu contexto histórico se faz necessário neste trabalho para, mais à frente, podermos analisar uma de suas obras em implantação no Estado do Rio de Janeiro, o Comperj. Por isso buscamos apresentar essa estatal desde a sua função, processo de crescimento e modernização, além das oscilações de produção que geraram diversas crises e, na particularidade brasileira do momento, vivenciando uma crise política em função de denúncias.

Ao considerá-la uma estatal de extrema importância para o setor da construção pesada, damos a atenção aos processos ocultos, ou seja, as contratações de trabalhadores de grandes obras, os terceirizados desta estatal, que atuam nos grandes projetos de implantação de novas unidades petroquímicas.

Trata-se de uma empresa pública que realiza uma significativa mobilização da força de trabalho de grandes obras no Brasil, a partir da sua também histórica vinculação com as empreiteiras brasileiras. É em função dessa relação entre indústria petroquímica e indústria de construção pesada que se concretiza uma parcela significativa dos grandes projetos econômicos no país.

No contexto brasileiro, com base na análise apresentada anteriormente, percebe-se que a população vem experimentando os dissabores e as adversidades desses grandes projetos. Embora estes sejam apresentados, como observa Moreira (2014), “sob o manto do desenvolvimento econômico”, chegam aos seus destinos impondo vários impactos negativos nas regiões de sua abrangência. Tendo em vista que a indústria busca aumentar ao máximo suas vantagens, as cidades e regiões são usadas privativamente (pelas indústrias e, em particular, pelo setor de construção pesada) como parte da sua condição geral de produção, enquanto a população é subsumida nas desvantagens originadas pelo desenvolvimento industrial: acidentes industriais, poluição e outros impactos ambientais, inchaço nas políticas públicas locais devido à atração da força de trabalho etc.¹⁶³

¹⁶³ O Estado do Rio de Janeiro, nesse contexto, consagra-se como o maior produtor de petróleo e gás natural do Brasil, na região Leste Fluminense, a partir do Município de Itaboraí. Esse novo local de destaque da expansão petroquímica é alvo das investidas do setor de construção civil, vendo-se transformar após o anúncio da chegada desse grande projeto, conforme dados da pesquisa de campo apresentados no terceiro capítulo.

Sob o ponto de vista do processo de industrialização do Brasil, segundo Francisco de Oliveira (2003), faltava o petróleo em sua base de sustentação técnica na área energética, pois, desde os anos 1930, várias tentativas de pesquisa e exploração fracassaram. Apesar de a moderna história da atividade petrolífera ter se iniciado na segunda metade do século XIX, foi somente no século XX que se presenciou uma alteração intensa com o aparecimento do petróleo, que representou hegemonia por todo o século XX.

De acordo com Lobo (2009), a petroquímica é um dos setores industriais mais recentes da história da humanidade, pois seu aparecimento data do final do século XIX, portanto, ganhando importância no mesmo período em que avançou a industrialização. Em todo o globo, o petróleo é o maior negócio e o mais disseminado, sendo considerada a maior entre as maiores indústrias que se desenvolveram nas últimas décadas do século XIX. Porém, seu desenvolvimento no Brasil não acompanhou o ritmo do processo de industrialização no mundo, pois foi lento e tardio, conforme análise de Mattoso (1995).

Enquanto acontecia o avanço da indústria e se desenvolvia a organização trabalhista em países como a Inglaterra, a economia brasileira ainda era eminentemente agrícola, sustentada pelo trabalho escravo. O Brasil entra no século XX ainda seguindo essa economia, embora fosse emergente sua organização trabalhista, prevalecendo a influência ideológica das tendências anarquistas, que se restringia a poucos centros urbanos e a setores restritos de industrialização.¹⁶⁴

A presente seção aborda a história da indústria do refino mundial e brasileira e a implantação do Comperj em Itaboraí. O petróleo modificou significativamente a economia, a sociedade e o espaço dos países produtores do mundo em desenvolvimento nos últimos dois séculos. Nestes países, o papel dos hidrocarbonetos foi de modo geral duplo. Petróleo e gás natural propiciaram divisas, energia e matérias-primas a partir das quais começa um processo de industrialização. Inicialmente, os governos buscavam valorizar suas exportações mediante agregação de valor ao produto bruto. Isto significou investimentos expressivos em unidades de refino, geralmente instaladas nas proximidades dos portos exportadores

Esse breve resgate toma por referência principal a análise histórica sob o ponto de vista do trabalho, em especial dos trabalhadores petroleiros, com recorrência ao trabalho organizado por Livia de Oliveira Borges et al. (2007). A centralidade deste estudo, além de recair sobre o trabalho, também se volta para a defesa desta estatal e de sua importância para

¹⁶⁴ Sobre essa e outras tendências, ver Gianotti em *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil* (2007, 130-241). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

o Brasil, fruto da luta e campanha que a consagraram “um patrimônio público do povo brasileiro”. Estes fatos históricos são importantes de serem ressaltados, especialmente no momento em que realizamos a presente incursão, quando há brados pela privatização desta empresa que está sendo investigada pela *operação Lava Jato*, em função de corrupção de diretores e lavagem de dinheiro envolvendo as empreiteiras licitadas para atuarem nos grandes projetos de expansão da petroquímica¹⁶⁵. Observa-se que esses fatos negativos são seletiva e exaustivamente propagados, estimulando perguntas como: existe coincidência, ou não, com a extrema divulgação do imbróglio político que o país vivencia desde a última eleição geral ocorrida em 2014, em que, desde então, vem ocorrendo uma polarização entre PT e PSDB, a partir da qual ganha maior proporção ainda a crise do governo Rousseff? Existe relação entre a oposição sistemática dos blocos conservadores, que exacerbam essa crise e, ao mesmo tempo, o projeto apresentado pelo Senador José Serra propondo o restabelecimento do sistema de concessão das reservas de petróleo, descobertas pela Petrobras, em substituição ao sistema de partilha, em que esta empresa mantém cota mínima, em razão da propriedade da descoberta, e o controle sobre todas as operações de extração e distribuição das cotas de participação das demais empresas que adquiriram essas cotas?¹⁶⁶ Ou as propostas novamente apresentadas de privatização da Petrobras?¹⁶⁷

Enquanto isso, são omitidos outros fatos como o da empresa, também recentemente, ter recebido prêmios internacionais por suas técnicas de vanguarda, exatamente pelos resultados na extração dos hidrocarbonetos no pré-sal, descoberto por esta empresa. Fatos esses, quase não são divulgados pela mídia, apesar de enfaticamente mencionado por algumas de suas lideranças técnicas e sindicais.

¹⁶⁵ Em entrevista para o *Brasil Econômico*, CAMPOS (2014b), sustenta, frente a crise das empreiteiras, que “as grandes empreiteiras têm todo mundo na mão” e a Operação Lava Jato não representa uma ameaça à sua hegemonia tendo em vista a fortaleza histórica que vem sendo construído em torno delas que está longe de ser rompida.

¹⁶⁶ Sobre este projeto, ver divulgação desses fatos políticos no informativo FUP (Federação Única dos Petroleiros) de 12 de Agosto de 2015.

¹⁶⁷ Freire (1998), em sua tese de doutorado, analisa um dos momentos de crise dessa empresa, decorrente dos impactos da denominada reestruturação produtiva durante o governo neoliberal de Collor de Mello, em 1989, “pelo interesse nas privatizações, indiscriminadamente e a qualquer custo” (Ibid., p.254-255). Em uma pesquisa teórico-empírica detalhada, a tese mostra como, desde aquele período, a empresa tem sido alvo de ataques à sua imagem e legitimidade: “do ideário nacionalista da época da sua implantação, incorporado pela cultura nacional, à censura neoliberal veiculada pela mídia eletrônica e impressa, em processo de incorporação pela sociedade, [...] [abalando] um dos principais fatores da sua própria produtividade, almejado por todo empresário capitalista, que é a identificação e orgulho dos trabalhadores para com a Empresa”. (Id., ibid., grifos da autora).

2.3.1. Petrobrás e a situação das centrais petroquímicas brasileiras

De acordo com as autoras Borges et al (2007), a busca por petróleo no subsolo brasileiro caracteriza-se por “um empreendimento nacional, cuja história é marcada pela intervenção do Estado como um meio para solucionar uma série de fracassos, determinados por deficiências de capital, de pessoal treinado e de incentivos legislativos que contribuíram para o aprofundamento dos problemas do petróleo no país”. Este último refere-se, principalmente, ao fato da Constituição do país em vigor, desde a proclamação da República até o ano de 1934, ter nela assegurada que as riquezas do subsolo pertenciam aos proprietários da terra. Logo, “estes eram também donos do subsolo e das riquezas nele existentes e nem mesmo o governo poderia explorar ou conceder permissão a terceiros para exploração” (BORGES ET AL., 2007, p. 60).

Como havia nesse período o temor de que os recursos naturais do subsolo brasileiro caíssem nas mãos dos americanos, em vista de impedir essa situação, o governo de Vargas anulou a Constituição de 1891 e “decretou o seu direito de autorizar pesquisa e lavra dos recursos minerais em todo o país” (Ibid., p. 60). Deste modo, os recursos naturais do subsolo brasileiro passaram a não mais pertencer aos proprietários da terra nem teriam o controle do Estado, mas “a extração desses recursos só poderia ser realizada mediante autorização do Governo Federal” (Ibid., p. 61). Isso garantiu, certamente, que houvesse a prevalência da defesa dos interesses nacionais em questões referentes ao petróleo¹⁶⁸.

Desde os anos 1930, ocorre a abertura e operação de poços de petróleo, que envolveram posteriormente a atuação das empresas de engenharia nacionais, com o marco decisivo da criação da estatal brasileira de petróleo, em 1953. De acordo com Campos (2014, p. 43), após envio do projeto de criação da estatal para o Congresso, foi aprovada a lei de corte mais nacionalista e estatista que a original, criando uma empresa totalmente estatal que executaria o monopólio de pesquisa, lavra, refino, transporte marítimo e por dutos, administrada pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP).

Com base em Smith (1978), Borges et al. ressaltam que o governo passou a estimular pesquisas de petróleo, através do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGM), com o

¹⁶⁸ Por ser uma atividade petrolífera, conforme observa Torres (1997), “uma geradora maciça de riquezas – para os indivíduos, as companhias e as nações como um todo” e, como nos dizeres de Robert Anderson, “petróleo é quase dinheiro”.

fim de promover assistência às indústrias privadas. Porém, como essa iniciativa foi marcada por intransigência entre governo e capital privado, a questão do petróleo no país sofreu grandes atrasos. Em 1951, quando alguns triunfos já haviam sido conquistados, Getúlio Vargas enviou à Câmara dos Deputados o projeto que criava a Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A..

Portanto, essa estatal era fruto de um processo sob a égide do pensamento nacionalista, buscando o domínio brasileiro dos seus próprios recursos naturais. Processo este permeado por lutas que envolveram toda a sociedade brasileira entre 1947 e 1953, mobilizando e dividindo o Brasil, endossado pelo lema “O Petróleo é nosso” (Oliveira, 2003)¹⁶⁹.

Tratava-se da instituição do monopólio estatal de exploração, produção, refino e transporte de petróleo e seus derivados, criada oficialmente em 1953. A Petrobrás “deu início a uma fase de crescimento significativo, pois o setor passou a contar com a presença de uma empresa de grande porte e que demonstraria sua competência na coordenação da implantação deste ramo da química, tão significativo para o País” (TORRES, 1997, p. 49)¹⁷⁰.

De acordo com Torres, a legislação que estabeleceu o monopólio estatal do petróleo não explicitava claramente se a petroquímica estava ou não inclusa nele. Desta forma o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), órgão governamental brasileiro responsável pela definição da política petrolífera no período de 1939 a 1960, em 1954, baixou resolução estabelecendo que a petroquímica brasileira caberia - tanto quanto possível - à iniciativa privada, o que de fato aconteceu, pois, à exceção da Refinaria, os demais empreendimentos eram da iniciativa privada (1997, p. 50)¹⁷¹.

Novos decretos da época de 1965, sob a vigência da autocracia burguesa, tocam na questão do monopólio, flexibilizando a participação privada, o que, aliado à retomada do

¹⁶⁹ Sobre as lutas e batalhas que resultaram na vitória do petróleo, indicamos, além de Oliveira (2003), Borges et al. (2007) e Campos (2014).

¹⁷⁰ A Petrobrás iniciou suas atividades em 10 de maio de 1954, dando continuidade às construções da Refinaria e da Fábrica de Fertilizantes de Cubatão - FAFER, que entraram em operação em 1955 e 1958, respectivamente (1997, p. 49).

¹⁷¹ Situamos aqui os principais fatos privados até a descoberta do petróleo no Brasil: o refino de petróleo no Brasil, em 1932, por iniciativa privada, quando foi construída a primeira refinaria, a Refinaria Riograndense, em Uruguaiana (RS); Em 1936, entraram em operação mais duas refinarias: Ipiranga²⁷⁰, localizada no Rio Grande (RS), com capacidade para 1.000 bpd e a das Indústrias Matarazzo de Energia, em São Caetano (SP), com capacidade para 500 bpd; nessa mesma época, o empresário carioca Guilherme Guinle custeou a exploração de petróleo no estado baiano, chegando a se associar, em 1938, ao grupo financeiro paulistano Murray & Simonsen, para ampliar as pesquisas na região; este empreendimento não continuou devido às medidas de estatização da prospecção do “ouro negro” naquele ano; o petróleo veio a ser encontrado na Bahia em 1939 (Cf. COSTA, 2009, p 106.).

crescimento econômico que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1960, refletiu-se no aumento do consumo de produtos petroquímicos.

É importante atentar, no entanto, que as orientações nacionalistas não eram uma exclusividade da política brasileira, mas uma bandeira da dinâmica capitalista que envolvia diversos países do mundo, principalmente os centrais, no desenvolvimento econômico e tecnológico mundial. Era o período das “ondas longas expansivas” (MANDEL, 1985), no qual os princípios keynesianos viviam seu apogeu.

Neste período, de grande incentivo ao consumo “como força propulsora do mercado e necessária para reproduzir um ciclo positivo de crescimento econômico” (BORGES et al, 2007, p. 65), a organização do trabalho era influenciada pelos princípios propostos por Taylor e seus seguidores, existindo, dentre esses princípios, a recomendação da separação entre a concepção do trabalho e sua execução. Nesse sentido, a idealização de uma linha de produção mecanizada por Henry Ford é desenvolvida quase que de forma paralela ao taylorismo, vindo a ter influência na organização do processo de trabalho dessa estatal.

A Petrobrás é criada sob os ideais nacionalistas e desenvolvimentistas, sendo considerada o pilar do crescimento do Brasil. Seu crescimento implicou a contratação de um amplo contingente de trabalhadores que se inseriram em uma ampla e complexa divisão social do trabalho. Contudo, manteve a perspectiva de divisão de parcelamento do trabalho, conforme os princípios de organização taylorista-fordista. Mas, embora sendo aplicados, eles “não foram levados às últimas consequências, em virtude da própria natureza das atividades, cuja complexidade exige mais do que simples operações de gestões automáticas e repetitivas” (BORGES et al, 2007, p. 69). Esses autores chamam a atenção sobre os petroleiros, que passaram a representar um dos segmentos no qual a organização política dos trabalhadores mais avançou no país. A empresa, frente à organização política de seus empregados, e diante de um cenário econômico internacionalmente favorável, “adotou internamente mecanismos para garantir oportunidades de carreira, aumentos salariais, estabilidade no emprego e benefícios sociais aos seus empregados sob a proteção das Leis Trabalhistas em vigor” (Id, *ibid.*).

Porém, o crescimento da Petrobrás não se deu de forma linear, mas acompanhou as mudanças político-econômicas dos países. As oscilações na sua produção foi tema de estudos e debates, tendo sua produção apresentado crescimento na segunda metade da década de 1960, tendo havido um decréscimo na produção a partir de 1969 até final da década de 1970, quando ocorreu mundialmente uma nova crise do capital, gerada principalmente por uma

acentuada queda da produtividade e pela subida dos preços do petróleo. Crise que ocorre num contexto de saturação do mercado consumidor dos países centrais e de concorrência cada vez mais acirrada.

Muitas crises marcaram a trajetória dessa estatal até o agravamento maior em 1985, “após uma série de decisões governamentais que impediam o [seu] crescimento” (Ibid., p. 71)¹⁷². O crescimento foi retomado a partir desse período crítico, tendo sido registrado seu auge em 1991 quando esteve entre as maiores empresas de petróleo do mundo (BORGES et al, p. 71). E, ainda, com as mudanças no capitalismo, com um conjunto de reformas ocorridas no país, principalmente as tecnológicas, gerenciais e produtivas, a Petrobrás rompe com o modelo antigo e passa a incorporar práticas de gestão como a terceirização e novas formas de empregos (contratos indiretos ou a terceiros) contratos temporários e inúmeras inovações tecnológicas. Mas, com as transformações nas relações de trabalho, gradativamente também vai enfraquecendo a organização dos trabalhadores.

Assim, as alterações ocorridas na dinâmica do capitalismo e suas implicações para a classe trabalhadora, também se refletiram na estatal, que flexibilizou suas relações de trabalho em função da política de redução de custos, situação que se agrava a partir da década de 1990, com a consolidação da “reestruturação produtiva” nos governos de Collor de Mello, Itamar e FHC, conforme a pesquisa de Freire (1998)¹⁷³.

Já com as mudanças consolidadas, em meados de 1999, conforme análise de Borges et al, a Petrobrás implantou reformas mais contundentes com vistas a se tornar uma empresa de energia líder no país e na América Latina e a expandir sua atuação no mercado internacional. Todo seu processo de reestruturação não se resumiu exclusivamente ao redesenho da sua estrutura organizacional, tendo havido também mudanças culturais com foco na rentabilidade.

De acordo com Rodrigues (2009), a indústria petroquímica brasileira tem suas origens no governo militar, mais precisamente na década de 1970, quando teve início a construção no país dos Polos Petroquímicos. O primeiro foi o de São Paulo em 1972. Este polo conseguiu combinar os interesses dos acionistas da Petroquímica da União (PQU), com o de empresas

¹⁷² A super oferta do mercado de petroquímicos na época da entrada em operação do terceiro Polo, em 1982, forçou, como solução, a entrada no mercado de importação de petroquímicos, com sensíveis resultados. Em 1986, com o Plano Cruzado, o mercado interno recuperou-se e a demanda subitamente tornou-se muito maior que a capacidade produtiva das empresas.

¹⁷³ Segundo essa pesquisa, os trabalhadores colocaram seu empenho motivados para evitar ser a empresa alcançada pela política de privatização imperante, que continua, na atualidade, a ser buscada pelas forças conservadoras.

desejosas de ampliar sua atuação no setor petroquímico ou nele ingressar, resultando na constituição de diversas companhias petroquímicas na região¹⁷⁴.

Posteriormente, o Polo de Camaçari, no Recôncavo Baiano, em 1978, constituiu o segundo polo petroquímico brasileiro, instalado no Município de Camaçari - Bahia, sob a liderança da Petroquisa, estatal subsidiária da Petrobrás, com o objetivo de coordenar a instalação e produção de indústrias petroquímicas no Brasil, em articulação com a recomendação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), em 1970. Este polo foi precedido pela instalação do Centro Industrial de Aratu, já como resultado da política de descentralização industrial do Governo Federal. Atraídas pelos incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), pelas facilidades creditícias do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) e pela crescente melhoria da infraestrutura local, antes mesmo que se consolidasse o projeto do Complexo Petroquímico de Camaçari, muitas empresas petroquímicas dirigiram-se para aquela região¹⁷⁵.

Logo em seguida, foi construído o terceiro polo petroquímico brasileiro no município de Triunfo, no Rio Grande do Sul, em 1982. Sua coordenação foi feita pela Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), subsidiária da Petroquisa, que teve a sua localização definida segundo a política governamental de descentralização industrial.

A primeira fase da consolidação deste setor foi marcada pelo sistema “tripartite” que se consolidou efetivamente na central de matérias-primas Copene. Neste sistema cada empresa teria 1/3 do capital em mãos da iniciativa privada nacional, 1/3 com a estatal Petroquisa e 1/3 com uma empresa privada estrangeira, que tinha a referência do *know-how* tecnológico (RODRIGUES, 2009).

A indústria petroquímica é uma subdivisão da indústria química, inserida no amplo segmento petrolífero, que utiliza a nafta, um derivado do petróleo, obtido através do refino ou gás natural, como matéria-prima básica. De acordo com Torres (2017), é também o ramo industrial de maior mutação tecnológica: “por sua complexa tecnologia [...], principalmente a de produtos básicos, exige grande concentração de capital e baixa intensidade do fator trabalho. É de elevado automatismo, com grande imobilização de recursos” (Ibid., p. 49).

¹⁷⁴ A PQU e a maioria dos outros projetos entraram em operação no primeiro semestre de 1972, tendo a sua construção começado em 1968. Nem havia sido concluída a construção da PQU, deu-se início às atividades de planejamento e coordenação da implantação do Polo Petroquímico do Nordeste.

¹⁷⁵ Descentralização esta provável relacionada à política ditatorial de “segurança nacional”, a fim de evitar proximidade entre trabalhadores e também dificultar ataques externos.

Na análise de Lobo (2009), a petroquímica brasileira é uma indústria de capital intensivo, em sua primeira e segunda geração¹⁷⁶. Entretanto, a indústria de transformação plástica possui características diferentes, como, entre outras: é intensiva em mão-de-obra, depende menos de economia de escala, produz bens diversificados e diferenciados, utiliza tanto a tecnologia avançada como a tradicional, tem porte menor, e nela há grande quantidade de empresas de capital nacional. Exceto para esse setor, o alto volume de investimentos é imprescindível para a obtenção e desenvolvimento de tecnologias avançadas ou de mão de obra qualificada, a fim de assegurar a competitividade das indústrias petroquímicas.

A tradição tecnológica é possivelmente a característica principal da petroquímica, o que obriga a existência de uma ampla base econômica e financeira para financiá-la. Trata-se de uma atividade que, internacionalmente, é caracterizada por grandes empresas e grandes unidades produtivas. O padrão competitivo do setor está extremamente vinculado a escalas elevadas de produção e à necessidade de aplicação intensiva de capital, sendo um setor em que “a demanda cresce regularmente enquanto a oferta avança aos saltos”, gerando desajustes estruturais de efeitos graves nos preços e na rentabilidade das empresas¹⁷⁷.

As condições favoráveis à indústria petroquímica, tanto no Brasil como no exterior, continuaram a prevalecer até o início da década de 1990. Nesse período, várias empresas projetaram ampliações de suas unidades, bem como a construção de novas plantas, em que o mais importante projeto era o do Polo Petroquímico do Rio de Janeiro. No correr de 1990, porém, ocorreu a recessão econômica e a expansão excessiva da capacidade de produção da indústria petroquímica mundial, com a entrada em operação das petroquímicas asiáticas, ocasionando uma queda de preços (TORRES, 1997).

O Plano Econômico do Presidente Collor, sob o propósito de estabilizar a moeda promoveu a retração de economia nacional, estancou os mercados consumidores, eliminou

¹⁷⁶ De acordo com este autor, são três os estágios, ou gerações, da atividade petroquímica: a) as indústrias de primeira geração, petroquímica básica (etapa inicial), responsáveis pela produção dos insumos principais: eteno (cuja produção brasileira, em 2002, representa 3% da mundial), propeno, butadieno etc.; b) as indústrias de segunda geração que transformam os produtos básicos, através de processos de purificação e adição de outros materiais em produtos petroquímicos finais, a exemplo do polipropileno, polivinilcloreto, poliésteres etc.; c) as indústrias de terceira geração, onde os resultantes da indústria de segunda geração são quimicamente ou fisicamente modificados, dando origem a produtos de consumo.

¹⁷⁷ Para se precaverem, as principais companhias vêm buscando mecanismos de proteção: internacionalização comercial e industrial, com produção descentralizada; compartilhamento de capacidade produtiva com outras empresas; lançamento de produtos diferenciados, menos sujeitos a flutuações de preços; e constituição de fontes de renda mais perenes, como o licenciamento de tecnologias. Disponível em: <<http://adeiltonprimotecnologia.blogspot.com/2010/10/o-que-e-industria-petroquimica.html>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

barreiras tarifárias, deu início à privatização da indústria petroquímica, com a venda das ações da Petroquisa, em todas as empresas que não fossem as Centrais, onde o Estado permanece como acionista não controlador, o que acabou com o sistema governamental responsável pelo planejamento do crescimento do setor.

De acordo com d'Ávila (2009), nos últimos doze anos, vem decrescendo continuamente a ação coordenadora e o apoio estatal ao setor petroquímico, expressas no período de implantação da indústria na forma de financiamentos de bancos oficiais, da participação da Petroquisa, subsidiária da Petrobras, nos empreendimentos e do fornecimento de nafta em condições favorecidas. O autor lembra que as privatizações dos anos 1990, iniciadas no governo Collor, acompanhadas pela abrupta abertura comercial e pelo encolhimento das proteções tarifárias, não favoreceram novos investimentos na indústria petroquímica, cujo crescimento praticamente estagnou durante a década. Os mercados começaram a indicar uma recuperação, de acordo com Torres (1997), somente a partir de 1993, o que se consolidou com a entrada do Plano Real em junho de 1994, permitindo que “não só os projetos engavetados voltassem para cima das mesas, como novos empreendimentos pudessem ser desenvolvidos”.

Acredita-se que nenhum outro setor tenha passado por uma mudança tão grande quanto o setor petroquímico, pois passou rapidamente de um sistema de decisões centralizado e planejamento único, em que a presença da Petrobrás, através da Petroquisa era total, a uma situação de independência e de disputa entre os diferentes grupos que controlam o setor. A privatização dos ativos governamentais gerou uma pulverização dos interesses no setor, que antes eram aglutinados por ação da Petroquisa, e a perda de uma vinculação maior com a empresa supridora de matéria prima, a Petrobrás, o que sem dúvida permitia uma otimização da cadeia petroquímica como um todo. A situação desestruturou-se na entrada dos anos 2000, em que as três centrais petroquímicas brasileiras, com as estatais privatizadas, segundo Torres, vinham “desenvolvendo seus negócios com donos diferentes, estágios tecnológicos diferentes, com capacidades produtivas diferentes, e com perspectivas também diferentes” (Ibid., não paginado).

Nesse período, a Petrobrás foi protagonista de vários desastres ecológicos e do aumento de acidentes de trabalho, vitimando tanto os trabalhadores quanto o meio ambiente, o que vinha mobilizando a crítica da opinião pública às políticas adotadas (BORGES et al, 2007, p. 80).

2.3.2. Petrobrás sob o comando das empreiteiras

A partir do que vimos discutindo acerca dos grandes projetos de desenvolvimento econômico, que se caracterizam como uma forma privilegiada do capitalismo contemporâneo se expressar em sua “caça apaixonada ao valor” (MARX, 2011), buscamos concluir essa análise apresentado a histórica aliança entre a estatal Petrobrás e as grandes empreiteiras no Brasil. Entrar nessa seara traz uma sensação de que é nela que centralmente se encontra uma das formas mais elevadas de concentração e centralização de capital na dinâmica capitalista brasileira.

Esse processo tem suas raízes antes mesmo da formação da Petrobrás (BR) no início dos anos cinquenta, no Governo Vargas de 1951-1954. Segundo Campos (2014, p. 53), o setor de petróleo já movimentava o setor da construção, porém com o predomínio de empresas estrangeiras. Segundo o autor, “obras anteriores à criação da BR foram as refinarias gaúchas Riograndense e Ipiranga e a paulista Matarazzo, nos anos 30”. Outras obras também compõem essa relação entre a estatal e a construção civil neste período, conforme a abordagem apresentada por Campos que passamos a especificar: o primeiro campo de exploração comercial de petróleo no país, na Bahia (1928); a partir deste campo foi construída a refinaria de Mataripe (1946); a primeira planta petroquímica no país, no Paraná, feita por empresa norte-americana (1946); o primeiro oleoduto nacional, entre Santos e São Paulo, e a refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão (1950), a refinaria Capuava, a maior do país nesta época (1954). Enfim, “abertura e operação de poços de petróleo desde os anos 1930, que envolvem posteriormente a atuação das empresas de engenharia nacionais, com o marco decisivo da criação da estatal brasileira de petróleo, em 1953” (Ibid., p. 43).

A rigor, trata-se de uma transferência de recursos públicos para as empresas privadas, experiência que se intensifica no período áureo da autocracia burguesa no Brasil que marca o pós-64. Na análise de Octavio Ianni (1981), presente principalmente em “A ditadura do grande capital”, ressalta-se a importância relativa e absoluta de cada um dos setores: estatal, nacional e imperialista. Pois “o que está em questão é a vasta, complexa e maciça articulação do capital monopolista, principalmente imperialista, com o Estado. As formas do capital somente se configuram no âmbito das relações recíprocas dos capitais particulares” (Ibid., p. 41). Sobre a articulação desses setores que compõem o tripé da economia brasileira, que implica a supremacia do imperialismo sobre o conjunto da economia, Ianni analisa que “na

economia política da ditadura, tanto o setor estatal como o privado nacional acabam por articular-se de forma subordinada ao setor imperialista” (Ibid., p. 49).

É nesse período, conforme abordado anteriormente, que o estreitamento de laços entre as grandes construtoras e a Petrobras teve sua origem. Em especial, destaca-se a Odebrecht que, realizou a primeira obra para a Petrobras – um oleoduto na Bahia – no mesmo ano em que a empresa nasceu, em 1953 (OLIVEIRA, 2003). Este fato é apontado por Belisário (2014) como início de “uma importante parceria que perdura até hoje”, desde quando a empreiteira “não era mais que uma empreiteira regional de pequeno porte até o início da ditadura militar. A partir de então as coisas mudaram – e rápido, em especial após o governo de Emílio Médici (1969-1974)” (Ibid, não paginado).

De acordo com esse autor, não por acaso, ocorre naquele período a construção da sede da Petrobras no Rio, o primeiro projeto da Odebrecht fora do Nordeste. Um marco não apenas da expansão da empresa, mas da aproximação que seria decisiva para a futura diversificação de seus negócios. Durante a década de 1970, esta empresa assumiu obras importantes, como o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o campus da Universidade da Guanabara (atual UERJ) e a Usina Nuclear de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Portanto, a Odebrecht é um dos exemplos entre tantos de construtoras nacionais e estrangeiras que enriqueceram e se expandiram a partir deste período, conforme é vastamente abordado por Campos (2014).

No contexto da “ditadura e no desenvolvimentismo”, a Petrobrás e sua parceria com o setor de construção pesada realizaram um processo que pode ser chamado de estatização da contratação das obras de construção pesada.

Na atualidade das primeiras décadas dos anos 2000, a indústria petroquímica mundial, segundo Rodrigues (2009), está passando por um profundo processo de reestruturação e busca cada vez mais se internacionalizar, mediante alianças estratégicas, aquisições, fusões e incorporações, tornando a competição cada vez mais acirrada. Em termos globais, o desenvolvimento das empresas do setor resultou num grande dinamismo tecnológico e na sua expansão e, neste atual período, este setor conta com empresas de elevado faturamento e produção diversificada, como já explicitado.

Nesse cenário, a elevação do preço do petróleo nos mercados internacionais e os déficits na balança comercial brasileira deslocaram os investimentos estatais para a Petrobrás, que virou a principal contratadora de obras do governo federal (Ibid.).

Algumas poucas empresas se adaptaram ao novo nicho, passando a atuar na perfuração de poços, produção e montagem de sondas, plataformas e navios. Tal área exigia

tecnologia e equipamentos diferenciados e foi explorada por grandes empresas com histórico de contratos com a estatal, como a Odebrecht, a Mendes Júnior, a Queiroz Galvão, a Montreal, a Tenenge e a Andrade Gutierrez, já mencionadas.

Entre 1979 e os primeiros anos dos anos 1980, várias delas criaram subsidiárias de perfuração de poços ou exploração de petróleo. Entre elas, por exemplo, a Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO) criou a Engepetro, que fazia obras para a estatal paulista Paulipetro, criada na gestão Paulo Maluf para perfuração e pesquisa de petróleo no estado de São Paulo. Relacionada ao setor do petróleo, a petroquímica teve seu parque industrial montado com participação do capital estatal, privado nacional e privado estrangeiro, no chamado modelo tripartite.

Tornou-se setor atraente para as empreiteiras nacionais pelos lucros proporcionados com a alta do preço do petróleo e também por ter sido uma das primeiras áreas governamentais a sofrer processo de desestatização, já no governo Figueiredo. Nesse período, Camargo Corrêa e Odebrecht adquiriram ações das empresas controladas pela Petroquisa, subsidiária da Petrobrás no setor. Posteriormente, a Odebrecht, associada aos grupos baianos Mariani e Calmon de Sá, firmou-se sobre os outros como líder no controle dos ativos petroquímicos do país, realizando várias aquisições de bens públicos e privados até formar o conglomerado Braskem, em 2004, que detém o virtual monopólio de produção nacional de insumos do setor

Relacionada ao setor do petróleo, a petroquímica teve seu parque industrial montado com participação do capital estatal. Nesse período, o fato de dois grupos apenas (Odebrecht e Ipiranga) controlarem quase a totalidade dos setores, permitiu uma integração entre as empresas, fato que possibilitou uma economia em custos que poderá torná-las mais competitivas.

O Pólo de Camaçari também reúne excelentes condições para crescimento pois tem uma massa crítica suficiente para propiciar o seu desenvolvimento, tendo a sua central de matérias primas capacidade competitiva. Possui participação de capitais locais, o que quase não acontece no Rio Grande do Sul, onde só o Grupo Ipiranga tem raízes gaúchas. O envolvimento dos capitais locais pode ter uma influência no engajamento político sempre necessário para o crescimento.

Porém, o processo de desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira aliado à sua privatização, ocasionou uma pulverização das empresas, que resultou em limitadas escalas empresariais e produtivas, quando comparadas com suas concorrentes internacionais. Os

baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento decorrentes prejudicará a atualização tecnológica, permitindo o envelhecimento das plantas industriais e sua potencial obsolescência em relação às concorrentes mundiais.

Com o fim do “milagre econômico” da época da ditadura, a custa de empréstimos geradores da dívida pública, veio a retração dos investimentos públicos em obras. Segundo Ianni (1981, p. 10) “foi nesses anos que floresceu a propaganda imperialista do “milagre brasileiro” e da virtualidade do “Brasil potência”. Para esse autor, “a ideia de um ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’, que permitiria a construção do “Brasil potência” em poucos anos, era mais uma faceta de caráter fascista da ditadura” (1981, p. 11).

Portanto, na atual política dos grandes projetos, tendo à frente a Petrobrás, encontra-se a reedição da concepção desenvolvimentista dos governos Vargas e JK, tendo o Estado como facilitador e indutor do crescimento econômico. Pois,

[...] tratava-se de aproveitar a ocasião, isto é, a aliança ente o Estado e o capital monopolista, para converter o Brasil em ‘potência mundial’, ou, no mínimo, ‘continental’. Para tanto, abria-se ainda mais o País ao capital imperialista e acentuava-se, também, a superexploração do proletariado e do campesinato (IANNI, 1981, p. 11).

Então, já como uma das maiores empreiteiras do país, a Odebrecht passa a comprar empresas no setor petroquímico. Segundo consta no site da companhia, a estratégia adotada pela Odebrecht para construir uma petroquímica brasileira líder no setor na América Latina envolveu uma série de outras aquisições. Muitas possibilitadas pelo Programa Nacional de Desestatização, iniciado na década de 90, no qual o Governo Federal vendeu participações em empresas da área. Reunindo todas as empresas do ramo incorporadas, em 2000 a Odebrecht cria a Braskem.

3. TRABALHO E MARCOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Para ser universal basta cantar a sua aldeia.

Leon Tolstoi

Na busca por recuperar minimamente o processo histórico do desenvolvimento industrial do Estado do Rio de Janeiro, neste capítulo, de forma muito breve, apresentamos suas alterações e buscando analisar os processos econômicos, sociais e políticos que impulsionaram o Estado Fluminense em sua inserção na dinâmica de produção e reprodução das relações sociais do capitalismo no Brasil. Tem por recorte específico a formação e contribuição da região Leste Fluminense – em especial o Município de Itaboraí e demais municípios do seu entorno – no que tange à experiência particular do Comperj, um dos grandes projetos de desenvolvimento do Estado no início deste século XXI..

Nos últimos anos, o Rio de Janeiro vem tentando romper o ciclo de estagnação que o deixou sem grande expressão na economia do país, tendo nos investimentos dos grandes projetos um dos determinantes principais desta retomada, principalmente, as descobertas e os investimentos da Petrobrás no interior do Estado, como um fator determinante para sua retomada econômica¹⁷⁸.

O processo histórico de seu desenvolvimento econômico tem se mostrado, conforme a expressão de Francisco de Oliveira, uma “*história sem ruptura, suíte de uma continuidade?*” (2003, p. 39) em vista de que, embora tendo sido berço da indústria brasileira e ter vivenciado oscilações e grande período de estagnação na economia, uma coisa é certa: o Estado sempre foi um estado burguês cujas empreiteiras tratadas no capítulo II, foram tão bem relacionadas que se tornaram os maiores grupos do Brasil, expandindo sua atuação para vários países do mundo.

Após situarmos o tema num contexto mais amplo da trajetória brasileira, passamos a tratar as particularidades do Rio de Janeiro, nos atendo ainda nas experiências mais específicas situadas na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Leste Fluminense do

¹⁷⁸ É preciso não esquecer, porém, que nesse Estado, mantêm-se grandes empresas como a Vale do Rio Doce, a Siderurgia Nacional da White Martins de gases industriais., além da indústria naval, sendo também considerado um grande polo de informática e de pesquisas acadêmico-científicas, com Centros Brasileiros de Pesquisa em ciências exatas e biológicas, as Academias Brasileiras de Ciência e de Letras, entre outros destaques.

Estado, dando especial atenção ao Município de Itaboraí, onde está sendo implantado o Comperj, tomado como caso exemplar nesta tese, cuja demonstração empírica será realizada no último capítulo.

Nesse sentido, leva-se em consideração a importância de se entender, dialeticamente, as contradições existentes em relação às questões de classe nesse processo atual em que, de um lado, há as empreiteiras que se fortalecem cada vez mais na captura do fundo público que mobiliza bilhões dentro do Estado – como é o caso do Comperj, que envolve mais de 13 bilhões; e não atingiu um terço do projeto orçado inicialmente para 8,4 bilhões –; por outro, a classe trabalhadora que vem experimentando os dissabores desse processo, sejam as que se situam nas localidades de instalação das grandes obras, sejam os segmentos de trabalhadores de grandes obras que são superexplorados, principalmente considerando a relação de terceirização em que se encontram, conforme os dados empíricos demonstrados na seção 4.2.

Para esta análise introdutória, parece pertinente a constatação de Abreu (2013), de que “não há sínteses que deem conta, entretanto, de todos os processos e de todos os atores que produzem o espaço de uma cidade”. A história do Estado do Rio de Janeiro, que particularmente se liga à história de sua cidade sede, parece adequada à interpretação funcionalista, nos termos de Oliveira (2003). Trata-se de um Estado que historicamente não tem preocupação neutra no contexto de suas intervenções, principalmente no campo do desenvolvimento industrial. Procuramos analisar estes e outros aspectos buscando evitar, conforme sinaliza Abreu (op. cit., p. 11) “cair no empirismo da mera descrição geográfica, [...] sendo] necessário, entretanto, que [se] relacione – a cada momento – a organização interna da cidade [Estado] com o processo de evolução da formação social”.

O Estado do Rio de Janeiro, segundo os dados do IBGE (2014), agrega 92 municípios divididos em 06 mesorregiões – Sul Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Centro Fluminense e Noroeste Fluminense – cujos municípios não são uma massa homogênea e apresentam perfis muito diferenciados. O Leste Fluminense, foco desta pesquisa, situa-se na confluência de 15 municípios que envolvem parte significativa de três dessas mesorregiões.

Ainda de acordo com os mesmos dados do IBGE, o Rio de Janeiro é o terceiro estado mais populoso do Brasil, depois dos estados de São Paulo e Minas Gerais, com 16.461.173 habitantes, dos quais cerca de 80% (equivalente a cerca de 13 milhões de habitantes) vivem na capital Rio de Janeiro e em toda sua região de influência. Pretendemos apresentar aqui algumas particularidades deste Estado, especialmente as características do seu desenvolvimento industrial até 2015 e as questões atuais que envolvem os grandes projetos.

Tais informações se tornam importantes para situar a singularidade do desenvolvimento do Leste Fluminense e a importância do Município de Itaboraí para a economia do Estado.

Ressaltamos primeiramente que a constituição das relações de produção de um Estado, enquanto espaço territorial e instituição política, não são independentes das relações sociais de produção na contextualidade maior da sociabilidade do capital. Desse modo, constitui a expressão concreta de cada fase histórica na qual uma sociedade se especifica. Pois, conforme Marx:

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 2011, p. 214. L.1,v.1).

Baseado em relações de produção arcaicas, de base escravista, a formação social brasileira ainda conviveria algum tempo com os novos elementos essencialmente capitalistas que aqui se introduziam. As contradições daí decorrentes não tardaram a aparecer. Enfatiza-se também nesta seção, em especial, a análise de algumas particularidades regionais relacionadas à economia agrária do Estado, a transição do trabalho escravo para o assalariamento, a entrada em cena da indústria urbana e a importância das atividades petrolíferas e petroquímicas para a economia do estado.

Busca-se, assim, na especificidade do campo amostral da pesquisa, fornecer uma síntese do processo de produção e reprodução das relações sociais no chamado Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, evidenciando o Município de Itaboraí¹⁷⁹, buscando reunir informações que compreendem o período que vai desde a migração de trabalhadores canavieiros para a região no início do século XX à conjuntura do anúncio e alterações geradas pela implantação do Comperj neste início de século XXI. A divisão da sociedade em classes sociais fundamentais constituem mais que um pressupostos neste estudo, a rigor, “elas são um produto das relações antagônicas e de seus movimentos de re-produção¹⁸⁰” (OLIVEIRA, 2003, p. 17).

¹⁷⁹ Numa rápida retomada histórica sobre a constituição dessa municipalidade, verifica-se que o trabalho foi determinante em sua constituição enquanto território. Ciclos de migração de trabalhadores tanto da indústria agroalimentar quanto da petroquímica marcam sua formação social específica bem como a de alguns municípios vizinhos, conforme será abordado neste capítulo.

¹⁸⁰ Sobre uso de hífen em “re-produção”, cabe a explicação dada pelo próprio autor que esclarece que o uso frequente do hífen em palavras e conceitos tais como re-presentar, re-produzir, re-conhecimento etc, “o que pode parecer simplesmente pedantismo de inspiração francesa constitui o modo de trabalhar do método marxista, uma maneira de indicar a troca que existe no interior de um fenômeno real simples” (OLIVEIRA, 2003, p. 20).

3.1. Trabalho e indústria no Estado Fluminense

3.1.1. A agroindústria fluminense e a transição do trabalho escravo ao assalariamento

Embora o Estado do Rio de Janeiro tenha experimentado um crescimento com oscilação em seu desenvolvimento econômico, no decorrer dos seus quase cinco séculos, incluindo nesse tempo as redefinições a partir da fusão do antigo Estado do Rio com o Estado da Guanabara, manteve historicamente sua continuidade de base conservadora frente aos grandes grupos econômicos, com fortes articulações políticas.

Baseado em uma economia produtora de café e de açúcar de cana em seus primórdios, o Estado Fluminense também é marcado em parte pelo trabalho escravo e noutra pelo desabrochar do trabalho livre que passa a vigorar desde o final do século XVIII. Considerando sua experiência de grande agregador da força de trabalho para seu desenvolvimento, podemos concordar com Oliveira (2003, p. 28) de que “mesmo o emprego dos escravos revela-se uma forma embrionária de assalariamento, pois senhores de escravos, para os quais aqueles já eram ociosos, ‘alugam’ aos empresários a mão-de-obra que lhes sobra”. Nesse contexto do Brasil colonial escravista, situam-se as raízes da “questão social” brasileira, no sentido apresentado por Ianni (1989) e na tese de Silva (2014).

De acordo com Oliveira (2006), em fins do século XIX o Rio de Janeiro era ainda uma cidade de estrutura colonial-mercantil e que tinha experimentado um rápido crescimento em poucas décadas¹⁸¹. Segundo o autor,

[...] este vertiginoso crescimento demográfico do Rio de Janeiro deveu-se, em grande parte, à entrada de muitos estrangeiros na cidade e, também, a um considerável fluxo de migrantes oriundos de toda parte do país para a capital da República, em função da desagregação do sistema escravista, visto que um importante contingente foi de antigos escravos que abandonaram a região fluminense em decadência (OLIVEIRA, 2006, não paginado).¹⁸²

¹⁸¹ De acordo com Oliveira (2006, não paginado), “sua população aumentou 72% de 1838 a 1870, passando de 137.078 para 232.291 habitantes, e quase dobrou em menos de duas décadas, elevando-se de 274.972 para 522.651 habitantes no curto período de 1872 a 1890”.

¹⁸² Até o final da década de 1880 o Rio de Janeiro já possuía a maior concentração operária e fabril do país. A instalação de estabelecimentos fabris na capital e adjacências, a partir de meados do século XIX, deveu-se a um conjunto de fatores, dentre os quais: a acumulação de capitais provenientes de empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior; a facilidade de financiamento dos grandes bancos, cuja sede estava localizada na capital do país; um mercado de consumo de proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região tributária, servida pela rede de ferrovias, e a substituição da água pela energia a vapor como força motriz. Acresça-se a tudo

É importante observar, a partir da análise de Oliveira, que até o final da década de 1870 não havia um mercado de força de trabalho capitalista totalmente constituído, o que só iria acontecer ao longo das décadas seguintes, em especial após a abolição da escravidão. Tal fato fez com que estas empresas lançassem mão, quase que obrigatoriamente, da força de trabalho estrangeira (imigrantes), no estilo de núcleos coloniais afastados dos ares urbanos do Rio de Janeiro. O autor cita o caso da *Santo Aleixo*, da *Brasil Industrial* e da *Petropolitana*, sobretudo com a presença de imigrantes alemães e suíços.

A eclosão da II Guerra Mundial criou para a agroindústria canavieira do Brasil uma situação bem diversa da que havia prevalecido anteriormente. De acordo com Szmrecsányi & Moreira (2009), contrariamente ao que teria sido de se esperar, ela *não* provocou um aumento das exportações de açúcar e deu origem a algumas dificuldades que, embora não tivessem sido completamente inesperadas, deixaram de ser previstas com a precisão que teria sido necessária para se poder evitá-las de uma forma mais satisfatória

A vasta expansão então prevista para a agroindústria canavieira do Brasil foi incorporada num programa governamental de longo prazo, o *Plano de Expansão da Indústria Açucareira*, cuja execução teve início em meados da década de 1960. Todos esses estudos e projetos foram, porém, abruptamente interrompidos pela eclosão de uma nova e intensa crise de superprodução, cujo impacto atingiu a agroindústria canavieira do Brasil na segunda metade dos anos 1960. Os primeiros sintomas dessa crise já haviam surgido em 1964, com um forte declínio dos preços do açúcar no mercado livre mundial, um declínio que não poderia ser compensado pelos preços mais favoráveis que vigoravam no mercado preferencial norte-americano. A redução da demanda e dos preços do açúcar nos mercados internacionais coincidiu no tempo com a forte recessão instaurada no mercado interno do Brasil, em decorrência da política econômica da então recém-inaugurada ditadura militar (SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 2009, não paginado).

O início da década de 1970 apresenta graves indícios de esgotamento após um período pós Segunda Guerra Mundial em que as economias industrializadas experimentaram um longo período de crescimento, baseadas no modelo fordista-keynesiano de acumulação capitalista, sob a hegemonia dos Estados Unidos (HARVEY, 1993, p. 119). Esta crise foi agravada a partir de fatores externos como a crise do petróleo, em 1973, que tem seu preço

isto, ainda, o peso da presença do aparelho administrativo da capital federal e a facilitação da estrutura portuária (OLIVEIRA, 2006).

elevado em resposta à queda da produtividade¹⁸³. A relativa saturação do mercado consumidor dos países capitalistas centrais e a concorrência cada vez mais acirrada conduziram a um novo paradigma para reconstituição das bases de valorização do capital.

Na década de 1970, houve a reconstituição das bases de valorização do capital mediante restauração das condições materiais e políticas do domínio do capital financeiro e industrial internacionalizado e do controle sobre o trabalho e a subsunção deste aos imperativos das modalidades de enfrentamento da crise (ABREU, 2002, p. 167).

Conforme análise tecida por Oliveira (2003, p. 27): “Algumas cidades do Estado serão o protótipo, durante as décadas, do movimento contraditório de uma economia cujo motor era a própria mercadoria ‘escravo’ no centro do comércio”. O autor ainda enfatiza que, especificamente, nesse período, o Rio de Janeiro e a Bahia disputavam o primeiro lugar como porto, mercado de escravos e praça de comércio.

Nesse sentido, podemos concordar, tanto com Oliveira (2003) quando fala dessa parte do país cuja população era escrava em sua maioria, portanto é um Estado de mercadorias, como também com Abreu (2008, p. 35), quando enfatiza que poucos eram os trabalhadores livres e reduzidíssima a elite administradora, militar e mercantil que passou a dirigi-lo política e economicamente.

Na passagem para o século XIX, o Rio de Janeiro era o Estado que acusava as taxas de crescimento populacional mais altas, entre todos os Estados brasileiros.

O *cultivo do café* teve importante papel econômico no Estado desde o final do século XVIII até o final do século XIX, principalmente no Vale do Paraíba Fluminense, mas também se expandindo por outras regiões do Estado. Período este em que a produção e exportação de café constituíram a base principal da economia do Estado, concentrando grande fluxo de capitais dando-lhe destaque nacional em sua produção cafeeira. Os sinais de desaquecimento ocorridos no final do século XIX contribuíram para certa estagnação da economia do Estado.

Entretanto, se faz necessário anotar que essa atividade agroexportadora possibilitou a acumulação de capitais e ofereceu as bases da diversificação urbano-industrial ocorrida na virada para o século XX. De acordo com Oliveira (2003):

Ocorre que é precisamente nesse momento, segunda metade do século XIX e principalmente no último quarto de século, que o *café, nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e sobretudo São Paulo – Vale do Paraíba* no início e depois a

¹⁸³ Simultâneo a esta nova crise do capitalismo mundial, novas estratégias de gestão no processo de reestruturação do capital em crise estão sendo processadas e difundidas. Trata-se do modelo toyotista sob a liderança do Japão.

região campineira –, se afirma como o principal produto da exportação brasileira (OLIVEIRA, 2003 p. 30).

No início, o café se implanta com mão-de-obra escrava, mas, terminado o tráfico de escravos em 1850, “logo as fronteiras desse recrutamento se esgotam, para assentar-se na forma mista do ‘colonato’, parte assalariado e parte produção de subsistência pelo colono, que serão imigrantes dos países meridionais da Europa – Itália, Espanha e Portugal em menor escala” (Id., *ibid.*).

Foi no decorrer das primeiras décadas do século XX que a pioneira indústria carioca teve sua dinâmica alterada, perdendo a liderança para São Paulo e passando a ocupar a segunda posição no conjunto da produção nacional, principalmente em função dos lucros excedentes gerados pelas exportações de café por parte dos produtores paulistas. A queda da participação relativa do Rio de Janeiro no cenário industrial do país foi, porém, acompanhada por uma diversificação na produção local, onde se destacaram as indústrias metalúrgicas, de minerais não metálicos, química e farmacêutica, bebidas, editorial e gráfica, além da construção civil (setor que ganha destaque em nossa análise em função da migração de trabalhadores do Comperj, conforme abordado no próximo capítulo, sobressaindo até mesmo de bens de capital (NASSIF, 2013).

A produção da cana de açúcar merece destaque em nossa análise do desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro tendo em vista sua influência histórica na formação social nos municípios da região leste fluminense, especialmente o município de Itaboraí, sobre o qual estamos concentrando a análise, sob o ponto de vista do nosso objeto investigativo.

É importante destacar que trabalho é aqui compreendido como condição fundamental de sobrevivência e de reprodução das famílias trabalhadoras que dão vida aos lugares, o que tem especial importância no contexto agrário deste período histórico. Trabalho que tem, de acordo com Iamamoto (2001), uma centralidade na vida desses indivíduos sociais, principalmente porque o cenário da produção de açúcar é revelador das condições materiais e sociais em que ele se realiza.

Iamamoto (2001) nos lembra que a história da agroindústria canavieira tem suas raízes na instalação dos engenhos centrais, que expressam a centralização industrial. É um setor produtivo sob o controle dos mesmos agentes sociais: no passado os senhores de engenho e hoje os usineiros. Esta industrialização canavieira

[...] foi antecedida da instauração jurídica da propriedade privada da terra e da abolição da escravatura, impulsionando a formação de um mercado livre de terras e de força de trabalho. Estavam assim dadas algumas das condições essenciais para

a acumulação de capitais, a constituição da renda capitalista e a subordinação do trabalho (Ibid. p. 113).

Porém, uma crise abateu o capitalismo no mundo. E o processo de crescente concentração e centralização de capitais, acompanhado dos elevados índices de concentração fundiária, verificados no país, já não mais eram suficientes para esses trabalhadores sobreviverem exclusivamente, nem como produtores familiares pauperizados, nem como operários (Ibid., p. 16).

A crise do comércio internacional de 1929¹⁸⁴ será um marco importante na trajetória da sociedade brasileira, pois todos os segmentos da sociedade serão profundamente afetados por essas transformações, refletindo principalmente na exportação das mercadorias e na superprodução interna, impondo a necessidade de redefinição da política econômica, através de uma série de medidas destinadas a garantir a acumulação, o que deixou claros os riscos da monocultura de exportação.

Em sequência à crise, o desenvolvimento econômico brasileiro foi direcionado à industrialização, com privilegiamento de novas atividades. Portanto, reconfigurou-se o cenário econômico mundial. De modo a minimizar a crise interna, as políticas de Estado no Brasil passaram a estimular a diversificação da economia, com foco na industrialização e certa secundarização da agricultura.

No setor da indústria agroalimentar, ocorreram algumas melhorias nas condições de trabalho dos operários que foram difundidas como benesse pelos usineiros¹⁸⁵. Na realidade, porém, elas tiveram como pano de fundo uma legislação que os obrigava a viabilizar determinados serviços para o operariado, como podemos conferir nas exigências do Estatuto da Lavoura, inserido num processo histórico de “intervencionismo estatal que predominou no período colonial, no império e em todo o período republicano, passando pelas ditaduras varguista e militar” (BARRETO, 2009).

Entre os programas e leis firmadas pelo Estado brasileiro para incentivar a economia canavieira no século XX, está a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 1930, iniciando uma fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional, tornando dessa forma permanente a intervenção federal nesse setor. De acordo com Oliveira (2006, p.

¹⁸⁴ A crise mundial de 1929, de acordo com a literatura especializada, caracteriza-se como uma das maiores crises da história do capitalismo. O desencadeador desta crise foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, dentro de uma conjuntura nunca vista antes, cujo modelo de acumulação capitalista, o fordismo, ao longo de alguns anos, sofreu uma crise de superprodução, que determinou uma reconfiguração do cenário econômico mundial.

¹⁸⁵ Como aparece em alguns depoimentos de antigos trabalhadores da Usina Tanguá (OLIVEIRA, op. cit.)

51), a criação do IAA pelo Estado foi uma resposta às solicitações dos usineiros de vários estados, com vista a defender o produto de suas fábricas, obtendo reduções de tarifas alfandegárias relativas à importação de maquinário e objetivando também controlar o preço do produto no mercado interno¹⁸⁶. Conseqüentemente, o IAA assume outra perspectiva, a de contribuir com os usineiros tendo por finalidade “melhor capitalizá-los e aparelhá-los, na busca contínua do crescimento produtivo das usinas através da ampliação da capacidade das moendas”. Ou seja, desta forma, “os usineiros se aplicariam no crescimento e modernização do setor industrial e a produção de cana-de-açúcar caberia principalmente a uma maior participação dos fornecedores” (Ibid., não paginado).

Cabe destacar ainda que, de acordo com Barreto (2009), os direitos dos trabalhadores canavieiros estabelecidos em lei não foram cumpridos pela classe patronal, já que *seu principal interesse* sempre esteve voltado apenas para a ampliação da produção. Portanto, as relações de trabalho no campo brasileiro apresentam-se de forma complexa e são marcadas pelas conseqüências das mudanças produtivas que prevaleceram na agricultura no país. Apenas em 1963, com a publicação do “Estatuto do Trabalhador Rural” (Lei 4214, de 02/03/63), é que os rurícolas obtiveram uma amplificação desses direitos, com a determinação legal de aplicabilidade deste texto.

A eclosão da II Guerra Mundial criou para a agroindústria canavieira do Brasil uma situação bem diversa da que havia prevalecido anteriormente. De acordo com Szmrecsányi & Moreira (2009), contrariamente ao que teria sido de se esperar, ela *não* provocou um aumento das exportações de açúcar e deu origem a algumas dificuldades que, embora não tivessem sido completamente inesperadas, deixaram de ser previstas com a precisão que teria sido necessária para se poder evitá-las de uma forma mais satisfatória. A vasta expansão então prevista para a agroindústria canavieira do Brasil foi incorporada num programa governamental de longo prazo, o *Plano de Expansão da Indústria Açucareira*, cuja execução teve início em meados da década de 1960. Todos esses estudos e projetos foram, porém, abruptamente interrompidos pela eclosão de uma nova e intensa crise de superprodução, cujo impacto atingiu a agroindústria canavieira do Brasil nesse período. Os primeiros sintomas dessa crise já haviam surgido em 1964, com um forte declínio dos preços do açúcar no

¹⁸⁶ Todavia, conforme análise apresentada por Bray, Ferreira e Ruas (2000, s./p.), sobre a fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional e a participação estatal neste setor, o IAA surge com o objetivo de [...] contribuir com a melhoria das condições da agroindústria açucareira nacional e resolver o excedente da produção de açúcar com o fomento do álcool combustível, através da estabilização dos preços do açúcar e da construção de novos equipamentos para as destilarias destinadas à produção do álcool (Ibid., não paginado).

mercado livre mundial, um declínio que não poderia ser compensado pelos preços mais favoráveis que vigoravam no mercado preferencial norte-americano. A redução da demanda e dos preços do açúcar nos mercados internacionais coincidiu com a forte recessão instaurada no mercado interno do Brasil, em decorrência da política econômica da então recém-inaugurada ditadura militar (Ibid, não paginado).

Muitas contradições e conflitos atravessaram essas relações de produção em sua forma de divisão social do trabalho e das relações de produção próprias que permeiam seu desenvolvimento histórico. Por exemplo, a obrigatoriedade dos direitos trabalhistas para os operários canavieiros implicou no encarecimento da mão de obra para os usineiros acostumados ao contrato desta força de trabalho sem as conseqüências que as obrigações de tais direitos envolviam. Assim, os usineiros passam a se confrontar com as novas exigências legais no campo e a atribuir a falência das usinas à inviabilidade do elevado custo da mão de obra. De acordo com Silva (1999),

Quando entram em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, e o Estatuto da Terra (ET), de 1964, tem-se o Estado, mais uma vez, patrocinando e dirigindo o processo de expulsão de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Grande parte deles foi integrar o lumpemproletariado dos grandes centros urbanos; outra, passou a residir em cidades-dormitórios e a trabalhar como bóias-frias (SILVA, 1999, p. 8).

De forma muito breve aqui explicitada, foi esse conjunto de contradições que levou à ascensão e a um declínio progressivo da estrutura fundada e suportada pela indústria açucareira em sua longa trajetória no Estado do Rio de Janeiro. Buscamos destacar os dois períodos mais notáveis e mais marcantes e, por isso, destacamos dois ciclos que foram hegemônicos na economia do Estado. Porém, havia diversificações nas atividades produtivas, principalmente em períodos de crises, momentos em que, segundo Ianni (2015), as próprias classes sociais ganhavam ponderações e arranjos diversos.

3.1.2. Expansão urbano-industrial e as novas relações de trabalho

No Estado Fluminense, entretanto, há um dinamismo das forças produtivas e diversos arranjos nas relações de classes sociais que se concretizam na transição da cultura agrária para a urbana. Na afirmativa de Lênin (1985, p. 350), “o crescimento da população industrial, às expensas da população agrícola, é um fenômeno necessário em toda sociedade capitalista (...)

processo [este] paulatino da separação entre a indústria e a agricultura”. Por sua vez, Oliveira (2006), em sua pesquisa, evidencia que

[...] o surto industrial brasileiro da década de 1880 fez com que o Rio de Janeiro saltasse para a posição de primeiro centro industrial do Brasil, só perdendo esta posição para São Paulo na década de 1920. A importância de tal surto para o Rio de Janeiro é tamanha que, das indústrias de fiação e tecidos de algodão do Distrito Federal que participaram da Exposição Nacional de 1908, todas haviam sido fundadas até o ano de 1891. Segundo o censo de 1920, no Distrito Federal, as empresas têxteis fundadas até 1889 representavam 72,9% do capital investido em 1920 (OLIVEIRA, 2006, não paginado).¹⁸⁷

O Rio de Janeiro teve assim uma das primeiras formas institucionais capitalistas no Brasil. De acordo com Nassif (2013), o processo de industrialização do Brasil foi desencadeado a partir de 1846, quando o Barão de Mauá fundou o Estabelecimento de Fundação e Companhia Estaleiro da Ponta da Areia, em Niterói e já, no ano seguinte, multiplicara por quatro o seu patrimônio inicial, “tornando-se o maior empreendimento industrial do país, empregando mais de mil operários e produzindo navios, caldeiras para máquinas a vapor, engenhos de açúcar, guindastes, prensas, além de artilharia, postes para iluminação e canos de ferro para água e gás” (NASSIF, 2013, não paginado)¹⁸⁸. O autor observa que, após esse período, gradativamente, outros empreendimentos foram surgindo no Estado, inicialmente com produção em sua maioria voltada para bens não-duráveis e semiduráveis, tais como dentifrícios, sabões, bebidas, fumo, alimentos, tecidos, roupas e calçados, destacando-se neste período a indústria moveleira (bens duráveis), sendo sucedida pelas indústrias têxteis, sobre as quais guardamos um importante exemplo: a experiência da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), mais conhecida por Fábrica Bangu, fundada no final do século XIX, no Rio de Janeiro, no bairro deste nome.

Ao analisar a experiência da Fábrica Bangu, Oliveira (2006) considera que não é por acaso que o maior crescimento industrial se dá exatamente no Rio de Janeiro, primeiro centro econômico do país, cuja principal região produtora de café, o Vale do Paraíba, se encontrava em franca decadência. Além da inversão de capital, oriundo direta ou indiretamente da economia cafeeira em crise, outros fatores também importantes contribuíram para criar condições favoráveis ao investimento industrial têxtil no Rio de Janeiro, tais como:

¹⁸⁷ É também do início deste século XIX a criação da Fundação Progresso, na Lapa, que produzia fogões e cofres. O prédio da Fundação Progresso é um patrimônio histórico. Ali estava sediada a Fábrica de Fogões Progresso, fundada no final do século XIX e fechada em 1976. Com o fechamento da fábrica, o prédio ficou desocupado e iria ser demolido, mas, em 1982, um grupo de artistas que preparavam a chegada do Circo Voador à Lapa ocupou o prédio a fim de impedir a demolição e transformar o lugar num grande espaço cultural. FONTE: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fundicao_Progresso. Acesso em Março/2015.

¹⁸⁸ O estaleiro foi destruído por um incêndio em 1857 e reconstruído três anos mais tarde. Faliu de vez quando a lei de 1860 isentou de taxas a entrada de navios construídos fora do país (NASSIF, 2013).

[...] a ampliação do mercado de trabalhadores livres, a presença de uma política tarifária com efeitos protecionistas, as mudanças ocorridas na legislação no sentido de facilitar a organização de empresas e a disponibilidade de bens de capital no mercado internacional, já que as economias centrais entravam na fase do capitalismo monopolista (Ibid, não paginado).

Os registros históricos, aos quais tivemos acesso, demonstram que, se em âmbito nacional o país buscava alinhamento às metas mundiais de industrialização, o Rio de Janeiro passa a ser, ao lado de São Paulo, a vanguarda no processo de industrialização no país. A experiência das indústrias têxteis no Rio de Janeiro, com destaque no cenário carioca da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB) ou Fábrica Bangu, fundada no final do século XIX, como uma das primeiras indústrias têxteis do país, é a relação entre expansão capitalista, formação social e constituição da força de trabalho em determinado território.

Na pesquisa de Oliveira (2006), podemos observar, por exemplo, que a materialização do que o autor chama de “cada um desses arranjos espaciais” apresentou correspondência “com as etapas da acumulação de capital, combinando as condições específicas de realização do empreendimento fabril (Fábrica Bangu) com as condições gerais de desenvolvimento do capitalismo na formação social brasileira” (Ibid., não paginado)¹⁸⁹. Para Oliveira, “é como se a fábrica na paisagem fosse a obra de arte da modernidade capitalista, que surgiu ali como que caída dos céus, e a ferrovia fosse a sua moldura, o melhor contorno ou acabamento desta modernidade”. A criação da estação de trem de Bangu foi uma condição essencial para viabilizar o empreendimento têxtil no lugar. Ela foi fundamental tanto para servir à implantação da fábrica, como para garantir o seu futuro funcionamento¹⁹⁰.

Desta experiência fabril em Bangu, destaca-se a criação de uma vila operária situada em terreno bem ao lado à fábrica, como uma demonstração clara, segundo Oliveira, do que pretendia a direção desta fábrica. Ou seja, fomentar um mercado de força de trabalho ao redor da fábrica, através do uso de suas terras por rendeiros e parceiros. Sobre o crescimento das pequenas localidades e das vilas industriais e comerciais, Lênin ressalta que

[...] além das cidades, equivalem a centros industriais, em primeiro lugar, os subúrbios, que nem sempre são classificados juntamente com as cidades e abrangem uma região cada vez mais extensa das periferias da grande cidade; em segundo, as aldeias e vilas industriais (...). Ocorre que a sua população industrial se concentra nas vilas industriais e não nas cidades (LÊNIN, 1985, p. 355).

¹⁸⁹ Oliveira (2006) observa que o surgimento da Fábrica Bangu está relacionado com aquilo que Roberto Simonsen considerou como sendo o primeiro surto industrial brasileiro, ocorrido na década de 1880 e que se estende até os primeiros anos da década seguinte. São desta época no Rio de Janeiro a Fiação e Tecidos Aliança (1880), a Confiança Industrial (1885), a Fiação e Tecidos Carioca (1886), a Fiação e Tecidos Corcovado (1889), a Fábrica São Cristóvão (1889), a Fábrica Cruzeiro (1891) e a Fábrica Bonfim (1891).

¹⁹⁰ A importância da expansão da rede ferroviária para o desenvolvimento industrial, inquestionável desde a Inglaterra do século XVIII, será tratada na seção 3.1.3.

Sobre a classe operária deste período, Giannotti (2007, p. 47) observa que em 1906 havia, no Rio de Janeiro 115 mil operários, incluindo os artesãos de pequenas oficinas. Neste mesmo período, em São Paulo, havia 24 mil operários. Vale lembrar duas informações abordadas pelo autor: que no Brasil de 1900 existiam aproximadamente oitenta mil trabalhadores urbanos e que, em 1890, tanto no Rio de Janeiro quanto na cidade de São Paulo, grupos ativistas socialistas criaram um Partido Operário¹⁹¹. O autor também chama a atenção sobre o fato de que, em 1910, no Rio de Janeiro e em São Paulo, também havia, nas fábricas, crianças de 7, 6 e até 5 anos¹⁹².

A partir da década de 1930 há um abalo na economia e na política brasileiras em função dos acontecimentos mundiais das três primeiras décadas do século XX. E, mais ainda, depois da crise de 1929-1932, momento em que, como situado por Behring e Boschetti (2008, p. 104), “se abre uma época de expansão acelerada das relações capitalistas entre nós, com intensas repercussões para as classes sociais, o Estado e as respostas à questão social”. Integrando esse processo que exigiu uma diversificação nas atividades industriais do país, um outro fenômeno marcou a história da indústria do Rio de Janeiro, que foi o deslocamento espacial das unidades produtoras, ou seja:

O abandono de fábricas anteriormente localizadas nas áreas do centro, zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro, iue historicamente concentrou as atividades industriais do Estado, ocorrendo sua instalação em novas localidades da então capital do Brasil” (NASSIF, 2013, não paginado)¹⁹³.

Dentre os fatores que teriam promovido tal movimentação, destacavam-se, de acordo com Nassif (2013): “o progressivo crescimento da cidade; o aumento nas dimensões tanto das empresas quanto das fábricas; a busca de novos mercados consumidores; alterações nos meios de transportes e nos fluxos de energia, além de mudanças tecnológicas da própria indústria”¹⁹⁴.

¹⁹¹ Giannotti registra que, dois anos depois da criação do Partido Operário, houve, no Rio de Janeiro, tentativa de criação de um Partido Socialista, porém esta tentativa foi frustrada, repetindo-se novamente nesta então capital do país, em 1895 (2007, p. 56).

¹⁹² Sobre essa informação a respeito do trabalho infantil nas fábricas, Giannotti (2007, p. 53) se baseia em depoimentos dos próprios patrões, citando como fonte, por exemplo, o livro *Sindicalismo e Estado*, de Azis Simão, sobre as origens do sindicalismo no Brasil.

¹⁹³ De acordo com Silva (2010, p. 88-9.), no processo de industrialização pós-1930, o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar as importantes indústrias do país como, por exemplo: Companhia Siderúrgica Nacional (1941), em Volta Redonda, Companhia Vale do Rio Doce (1942), Companhia Nacional de Álcalis (1943), em Arraial do Cabo, Fábrica Nacional de Motores (1948), refinaria Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, fábrica de borracha sintética da Petrobrás (1953), PRONAPE (1954), Furnas Centrais Elétricas (1957), Rede Ferroviária Nacional (1958), Companhia Brasileira de Recursos Minerais (1968), holdings TELEBRAS e NUCLEBRÁS (1974).

¹⁹⁴ Essas mudanças levavam em conta tanto o crescimento interno das fábricas quanto a busca de terrenos mais baratos, tendo em vista a valorização de certas áreas da cidade em virtude de obras de urbanização empreendidas

Uma das direções seguidas por esse deslocamento foi através da abertura de novas unidades na periferia da cidade ou em áreas satélites do Rio de Janeiro. Nesse contexto surgem as áreas metropolitanas brasileiras que, na atualidade, são uma das expressões espaciais mais acabadas da formação social brasileira, refletindo, de acordo com Abreu, “a coerência e as contradições dos sistemas econômico, institucional e ideológico prevalentes no país” (ABREU, 2013, p. 25). O caso do Rio de Janeiro, então, parece ser ainda mais significativo, pois, além de ter sido aí que se localizou a capital do Brasil de 1763 a 1960, a cidade foi a mais populosa do país durante quase todo esse período, só perdendo essa posição privilegiada para São Paulo na década de 1950. Assim, a capital carioca vai constituindo uma periferia imediata que é, principalmente, o local de residência da baixa classe média. Nela estão os prolongamentos das zonas industriais mais antigas, sendo frequentemente a periferia intermediária a área através da qual a metrópole se expande. Esta vai crescendo, segundo Abreu,

[...] através de fluxos migratórios duplamente induzidos: através da expulsão das populações mais pobres residentes no núcleo ou na periferia imediata (migração intrametropolitana) e por meio do deslocamento de pessoas, que, vivendo fora, principalmente fora da área do Estado do Rio, mudam-se para a periferia atraída pelas possibilidades de emprego e que, por não poderem aí se localizar, acabam se radicando nas suas cercanias (ABREU, 2013, p. 26).

O Estado do Rio de Janeiro vai se tornando então um concentrador de força de trabalho, pois é onde a circulação de mercadorias e a acumulação de capital apresentam crescimento gigantesco. De acordo com Costa (2009), a expansão industrial passa, então, a acontecer a partir da metrópole em direção a outros municípios, a procura de terrenos maiores e mais acessíveis, mão-de-obra farta e barata, incentivos e uma rede de comunicação eficiente, de rápida e fácil ligação com a metrópole. Como exemplo, o autor cita: a expansão industrial da metrópole carioca em direção a Duque de Caxias, campo amostral de pesquisa para sua tese, iniciada a partir dos anos 1940, com a instalação da Fábrica Nacional de Motores - FNM; sua intensificação na década de 1960, com a implantação do complexo Refinaria Duque de Caxias – Fábrica de Borracha Sintética / REDUC-FABOR. Ademais, observamos que, neste período, a localização industrial ocorre primordialmente ao longo da Avenida Brasil e das rodovias (Presidente Dutra e Washington Luiz).

pela municipalidade. Com a falta de terrenos adequados ao uso industrial na metrópole e com o processo de valorização da terra, as indústrias passaram a buscar áreas próximas à capital, especialmente junto aos eixos rodoviários, cujo acesso e ligação com o centro e demais regiões fossem fáceis e rápidos (NASSIF 2013). A distância, com o desenvolvimento da rede de comunicação, seria compensada por melhores condições de instalação (COSTA, 2009).

Ainda em relação à descentralização da indústria, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no Vale do Paraíba, em Volta Redonda (inaugurada em 1941), atraiu inúmeras novas plantas industriais para a região, tanto do setor metalúrgico, quanto do setor de bens de consumo¹⁹⁵. De acordo com Nassif (2013), também contribuiu para esse processo de descentralização da indústria a abertura da atual BR-116, a Via Dutra, inaugurada em 1951, e da Avenida Brasil, em 1946, fatores fundamentais de espalhamento das indústrias, tendo a Baixada Fluminense sido bastante beneficiada por este processo¹⁹⁶. Importa destacar que, para todo o processo de descentralização e expansão através do território, houve um desempenho por parte do Estado Nacional.

Sobre a constituição institucional da região metropolitana, observa-se que em sua composição há 21 municípios¹⁹⁷. Mas quando consideramos as mudanças econômicas contemporâneas, para Nassif (2013), logo se observa uma nova rede de relações e a redefinição de seus limites para efeito de análise dos novos processos produtivos. Isso é exemplificado com a inclusão recente do Município de Rio Bonito à região metropolitana do Rio de Janeiro (de acordo com notícias veiculadas em jornal local).¹⁹⁸

Algumas premissas que servem de ponto de partida para os estudos de Abreu (2013) sobre o Rio de Janeiro podem ser consideradas importantes também para o breve levantamento ora apresentado:

¹⁹⁵ Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina e uma das maiores do mundo. Sua usina situa-se na cidade de Volta Redonda, no médio Paraíba, no sul do estado do Rio de Janeiro. A CSN foi criada durante o Estado Novo por decreto do presidente Getúlio Vargas, após um acordo diplomático, denominado Acordos de Washington, feito entre os governos brasileiro e estadunidense, que previa a construção de uma usina siderúrgica que pudesse fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, na paz, ajudasse no desenvolvimento do Brasil. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Siderurgica_Nacional. Acesso em Março/2015. Essa indústria foi privatizada durante o governo do Presidente Sarney, em 1993, após investimentos e processo conturbado de protestos, com divisão entre os trabalhadores (Cf. FREIRE, 1998).

¹⁹⁶ A Via Dutra é considerada a rodovia mais importante do Brasil, não só por ligar as duas metrópoles nacionais, mas por atravessar uma das regiões mais ricas do país, o Vale do Paraíba, e ser a principal ligação entre o Nordeste e o Sul do Brasil. A Avenida Brasil atravessa 28 bairros, fazendo importantes ligações com importantes rodovias: a BR-040 (Rio-Belo Horizonte), a Via Dutra e a BR-101, tanto no sentido norte (direção Espírito Santo), quanto no sentido sul (Rio-Santos).

¹⁹⁷ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é constituída no momento de 21 municípios. Desde 27/12/2013, data da publicação da decisão no Diário Oficial, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu se juntaram aos outros dezenove municípios que compõem a Região Metropolitana (Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí). Informações disponíveis em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Região_Metropolitana_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em 23/06/2015.

¹⁹⁸ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também conhecida como Grande Rio, foi instituída pela Lei Complementar nº20, de 1º de julho de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, unindo as então regiões metropolitanas do Grande Rio Fluminense e da Grande Niterói. Com 11.812.482 habitantes (IBGE/2008), é a segunda maior área metropolitana do Brasil, terceira da América do Sul e 20ª maior do mundo (Censo 2010).

[...] a estrutura atual da Área Metropolitana do Rio de Janeiro se caracteriza pela tendência a um modelo dicotômico do tipo núcleo-periferia, onde a cidade dos ricos se contrapõe àquela dos pobres; isto não se deve apenas às forças de mercado. Tal estrutura, também seria função do papel desempenhado pelo Estado no decorrer do tempo, seja através da criação de condições materiais que favoreceram o aparecimento desse modelo dicotômico, seja mediante o estabelecimento de políticas que, embora objetivamente muitas vezes regular conflitos entre o capital e o trabalho sempre acabaram sendo benéficas àquele e em detrimento deste (ABREU, 2013, p. 11).

Conforme evidencia Abreu ao falar sobre o Rio de Janeiro, “na atualidade, é apenas a expressão mais acabada de um processo de segregação das classes populares que vem se desenvolvendo no Rio há bastante tempo” (Ibid., p. 11). Presume-se que, ainda que, variando em forma e conteúdo, a atuação do Estado sobre a produção e reprodução destas relações sociais no contexto urbano do Rio de Janeiro, através do tempo, pouco tenha diferido daquela que é verificada hoje. Em outras palavras, “o Estado teria contribuído, de forma constante, para a criação do modelo espacial dicotômico que hoje caracteriza a metrópole carioca” (2013, p. 11).

Com o desenvolvimento industrial no Rio de Janeiro no período do desenvolvimentismo brasileiro na década de 1950, a migração de capitais para outros setores de ponta e o surgimento de uma economia de escala no Brasil, o setor industrial foi obrigado a promover mudanças na sua estratégia fabril e se adaptar aos novos tempos. Conforme análise de Oliveira (2006), “a incessante busca por uma produtividade do trabalho – via técnica – cada vez maior, passa a ser o comandante do leme do processo de acumulação do capital da empresa”.

Ao mesmo tempo, algumas regiões do país se destacaram nesse período, como indicam diversos estudos, como fornecedora de mão-de-obra, por encontrar-se com uma modesta movimentação econômica, tendo como caso exemplar a região Nordeste, conforme abordado por Santos (2006) em seus estudos sobre migração.

Por outro lado, na década de 1960, tentando retomar parte do dinamismo perdido pela atividade industrial na Guanabara (atual município do Rio de Janeiro), o Governador Carlos Lacerda criou o distrito industrial de Santa Cruz, atraindo empresas como a Cosigua (do Grupo Gerdau), White Martins e a Casa da Moeda do Brasil, entre outras, tendo criado também o distrito industrial da Avenida Brasil, conforme Nassif (2013).

No período pós-1964, o modelo em vigor no país objetivou alcançar eficiência econômica em todos os setores de atuação, mesmo que a altos custos políticos e sociais. A atuação do Estado tomou um cunho altamente empresarial, evidenciando uma preocupação máxima com o retorno de seus investimentos. Como reflexo dessa postura, as políticas e

investimentos públicos, associados ou não ao capital privado, privilegiaram apenas os locais que asseguravam retorno financeiro ao capital investido, ou seja, as áreas mais ricas da cidade (Ibid., p. 11). *A partir de 1964*, o Estado passa a ser palco de *grandes obras* (Cf. Abreu, 2013, p. 30)

Porém, é a partir deste período, que o núcleo metropolitano passa a ser palco preferido de grandes melhoramentos urbanos, realizados tanto pelo Governo Federal como Estadual. Nesse processo, *as grandes obras*, como túneis, viadutos e autopistas, reforçaram o contraste entre este núcleo e as periferias metropolitanas (Abreu, 2013, p. 30), além de outras, como grandes sistemas de abastecedores de água e o interceptor oceânico.

A partir da segunda metade da década de 1970, o Rio de Janeiro entrou em um novo processo de decadência econômica bastante acentuada¹⁹⁹. Entre as causas desse processo podemos apontar: a transferência da capital para Brasília e não-realização dos investimentos prometidos pelo governo federal; a criação do Estado da Guanabara, que deixou o Estado do Rio completamente órfão de inúmeros recursos; mas, de fato, todo esse processo evidenciou os reflexos da grande crise do capital²⁰⁰

Entretanto, segundo a análise de Motta (2001), a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio, implantada a partir de março de 1975, constitui um importante impulsionador de interesses econômicos e políticos. De acordo com essa autora, esse “casamento na polícia”, para o governo do Estado do Rio de Janeiro, acabaria por comprometer a integração entre a Guanabara e o antigo Estado do Rio e, por consequência, o futuro desenvolvimento do novo estado. As propostas então vêm e volta, tais como o retorno da capital do país para o Rio de Janeiro, a *desfusão*, com a recriação da Guanabara, ou, ainda, a transformação da cidade em um “ente federativo”²⁰¹. Essa, aliás, seria a principal mola detonadora de uma demanda pela desfusão que tomou de assalto as páginas dos jornais cariocas na virada de 1996 para 1997²⁰².

¹⁹⁹ Para aprofundamento sobre quais são as raízes, as causas desse fracasso? ver Oliveira (2003).

²⁰⁰ Para a aprovação da lei da fusão – Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974 –, de acordo Motta (2001), pesaram vários argumentos, entre outros, o alegado esvaziamento da economia carioca; a intenção, calcada na geopolítica, de formar um estado forte no centro-sul para contrabalançar com São Paulo e Minas Gerais. É certo porém que foi a conjuntura favorável o elemento mais decisivo, sendo central a questão sempre polêmica da distribuição das receitas tributárias, que coloca ainda mais água no moinho daqueles que entendem que, “com a desfusão, a Guanabara voltaria a arrecadar tributos estaduais e municipais, e o Estado do Rio teria amplas perspectivas econômicas, como as da exploração do petróleo”.

²⁰¹ Conforme Motta (2001), transformada em cidade-estado, sem municípios – portanto, um ente federativo muito especial – a Guanabara conservou a maior parte das funções de principal centro político do país, tornando-se o que se pode chamar de *estado-capital*.

²⁰² Enquanto a Guanabara aparece na memória política carioca como uma “idade de ouro” – daí, inclusive, a recuperação de Carlos Lacerda, primeiro governador do antigo estado, como patrono das três últimas eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro –, os municípios do Norte Fluminense, enriquecidos com o petróleo,

Foram muitas as razões que contribuíram para a demanda de *desfusão*: a transferência para Brasília de inúmeros órgãos federais, esvaziando parte da economia do estado; *a crise econômica internacional que se arrastou por boa parte da década de 1980*, com reflexos profundos e duradouros na economia brasileira; o elevado endividamento externo do país e dos estados, maximizado pela subida dos juros internacionais e a conseqüente dívida externa, a partir de 1979 (ou dívida pública como atualmente denominada); as sucessivas más administrações, sem projetos concretos e de longo prazo para o Estado; o arrocho salarial da classe média, a elevação do desemprego e o declínio na formação profissional, relacionados entre si; a decadência da indústria naval e a privatização da navegação de cabotagem (no processo de privatização da indústria naval); a conseqüente ampliação da pobreza, com suas expressões de favelização excessiva, a expansão do crime organizado e a precarização de áreas como a Zona Norte do município do Rio de Janeiro.

De fato, a recuperação do processo de acumulação só começou, ainda que timidamente, na segunda metade da década de 1990, com a construção da Volks Caminhões em Resende (comprada pela MANN, em 2009). Daí em diante, outras plantas industriais foram sendo atraídas aos poucos para o Estado (Cf. NASSIF, 2013).

Porém, foi a partir de 2003 que o governo federal começou a tomar iniciativas no sentido de revitalizar de vez o parque industrial do Rio de Janeiro, levando em conta suas perspectivas de, a médio prazo, estimular o crescimento industrial do país. O Estado entrou na lista de prioridades por seu significado histórico, por ser o segundo polo industrial brasileiro e pela localização privilegiada, além de possuir uma boa infra-estrutura e *a maior parte das reservas de petróleo do Brasil*. Mesmo com as dificuldades de relacionamento com a governadora, destituída desta visão, vários projetos foram elaborados. A partir de 2007, uma série de projetos começou a ser implantada.

Atualmente, no raiar do século XXI, há inúmeros projetos industriais nos mais variados estágios de implantação e as perspectivas apontadas são de que, nos próximos quatro anos, o Rio de Janeiro reafirme sua importância histórico-econômica no cenário nacional²⁰³.

Já em 2008, a despeito da crise internacional, os Indicadores Industriais da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que representa a burguesia empresarial fluminense, apontaram avanço positivo em todas as variáveis da indústria da transformação

defendem a volta do antigo Estado do Rio para não ter que repartir benefícios. Segundo Giannotti (2007, p. 176) “o governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, principal porta-voz da direita, alertava diariamente contra o perigo comunista e apelava, de forma declarada, por uma intervenção militar”.

²⁰³ Sobre este tema, ver Nassif (2013)

fluminense, pelo segundo ano consecutivo, tais como “vendas reais, pessoal ocupado, massa salarial e horas trabalhadas”, conforme afirma Patrick Carvalho, chefe da Divisão de Estudos Econômicos do Sistema dessa Federação²⁰⁴.

Sobre as possibilidades de reação da classe trabalhadora, o processo histórico que acabamos de apresentar sobre o desenvolvimento industrial fluminense e sua apropriação da força de trabalho deixou claro que motivos não faltaram. O tratamento dos trabalhadores como meras mercadorias a serviço dos interesses dos donos dos meios de produção, a desvalorização do trabalho vivo, dentre outros fatores, são focos de resistências e lutas. Gianotti (2007) demonstra o quanto o Rio de Janeiro foi referência nacional de organização e de lutas da classe trabalhadora. Por exemplo, segundo o autor, a primeira greve organizada da qual se tem notícias, no Brasil, foi a dos gráficos de três jornais diários do Rio de Janeiro, em 1858, “os gráficos da capital pararam por uma semana e, no segundo dia de greve, imprimiram o seu próprio jornal: o Jornal dos Tipógrafos” (Ibid, p. 57). Outra experiência ocorreu em 1918, quando uma greve geral no Rio de Janeiro que adquiriu caráter de insurreição. Mais de vinte mil têxteis, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil cruzaram os braços. De acordo com Gianotti (2007, p. 70), “a burguesia responde com uma violentíssima repressão. Mata trabalhadores em manifestações e expulsa as lideranças, compostas principalmente por imigrantes acusados de ser ‘agitadores’”. Desse modo, diante da desigualdade do desenvolvimento inerente ao capitalismo, alguns ramos industriais ultrapassam outros e tendem a extravasar os limites da antiga região de relações econômicas (LÊNIN, 1985, p. 370).

De modo geral, muitas outras informações poderiam ser tratadas neste estudo sobre o processo de industrialização no Estado do Rio de Janeiro e a participação da classe trabalhadora. Como nosso objetivo aqui é discorrer brevemente, tivemos que abdicar de várias outras mediações que enriqueceriam nossa pretensão nessa investigação. Contudo, a abordagem sobre dois importantes setores da indústria fluminense, a petroquímica e a construção civil, serão contemplados em seções específicas, dada sua relação direta com o objeto de pesquisa.

²⁰⁴ FIRJAN. Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/Symnetics/mapa-do-desenvolvimento-do-estado-do-rio-de-janeiro-firjan>. Acesso em: 17 mar. 2015.

3.1.3. A expansão da rede ferroviária na dinâmica capitalista fluminense

Como novidade tecnológica da era industrial, a rede de estradas de ferro e de rodagem foi criada tendo em vista agilizar o transporte de mercadorias, dentre elas, a da força de trabalho em seu deslocamento aos locais de trabalho. Esse tema recebe especial atenção em nossa análise sobre o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, considerando sua importância, tanto no processo de acumulação do capital, como também na formação social da região sobre a qual nosso objeto se circunscreve.

No contexto do avanço do capitalismo e de suas estratégias de expansão, de acordo com Moisés e Martinez-Alier (1978), o surgimento do trem é considerado um dos maiores avanços técnicos da era industrial no século XIX, tendo as primeiras estradas de ferro inglesas sido inauguradas na década de 1820.

Para demonstrar o crescimento da rede ferroviária e sua importância estratégica para fazer prosperar o mercado interno, Lênin utiliza em sua análise os dados sobre a Rússia, sustentando que a ferrovia é uma expressão das oscilações do capitalismo²⁰⁵. A verdade é que, segundo o autor,

numa sociedade capitalista, o consumo (por habitante) de metal, carvão etc. não é nem pode ser estável, mas cresce necessariamente. Cada vez que a rede ferroviária é ampliada, cada vez que se abre uma nova oficina, cada vez que um burguês rural compra um novo arado de ferro, a demanda de produtos siderúrgicos aumenta (LÊNIN, 1985, p. 314).

Assim, ao tomar a expansão da rede ferroviária como indicador para o crescimento, Lênin conclui que o número de *verstas* ferroviárias construídas variou conforme os períodos e essas oscilações, enfatiza ele, “revelam com nitidez o quanto é indispensável ao capitalismo um enorme exército de reserva de desempregados, já que a demanda de operários ora cresce, ora decresce” (ibid., p. 347).²⁰⁶ Lênin faz uma distinção entre o transporte ferroviário de mercadorias e o de passageiros, indicando ao mesmo tempo sua correlação no aspecto da rapidez e do crescimento em relação à expansão do mercado econômico interno, que, no contexto de seus estudos, referia-se ao capitalismo da Rússia.

²⁰⁵ Desse modo, Lênin fornece os seguintes dados para ilustrar uma ideia de rapidez do crescimento: “entre 1865 e 1890, a rede ferroviária russa passou de 3 819 km para 29 063 km, ou seja, aumentou mais de 7 vezes. Na Inglaterra, o tempo necessário para um progresso semelhante foi mais longo (4 082 km em 1845, 26 819 km em 1875 – 6 vezes) e, na Alemanha, foi mais breve (2 143 km em 1845, 27 981 km em 1875 – 12 vezes)”. (LÊNIN, 1985, p. 347).

²⁰⁶ Ainda sobre o crescimento das ferrovias russas, Lênin analisa que elas conheceram dois períodos de grande expansão: “no fim dos anos 60 (e início dos anos 70) e na segunda metade dos anos 90. Entre 1865 e 1875, o crescimento médio anual foi de 1 500 km e, entre 1893 e 1897, de 2 500 km” (Op. cit., p. 347).

Como diria Lênin, em repetidas vezes, “retornemos ao que importa”. No Brasil, quase duas décadas mais tarde ao surgimento das primeiras estradas de ferro inglesas, foi sancionada a lei que garantiu incentivos às companhias para que construíssem estradas de ferro que ligassem o Rio de Janeiro às províncias de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.²⁰⁷ Na observação dos autores Moisés e Martinez-Alier (1978), “no Brasil, o transporte ferroviário, irmão gêmeo da Revolução Industrial e até hoje opção maior de transporte em todos os países desenvolvidos, é o filho enjeitado do Ministério do Transporte” (Ibid., p. 26).

No caso brasileiro e fluminense em especial, por exemplo, diversos foram os fatores que estimularam o desenvolvimento da industrialização, onde a ferrovia, inicialmente, teve uma função relevante. De acordo com Ianni (2015, p. 20), “a rede de estradas de ferro e de rodagem, que se abriu atrás da invasão cafeeira, constituía raízes bastante profundas para uma permanência do progresso, as facilidades de comunicação compensando os rendimentos mais fracos”

Porém, se, até os anos 1950, as indústrias se localizavam quase exclusivamente ao longo das ferrovias, a partir do fim do decênio de 1950²⁰⁸, as rodovias começaram a substituí-las. A importância do transporte ferroviária é dada pelo fato de que mais da metade das pessoas que usam qualquer forma de transporte coletivo viaja de trem. Porém, apesar de seu papel crítico para garantir o funcionamento e a expansão dos dois grandes centros industriais do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, constata-se que sua precariedade aumenta de ano a ano. É o que os autores Moisés e Martinez-Alier (1978, p. 20) apresentam em seu estudo sobre a revolta dos suburbanos em relação aos trens, tendo por situação concreta constitutiva do cotidiano das classes populares a “vaga de quebra-quebras e depredações de trens de subúrbios e ônibus”, que parece ter se iniciado quase às vésperas da avalanche de protestos em que, segundo os autores, resultaram as eleições parlamentares de novembro de 1974²⁰⁹.

²⁰⁷ A partir dessa lei, sancionada pelo Regente Feijó em 1835, a primeira ferrovia brasileira só foi inaugurada, em 1854, com 14,5 km de extensão e ligava o Porto de Mauá, em Magé, na Baía de Guanabara, à Vila do Frágoso, em Petrópolis. A partir de então, várias companhias construíram seus ramais que foram sendo incorporados à Estrada de Ferro Leopoldina em finais do século XIX (REZNIK et al., 2013, p. 481)

²⁰⁸ A ferrovia é também outro aspecto importante a ser considerado na implantação da fábrica em Bangu. Sem dúvida, a estrada de ferro foi um fator diferenciador da Fábrica Bangu em relação às demais fábricas têxteis do Distrito Federal na mesma época. Na paisagem de Bangu e para todos que ali viveram ou passaram, a ferrovia tornou-se juntamente com a imponente presença da fábrica, um elemento identificador do lugar e indissociável da vida cotidiana daquela população integrada ao “sistema Bangu”. (OLIVEIRA, 2006, não paginado)

²⁰⁹ O perfil dos usuários de trens na década de 1970, segundo Moisés e Martinez-Alier (1978, p. 24-25) é de uma população que se fixou nos subúrbios dos grandes centros urbanos nas últimas décadas. Com dados quantitativos, os autores demonstram alguns indicadores que caracterizam a população em estudo.

As hipóteses dos autores referem-se primeiramente aos exemplos clássicos de “explosões espontâneas de massas populares submetidas a condições demasiadamente adversas para a manutenção de um nível, quando menos, ‘aceitável’, segundo os padrões socialmente sancionados, para a sua reprodução” (1978, p. 20). A outra hipótese importante diz respeito às condições políticas em que tais irrupções ocorrem, dadas as condições históricas de mais de uma década de autoritarismo, durante a qual até mesmo os mais tênues movimentos reivindicatórios da classe operária foram reprimidos²¹⁰.

De acordo com esses autores, os técnicos da Central do Brasil reconhecem que “os trens são poucos para o número de pessoas que precisam deles”²¹¹. Os autores demonstram ainda que “além da superlotação, e, provavelmente, em parte como causa dela, os trens estão sempre parando por causa de curto-circuitos nos painéis das locomotivas ou problemas com o sistema de sinalização dos ramais” (MOISÉS E MARTINEZ-ALIER, 1978, p. 24). Para os autores, este quadro dramático dos serviços de transportes suburbanos ilumina um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento capitalista no Brasil. Esse contexto leva a uma dilapidação da força de trabalho com consequências mais trágicas:

[...] por uma parte, os cada vez mais frequentes descarrilamentos e colisões de trens, resultam em alto número de mortos e feridos; e, por outra, os permanentes acidentes dos chamados ‘pingentes’, ou seja, usuários que, por falta de dinheiro ou de espaço, viajam pendurados nas portas e até nos tetos do trem, para chegar em tempo no seu emprego ou retornar à casa depois de um dia de trabalho, pondo em risco a própria vida (MOISÉS E MARTINEZ-ALIER, 1978, p. 26).

Se de um lado há a reação dos usuários, por outro há a dos empresários que, frente a este estado que os autores chamam de “calamitoso”, ao invés de pressionarem os órgãos oficiais responsáveis para a garantia de uma melhora nos transportes,

reduz-se a penalizar os próprios usuários, mediante descontos por tempo perdido e até demissão: quem atrasa não ganha, daí que nas palavras de um usuário, ‘o que faz o pessoal quebrar trens e estações são os atrasos, pois a maioria sabe que, se não chegar na hora, perde o domingo’ (Ibid., p. 27).

Por fim, nos chama a atenção em relação à análise dos autores, a questão da política global de transportes, que

²¹⁰ Esta hipótese girava em torno do significado dessas repentinas explosões de furor popular contra os frequentes atrasos dos trens suburbanos, os numerosos acidentes mortais que ameaçavam os seus usuários e a elevação dos preços das passagens, que levaram, naqueles três anos, parcelas significativas das massas suburbanas das regiões do grande Rio (Baixada Fluminense), da grande São Paulo e das “cidades-satélites” de Brasília a se manifestarem com o uso da violência. Segundo Moisés e Martinez-Alier (1978) “essas massas, como se sabe, servem-se dos serviços da Rede Ferroviária Federal, da Fepasa e das companhias privadas e públicas de ônibus para se deslocar de seus locais de moradias a seus locais de trabalho, onde ganham a vida, vendendo a sua força de trabalho” (Ibid., p. 20).

²¹¹ Moisés e Martinez-Alier revelam que “enquanto que entre 1964 e 1975 o número de usuários da Central do Brasil, no Rio, subiu de 480 mil para 700 mil, transportados em 480 vagões que realizam 715 viagens diárias, as condições da própria rede, assim como o parque de vagões disponíveis, pioraram de ano a ano (MOISÉS E MARTINEZ-ALIER, 1978, p. 24).

[...] favorece projetos de prioridade duvidosa e utilidade social limitada, tais como a construção da ponte Rio-Niterói; e é promovida a expansão da rede rodoviária apesar de, por exemplo [...] o transporte rodoviário de carga ser 30% mais caro que o ferroviário, circunstância que se torna mais grave nas atuais condições de alta do preço do petróleo (Ibid., p. 28).

No contexto do Leste Fluminense do Estado, o trem tem também uma importância estratégica e histórica inigualável, tendo sido fator de formação social e econômica em toda a região de Itaboraí. Em função da substituição gradativa dos transportes fluviais pelos ferroviários, a partir de 1960, foi inaugurado neste mesmo ano o primeiro trecho de Estrada de Ferro de Cantagalo, que ia de Porto das Caixas a Cachoeiras de Macacu. O distrito de Porto das Caixas, na atualidade, constitui um distrito de Itaboraí no qual estão sendo construídas as obras da sede do Comperj, cujo caso é analisado nesta tese.

Segundo os dados da Agenda 21 de Itaboraí, desde os princípios do século XVIII, a povoação de Porto das Caixas se destaca, por ser o local em que tropeiros que cruzavam a região se estabeleciam para pouso às margens do rio Aldeia. O povoado que aí se fixou tornou-se rapidamente um dos mais importantes entrepostos de escoamento de produção agrícola local da Vila de Santo Antônio de Sá e de outras regiões do entorno para o Rio de Janeiro e outras capitais através de seu porto de rio. Assim se manteve durante todo o século XIX, fazendo a ligação entre a Corte e Niterói e as regiões do Recôncavo da Guanabara, do centro e do noroeste da província do Rio de Janeiro.

Também de acordo com os dados da Agenda 21 de Itaboraí, no primeiro trecho da ferrovia, inaugurado em 1868, localizavam-se as estações de Niterói e Porto das Caixas. Em 1874, foi inaugurada a Estrada de Ferro-Carril Niteroiense, partindo de Muruí, em Niterói, até Porto das Caixas. A construção dessa ligação ferroviária inicialmente consolidou a importância econômica deste distrito de Itaboraí, pois recebia toda a produção de gêneros do Norte Fluminense pela ferrovia e as enviava em embarcações pelo rio Aldeia até o rio Macacu e, deste, para o Porto do Rio de Janeiro, para ser comercializado (REZNIK et al, 2013)²¹².

No entanto, a construção posterior do prolongamento da ferrovia foi uma das principais causas do declínio da Vila São João de Itaboraí, agravado pela libertação dos escravos, o que levou muitos fazendeiros à falência²¹³. Desse modo, a ferrovia passou a

²¹² De acordo com esses autores, outros caminhos abertos para o deslocamento na região e para além dela são as linhas férreas. Interligando as cidades, as linhas férreas eram fundamentais para as relações entre os núcleos urbanos. Assim como as linhas de ferro estruturavam a paisagem, as estações eram elementos importantes na configuração de núcleos urbanos.

²¹³ Agenda 21 Itaboraí, p. 51.

representar também, posteriormente, o declínio econômico para a região de Porto das Caixas, em Itaboraí, porque o prolongamento da estrada de ferro até Rio Bonito retirou-lhe o privilégio de porto de embarque e desembarque de mercadorias, que a levou à decadência²¹⁴.

Portanto, o fato de a região ser cortada pelo leito da antiga Estrada de Ferro da Leopoldina, constitui um fator histórico determinante na sua formação social²¹⁵. As estações de Sant'Ana (de 1860) e de Cachoeiras de Macacu (de 1873) integraram esse processo.

A rede ferroviária e suas estações alteraram a paisagem quando foram destruídas, com os novos processos de deslocamento de pessoas, animais e coisas indicando outros meios de transporte, modos de comunicação e de viver. A renovação e a deterioração desse conjunto de edifícios e espaços não deixam de afetar a paisagem (REZNIK et al, op. cit., p. 24).

O problema de conservação dos trens repercute também em outras partes da região, não ocorrendo, portanto, somente com as revoltas dos suburbanos da Central do Brasil. Três outros fatos ilustram isso. São os apresentados por Reznik et al (2013, p. 483): 1) em outubro de 1926, a União Agrícola de Itaboraí fez uma representação ao governo fluminense contra a Leopoldina por problemas no transporte da produção local, citando especialmente as localidades de Venda das Pedras e de Tanguá; 2) um acontecimento que marcou a memória coletiva local, ligado à história da Estação, foi um acidente ocorrido em abril de 1950; amplamente noticiado pela imprensa nacional, é considerado, até hoje, o quarto maior desastre ferroviário da história brasileira; 3) no dia 5 de abril de 1950, a locomotiva 339 partiu da cidade do Rio de Janeiro com destino a Campos dos Goytacazes; chovia torrencialmente e, ao chegar à ponte de Tanguá, a estrutura metálica rompeu, tendo vários vagões descarrilado e caído dentro do rio Casseribu. A imprensa da época levantou várias hipóteses para o desastre: a superlotação dos vagões, a falta de conservação da ponte, o desvio do rio que criou uma barragem que não suportou o volume de água da chuva. O desastre totalizou 110 mortes.

Na região, a Estrada de Ferro deixou de fazer transporte de passageiros em 1980, ocupando-se a partir daí somente com transporte de cargas que, atualmente, já não opera mais.

Se em Guapimirim a estação ferroviária permanece sendo usada para o mesmo fim que motivou sua construção, em outras cidades, as estações foram desativadas, com o declínio e até mesmo a extinção do transporte ferroviário na região, tendo a de Tanguá sido adaptada para abrigar a sede da Secretaria de Turismo e Cultura municipal e a Biblioteca Municipal Mário Lago (REZNIK et al, 2013, p. 24).

²¹⁴ Segundo Reznik et al (2013, p. 481), “pela política de aquisição de outras linhas ferroviárias, a Estrada de Ferro Leopoldina tornou-se uma das maiores empresas do setor na Região Sudeste, sendo detentora de linhas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. O ramal litoral ligava Niterói a Vitória, no Espírito Santo”.

²¹⁵ Atualmente, o principal acesso à cidade é realizado através da BR-101 (Rio-Campos) que alcança Itaboraí, a oeste, e Rio Bonito, a leste e, mais recentemente, pelo Arco Metropolitano.

Na atualidade dos anos 2000, a situação dos trens não está muito diferente. Diariamente a imprensa está noticiando diversas situações. De um lado, a precarização do transporte com narrações do tipo: saída de trem completamente escuro e sem ventilação, cheio de baratas, trem velho, trem que descarrilou, trem atrasado porque parou p'ra manutenção, trem que não tem como abrir janelas, problemas na fiação etc. Por outro lado, mostrando os empresários do setor informando que os trens circulam com padrões internacionais, mas que, na verdade, o problema é que, na maioria das vezes, a própria população estraga o serviço. Ou seja, colocam na conta dos trabalhadores a responsabilidade, inclusive, indicando que não há uma locomotiva que não tenha sido vandalizada²¹⁶. Frente a esse quadro muitos movimentos sociais são constituídos em torno da luta pelo direito à qualidade do transporte ferroviário. Nos municípios da Baixada Fluminense há fóruns populares para debates, denúncias e diálogos com os órgãos públicos em torno dos problemas que se agravam. Do ponto de vista dessas organizações populares, a situação de calamidade vivida pelos usuários que trafegam em transportes remetem aos navios negreiros, com chicotada e tudo.

E não são somente os usuários que reagem à insatisfação com relação às condições dessa rede de transporte. Os trabalhadores ferroviários também expressam sua insatisfação com relação às condições de trabalho. Gianotti (2007), ao analisar a história das lutas dos trabalhadores no Brasil, registra que a primeira greve dessa categoria profissional da base do Rio de Janeiro ocorreu em 1863. Em sua pauta constava o aumento de salário e melhores condições de trabalho²¹⁷. Após 60 anos, outra significativa paralisação ocorre. Dessa vez, os trabalhadores da Estrada de Ferro da Leopoldina param para se juntar à onda de greves, a partir da greve geral iniciada em 1917 que se estendeu a outras cidades do país e envolveu diversas categorias profissionais. A pauta geral de então era bastante similar às atuais: aumento de salário, 8 horas de trabalho, descanso remunerado aos domingos, regulamentação do trabalho de mulheres e de menores, e liberdade de organização operária.

²¹⁶ Um relato crítico de um usuário anônimo, capturado em página de usuários de trens do Rio de Janeiro, em rede sociais, expressa a denúncia às condições desta segunda década do século XXI: "hoje foi um dia especial: quero agradecer à Odebrecht Transport S.A., acionista majoritário da empresa Supervia que administra a malha ferroviária do Estado do Rio de Janeiro, e à diretoria da própria Supervia. Em especial, à gerência de tráfego que administra tão bem os intervalos dos trens. Quero parabenizá-los pelos seus constantes atrasos, o desrespeito com os cidadãos que são "clientes", pela precariedade do serviço, das estações, dos trens, das informações, da educação de alguns funcionários, pela indiferença com a opinião dos clientes e suas reivindicações [...]. E caberiam aqui tantos adjetivos que infelizmente passaria o limite de caracteres".

²¹⁷ De acordo com Gianotti, "em 1890, um decreto governamental concede o direito à aposentadoria aos empregados das estradas de ferro federais. Na verdade, essas primeiras leis não eram aplicadas e os trabalhadores não tinham onde reclamar" (2007, p. 58).

Estas são, em forma breve, alguns das principais características da expansão da rede ferroviária, presente nas relações de produção e desenvolvimento do capitalismo em terras fluminenses. Nessas relações, as expressões da “questão social” se apresentam sob formas diversas. Mas centralmente constituem as condições de contingentes integrantes da força de trabalho ativa ou do exército industrial de reserva do capitalismo no Brasil, que se encontra subordinada às condições impostas pelo processo de acumulação intensificado desde o pós-1964.

3.1.4. Importância do setor de petróleo para a economia do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro, conforme já contextualizado anteriormente, foi o berço das primeiras formas institucionais capitalistas no Brasil e, ao lado de São Paulo, passou a ser a vanguarda no processo de industrialização no país até a metade da década de 1970, sob os efeitos da crise marcada pela *primeira recessão generalizada* da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial (MANDEL, 1985), quando entrou em um processo de decadência econômica bastante acentuada. Conforme Abreu e Pessanha (1994), “o Rio de Janeiro perdeu sua posição de segunda economia do país, viu seu parque industrial envelhecer e tem hoje [início da década de 1990] um mercado de trabalho altamente segmentado”.

O que segurou o Estado ao longo desse processo de decadência econômica foi a difusão das atividades ligadas ao petróleo na região Norte Fluminense, que passaram a render *royalties* volumosos para o estado e municípios sob sua influência²¹⁸. Tais atividades também atraíram inúmeras empresas de suporte para a região, passando o Estado a destacar-se por uma série de significativos investimentos pela Petrobrás. O setor petrolífero alcançou o *status* de setor mais importante, que vem gerando a maior parte das receitas do Estado, seja através dos impostos e dos *royalties*, seja devido às exportações. De acordo com o estudo sobre as

²¹⁸ Com base nos dados do Observatório Urbano do Rio de Janeiro e da Agência Nacional de Petróleo, os Municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e Rio das Ostras, recebem Participações Especiais resultantes da alta produtividade dos campos de extração de petróleo Marlin (400.000 barris/dia) e Albacora (180.000 barris/dia). A Agência Nacional de Petróleo (ANP) espera que, num futuro próximo, este número cresça para um universo de 12 campos de extração de petróleo, na mesma Bacia de Campos.

potencialidades de controle social em processo de licenciamento ambiental, do Ibase (2011, p. 3), é neste panorama “que o Rio de Janeiro, desde 2006, com PIB de 275 bilhões, é a segunda maior [economia] do país, em termos de produto interno bruto, tendo correspondido a 11,6% da produção nacional naquele ano. O estado é o maior produtor de petróleo e gás natural do país”.

Entretanto, a recuperação do processo de acumulação no Estado só foi iniciada, ainda que timidamente, na segunda metade da década de 1990. Contudo, a partir de 2003, o Rio de Janeiro entrou na lista de prioridades do governo federal no sentido de revitalizar seu parque industrial, o que contribuiu para dinamizar seu processo de retomada econômica e reposicionamento no cenário nacional. Dentre os vários fatores que determinaram essa escolha, foi considerado, em sua justificativa, o fato de o Estado possuir uma boa infraestrutura e a maior parte das reservas de petróleo do Brasil.

A expansão da exploração e produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, portanto, foi o ponto de partida para a superação da sua trajetória de crise. A exploração de petróleo e gás passou a ser considerada uma espécie de ‘injeção de ânimo’ na economia do Estado, reforçado pela elaboração do novo marco regulatório do petróleo, em meados dos anos 1990, estimulando a dinamização econômica de algumas áreas e aumentando as receitas brutas do Estado. No site oficial da Petrobras, esse processo é enfatizado: “atravessamos desafios que um dia pareciam impossíveis, como as águas profundas da Bacia de Campos, nos anos 1970. Hoje, a produção do pré-sal, em águas ultraprofundas, já é uma realidade consolidada”.

Conforme abordado no segundo capítulo, no momento, no Brasil, existem três polos petroquímicos em funcionamento: Capuava/SP, Camaçari/BA e Triunfo/RS. Neles estão instaladas três centrais de matérias-primas, denominadas “empresas-mãe”. Além desses três polos, existem novas iniciativas de concentração representadas por dois grandes projetos de investimento no setor: o Polo Petroquímico de Paulínea/SP e o Complexo Gás-Químico do Rio de Janeiro/Bacia de Campos (RJ). A indústria do plástico é o setor que movimenta a maior quantidade de produtos fabricados com materiais petroquímicos. No Rio de Janeiro fica estabelecida a sede da Petrobras, além das seguintes unidades: Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), em Duque de Caxias; os campos exploratórios de gás e petróleo, e das novas bacias

do pré-sal, ambos no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos²¹⁹; e do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), cuja instalação está em andamento no município de Itaboraí. Além disso, há a Refinaria de Manguinhos e o Polo Gás-Químico de Duque de Caxias. De acordo com a FIRJAN, em Relatório do Balanço 2008, o Rio estaria contando com 648 empresas fornecedoras da cadeia de petróleo e novos investimentos estariam sendo planejados para os próximos anos

No Brasil, em função das condições especiais necessárias para a produção das centrais de matérias primas, em vista principalmente das dificuldades técnicas e do alto custo de transporte de seus produtos para longas distâncias, a petroquímica apresenta elevada concentração geográfica das indústrias de segunda geração. Isto se torna outro fator de investimento, ou seja, o da concentração geográfica de indústrias de primeira e segunda geração em polos petroquímicos, normalmente próximos aos locais onde estão instaladas as refinarias da Petrobras, com vistas a promover maior integração de fornecedores e clientes²²⁰. Enquanto que a totalidade das plantas de primeira e segunda gerações frequentemente ficam localizadas nos polos, a maioria das indústrias de terceira geração se apresenta distribuída por outras regiões, mesmo afastadas.

A região dos Municípios Produtores de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro compreende, de acordo com os dados do Observatório Urbano do Rio de Janeiro (OUERJ), os Municípios de: Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra, localizados tanto na Região Norte, quanto na Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a projeção da extensão dos limites territoriais na plataforma continental. No relatório do Balanço/Sistema FIRJAN, o Norte Fluminense vem se desenvolvendo pelo polo atrativo que é Macaé, que concentra 83% da produção de petróleo brasileira. E, agora, temos uma tendência de mais crescimento com o pré-sal”, avalia Francisco Navega, presidente da Comissão Municipal da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Norte Fluminense e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Macaé.

²¹⁹ Segundo o site oficial da Petrobrás, a plataforma FPSO Marlim Sul, no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, é a principal área sedimentar já explorada na costa brasileira. Ela se estende das imediações da cidade de Vitória (ES) até Arraial do Cabo, no litoral norte do Rio de Janeiro, em uma área de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados.

²²⁰ Neste sentido, o Comperj está viabilizando ainda o Arco Metropolitano, obra viária que fará a ligação entre Itaboraí e Porto de Itaguaí – um antigo e importante projeto do estado do Rio de Janeiro que cortará ao todo oito municípios e os principais eixos rodoviários da região. No centro do Arco, no município de Duque de Caxias, há planos de expansão para indústrias como a Riopal e a Reduc.

O relatório do OUERJ, organizado por Honorato (2005, p. 15-6), demonstra que o desenvolvimento da indústria de petróleo nesta região gerou inúmeros impactos. O primeiro deles está diretamente relacionado com o aumento das receitas municipais; o segundo, é que a região, de forma não homogênea, passou a sediar várias atividades econômicas suplementares ou de apoio à indústria de petróleo, tendo como epicentro o Município de Macaé, em primeiro lugar, seguido por Rio das Ostras; um outro impacto manifesta-se nas altas taxas de crescimento populacional, fruto de migrações regionais atraída pelo desenvolvimento das atividades relacionadas à exploração de petróleo e gás na região – mais uma vez com destaque para Macaé – e de uma relativa melhoria dos serviços públicos municipais, fruto do aumento da arrecadação de tributos oriundos do mesmo segmento produtivo. Contando com uma população de 627.259, em 1991, esta evoluiu ao longo da década para 793.075, atingindo, em 2000, uma taxa de 26,44%, muito mais alta do que a do Estado do Rio de Janeiro, com uma taxa de 12,36%, e a do Brasil, de 15,65%²²¹.

O novo marco regulatório do petróleo ocorreu em função tanto da Constituição de 1988, ao atribuir mais competências aos estados e municípios, quanto da quebra do monopólio da estatal na exploração do petróleo e gás a partir da Lei do Petróleo²²². Sobre essa Lei e o Oratório Urbano do Rio de Janeiro (OUERJ), Honorato (2005) apresenta que, em sua formação, a Lei do Petróleo adotou um viés de descentralização fiscal, onde os municípios tiveram grande participação na nova estrutura do setor após 1997.

De acordo com o estudo sobre as potencialidades de controle social em processo de licenciamento ambiental, do Ibase (2011), “o atual modelo de desenvolvimento hegemônico no Brasil, sustentado pela expansão da exportação de *mercadorias*, tem como um de seus pilares o crescimento, a concentração de capitais e a atuação transnacional das grandes indústrias extrativas” (Ibid., p. 3), alinhada ou tendo como justificativa o combate à pobreza e a ideia de progresso/desenvolvimento. Com a “descoberta das enormes reservas de petróleo do Pré-Sal, o Brasil passou a ocupar, também, uma posição de destaque, tendendo a Petrobrás a se tornar não apenas um importante processador, mas também um gigante exportador de petróleo” (Id., *ibid.*).

²²¹ Na tese “Dinâmica socioeconômica do município de Macaé/RJ: uma análise do mercado de trabalho formal após a quebra do monopólio na exploração do petróleo”, de autoria de Márcia da Conceição Silva (2010), há um amplo estudo acerca de Macaé e seu importante papel econômico na retomada do crescimento da economia do Estado do Rio de Janeiro, que se tornou um polo econômico muito forte para a capital. Porém, as contradições do sistema capitalista caminham na mesma proporção que o dinheiro do petróleo; logo, as desigualdades sociais despontam de maneira muito forte e o mercado de trabalho local reflete esta contradição.

²²² Lei nº 9478, de 6 de agosto de 1997.

Antes, porém, do Estado do Rio de Janeiro experimentar a experiência petrolífera do Norte Fluminense, a Reduc, refinaria pioneira do setor, já vinha marcando a economia Fluminense desde o início da década de 1950. A Reduc foi prevista no Plano de localização de Refinarias de Petróleo, aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP), em 04/04/1952, durante o segundo governo Vargas (1951-54);

Com base na tese de Pierre Costa (2009), a questão central que norteia sua pesquisa é saber o porquê se escolheu Caxias e porque uma refinaria. Muitas hipóteses acompanharam esse trabalho, como: o projeto industrializante (nacionalista) do segundo governo Vargas (1951-1954) necessitava construir refinarias estatais, com o fim de aumentar a capacidade de refino de petróleo; o setor petróleo necessita de muita água corrente, o que era propiciado pelo sistema Saracuruna (localizado no distrito de Xerém); a localização estratégica de Caxias às margens da Baía de Guanabara; boa acessibilidade; localização no principal pólo industrial e mercado consumidor do país (o “triângulo” formado por Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro).

Nesta pesquisa de Costa (2009), podemos citar, como exemplo, o fato da REDUC ser a maior poluidora da Baía de Guanabara (RJ), sendo somente ela responsável por 30% de mais de nove toneladas de óleo derramados diariamente na baía; em março de 1972, a Reduc vivenciou seu mais grave acidente industrial, quando três explosões em três tanques de gás liquefeito de petróleo (GLP) resultaram na morte de 38 funcionários e diversos efeitos no bairro de Campos Elíseos, como vidraças, portas e telhados partidos.

No Rio de Janeiro estão as duas únicas usinas nucleares do país, já estando a terceira em fase licitatória. Angra 3 terá potência elétrica de 1.350 MW, que, somada às outras duas unidades (Angra 1 e Angra 2), produzirá energia suficiente para suprir uma cidade como o Rio de Janeiro. Ou seja, o Rio de Janeiro é o principal polo energético do país, pois congrega petróleo, gás e energia nuclear.

Os dados da FIRJAN mostram que, entre 2000 e 2008, a população do Estado aumentou 10,3%, atingindo 15,9 milhões de habitantes, com 38,8% do total – ou 6,2 milhões – concentrados na capital. Nesse período, a Região Leste foi a que mais cresceu (18,4%), na esteira da explosão demográfica de Rio das Ostras (150%), município dormitório de grande parte dos trabalhadores da indústria de petróleo na Região Norte.

Diante de um quadro que prevê um aumento significativo de investimentos provenientes do PAC no estado do Rio de Janeiro, para a expansão da oferta em infraestrutura, principalmente, no setor energético, é valorizada a importância de determinados

empreendimentos industriais nas mudanças significativas no espaço geográfico fluminense, conforme Caetano (2008). Dentro deste contexto, em março de 2006, a Petrobrás anunciou a instalação do Comperj no município de Itaboraí. O volume financeiro deste projeto foi naquele momento estimado em R\$ 8,4 bilhões segundo o *RIMA (Relatório de Impacto Ambiental)*. A particularidade desse empreendimento estava no fato dele estar sendo realizado em um momento em que o Rio de Janeiro se consolida como uma unidade federativa de horizontalidade petrolífera (CAETANO, 2008)²²³.

Com o processo de industrialização petroquímica intensificada a partir da década de 1970 e as atividades da Petrobrás concentradas no Norte Fluminense, Baixada Litorânea, Baixada Fluminense e no Leste Fluminense, onde ainda está em andamento a implantação, fez com que o Rio de Janeiro funcionasse como reservatório de mão de obra, catalisando muitos ciclos migratórios de diversos segmentos de trabalhadores para essas regiões. Do ponto de vista da produção e reprodução das relações sociais, as atividades da Petrobrás propiciaram ainda a existência de novos grupos sociais e novas relações de classes, conforme análise de Oliveira (2003), com o “novo operário” e os outros grupos sociais dominados.

3.2. A “questão social” no contexto dos grandes projetos

Somos conformistas de algum conformismo,
somos sempre homens-massa ou homens-coletivos (...)

O problema é o seguinte:

qual é o tipo histórico de conformismo
e de homem-massa do qual fazemos parte”

Antônio Gramsci

O fenômeno dos grandes projetos econômicos vem ocorrendo na maioria dos países do mundo e movimenta um grande contingente de trabalhadores que circula em direção aos locais onde há possibilidade de vender sua força de trabalho, ou seja, para as regiões com grandes obras anunciadas e/ou em andamento. São grandes projetos que impactam também os

²²³ O aprofundamento do projeto Comperj e de seus efeitos para o Leste Fluminense será retomado no capítulo IV, seção 4.1.

segmentos da classe trabalhadora oriundas dos lugares com menores condições e oportunidades de emprego. Seja a parcela de trabalhadores que migra para os “trechos” onde há emprego, seja a que já vive nos lugares de destino das grandes obras, o fato é que essa população vive sob a ilusória esperança, com a maciça carga de notícias sobre esses grandes projetos, situados no contexto do privilegiamento do modelo de desenvolvimento calcado em grandes empreendimentos econômicos que tendem a (re)produzir (ampliar e realimentar) as expressões da “questão social” em diversas regiões do país.

Os efeitos são incalculáveis, havendo muitas investigações acadêmicas, ou não, acerca deste fenômeno, cujos impactos atingem de modo abrupto e desorganizado vários aspectos fundamentais da vida nas regiões: o crescimento populacional, o mercado de trabalho, a cultura política local, o meio ambiente, as políticas públicas, em especial, as políticas sociais, com repercussões no Serviço Social e em espaços do exercício profissional de muitas outras categorias profissionais. Queremos dar atenção, em especial, aos efeitos sobre a classe trabalhadora a partir de dois aspectos, conforme anunciado anteriormente: a) impactos sobre os segmentos de trabalhadores das localidades onde tais projetos se instalam, e suas respectivas famílias; b) impactos sobre os segmentos de trabalhadores de grandes obras, os trabalhadores contratados pelas empreiteiras, que são os terceirizados da Petrobrás.

Primeiramente, vamos nos ater aos efeitos sobre os segmentos da força de trabalho moradora das regiões impactadas.

3.2.1. A força dos grandes projetos na transformação de regiões brasileiras

Ao analisar os grandes projetos de desenvolvimento, Moreira (2014, não paginado) sinaliza que em Minas Gerais “estes são executados em nome do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – no Nordeste, apelidado de Programa de Ameaça às Comunidades”, visto que estes se caracterizam como “um tormento na vida dos pobres”. Dentre os grandes projetos do PAC, Moreira anota que os de maior impacto são sentidos a partir das grandes barragens e usinas hidrelétricas, como as de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia; a barragem e hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, em Altamira, no Pará; a transposição das águas do rio São Francisco; a construção de vários portos e aeroportos e ampliação e modernização de outros. Para o autor, exemplos não faltam nas

áreas de telecomunicações, de aviação, das construtoras, dos grandes supermercados, reurbanização das cidades, entre os quais podem ser incluídos os grandes eventos, dentre muitos outros. Tais obras, fruto da fusão de grandes empresas que concentram cada vez mais o capital “e vão matando as pequenas empresas”, como no dizer de Moreira, constituem cenário de conflitos, confrontos e lutas.

Esses empreendimentos têm sua chegada sempre precedida de um aparato de campanha publicitária espetacular que vende a ideia de estar chegando à região um projeto que promoverá o desenvolvimento social e econômico, gerando muitos empregos. Como analisa Moreira (2014), sobre esses anúncios, as empresas afirmam “que não irão causar grandes males à já tão sofrida natureza, à biodiversidade e às pessoas”. Não há a preocupação de informar à população sobre os reveses que um projeto dessa natureza pode trazer. Ao contrário, de acordo com sua análise, a preocupação é sim de cooptar lideranças, gestores públicos e ganhar a simpatia da população, pois “chefes da política, da economia e até da religião são cooptados e muita gente seduzida. Assim, a massa acolhe esses projetos como se fossem benfeitores que trarão emprego e melhorias sociais, mas, logo, descobrem que geram poucos empregos e, muitas vezes, em condições análogas à de escravidão”²²⁴. Isso ocorre porque, como aprendemos com Marx, conforme tratado no primeiro capítulo, o funcionamento do capitalismo exige expansão, crescimento sem limites e sua mercadoria, base da acumulação do capital, explora os trabalhadores além de destruir o meio ambiente. O que revela a contradição intrínseca desse processo.

Em relação ao segundo aspecto dos impactos em análise neste trabalho, destaca-se a parcela da classe trabalhadora que dispõe da sua força de trabalho para levantar as grandes obras, os peões de obra que diretamente se confrontam com o capitalista no processo de produção e reprodução das relações sociais no ambiente de trabalho e no enfrentamento do aumento da exploração, subjugada ao processo de terceirização que se apresentada cada vez mais precarizando as condições e relações de trabalho. São os contratados pelos grandes grupos de construtoras ou subcontratados pelas prestadoras de serviço dessas construtoras, ou seja, os quarteirizados. São eles os trabalhadores que se movimentam pelo país a fora à

²²⁴ Utilizando-se da fábula do Escorpião e o Sapo, Moreira (2014) analisa que, no contexto dos grandes projetos, acontece o que ensina a fábula que diz: um escorpião pede a um sapo que o leve através de um rio. O sapo tem medo de ser picado durante a viagem, mas o escorpião argumenta que não há motivo para o sapo temer tal traição, pois se picar o sapo, este afundaria e o escorpião da mesma forma iria junto se afogar. O sapo concorda e começa a carregar o escorpião, mas, no meio do caminho, o escorpião, de fato, aferroa o sapo, condenando ambos. Quando perguntado por que, o escorpião responde que esta é a sua natureza. Isso mesmo “a natureza do capitalismo é aferroar vidas o tempo todo e cada vez com mais veneno”.

disposição das empreiteiras ou os que se lançam na estrada em busca de trabalho nos canteiros de obras espalhados em diversos cantos deste imenso Brasil.

Nessa realidade, as expressões da “questão social” se evidenciam em sua reprodução ampliada em experiências como a da Usina de Jirau na qual a rebelião de operários parou a maior obra em andamento no Brasil. Erguida no meio da Amazônia, a usina de Jirau trouxe para o distrito de Jaci as histórias de mais de 20 mil operários. De acordo com Sakamoto (2015), durante quatro anos, “a *Repórter Brasil* recolheu fragmentos do impacto de uma grande obra em uma pequena vila. Pedços de tensão, de suor, de descaso e de corações partidos”²²⁵.

Acidentes e mortes de operários vêm acontecendo recorrentemente nas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Notícias que se tornaram tão comuns na grande imprensa que já não causam tanta comoção, conforme tão bem analisa Sakamoto em seu artigo *Morreram mais três operários? Sem problema. É só repor:*

Operários morrem em “acidentes” em obras de Norte a Sul do país. Mas é mais fácil se indignar com denúncias de (desavergonhada) corrupção envolvendo empresas de construção civil do que com as mortes de seus operários. Elas são vistas como efeitos colaterais. Afinal de contas, é um pequeno custo a pagar diante do progresso. Pois a ponte precisa ficar pronta. O estádio precisa ficar pronto. A fábrica precisa ficar pronta. A hidrelétrica precisa ficar pronta. Meu apartamento novo precisa ficar pronto. Aprendemos a fazer contagem de corpos de operários mortos no setor por conta da Copa do Mundo. Mas elas ocorriam antes e seguirão acontecendo depois²²⁶ (SAKAMOTO, 2015, não paginado).

Esse fato revela a naturalização dos “acidentes” de trabalho, a morte dos operários. Para o capital, ali só tem mercadoria força de trabalho trocada por salário.

A obra de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu (PA), cria atualmente o maior êxodo migratório dos últimos anos. São milhares de pessoas que migram para Altamira, cidade localizada a 800 quilômetros ao Sul de Belém. Só de operários a obra atinge aproximadamente 28 mil trabalhadores. Exército de trabalhadores que é distribuído por quatro grandes canteiros de obras: Pimental (onde será construída a barragem), Canais (onde estão os homens que cortarão a selva para a construção de um canal que drenará as águas do Xingu para dentro da Volta Grande), Diques (parede que irá segurar a água do lago que se formará na Volta Grande) e, finalmente, Belo Monte (área onde será construída a casa de força principal onde estarão os 11.000 MW em turbinas). A previsão é que 20 mil famílias

²²⁵ Essa experiência na Usina de Jirau inspirou o documentário “Jaci: os sete pecados de uma obra amazônica”, com direção de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros.

²²⁶ Em Blog do Sakamoto, publicado em 30/05/2015. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/05/30/morreram-mais-tres-operarios-sem-problema-e-sorepor/>. Acesso em: 20 maio 2015.

trabalhadores rurais, ribeirinhas, pescadores, indígenas (os povos originários) sejam retiradas de suas propriedades e realocadas em algum ponto da região, dando espaço para Belo Monte. A demora para essa solução tem criado incertezas para centenas de famílias que não sabem o que pode ocorrer no futuro de uma região com grande fluxo migratório²²⁷.

De acordo com informações de Lalo Almeida, esse projeto de Belo Monte foi idealizado ainda no governo militar, em 1975, como o projeto do complexo Kararaô (o primeiro nome de Belo Monte) que tinha dimensões ainda mais superlativas em relação o atual. Na ocasião, a Ditadura Militar imaginou uma obra com seis barragens entre os rios Xingu e Iriri, que não poupava sequer o Parque Nacional do Xingu²²⁸.

O propósito de tomar uma parte do Parque Nacional do Xingu, onde vivem comunidades indígenas, criou um movimento contrário ao aproveitamento hidrelétrico do caudaloso rio, um dos principais afluentes do Rio Amazonas.

Muitas campanhas e denúncias, desde então, são feitas contra as implicações socioambientais da obra que, associada à grande dificuldade econômica brasileira entre as décadas de 1980 e 1990, foi transformada numa sombra para os povos da região, mas que, até então, jamais havia se concretizado efetivamente. Somente depois do racionamento de energia que o Brasil foi obrigado a adotar em 2001, o projeto Belo Monte ressurgiu como uma necessidade do país, tendo sido reafirmado o compromisso do governo federal com os povos amazônicos de que o Xingu abrigaria apenas uma usina. Porém os críticos vêm afirmando que a crise energética pode levar qualquer governo no futuro a derrubar essa resolução e abrir espaço para outras barragens rio acima²²⁹.

Outro exemplo com grandes impactos para a região cujos dados foram verificados com 70,54% de seus trabalhadores locais, com resultantes na própria saúde da população, é a pesquisa apresentada por Freire e Ataíde (2015) sobre o “desenvolvimento às avessas” que vem ocorrendo no Espírito Santo, particularmente no município de Anchieta.

²²⁷ *Impactos de Belo Monte*, por Lalo de Almeida. Disponível em:

<http://www.osimpactosdebelomonte.com.br/sobre-o-projeto/>. Acesso em 25 jun. 2014.

²²⁸ O Parque Nacional do Xingu foi criado no governo de Jânio Quadros e representou uma conquista dos Irmãos Villas Boas, resultado concreto da chamada Expedição Roncador, uma missão que tinha o propósito de interiorização do Brasil e que foi criada em 1943 pelo governo de Getúlio Vargas.

²²⁹ A experiência de Altamira também inspirou filmes e documentários. Um deles é o Documentário "À Margem do Xingu - Vozes não consideradas". Conta-se que, ao final de uma das exibições, “uma empregada do Consórcio Construtor, que havia denunciado tempos atrás um acidente laboral na empresa e por essa denúncia foi despedida e ameaçada de morte por empregados da empresa, visivelmente afetada, decidiu levar a cabo um ato de protesto queimando o uniforme da empresa diante de todas as pessoas que assistiram ao filme. Essa mulher atualmente está desaparecida.” Disponível em: <http://vimeo.com/33718095>. Acesso em: 01 fev. 2015.

De acordo com as autoras, em função da instalação e expansão de diversos ramos de indústrias, nacionais e multinacionais, entre eles, a do setor petrolífero, têm ocorrido impactos que expressam a destruição. Com duas décadas de antecedência a esse processo, a empresa pesquisada – a Samarco S/A, uma multinacional que se instalou no Brasil em 1973 – constitui um caso exemplar sobre esses impactos²³⁰.

No contexto da situação atual de detentores das maiores participações na Indústria Petroquímica Brasileira, as empreiteiras estão sendo investigadas e em função disso três grandes obras do país estão praticamente paradas, o que significa perdas para os milhares de trabalhadores envolvidos nestas obras²³¹. São trabalhadores de grandes obras que vêm impulsionando a implantação de três grandes projetos situados no Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro (Comperj), assim como cidades e regiões inteiras sofrendo as consequências das paralisações das obras, da demissão em massa, dos salários há meses atrasados. São as obras de implantação de polos Petroquímicos que, em função da investigação na Petrobrás e o envolvimento das construtoras contratadas no desvio de bilhões de dólares destinados às obras. Em função disso, os trabalhadores pagam, sofrem perdas, estão há meses sem receber os salários. Frente a interrupção do trabalho, a classe trabalhadora de obras da Petrobras sente os reflexos da crise atual da construção civil. Em algumas cidades, o número de desempregados já passa de 20 mil.

Exemplos não faltam sobre os efeitos desses impactos sobre os segmentos de trabalhadores de grandes obras, ora contratados pelas empreiteiras e que se encontram na condição de terceirizados da Petrobrás.

Um fato histórico que ocorre desde o primeiro governo Vargas, consiste no processo de expansão da indústria no país, quando a indústria de construção recebe tratamento especial

²³⁰ Ao cortar a Reserva da Ilha do Papagaio e parte de seu manguezal para chegar às escadas da fábrica de pelotas de ferro, dois minerodutos, quando chegam à pequena municipalidade de Anchieta, colocam em risco a preservação da sua biodiversidade. Além deste impacto, destacam-se três outros. O primeiro ocorre no final do processo produtivo das pelotas de ferro, quando os últimos resíduos são despejados e depositados na lagoa de Mãe-Bá, nesse município, onde é visível a vegetação queimada pelo processo de descarte, que é recorrente. O segundo processo poluidor permanente, de grande alcance, refere-se às periódicas dragagens para o funcionamento do Porto de Ubu. Elas são realizadas a cada dois anos, para remoção dos resíduos que se acumulam no fundo das águas, no sentido de assegurar o ancoradouro dos navios. Esses resíduos são depositados mais adiante no fundo do mar, cujo processo reduz o espaço tradicionalmente usado pela pesca artesanal. Além disso, a movimentação dos navios e operações no porto afasta os cardumes, com destruição maior observada no derramamento de óleo no mar, junto com os resíduos industriais depositados, afetando a saúde dos peixes, que têm apresentado deformações físicas e morte de grandes parcelas, impeditivos a sua adequada reprodução. Nesse processo, a pesca vem sendo diminuída em quantidade e qualidade, além dos possíveis danos causados à alimentação da população. O terceiro processo refere-se às particularidades das pelotas produzidas no transporte para os navios, que se espalham no ar existindo imagens sobre esses fatos (Cf. FREIRE e ATAÍDE, 2015).

²³¹ Sobre essa investigação denominada de Lava Jato, foi tratada no capítulo II.

em vista de ser um meio para gerar empregos, não sendo porém colocado em aberto a entrada das construtoras estrangeiras que “fizeram a festa” neste período. Outro exemplo perverso pode ser constatado quando o Estado capitalista amplia o leque de possibilidades do capital ao associar a construção civil com a apropriação da força de trabalho carcerária e a expansão das prisões no Brasil. Há um episódio que, com a sátira refinada do texto do filme “Quanto vale ou é por quilo” desenvolve uma relação entre construção civil e a ampliação das prisões no Brasil:

A construção civil é uma das ferramentas mais eficazes na guerra contra o desemprego. O governo encontrou na ampliação de vagas prisionais um terreno fértil para geração de renda e oportunidades de negócios. Nunca em uma única gestão foram construídos tantos presídios. Além disso, nos últimos anos, nossas polícias intensificaram a captura de criminosos duplicando a massa carcerária. E a nossa meta já para o próximo ano é dobrar o número de vaga nas cadeias construindo presídios em pequenas cidades do interior do Estado, e a partir daí aumentar progressivamente esse número garantindo espaço para todas as detenções que a nossa política fizer, gerando assim muitos empregos diretos e indiretos (BIANCHI, 2015, não paginado).²³²

Nesta metade de 2015, sete anos depois da ampliação do emprego através de grandes obras, esse quadro é alterado subitamente, e o setor de construção é o que vem apresentando a maior taxa de desemprego. Em junho de 2015 era divulgado que a taxa de desemprego medida pela Pnad chegava a 8%, de fevereiro a abril. A taxa total de desocupação nesses meses foi a maior desde o começo da Pnad Contínua, em 2012. Frente a essa realidade há um quadro de cerca 8 milhões de desocupados no Brasil neste mesmo ano de 2015²³³. No primeiro trimestre de 2015 a taxa de desemprego do país fechou o primeiro trimestre do ano em 7,9%, a maior taxa verificada desde os 8% do primeiro trimestre de 2013²³⁴.

Exemplos não faltam em relação aos efeitos dos grandes projetos no Brasil, principalmente na atualidade brasileira em função dos megaeventos: Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, ambos com sede no Rio de Janeiro, que movimentaram e movimentam o país, inclusive com construções, ampliações de estádios, rede hoteleira e aeroportos²³⁵.

²³² No filme *Quanto vale ou é por quilo*. BIANCHI, Sergio. Brasil: RioFilmes, 2005.

²³³ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/taxa-de-desemprego-medida-pela-pnad- chega-8-de-fevereiro-abril.html>. Acesso em 02 jul. 2015.

²³⁴ Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) divulgada em 07/05/2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Pnad Contínua se destina a produzir informações sobre a inserção da população no mercado de trabalho. Divulgada pela Agência Brasil em 07/05/2015, Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2015/05/taxa-de-desemprego-sobe-para-79-no-1-trimestre-de-2015.html>.

²³⁵ Entre janeiro e agosto de 2014, os repórteres Raul Andreucci e Tulio Kruse viajaram para os lugares onde nasce a matéria prima do aço que construiu a Arena da Amazônia, considerada o maior elefante da Copa do Mundo. A construção do estádio utilizou uma cadeia de produção do aço cujas empresas são investigadas por

A partir destes pontos, daremos atenção na próxima seção às particularidades dos impactos dos grandes projetos no Estado do Rio de Janeiro no qual se situa o espaço amostral de nossa pesquisa. Em função desses megaeventos e respectiva gestão dessas obras, são ampliadas expressões da “questão social” no Rio de Janeiro, que vêm se apresentando nos despejos dos moradores e nas remoções forçadas de favelas, com manifestações dos trabalhadores de diversas categorias profissionais e de movimento sociais que constituem a força em presença diante de um cenário de choque de ordens, de recolhimento arbitrário da população de rua, de pacificação com suas várias debilidades, de famílias em confrontos por terra e por teto, entre outros conflitos.

3.2.2. Efeitos dos grandes projetos sobre a classe trabalhadora no estado do RJ

No Estado do Rio de Janeiro, de uma forma privilegiada, há uma acentuada centralidade nos “grandes projetos” econômicos no estágio contemporâneo de desenvolvimento. Esse modelo de desenvolvimento a partir de grandes projetos que vem sendo adotado pelos últimos governos desse Estado, conta para sua realização com financiamentos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC-2) do governo federal, com a parceria de grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Com o objetivo de analisar a atual situação do espaço agrário fluminense, destacando os impactos causados e que ainda podem vir a ser causados pelos grandes projetos em andamento nesse Estado, os autores Alentejano et al (2011) fazem um balanço da agricultura e da política agrária no Estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas e uma análise do Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro de 2007-2010. Os autores afirmam que este Estado está diante de um novo cenário, marcado pela “crescente presença de grandes empresas nacionais e transnacionais, com forte apoio institucional e financeiro estatal, articulado nas diferentes esferas de governo e com as principais organizações empresariais atuantes no estado, com destaque para a Firjan” (Ibid, p. 19). O foco desta proposta de desenvolvimento, segundo os autores, é a articulação do poder público com grandes investidores nacionais e internacionais, com o apoio de bancos públicos federais, forjando um “projeto estratégico”

apresentado nesse Plano, pautado em interesses muitas vezes externos à realidade fluminense. Este cenário, segundo os autores,

[...] permite a realização de grandes blocos de investimento mediante a criação de novos polos de desenvolvimento articulados entre si, envolvendo empreendimentos industriais, agroindustriais e obras de infraestrutura e logística. O que está em andamento é o aprofundamento de um modelo de desenvolvimento intensivo em capital e energia que gera poucos empregos e promove forte degradação ambiental (ALENTEJANO et al., 2011, p. 19-20).

Destaca-se no Estado Fluminense, nestas duas primeiras décadas do século XXI, os seguintes projetos: Porto do Açú em Barra de São João; Porto de Sepetiba em Itaguaí; hidrelétricas de Simplício e Anta, na divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais; Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado, abrangendo os municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã; o Comperj, objeto de análise desta tese; e, ainda, o Arco Metropolitano²³⁶. Este último constitui um dos vetores de engendramento de novas relações políticas entre as prefeituras dos municípios pelos quais perpassará (Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí), chegando a 145 quilômetros de extensão. Quando concluído, tem a pretensão de eliminar o conflito entre o tráfego de carga e o trânsito do Grande Rio, facilitando o acesso ao Porto de Itaguaí e contribuindo para tornar menos penosa a migração dos trabalhadores da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Ao ressaltar a abundância desses grandes empreendimentos e as estratégias que têm implicado em favorecimento de esquemas fraudulentos, simbolizados na expressão “estranhas catedrais” dos versos da canção “Vai passar”, de Chico Buarque de Holanda, do período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-85), não estamos omitindo as necessidades que alguns projetos possam vir a atender – até porque, o mais valor decorre de coisas úteis a serem produzidas –, nem a complexidade das exigências do atual estágio dos espaços societários. Destacamos, isto sim, a discrepância entre esta abundância duvidosa, independentemente da utilidade de algumas dessas “necessidades”, e a extrema expropriação do valor dos trabalhadores dessas obras, que, em situação análoga a de escravo constroem essas “catedrais”, conforme será demonstrado no capítulo seguinte, assim como a respectiva classe,

²³⁶ O Arco é um projeto parcialmente recém-inaugurado que liga o Porto de Sepetiba, em Itaguaí, ao Comperj, em Itaboraí. O Arco Metropolitano se insere neste trabalho por estar imediatamente atrelado aos investimentos em infra-estrutura de transporte, ainda considerado um dos maiores “gargalos” para o aumento das atividades econômicas, juntamente com o fornecimento de energia, de acordo com os aspectos priorizados pelo PAC.

a do “bloco dos napoleões famintos”. Vai passar? Certamente não, no capitalismo, pela sua caça ilimitada ao valor, resultando em maior pobreza da classe trabalhadora²³⁷.

De acordo com Pedro Henrique Campos (2014, p. 70), as primeiras importantes construtoras brasileiras nasceram no Rio de Janeiro, sendo considerado o berço das mais antigas empreiteiras brasileiras. Isso se deve à “proximidade com a sede do poder nacional, o fato de ser o centro irradiador do primeiro sistema rodoviário nacional (com Rio-São Paulo, Rio-Bahia e Rio-Juiz de Fora) e o capitalizado mercado de obras públicas do antigo Distrito Federal fizeram com que as primeiras empresas relevantes de construção pesada do país fossem cariocas” (CAMPOS, 2014, p. 73). Segundo o autor,

Inicialmente muito atreladas ao Clube de Engenharia e, depois, a outros sindicatos e associações de classe, as firmas cariocas sempre tiveram atuação forte no âmbito da sociedade civil e junto ao aparelho de Estado. No entanto, apesar dessa forte atuação política – e muitas vezes em função justamente delas –, as construtoras locais experimentaram trajetória de decadência nos anos 60 e na ditadura, dando lugar a paulista, mineiras e nordestinas na liderança do mercado de obras públicas. (Id., *ibid.*).

A cidade continuou como centro importante da indústria de construção pesada brasileira, mesmo esvaziada da atuação de construtoras locais, sendo indicativo disso, segundo Campos, a transferência de sede de empresas nordestinas para o Rio, como a Norberto Odebrecht, a Queiroz Galvão e a Delta. Isto sinaliza que “ao contrário da mineira Andrade Gutierrez, que mudou sua sede empresarial para São Paulo, essas empresas escolheram a cidade para a sua sede nacional dada a importância que a antiga capital federal tem no mercado nacional do setor.” (CAMPOS, 2014, p. 73).

Com base em Mesentier (2010)²³⁸, Alentejano et al. destacam como principais vetores desta reorganização da construção do Arco Metropolitano que irá ligar o Porto de Sepetiba ao pólo petroquímico de Itaboraí, a reforma do Galeão (para sua posterior privatização), a duplicação da Rio-Santos, a reativação de ferrovias que ligam o conjunto de portos com a malha ferroviária em funcionamento e a construção do trem bala que irá ligar o Rio de Janeiro a São Paulo, mudando todo o funcionamento do Centro do Rio. Trata-se, portanto de um novo ordenamento territorial e econômico que justifica o “estratégico” na concepção do Plano, qual seja, integrar as regiões e suas “vocações” num projeto único de futuro, potencializando o desenvolvimento em escalas jamais vistas. Neste processo, haveria prejuízos incalculáveis para a população e trabalhadores de produtos sustentáveis, como os da agricultura familiar e a

²³⁷ Essa música “Vai Passar” tem como compositores Chico Buarque e Francis Victor Walter Hime e foi lançada em 1980. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P6C5bZOr3xQ>. Acesso em 21 jul. 2015.

²³⁸ MESENTIER, Allan. A Estratégia do Capital no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: mimeo, 2010.

própria produção diversificada de alimentos, que se vêm diante de uma enorme contradição entre alternativas e políticas, sobretudo pelas intenções de estimular a produção de agro combustíveis e celulose de eucalipto que são projetos que excluem a categoria alimento de seus objetivos, uma vez que são direcionadas aos mega-empresendimentos.

Sobre estes projetos, que impactariam fortemente o espaço agrário fluminense, sobretudo no que diz respeito à segurança alimentar e à política de reforma agrária, Alentejano et al. (2011) analisam que já têm causado grandes alterações na organização produtiva e na infraestrutura das regiões em que se inserem. Realidade essa em que, segundo os autores, “a população fluminense vem sendo afetada por essa política que favorece os grandes projetos, a qual beneficia uma parca minoria e o grande capital nacional e transnacional (Ibid, não paginado.)²³⁹. Para os autores, a questão que se coloca é: “Como interiorizar o ‘desenvolvimento’ fluminense para regiões que, mesmo sem projetos de grande envergadura já atravessam quadros críticos de descontrole e falta de gestão pública e social?” Como resposta eles apontam que novos problemas serão gerados nessas regiões com a chegada de novos investimentos, a partir dos quais “os problemas anteriores serão ainda mais evidentes” (Ibid., p. 4).

O Sistema FIRJAN, por meio do balanço apresentado na terceira edição do projeto Retratos Regionais, apresentado em 2008, analisa que, diante de um quadro que prevê um aumento significativo de investimentos provenientes do PAC no estado do Rio de Janeiro, para a expansão da oferta em infra-estrutura, principalmente, no setor energético, vinha ocasionando mudanças significativas no espaço geográfico fluminense. Destacava que, em termos nominais, as indústrias de construção civil, alimentos e bebidas e vestuário eram as maiores empregadoras do Estado, tendo sido criadas neste ano, por exemplo, mais de 50 mil vagas na indústria como um todo, lideradas pela construção (com 33,6 mil). O diretor executivo do Sindicato da Indústria de Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), Antônio Carlos Mendes Gomes, neste mesmo balanço, chamava a atenção para o seguinte:

A construção civil do Rio tem hoje [2008] um contingente da ordem de 260 mil trabalhadores formais. A perspectiva para este ano é de um crescimento moderado, podendo fechar com cerca de 20 a 25 mil novos trabalhadores incorporados, em

²³⁹ O complexo do Porto do Açú, em São João da Barra, norte do estado, um projeto recém concluído e inaugurado em 2014, apesar de ser chamado "superporto", apenas continua a tradição do Brasil de país exportador de matérias-primas e, portanto, geram poucos empregos e baixos salários. O argumento utilizado nas desapropriações das famílias para a construção do empreendimento foi o de que o porto seria um "sacrifício de poucos, numa região de baixa densidade demográfica, para algo que seria de interesse público". Os problemas da região foram aumentados com a crise que atingiu o grupo falido EBX em 2013, de Eike Batista.

razão basicamente dos efeitos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e do Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’, além do mercado imobiliário de classe média (FIRJAN, 2008, não paginado).

No cenário fluminense, é importante recordar, em conformidade com o que afirmamos anteriormente, que o Estado não tem “preocupação neutra” e vem historicamente atuando conforme pretendem os modelos neoclássico-liberais. Desse modo, consideramos aqui alguns pressupostos apresentados por Abreu, (2013, p. 11) que aparecem, implícita ou explicitamente, ao longo de todo o seu estudo. O primeiro diz respeito à natureza do Estado. Este, longe de atuar em benefício da sociedade como um todo, como prega o pensamento liberal, ter-se-ia aliado, através do tempo, de acordo com o autor, a diferentes unidades do capital, expressando os seus interesses e legitimando suas ações precursoras. Por conseguinte,

o modelo segregador do espaço carioca teria sido estruturado principalmente a partir dos interesses do capital, sendo legitimado e consolidado indiretamente pelo Estado. [...] na evolução do Estado do Rio de Janeiro [questiona-se] a face vilã do Estado revisto na literatura, pois não há como deixar de reconhecer que muitas das articulações teóricas então propostas foram demasiado simplistas, que Estado e capital não constituem os blocos monolíticos e eternamente perversos, como historicamente foram apresentados (ABREU, 2013, p. 7)

O segundo pressuposto é o de que haveria também uma relação direta entre “a crescente estratificação social do espaço”, no que hoje se denomina Área Metropolitana do Rio de Janeiro, e “o estabelecimento de determinadas políticas públicas”. Isto quer dizer que os padrões de distribuição espacial das classes sociais no Rio teriam sido altamente influenciados pelo Estado através do tempo, tanto por suas ações como por suas omissões²⁴⁰. Desde a *cidade colonial à cidade capitalista* a luta de classes também reflete-se na luta pelo domínio e a forma de ocupação do solo urbano, onde “o Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas” (ABREU, Op.Cit., p. 15).

A atuação do Estado Fluminense tem tomado um cunho altamente empresarial, evidenciando uma preocupação máxima com o retorno de seus investimentos. Como reflexo dessa postura, as políticas e investimentos públicos, associados ou não ao capital privado, têm privilegiado apenas os locais que asseguram retorno financeiro ao capital investido, ou seja, as áreas mais ricas da cidade. Essa é a análise que Abreu (2013) realiza ao situar a política de Estado, especialmente para a cidade carioca, a partir de 1964 quando passa a ser palco de

²⁴⁰ Segundo o Abreu (2013, p. 14-15), o caso da Área Metropolitana do Rio de Janeiro, como o da maioria das cidades capitalistas dependentes, não se enquadra nesse contexto. A área central não só tem nessas cidades um valor simbólico importante, como essa importância é decorrente do fato de ser nessa área e nas suas proximidades, que tradicionalmente se concentram as funções de direção e de residência das classes dominantes.

grandes obras, com exemplos apresentados por esse autor (Ibid., p. 30). No período pós-1964, o modelo em vigor no país era o de alcançar eficiência econômica em todos os setores de atuação, mesmo sob altos custos políticos e sociais, o que historicamente vem se refletindo como uma direção por excelência no Rio de Janeiro.

De acordo com Abreu (2013), é a partir de 1964, que o núcleo metropolitano passa a ser palco preferido de grandes melhoramentos urbanos, realizados tanto pelo Governo Federal como Estadual. Com efeito, as grandes obras, como túneis, viadutos e autopistas vêm justamente reforçando o contraste entre este espaço e as periferias metropolitanas, citando como exemplo os grandes sistemas de abastecedores de água ou do interceptor oceânico ou metrô. Essa diretriz vem concentrando todos os recursos, muitas vezes aplicado em obras suntuosas e de prestígio, tendo como resultado um núcleo forte, cercado por uma periferia pobre e superpovoada, onde eram deixados todos os ônus no antigo Estado do Rio de Janeiro (Ibid, p. 17).

Nesse sentido, frisamos a óbvia afirmação de que “a favela brasileira é produto de uma perversa desigualdade social, acentuada nas metrópoles brasileiras, onde a riqueza e a pobreza compartilham de uma paradoxal ambivalência de aproximação territorial e distanciamento social” (VALLADARES, 2005)²⁴¹. Porém, na atualidade deste início do século XXI, a favela se tornou também uma mercadoria diferenciada onde, de acordo com Freury (2013), “não se trata apenas de reconhecer e explorar esse território como mercado consumidor, mas sim de transformá-lo em souvenir negociável, cujos valores principais são sua localização privilegiada”. A autora faz referência à paisagem exuberante e à exótica cultura dos favelados que dão vida ao lugar, como as festas na laje, que passam a ser uma das atrações consumidas pela classe média do asfalto.

A partir dos impactos das transformações recentes no capitalismo contemporâneo, debate-se hoje sobre as recomposições urbanas. Segundo Telles (2007), as lógicas da produção flexível, da financierização da economia e do papel do terciário de ponta alteram a

²⁴¹ Em sua pesquisa publicada sob o título de “a invenção da favela”, Lícia do Prado Valladares faz uma análise bastante pertinente sobre as questões da periferia e as contradições de classes sociais no Rio de Janeiro, refletindo que a favela, historicamente, passou a ser um problema a ser conhecido para melhor administrar e controlar seu território e seus habitantes. Desde a década de 1930, quando o governo de Getúlio Vargas, nomeou para prefeito do Rio o médico Pedro Ernesto, abriu-se uma nova etapa nas representações das classes populares. Sua abordagem da “questão social” era a de que a ajuda aos pobres era responsabilidade pública, com o intuito de reduzir o estigma de inferioridade e da dependência. A partir de então se inaugurou um novo tipo de relação com os chamados favelados. O reconhecimento da existência da favela (até então negado) foi concretizado de maneira mais geral, através da aprovação do Código de Obras, em 1937, que introduziu a extinção das habitações anti-higiênicas.

anterior organização da “cidade fordista” e produzem rearticulações dos territórios por onde circulam capitais, bens, mercadorias, serviços e também populações em situações diversas de emprego, desemprego e exclusão do mercado de trabalho. Neste ângulo de visão, Telles (Ibid., p. 19) analisa que as realidades urbanas vêm apresentando desafios consideráveis que levam a algumas indagações:

De que modo as novas realidades do trabalho (e do não-trabalho) redesenham os espaços urbanos e seus territórios redefinem práticas sociais e os circuitos que articulam moradia, trabalho e serviços? As circunstâncias do desemprego prolongado, do trabalho intermitente e incerto ou do não-trabalho redefinem tempos e espaços da experiência social, desfazem ou refazem em outros termos as referências traçadas entre trabalho e moradia que pautam ritmos cotidianos (TELLES, IBID., p. 19).

A esse respeito, Harvey (2009) nos lembra que, na história recente, ao longo dos últimos 30 anos, houve muitas crises financeiras e o que é interessante é que muitas dessas crises financeiras têm sua origem na urbanização.

O cenário dos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil, em especial, no Rio de Janeiro, tem uma relação direta com essa questão, pois, segundo Costa (2009), a urbanização acentuou-se pelas alterações sucedidas nos setores industrial, de serviços e financeiro, que precisam de um apoio urbano e nele se desenvolvem. Portanto, a urbanização está subordinada às leis da acumulação capitalista; daí a íntima relação entre estas e o processo de urbanização.

Cabe situar ainda, neste contexto, os megaeventos e suas consequências para o Rio de Janeiro, envolto na realização da Copa do Mundo de futebol em 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, quando sediará este último. A perspectiva divulgada pela classe burguesa, por meio de seus instrumentos de manipulação da opinião pública, os veículos de comunicação da grande imprensa, consiste na exaltação dos grandes feitos desses megaeventos²⁴². Paralelamente a ideia difundida é de que o Rio finalmente voltou a ser um grande Estado, que está retomando sua posição de destaque na federação²⁴³.

²⁴² De acordo com *Daniel Bensaïd*, a propriedade privada dos meios de produção e de intercâmbio é, desde a Revolução Francesa, a pedra de toque da questão social e da questão democrática (REVISTA OUTUBRO, n. 10, 2004).

²⁴³ As perspectivas de expansão econômica do Estado do Rio de Janeiro que vêm sendo divulgadas nos últimos quatro anos, na qual é enfatizada a decorrente geração de empregos, ficará por muito tempo na casa das centenas de milhares de pessoas e o setor educacional terá de atender pelo menos uma parcela significativa desta demanda. Obviamente, haverá necessidade de importação de trabalhadores, quer de outros estados, quer de outros países, como já vem ocorrendo.

Em função desses eventos, alguns projetos estão desde então em andamento no Rio de Janeiro, como por exemplo²⁴⁴: BRT – Trans Carioca; Reforma do Maracanã; expansão do Parque Olímpico; Obra do Campo de golfe (com intervenção do Ministério Público) – questão ambiental²⁴⁵. As obras da Copa inserem-se num programa maior: o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Este programa, por sua vez, insere-se num projeto de país, o crescimento econômico²⁴⁶. A crença do governo é de que as obras do PAC – grandes projetos de infraestrutura – são indispensáveis para a retomada do crescimento econômico, a geração de emprego e a distribuição de renda. Há, porém, junto com essas grandes obras pela cidade, as marcas do total descaso dos administradores com a população, podendo ser observado nas tragédias recorrentes em Campo Grande, como o rompimento da adutora da Cedae²⁴⁷.

No Prefácio à terceira edição do livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Abreu (2013) analisa que a cidade do Rio de Janeiro, que já inspirou centenas de artistas, escritores, pesquisadores, poetas e intelectuais com suas poesias, seu glamour, seus belos cenários e suas excentricidades e já serviram de enredo para muitas obras, agora vive em clima de “privatização da cidade maravilhosa”. É o que podemos constatar com o projeto “Estação Patrocinada” do Metrô Rio que consiste em “vender” o nome das estações de metrô da cidade, que passariam a ser associados ao nome de empresas [empreiteiras] privadas que, de acordo

²⁴⁴ A *Organisation Armée Secrète* (OAS), uma das empreiteiras que compõem o grupo das “quatro irmãs”, é responsável pela construção da Transcarioca, parte do consórcio Porto Novo S/A e uma das controladoras do Metrô Rio, por intermédio da Invepar. Dentre os projetos ligados à Copa e Olimpíadas, a OAS também participa dos consórcios do Porto Maravilha (R\$ 7,7 bilhões), Transolímpica (R\$ 1,6 bilhão), Reabilitação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá (R\$ 673 milhões), do Veículo Leve sobre Trilho-VLT (R\$ 1,2 bilhão), além de ter feito as obras de controle de enchentes na Praça da Bandeira, próximo ao Maracanã (R\$ 292 milhões). A OAS foi a empresa que mais financiou campanhas de Sérgio Cabral para o governo do Estado: foi repassado R\$ 1,8 milhão diretamente para suas duas candidaturas, em 2006 e 2010. Em 2008, a construtora também investiu no principal candidato à prefeitura do Rio: foram R\$ 350 mil diretamente para a campanha de Eduardo Paes. Ainda que se leve em conta os R\$ 850 milhões repassados para o comitê financeiro do PMDB no Rio de Janeiro entre 2006 e 2012, os financiamentos de campanha são uma bagatela perto dos contratos bilionários firmados com a empresa durante a gestão de ambos. Matéria de Adriano Belisário em *Reportagem Pública*, publicada em 01/07/2014, sob o título de “Quatro Irmãs: assim atua capitalismo brasileiro”. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/as-quatro-irmas-uma-historia-do-capitalismo-brasileiro/>. Acesso em: 16 jul. 2014.

²⁴⁵ Levantamento do Reportagem Pública mostra como as “quatro irmãs”, Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, se revezam nos contratos para as grandes obras da Copa e Olimpíadas no Rio de Janeiro “Negócios familiares, proximidade com governos, financiamento de campanhas e diversificação de atividades – da telefonia ao setor armamentício – compõem a história das gigantes Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez”.

²⁴⁶ Isso tem provocado um do frenesi imobiliário, tendo muitos recursos públicos sido transferidos para empresas privadas, expulsado muitos moradores da zona sul e do centro, na PPP do Porto Maravilha, de remoções forçadas de favelas, da metáfora do processo em curso na cidade, expressa no jogo Banco Imobiliário Cidade Olímpica (produzido pela Estrela com recursos da prefeitura). Em *Jornal do Brasil* de 31/03/2016.

²⁴⁷ Em *Jornal do Brasil* de 31/03/2016. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/07/31/as-marcas-do-rio-nas-grandes-obras-pela-cidade/>. E em *O Globo Rio* de 25/01/2013, p. 13.

com a imprensa, havia sido idealizada pela empresa falida IMX, de Eike Batista. Uma proposta que despertou uma reação popular e, por isso, não foi adiante. A concessionária que administra o metrô do Rio de Janeiro teve que voltar atrás e o então governador Sérgio Cabral foi forçado a vetar a proposta. No limite, “se a toada é esta, o próximo passo será vender os próprios cariocas”²⁴⁸

As três forças que comandam hoje o crescimento das cidades são a indústria automobilística, que contraria o interesse do transporte coletivo; o capital imobiliário e o capital de construção. E tudo em consonância com o financiamento das campanhas eleitorais. Podemos dizer então que não são cidades do povo e para o povo, e sim para quem especula esse mercado²⁴⁹.

Ainda mais, os compromissos de prazos com os megaeventos têm determinado ausência do cumprimento de exigências legais para com o meio ambiente. É o caso da denúncia de extração de areia em 25/01/2013, por Renato Machado, em *a história que virou pó*, enfatizando que os grandes eventos que o Rio irá sediar desencadearam um aquecimento da construção civil levando à liberação de licenças sem a exigência de elaboração de Estudos do Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima)²⁵⁰. Assim, a pressão do poder econômico acabou por criar flexibilizações e, lamentavelmente, deixou-se de exigir esses estudos e relatório.

Outra agressão à população consiste na relação entre a reforma urbana e as remoções. De acordo com os dados apurados da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro (SMH), os autores Lucas Faulhaber e Lena Azevedo analisam que, até maio de 2015, aconteceram 67 mil remoções no Rio de Janeiro; desse montante, 44,5 % são feitas sob alegação de risco, porém não há clareza sobre que tipo de risco é esse, argumento difícil de ser questionado²⁵¹.

Com toda a probabilidade de não ser coincidência, esses espaços constituem áreas com potencial de valorização. Os autores relatam que algumas vezes a prefeitura utiliza laudos da Geo Rio, que, quando confrontados com contralaudos apresentados por moradores que

²⁴⁸ Publicado em 03/06/13 por raquelrolnik, sob o título de “Rio de Janeiro: cidade à venda?”. Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/06/03/rio-de-janeiro-cidade-a-venda/>. Acesso em 14 jun. 2013

²⁴⁹ Por Joana Tavares, no *Brasil de Fato*, Ermínia Maricato fala sobre mobilidade urbana, as conquistas das manifestações e falta de “política urbana que não é prioridade para os partidos, nem os de esquerda, no Brasil” Disponível em : <http://spressosp.com.br/2014/05/13/o-boom-imobiliario-nao-e-progresso-ele-empobrece-toda-cidade/>. 12/08/2014.

²⁵⁰ Em *Jornal O Globo*, edição de 25/01/2013, p. 13.

²⁵¹ *Jornal Brasil de Fato*, 7 a 13 de maio de 2015. Bruno Porpetta entrevista Lucas Faulhaber e Lena Azevedo, autores do livro “SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico”

contratam técnicos por conta própria, estes apresentam negação do risco. Ocorrem absurdos como o de um caso de justificativa da remoção em função de um rio que historicamente nunca transbordou.

As olimpíadas não são o real motivo para remoção. Elas servem de justificativa para legitimar as remoções, além de apressarem esse calendário em nome do evento. O real motivo é a especulação imobiliária. Famílias removidas vão para o MCMV [Minha casa minha vida] distantes, sem infraestrutura, sem transporte, saúde e tudo mais (FAULHABER e AZEVEDO. Entrevista a Bruno PORPETTA, *ibid.*).

Os dados apresentados, portanto, evidenciam que o capital e seus representantes vêm continuamente buscando se renovar em sua busca criativa de acumulação e expansão, do mesmo modo que a classe trabalhadora está em contínuo movimento em busca de lugares onde o capital possa comprar sua única mercadoria, a força de trabalho. Assim, nas regiões afetadas pelos grandes empreendimentos econômicos, muitos segmentos da classe trabalhadora são expulsos e outros atraídos, em especial, conforme a ênfase dada neste estudo, a força de trabalho de grandes obras, por meio das empreiteiras contratadas para atuação na fase de implantação do projeto Comperj.

Na teoria social de Marx, vimos que na lei geral da acumulação capitalista que está mistificada em lei natural, “o trabalhador existe para a necessidade de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (2006, p. 724)²⁵². Nessa lei tendencial, de acordo com a formulação de Marx,

[...] a força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (MARX, 2006, p. 716-17)

Pois, segundo este texto de Marx (*Id.*, *ibid.*):

A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista: capitalista de um lado e assalariado do outro. Do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduzem a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num pólo, e mais assalariados, no outro *Id.*, *ibid.*, p. 716-17).

Nos exemplos da realidade apresentada neste capítulo, a superpopulação relativa está presente neste início de século XXI no Brasil, como em diversas partes do mundo, sob a órbita dos grandes projetos. É a camada da população que, no pensamento gramsciano, ganha o qualificativo de *classe subalterna*, que está nas regiões castigadas pela falta de condições de vida e pelas grandes obras, sendo removida, penalizada, subjugada numa relação vertical, pois lhe é negado o protagonismo de até participar da construção da suas cidades. É a população

²⁵² Segundo esse autor: “Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos” (*Id.*, *ibid.*)

que circula, a migrante, a trecheira, que segue em frente em busca de “oportunidade” de trabalho, numa realidade em que não há lugar nem trabalho digno para todos, pois os espaços e o desemprego se tornaram a arma dos donos dos meios de produção a favor de sua busca insaciável pelo valor.

3.3. Formações sociais particulares sob o modo capitalista de produção: Leste Fluminense e o protagonismo de Itaboraí

Quando eu olho para a história,
vejo que as cidades foram regidas pelo capital,
mais que pelas pessoas.

Assim, nessa luta pelo direito à cidade
haverá também uma luta contra o capital

*David Harvey*²⁵³

Particularmente, essa região compõe nosso interesse de estudo pelo fato de, neste início de século XXI, se constituir uma referência no desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a escolha do município de Itaboraí para a implantação de um polo petroquímico. Sua evidência contemporânea, portanto, se deve ao fato de que seu processo histórico atual, em suas relações de produção e reprodução das relações sociais, vem ganhando destaque em função da implantação do grande projeto de desenvolvimento econômico denominado Comperj, que vem alterando significativamente o perfil da região.

Se, na dinâmica do capital, seus representantes vêm continuamente buscando se renovar em sua busca criativa de acumulação e expansão, a classe trabalhadora está em contínuo movimento em busca de lugares onde o mercado possa comprar sua única mercadoria, a força de trabalho, infelizmente, a qualquer preço. Assim, nas regiões afetadas por esses grandes empreendimentos econômicos como o Comperj, muitos segmentos da classe trabalhadora são atraídos, em especial, conforme a ênfase dada neste estudo, a força de

²⁵³ HARVEY, 2009, não paginado.

trabalho de grande obra, por meio das empreiteiras contratadas para atuação na fase de implantação do projeto.

Da observação *in loco* dessa realidade, na ocasião da pesquisa para a dissertação de mestrado, conforme situado na introdução desta tese, esse objeto de estudo foi sendo construído. Ou seja, a construção desse processo teve por ponto de partida os dois meses de assídua presença no Município de Tanguá, também pertencente ao Leste Fluminense, quando foi sendo percebido que alguns segmentos dos trabalhadores surgiam e, junto, famílias trabalhadoras se multiplicavam nas áreas de risco do município. Desse modo, o problema ora investigado nos foi apresentado quando realizávamos a pesquisa exploratória em 2009, quando ocorreu a observação que possibilitou contato com essa realidade, por meio principalmente das entrevistas realizadas com os assistentes sociais atuantes na localidade e, ao fim, a análise quali-quantitativa dos dados coletados.

A aproximação com alguns municípios do Leste Fluminense neste novo momento da pesquisa, nos proporcionou o que Reznik et al (2013, p. 34) evidenciam em sua experiência: a possibilidade de transformar tais lugares em “alteridades a descobrir”. Porém, não sendo nossa intenção percorrer cada município da região, colocamos Itaboraí como central entre os demais municípios que compõem o Conleste, tendo em vista sua atualidade histórica.²⁵⁴

É importante dizer, inicialmente, que ao realizarmos a referida pesquisa em 2009, tendo por campo amostral o município de Tanguá, chamávamos a atenção sobre um desafio particular para o pesquisador que se rende a esse tipo de investigação: “resgatar alguns aspectos da história de uma região, cujos registros históricos estão ainda muito incipientes [...]”²⁵⁵. Ainda, das produções a que tivemos acesso à época, “a perspectiva investigativa nem sempre estava contemplada nos registros disponíveis, os quais, muitas vezes, se apresentavam de forma excessivamente descritiva, sem dar a devida atenção aos sujeitos vivos, sua organização e formas de resistência” (NEVES, 2010, p. 26)²⁵⁶.

²⁵⁴ Para um maior aprofundamento do Leste Fluminense, indicamos: Reznik et al (2013); Agenda 21 Itaboraí (s/d); Neves (2010); Wikipédia (2015).

²⁵⁵ A história do município de Tanguá acha-se vinculada à de Itaboraí, município do qual era sede distrital até 1995 quando alcançou sua emancipação político-administrativa, com a edição da Lei Estadual n.º 2.496 e instalação em 1º de janeiro de 1997.

²⁵⁶ Naquela experiência investigativa, em Neves (2010), nos defrontamos com uma história política tradicional voltada para *os grandes acontecimentos da história e para a reprodução da vida dos grandes homens e dos grandes heróis*. Frente à dificuldade de se conseguir subsídios para o estudo, recorremos a alguns recursos da história oral, como um recurso metodológico, utilizando depoimentos de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujas turmas eram formas com a prevalência de trabalhadores idosos, inclusive, primeiros moradores do pequeno município; por isso, seus depoimentos foram muito valiosos.

Ao ampliar o campo amostral dessa pesquisa para o doutorado, percebemos que, se o Estado do Rio de Janeiro possui uma riqueza de informações disponíveis, sobre o Leste Fluminense não ocorre o mesmo, visto que a literatura sobre esse “território” ainda é extremamente nova, pontual, restrita, tendo em vista se tratar de um novo espaço, ainda em construção na divisão geográfica do Estado²⁵⁷. A região passa a ganhar visibilidade na atualidade, a partir da implantação do grande projeto de desenvolvimento do Comperj e, em função disso, a se constituir em um consórcio intermunicipal, a ser tratado nesta seção, que já reúne quinze municípios em torno dos desdobramentos dessa nova conjuntura que os afeta em graus diferentes e os interliga ao mesmo tempo²⁵⁸.

Portanto, tendo nossa análise por ponto de partida o trabalho, considerando-o no conjunto das relações sociais da sociedade capitalista, apreendemos a partir daí as suas contradições, em sua particularidade no Leste Fluminense, considerando também a falta de informações e mediações históricas e culturais, que são ainda maiores, apesar desta região encontrar-se em evidência na contextualidade social atual do Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, não dá para deixar de problematizar a questão do trabalho, principalmente se tratando de uma região em cujos municípios, na maioria, esta questão pode ser considerada como central em sua constituição. Esta evidência acentua a contradição ou insuficiência dos estudos, ao nos depararmos com uma total ausência de análise dando centralidade a esse aspecto. Inclusive, não se estabelece uma mediação analítica com as relações sociais e a atuação do Estado capitalista e seu papel ativo no desenvolvimento econômico de um município, como o de Itaboraí, ao qual aqui damos destaque em função da sua importância histórica e, principalmente, atual para a economia do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, percebemos, imediatamente que era necessário realizar a tarefa de reunir informações e construir novas num único texto, analisando-as criticamente. Seguindo esta orientação e lutando contra a escassez de recursos de informações, além da fatalidade dos prazos, buscamos desenvolver a abordagem específica desta seção.²⁵⁹

²⁵⁷ Necessário se faz esclarecer que não constitui nosso objetivo nesta tese dar centralidade às temáticas voltadas para a questão urbana, cotidianos, espaços e construção da cidade, embora em alguns momentos inevitavelmente haja necessidade de situarmos brevemente este contexto.

²⁵⁸ Há uma desigualdade histórico-cultural, econômica e social entre esses municípios, inclusive alguns com grande avanço em seus registros históricos particulares e outros ainda muito incipientes (NEVES, 2010).

²⁵⁹ O resultado ora apresentado incorpora de forma revista e ampliada o conteúdo do primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulado “Tanguá: das engrenagens da indústria açucareira aos impactos da indústria petroquímica” (NEVES, 2010).

Enfim, com essa apresentação sobre a região, chamamos a atenção sobre o fato de que, embora não tenha sido nossa intenção investigativa, a busca pela captura de algumas determinações históricas para situarmos melhor nosso objeto nos levou a situar esse processo regional que, por sua importância e singularidade dentro do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, tem lugar de destaque no amplo painel sobre a realidade nacional que ela compõe. Ao considerar que “o espaço não é nem eterno, nem inerte e imóvel, e tampouco natural, porém um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas” (COSTA, 2009), passamos a apresentar alguns indicadores que possibilitarão um maior conhecimento acerca da região que tomamos por espaço amostral desta tese.

3.3.1. Leste Fluminense e a importância de Itaboraí para a economia do Estado

Em relação à área territorial definida como “Leste Fluminense” do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com Reznik et al (2013), não há um consenso entre aqueles que utilizam essa categoria, verificando-se uma imprecisão espacial em relação à mesma, inclusive inexistindo essa circunscrição na divisão geopolítica atual do Estado do Rio de Janeiro. Tal denominação é recente e sua configuração enquanto “uma unidade socioespacial” vem da iniciativa de geógrafos e ambientalistas, tendo em vista dar uma referencialidade territorial aos seus estudos (Ibid, p. 39)²⁶⁰. Entretanto, essa configuração do Leste Fluminense, conforme observam os autores, vem ganhando força em estudos acadêmicos recentes que “buscam compreender processos comuns que têm atuado sob a transformação do espaço local, o perfil social das comunidades locais, atividades econômicas etc” (ibid., p. 39). Sua localização encontra-se à margem oriental da Baía de Guanabara e a subida da Serra dos Órgãos, em alternados movimentos de ocupação econômica e povoamento entre os séculos XVII e XXI (ibid, p. 35).

Por constituir uma região heterogênea, com aproximadamente três milhões de habitantes, conforme detalhamento apresentado no Quadro 1, o Leste Fluminense do Estado

²⁶⁰ Conforme Costa (2009, p. 63-64), “[...] o espaço geográfico não é a base da história mundial, mas o produto das relações fundamentais na divisão do trabalho que ocorrem num determinado momento histórico entre os homens e a natureza. É um processo de produção e também um processo de reprodução, fundamentado de um lado na acumulação técnico-cultural, e, de outro, na relação dialética entre o velho (espaço como meio de produção) e do novo (o processo de produção atual em si), implicando a ideia de continuidade – do processo de desenvolvimento da própria sociedade”.

vem sendo cada vez mais concebido sob a *perspectiva geoeconômica* associada à área do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste); região esta que consiste em uma reunião de municípios que buscam obter contrapartida aos impactos causados pela implantação do Comperj²⁶¹. Desse modo, o Conleste foi criado em função dos impactos e transformações resultantes da implantação do Comperj no município de Itaboraí, sendo composto inicialmente por 11 municípios, a saber: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá. Recentemente, os municípios de Araruama, Nova Friburgo, Saquarema e Teresópolis também passaram a integrar o Conleste, tendo em vista os impactos indiretos do Comperj e a possibilidade de cooperações e contrapartidas. Portanto, são 15 municípios atualmente compondo esse consórcio intermunicipal, cujas informações e indicadores como composição populacional, localização em relação à capital, PIB e IDH-M passamos a apresentar no Quadro 1, a seguir²⁶².

²⁶¹ O Conleste surge no contexto das novas configurações que se gestam nas cidades e regiões do Brasil, constituindo-se como parte da chegada de um grande projeto à região e das intervenções na dinâmica urbana, ambos considerados potencialmente de grande impacto regional (ROCHA, 2011). Em 2005, a Lei nº 11.107, conhecida como Lei dos Consórcios Públicos, regulamentou o artigo 241 da Constituição Federal de 1988 que previa o estabelecimento de convênios de cooperação entre instituições públicas. O tema da cooperação intermunicipal ganha relevância, notadamente na agenda local (ver Agenda 21 Itaboraí). É importante observar que esse processo resulta ainda das fragilidades e desafios resultantes do processo de descentralização das políticas sociais, especificamente com a transferência de poder de decisão e de recursos, bem como de atribuições, da União e dos Estados para os municípios (DURIGUETO, 2008).

²⁶² Ao utilizar também uma perspectiva geoeconômica, a FIRJAN, por exemplo, constitui a região Leste Fluminense pelos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Maricá, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Armação dos Búzios e Rio das Ostras (REZNIK et al, 2013, p. 39).

Quadro 1 - Municípios Fluminenses que integram o CONLESTE²⁶³

Da região chamada de Leste Metropolitano do Estado						
Municípios	População 2010	População Estimativa 2014	PIB	PIB per capita	IDH-M	Distância da Capital
Itaboraí	218.008	227.168	R\$ 2 618 852 mil	R\$ 11 884,86	0,704 PNUD/2010	45km
Maricá	127.461	143.111	R\$ 947 018,065 mil	R\$ 7 942,72	0,765 (RJ 6°)	60km
Niterói	487.562	495.470	R\$ 11 214 103,000 mil	R\$ 23 026,90	0,837 (RJ: 1°) PNUD/2010	10,9km
Rio Bonito	55.551	57.284	R\$ 726 977,503 mil	R\$ 13 315,58 I	0,772 (RJ: 37°) PNUD/2000	80km
São Gonçalo	999.728	1.031.903	R\$ 13 610 000,869 mil (BR: 46°)	R\$ 8 327,65	0,739 (RJ: 14°) – PNUD/2010	25km
Tanguá	30.732	32.140	R\$ 202 580,006 mil	R\$ 6 721,52	0,722 (RJ: 82°) – PNUD/2000	65km
Da Região das Baixadas Litorâneas (que agrupa a Microrregião da Bacia de São João e a Região dos Lagos)						
Araruama	112.008	120.948	R\$ 1 264 898,775 mil	R\$ 9 188,91	0,718 (35°) – alto PNUD/2010	108 km
Cachoeiras de Macacu	54.273	55.967	R\$ 779 077, 531 mil	R\$ 13 781,91	0,752 (RJ: 54°) PNUD/2000	97km
Casimiro de Abreu	35.347	39.414	R\$ 1 435 588,326 mil	R\$ 48 156,33	0,726 (29°) – PNUD/2010	128km
Squarema	74.234	80.915	R\$ mil	R\$ mil		
Silva Jardim	21.349	21.336	R\$ 160 313,895 mil	R\$ 7 235,03	0,731 (75°) – PNUD/2000	111 km
Da Baixada Fluminense						
Guapimirim	51.483	55.626	R\$ 380 660,809 mil	R\$ 7 818,37	0,739 (RJ: 63°) – PNUD/2000	84km
Magé	227.322	233.634	R\$ 1 675 617,783 mil	R\$ 6 954,50	0,746 (RJ: 57°) – PNUD/2000	50km
Da Região Serrana Fluminense						
Nova Friburgo	182.082	184.460	R\$ 2,835,809 mil	R\$ 15,580 00	0,745 (11°) – alto PNUD/2010	136 km
Teresópolis	163.746	171.482	R\$ 2,764,129 mil	R\$ 16,874 51	0,730 (RJ: 23°)	90 km

Fonte: NEVES, A. M. Trabalho, Grandes Projetos e “Questão Social” no Leste Fluminense/RJ. PPGSS/UERJ (2014-2015)

²⁶³ Para compor esse Quadro 1, tomamos por referência os dados divulgados no período de janeiro a junho de 2015 pelos seguintes sites: 1) informações acerca da “População” disponibilizadas pelo IBGE (<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>); 2) informações sobre “distância da capital”, PIB e IDH-M foram extraídas do wikipedia (<http://www.wikipedia.org/>) ; 3) constando informações acerca dos municípios que compõem o Conleste e a divisão por região nos sites: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cons%C3%B3rcio Inter municipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense e](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cons%C3%B3rcio_Intermunicipal_de_Developmento_do_Leste_Fluminense_e) <http://conlestenoticias.com.br/2013/08/conleste-prefeitos-do-conleste-vaio-levar-propostas-a-brasilia/>

A composição, portanto, do Leste Fluminense, a partir da perspectiva dos municípios que integram o que recentemente passou a se afirmar como Conleste, agrega hoje municípios que integram distintas regiões político-administrativas do Estado do Rio de Janeiro e que estão sob áreas de impacto do Comperj. Conforme demonstrado no Quadro 1, são seis da região chamada de Leste Metropolitano do Estado (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Maricá e Tanguá)²⁶⁴; mais cinco da Região das Baixadas Litorâneas, que, por suas vez, agrupa a Microrregião da Bacia de São João e a Região dos Lagos (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Araruama, Saquarema)²⁶⁵; dois da Baixada Fluminense (Guapimirim e Magé); e, por fim, dois da Região Serrana Fluminense (Nova Friburgo e Teresópolis)²⁶⁶.

A estimativa populacional da Região é de 2.950,858, sendo que, destes municípios, o mais populoso é São Gonçalo que alcança mais de um milhão de habitantes, segundo as estimativas de 2014, as mais recentes do IBGE (2015); enquanto Silva Jardim é situado como o menor da região, tendo apenas 21.336²⁶⁷.

Observa-se que, “na iniciativa de criar e fazer funcionar o Conleste, identifica-se a tentativa de estabelecer diálogos e parcerias entre prefeituras de municípios muito diversos entre si, afetados, cada um à sua maneira, pela instalação do complexo petroquímico em Itaboraí” (REZNIK et al, 2013, p. 34). Segundo os autores, se trata de “uma mudança de grande porte, em termos socioeconômico e ambientais, que, ao fim, no dia-a-dia dos habitantes locais, potencializou a percepção do tempo presente, alimentando, para alguns, a previsão de que o Leste Fluminense muito provavelmente não será mais o mesmo”. Pois essa região, em especial, seus municípios assumem importância diferenciada em contexto de tantas

²⁶⁴ Até março de 2015, Tanguá era o último município da região Metropolitana, tendo sido sucedido por Rio Bonito desde dezembro de 2013 que deixou de ser parte do interior fluminense por lei. Também pertence à Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, especificamente na Microrregião de Macacu que também abrange o município de Cachoeiras de Macacu. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Bonito. Acesso em 02 jun. 2015.

²⁶⁵ A mesorregião das Baixadas Litorâneas é uma das seis mesorregiões do estado brasileiro do Rio de Janeiro. É formada pela união de dez municípios agrupados em duas microrregiões, Bacia de São João e Região dos Lagos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_das_Baixas_Litor%C3%A2neas. Acesso em 02 jun. 2015. Para maior aprofundamento ver ainda Reznik (2013).

²⁶⁶ Além dos processos atuais, Reznik et al chamam a atenção para as raízes históricas que a região possui, o que a torna singular no conjunto da terra fluminense. Em especial, os autores evidenciam cinco municípios fluminenses (Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá) que, segundo eles, “foram historicamente sombreados pela centralidade que a cidade do Rio de Janeiro assumiu na vida nacional” (REZNIK et al, 2013, p. 13).

²⁶⁷ É importante destacar que, no conjunto desses quinze municípios mais afetados pelo Comperj, o PIB vem crescendo nos percentuais entre 2010 e 2015 em comparação com o Estado do Rio.

incertezas e expectativas, especialmente a partir da crise da Petrobrás e respectivas empreiteiras prestadoras de serviços que vêm afetando cada municipalidade.

Antes, porém, do estudo do projeto Comperj e suas consequências para o Leste Fluminense, analisaremos as particularidades do município de Itaboraí até a chegada desse empreendimento, abordando sua importância para a economia do Estado do Rio de Janeiro, a formação das relações de produção antes do Comperj e as modificações depois deste projeto, além de buscar destacar os acontecimentos mais notáveis em sua história.

A economia agrária tem centralidade não só na história deste município, como também na dos demais municípios vizinhos. Ao situar este período de hegemonia agrária, sobretudo no agroindústria açucareira que marca o início do século XX até os anos de 1970, voltamos nossa atenção à força de trabalho no desenvolvimento do município e da região. Desde o início Itaboraí participava de experiência capitalista, considerando, principalmente, o período marcado pelo cultivo da cana de açúcar que predominou por mais de 50 anos na região e encerrou suas atividades apenas na década de 1970 com o fechamento da Usina Tanguá. A atividade agroaçucareira dinamizou um primeiro processo migratório de trabalhadores que contribuiu para a formação social e econômica da região. O segundo ciclo migratório aconteceu quase um século depois com o anúncio e o início das obras do Comperj.

Numa rápida retomada histórica sobre a constituição dessa municipalidade, verifica-se que o trabalho foi determinante em sua formação histórica, considerando especialmente os ciclos de migração de trabalhadores que marcam sua formação populacional, fato comum na região da qual Itaboraí faz parte. Não se trata de um lugar isolado da totalidade das relações sociais de re-produção social, logo não se trata de uma abstração teórica, mas componente de um processo: principalmente no Brasil após o final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando foi redefinido o papel dos municípios. Segundo Souza (2007), a partir dos anos 1970, explicita-se o desgaste do paradigma do Estado centralizador e intervencionista do período fordista, colocando na ordem do dia a questão da descentralização do Estado. Nesse sentido, dentre os princípios enumerados pela Constituição de 1988, o da descentralização político-administrativa demarca uma nova ordem política na sociedade brasileira (Ibid., p. 38)²⁶⁸. De acordo com Jovchelovitch (1998), na gênese dos municípios do Brasil, e no decorrer de sua trajetória de formação e busca de autonomia, esteve sempre

²⁶⁸ A autora ressalta, no entanto, a importância de se estar alerta para uma concepção de descentralização de corte neoliberal, que identifica descentralização como estratégia de redução do gasto público, visando combater a crise fiscal do Estado moderno. A descentralização, nesse sentido, identifica-se com a seletividade do atendimento de demandas e necessidades e contrapõe-se às expectativas de universalização dos direitos sociais.

presente o binômio centralidade/descentralização. Logo, a descentralização como um processo em curso no Brasil desde 1980, revela uma importante mudança na estrutura do sistema de proteção social brasileiro²⁶⁹.

Em um breve histórico sobre a constituição dessa municipalidade, que tomamos como uma particularidade concreta para demonstração do nosso estudo, entendemos que nela poderemos capturar o singular do universal, conforme o movimento do método do materialismo histórico-dialético. Segundo pesquisa do IBGE, o município alcançou o PIB, em 2005, de R\$ 15.818.944 bilhões sendo no *ranking* nacional, o 15º do país. A cidade ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS) do Estado, atrás somente da capital, portanto, apresentando grande importância para a economia do Estado do Rio de Janeiro.

Em seu contexto histórico-geográfico, para o qual buscamos apoio nos relatos do Adamastor Camará Ribeiro – historiador na primeira jornada de cultura local, em 1984, conforme dados divulgados por Dutra (2015), Itaboraí é uma cidade histórica do Estado do Rio de Janeiro, localizada na região metropolitana. Surge da confluência de três importantes vilas do passado colonial e imperial do Brasil, a saber: Santo Antônio de Sá, São João de Itaboraí e São José Del Rey. A maior delas, a Vila de Santo Antônio de Sá, é considerada a segunda formação do Rio de Janeiro no recôncavo da Guanabara.

Desse modo, tendo despontado, como Vila de São João de Itaboraí, vila que serviu, inicialmente, como parada de tropeiros e, mais tarde, veio a se tornar o maior produtor açucareiro da região e, principal entreposto comercial ligando o norte fluminense à capital da província²⁷⁰. Os engenhos de açúcar que já existiam pela região, por ocasião da fundação da Vila de Santo Antônio de Sá, foram os responsáveis pelo desenvolvimento econômico de Itaboraí, sendo a principal atividade econômica do vale do Macacu-Caceribu durante todo o período colonial, perpetuando-se até o século XX.

No início de século XXI, Itaboraí está com uma população que vem crescendo desde 2006, chegando a se tornar uma das mais desenvolvidas regiões fluminenses. Após anunciada

²⁶⁹ Arretche (1996) evidencia que é possível distinguir três fatores na literatura contemporânea que justificariam o processo de descentralização das políticas que vimos experimentando no Brasil hoje. São eles: *fatores estruturais*, que envolvem atributos estruturais dos Estados e municípios, sua capacidade de gasto e sua capacidade político-administrativa; *fatores institucionais*, com três variáveis destacadas pela autora: o legado das políticas prévias, as regras constitucionais que normatizam a oferta de bens e serviços e a engenharia operacional inerente à sua prestação; a ação política é estruturada pelas instituições políticas” (Ibid., p. 30-32).

²⁷⁰ Nas referências históricas de Dutra (2015), o primeiro povoamento no Recôncavo da Guanabara foi a Vila de Santo Antônio de Sá, fundada em 1697, às margens do Rio Macacu, na mesma região de Porto das Caixas que hoje abriga o Comperj.

como sede de um novo e grande empreendimento econômico no Estado do Rio de Janeiro, Itaboraí atingiu uma população de 227.168 habitantes, segundo estimativa de 2014 do IBGE, sendo antes, de 218 mil. Administrativamente, o município está dividido em oito distritos e setenta e três bairros.

Trata-se de um município que se tornou uma cidade em 1890, situado às margens da Baía de Guanabara, a 45 km de distância da capital, tendo como municípios limítrofes Guapimirim, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Tanguá e Maricá²⁷¹. A cidade ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS) do Estado, atrás somente de capital, portanto, apresentando grande importância para a economia do Estado do Rio de Janeiro.

Tanguá é um distrito que se destacava no município de Itaboraí, vindo a se tornar município em 1995 precedido de consulta plebiscitária. A elevação desse distrito à condição de município naquele ano, após consulta plebiscitária favorável a sua criação, foi uma experiência marcante na história de Itaboraí.²⁷² Por ser Tanguá o distrito mais desenvolvido do município, totalizando 40% da arrecadação, causava indignação aos moradores o fato de a maior parte do ICMS de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações não ser aplicada no distrito com obras e serviços necessários. Surgia, assim, a ideia de um governo autônomo e próximo, que poderia tirar Tanguá do esquecimento em que se encontrava, pois, para os moradores do lugar era melhor um pequeno município do que um grande distrito. Por ocasião do fechamento da Usina em 1970, a população, pela primeira vez, começou a expressar seu desejo de autonomia, imaginando que os problemas socioeconômicos vivenciados na ocasião poderiam ser superados ao transformar Tanguá em município.²⁷³

²⁷¹ Uma parte do território de Itaboraí é voltado para a Baía de Guanabara, compondo, com os municípios de Magé e Guapimirim, a APA de Guapimirim (Área de Preservação Ambiental), uma Unidade de Conservação de uso sustentável voltada para a preservação e conservação de remanescentes dos manguezais (Agenda 21 Itaboraí, p. 25).

²⁷² Seu processo de emancipação político-administrativa expressa o processo de municipalização no Brasil no final da década de 1980 e durante os anos 1990. A descentralização do Estado é compreendida como parte das alternativas que se colocaram para a crise que atravessou o mundo capitalista nas décadas de 1970 e 80 e que impôs uma profunda reestruturação econômica, bem como um reajustamento social e político, configurando um novo modelo de acumulação de caráter mais flexível (SOUZA, 2007).

²⁷³ Na primeira tentativa para realização do Plebiscito, o então Prefeito de Itaboraí trabalhou veementemente contra, temendo a perda da arrecadação gerada pela CIBRAN, Embratel e Mineradoras. Em 1990, nova tentativa para realização de plebiscito mobilizou Tanguá, embora o governo do Estado, na época Brizola, junto com o PDT, se mostrasse contrário à “febre” de emancipação de distrito e bairros e, ainda, ter um grupo significativo de moradores organizados e mobilizados numa campanha para derrubar a proposta do plebiscito, pois eram também contrários à sua realização. A consulta foi realizada em 1990, porém permeada de muitas controvérsias e a própria Comissão Organizadora solicitou anulação à Justiça eleitoral justificando-se pelo comportamento da prefeitura de Itaboraí que na sua campanha pelo “não” havia feito uso indevido de recursos, o que comprometeu o resultado da consulta plebiscitária. Somente em 15 de novembro de 1995 foi realizado, com sucesso, o

Outra localidade que se destacou muito foi o povoado de Porto das Caixas, como tratado anteriormente. Seu nome vem do fato de ter se tornado um importante entreposto comercial, responsável por todo o escoamento da produção agrícola da região e do interior fluminense que chegava pelo rio Aldeia ao seu porto, tendo a produção encaixotada para transporte até a Bahia da Guanabara e de lá seguir rumo à Europa. Com o seu crescimento, o povoado chegou a ter uma ativa vida cultural, contando com dois teatros e um comércio muito bem estabelecido²⁷⁴.

Entretanto, a chegada da estrada de ferro à então vila de Itaboraí, enquanto os portos fluviais entravam em decadência, deu um certo alento ao comércio e à indústria das olarias e cerâmicas, permitindo o crescimento urbano e sua transformação de vila em cidade.

A chegada do trem, neste período, como já destacado em 3.1.3, é reconhecida como um *divisor de águas* na economia de Itaboraí e municípios vizinhos, pois sua contribuição foi fundamental na formação desses lugares e para a economia da região. Através do trem era transportado o açúcar e o álcool produzidos na Usina Tanguá e se movimentava um grande número de operários que saíam dos seus lugares de origem como o Norte Fluminense do Estado, em busca de trabalho nas safras do cultivo da cana. Em 1878, foi inaugurada a Estação Ferroviária de Tanguá, marcando a chegada da primeira composição de trens vinda da Estação de Porto das Caixas, distante 18 km, que se transformou em embarcadouro dos produtos da região, num período em que ali havia grandes fazendas (NATALINO, 2004)²⁷⁵. Esse fato também resultou no surgimento de um pequeno povoado constituído de casas residenciais, comerciais e armazéns auxiliares do embarque das mercadorias nas imediações da Estação Ferroviária de Tanguá. A partir de 1920, esse povoado tornou-se o principal escoadouro da produção da Usina Tanguá.

De acordo com a Agenda 21 Itaboraí (s/d) e Rezmink et al (2013), as principais atividades econômicas do município são a manufatura cerâmica (decorativa e utilitária), fruticultura, agricultura de subsistência, apicultura, pecuária extensiva, extrativismo mineral e,

segundo plebiscito que elevou Tanguá à condição de município, após longo processo de preparação e articulações. Após a aprovação, travou-se outra etapa da luta para que o Governador do Estado, Marcelo Alencar, assinasse a lei de criação do município até 31 de dezembro do mesmo ano, a fim de que Tanguá pudesse realizar sua primeira eleição, como município, em 1996.

²⁷⁴ Contudo, com a decadência do transporte fluvial e a posterior inauguração da Estrada de Ferro ligando Porto das Caixas a Cantagalo em 1860, e a da Carril Niteroiense, em 1874, ligando Niterói (então capital da Província do Rio de Janeiro) diretamente ao interior fluminense, viabilizando o escoamento mais vantajoso da produção cafeeira da região serrana, o antigo entreposto de Porto das Caixas da Vila de São João de Itaboraí entrou em declínio.

²⁷⁵ De acordo com depoimentos de alunos da EJA/2005, havia escravos nestas fazendas em Tanguá até o início do século XX, inclusive, na Serra do Barbosão, podendo lá ser encontrado um antigo cemitério de escravos.

em seguida, a indústria e o setor terciário, como comércio e serviços. Portanto, pelas próprias atividades conclui-se que se trata de um município com características rurais bastante acentuadas, historicamente constituído por segmentos da classe trabalhadora.

Em relação aos patrimônios do Leste Fluminense, Reznik et al (2013) anotam que a cultura fabril na região pode ser observada a partir tanto das olarias, em Itaboraí, quanto das ruínas do armazém e da chaminé da Fazenda de Santa Constança, em Guapimirim, expressões ainda da economia local.

A economia agrária tem grande centralidade na história de Itaboraí. Dentre as atividades econômicas neste setor, destacam-se o plantio da laranja e do açúcar. A laranja surge como uma nova economia agrícola no século XX, depois de um período de declínio na economia local, perdurando em seu auge dos anos 1920 até a década de 1980. Porém continua presente e tendo grande importância na economia local.

Cabe ressaltar que Itaboraí se tornou o maior produtor dessa cultura no Rio de Janeiro, e o segundo no Brasil, chegando a ser conhecido como “Terra da Laranja”²⁷⁶.

Segundo Ianni (1976) a expansão capitalista vem ocorrendo no mundo agrário brasileiro desde quando a Abolição de Escravos ocorreu. Na economia agrária cafeeira, primeiro essa expansão se realizou na cafeicultura que vivenciou a transição das duas formas de expropriação da força de trabalho. Ou seja, da escrava para a “livre”; e a segunda foi realizada na agroindústria açucareira que utilizou a força de trabalho “livre” desde o início. Tendo o Rio de Janeiro se firmado na indústria agrária em boa parte do século XX, a região de Itaboraí foi um reflexo desse momento. Traz, portanto, a marca histórica de ser um município rural, que mesmo com quase uma década desde o anúncio e chegada das obras do Comperj, ainda não alterou essa característica agrária. Nesse setor, teve duas atividades, desenvolvidas paralelamente, que deram à região uma identidade econômica: a de “terra da laranja” ou “circuito de laranja” e do açúcar ou “*sinônimo de usina*”. Ou seja, a produção da laranja e a dinamização das atividades açucareiras foram as relações sociais de produção e reprodução da vida social por quase um século nesta região. Em relação à agroindústria, as atividades foram encerradas na década de 1970, mantendo as da laranja, mas não mais com a força anterior a 1980.

²⁷⁶ A cerâmica também esteve sempre presente na cultura e na economia do município, sendo encontrados registros entre os povos originários (os índios) e nos próprios engenhos, que possuíam pequenas olarias para confecção em argila dos invólucros para transporte de açúcar. Essa tradição se perpetuou pelo século XX ampliada pela indústria ceramista, primeiramente com a chegada de novos colonos portugueses entre 1897 e 1912 e na chegada de novas tecnologias na década de 1940, mecanizando a produção (DUTRA, 2015).

Assim, de acordo com Dutra (2015), após experimentar um período de destaque na produção de laranja durante boa parte do século XX, Itaboraí viu-se numa situação de declínio, pois as terras já não mais produziam frutos de boa qualidade. O motivo, como evidencia o autor, “não era o fato das terras estarem cansadas e sim os erros na técnica de plantio, no transporte e na colheita e na falta de adubação, mostrando o caráter especulativo do empreendimento”.

O cultivo da laranja voltou a se fortalecer com a queda da cultura canavieira, quando muitos fazendeiros e pequenos produtores rurais passaram à ocupação deste tipo de atividade por depender de menor número de trabalhadores (OLIVEIRA, op. cit. p. 64). Por ser tradicional na região, o seu plantio tem sido atividade responsável pela melhoria das condições de vida dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais.

Alguns municípios da região, inclusive, ainda cultiva muito essa cultura, como é o caso do Município de Tanguá, que tem uma festa anual em seu nome: “Festa da Laranja”²⁷⁷ segundo os dados extraídos do *Jornal Rural – a voz do campo*²⁷⁸. Dos 146,623 km² do município, 80% são de terras agricultáveis²⁷⁹. Neste universo rural, também se junta a criação e a engorda de gado de corte que marcam a economia local e dos municípios vizinhos até a metade da década de 1970, absorvendo pouca mão de obra, ou seja, um homem para cada 250 cabeças, de acordo com Oliveira (2000)²⁸⁰. Esta atividade ainda ocupa uma parte da mão de obra rural do município na atualidade.

A construção da ponte Rio-Niterói foi um importante fator para a aceleração do processo de urbanização em Itaboraí, que havia se tornado uma “cidade-dormitório”, a partir da década de 1970, estimulando uma especulação imobiliária. Este fato criou novos problemas ambientais na região, pois as antigas áreas de plantações de laranja foram convertidas em loteamentos, sem nenhuma infraestrutura urbana, em praticamente todos os

²⁷⁷ “Em Itaboraí, especialmente na região atualmente ocupada por Tanguá, por exemplo, desenvolve-se, nas décadas de 1940 e 1950 um centro cítrico com a produção de laranjas.

²⁷⁸ Ano IV – n. 22 – novembro/dezembro de 2007.

²⁷⁹ Atualmente Tanguá é conhecido como circuito da laranja, com sua produção desde as décadas de 1940 e 1950, sendo o único município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que vive da agricultura e o segundo maior produtor de laranja de mesa do Estado, ocupando lugar de destaque na economia agrícola fluminense. Neste sentido, afirma-se que a agricultura é uma “vocação natural” de Tanguá, que tem nesta atividade sua base econômica. A indústria ceramista, antes aquecida, não buscou novas tecnologias que fossem mais eficazes, ou menos poluentes, perdendo mercado para outras regiões e estados do Brasil. Porém, ao contrário da laranja, a produ o cerâmica não se extinguiu, mas, de grande empregador em meados do século XX, resume-se hoje a umas poucas unidades, sendo que algumas buscaram se aprimorar nos últimos anos. Dados extraídos do *Jornal Rural – a voz do campo*. Ano IV – n. 22 – novembro/dezembro de 2007.

²⁸⁰ O cultivo de cocos se soma   produ o da citricultura, reforçando ser a agricultura uma atividade fundamental na economia do município.

distritos, cabendo lembrar que não haviam políticas públicas organizadas, ou definidas, de zoneamento urbano, e nem leis muito claras, à época, o que trouxe sérios problemas para o município. De acordo com Dutra (20015), ainda hoje, Itaboraí tem boa parte de sua população empregada na capital, na região metropolitana e em alguns municípios da Baixada Fluminense. Porém, também vive “uma inversão econômica com novos empreendimentos, transformando Itaboraí de satélite (quando da implantação da primeira Estação Terrena da Embratel, no Brasil, em Tanguá – na época 5º distrito do município) ou de dormitório, numa cidade polo para, pelo menos 12 municípios circunvizinhos, constituindo uma nova geografia socioeconômica na região”

No depoimento de Alexandre Salgado, presidente da Associação de Moradores de Vila Rica, bairro às margens da Baía de Guanabara, “Itaboraí é uma cidade carente de empregos, é uma cidade chamada dormitório. Quem mora aqui geralmente trabalha fora por falta de trabalho. Vamos ver se agora dá uma melhorada” [referindo-se à chegada do Comperj] (Extraído de *Agência Brasil* de 29/03/2006).

A própria história do lugar, portanto, demonstra que o trabalho é compreendido como condição fundamental de sobrevivência e de reprodução das famílias trabalhadoras que dão vida a este lugar; tendo centralidade na vida desses indivíduos sociais. Neste sentido, o cenário da produção de açúcar, conforme apresentado a seguir, é revelador das condições materiais e sociais em que o trabalho se realiza (IAMAMOTO, 2001). Como podemos perceber no depoimento de Marta:

Quando cheguei a Tanguá encontrei a usina funcionando. Meu marido trabalhou na usina cortando cana, embaixo de sol e chuva e, ainda, enchia as carretas de cana para o trator transportar para a usina. Eu não cortei cana, meus irmãos trabalharam dentro da usina ensacando açúcar, todos trabalhavam muito, A usina fechou em 1971²⁸¹

²⁸¹Marta gravou este depoimento em 2005, quando aluna do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Prefeitura do Município de Tanguá. Segundo ela, debaixo de sol e chuva chegou à localidade de Tanguá em 1963. Outros depoimentos dessa experiência que marca uma parte da nossa trajetória profissional constam em Neves (2010). A EJA era um dos programas sociais de uma instituição na qual trabalhamos como assistente social.

3.3.2. Itaboraí: dos canaviais à atualidade da chegada do Comperi

De acordo com Ianni “os trabalhos e os dias das gentes, no campo e na cidade, estão influenciados, ou amplamente determinados, pela reprodução do capital aplicado nos canaviais e nas usinas. Para uns, a cana é doce, para outros, a maioria, ela é áspera” (IANNI, 1976, p. 24).

Tendo em vista que o processo de produção e reprodução da vida através do trabalho é, para Marx, a atividade humana básica, a partir da qual se constitui a “história dos homens”, buscamos tanto dar destaque ao papel exercido pela agroindústria açucareira na região de Itaboraí, como também apreender o processo de expansão das agroindústrias, que envolvem o cultivo da cana-de-açúcar e sua agroindustrialização na região de Itaboraí e adjacências, no final do século XIX e início de século XX. Particularmente no então povoado de Tanguá, por sua importância nesta economia agroindustrial, atentando para a unidade produtora a partir da instalação de uma usina no local, e a incorporação de um significativo contingente de trabalhadores, operários da cana, em seu processo migratório para a região²⁸².

A história de Itaboraí em seus primórdios, a partir do seu desbravamento, remonta à época da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no século XVI, quando em seus arredores foram doadas sesmarias para a instalação de lavouras de cana-de-açúcar²⁸³. Sendo o açúcar transformado mais tarde em um produto valorizado na Europa e o principal produto de exportação do Brasil até o século XIX, as regiões que o fabricavam alcançavam grande importância. Neste sentido, devido à lavoura da cana de açúcar, o município de Itaboraí tornou-se um dos municípios mais importantes da Província do Rio de Janeiro.

Como monocultura de grandes extensões, a cana de açúcar destacou-se nas primeiras fases da história de Itaboraí, porém, ainda naquele século, como já exposto, a cana de açúcar enfrentou uma grande crise devido à utilização do açúcar de beterraba que transformou países europeus de consumidores em produtores e também em exportadores, o que causou prejuízos à exportação brasileira (OLIVEIRA, 2000, p. 45). Esta oscilação no mercado do açúcar levou os agricultores a experimentar o café, no início do século XX. Embora o café formasse um

²⁸² Com esta abordagem, pretendemos dar a devida importância à influência que a “Usina Tanguá” exerceu sobre a economia e o mercado de trabalho em Itaboraí e região, tanto em relação às expectativas de emprego quanto as condições de trabalho no início do seu processo de constituição enquanto povoado.

²⁸³ MAIA P., apud Agenda 21 Itaboraí, p. 26.

tripé agrário com a cana de açúcar e a laranja em grande parte do Estado do Rio, em Itaboraí e sua vizinhança, ele surgiu como cultura paralela e despreziosa²⁸⁴.

Com o tempo, em Itaboraí e em toda a região vizinha, foi retomada a monocultura canavieira, levando ao abandono a produção de gêneros alimentícios como feijão, milho e mandioca, uma vez que os preços do açúcar eram mais compensadores. Iniciava-se o processo de industrialização da cana, o que reflete o processo de industrialização no Brasil que só se consolidou tardiamente no século XX (IANNI, 1965; 1976). Era o espraiar dos canaviais, como também da usina na qual se produzem o açúcar e o álcool extraídos da cana de açúcar. No caso da cana, este fato favoreceu o abandono das pequenas propriedades e dos engenhos, que não conseguiram adaptar-se aos novos métodos de produção (OLIVEIRA, op. cit., 46-7)²⁸⁵.

Nos relatos sobre a cidade, o historiador Adamastor Ribeiro chama a atenção sobre a presença do indígena. Segundo ele, “assim como aconteceu em outras vilas, há registros de que os índios que ali existiam foram levados a participar do processo de desmatamento das áreas circunvizinhas a Baía da Guanabara, para que se realizasse o plantio da cana de açúcar e a construção de engenhos. Estes teriam sucumbido diante do trabalho pesado, uma das razões pelas quais podem ser encontrados inúmeros enterramentos indígenas na região, sendo imediatamente substituídos pelos escravos provenientes do continente africano²⁸⁶. Sobre isso, o historiador fez, à época, a seguinte observação: “é essa força de trabalho de São Barnabé, juntamente com o escravo negro, que fez o vigor canavieiro de Itaboraí.”²⁸⁷

Em Tanguá, 5º distrito de Itaboraí na época, foi instalada uma usina de açúcar, tendo sido determinante para introduzir um processo de mobilização dos trabalhadores da agroindústria para o local. Não existem muitas informações sobre a “Usina Tanguá” nos primeiros tempos. Sabe-se, entretanto, pelo depoimento de alguns munícipes mais antigos do lugar, que ela foi criada por volta de 1920, gerando expressivas transformações sócio-

²⁸⁴ Conforme registrado por Martins sobre os senhores de engenho fluminense: “habitados a plantar a cana de açúcar, não se predispunham a nova cultura do café. Nem mesmo recebendo instruções das autoridades, que acenavam com a importância do produto, incentivando seu plantio e criando para isso condições favoráveis” (MARTINS, 1993 apud OLIVEIRA, 2000, p. 45).

²⁸⁵ Este foi um período em que maior importância teve a introdução das usinas e Tanguá foi uma das últimas localidades da região fluminense onde estas transformações chegaram. Isso se deu no início da década de 1920 quando foi instalada a Usina Tanguá, de propriedade da Empresa Brandão Filho, que propiciou profundas modificações na localidade, elevando o povoado de Tanguá a quinto distrito de Itaboraí.

²⁸⁶ “Em determinado momento do processo de colonização no séc. XVII, mais ou menos em 1628, por causa da presença dos franceses e holandeses, o colonizador português usou a mão-de-obra indígena que era numerosíssima em Itambi – era a maior população indígena, 3500 selvagens, segundo Fernão Candim – utilizou essa mão-de-obra para construir fortificações no Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara.”(Adamastor Ribeiro)

²⁸⁷ Adamastor Camará Ribeiro – Historiador, na primeira jornada de cultura local, realizada em Itaboraí, em 1984

econômicas e foi determinante no inevitável fluxo migratório de trabalhadores em busca de empregos. E, ainda, que a única destilaria de álcool anidro existente no Brasil até 1933 era a da Usina Tanguá (OLIVEIRA, 2000, p. 50)²⁸⁸.

É importante sinalizar que a partir de 1924, a usina passou a ter grande centralidade em nível local, como maior empregador da região e estimulador do afluxo de pessoas para o trabalho no plantio e no corte da cana. Esse processo, por sua vez, determinou, à criação de uma nova região administrativa em Itaboraí. A usina produzia açúcar, álcool e melão, e a produção era vendida em Niterói e no Rio de Janeiro²⁸⁹.

Ao analisarmos a importância da usina e as relações sociais que a envolvem, a música de Milton Nascimento surge de repente como um acalento frente a carga pesada imposta sobre os operários da cana. Em sua letra, que expressa as dimensões histórico-ontológicas do trabalho, também reflete sobre as relações entre seres humanos e natureza, como podemos recordar a partir de um trecho: “Decepar a cana, recolher a garapa da cana roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel. Afagar a terra, conhecer os desejos da terra, cio da terra propícia estação e fecundar o chão”. Esta representativa imagem na dinâmica da agroindústria canavieira, que expressa a importância econômica da usina, é apresentado por Ianni, que, num mergulho nesse universo, é negadora dessa relação poética-política do homem com a natureza cantada na música. A citação a seguir é colocada na íntegra, para não comprometer a força da mensagem do texto de Ianni que nos oferece a seguinte reflexão:

A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade, no campo. Parece inserida no processo de reprodução do capital agrário. Na usina, o capital agrário e industrial aparecem conjugados, subsumidos um ao outro. De longe, vista no campo, a usina parece engolida pela canavieira; a fábrica pela planta; a indústria pela agricultura. Mas o que ocorre é o inverso, reverso. Na agroindústria canavieira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital agrário as suas cores e matizes. Na usina, a cana de açúcar é industrializada, transformada em açucares e alcoóis, seguindo as exigências e a lógica da produção industrial. Aí comandam os processos físicos e químicos, mas sobressai a máquina e o andamento maquinizado. Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente, segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial. Pouco a pouco as exigências da usina se estabelecem e se impõem nos canaviais, sobre os fazendeiros, os plantadores e os operários rurais. É verdade que a cana de açúcar se faz segundo o

²⁸⁸ “Em Tanguá, é instalada, em 1920, a Usina Tanguá, pela firma Brandão Filho, que comprou as terras da antiga Fazenda Tanguá. A partir desta foram sendo adquiridos engenhos e fazendas próximas, em Rio Bonito e Silva Jardim, para prover o fornecimento de cana-de-açúcar e de lenha para as suas caldeiras. Até 1933, a Usina Tanguá era a única destilaria de álcool anidro existente no Brasil” (OLIVEIRA, 2000, p. 53).

²⁸⁹ O açúcar era adquirido pela Refinaria Piedade, que produzia o açúcar União, pelas Usinas Nacionais, produtora do açúcar Pérola, e pela Fábrica Ramiro. Além das refinarias, indústrias de refrigerantes Flexa, em São Gonçalo, e a Fábrica de Coca-Cola e Benevides & Cia, de Rio Bonito, eram abastecidas pela Usina Tanguá. (Agenda 21 Itaboraí, p. 53-54)

andamento da natureza, nas suas estações. Mas esse andamento pode acelerar-se algum pouco e aperfeiçoar-se, segundo determinações, provenientes da usina. É nesse movimento que se aplicam e propagam o fertilizante, o defensivo, o trator, a queima das folhas, a intensidade do corte, a velocidade do transporte, a intensificação da força de trabalho. Ao desenvolver-se no campo, a usina incute no verde dos canaviais uma vibração e uma aspereza que nada têm a ver com a doçura da cana madura. (IANNI, 1976, p. 36-37- grifo nosso).

A “Usina Tanguá”, como expressão do capital agrário, que movimentava a vida não só do pequeno povoado onde estava instalada, como também a de toda a região, por ela passando uma parte da economia do Estado, foi adquirindo grandes extensões de matas e canaviais para prover seu próprio fornecimento, uma quantidade muito superior à utilizada pelos engenhos que existiam. Neste sentido, a Usina Tanguá era proprietária de várias fazendas que tinham como atividade principal o cultivo da cana-de-açúcar e operavam em sistema de moagens anuais, em que a maioria da população trabalhava no plantio e no corte da cana. Além dos altos investimentos em equipamentos, a concentração de terras é uma das características deste tipo de produção, conforme analisa Iamamoto.

De acordo com depoimentos registrados por Oliveira (2000, p. 54), os produtos da Usina seguiam de trem para Niterói – então capital do Estado do Rio de Janeiro – e também para o Estado da Guanabara, atual município do Rio de Janeiro, onde eram comercializados nas grandes Refinarias e Usinas Nacionais. A Usina Tanguá atendia ainda ao comércio local e aos municípios vizinhos.

Nesse período, nas primeiras décadas do século XX, quando a economia brasileira apresentou diversas transformações e novas relações de produção e trabalho, em especial, o fortalecimento do processo de industrialização -, a economia da região contou com um acelerado processo migratório de trabalhadores da agroindústria canavieira vindos da região norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro²⁹⁰ e do Espírito Santo, onde havia muita oferta de mão e obra. Este tipo de indústria rural, dependente do ciclo de produção da cana de açúcar, sua matéria prima fundamental, exigia uma demanda específica de mão de obra, ou seja, de trabalhadores que:

“livres” dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho para a obtenção dos meios de vida para prover a reprodução da unidade familiar. Não conseguem assegurar o tempo de trabalho necessário para a autosobrevivência e da família, a não ser pela mediação da produção de um tempo de trabalho excedente realizado na órbita da empresa capitalista. Esses trabalhadores só conseguem produzir o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da unidade familiar pela mediação da produção do tempo de trabalho excedente sob a órbita do capital. (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

²⁹⁰ A linha de trem Macaé-Campos que servia aos municípios de Itaboraí e passava dentro de Tanguá e Rio Bonito, entre outros lugarejos, com trens de passageiros e de carga, favoreceu a mobilização de trabalhadores num intenso fluxo migratório para esta região desde esse período.

Essa desafiante realidade do trabalho na indústria canavieira revela a grande exigência que recaía sobre os operários. Em um dos depoimentos à Oliveira, reconhecia-se que o trabalho nas fazendas e na usina era árduo, pois a agricultura requeria grandes esforços²⁹¹.

Conforme Iamamoto sobre essa realidade, a vivência do trabalho “extrapolava o ambiente da produção e se espraiava para outras dimensões da vida dos operários, envolvendo suas relações familiares, a fruição dos afetos, o lazer e o tempo de descanso, comprometendo a reposição das energias físicas e mentais, duração da vida e os limites da noite e do dia” (IAMAMOTO, 2001, p. 17). No entorno da usina homens e mulheres construíam suas casas, formavam vilas, construíam alojamentos provisórios ao longo do ano agrícola.

Na região, a Usina enfrentou vários problemas, como a concorrência, que somente seria resolvida com novos investimentos e modificações nos processos de produção. De acordo com Ianni (1976, p. 25), “A organização das atividades produtivas, em função das exigências da agroindústria açucareira, induziu uma reformulação da composição das forças produtivas, composição essa na qual a força de trabalho também foi redefinida”.

A nova realidade econômica, tecnológica e social do país impunha uma nova reorganização. O mercado exigia um aumento no rendimento da produção, através de contínuo processo de modernização, inovações tecnológicas para poder competir no mercado. Não investindo em sua capacidade industrial, a usina “*ia morrendo aos poucos* e com ela toda uma estrutura econômica e social” (OLIVEIRA, 2000).

Ainda segundo Ianni: a obrigatoriedade dos direitos trabalhistas para os operários canavieiros implicou no encarecimento da mão de obra para os usineiros, acostumados ao contrato desta força de trabalho sem as consequências que as obrigações de tais direitos envolviam. Assim, os usineiros passaram a se confrontar com as novas exigências legais no campo e a atribuir a falência das usinas à inviabilidade do custo elevado da mão de obra. Esse argumento é reproduzido na região e na literatura específica como problema que condicionou de forma determinante o fechamento da usina.

Afirma-se, assim, que “sem condições de investir no solo que apresentava esgotamento e com a força de trabalho muito onerosa”, muitos fazendeiros que produziam cana de açúcar encerraram essas atividades e passaram a buscar alternativas econômicas mais

²⁹¹ Com base nos depoimentos colhidos por Oliveira, sabemos que a usina funcionava durante as vinte e quatro horas do dia no período da safra e condicionada à colheita. No período da safra, trabalhava-se em turno de doze horas, dia e noite, incluindo sábados e domingos. No período da entressafra o expediente era de oito horas, incluindo os sábados, com folga aos domingos, existindo também paralisação para sua manutenção, troca atualizada de suas peças durante quatro meses por ano. (Ibid., p. 54).

rentáveis. Muitos moradores também tiveram que buscar opções de trabalho em outros municípios, o que provocou o deslocamento de muitas famílias da região. Portanto, a questão econômica levou a uma crise social.

Os efeitos internos desse colapso econômico alcançaram as usinas de açúcar da região e a Usina Tanguá também foi afetada o que a levou a ser objeto de um leilão organizado pelo Banco do Brasil em 1930²⁹². A Usina, sob o comando da Empresa Agrícola e Industrial Fluminense S.A esteve em atividade até a década de 1970, época em que ocorreu uma nova crise do capitalismo mundial.

Para Iamamoto (2001), os vários aspectos implicados nessa vivência do trabalho pelos operários da cana do açúcar e do álcool, que condicionam as formas de organização, gestão e remuneração do trabalho, expressam o desenvolvimento desigual nesse ramo de produção. Nesse sentido, vejamos:

[...] um dos setores de peso da produção capitalista agroindustrial, fartamente acobertado por subsídios públicos na sustentação da taxa média de lucro dos empreendimentos, recria um padrão de consumo da força de trabalho fundado na desmedida extensão da jornada e em mecanismos favorecedores de intensificação do trabalho, acompanhados da precária observância dos direitos trabalhistas e sociais reguladores das relações de trabalho. (IAMAMOTO, 2001, p. 104).

Na década de 1940, foi instituído pelo governo varguista o “Estatuto da Lavoura Canavieira”, por intermédio do Decreto-Lei nº. 3855, de 1941, tendo como objetivo regulamentar as relações entre os fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros, além de estabelecer um salário mínimo ao trabalhador rural canavieiro. Este documento, com força de lei, é parte de uma política de redistribuição de renda em benefício dos fornecedores e trabalhadores da cana. Visava *disciplinar as relações entre os usineiros e lavradores de cana*, representando uma resposta, no campo político, às tensões decorrentes de movimentos de greves e revoltas. Tais orientações político-econômicas do Estado para o setor canavieiro, no período 1950-1964, são parte do processo de construção de novas bases para a acumulação (IAMAMOTO, 2001, p. 127).

O fechamento da usina, ocorrido em 1970, pôs fim à influência por mais de cinquenta anos da produção agroaçucareira no leste fluminense do Estado do Rio de Janeiro, de um modelo de cultivo da monocultura açucareira e sua concentração de terra. Nessa época, com o fim dessa atividade, a população local, que majoritariamente era formada por segmentos de

²⁹² Adquirida pela família de Manoel João Gonçalves em leilões, a Usina Tanguá passou a ser denominada Empresa Agrícola e Industrial Fluminense S.A., período em que a mesma se encontrava com instalações precárias e desviadas de suas funções, era uma usina tradicional, arcaica, com transporte de cana em lombo de burro. Assim, para que a produção de açúcar fosse viável, foram efetuadas várias modificações na área industrial (OLIVEIRA, 2000., p. 51-2).

trabalhadores que vendiam sua força de trabalho a essa empresa, passou por muitas dificuldades para garantir a reprodução social dos núcleos familiares, que levou a uma (re)configuração de sua identidade econômico-social.

Posteriormente, a Companhia Brasileira de Antibióticos (CIBRAN) foi uma empresa vinculada à indústria farmacêutica que teve grande importância na história de Tanguá. Instalou-se no mesmo prédio da Usina de Açúcar, na década de 1980, chegando a ter 900 funcionários. Nos fins da década de 1990, contava apenas com 400 funcionários (OLIVEIRA, 2000). Atualmente está totalmente desativada, com declaração de falência, porém o prédio está impedido de ser utilizado para outras atividades tendo em vista as pendências na justiça do trabalho. Já os funcionários reclamam direitos trabalhistas e muitos integram a massa falida da empresa. Assim, repetiu-se o ciclo de ascensão e queda de um grande empreendimento já que, a década de 1970, a CIBRAN foi considerada o maior parque de fermentação da América latina.

Este, portanto, foi o contexto em que ocorreu a formação e a expansão da agroindústria açucareira do município de Itaboraí ao longo de 1920-1970. Nesse período de fechamento da usina, as antigas terras aos poucos foram sendo loteadas, dando origem à área urbana do município. O processo de loteamento das fazendas deu início à formação dos bairros que, até hoje, são em grande parte frutos do desmembramento das fazendas da Usina e os seus nomes estão relacionados a essas antigas fazendas. Essas terras passaram a ter alto valor comercial, o que incentivou a expansão imobiliária e favoreceu a criação de tais loteamentos. Com o passar do tempo, novas opções econômicas foram surgindo nas localidades de Itaboraí. Uma das alternativas econômicas para os fazendeiros foi a extração de areia para abastecer a construção da Ponte Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), uma vez que o acesso era facilitado pela BR-101. Esta atividade econômica de extração de areia até hoje é muito comum na região.

Dentre as diversas transformações ocorridas no século XX, com a redemocratização, na década de 1980, grupos se articularam visando à emancipação política dos distritos de Guapimirim e Tanguá, que se elevaram à município, em 1990 e 1995, respectivamente (Agenda 21 Itaboraí, p. 54). Se por muitos anos, principalmente entre meados do século XVIII até final do século XIX, Tanguá foi um dos municípios mais importantes do Estado, conforme pudemos ver nos relatos sobre a concentração e escoamento da produção de açúcar

e outros gêneros agrícolas destinados principalmente à exportação²⁹³, tendo passado por ciclos econômicos importantes, como: cana-de-açúcar, café, produção de laranja e o advento da indústria do barro (olarias). Na atualidade a economia do município é constituída de pequenos negócios ligados ao comércio varejista (alimentação e construção civil) sendo ainda utilizado por grande parte da população como cidade-dormitório devido à proximidade com a capital, onde as oportunidades de emprego são maiores.

Das fontes pesquisadas que abordam as décadas de 1930 a 1970, período em que o município esteve sob a influência da atividade canavieira, não encontramos registros relacionados à organização política dos operários da usina. Há uma pequena nota em Oliveira informando uma ocorrência na década de 1960, mencionando a presença do “Sindicato da Indústria de Açúcar e Álcool de Sampaio Correia e Tanguá” que representou uma oposição ao sistema de cartão adotado como forma de pagamento, informando que 1964 marcou o fim desse sistema e o início da forma de pagamento em dinheiro, através de recibo (Ibidem., p. 56). Este autor utiliza um único depoimento sobre esta questão:

Com relação ao Sindicato e o questionamento das relações entre patrões e empregados, o que gerava muitos descontentamentos, havia diversos empregados da Usina que aí atuavam. O Diretor do Sindicato na filial em Tanguá, por exemplo, Otavio Alonso da Costa, era carpinteiro da Usina, dentre outros. Cabe registrar que não houve pressão por parte do proprietário quanto a esse acúmulo de atividades e posições, por vezes contrária à política de trabalho adotada pela Usina (Ibidem, p. 56).

Nesse setor da agroindústria, embora algumas melhorias nas condições de trabalho dos operários tenham sido difundidas como benesse dos usineiros, como aparece em alguns depoimentos de antigos trabalhadores da Usina Tanguá (OLIVEIRA, op. cit.), na realidade, havia como pano de fundo uma legislação que os obrigava a viabilização de determinadas serviços para o operariado, como podemos conferir nas exigências do Estatuto da Lavoura, tratado mas adiante, num processo histórico de “intervencionismo estatal que predominou no período colonial, no império e em todo período republicano, passando pelas ditaduras varguista e militar” (BARRETO, 2009).

²⁹³ Em Cachoeiras de Macacu, na década de 1920, a fazenda do Carmo era um estabelecimento modelar com produção diversificada – produção de cana, de farinha, criação de animais, entre outras atividades” (Agenda 21 Itaboraí, p. 53)

Após o fechamento da usina, muitos moradores também tiveram que buscar opções de trabalho em outros municípios, o que provocou o deslocamento de muitas famílias da região. A questão econômica levou a uma crise social²⁹⁴.

Enfim, pudemos observar a partir dos dados históricos demonstrados e da pesquisa de campo cujos resultados serão apresentados no capítulo IV, que Itaboraí possui um divisão social do trabalho pouco desenvolvida no sentido do desenvolvimento capitalista. A partir da metade da primeira década do século XXI, o Município de Itaboraí passou a sofrer inúmeras transformações tendo em vista a sua escolha pelo governo federal, através da Petrobrás, para ser a sede de um polo petroquímico, o Comperj. Desde então, esse município passou a atrair muitos investimentos, a incrementar uma geração de empregos e a ampliar a arrecadação de impostos, não só internamente, mas em toda a região Leste Fluminense na qual está situada. Portanto, uma década após o anúncio, substanciais modificações são assistidas no Município que altera tanto sua aparência como todo o conteúdo da cidade.

A chegada de um grande projeto na região determina um novo processo migratório de trabalhadores, desta vez, de segmentos de trabalhadores de grandes obras, e outros trabalhadores subalternizados em busca de melhores “oportunidades” de vida e trabalho. Até o momento deste anúncio, o município apresentava grandes índices de pobreza e desigualdades e, ainda, não tinha uma rede de proteção social constituída que desse conta das expressões da “questão social” que ali se apresentavam. Portanto, a entrada deste novo século marca o início de uma fase importante de desenvolvimento da região, inaugurando outro momento de resolução de contradições antigas e de aparecimento de novas contradições. A próxima seção (3.4) visa, então, tratar do Comperj a partir do seu anúncio em 2006 até a metade de 2015.

3.4. Projeto Comperj: do anúncio e apogeu à crise político-institucional

A principal notícia que correu a região Leste Fluminense em março de 2006 foi o anúncio de que o Município de Itaboraí sediaria um grande empreendimento petroquímico. A

²⁹⁴ De acordo com os recenseamentos realizados desde 1920, percebe-se a instabilidade no crescimento populacional deste município que, por conta das mobilizações dos trabalhadores que migram conforme as ofertas de trabalho há em alguns períodos um decréscimo na taxa de crescimento populacional segundo dados do IBGE.

presença do Presidente Lula da Silva e de toda a grande imprensa do país fez com que esse município ganhasse as principais manchetes naquela semana do anúncio²⁹⁵.

A partir deste evento, pôde ser verificado que, em Porto das Caixas, local do Município de Itaboraí, designado para a construção da sede do que viria a ser conhecido como Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, ou simplesmente Comperj, fazendas foram desapropriadas para abrigar esse grande projeto. E uma grande especulação imobiliária passou a ser percebida neste Município desde então, havendo a elevação dos preços das demais fazendas que, de acordo com Caetano (2008), chegaram a custar cerca de 50% a mais do que custavam. Esse efeito se fez sentir em todo o município, que também viu subir os preços de algumas unidades habitacionais, em média 33%, conforme demonstrado por esse autor que se baseou nos dados da Solimóvel Soluções Imobiliárias.

Deste modo, no contexto deste gigante empreendimento, anunciado com o potencial de transformar o perfil da região, as possibilidades concretas para a ressignificação do território fluminense foram implantadas, assim como o de redefinir o papel da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, no conjunto regional do Estado (CAETANO, 2008).

A conjuntura após o anúncio deste projeto gerou grandes expectativas de desenvolvimento para essa região, colocando na ordem do dia, naquele momento, além da especulação imobiliária, questões fundiárias e territoriais. Também se passou a debater problemas de habitação e direito à cidade, o redimensionamento das políticas públicas com ênfase nas políticas sociais de saúde, educação, assistência social e, principalmente, a qualificação profissional sobre a qual daremos atenção especial neste capítulo. A fala do presidente do Conleste em 2009, em seminário realizado entre os municípios que compõem este consórcio, é bastante ilustrativa do que vinha acontecendo à época²⁹⁶. Em sua exposição no evento, apresentada na citação abaixo, esse representante fez um diagnóstico dos efeitos positivos e negativos que os municípios já vinham sofrendo com o início das obras do Comperj, destacando os seguintes impactos:

[...] o crescimento desordenado da população, com a proliferação de assentamentos irregulares, o estrangulamento na oferta de serviços de saúde, o colapso no sistema de transporte e a falta de vagas nas escolas, como os impactos negativos já sentidos

²⁹⁵ A cerimônia de assinatura de contratos para a implementação do Comperj, em Itaboraí (RJ), somente ocorreu em 08/03/2010, quatro anos após seu anúncio, marcando a terceira visita do presidente ao Complexo. Além da presença do presidente, o evento contou com ministros de Estado, governador do Estado do Rio de Janeiro, diretores da Petrobras, e outras autoridades (*Agência Brasil*, 8/3/2010)

²⁹⁶ Seminário Comperj sobre Desafios e Benefícios Socioambientais, realizado em 2009, no município de Itaboraí.

em todas as cidades. Para combater esses efeitos e evitar os problemas que ocorreram em Macaé, que sofre um processo crescente de favelização, temos que investir na qualificação profissional da população, criando escolas de ensino técnico dentro dos próprios municípios. Só desta forma iremos garantir que os empregos que serão gerados pelo Comperj sejam preenchidos por moradores da região (Site oficial da prefeitura do município de Tanguá, 2009. In: NEVES, 2010, p. 196)

Contudo, a questão que atravessou tudo isso e que, até o momento deste início de 2015, à qual buscamos situar nesta tese, foi o aquecido processo migratório de diversos segmentos de trabalhadores impulsionados pela promessa de emprego na região. O depoimento de um dos trabalhadores vindos da Bahia sobre a obra e a origem dos trabalhadores na região dizia: “Eu acho que [os trabalhadores] vêm de vários lugares, acho que do Brasil todo tem gente aí nesse Comperj, quer dizer, é uma obra grande que surgiu aqui, unidade muito importante para o Rio de Janeiro”.

Mas, o que seria o Comperj? Em que contexto maior esse projeto estaria inserido? Por que Itaboraí foi escolhido para sua instalação? Muitas questões foram sendo tecidas e queremos de forma muito breve buscar respondê-las. Como vimos no capítulo anterior, as grandes obras que ocorrem no Brasil, nos dão uma ideia do que sejam os “grandes projetos”. Trata-se de empreendimentos agropecuários, mineradoras, siderúrgicas, usinas hidrelétricas, obras de infraestrutura, entre outras, de modo geral. O Comperj, portanto, se constitui um dos grandes projetos em execução nesse momento no Brasil. Sua instalação, construção e implantação estariam ocorrendo numa área de 45 km² desta municipalidade, ficando a 70 quilômetros da capital carioca²⁹⁷.

Conforme já afirmava Marx (2011), toda ciência seria supérflua, se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente, contudo, como isto não ocorre, queremos fazer nesta breve exposição uma condensação de informações que se aproximem de respostas a tais questões apresentando em seções mais á frente, as respostas sobre a força de trabalho, quem são os trabalhadores, de onde vêm e seu destino após as obras.

Sobre o Comperj, primeiramente, trata-se de um projeto que se insere no contexto de incentivos à produção industrial para fortalecer relações internas de produção e ao desenvolvimentismo do país durante e a partir do governo do Presidente Lula da Silva, no momento, sob a vigência do governo Rousseff. Um projeto que fazia parte dos interesses do

²⁹⁷ A Petrobras iniciou em 31 de Março de 2008 as obras de terraplanagem do COMPERJ. Com custo aproximado de R\$ 820 milhões, as obras de terraplanagem devem movimentar 45 milhões de metros cúbicos de terra, o equivalente, segundo o diretor Paulo Roberto Costa, a 12 estádios do Maracanã lotados de terra.

governo naquele momento, que veio a se inserir nas estratégias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Comperj caracterizou-se como um projeto estatal de grande dimensão, fruto da parceria da Petrobras com o Grupo Ultra²⁹⁸ e a Braskem²⁹⁹ que contavam com o fundo público via BNDES. Um empreendimento considerado, em termos monetários e infraestruturais, como um dos maiores investimentos, totalmente brasileiro, feito pela indústria de petróleo. O maior empreendimento individual da história da Petrobras em uma única planta, sendo o maior empreendimento em petroquímica do Brasil e o quinto maior do mundo, com capacidade de gerar uma economia de aproximadamente dois bilhões de dólares anuais para o Brasil em decorrência da redução da importação de fontes de matéria-prima petroquímica e da redução da exportação de petróleo pesado³⁰⁰.

Segundo informações da própria Petrobras, a iniciativa de realizar investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões na implantação do Comperj traria mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região³⁰¹.

A partir dos dados pesquisados em diversas fontes, podemos apresentar uma síntese do projeto Comperj em relação às pretensões para sua construção em sete pontos: 1) uma unidade de refino com capacidade de processamento de 165 mil barris de petróleo por dia. Inicialmente, estava prevista a utilização do petróleo pesado do Campo de Marlim, localizado

²⁹⁸ O Grupo Ultra foi o idealizador do Comperj e esteve na parceria com a Petrobrás e o BNDES desde o início do projeto. Porém, no decorrer de 2009, esse grupo anunciou não garantir mais sua participação ativa no projeto, devido às dimensões tomadas neste empreendimento, bem maiores do que as planejadas inicialmente, gerando aumento de custo. Segundo o presidente do Ultra, Pedro Wongschowski, em entrevista ao *O Globo* de 01/06/2009, o Grupo Ultra “Não entrará mais na Unidade de Petroquímica Básica (UPB), a central petroquímica, que faria em parceria com a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As dimensões gigantescas que o projeto assumiu e os elevados custos foram as principais causas. O projeto tinha investimentos iniciais previstos de US\$ 3 bilhões, mas hoje estão em US\$ 8,5 bilhões”.

²⁹⁹ Este grupo Braskem entrou posteriormente após as alterações do projeto original do Comperj quando, segundo seu diretor financeiro Carlos Fadigas, admitiu “que mudanças ocorridas no projeto básico do Comperj tornaram o investimento mais atrativo para a companhia”. A Braskem vai participar da composição acionária tanto da primeira quanto da segunda geração do empreendimento, mas não da maneira como vinha sendo previsto no mercado (O Estadão, 01/06/2016).

³⁰⁰ Informações acessadas em o Grupo Gestor da *Agenda 21 Comperj*. Rio de Janeiro: novembro/2007.

³⁰¹ O Comperj está estruturado em diversas “fábricas” e outras instalações que são agregadas em blocos maiores chamadas Unidades. Além das resinas plásticas, o Comperj vai produzir PTA, etilenoglicol, benzeno, estireno e butadieno, que serão vendidos para outras indústrias químicas. Esses produtos darão origem a pneus, fibras sintéticas, embalagens de alimentos, de remédios, de cosméticos, entre outros. Sobre a indústria petroquímica, esta consiste em uma subdivisão da indústria química, que a utiliza a nafta (derivado do petróleo, obtido através do refino) ou gás natural, como matéria-prima básica, inserida no amplo segmento petrolífero (Dados do Site do Grupo Gestor da *Agenda 21 Comperj*. Rio de Janeiro: novembro/2007).

na Bacia de Campos, no norte do Estado do Rio de Janeiro; 2) uma unidade de petroquímicos básicos de primeira geração (eteno, benzeno, p-xileno e propeno); 3) seis unidades de petroquímicos de segunda geração; 4) uma grande central de utilidades, responsável pelo fornecimento de água, vapor e energia elétrica necessários para a operação do Complexo. Ainda fazem parte do projeto: 5) o Centro de Integração de São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que realizaria a qualificação de cerca de 30 mil profissionais nos 15 municípios situados na área de influência do empreendimento; 6) a base logística também em São Gonçalo; 7) e o duto de fornecimento de petróleo.

O Município de Itaboraí foi escolhido para sediar o Comperj devido à sua posição estratégica que possibilitaria a integração aos portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e dos terminais de Angra dos Reis, Ilhas d'Água e Redonda. Isso possibilitaria o atendimento por rodovias e ferrovias que facilitariam o recebimento da matéria-prima e no escoamento de sua produção. Foram fatores determinantes na escolha da região: o posicionamento logístico – a proximidade do Porto de Itaguaí, dos Terminais de Angra dos Reis, das Ilhas d'Água e Redonda e do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – e a proximidade com demandantes de produtos da segunda geração, além das sinergias com a Refinaria de Duque de Caxias e com as plantas da Rio Polímeros, Suzano e Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras. Ademais de sua ligação com a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), também favoreceria a articulação com o Centro de Pesquisas da Petrobras (CENPES), na Ilha do Fundão, e com outras empresas petroquímicas. Outro fator que levou à escolha da cidade foi a disí de suas operações preliminares.

O Mapa da Figura 1, em seguida, evidencia Itaboraí como município sede do Comperj e os demais Municípios das áreas de abrangência deste empreendimento.

Figura 2 - Mapa da localização do complexo e municípios da área de influência direta e estendida



Fonte: Wikipédia (2015)

Neste mapa, fica evidente que o Município de Itaboraí passou a integrar, desde então, o conjunto dos 15 municípios que compõem a área de abrangência do Comperj, situados a Leste da baía da Guanabara. Como informado, tais municípios se juntaram e criaram o Conleste, cujo objetivo foi situado anteriormente³⁰².

Enquanto projeto governamental e expressão do grande capital, o Comperj contém alguns aspectos que repercutem nas municipalidades sob sua influência, como é o caso de Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim. Cada município desta região sob a influência

³⁰² A preocupação com o desenvolvimento das cidades em torno do novo polo de petróleo está nas agendas de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, Maricá, Rio Bonito, Tanguá, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé, Silva Jardim e Casimiro de Abreu. Com exceção de São Gonçalo, cada um aprovou seu Plano Diretor (conjunto de leis municipais que determinam a política de desenvolvimento e de expansão da cidade) antes do prazo dado pelo Ministério das Cidades para a tramitação do projeto nas Câmaras municipais. A elaboração do Plano Diretor é uma exigência oriunda do legal: o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), aprovado em 2001, determina que cidades com mais de 20 mil habitantes e que integrem regiões metropolitanas estabeleça políticas públicas de desenvolvimento. Em caso de não cumprimento, o prefeito pode responder na Justiça por improbidade administrativa (Extraído da reportagem de *O Globo Online*, de Patrícia Sá Rêgo “Municípios do Leste Fluminense se unem em Consórcio e criam centros de integração”, em 10.10.2006. Disponível em http://www.cide.rj.gov.br/noticias_eventos.php?pagina=1&cod_noticia=54. Acesso em 24 ago. 2009.

do Comperj vem sofrendo o impacto de forma específica, dentre esses 15 municípios do Conleste, Tanguá é o que vem sofrendo maior impacto nesta primeira etapa de implantação do Comperj. Esse pequeno município está sendo uma referência para concentração da força de trabalho empregada pelas empresas terceirizadas, já que dispõe de área, tem um custo de vida favorável e de fácil acesso, o que facilita a migração de trabalhadores para a cidade. Atualmente há uma mobilização interna por parte das autoridades locais e de entidades representativas tendo em vista acolher esses trabalhadores com suas respectivas famílias, cujo fluxo migratório já começa a acontecer nessa primeira etapa de implantação do Comperj e a alterar o perfil da população.

Esta característica do Comperj passou a preocupar as autoridades e as organizações sociais locais, representadas pelos trabalhadores do comércio, igrejas, ONG's e diversos programas sociais, tendo em vista o fim desta etapa de criação de grande número de emprego para este segmento de trabalhadores sem qualificação e escolaridade.

Já no primeiro ano do anúncio, se previa uma massa de desempregados e a aceleração de um processo de favelização nestes municípios, assim como ocorreu na Baixada Fluminense (Duque de Caxias) e na Região Norte do Estado (Macaé).³⁰³ Sua produção estimularia a instalação de indústrias de bens de consumo que têm nos produtos petroquímicos suas matérias-primas básicas³⁰⁴. Na pós-fase do refino e com a produção em larga escala de matérias-primas petroquímicas, estimava-se a geração de novos empregos, com as chamadas empresas de segunda e terceira geração³⁰⁵.

³⁰³ Ao analisar a migração no município de Macaé no Estado do Rio de Janeiro, com base em artigos de jornais do período de 2003 a 2006, Gomes (2009) expõe o seguinte fragmento de uma entrevista com o prefeito do município: “Devido às migrações, o crescimento populacional de Macaé é o dobro da média nacional. Em 30 anos, o número de habitantes triplicou (...). Com isso, aumentam também os gastos da prefeitura em setores de saúde, educação, saneamento e infra-estrutura”.

³⁰⁴ Informações Disponíveis em:

<<http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/petrobras/portugues/comperj.asp>>. Acesso em: 15 set. 2008.

³⁰⁵ De acordo com Lobo (2009), são três os estágios, ou gerações, da atividade petroquímica: a) as indústrias de primeira geração, petroquímica básica (etapa inicial), responsáveis pela produção dos insumos principais: eteno (cuja produção brasileira, em 2002, representa 3% da mundial), propeno, butadieno etc.; b) as indústrias de segunda geração que transformam os produtos básicos, através de processos de purificação e adição de outros materiais em produtos petroquímicos finais, a exemplo do polipropileno, polivinilcloreto, poliésteres etc.; c) as indústrias de terceira geração, onde os resultantes da indústria de segunda geração são quimicamente ou fisicamente modificados, dando origem a produtos de consumo. Hoje, no Brasil, existem três polos petroquímicos em funcionamento: Capuava/SP, Camaçari/BA e Triunfo/RJ. Neles estão instaladas três centrais de matérias-primas, denominadas “empresas-mãe”. Além dos três polos, existem novas iniciativas de concentração representadas por dois grandes projetos de investimento no setor: Polo Petroquímico de Paulínea/SP e o Complexo Gás-Químico do Rio de Janeiro/Bacia de Campos (RJ). A indústria do plástico é o setor que movimenta a maior quantidade de produtos fabricados com materiais petroquímicos.

Por isso, em vista de sua dimensão, o Comperj vem transformando as relações sociais de produção e reprodução social da região de sua abrangência, alterando seu perfil socioeconômico, infraestrutural e socioambiental, tendo por pretensão consolidar o Rio de Janeiro como grande concentrador de oportunidades de negócios no setor de petroquímicos.

Para o enfrentamento dos impactos foram previstos no empreendimento algumas ferramentas, tais como: o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), a Agenda 21 Comperj, o Centro de Integração do Comperj e o Centro de Informações do Comperj, resumidas a seguir.

O primeiro, o Conleste e seu surgimento, já foram apresentados como instrumento de parcerias e de alianças intermunicipais entre os quinze municípios já explicitados anteriormente, o objetivo de propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos do Comperj e minimizar seus aspectos negativos. Nessa direção, tem se confirmado seu papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos quinze municípios com vista a *“acelerar o processo de desenvolvimento local com redução de desigualdades na região do Conleste (CAETANO, 2008). Embora instalado em Itaboraí, o Comperj traz consequências para pelo menos esses 15 municípios fluminenses, conforme apresentado no Quadro 1. Após o anúncio do empreendimento, os municípios passaram a se reunir no Conleste. Seu diretor-geral, Álvaro Adolpho, destacou o papel deste consórcio justamente no planejamento estratégico integrado e na definição de políticas públicas para a região. Segundo ele: “o Comperj poderá ser uma redenção ou uma desgraça, dependendo dos cuidados que serão tomados, ou não, em termos de planejamento e infra-estrutura de transportes, educação, saúde, habitação e capacitação profissional”*.³⁰⁶

A Agenda 21 Comperj, propõe um diálogo permanente através de reuniões locais e regionais³⁰⁷. Visa ser um espaço onde a comunidade conversa, discute e propõe soluções para os problemas que estão surgindo. Segundo o Ministério do Meio Ambiente:

³⁰⁶ Disponível em: http://www.agenciario.com/noticias_mun.asp?cod=57757&codMunic=69. Acesso em: 24 ago. 2009.

³⁰⁷ Aprovada na RIO 92, - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) - a Agenda 21 é um instrumento para definição das bases de um plano de ação participativo para a sustentabilidade em nível global, nacional e local, de forma gradual e consensuada. A necessidade que as pessoas e organizações assumam papel protagonista do seu próprio futuro de forma estruturada levou à proposta de construção da Agenda 21 Comperj. Os seus Fóruns deveriam utilizar a metodologia dessa Agenda 21 como um roteiro estruturado para o diagnóstico sócio-participativo e proposição de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que expressasse o consenso das preocupações e potencialidades econômica, social e ambiental, de governantes, empresários, lideranças da sociedade civil e cidadãos.

A Agenda 21 Local é um dos principais instrumentos para se conduzir processos de mobilização, troca de informações, geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais e estabelecimento de prioridades (...). O processo deve ser articulado com outros projetos, programas e atividades do governo e sociedade, sendo consolidado, dentre outros, a partir do envolvimento dos agentes regionais e locais; análise, identificação e promoção de instrumentos financeiros; difusão e intercâmbio de experiências; definição de indicadores de desemprego (Id. Ibid.).

O Centro de Integração do Comperj, em funcionamento no Município de São Gonçalo, é responsável pela realização da qualificação e capacitação de cerca de 30 mil profissionais. O primeiro Ciclo de Qualificação Profissional teve início em maio de 2007, oferecendo cursos na área de construção civil. Um novo ciclo foi iniciado em abril de 2008, destinado à qualificação de Operadores de Grandes Equipamentos, utilizados na etapa de terraplenagem do Comperj. De acordo com a assessoria de imprensa do Complexo, a idéia é capacitar cerca de 30 mil profissionais na região, em mais de 100 tipos de cursos gratuitos. Desse total, 75% seriam em nível básico, 23% em nível técnico e 2% em nível superior. Segundo o secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de Niterói, Vitor Júnior, essas unidades serão instaladas em cada uma das cidades do entorno do Complexo e formarão profissionais qualificados para atuar no novo polo-petroquímico da Petrobras³⁰⁸.

Os profissionais capacitados pelo Centro de Integração farão parte de um banco de dados de candidatos a empregos no Comperj e nas empresas que serão atraídas para a região. A ideia é a de fazer do Centro de Integração um grande articulador local, capaz de contribuir para o desenvolvimento social e industrial na área de abrangência do Comperj.

A partir do anúncio, os municípios passaram a investir na qualificação profissional de moradores locais e da região para absorver as vagas de emprego que estariam surgindo com o Comperj. Percebe-se a importância da qualificação profissional e da escolarização dos moradores locais tendo em vista que somente empresas que possuíssem a certificação ISO 9.000 poderiam prestar serviços ao Comperj e estas exigiriam dos empregados contratados a “qualidade total” no serviço (CAETANO, 2008).

O Centro de Informações do Comperj, como modelo inovador na gestão inclusiva do conhecimento, seria responsável pela produção e disseminação de informações e de dados nas áreas ambiental, habitacional, social, educacional, econômica e de saúde, fornecendo insumos para a formulação de políticas públicas na região. Este projeto, em implementação pela Petrobras, é considerado pioneiro no mundo; seu objetivo é o monitoramento dos impactos de

³⁰⁸ Conforme Reportagem em O Globo Online, de Patrícia Sá Rêgo sob o título de: “Municípios do Leste Fluminense se unem em Consórcio e criam centros de integração”, em 10.10.2006.

sua atividade industrial sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) na região do Conleste³⁰⁹.

Com base nos dados do Relatório RIMA/Comperj (2008), os municípios sob efeito deste grande empreendimento, já apresentados anteriormente, foram classificados pela forma como estão sendo impactados, a saber³¹⁰:

Área de Influência Indireta (AII), em relação aos impactos do empreendimento que ocupam a área de 45Km²: Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, que abrange toda a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, sendo composta de 18 municípios e somando 2 milhões de pessoas em 1990. Esta área abrange Niterói, Maricá, Casimiro de Abreu e Silva Jardim.

Área de Influência Direta (AID): num raio de 20km, medido do ponto central do Comperj, equivalente à área de 1.256 km², calculada na forma circular apenas para fins comparativos. O estudo levou em consideração a capacidade de diluição dos componentes poluentes no ar e prevê uma população de 380.000 em 2010; que abrange Rio Bonito, São Gonçalo e Magé.

Área Diretamente Afetada (ADA): Raio de 10Km medido do ponto central do Comperj. Prevê-se que será a área que sofrerá diretamente o impacto das obras, mais intensamente nos municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá, abrangendo, ainda, parte dos municípios de Rio Bonito e São Gonçalo. Se calculado em forma de círculo, a ADA é de 314Km²³¹¹.

Portanto, a partir da análise da bibliografia e das fontes pesquisadas, constatamos que a implementação do Comperj, que vem ocorrendo desde 31 de março de 2008, com as obras

³⁰⁹ Em 2000, a ONU – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo, a saber: 1. acabar com a fome e a miséria; 2. educação de qualidade para todos; 3. igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4. reduzir a mortalidade infantil; 5. melhorar a saúde das gestantes; 6. combater a Aids, a malária e outras doenças; 7. qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8. todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. Disponível em <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>. Acesso em 27 jan. 2010.

³¹⁰ Os dados disponíveis na Wikipédia (2015) sobre essa classificação de impactos diferem dos dados ora apresentados que se baseiam no RIMA/Comperj (2008).

³¹¹ Cada empresa situa os municípios que estão na área de influencia direta de acordo com a abrangência da obra sobre sua responsabilidade e traça um plano estratégico de atuação e relacionamento com esses respectivos municípios. Por exemplo, Maricá é área de influência direta para a empresa que se ocupa com as obras do duto, pois tem um emissário submarino porque são 45km de duto. Que vai transportar o afluente industrial tratado. Ele vai transportar do Comperj, São Gonçalo. Área de influência direta por causa de estrada de equipamentos pesados. Que passa lá de Itaoca, corta Itaóca, corta vários bairros dali de dentro, é uma estrada que tem um píer lá em Itaoca passa dentro do Salgueiro, é área de influência direta. São oito áreas de influencia direta, São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Guapimirim menos um pouco, Magé. Porque tudo tem obra entendeu? Por exemplo, uma obra de duto em Magé tem um impacto de duto.

de terraplanagens, quando efetivamente foram iniciadas, significou uma ruptura histórica para o Leste Fluminense, em especial, para o Município de Itaboraí que, até então, era conhecida como uma cidade dormitório, principalmente após o clico da agroindústria açucareira e o apogeu da economia agrária da laranja, conforme tratado no capítulo III.

Um outro aspecto a respeito do processo de implantação do Comperj que se faz importante destacar, nessas breves notas iniciais, é em relação ao enfrentamento da crise do capital ocorrida em 2008, quando o complexo era recém anunciado. Essa crise teve grande reflexo na etapa de negociação da parceria com grupos privados, conforme noticiado pela *Gazeta Mercantil* de 6/5/2009 que anotava, com base na entrevista com o presidente da estatal:

a crise mundial congelou as negociações entre a Petrobras e os investidores interessados no Complexo Petroquímico do Sudeste (Comperj). O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, disse que os potenciais parceiros do empreendimento de US\$ 8,5 bilhões estão com dificuldades em obter recursos para formar sociedade. Uma possibilidade, segundo indicou o executivo, é que essas empresas sejam sócias somente após a construção da refinaria. Mas ele avisa que será uma opção mais cara (*Gazeta Mercantil*, 2009, não paginado).

Nesta reportagem, era analisado que a estrutura do Comperj estava dependendo de encontrar saídas societárias que permitissem a participação dos grupos privados sem que houvesse uma transferência de valor da Petrobras para esses grupos e vice-versa, tendo a crise comprometido todo esse processo³¹². Nesse período, um dos idealizadores do Comperj, o grupo Ultra, deixou a sociedade com a Petrobras, declarada publicamente nos primeiros anos de anúncio do Comperj. O mesmo ocorreu com o Quattor e com a Braskem, que se afastaram fundamentados nos riscos da crise.³¹³

No início de 2009, a empresa anunciou que o complexo seria formado por seis empresas, sendo que uma delas seria a *holding* responsável pela participação da estatal nas demais, a *Comperj Participações*³¹⁴. Para a refinaria, a escassez de investidor privado seria

³¹² À época, havia indícios de que a Petrobrás e o BNDES assumiriam as obras da refinaria básica sem a iniciativa privada. No entanto, havia a perspectiva de que após o auge da crise e vencida a etapa considerada a mais difícil do processo, a construção, havia uma tendência à participações mais efetivas de investidores.

³¹³ Contudo, noticiava-se à época que as divergências na sociedade com a Petrobras iam além de cifras, pois “a disputa seria por maiores fatias no controle acionário”. Historicamente, conforme lembravam alguns, “a Petrobras e Odebrecht, controladora da Braskem, não se entendem muito bem”, conforme afirmava o presidente da estatal, afirmando que um acordo seria realizado para evitar problemas com os potenciais sócios. “A Braskem quer participar. E a participação da Braskem, evidentemente, está sendo analisada, mas evidentemente que um elemento-chave é não reconstituir as dificuldades societárias que nós tivemos no passado.” A Braskem estaria mais interessada na segunda geração do Comperj, que prevê a produção das resinas que originam o plástico. Para esta fase de produção, a Petrobras não planeja ser majoritária, segundo destaca o diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa (Extraído da edição de *Gazeta Mercantil* de 06/05/2009).

³¹⁴ A *Comperj Petroquímicos Básicos* iria produzir os insumos da primeira geração da cadeia petroquímica, como eteno, benzeno, propeno, butadieno e paraxileno.

maior, porque o investimento era maior³¹⁵. Nesse período o presidente da estatal anunciava que as refinarias teriam que ser mais integradas à petroquímica a partir daquele momento, defendendo a ideia de investir mais em refinarias por elas serem “mais *flex*”³¹⁶. Previa-se, nesse contexto, o funcionamento para 2012 de cinco novas refinarias no país³¹⁷.

Apesar de o Projeto Comperj mencionar duas refinarias e uma unidade petroquímica, no momento deste estudo, apenas uma das refinarias estava em obras e os custos de construção já passavam dos 8,4 bilhões de dólares previstos inicialmente, para mais de 13 bilhões, sem sequer avançar no projeto originalmente apresentado. A previsão por ocasião do anúncio era de que o Comperj teria o início da operação prevista para 2012, porém, após nove anos da data desse anúncio, as obras não haviam sido concluídas e as pretensões iniciais foram reduzidas. Esses dados vieram à tona no final de 2014 quando a Petrobrás passou a ser investigada e houve a constatação do desvio de recursos destinados, por exemplo, às obras do Comperj³¹⁸.

Portanto, a obra ainda não havia sido concluída nesta metade de 2015, quando a presente tese é concluída, sendo apontados como justificativas alguns fatores tais como: intervenções judiciais devido a irregularidades por motivo de falta de licenças ambientais do Ibama (BAILONI, 2013); investigações judiciais a partir das denúncias ocasionadas a partir da “Operação Lava Jato”; e as paralisações e greves dos trabalhadores ocorridas principalmente no período de 2012 até início de 2015. De acordo com um dos diretores do

³¹⁵ Essas empresas do ramo da petroquímica, conforme vimos no capítulo dois, constituem o ramo industrial de maior mutação tecnológica, como também, de acordo com Torres (1997, p. 49), “por sua complexa tecnologia [...], principalmente a de produtos básicos, exige [m] grande concentração de capital e baixa intensidade do fator trabalho. É de elevado automatismo, com grande imobilização de recursos”. A tradição tecnológica é possivelmente a característica principal da petroquímica, o que obriga a existência de uma ampla base econômica e financeira para financiá-la. Trata-se de uma atividade que, internacionalmente, é caracterizada por grandes empresas e grandes unidades produtivas. O padrão competitivo do setor está extremamente vinculado a escalas elevadas de produção e à necessidade de aplicação intensiva de capital, um setor em que “a demanda cresce regularmente enquanto a oferta avança aos saltos”, gerando desajustes estruturais de efeitos graves nos preços e na rentabilidade das empresas.

³¹⁶ Essa afirmativa ocorria sob a influência do Pré-Sal, havendo grande divulgação sobre a capacidade de refino na Petrobras em acompanhar a produção de petróleo. A conversão das refinarias para o processamento de mais óleo pesado foi apenas o começo do processo. O presidente Lula anuncia à época que sua pretensão não era a de tornar o Brasil um exportador de petróleo, mas de derivados, o que justificava o investimento em refinarias. (Extraído da edição de Gazeta Mercantil de 06/05/2009).

³¹⁷ Foi nesse momento que ocorreu um aumento de 1,9 milhão de barris de derivados para 3,2 milhões de barris produzidos no País, ao mesmo tempo em que a produção de óleo estava na casa dos 3,7 milhões”, conforme divulgado pelo Fórum Comperj. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-construcao-de-complexo-petroquimico-comperj-promete-empregos-e-progresso-mas-afeta-11-municipios-traz-riscos-a-populacao-e-contrapoe-os-executivos-com-o-tcu-e-o-mpf-que-questionam-a-obra/>>. Acesso em: 02 maio 2014.

³¹⁸ Trata-se da investigação Lava Jato, já tratada nesse trabalho no capítulo II.

sindicato dos trabalhadores do Comperj, em depoimento para esta pesquisa, o projeto original do comperj vem sendo alterados:

Aqui nós tínhamos um projeto de ser um centro petroquímico. Hoje fala em ser refinaria. Já mudou o projeto. [...] porque hoje ele vai fazer um centro petroquímico e duas refinarias, ela agora só vai receber o petróleo para refino. (...) E reduziu por que? Custo. Aí é que entra a situação do “Lava Jato”. Você tem uma obra pra fazer por tanto, já foi gasto tanto e não [pausa do entrevistado]. Entendeu?.

Um tempo depois, no final de 2014, a sociedade brasileira foi surpreendida com alguns resultados das investigações das denúncias que explodiram em novembro deste respectivo ano e as investigações da chamada Operação Lava Jato foram se impondo³¹⁹, seguindo-se de afastamentos de alguns dos diretores da estatal, assim como a ocorrência da investigação das maiores empreiteiras nacionais estando implicadas³²⁰.

Dentre os escândalos divulgados, o superfaturamento das obras do Comperj passaram a ganhar destaque³²¹, o complexo, que abrigaria duas refinarias e uma unidade petroquímica, apenas uma das refinarias estava em obras, esta estava bem atrasada em relação ao projeto, e os custos de construção já passavam de 6 bilhões de dólares, inicialmente previstos, para 13 bilhões de dólares, havendo ainda a compra antecipada de equipamentos que teriam custado R\$ 1 bilhão sem que houvesse funcionamento das refinarias³²².

Além de apontar compras de equipamentos em ritmo diferente do das obras do Comperj, a apuração também apontou irregularidades num contrato de R\$ 3,8 bilhões firmado sem licitação em caráter de urgência pela Petrobras com o consórcio TUC, formado por Toyo, Odebrecht e UTC, empresas investigadas pela Lava-Jato (Reportagem do JN de 22/01/2015)³²³.

Nessa conjuntura de investigações ocorridas desde no final de 2014, e ainda em andamento por ocasião do encerramento da pesquisa de campo para esta tese, várias empresas

³¹⁹ Segundo reportagem do *Jornal Nacional*, a comissão interna de apuração da Petrobras, que analisou a construção do Comperj, estudou 30 licitações e ouviu 71 pessoas. A comissão constatou que mais da metade desses contratos ficou com as empresas investigadas na Operação Lava Jato (Extraído do *GI - Rio* de 22/01/2015).

³²⁰ Em um comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado de capitais, a Petrobras informou que os ex-diretores de Abastecimento foram responsabilizados por irregularidades identificadas pela estatal nas obras do Comperj. Os contratos foram alvos de uma das comissões internas de apuração abertas em 2014 pela Petrobras para investigar suspeitas levantadas pela Operação Lava-Jato. Os dois ex-executivos da Petrobras teriam pressionado técnicos da estatal e levado a empresa a comprar equipamentos pesados para o Comperj a partir de abril de 2010, antes da conclusão do desenho final do empreendimento. Naquela época, o complexo industrial em torno de uma refinaria ainda era objeto de negociação entre a estatal e parceiros. Como o projeto atrasou e o modelo foi alterado várias vezes, a Petrobras teria sofrido um prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão em gastos na manutenção de aparelhos e outros materiais (*Jornal Nacional*)

³²¹ “Um dos mistérios que o TCU investiga é como o orçamento inicial de US\$ 6,1 bilhões, em 2006, pôde se transformar num gasto de US\$ 47,7 bilhões – previsão atual da obra. Para continuar na comparação de Luiz Fernando Guimarães: é como se alguém decidisse construir uma mansão, o orçamento se multiplicasse por sete – e, na hora da entrega” (*Jornal de Itaboraí, Raphael Gomide*, 21/11/2014).

³²² Fórum Comperj (acesso em 02/05/2010).

³²³ Extraído do *GI - Rio* de 22/01/2015.

contratadas para a construção do Comperj estavam sob suspeitas de integrar um *cartel* que pagava subornos a diretores da Petrobras e a políticos em troca de contratos.³²⁴

Outro depoimento significativo é o obtido de reunião realizada em 07/05/2015, conforme divulgado pelo Boletim *On Line* de Notícias de Araruama nesta mesma data, quando o prefeito deste município, Miguel Jeovani, ressaltou a importância da união dos prefeitos da região nesse momento de crise, pois, segundo ele:

O país passa por uma crise e vários municípios em nosso Estado, principalmente na Região dos Lagos, estão passando por dificuldades com a arrecadação. Nesse momento, é importante a união de todos e a parceria para encontrarmos soluções eficazes. O encontro com o governador também serviu para que fossem apresentadas outras alternativas como a busca de compensação de recursos do INSS³²⁵.

Em relação às empreiteiras implicadas nas investigações, particularmente do projeto Comperj, podemos lembrar, com base na análise apresentada no capítulo dois, de que não dá para se surpreender, pois em relação à sua trajetória no país, vimos que, com o poder junto à sociedade, os empreiteiros obtiveram políticas altamente favoráveis ao longo do regime, fazendo com que tais empresários chegassem ao final da ditadura ainda maiores e mais poderosos do que antes de 1964, legando a eles um papel fundamental no arranjo de forças durante a transição política e no novo regime inaugurado em 1988 (CAMPOS, 2014).

Diante desse cenário, o grande desafio que se coloca é entender os rebatimentos desse processo, não só do ponto de vista ambiental e infraestrutural que envolve inclusive o debate sobre as questões de território, espaço da cidade e urbanismo. Mas, sobretudo, aspectos sociais e econômicos, especificamente no que se refere a alta demanda de empregos, como estes serão gerados, à mobilidade e migração dos trabalhadores em busca da venda da sua força de trabalho, quais as condições de trabalho e assalariamento daqueles que já estão empregados e dos que serão inseridos neste processo de disputa no âmbito da relação capital e trabalho. Aspectos esses que serão analisados ao longo deste capítulo.

De 2006 para 2015, esse processo que envolve o Comperj vem impactando no crescimento populacional, no mercado de trabalho, no perfil da classe trabalhadora da região,

³²⁴ Segundo as autoridades, houve a mobilização de quatro bilhões de dólares em uma década. O escândalo obrigou a Petrobras a revisar suas contas e reduzir investimentos neste ano, assim como bloquear contratos de empresas investigadas, o que tem prejudicado a Comperj. A ambiciosa refinaria, quase concluída, está avaliada em 13,2 bilhões de dólares. No caso de corrupção na Petrobras, que envolve as principais empresas construtoras do país e políticos de vários partidos, foram os petroleiros os primeiros a receber uma sentença: a demissão. (Extraído de *Isto é Dinheiro*, publicado em 20/3/2015. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/de-eldorado-petroleiro-a-cidade-fantasma-itaborai-e-vitima-da-corrupcao-na-petrobras/>>. Acesso em: 30 Jun. 2015.

³²⁵ Disponível em: <<http://www.araruama.rj.gov.br/site/noticias-araruama/2068-melhoria-da-arrecada%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-tema-de-reuni%C3%A3o-de-prefeitos-do-conleste.html>>. Acesso em: 02 maio de 2015.

na cultura política local, no meio ambiente e nas políticas públicas, com repercussão especialmente nas políticas sociais. Considerando que as particularidades, tanto do Comperj no contexto do Leste Fluminense, quanto dos trabalhadores que estão chegando e alterando a composição da classe trabalhadora local e adensando a “questão social”, não estão isoladas de uma totalidade mais complexa que se situa nas relações sociais de produção e reprodução na sociabilidade do capital. As relações de produção após a chegada do Comperj, nesta sua primeira fase, que compreende a construção das refinarias e unidade de petroquímica, atraiu a indústria da construção civil, especialmente a pesada, e conseqüentemente, a força de trabalho de grande obra.

Os dados concretos relacionados ao conhecimento da força de trabalho, tanto a dos trabalhadores migrantes quanto a dos trabalhadores locais, serão demonstrados a seguir, com a reafirmação de que o processo de produção e reprodução da vida através do trabalho é, para Marx, a atividade humana básica, a partir da qual se constitui a “história dos homens”. Portanto, no capítulo IV, a seguir, daremos continuidade a essa análise porém dando ênfase ao período quando a crise da Petrobrás afeta as obras deste empreendimento, forçando a alteração do projeto inicial e a paralisação das obras em função de uma demissão em massa dos trabalhadores de grande obra.

Desse modo, aprofundaremos empiricamente nosso objeto na realidade do Estado do Rio de Janeiro, tomando por referência concreta o Leste Fluminense e, dentre os quinze municípios que compõem essa região, daremos destaque, em nossa análise, ao Município de Itaboraí, sede de um grande projeto que está sendo implementado. Mas, ao contrário do que foi anunciado, esse projeto não vem gerando o tão sonhado emprego e os que vêm de fora com a qualificação exigida, sofrem com o desemprego em massa diante da crise pela qual passam as empreiteiras contratadas pela Petrobrás, que terceirizam os trabalhadores de grandes obras. Pois, conforme o que analisa Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*: “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

4. GRANDES PROJETOS E A SUBSUNÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: O ADENSAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO LESTE FLUMINENSE DO RIO DE JANEIRO

Como o verão e o *salário*
 Mortalmente inseridas no tempo,
 Estão dispersas, como o ar,
 No *mercado*, nas oficinas,
 Nas ruas, nos hotéis de viagem.
 São coisas, todas elas,
 Cotidianas, como bocas
 E mãos, sonhos, *greves*,
 Denúncias,
Acidentes do trabalho e do amor. Coisas
 De que falam os jornais,
 Às vezes rudes,
 Às vezes tão escuras
 Que mesmo a poesia as ilumina com *difículdade*.
 Mas é nelas que te vejo pulsando. Mundo novo,
 Ainda em estado de *soluções e esperanças*.
Ferreira Gullar

O presente capítulo tem o propósito de explicitar as alterações sócio-históricas que estão ocorrendo na região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, desde o anúncio do projeto Comperj em 2006, o auge das grandes obras e do emprego no período de 2011-2014, ao declínio e a crise experimentada na primeira metade de 2015. Logo, as particularidades do universo empírico da pesquisa serão tratadas, considerando que o processo de implantação do projeto, que ainda demanda maior trabalho vivo, vem se constituindo um divisor de águas na trajetória histórica de suas relações de produção e reprodução sociais, principalmente em Itaboraí, município escolhido para a sede deste empreendimento.

Cabe anotar inicialmente que, nesta empreitada e de modo muito especial, ao deixarmos que o movimento proporcionado pelo método crítico-dialético ou que vem da

tradição da teoria social de Marx nos conduzisse nesse processo, e grandes desafios nos foram envolvendo. Voltando às suas fontes, dessa vez pela apresentação feita por Netto (1998), retomamos os procedimentos deste referido método antes de continuarmos:

O procedimento metodológico próprio a esta teoria consiste em partir do empírico (os “fatos”), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo este processo. *O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao seu ponto de partida – e, a cada retorno, compreende-o de modo cada vez mais inclusivo e abrangente.* Os “fatos”, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra. *A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, agarrando a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas* (NETTO, 1998, p. 58 – grifo nosso).

A partir da análise teórica empreendida por Marx sobre a sociedade burguesa tomada como uma *totalidade concreta*, fruto de sua proposta teórico-metodológica, e a partir ainda da grata satisfação em conhecermos a obra de Lênin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria* (1985), pudemos amadurecer, enquanto pesquisadora, algumas questões de cunho metodológico. Por exemplo, no Prefácio assinado pelo mestre Dr. José Paulo Netto, duas colocações nos provocaram e colocaram de prontidão no enfrentamento de um desafio investigativo. A primeira com a seguinte indicação: “[...] a efetiva comprovação de que, face à irreduzível particularidade que constitui cada formação econômico-social, *o método se recria no confronto com a empiria*, cuja aparente opacidade é ultrapassada e dissolvida na captação de sua essência movente” (1985. In: LÊNIN, 1985 p. XXI). Com isso, queremos dizer que, entre a intencionalidade investigativa do pesquisador e o produto final que ora apresentamos, houve um longo caminho que nos desafiou a rever e recriar tantas pretensões frente à opacidade do real e à necessidade de uma ultrapassagem para nos aproximarmos da essência do fenômeno estudado. A segunda com a indicação do professor historiador Pinsky, também apontada por Netto, que “o desenvolvimento é obra de historiador, historiador cuidadoso, que pesquisa fontes, que não subestima dados e que, partindo de uma teoria geral, não busca o concreto para ilustrar o seu esquema, mas para enriquecer a própria análise teórica” (1985. In: LÊNIN, 1985, p. XXI, nota 48). Pois, desde então, buscamos materializar aqui o que se tornou nosso desafio maior. Como realizar uma pesquisa empírica sem cair no empirismo, sendo coerente com o método pelo qual nos deixamos conduzir nesse processo investigativo? Desafio este que se reforça frente à reflexão e perspectiva investigativa proposta por Iamamoto (2001, p. 14), de “aliar a empiria ao exercício de abstração, como recurso metodológico fundamental

para apreender nas situações singulares suas particularidades e as dimensões de universalidade nelas presentes”. E agora?³²⁶ Nesse embaraço teórico-metodológico, ainda cruza em nosso caminho uma reflexão de Henry Lefebvre (1975, p. 20): ”O que é esse método?” Ao que o filósofo-sociólogo responde: “É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é o próprio conteúdo, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para frente, incluída a forma”.

Como não há imediaticidade entre um movimento e outro nesse trilhar investigativo, vamos ao que nos trouxe até aqui. Inicialmente, pensamos que se faz necessário recordar que o objeto em estudo, conforme apresentado desde a introdução geral é a *classe trabalhadora em seus reveses e lutas, enquanto expressão histórica da “questão social”, no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento econômico.*

Além da apresentação de alguns resultados da pesquisa de campo realizada, tendo em vista compreender melhor o objeto que nos propomos aprofundar, adiantamos aqui a confirmação da hipótese já apresentada na introdução geral, a partir da evidência geral e histórica proporcionada pelos capítulos anteriores.

Nesse contexto sócio histórico da implantação de um grande projeto, expressão da dinâmica do capitalismo contemporâneo e de sua forma de expropriação do trabalho, percebe-se a presença de um paradoxo entre o anúncio do Comperj e a experiência atual. Pois, ao mesmo tempo em que o Comperj, no caso de nossa amostra, caracteriza-se como um dos projetos de desenvolvimento do Brasil, como um dos seus investimentos mais importantes, com pretensões de gerar grande desenvolvimento para toda a região de sua influência, encontra-se também implícito nele as possibilidades em potencial para concretizar o acirramento da “*questão social*” nas municipalidades diretamente implicadas.

Tendo por preocupação central, que nos move nessa análise, responder à questão sobre “*como a classe trabalhadora está se constituindo, sofrendo e reagindo às alterações ocorridas em regiões sob os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento?*”, o desdobramento empírico desta questão investigativa nos levou a buscar respostas a outras questões que vieram compor nosso conjunto de perguntas que, sistematizadas em alguns roteiros-formulários, serviram de instrumento de coleta de dados, identificados ao final deste trabalho no conjunto dos apêndices. Tais preocupações foram levadas aos sujeitos com os quais tivemos contato ao longo da coleta de dados na pesquisa de campo.

³²⁶ Na resposta, como em um ditado popular se diria: “põe na sacola e rapa fora”.

Portanto, visamos apresentar as particularidades do universo empírico desta pesquisa que tem como objetivo central: *identificar os rebatimentos dos grandes projetos de desenvolvimento econômico sobre a classe trabalhadora, em especial, os segmentos de trabalhadores de grandes obras e de regiões afetadas por grandes empreendimentos, e o acirramento da “questão social” decorrente desses processos sócio-históricos no início do século XXI. Busca-se a demonstração de um contexto particular como forma de evidenciação de uma experiência maior e universal, que compõe a construção do alcance desse objetivo investigativo. Esta pesquisa de tese, conforme vem sendo informado busca responder à preocupação analítica central: como a classe trabalhadora está se constituindo, sofrendo e reagindo às investidas do capital sobre o trabalho e as regiões sob os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento?*

Desse modo, o presente capítulo busca compreender e dar centralidade aos impactos que afetam os segmentos da classe trabalhadora nas localidades onde tais projetos se instalam, com ênfase aos segmentos de trabalhadores de grandes obras contratados pelas empreiteiras e aos trabalhadores locais, considerando que ambos, no seu entrelaçamento histórico em que se encontram, situam-se numa particularidade que vai das engrenagens da agroindústria agroaçucareira que dinamizou a força de trabalho, inicialmente escrava, e experimentou a transição para o assalariamento no processo de expansão urbano-industrial, e as novas relações de trabalho na atualidade da chegada da indústria petroquímica que, para sua implantação, requisitou a indústria de construção pesada e, conseqüentemente, atraiu e dinamizando um grande contingente de trabalhadores para a região³²⁷.

A atenção recai, desse modo, aos efeitos de todo esse processo, sobre o lugar e sobre a classe trabalhadora, que são dois lados importantes que compõem nosso objeto de estudo. Esses segmentos chegam à atualidade dos grandes projetos dinamizados pelo Estado capitalista³²⁸, cujo recorte é feito a partir da experiência do setor petroquímico e sua aliança com as empreiteiras que representam historicamente os interesses da burguesia brasileira.

³²⁷ Os segmentos de trabalhadores que têm sua capacidade de trabalho subordinada, porque vendida, nas relações de produção e reprodução dos empregos diretos e indiretos gerados pelo projeto Comperj, transita da força de trabalho análoga a escrava à força de trabalho “livre”, envolvendo o indígena, o escravo negro, o migrantes canavieiros, trabalhador rural, artesãos, migrantes do trecho e de grandes obras.

³²⁸ Isso foi um passo para intensificar ainda mais uma histórica relação do governo brasileiro com as grandes empreiteiras do país que já vinha ocorrendo desde o período da ditadura civil-miliar, quando, segundo Ianni (1981, p. 8) “o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariada, na indústria e na agricultura.” Período em que o desenvolvimento capitalista no Brasil ingressou numa fase especial, pois, como vimos anteriormente, cresceram a concentração e a centralização do capital. Os grupos de construtoras nacionais, que historicamente

Para nos conduzir nesse caminho, tomamos por eixos de análise a história e a constituição social da região, iluminada por alguns elementos da crítica da economia política, dando ênfase à indústria e outras atividades econômicas para, a partir desse viés, podermos dar destaque aos reveses e às lutas da classe trabalhadora. Neste processo investigativo, portanto, a categoria trabalho se constitui central em nossa análise, em que “a centralidade do trabalho, em sua posição estratégica de primeira forma de objetivação, abre perspectivas revolucionárias para o pensamento marxiano” (FREDERICO, 1995, p. 182).

Nos exemplos da realidade apresentada ao longo deste capítulo, a superpopulação relativa na forma estagnada está presente neste início de século XXI no Brasil, como em diversas partes do mundo, sob a órbita dos grandes projetos. É a camada da população que, segundo Marx (2006, p. 746-47),

constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível [...]. Ela se reproduz e se perpetua, e é o componente da classe trabalhadora que tem, no crescimento global dela, uma participação relativamente maior que a dos demais componentes (MARX, 2006, p. 746-47).

Neste estudo, é a população que circula, a migrante, a trecheira, é a que segue em frente em busca de “oportunidade” de trabalho, numa realidade em que o desemprego se torna a arma dos donos dos meios de produção a favor de sua busca insaciável pelo valor. Nos últimos cinco anos, a rotatividade das empresas neste projeto, conforme demonstrado no mapeamento do Apêndice “E”, vem favorecendo também a rotatividade dos trabalhadores, sobre os quais podemos apontar, com base nos dados da pesquisa, que aproximadamente trinta mil empregos foram gerados na fase de construção, tendo uma rotatividade de aproximadamente duzentos mil trabalhadores contratados direto e indiretamente no primeiro momento da implantação do Comperj. Os dados coletados na pesquisa de campo desta tese nos possibilitaram demonstrar que se trata, em sua maioria, de trabalhadores assalariados de grandes obras do setor da construção civil pesada.

O momento até o final de 2014 quando alguns chamaram de experiência de pleno emprego, porém não sendo verificado nesta pesquisa, ao contrário, a demanda por emprego foi maior que a oferta, uma das razões para o embate intraclasse ser trabalho neste período. Esse quadro foi violentamente alterado no final de 2014 e início de 2015, quando houve um processo de demissão em massa dos trabalhadores de grandes obras, e as empresas deixando os canteiros de obras. Sobre os fatores que contribuíram para intensificar esse processo de

no Brasil têm no Estado seu principal cliente, que nos últimos sessenta anos, por meio da relação estabelecida com uma estatal, em especial, a Petrobras, vêm atuando nos grandes projetos econômicos que afetam o país.

desligamento dos trabalhadores, o dossiê do Ibase (2015), aponta dois fatores para a estimativa desta queda no emprego do Comperj neste período:

De um lado, a investigação de denúncias de favorecimento e desvio de dinheiro nos contratos de grandes empreiteiras com a Petrobrás, que envolvem empresas que estão realizando as obras do Comperj; de outro, o anúncio de mudança no planejamento original do empreendimento, que passou a ter previsão de operação de apenas uma refinaria, quando a expectativa era a construção de mais duas unidades de refino (Idib., p. 10).

A partir da experiência vivenciada pelos municípios do Leste Fluminense, especialmente os diretamente afetados, podemos afirmar que um novo perfil de trabalhador começa a se formar na região do Comperj? Há, de fato, a ocorrência de uma metamorfose na composição da classe trabalhadora local dessa região, a partir da chegada de um grande projeto como o Comperj. Essas metamorfoses podem ser atribuídas a uma das consequências dos reveses, como a passagem dos embates intraclasses para a luta de classe nunca antes experimentados na região?

Em suma, a partir dos dados da pesquisa de campo, pudemos analisar que na subsunção do trabalho ao capital, de forma geral, e em seus momentos históricos como este apresentado neste capítulo, encontramos os principais determinantes desse processo e que o sustenta nas diversas mediações das relações sociais. No contexto do Comperj, os aspectos centrais para pensar a “questão social” na cena contemporânea dos grandes projetos parte centralmente do processo de subsunção formal e real do trabalho ao capital, manifestado no processo de precarização das relações e condições de trabalho, principalmente pela terceirização, superexploração em que o trabalho muitas vezes se realiza análoga a de escravo, com criminalização das manifestações sociais, desemprego em massa, violência, embates intraclasse e luta de classes.

Nessa parte da exposição, o que se pretende transmitir é uma síntese concreta de uma totalidade complexa. Sabemos que o estudo acerca do tema proposto não se esgota com a análise ora apresentada. Porque a realidade é muito maior, muito mais complexa, é dialética e o processo investigado, conforme acabamos de relatar, sempre se encontrava inacabado em seu movimento, visto que tivemos que interromper a pesquisa de campo, a fim de podermos dar conta de encerrar essa etapa, dado o avançar do prazo para finalização da pesquisa e ciente do longo caminho a percorrer no que diz respeito à organização e análise dos dados.

Todo esse conjunto movente, pleno de tensões e contradições que vão constituindo um todo que expressam a reprodução de forma ampliada das expressões da “questão social”, capturado a partir da pesquisa empírica, tem sua exposição realizada nestes dois últimos capítulos que passamos a apresentar.

4.1. Força de trabalho de grandes obras, suas características e embates intraclasse

O fato de haver abundância de braços, desde que material e culturalmente expropriado, cria condições para deteriorar os salários. Cria, ademais, condições para desarticular a resistência da mão-de-obra, pois *acirra a concorrência intertrabalhadores*.

Lúcio Kovarick

A análise investigativa de Marx sobre o caráter antagônico da produção capitalista em *O Capital*, onde apreendemos as contradições entre capital e trabalho, nos serve de base para buscarmos compreender algumas das acentuadas expressões da “questão social” presentes na cena do desenvolvimento do Leste Fluminense na fase de grandes obras para a implantação do Comperj.

Uma dessas expressões é o impetuoso embate intraclasse que envolve trabalhadores migrantes (“os de fora”) e trabalhadores da região (“os locais”). Esta seção busca, como temática central, evidenciar as particularidades de cada um desses dois segmentos de trabalhadores, a concorrência acirrada que ao mesmo tempo os integra e os repele no contexto da luta por emprego e renda, que é uma expressão máxima da luta pela vida, assim como a tendência básica do desenvolvimento do capitalismo, que desde a grande indústria subsume o trabalhador conforme seus interesses, capturando seu consentimento³²⁹.

A abordagem ora realizada, além de apreender e analisar os traços que identificam os trabalhadores que protagonizam diretamente o trabalho numa grande obra, sendo migrantes ou os da própria região, especificamente a partir da experiência do Comperj, dando centralidade ao ponto de vista dos próprios sujeitos em cena, também busca problematizar outros aspectos que mediam essa dinâmica produtiva. Isto é, somam-se a essas características outras variáveis que ajudam a entender essa nova dinâmica do Leste Fluminense que têm alteradas as suas condições de vida nas cidades de sua abrangência, que não estavam

³²⁹ No Brasil, em face da grande desigualdade de condições de vida, de escolaridade, há um enorme contingente que alimenta esse exército de reserva, que poderíamos denominar de “exército de reserva qualificado”. Pois ele se encontra suficientemente qualificado para realizar o trabalho de grandes obras e também suficientemente dependente de condições de sobrevivência ampliando ao máximo a “superpopulação relativa no país”.

preparadas para suportar um contingente tão ampliado de trabalhadores e, em muitos casos, com suas respectivas famílias.

Por ocasião da divulgação do Comperj, houve a previsão de que os empregos ocorreriam em três momentos ao longo de sua construção, instalação e implementação. De acordo com o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA/Comperj/2008), o primeiro momento compreenderia a fase da construção civil, que se constituiria como a grande oportunidade para os municípios que estão no raio de 10 e 20 km do empreendimento, diante da perspectiva, que prevalecia naquele momento, de que seriam gerados em torno de 50.000 empregos diretos³³⁰. A dimensão da obra foi reduzida porque o planejamento sofreu alterações, principalmente em função da crise da Petrobrás, mas, independentemente deste fato, consideramos também a relevância social desse contingente de trabalhadores, implicado em várias expressões perversas da “questão social”, que já fazem parte da dinâmica de suas vidas (desemprego, expulsões, favelização etc).

Ou seja, haveria gradativamente uma alteração na composição orgânica do capital, havendo, numa primeira fase, a prevalência de capital variável, e, nas duas últimas, uma elevação do capital constante³³¹. Como o Comperj ainda está no primeiro momento, que ainda corresponde a sua implantação, fase de maior geração de empregos que vem demandando mais trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, o emprego direto para a força de trabalho de grande obra é uma realidade imperativa. É, ao mesmo tempo, o momento do protagonismo da indústria da construção civil pesada, um setor da burguesia brasileira que reúne as maiores construtoras nacionais, tal como abordado no capítulo II.

Porém, esse projeto de geração de emprego inicial, constituído, na realidade, de múltiplos interesses, não foi totalmente concretizado. E por que não o foi? Os dados disponíveis permitem afirmar que a falta de realização desse projeto de emprego e renda para a população trabalhadora da região deu-se pelo cruzamento das necessidades específicas das empreiteiras contratadas pela Petrobrás que precisavam de mão de obra qualificada para os

³³⁰ Como já exposto, chamamos a atenção para esse primeiro momento que vem ocorrendo desde 2009, materializado na realização dos canteiros de obras do que inicialmente seria um complexo petroquímico, cuja pretensão reduziu-se a uma refinaria, conforme abordado anteriormente. O segundo momento de ocorrência de empregos seria na fase de operação do Comperj, com as empresas de primeira e segunda geração utilizando uma força de trabalho altamente qualificada, com a previsão de gerar aproximadamente três mil empregos diretos. Um terceiro momento compreenderia a fase de implantação das empresas de terceira geração, sendo prevista a criação em torno de 720 empresas, segundo os dados do RIMA/Comperj/2008.

³³¹ Ao analisar a influência que o aumento do capital – em seu processo de acumulação – tem sobre a sorte da classe trabalhadora, Marx (2006) toma como referencial a composição orgânica do capital e as modificações que ele experimenta no curso do processo de acumulação.

postos de trabalho e as características dessa mão-de-obra local que não estava devidamente preparada para as demandas de trabalho nessa primeira fase de implantação desse grande projeto.

Somados a esses fatores, houve o desencadeamento de um processo migratório de trabalhadores da construção civil e outros que se aventuravam na busca por oportunidades de trabalho na região abrangida pelo Comperj, além da cultura política local que constitui um fator importante a ser considerado nas correlações de forças que envolvem as negociações pelas fatias disputadas por essas vagas disponibilizadas, conforme análise desenvolvida mais adiante.

Portanto, ao ser lançado o Projeto Comperj em 2006, a perspectiva à época era de que, numa primeira etapa de sua implantação, que consistia na terraplanagem e construção deste polo petroquímico, seria demandado um perfil específico de trabalhadores. Ou seja, “os vendedores da força de trabalho que saem das fileiras das populações operárias do país”, os “peões de obra”, locais e de fora, que participam da produção de valores materiais, a produção de mais-valia (LÊNIN, 1985, p. 364).

No interior desse quadro de trabalhadores, ambos os seus segmentos – os chamados, como já visto, de “estranhos” ou “de fora”, pela população local, e, muitas vezes, também pelos representantes das instituições públicas locais e a chamada “mão de obra local” –, se inseriram na luta pelas vagas de emprego ofertadas pelas empreiteiras contratadas para a instalação do grande projeto, no contexto em análise, vivenciando um cotidiano de embates intraclasse.

Sobre esses trabalhadores, os dados coletados na pesquisa de campo desta tese nos possibilitam demonstrar que, de 2009 até início de 2015, aproximadamente 30 mil trabalhadores ocuparam postos de trabalho no Comperj, tendo circulado na região aproximadamente 200 mil trabalhadores e respectivas famílias na saga pela busca de oportunidades de trabalho, tendo se inserido nos empregos indiretamente gerados na região em função deste empreendimento.

É importante observar, porém, que não há dados oficiais disponibilizados para que sejam acessados por pesquisadores das Academias nem pela sociedade como um todo sobre esse grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras que povoou a região Leste Fluminense em busca de emprego. Realidade essa que carece de pesquisas até mesmo para serem pensadas as políticas públicas, principalmente as sociais, em vista do enfrentamento da “questão social”. Logo, o que ora demonstramos sintetiza nosso esforço de reunir informações

a partir das notícias veiculadas nos principais jornais locais e na grande imprensa, os pronunciamentos das autoridades públicas e alguns dados demonstrados em documentos e pesquisas acadêmicas.

Em algumas matérias jornalísticas, encontramos informações de que variam de 29 a 35 mil trabalhadores contratados até o início de 2015 para atuação nas obras do Comperj³³², porém não pudemos confirmar essa informação nem diretamente com as empreiteiras, nem com a Petrobras, por ter suspenso contato conosco, antes programado, nem pesquisando em seu site oficial, assim como nos vários acessos oficiais de informação do Complexo.

Em contato com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Manutenção e Montagem Industrial de Itaboraí (Sintramom), obtivemos a informação de que o sindicato não detém esses dados, por se ater a um segmento específico de trabalhadores, os que estavam então diretamente empregados nos canteiros das obras do Comperj. Esses, de acordo com um representante do Sindicato, totalizam 15 a 17 mil empregados fixos, chegando a um total de até 20 mil empregados envolvendo os fixos e os terceirizados. Porém, houve o alerta sobre a oscilação desse número em função da rotatividade, tanto dos trabalhadores quanto das empreiteiras contratadas, em especial, naquele momento em que se inaugurava a fase das demissões em massa, fruto do processo de investigação das empresas envolvidas na investigação da Polícia Federal na operação “lava jato”.

Sobre essa questão, na entrevista com um dos diretores deste sindicato [o Sintramom], foi apresentado um esclarecimento de que eram

[...] dezoito mil trabalhadores pela classe que a gente representa, que está filiado ao nosso sindicato, porém, se juntam outras categorias como as do Sindipetro que representa o pessoal que é efetivo na Petrobrás mais o administrativo [...], e tem ainda os trabalhadores da alimentação, rodoviária, então eu não conto. Eu tenho mais essa visão do que é nosso.

Nos meios de comunicação, no período de 2013 e 2014, fase de maior repercussão das greves e paralisações dos trabalhadores, a imprensa divulgava 20 mil trabalhadores. Já nos dados do dossiê do Ibase (2015), registrava-se que:

Diretamente vinculados às atividades de construção do Comperj, estima-se que foram gerados 30 mil postos de trabalho no período em que se atingiu o pico de contratações, entre os anos de 2012 e 2014, havendo declínio no final de 2014 e início de 2015, quando se entrou na fase de finalização da construção da primeira unidade de refino (IBASE, 2015, p.6).

Por fim, é importante esclarecer que outras categorias profissionais estão presentes nesse cenário, pois a chegada de um grande projeto movimenta os setores de *serviço*,

³³² Verificar em: <https://www.istoedinheiro.com.br/de-eldorado-petroleiro-a-cidade-fantasma-itaborai-e-vitima-da-corrupcao-na-petrobras/>

comércio e construção civil (FIRJAN, 2103). Consideramos assim, que a força de trabalho de grandes obras que se espalha pela região não se limita à obra do Comperj, embora esta tenha a prevalência numérica, mas envolve o amplo quadro de especulação imobiliária e a expansão da ampla rede de serviços principalmente no município de Itaboraí.

Por exemplo, há os segmentos de trabalhadores que não têm grande visibilidade ou reconhecimento sobre sua importância na engrenagem da implantação de um grande projeto, e atuam na infraestrutura, garantindo uma retaguarda a toda a dinâmica do Comperj e de outras obras atraídas por esse empreendimento na região. Estamos falando dos trabalhadores do setor de serviços que garantem o transporte diário aos trabalhadores em seu traslado para os canteiros de obras, os trabalhadores que se ocupam do setor de alimentação nos canteiros de obra e nas inúmeras pousadas que atendem à demanda desses trabalhadores trecheiros, além dos que atuam nos alojamentos, atendendo um conjunto de demandas dos trabalhadores de obra.

Ainda se somam a esse elevado número de trabalhadores e trabalhadoras de serviços, os que atuam em atividades lúdicas para ocupação do tempo livre dos “peões”; dentre esses, um número significativo de profissionais do sexo que se aglomeram em torno dos canteiros de obras e dos alojamentos. Não constitui nossa preocupação investigativa nos ocuparmos com esse contingente de trabalhadores e trabalhadoras que, de forma muitas vezes oculta, participam da vida das cidades do Leste Fluminense e da dinamização da economia local³³³. Esses trabalhadores também participam do tão falado processo de crescimento populacional da região após o anúncio da instalação de um grande projeto de desenvolvimento, situando-se no contexto do acirramento da “questão social”.

Antes da análise desse quadro em que trabalhadores do segmento chamado de “estranhos” ou “de fora” se confrontam com os trabalhadores da região, ou os chamados trabalhadores “do lugar” ou “locais”, ora na luta pelas vagas de emprego ofertadas pelas empreiteiras contratadas pela Petrobrás para a instalação do Comperj, ora no cotidiano da cidade que se vê sobrecarregada na oferta de serviços, tendo em vista o aumento repentino da população atendida, apresentaremos alguns traços que marcam o perfil geral desses trabalhadores do Comperj desta fase de construção. Com esta apresentação, estamos certos de

³³³ Esses trabalhadores também são alvo da superexploração do trabalho, atuando como trabalhadores produtivos ou improdutivos; os primeiros, uma vez participando da lógica de acumulação do capital, pelos proprietários dos empreendimentos que extraem a mais-valia. Porém, a incorporação desse contingente encontra-se fora da demanda investigativa em nossa pesquisa.

que em cada um desses grupos, há particularidades a conhecer, a serem desvendadas, que compõem uma totalidade que tem uma “essência movente”.

4.1.1. Peões de trecho

Tanto quanto o deslocamento das populações
do campo para a cidade,
o êxodo dos operários
que passam a exercer uma ocupação não-agrícola
é um fenômeno progressista,
que permite às massas abandonar os rincões
perdidos e esquecidos pela história,
onde estavam confinados,
e mergulhar no turbilhão da vida social moderna.

Lênin³³⁴

Nesse primeiro momento, vamos nos ater à resposta sobre quem são os chamados trabalhadores de grandes obras, esse contingente que integra a força de trabalho ativa do capitalismo contemporâneo participando do processo acumulativo de capital.

Com a elucidação do perfil desses trabalhadores de grandes obras, situados no primeiro momento de geração de emprego no contexto de implantação do Comperj, reafirmamos que trabalho, na perspectiva que vimos abordando aqui, é determinante no processo de acumulação do capital. E a força de trabalho é a mercadoria elementar e determinante para garantir a produção de excedente em vista da extração da mais-valia. Então, no direcionamento do presente estudo, que assume a perspectiva de classe, a classe trabalhadora, se faz necessário inicialmente atribuir visibilidade aos segmentos de classe que nesse processo de relação de produção e reprodução das relações sociais da sociabilidade do capital se constituem sujeitos em cena neste grande projeto no Leste Fluminense do Rio de Janeiro.

³³⁴ 1985, p. 361.

Tais sujeitos, cuja principal característica é o assalariamento, como de todo trabalhador “livre”, situam-se no âmbito das relações sob a órbita do capital e também sofrem as injunções desse processo. Então, observando a classe trabalhadora que se movimenta em busca de lugares onde possa vender a mercadoria que lhe é peculiar, a sua força de trabalho (MARX, 2006; LÊNIN, 1985), consideramos que esta região, no atual movimento, foi onde esses segmentos de classe encontraram condições para que sua força de trabalho fosse comprada pelo “mercado de trabalho”.

Os dados coletados e reunidos nos possibilitaram demonstrar *algumas outras características* que retratam, em sua maioria, os trabalhadores assalariados de grandes obras, algumas comuns com as dos trabalhadores da região, outras não. São elas: trabalhadores da construção civil em sua maioria, com experiência de grandes obras, conhecidos como “peões de trecho” ou “trecheiros”, migrantes com prevalência nordestina, em sua maioria; predominância da presença masculina; baixa escolaridade; baixa qualificação profissional ou nenhuma. Passamos a analisar cada uma dessas particularidades que identificam a mão de obra de um grande projeto, em especial, do Comperj, caso exemplar nesta tese.

A *primeira característica* é que esses trabalhadores são do setor de construção, a maioria da indústria da construção pesada e, enquanto tais, são considerados profissionais com experiência, conforme informações fornecidas por um dos diretores do Sindicato desta categoria: “esses trabalhadores são todos operários da construção civil, montagem, mecânica, solda e inúmeras outras funções”. Muitos são aqueles que chegam às regiões de destino de uma nova obra, ou nos chamados “novos trechos” de obras, com o intuito de trabalhar e ganhar dinheiro. Sua relação com o lugar onde se realiza a obra estaria definida apenas pela mediação do início de uma grande obra. Eles chegam acompanhando os encarregados, os supervisores e/ou os engenheiros das grandes empreiteiras. Portanto, as empreiteiras e os trabalhadores de sua confiança são os principais responsáveis pela dinamização desses trabalhadores, conforme os relatos, a seguir:

Hoje nós temos um grupo, nós que somos da área de andaime principalmente, nós temos um grupo, temos um coordenador, por sinal muito importante. Luiz Sérgio tem vários contatos quando a gente vai passando; aí fizemos, né, um bom serviço e por isso somos procurados, e com essas condições é que faz nós ir a vários lugares. Ele vai na frente, o pessoal contrata e dentro dessa contratação dele que ele pega o grupo dele para poder a gente ir e fazer essas obras. É um espaço que é muito fundamental (montador de andaime 3, participante de uma das rodas de conversa). Geralmente o que é que acontece: os trabalhadores ‘eles’ têm os encarregados, existem os encarregados que são os responsáveis pela obra. Por exemplo, tem o encarregado de terraplanagem, tem o encarregado de montagem, tem o encarregado de solda, tem um encarregado tal, entendeu? Aí o que é que acontece geralmente?

Eles têm uma equipe [...], eles vão para uma obra, eles já sabem que o cara trabalha bem, já costuma estar levando, vai indo embora e vai levando. (assistente social 2). Alguns tem a oportunidade de já virem contratados igual. É como ele falou, de encarregado pra cima; é como ele falou, têm alguns montadores do campo, outros funcionários, encanador, soldador, alguns não são muitos, mas têm alguns que já vêm acompanhando as pessoas que nem no caso dele, tem a pessoa que ele já acompanha há um tempo (na equipe) tem a equipe montada que é de confiança (montador de andaime 1). não, não é na mesma empresa, as três frentes de serviços talvez eu levasse aí do nosso grupo, aí de 200. Talvez eu consigo levar até mais, então meu supervisor já leva a equipe dele. Ele trabalhando lá vai ter que completar a equipe dele. Então vai ter que pedir mais gente que talvez tem uma quantidade daqui que já não vai; talvez tem uma quantidade daqui que já não vai ser convidado a ser trecheiro, seguir para outra obra (Encarregado de andaime 3).

Assim, esses trabalhadores chegam tanto já empregados, com contratos assinados, por terem sido transferidos após o término da obra onde estavam atuando, como desempregados, para tentar a sorte, mas amparados por algum amigo ou parente que já está vinculado ao canteiro da obra. No Dossiê do Ibase (2015, p. 36), destaca-se que “muitos [dos trabalhadores] já saíram dos seus estados de origem contratados pelas próprias empresas (em geral, por um prazo determinado); outros vieram atrás de colegas e parentes que conseguiram um posto de trabalho no Comperj”. Destacam-se, portanto, as relações sociais, mesmo e principalmente aquelas informalmente construídas.

De modo geral, de acordo com Campos (2014), existem três formas de recrutar esses trabalhadores de grandes obras: primeiramente aqueles pertencentes ao quadro próprio da empresa, com seus engenheiros; segundo, os oriundos de uma empresa arrematadora de mão de obra, as subempreiteiras de trabalhadores, chamadas “gatas”, este último seria o regime mais precário de trabalho, já que não pressupunha vinculação direta com a empresa realizadora de obra. Por fim, uma terceira forma de recrutamento seria a do trabalhador de origem prisional. Sobre este último, tais quais outros regimes autoritários do século XX, no Brasil, foram usados trabalhadores que viviam sob cárcere, inclusive com denúncias de uso de presos.

Popularmente, esses trabalhadores da construção são conhecidos como “peões” e reconhecidos pela chegada nos vários canteiros de obras por todo o país e, até, em terras estrangeiras. No filme nacional chamado “Peão” (COUTINHO, 2004), há uma análise sobre o que é ser peão, a partir do depoimento dado por um ex-peão, um trabalhador com consciência de classe e com experiência de organização de “classe para si”. Transcrevemos uma parte do depoimento do trabalhador denominado Geraldo que, inicialmente, esclarece o seguinte: “Então, vestiu o uniforme é peão. Peão é aquele que cumpre horário, que bate cartão é peão”. E o que não é peão numa grande obra? Segundo Geraldo, “o que não é peão é aquele que é o

engenheiro, um mensalista que chega 8 horas, sai mais cedo, às vezes pede licença e não bate cartão. Peão é aquele que bate cartão, aquele que chega e bate cartão”. Nesse depoimento encontra-se a distinção da divisão social do trabalho, tão própria do modo de produção capitalista. Em sua consciência histórica, como trabalhador com longa experiência, além de trazer em sua trajetória a experiência de lutas de classe, Geraldo faz o seguinte relato:

O peão na época de 70 era assim: o peão de fábrica, ‘num’ existia na década de 70, é aquele que, no meu caso mesmo, hoje ‘tava’ aqui, amanhã a firma [dizia]: olha, amanhã você pode trabalhar na Bahia. Mas a sede era aqui. Aí terminava aquela lá da Bahia e: amanhã vocês vão viajar ‘pros’ Rio Grande do Sul. Então quando o peão saía era por causa disso aí, ‘pião’ é aquele que rodava. Aí chega na década de 80 tudo ficou sem peão, orubô tudo. Peão, tinha o peão de trecho e o peão de fábrica (Geraldo, filme Peão – transcrição nossa).

Entre a memória e a história, há neste depoimento a apreensão histórica do que é ser peão, aquele produzido pelas relações que tornaram possível ele se manter ao longo do tempo, dialogando com a macro história, como uma expressão marcante da organização da classe trabalhadora dessa década de 1970, mas que foi se diluindo na entrada dos anos 1980, dada a força do processo de profundas alterações na esfera produtiva e nas relações de trabalho³³⁵. Werneck (2015, não paginado), faz uma pertinente observação acerca do peão enquanto subjogado às relações de exploração:

Ser peão é, em certo sentido, uma dualidade. É ser um soldado raso da industrialização brasileira, explorado e chamado à luta pela igualdade, mas é, ao mesmo tempo, fazer parte de uma elite intelectual e artística: o peão sabe seu ofício, conhece-o como poucos, executa-o como ninguém. É aquele sem o qual a fábrica (na época utópica dos filmes de arquivo) não funcionaria, mas é aquele que a fábrica (na época realista de hoje) não pode mais manter. Nesse sentido, enquanto problematiza o choque entre memória e história e a definição estanque de categorias limítrofes.

Uma *segunda característica* é que esse trabalhador que integra a força de trabalho da construção vem de experiências na indústria da construção pesada. Enquanto tal, ele é um “trecheiro”, porque, enquanto “peão de trecho”, ele é um trabalhador que “roda o trecho”, circulando por diversos lugares do país; quando não, fora do país também, em função de grandes obras que erguem grandes projetos, vinculados direta ou indiretamente às empreiteiras ligadas a esses projetos de desenvolvimento. Sobre o significado social desse termo, alguns trabalhadores entrevistados buscaram definir para esta pesquisa o que é ser “peão de trecho”:

Ele é o cara que não tem ponto fixo. Ele sai daqui hoje, fica um ano, aí tem uma obra em Curitiba, Paraná, ele vai. Acaba a obra lá, ele vem pra Pernambuco. De

³³⁵ No Brasil desta década, instalou-se a denominada reestruturação produtiva nas relações de gestão do trabalho, forma radical, mesmo após a redemocratização do país, com a eleição de Collor de Mello, seguida dos governos de FHC. Sobre este momento e os movimentos sindicais e de instituições de saúde do trabalhador no seu enfrentamento, ver a ampla pesquisa de Freire (1998), com parte dela publicada em seu livro de 2010.

Pernambuco ele vai para o Sul. Ele não tem um rumo certo. P'ra gente é até um nome chucro né. Eles são 'pião' de trecho, eles sabem como é que funciona. (Diretor sindical)

Trecho são lugares diferentes, é Estado de São Paulo, é Minas, é Espírito Santo (...). Nós somos trecheiros (...), já trabalhamos em Minas, São Paulo, Rio e Espírito Santo (...) em empresas diferentes. Eu vim de Espírito Santo p'ra cá transferido. A própria empresa [empreiteira] transfere a gente (supervisor de segurança de trabalho).

Os trabalhadores que são trecheiros, vão seguir o caminho p'ra frente, vão p'ra outros estados, p'ras obras que o Brasil oferece, ele é alguém que não se apega (montador de andaime 2).

Nesses depoimentos há uma síntese do que é ser um trabalhador trecheiro dentro de relações sociais movidas por grandes obras econômicas. Trata-se de trabalhadores que mal têm endereço fixo, a maioria está fora do domicílio eleitoral: que, nas relações de troca, o preço de sua mercadoria força de trabalho é dado pelo salário, estando disponíveis para partir, conforme determinação das relações nas quais se inserem. São trabalhadores que se encontram totalmente subsumidos aos interesses do capital, que estão à disposição dos seus interesses. As incidências indicam que este constitui um modo de assegurarem a continuidade de sua condição de trabalhadores precarizados, temporários, carentes de direitos, evidenciando um retrocesso que se aproxima de uma forma de trabalho “escravo-livre”. Isso se exemplifica em outro depoimento,

A mão de obra é a mesma, por exemplo: a obra que estava na UFN, que é uma unidade de fertilizantes da Petrobrás lá em Três Lagoas, 30% está aqui. Eles saem da obra e o cara que viaja de trecho em trecho é um cara responsável. Ele está ali **p'ra trabalhar e p'ra ganhar dinheiro**. Ele **trabalha 24 horas** e, se precisar, ele faz hora extra. Eles vêm p'ra trabalhar (assistente social 2)

Um trabalhador, portanto, capturado em seu consentimento, tão exemplarmente demonstrado nesse relato, capaz de se submeter às condições impostas pelo capital, mesmo que ilegais, endossadas pela empresa contratante. É a expressão do capitalista, possuidor de meios de produção e de subsistência encontrando o trabalhador “livre”, livre para vender sua força de trabalho, o trecheiro “livre” para rodar o trecho. Mas vive sua liberdade submetendo-se a condições de trabalho análoga a de escravo.

São trabalhadores que “livres” dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho para a obtenção restrita, sob pena de não terem essa oportunidade de continuidade do trabalho, dos meios de vida para prover a reprodução da unidade familiar. Não conseguem assegurar o tempo de trabalho necessário para a autosobrevivência e da família, a não ser pela mediação da produção de um tempo de trabalho excedente realizado na órbita da empresa capitalista.

Em sua condição assalariada, esses trabalhadores só conseguem produzir o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da unidade familiar pela mediação da produção do tempo de trabalho excedente sob a órbita do capital (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

Essa desafiante realidade do trabalho na indústria da construção pesada revela a grande exigência que recai sobre esses operários. Para virar trecheiro, há um preço a pagar, pois têm que seguir uma lógica que não está explícita nos contratos formalizados, mas claramente expressas nas relações sociais estabelecidas sob a órbita do capital. Ou seja, esses trabalhadores têm que se adequar às regras impostas, conforme o relato de um encarregado de obra:

Eu falo p'ros caras: gente, aqui onde vocês moram, aqui tem muito serviço. Mas infelizmente tem gente ali que entrou em greve, bagunça, e não entra no Comperj mais nunca. Em área nenhuma da Petrobrás querem o trabalho dele (encarregado de montagem).

Ou seja, o trecheiro, do ponto de vista de alguém que ocupa a posição de chefia numa empreiteira, é um trabalhador que não se organiza, não faz greve.

Trecheiro refere-se ainda à ideia de “pião” como aquele que roda. O termo aparece também vinculado aos peões de obra quando chegam em “grandes levas” para trabalhar em um novo projeto. Este peão carrega história, deixa para traz uma vida, uma família, como canta a música “Romaria” de Renato Teixeira, “O meu pai foi peão; minha mãe, solidão. Meus irmãos perderam-se na vida à custa de aventuras”³³⁶.

Corrêa (2007) apresenta em sua autobiografia uma explicação, que narra sua experiência como engenheiro de grandes obras, para o surgimento do termo trecho. Segundo ele, este termo

Vem das grandes e lineares obras de estrada onde é prática comum dividir-se o volume global de serviço em lotes, entregando-os a várias empreiteiras (...) [que ficam responsáveis por diferentes frentes, ou trechos, da obra. É comum, num casual encontro entre operários que constroem uma mesma rodovia, a pergunta: ‘Em que trecho você está?’, seguindo-se a resposta que identifica a empreiteira responsável pelo mesmo e os quilômetros que limitam sua faixa de atuação. O termo trecho extrapolou suas iniciais fronteiras e como se todo o Brasil fosse um imenso canteiro de serviços, passou a designar todas as grandes obras e os homens que as executam, os peões do trecho, nômades por excelência e necessidade (Ibid., p. 11).

Em síntese, em todos estes casos, o trecho se refere basicamente à experiência de trabalhadores, em geral jovens e homens, que se empregam em firmas (mineradoras, empreiteiras, hidrelétricas) para ocupações temporárias longe de seus locais de origem ou

³³⁶ Em uma tarde de sábado fui ao encontro de um grupo de encarregados de obras que se reunia na casa de um deles, tendo agendado anteriormente e acolhendo a sugestão de que o melhor momento para realizar o “bate papo” para a pesquisa seria fora do local de trabalho. Realizamos a coleta dos dados a partir de três rodadas de conversa que seguiu o critério de origem por Estado. As respectivas conversas foram sérias, concentradas e gravadas com autorização. Neste encontro de lazer do grupo, não pudemos deixar de observar o tanto de casos que eles tinham para contar entre si e, muitas vezes, se dirigindo para nós, contextualizando as faceirices dos peões. Transformavam as situações inusitadas e as durezas do cotidiano das relações de produção em piadas, em lamentos cômicos. Esta constitui uma possível estratégia para a manutenção da saúde mental, compensada também pelo fortalecimento do vínculo de companheirismo.

moradia. Enfim, são “homens do trecho”, trabalhadores móveis que, após o término de uma obra, deslocam-se para outro lugar, onde irão construir outro grande projeto³³⁷.

Portanto, também migram em direção ao mercado de trabalho. São também construtores, além de obras, de relações em vista da venda de sua força de trabalho em troca de um salário, encontrando nas grandes empreiteiras o comprador de sua mercadoria. Logo, há uma relação intrínseca entre trabalhador de grande obra e as empreiteiras, as compradoras dessa única mercadoria que este trabalhador subsumido (real e formalmente) dispõe³³⁸. É nessa relação que ele se reconhece enquanto trabalhador e sua capacidade de trabalho, se realiza, é reconhecida, pois esta “nada é, se não se vende” (MARX, 2006). A força de trabalho, “vendida” por tempo e salário determinado, torna-se elemento determinante para extração de mais valor, base da produção de excedente e da “caça apaixonada pelo valor” que garante a acumulação.

Uma *outra característica* dessa força de trabalho de grandes obras atuando no Comperj, é a de que esses sujeitos de grande obra são migrantes com prevalência nordestina, conforme passamos a demonstrar a partir dos relatos de diferentes trabalhadores, os “de fora” e “do lugar”, com os quais tivemos contato:

Tem muita gente de fora do estado que trabalha aqui, que vem da Bahia, do Norte, Nordeste, Minas, São Paulo, tem mais gente de fora: Bahia, Maranhão, Recife, só parte Norte, Pernambuco, Espírito Santo.

A grande maioria mesmo vem da Bahia.

Você vê que a nossa cidade hoje [...] tem muita gente de fora. E a maioria são da Bahia.

Tem baianada aqui na região, tem baiano p’ra tudo quanto é canto.

Eu acredito que a Bahia é um dos primeiros estados que começou com mão de obra, é um dos estados que mais ‘importa’ [no sentido de exportar] mão de obra hoje qualificada. É baiano, é Bahia, muitos estados têm obras, mas aonde você vai, a gente que roda muito trecho, aonde vai tem baiano, a maioria aqui é baiano.

Aqui tem gente do Brasil inteiro, mas é mais do Nordeste. Nordeste é Sergipe, Bahia, tem muita gente do Sergipe. Tem até os lugares específicos, sabia? Muita gente de Alagoinhas, muita gente de Estância, Três Rios.

³³⁷ Trabalhadores da região, na entrevista salientaram que esses trabalhadores: “vêm de fora, eles correm o país todo até fora do país eles correm trabalhando nessa área, portanto você chega hoje lá no escritório a chefia é toda de fora porque já tem formado os grupos”; e outro destacou: “a maioria não são daqui. São tudo de fora portanto o pessoal daqui tá ficando sem trabalho por mérito do pessoal de fora tá chegando e ficando no lugar ocupando lugar do pessoal da região. “ocupando a vaga do pessoal da região”.

³³⁸ Inserido na disputa paralela de “caça ao trabalho” em razão da superpopulação relativa, conforme a lei geral da acumulação capitalista.

Desses relatos, primeiramente, é preciso ressaltar que, algumas vezes, como no 4º e no 5º relatos, a denominação de “baiano” pode referir-se a nordestino em geral, embora não em todos os casos, como no depoimento seguinte e nos anteriores³³⁹.

As situações nas falas também sugerem uma relação de identidade, de “compadrio”, conforme apontado na nota 331, tem uma espécie de comunidade movente, a dos “trecheiros”, provavelmente desenvolvendo alguma sociabilidade, paralelamente à luta por um espaço de trabalho. Entretanto, o fato de ser a maioria constituída de trabalhadores migrantes pertencentes à região do Nordeste brasileiro, talvez não seja mais uma ou apenas uma simples característica, pois alguns estudos indicam que a maioria da força de trabalho migrante do país pertence a essa região, com destaque para a Bahia. Segundo Santos (2006),

a região nordeste do país continua a ser uma grande exportadora de população migrante. No período de 1995 a 2000, por exemplo, um total de 1.457.360 pessoas saíram da região nordeste do país enquanto que no censo demográfico anterior o volume total era de 1.354.449 pessoas, portanto, houve uma evolução no fluxo migratório da ordem de 7,6% (SANTOS, 2006, p. 10-11),

Em outro relato, capturado em uma conversa com uma das assistentes sociais, ao contar um pouco da experiência de entrevistar trabalhadores em processo de desligamento da empresa, ela destacou a fala de um trabalhador. Segundo ela, já era um senhor de mais idade que expressa essa itinerância do nordestino:

Eu sou da Bahia. Mas eu fui p'ra obra em Três Lagoas no Mato Grosso do Sul e hoje minha casa é lá porque eu casei lá. Mas eu vim pra cá porque tinha obra aqui. Mas a minha mulher ficou lá. Eu falei assim: Então o senhor vai voltar pra Bahia ou pra Três Lagoas? Onde que é sua casa? Porque eu gosto de colocar onde que nasceu e onde é que é a casa. A minha mulher está em Três Lagoas, mas a minha mãe, minha família, meus pais, é de Alagoinhas. Mas a minha casa hoje é em Três Lagoas, mas eu vim pra cá porque a obra lá acabou (assistente social 1).

Portanto, independente até de constituir sua família, o trabalhador nordestino, neste contexto, é peão de obra que corre atrás da obra e vai onde tem obra. De acordo com Silva (1999, p. 19) “aqueles que viveram a exclusão são considerados marginais, mendigos ou pingaiadas. É importante que esse trabalhador migrante seja percebido como diferente do trabalhador do ‘lugar’. Porém estes são igualizados do ponto de vista da classe social”. Percebemos, através dos contatos e depoimentos dos trabalhadores, a presença implícita dessa “exclusão social”, ou do preconceito na relação estabelecida entre esses trabalhadores e os demais, tanto os também peões de trecho, quanto e, principalmente, os do lugar. Em relação a esses migrantes nordestinos, recai sobre eles o peso de serem de “fora”, rotulados de

³³⁹ De modo geral, afirma-se a prevalência do nordestino na região da grande obra. Porém, no âmbito do Comperj, não conseguimos acessar dados oficiais através da Petrobrás e de nenhuma empreiteira. Embora, todos falem, não pudemos acessar esses dados oficialmente.

“mineirada”, ora “de baianada”; enfim, de serem negados como de regiões mais estigmatizadas pela pobreza.

Não se trata apenas de considerar para onde foram os operários participantes do movimento sindical que “se perderam” depois de 1980. Trata-se de entender de onde vieram os operários que constituíram a classe operária brasileira. Nesse sentido, vale a máxima de Werneck (2015), de que “São Paulo é o estado mais rico do Nordeste brasileiro”. Nesse caso, a maioria das pessoas era oriunda do nordeste do Brasil, região com menor desenvolvimento econômico, para onde muitos voltariam, segundo o autor, após a aposentadoria.

Francisco de Oliveira (2003)³⁴⁰, em o *Elo Perdido: classe e identidade de classe na Bahia*, ao realizar um estudo sobre o processo de industrialização nesta região, constata que Salvador foi a capital que acusou as taxas de crescimento populacional mais baixas, entre todas as capitais brasileiras, durante toda a primeira metade do século XX. Segundo o autor, “o excedente de população dos vastos sertões e do Recôncavo emigra para o Centro e o Sul do Brasil, a partir da década de 1920, quando começa a se acelerar a industrialização brasileira, resultado contraditório do bloqueio da economia do café” (ibid., p. 36). E nesses lugares, continua Oliveira, “serão ‘baianos’ lá embaixo, uma malta que junta todos os nordestinos. Forma de reconhecimento de uma não-identidade; identidade precária, fora do seu lugar” (Id. Ibid.). Trata-se, portanto, de uma questão regional e expressão histórica da “questão social” no Brasil³⁴¹. Sobre isso, destacamos as seguintes reflexões de Oliveira (2003, p. 39; 40):

o que *apaga* a divisão e a espoliação, a dura realidade da opressão sobre a cor, o sexo, o trabalho nas suas franjas, mas as dissimula, mascara, esconde, transforma: para uma não-forma geral. É dessas raízes, e sobre elas, que se prepara o discurso da ‘baianidade’ [...]. Na década de 1960 será o discurso “nordestino” a marca principal desses sujeitos indefinidos” (OLIVEIRA, 2003, p. 39-40).

Josiane Soares Santos et al (2012), no estudo sobre o Nordeste e a atualidade da questão regional, resgatam que, historicamente,

a região que, contraditoriamente, já ocupou posição central na economia brasileira, ao final do Período Colonial havia perdido esse status para a região Sudeste, que assumiu, desde então, a condição de vanguarda econômica, reproduzindo,

³⁴⁰ Este cientista, por sinal, um destacado nordestino, por sua competência, residente em São Paulo como professor da USP, é acompanhado como outros migrantes em destacados postos de São Paulo e do Rio de Janeiro, tais os físicos Mário Scheberg, professor da USP, e José Leite Lopes, professor da UFRJ e diretor do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), entre outros. Esta migração de talentos, também verificada do Brasil para o exterior, com a insuficiência de recursos de infraestrutura, inclusive, em equipamentos tecnológicos atualizados.

³⁴¹ Questão esta estimulada por meios midiáticos após as eleições presidenciais de 2014, quando uma parte das camadas burguesas expressou publicamente seu repúdio e preconceito em relação aos “nordestinos” em função da sua insatisfação com relação ao resultado das eleições. Questão esta que vem perdurando, associada a um renascimento de esquemas não democráticos em ascensão.

internamente, a principal particularidade da formação social brasileira, a heteronomia (Ibid., p. 257-58).

No clássico romance *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, o peão de trecho é retratado. A obra se passa no sertão brasileiro, em área que se acredita corresponder a parte dos estados da Bahia e de Minas Gerais. Há uma síntese poética de uma particularidade de todos os canteiros, que foi alvo de muitos estudos na década de 1980 no Brasil, que despertou artistas e literários a se debruçarem e traduzirem em suas respectivas artes a essência por trás de uma realidade concreta da vida desse trabalhador. Guimarães foi uma dessas expressões, como segue:

Por mim, o que pensei, foi: que eu não tive pai;
 quer dizer isso, pois nem eu nunca soube autorizado o nome dele.
 Não me envergonho, por ser de escuro nascimento.
 Órfão de conhecença e de papéis legais, é o que a gente vê mais, nesses sertões.
 Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher, algum filho é o perdurado.
 Quem é pobre, pouco se apeg, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas.
 O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso.
 Pergunto: - “Zé- Zim, por que é que você não cria galinhas-d’angola, como todo mundo faz?”
 “Quer criar nada não...” – me deu resposta:
 – “Eu gosto muito de mudar...”
 Está aí, está com uma mocinha cabocla em casa, dois filhos dela já tem.
 Belo um dia, ele tora.
 É assim. Ninguém discrepa.
 Eu, tantas, mesmo digo.

A predominância de trabalhadores do sexo masculino é *outra característica*, embora já não seja mais uma prerrogativa do setor da construção civil, tendo em vista que nos últimos anos, presencia-se a figura da mulher trabalhadora muito recorrente em espaços de trabalhos antes considerados, culturalmente, um espaço masculino. Essa particularidade coloca em pauta a questão da divisão sexual do trabalho, o debate em torno das questões de gênero. De acordo com Sampaio (2015), inúmeras mulheres rebocam paredes, carregam tijolos e misturam cimento nos canteiros de obras no Brasil. Porém, essa realidade não é ainda tão comum nas indústrias de construção pesada que estão à frente dos grandes projetos. A construção civil é responsável por grande parte do emprego das classes de baixa renda da população masculina, sendo também considerada uma das mais perigosas em todo o mundo, conforme observa Sampaio (2015), liderando as taxas de acidentes de trabalho fatais, não-fatais e anos de vida perdidos. A principal causa ocupacional de morte na construção civil situa-se nos acidentes de trabalho. Há algumas décadas, o setor da construção civil era ocupado essencialmente por homens, principalmente no que se refere ao canteiro de obras. Um dos principais motivos que poderia impedir a contratação de mulheres para trabalhar

nessa área era o estigma de ser um trabalho “pesado”, isto é, que exigia muita força física, e, portanto, era um trabalho reservado para homens.

Neste estudo consideramos as dimensões de gênero e as questões étnico-raciais que envolvem esses segmentos da classe trabalhadora, porém não incorporaremos esses recortes em nossa análise. Com base em Silva 1999, p. 7: “não se trata de atentar somente para as ideologias legitimadoras da exploração-dominância de classe, de gênero e étnico-racial. Trata-se também de examinar a dimensão material, a fim de se apreender a produção da vida, aí inclusa a reprodução, como processo social total e os termos de sua degradação”.

A *quinta característica* diz respeito à baixa escolaridade dos trabalhadores de grande obra. Este fato, que constitui uma mediação da baixa qualificação e situação precarizada das relações de trabalho, remete à histórica discussão sobre a educação básica no Brasil, que expressa uma dualidade histórica no ensino, tendo havido uma distinção entre o ensino para os filhos da burguesia e os filhos da classe trabalhadora, conforme análise empreendida por Paolo Nosella (1998). O primeiro, voltado para formar dirigentes e o segundo para reproduzir a subalternidade.

De acordo com Rummert, Algebaile e Ventura (2013), na atual forma histórica de dualidade educacional:

O elemento novo é constituído pelas ofertas educativas que propiciam possibilidades de acesso a diferentes níveis de certificação, falsamente apresentados como portadores de qualidade social igual a das certificações às quais têm acesso as burguesias. **Obscurece-se assim, cada vez mais, o fato de que não há, efetivamente, ações destinadas à elevação igualitária do nível educacional da classe trabalhadora em sua totalidade** (Ibid., p. 723 – grifo nosso).

É o desafio da articulação entre conhecimento e realidade social tão cara para a pedagogia “paulofreiriana”, conforme apresentada em *Educação como prática da liberdade*, de Paulo Freire (1974, p. 104), pois, “não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.

Uma última *característica* volta-se para a baixa qualificação profissional ou praticamente nenhuma educação profissional, o que condiciona vários segmentos da classe trabalhadora à condição de classe subalterna, geralmente se qualificando na própria prática cotidiana de trabalho.

A educação no Brasil e a formação da classe trabalhadora neste início do século XXI, reafirmam a tendência histórica de realizar qualificação profissional para ingresso no mercado de trabalho sem entrar em debate a interrogação sobre que mercado é esse e a quem ele serve.

Esse tema surgiu naturalmente durante as conversas com os trabalhadores de grandes obras do Comperj. Em alguns relatos ressaltam que:

[...] exigem qualificação. P'ra qualquer setor da construção civil ou de metalúrgica, todas elas pedem qualificação, umas pedem um ano outras dois anos de experiência (Encanador industrial).

A gente vem p'ra cá de obras passadas. Muitas pessoas começam naquela profissão e depois se qualificam dentro daquela profissão oferecida pelo próprio Comperj. Porque a mão de obra qualificada do trabalho é mais de fora. Vem com experiência de outras obras (roda de conversa com trabalhadores capixabas)

Eu acho que estão precisando profissionalizar os adolescentes porque, quando eles saírem pra trabalhar, eles já está mais preparado p'ra vida, entendeu? Ele sai mais preparado p'ra enfrentar lá fora, porque o nosso jovem está muito largado. (operador de trator)

Para o trabalhador, há um acréscimo no caráter contraditório em sua condição de assalariado, além do fato da aparente liberdade como proprietário da sua força de trabalho, que só pode realizar-se ao encontrar lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos proprietários do capital. Esse acréscimo consiste na exigência de ter que estar capacitado profissionalmente, entre outras condições como de saúde física, porque o trabalhador migra para que o mercado se constitua seu comprador.

4.1.2. Dialética entre migrações e grandes obras

Em análise paralela, buscada em Lênin (1985), a resposta à pergunta sobre por que o trabalhador migra na experiência da Rússia, de acordo com a sua pesquisa, ele conclui que era para “elevar o nível de instrução da população e o seu grau de consciência, infundir-lhe hábitos e necessidades culturais”. O camponês migra por “motivos superiores, vale dizer, atraído pela cultura e pela elegância de S. Petersburgo – procura “um lugar melhor”. (Ibid., p. 361).

Porém, historicamente, no Brasil, os trabalhadores migram em função de trabalho; e os locais de grandes obras caracterizam-se como circuitos migratórios da força de trabalho dos segmentos de baixa renda, havendo uma relação dialética entre migração e grandes obras. Nesta pesquisa buscamos saber: de onde vêm e como chegam esses trabalhadores na região? O que está por trás da vinda dos trabalhadores migrantes? Qual o interesse das empresas contratantes? Ao buscar respostas, localizamos os seguintes estudos e documentos.

Ao analisar o tema migração e força de trabalho, Santos (2006) observa que o mercado de trabalho é um dos principais componentes dos movimentos de migração, pois, ao gerar trabalhadores excedentes no seu movimento contínuo de acumulação, o capital cria a necessidade de fluxos de deslocamento em busca de trabalho. Tais fluxos, por sua vez, acabam se tornando condição necessária para a própria acumulação de capital, que pode contar, nas regiões de afluxo, com um grande exército industrial de reserva e, na região de saída, com uma descompressão no mercado de trabalho.

Neste sentido, podemos tomar a conclusão de Santos (2000) quando afirma:

Torna-se praticamente impossível dissociar fluxo migratório do mercado de trabalho, uma vez que este tanto fixa quanto expulsa, dependendo das necessidades colocadas, em momentos concretos, pela dinâmica assumida pelo capital no atual período de sua mundialização (SANTOS, 2006, não paginado).

O Relatório de Desenvolvimento Humano (2009) intitulado “*Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humano*”, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (RDH/2009), apresentou o desafio de se enfrentar os estereótipos negativos acerca dos migrantes, procurando alargar e reequilibrar as percepções que existem da migração, buscando analisar os múltiplos impactos da migração junto de todos aqueles por ela afetados – não só os que partem, mas também os que ficam:

Não é possível traçar o perfil típico dos migrantes de todo o mundo. Apanhadores de fruta, enfermeiras, refugiados políticos, trabalhadores da construção civil, acadêmicos e programadores informáticos – todos se incluem nos quase mil milhões

de pessoas que se encontram em migração dentro dos seus próprios países ou para o exterior. **Quando as pessoas se deslocam**, quer atravessem ou não fronteiras internacionais, **embarcam numa viagem de esperança e de incertezas**. A maioria parte em busca de melhores oportunidades [ou locais], na esperança de poder aliar os seus próprios talentos aos recursos existentes nos países de destino, obtendo, assim, benefícios para si e para a sua família mais directa, que freqüentemente os acompanha ou os segue. Comunidades locais e sociedades no seu todo também obtiveram os seus benefícios, tanto nos locais de origem como nos destinos. A diversidade destes indivíduos e as regras que governam a sua deslocação fazem da mobilidade humana uma das questões mais complexas que hoje o mundo enfrenta, especialmente agora que se encontra em plena recessão (RDH/2009 – grifo nosso).

A busca pela apreensão dos reveses sofridos pela classe trabalhadora em suas metamorfoses no Leste Fluminense do Rio de Janeiro, em especial, em Itaboraí, nos conduziu a conhecer, além do perfil desses trabalhadores atraídos pela possibilidade de emprego, a experiência vivenciada em seu processo migratório. Quando o mundo ainda discute saídas para a última crise do capitalismo que teve início em 2008, os Municípios sob o impacto do Comperj se defrontavam com os desafios de enfrentar o aumento da população advinda do empreendimento da Petrobrás na região, uma “superpopulação” que se soma à população de origem demandando serviços básicos e implementação e/ou ampliação de diversas políticas públicas.

Já abordamos no capítulo anterior o primeiro ciclo migratório envolvendo trabalhadores da agroindústria açucareira a partir da Usina no início do século XX, oriundos do Norte Fluminense do Estado do Rio e do Espírito Santo. Na atualidade do início deste século XXI, novo e aquecido processo migratório vem ocorrendo desde 2006 após o anúncio do Projeto Comperj. Esse novo ciclo migratório situa-se no contexto de um novo empreendimento industrial, o petroquímico que, como tratado anteriormente, se utiliza da construção civil para o alcance de seus objetivos nesta fase de implantação das unidades de tratamento de produtos relacionados aos objetivos do Comperj.

O resultado da pesquisa revelou que esses trabalhadores migram para a região do Comperj, primeiramente porque são mobilizados pelas grandes empreiteiras, as contratantes desta força de trabalho. Os migrantes chegam à região, ora contratados, ora desempregados que migram por conta própria.

Para garantir seu processo de valorização, sabemos que o capital necessita da força de trabalho com experiência, e no contexto do Comperj, este tem sua reserva originada primeiramente do Nordeste brasileiro, em sua maioria e, em segundo lugar, de Duque de Caxias onde está instalada a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), para a região do Comperj porque são trabalhadores também qualificados pela própria experiência local. Por último, são trabalhadores que são partes do exército industrial de reserva, os que se lançam na

estrada a procura de trabalho. Conforme o Ibase (2015, p. 35) “a eles somam-se os ônibus que trafegam levando aqueles e aquelas que residem em outras cidades, como São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Tanguá e Duque de Caxias, entre outros”³⁴². Observamos que na região, há a formação desse numeroso contingente de trabalhadores desempregados que chegam por conta própria, em relação a esses trabalhadores, de acordo com depoimento de um trabalhador montador de andaime 1, oriundo da Bahia:

peças de fora independente da firma, que vêm por conta própria, às vezes chega aqui procuram desenvolver, arrumam aluguel, às vezes traz a família, às vezes moram 3, 4 funcionários na mesma casa, dividem um aluguel atrás de contrato p’ra conseguir fichar porque não conseguem³⁴³.

É isso aí, entendeu, mas não é porque são as pessoas localizadas, por exemplo, igual a gente que está aqui no Rio de Janeiro, é pessoas que veio de fora por conta própria em busca de emprego. As vezes vêm sem saber se vão conseguir emprego. Arrumaram um custo benefício, um capital e vieram arriscar, se não conseguirem mas é difícil a pessoa não conseguir, a não ser que esteja com o nome sujo ou a ficha não agradar, entendeu?”.

Essa é a parte da superpopulação sobrando que “tem que ir ao encontro dos postos de trabalho, ofertados pelo capital, onde eles existam, em busca dos meios de viver” (IAMAMOTO, 2001, p. 246).

Com base em Martins (1988), situaremos ainda a ocorrência do fenômeno das migrações e, entre suas modalidades no Brasil, aquelas impulsionadas principalmente por grandes projetos de desenvolvimento do capital. Percebe-se a ocorrência do fenômeno das migrações temporárias descrita por Martins (1988) que, ao analisar esse tipo de migração partindo da categoria “temporário”, também relaciona a migração à aceção de *ausência*:

³⁴² Conforme relatado em Neves (2010, p. 55), nos meses de agosto e setembro de 2009, por ocasião da coleta dos dados empíricos da pesquisa para dissertação de mestrado, tivemos a oportunidade de realizar um contato mais direto com o intenso processo migratório que vem ocorrendo no Município de Tanguá. Observamos que, nos finais da tarde, os ônibus da CTC (Consórcio Terraplenagem Comperj), responsável pela execução do Projeto de Terraplenagem, Drenagem e Anel Viário do Comperj) chegam a Tanguá para deixar os trabalhadores após mais um dia de trabalho. Estes trabalhadores se espalham pela cidade, chamando atenção tanto pela quantidade (alguns agrupados nos barzinhos ou pracinha, outros perambulando pelas ruas), quanto pelos uniformes que estão trajando, logo se percebendo que são pessoas “estranhas” à cidade. Por atuarem nas regiões Sudeste e Nordeste, estas empreiteiras promovem um verdadeiro processo migratório para a região onde o complexo está sendo implantado, em especial para Tanguá. De acordo com os assistentes sociais que atuam nas políticas de assistência social, habitação e saúde, grande parte desses trabalhadores tem famílias em seu local de origem. Porém muitos estão constituindo famílias paralelas em Tanguá, havendo também a formação de alguns pontos de prostituição na cidade envolvendo inclusive adolescentes. Os trabalhadores que são dos municípios vizinhos, a fim de comprovarem residência no município, trazem suas famílias que, em pouco tempo, se transformam em novos usuários do Serviço Social, pois passam a residir em moradias irregulares e em áreas de risco. Algumas famílias chegam com a promessa de trabalho e, não conseguindo realizar o sonho do emprego, acabam permanecendo na cidade ou buscando o Plantão Social para conseguirem recursos, tanto para retornar às suas cidades de origem como para se manterem no município.

³⁴³ “Fichar” é um termo muito comum entre trabalhadores do meio popular, como os trabalhadores de grande obra, utilizado para expressar que na luta por vaga de emprego, o trabalhador além de ter conseguido o emprego, teve sua carteira assinada. Logo, ser “fichado” é ser trabalhador de carteira de trabalho assinada. O termo tem relação com o preenchimento da Ficha de Trabalhador.

Se, em termos demográficos, a duração – o *temporário* – é essencial para o estudo das migrações temporárias, em termos sociológicos o essencial é a concepção de *ausência*. **É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo “fora de casa”, “fora do lugar”, *ausente*, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente (...)** Se a *ausência* é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes: **a *dessocialização*, nas relações sociais de origem, e a *ressocialização*, nas relações sociais de “adoção”**. **Ele se mantém, pois, na duplicidade de duas socializações**, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade das duas situações sociais. É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o que *vai voltar a ser* e não o que *é* (MARTINS, p. 1988, p. 50 – grifo nosso).

Ainda sobre as migrações, Martins afirma que há um universo social definido, pois

Mais do que *trânsito* de um lugar a outro, há *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas” (Ibid., p. 45).

Ao estudar esta realidade no Brasil, Martins identifica alguns tipos mais significativos de migrantes temporários e, nesse elenco de situações, o autor identifica três modalidades de migrações temporárias:

De um lado, as migrações cíclicas, com seu tempo certo de saída e retorno, com ritmo definido (...). Envolvem desde o camponês até o bóia fria.

Uma segunda modalidade de migração temporária é regulada pelo calendário agrícola da lavoura do próprio migrante, no lugar de origem. No lugar de destino, porém, na grande cidade, na indústria, na construção civil, o processo de trabalho já é dominado pelo tempo linear do capital, contínuo – se um operário sai, é substituído por outro; não há estações nem há dia ou noite, pois o capital já subjogou o tempo.

Finalmente, há as migrações dominadas pelo ritmo irregular das grandes obras, públicas ou privadas, como a construção de barragens e estradas. Esses grandes projetos tornaram-se mais comuns depois de 1970. São obras que empregam milhares de trabalhadores, não precisam obedecer a nenhum ciclo natural e, do mesmo modo que criam grande número de empregos a curto prazo, também criam muito desemprego em pouco tempo (Ibid., p. 49).

Ao identificarmos a força de trabalho de grande obra já começamos a situar essa migração. O grande desafio que se coloca é entender os rebatimentos desse processo, não só do ponto de vista ambiental e infraestrutural que envolve inclusive o debate sobre as questões de território, espaço da cidade e urbanismo. Mas, sobretudo, buscar apreender aspectos sociais e econômicos, especificamente no que se refere a alta demanda de empregos, como estes serão gerados, à mobilidade/migração dos trabalhadores em busca da venda da sua força de trabalho, quais as condições de trabalho e assalariamento daqueles que já estão empregados e dos que serão inseridos neste processo de disputa no âmbito da relação entre capital e trabalho.

Assim, com base em Martins, podemos identificar que o processo migratório que vem ocorrendo na região sob o impacto do Comperj, consiste em uma migração temporária,

dominada pelo ritmo irregular de uma grande obra, com etapas diferenciadas que demandarão diferentes tipos de trabalhadores, com qualificações específicas ou nenhuma, a depender do desenvolvimento do projeto.

Na atualidade, conforme já abordado, verifica-se o processo de migração temporária motivada pela implantação do Comperj na fase atual o que vem implicando mais trabalho vivo, principalmente na construção civil, com perspectivas de, na fase posterior, haver a prevalência de capital morto, devido à demanda por tecnologia e conhecimento técnico e científico, vindo a prevalecer o crescimento do capital constante em detrimento do capital variável, conforme explicitado no capítulo I.

Diante desse quadro, concluímos que a constituição do Município de Itaboraí e de alguns municípios vizinhos tem a marca de dois importantes processos migratórios, como partes das metamorfoses que a classe trabalhadora vem sofrendo: as decorrentes da indústria canavieira e a da construção civil. São os dois grandes fortes concentradores de trabalhadores que absorvem quem só tem a força de trabalho para vender, se encontra com baixa escolaridade e não tem qualificação profissional. Ao completar a etapa de trabalho que o moveu àquele lugar, ou ao não encontrar o que buscava, muitas vezes não retorna mais à sua origem. Martins analisa esta particularidade do migrante temporário que deseja retornar, porém se defronta com o seu processo social:

Migrante temporário é aquele que vai e volta e o processo social que ele vive é o de sair e retornar. Porém, retornar para onde? Para quem? Sociologicamente falando, o migrante temporário, ao retornar, já não é o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, lugar de cada um. O que encontra, quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo (MARTINS, 1988, p. 45).

A migração dos trabalhadores – da agroindústria e da petroquímica, de ontem e de hoje –, expressam sua estratégia de (sobre)vivência. Porém, enquanto os trabalhadores se mobilizam para vender sua força de trabalho – migrando para sobreviverem – o capital avança e precariza as relações de trabalho, conforme vem acontecendo no cenário após a crise da Petrobrás e o processo de demissão em massa nos canteiros de obras do Comperj, rebatendo na situação da empresa Alumini, que está com quase três mil trabalhadores sem receber há oito meses, experiências que trataremos na última seção deste capítulo.

Por não haver dados estatísticos sobre o deslocamento dos trabalhadores migrantes no contexto do Comperj, fica a impossibilidade de demonstrar o percentual de trabalhadores com dados de depoimentos e relatos, reportagens e documentos. Para explicitar melhor a relevância dessas migrações, apresentamos em seguida alguns relatos, a partir de dados

concretos relacionados aos trabalhadores migrantes e locais, sobre as crises, conflitos e confrontos da atualidade desses trabalhadores de grande obra frente aos ditames das empreiteiras e da Petrobras, que estão sendo investigadas em um momento de crise.

Você pode ter certeza que setenta por cento dessa obra ela é migratória ela vai para uma obra de grande impacto. Gera um impacto. Qual que é o impacto que eu acho que gera dentro da cidade? Ela gera um impacto assim à pessoa, vem muita gente. A economia, dinheiro circulando, aquela questão. Aí o problema fica quando ele vai embora. Por que? Acabou o dinheiro (assistente social 2)

A migração também é impulsionada pela possibilidade de salário melhor, conforme o relato do diretor da agência do SINE Itaboraí:

A maioria [dos trabalhadores] vem em busca de oportunidade de trabalhar no Comperj, porque além de oferecer um salário mais atrativo, oferece também benefícios que o mercado local nunca veio a oferecer: plano de saúde, plano odontológico, vale alimentação extensivo à família, isso tudo foi um atrativo muito grande. A necessidade de trabalhar lá muitas das vezes é para atender outras necessidades, [além] das pessoais.

Sobre esse deslocamento em vista de salário melhor, uma trabalhadora da área administrativa de uma das empreiteiras contratadas do Comperj, relatava: “Esse mundo de obra é muito pequeno. Principalmente das empresas que pagam bem, [...] que são empresas que geram mais impacto, que tem projetos maiores e que pagam melhor”. Em outro relato:

Cada estado tem o seu piso salarial, vamos supor: Niterói na minha função o salário é maior que do Rio: você atravessou a ponte chegou no Caju o salário já caiu. Então a turma de lá vem pra cá. Indo pra Reduc [Caxias] o salário já é maior porque é maior. E assim, os estados de fora, do nordeste o salário é bem menor, aqui pertinho, Macaé, o salário é baixíssimo. (Encanador industrial)

Outro trabalhador, um dos encarregados de obras, relata que “teve gente ai que já trabalhou um ano, dois anos, já foi para São Paulo, outro já foi p’ra Uberaba, já foi p’ra outra região. E aí cada pessoa que vai, ele consegue levar, na equipe dele tem 10, ele consegue “fichar” outros”.

É a partir dessa região que diversos segmentos da classe trabalhadora têm encontrado possibilidades de compra de sua única mercadoria – a sua força de trabalho, o que possibilitando um aumento populacional absurdo na região. E isso tem possibilitado a garantia de um sistema de reserva da “mão de obra” nesta fase de construção civil do empreendimento. Nesta primeira etapa de implantação do Comperj, que consiste na terraplanagem e a construção das refinarias e unidade petroquímica, e vem demandando um perfil específico de trabalhadores: trabalhadores da construção civil, a maioria do sexo masculino, com baixa escolaridade e sem qualificação profissional.

Para ilustrar este chamado “aumento populacional”, apresentamos uma referência feita em nossa dissertação de mestrado (NEVES, 2010, p. 55) sobre alguns estudos geopolíticos locais que apontam o crescimento triplicado da população dos municípios da área de

influência do Comperj, assim como ocorreu na Baixada Fluminense e na Região Norte do Estado, em especial o Município de Macaé. Nesse trabalho ainda, é destacado o estudo de Gomes (2009) que, ao analisar a migração no município de Macaé no Estado do Rio de Janeiro, com base em artigos de jornais do período de 2003 a 2006, expõe o seguinte fragmento de uma entrevista com o prefeito do município:

[...] devido às migrações, o crescimento populacional de Macaé é o dobro da média nacional. Em 30 anos, o número de habitantes triplicou [...]. com isso, aumentam também os gastos da prefeitura em setores de saúde, saneamento e infra-estrutura. Na afirmativa de Lênin (1985, p. 350), “o crescimento da população industrial, às expensas da população agrícola, é um fenômeno necessário em toda sociedade capitalista (...) processo [este] paulatino da separação entre a indústria e a agricultura.

Na afirmativa de Lênin (1985, p. 350), “o crescimento da população industrial, às expensas da população agrícola, é um fenômeno necessário em toda sociedade capitalista (...) processo [este] paulatino da separação entre a indústria e a agricultura”. A saga de trabalhadores de grandes obras e locais, que envolve milhares de homens e mulheres, tanto os que se deslocam de um lugar a outro permanecendo ausentes de seus lugares de origem, quanto a dos trabalhadores e famílias do lugar, constitui uma expressão da “questão social”, acrescida dos embates intraclasses e o enfrentamento por parte do Estado. Nos estudos de Marx sobre a camada da população que lança ora num setor, ora noutro de acordo com suas necessidades...população relativa, quando não está em marcha, acampa:

O trabalho nômade é empregado em diversas atividades de construção e de drenagem, na produção de tijolos, para queimar cal, na construção de ferrovias etc. [...] Quando os empreendimentos envolvem muito dispêndio de capital, como ferrovias etc., o próprio empresário fornece, em regra, seu exército barracos de madeira ou construções de ordem sanitária, fora do controle das autoridades locais, e altamente rendosas para o empreiteiro, que explora duplamente os trabalhadores como soldados da indústria e como locatários. (MARX, 2006, p. 770)

Enfim, ainda sobre a especificidade da migração para a região do Comperj: “estima-se que, no canteiro de obras do Comperj, a proporção de trabalhadores e trabalhadoras oriundos de outros estados é de, no mínimo, 70%. Em alguns casos, a estimativa é de 90%. A maioria deles vêm de cidades da Bahia, do Pará e do Maranhão. (IBASE, 2015, p. 36). A pressão demográfica é citada no RIMA/Comperj como um dos principais impactos socioeconômicos do empreendimento³⁴⁴. De acordo com esta publicação do IBASE (2015, p. 36): “a presença

³⁴⁴ Esse Relatório [RIMA Comperj] também cita as mudanças no uso e ocupação do solo; aumento dos índices de “comportamento antissocial”; aumento da ocupação irregular de áreas urbanas/acentuação de carências sociais; aumento do tráfego local e regional; a dinamização temporária das atividades de comércio e serviços em Itaboraí; aumento da arrecadação tributária; e o aumento dos níveis de emprego e renda na área de Influência Direta, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e estado do Rio de Janeiro (RIMA, 2007, p. 100-103). Na análise do IBASE: “a presença de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes estados do país nos canteiros das grandes obras, caracterizando “processos migratórios”, ou “mobilidade/mobilização do trabalho”, é característico de um

de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes estados do país nos canteiros das grandes obras, caracterizando “processos migratórios”, ou “mobilidade/mobilização do trabalho”, é característico de um contexto em que o trabalhador e a trabalhadora estão submetidos ao capital, num modelo em que mobilidade é associada à ideia de liberdade.

4.1.3. Critérios para contratação, disputas por vagas de emprego e cultura política local

O fato de haver abundância de braços,
desde que material e culturalmente expropriados,
cria condições para deteriorar os salários.

Cria, ademais,
condições para desarticular a resistência da mão de obra,
pois acirra a concorrência intertrabalhadora

*Lúcio kovarick*³⁴⁵

Em geral, por ocasião da instalação de um grande projeto em determinado local, há uma prerrogativa contratual de se garantir um percentual de vaga de trabalho para a população local, tendo em vista a geração de emprego e renda como contrapartidas do Estado e das empreiteiras contratadas para com as Prefeituras locais das áreas de abrangência dos empreendimentos.

Foi com esta perspectiva que, desde o anúncio do Comperj, seguido da criação do Conleste, que entre os municípios que compõem esta região passou a prevalecer o interesse em garantir o emprego direto de “mão de obra” local e um sistema de reserva da força de trabalho com capacitação na fase específica de prevalência da construção do empreendimento industrial petroquímico, que caracterizaria o primeiro momento de sua implantação, o que demandaria mais trabalho vivo.

A previsão inicial era de que o Comperj gerasse um amplo número de empregos diretos (aproximadamente 50 mil) e de empregos indiretos com perspectiva de mais de 200

contexto em que o trabalhador e a trabalhadora estão submetidos ao capital, num modelo em que mobilidade é associada à ideia de liberdade. (IBASE, p. 36).

³⁴⁵1994, p. 81-2.

mil na fase de construção civil. Porém houve a diminuição das pretensões diante da redução do complexo petroquímico à uma refinaria. Antes, a proposta era que 50% destes empregos fossem reservados para os municípios do Conleste, fase em que os mesmos poderiam contribuir com a força de trabalho considerada pouco competitiva, visto que, na fase de operação da petroquímica, o grau de exigência na contratação dos empregos seria maior³⁴⁶.

Naquele momento, divulgavam-se em edital alguns critérios ou pré-requisitos para contratação, tanto da Petrobras como do Ministério de Minas e Energia (MME)³⁴⁷. Ao mesmo tempo, a Petrobrás também se responsabilizaria por uma série de obrigações³⁴⁸. Enfatizava-se que era necessário entender que a Petrobras não construía nada, cabendo à empresa contratar um consórcio de grandes empreiteiras privadas com experiência para construir o empreendimento; e que houvesse uma gestão da contratação da mão de obra do sistema de reserva. Essa lógica possibilita o entendimento do Mapeamento das Empreiteiras contratadas pelo Comperj, conforme apresentado no Apêndice D. Previa-se que para cada mão de obra contratada pelo consórcio construtor privado, haveria uma outra contratação, feita também pelo consórcio, só que em cima do sistema de reserva de cada município; a distribuição da contratação desta mão-de-obra oriunda do sistema de reserva entre os municípios que compõem o Conleste deveria seguir alguns critérios, como o de se atentar para:

[...] a importância da prioridade que deve ser dada ao município de Itaboraí e aos municípios que são fronteiriços ao empreendimento, visto que estes serão duramente atingidos e penalizados pelo impacto ambiental (poluição e outros), impacto social e econômico (FIGUEIREDO, 2009, não paginado).

A partir deste momento, os municípios do Conleste, a Petrobras e o MME criaram um grupo de trabalho e elaboraram critérios complementares, tais como:

as prefeituras, de posse do cadastro daquela mão-de-obra, não absorvida no empreendimento, em parceria com a Petrobras, aproveitariam o ensejo para fazer capacitação e preparação da mesma, de acordo com as novas necessidades que surgirão na área do comércio e serviços, aproveitando assim as potencialidades e vocações do município (FIGUEIREDO, 2009, não paginado).

³⁴⁶ Conforme reportagem em *O Globo Online*, de Patrícia Sá Rêgo “Municípios do Leste Fluminense se unem em Consórcio e criam centros de integração”, em 10.10.2006. Disponível em:

<http://www.cide.rj.gov.br/noticias_eventos.php?pagina=1&cod_noticia=54>. Acesso em: 24 ago. 2009.

³⁴⁷ Tomamos por referência a síntese do edital apresentado no site de Figueiredo (2009), pois nos sites oficiais da Petrobrás e do MME, havia a informação de que o documento não se encontrava mais disponível. Nesta síntese, os critérios foram: que o candidato fosse alfabetizado; comprovasse residência de pelo menos seis meses no município; apresentasse documentos habituais como preencher ficha cadastral, foto, identidade, CPF, carteira do trabalho, entre outros; estivesse em dia com suas obrigações militares e eleitorais.

³⁴⁸ As responsabilidades da Petrobrás eram: não deveria haver cobrança de taxa de inscrição; os cursos de capacitação deveriam ser realizados sob orientação da Petrobras, cabendo às prefeituras disponibilizarem locais; somente após a conclusão dos cursos é que seriam realizadas as provas seletivas referentes às matérias ministradas para as respectivas funções; os candidatos aprovados deveriam ser convocados de acordo com o sistema de reserva destinado a cada município.

Porém, algumas variáveis atravessaram esse planejamento e ganharam grande dimensão na dinâmica histórica dessa região, levando a grandes conflitos e embates tanto de trabalhadores entre si, quanto entre poder público local, empreiteiras e Petrobrás. Ocorreu que, na realidade concreta desses municípios, principalmente os de áreas diretamente afetadas (ADA), passaram a transitar três segmentos da força de trabalho que concorriam entre si pela ocupação dessas vagas, conforme visto anteriormente. Ou seja, encontravam-se, nessa região, os segmentos de trabalhadores de grande obra, que vinham já de fora com contratos já garantidos e com experiência; os trabalhadores que se aventuram ao lugar em busca de emprego, que chegavam sem contrato, alguns com experiência, a maioria sem nenhuma e sem capacitação também; e um terceiro segmento de trabalhadores que eram os residentes dos municípios locais, mas sem experiência e sem capacitação. De modo geral, trabalhadores que se originam da noção cunhada por Lúcio Kowarick (1981), a de que o trabalhador no Brasil configura *uma forma de vida da mão para a boca*³⁴⁹.

Sobre o segmento de trabalhadores locais, tratava-se da força de trabalho que revelava particularidades que não davam conta de fechar a equação proposta no planejamento da chegada deste grande projeto à região. Isso tem a ver com a origem desses trabalhadores desde o processo migratório promovido pela indústria agroaçucareira, no início do século XX, passando pelo apogeu da produção da laranja e a tradição histórica da economia agrária na região³⁵⁰.

Estes vinham, portanto, de experiências rurais da economia agrária que foram se proletarizando ao sair da “cidade dormitório” para buscarem vagas de emprego em centros urbanos circunvizinhos³⁵¹; eram trabalhadores informalizados e microempreendedores em artesanatos, gastronomia, entre outros. Tudo isso fez com que não houvesse uma resposta imediata ao planejamento proposto inicialmente após o anúncio da chegada de um grande projeto de desenvolvimento econômico para a região.

³⁴⁹ Essa noção vem da tese de livre docência de Kowarick (1981) quando analisou a passagem da escravidão para o processo de acumulação pré-industrial no Brasil.

³⁵⁰ Pois, “Dada a própria natureza do capitalismo, esse processo de transformação não pode ocorrer de outro modo senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro, o progresso da agricultura afeta aspectos da economia rural que variam segundo as regiões, o desenvolvimento do comércio e da indústria supera o da agricultura etc” (LÊNIN, 1985, p. 373).

³⁵¹ Historicamente, de acordo com Silva (1999, p. 6), “O processo de desapropriação de terras no Brasil obedeceu a um critério quase científico, a um tempo apropriado ao paulatino desenraizamento do camponês, a sua gradativa proletarização, ou melhor, lumpem-proletarização”, experiência evidenciada nesta realidade em estudo, conforme abordado anteriormente.

Em particular, na realidade concreta do município de Itaboraí e alguns municípios do Leste Fluminense, especialmente os diretamente afetados pelos impactos, esses trabalhadores além de não estarem qualificados para a demanda de trabalho apresentada para as obras de implantação do Comperj, em sua maioria, vinham de uma histórica *distorção idade-série*, necessitando do estímulo de programas de aceleração da aprendizagem para enfrentamento desta questão, fator que comprometia a inserção em alguns programas de qualificação profissional.

Nos dados coletados junto à agência do Sistema Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SINE/MTR) de Itaboraí, no que diz respeito ao cadastramento para emprego, percebe-se o perfil da população economicamente ativa na atualidade a partir do quadro a seguir.

Quadro 2 - Informações sobre as pretensões dos trabalhadores (consulta sobre a pretensão do trabalhador x sexo e ano)

OCUPAÇÃO PRETENDIDA	Masculino	Feminino
	2014	2014
Faxineiro	310	681
Servente de Obras	867	17
Vendedor de Comércio Varejista	132	399
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	80	446
Recepcionista, em geral	51	474
Operador de Telemarketing Receptivo	112	360
Auxiliar de Escritório, em geral	176	282
Atendente de lojas e mercados	76	301
Atendente de Lanchonete	92	282
Operador de Caixa	41	285
Repositor de Mercadorias	145	128
Frentista	115	144
Soldador	153	14
Eletrecista de Instalações	160	3
Assistente Administrativo	81	74
Pedreiro	141	2
Almoxarife	92	49
Empregado Doméstico nos Serviços Gerais	11	128
Copeiro	81	108
Alimentador de Linha de Produção	81	48
Total	2.535	1.998

Fonte: SINE/MTE Itaboraí.³⁵²

Nos dados demonstrados neste Quadro, revela-se um perfil de trabalhador local na maioria do município de Itaboraí, com baixa escolarização, baixa qualificação profissional e reforça a atual identidade deste município, como expressão do atual perfil de Itaboraí dentro do Estado, que tem um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M), ocupando a octogésima quarta (84^a) posição no Estado, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/2000)³⁵³.

Sobre esses dados, é importante ressaltar que, nesse perfil, estão contidos os trabalhadores que migram para a região em busca de trabalho e que, conseguindo endereço local, se cadastram no SINE para participarem da seleção por vaga de trabalho³⁵⁴.

A partir da constatação desse cenário, passou-se a debater na região que os grandes projetos eram importantes para o desenvolvimento local mas, se o governo do Estado não preparasse essa mão de obra para ser utilizada nas vagas disponíveis diretamente pelo Comperj, e as demais vagas indiretas oportunizadas por outros setores que cresceriam em função do empreendimento, os melhores empregos ficariam para trabalhadores que chegariam de fora. De certa maneira, foi o que relativamente passou a ocorrer em um breve passar do tempo. Pois trabalhadores foram recrutados pelas próprias empreiteiras a partir do seu quadro de contratados, e uma “superpopulação relativa” também começou a tomar as ruas dessas pequenas municipalidades que estavam sob influência do Comperj, somando-se à população de origem. A aspiração e o clamor eram um só: emprego, traduzido no seguinte relato:

[...] muitas empresas preocupava de eu estar chegando de fora. Agora tinha um controle, 10% tinha que ser de fora e os outros 90% tinha de ser de obra local. Hoje não tem esse controle. Então existe um descaso da Petrobrás. Ela que representa o Brasil em relação a gente (N., trabalhador capixaba).

O relato, a seguir, expressa esse novo cenário que se inaugurava nessa região sob o comando do Comperj. De um lado eram os trabalhadores que migravam para o local, conforme o depoimento de uma das assistentes sociais contratadas por uma das empreiteiras:

O que é que aconteceu? No processo de contratação, quando eles ficaram sabendo da obra, quando ainda estava começando as contratações, todo esse processo, a gente

³⁵² Essas informações foram geradas em 07/04/2015 a partir da solicitação de dados pela pesquisadora por ocasião da entrevista realizada com o diretor da agência local, Sr. Anderson Santana.

³⁵³ Nos indicadores de desenvolvimento municipal, com base no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que enfatiza temas de competência municipal, ponderando igualmente emprego/renda, educação e saúde, Itaboraí classificou-se em 3.061º lugar no *ranking* nacional e ficou em nonagésimo primeiro (91º) lugar entre os municípios fluminenses, numa variação de menos três posições no *ranking* estadual entre 2000 e 2005(PNUD/2000).

³⁵⁴ São os que chegam aos municípios e conseguem endereços locais para ocupação das vagas destinadas aos trabalhadores da municípios da região.

não dava conta de gente na porta do canteiro. [...] Eles vêm p'ras obras, vem do nordeste, eles vêm com as malas e ficam nas portas do canteiro esperando. [...] era fila. [...] Porque o que acontece? Depois um senhor me falou. Ah, eu não tinha casa, eles [então] juntam uns 10 e alugam uma casa e põem os colchõezinhos no chão e ficam esperando emprego. É muita gente morando lá [em Itaboraí]. Não há mais lugar p'ra morar na cidade (assistente social 2)

Desse modo: “aquelas funcionarão agora como reservatório de mão-de-obra, iniciando-se as migrações internas, que substituem a imigração estrangeira para o Centro-Sul” (OLIVEIRA, 2003, p. 41).

De outro, eram os trabalhadores do lugar, descontentes e revoltados com sua possibilidade de emprego sendo tomada pelos trabalhadores chamados de “os de fora”, conforme a continuidade do relato da mesma assistente social:

Era gente da cidade brigando porque estavam contratando gente de fora. Gente de fora que fingia que era da cidade, davam endereço da cidade. Porque a gente contratualmente [...] tem um contrato que tem que ter um número de funcionários que tem que ser local (assistente social 2)

Por outro lado, um outro depoimento de profissional do SINE explicitou

Muitas das vezes pessoas **falsificam documentos pra provar que moram na cidade, falsificam profissões**, muitas das vezes pra poder ser contratado ai e nós não nos responsabilizamos por tais documentos. Aqui, pelo SINE, Na contratação pelo SINE não passa documentos falsificados. O nosso cadastro de informações sociais, na verdade, a gente consegue visualizar todo histórico profissional da pessoal. Por aqui não tem fraude (diretor do Sine)

Em relação ao acordo estabelecido em contrato, de acordo com uma das assistentes sociais entrevistadas, contratualmente a Petrobrás exige que “50 ou 30% da obra pelo menos têm que ser mão de obra local”, porém, “esse percentual não é sempre garantido, faltando a conferência do número exato que consta nesta contratação”. De acordo com ela, “a Petrobras exige que seja comprovada a forma de contratação da mão de obra local por parte das empreiteiras. Então estas empresas fazem parceria com as agências do SINE/MTE de todas as cidades abrangidas pelo complexo e o consórcio Conleste.

A partir da pesquisa de campo, pudemos concluir que cada empreiteira, ao se instalar na região, necessitava realizar uma parceria com estas agências do SINE localmente vinculadas à Secretaria de Trabalho e Renda (SINE/STR) de todas as cidades por onde vão atuar. De modo geral, a rotina era processada da seguinte maneira:

O SINE arrecada os currículos e depois eles [funcionários das empreiteiras] fazem a captação dos currículos: aí vão solicitando a mão de obra local. A gente precisa de tantos ajudantes, eles mandam o currículo. Só que, assim, por que que não funciona? Por causa da política né. A gente tem de ter parceria com o SINE [...]. A gente tem as vagas disponíveis, o município, entendeu? A gente não tem esse controle (assistente social de uma das empreiteiras).

Em relação às agências do SINE/MTR, primeiro os trabalhadores se cadastravam lá e depois eles eram encaminhados para as vagas nas empresas que também estavam ali

cadastradas. Assim, existia um quantitativo de vagas por municípios, segundo a seguinte rotina e exigência,

A empresa tem que pegar na Secretaria de trabalho e renda dos respectivos municípios. Principalmente de Itaboraí, porque Itaboraí é o centro de tudo. Por exemplo independente aqui dessa obra que a gente trabalha com ela ela, pega cinco municípios, mas aonde que está o Comperj? Itaboraí³⁵⁵ (assistente social 1)

Tem que ter parceria com o SINE, a exigência é essa. Mas como no Brasil tudo é errado, então, assim, às vezes fica muita gente lá na frente assim: qual é o meu processo? O que é que eu faço para conseguir um emprego aqui? (assistente social da empreiteira x).

Desse modo, “então, a gente tem de ter parceria com todas as agências do SINE/STR de todos os municípios, tem de captar gente, precisa de tantas pessoas....”. Porém, existem as seguintes dificuldades e cuidados a observar:

Mas contratando na porta da empresa. Com os encarregados, com os engenheiros a gente não tem como garantir esse processo. Agora, o trabalhador local, ele não tem essas mesmas indicações das empresas porque ele não conhece as empresas, ele não conhece o encarregado. E p’ra entrar tem que ter essas indicações. Em desvantagem, muita desvantagem. Ai ele vem ao SINE que é o sistema; somos cobrados, sofremos essa cobrança (Diretor do SINE Itaboraí).

Se a empresa não colocar aqui a oportunidade não tem como o trabalhador ter a chance de disputar. O que eu quero, o que a gente aqui dentro batalha, é que haja oportunidades iguais, independente de onde a pessoa venha. Tem que dar oportunidade para o trabalhador local, tem que dar chance para quem está aqui. A pessoa que comparece ao SINE, que faz a sua consulta. (Ibid.).

Neste relato, a expressão da histórica cultura política brasileira aparece e aflora de uma forma muito mais presente nas relações sociais de um pequeno município, onde as relações são muito diretas, com forte tendência ao personalismo. Assim, como a maioria dos pequenos municípios brasileiros, os do Leste Fluminense carregam alguns traços característicos próprios de uma cultura política que vem sendo gestada desde o processo de formação social, política e econômica do Brasil. Ele é marcado pelo clientelismo e seus efeitos: dependência pessoal, paternalismo, compadrio, mandonismo, troca de favores, favoritismo, configurando uma forma de relação social entre partes que não detêm o mesmo poder. Com esses traços se erguem as políticas sociais brasileiras, marcadas pelo paternalismo político e funcionalidade econômica, por um clientelismo que tem parte na transformação de direitos legítimos em privilégio³⁵⁶. Nesse tipo de relação social, fortalece-se a ideia do Estado sem sociedade civil,

³⁵⁵ Só abordamos com entrevista o SINE Itaboraí, tendo em vista a alta demanda e também por ter sido um período de paralisações de todas as agências deste sistema, estando a de Itaboraí funcionando com o percentual regional garantido em lei, para não deixar suspenso totalmente os serviços do setor em questão.

³⁵⁶ Chauí (1994) ao analisar o populismo no Brasil partindo de uma matriz teológico-política apresenta como um dos traços desse tipo de poder o seguinte conceito: “é um poder que *procura realizar-se sem as mediações políticas*, isto é, um poder que *procura afastar e que opera ativamente para afastar as instituições políticas*, tanto os partidos políticos, como formas políticas de organização da sociedade civil, quanto a própria estrutura

portanto, sem a efetivação do controle social. As relações de poder têm uma interferência direta na vida dos sujeitos sociais e, ao mesmo tempo, as relações comunitárias acontecem sem intimidades, enquanto a relação público-privado é muito diluída, pois as relações são muito diretas.

Na formulação e condução das políticas públicas se pode perceber a marca do modo como é tratada a “questão social” pelos setores hegemônicos: orienta-se geralmente pela teoria da integração social, o que levaria à naturalização das desigualdades sociais, e as políticas sociais perdem seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo a “ideologia do favor”, caracterizada por formas paternalistas e clientelísticas de relação que se combinam com um tipo de atendimento, por parte do Estado, orientado pela benevolência e a filantropia (PASTORINI, 2004, p. 93).

No trato da “questão social”, o Estado não rompe com esse padrão clientelista; mais uma vez ele repete essa cultura na incorporação das demandas (YAZBEK, 1993). Tais práticas caracterizam-se pela cultura política em geral, presente entre políticos que são conhecidos como os especialistas em “furar” os critérios públicos, com a interferência política, com o jeitinho, ao qual às vezes a própria sociedade local se acostumou. Tudo isso caminha na direção contrária às conquistas sociais preconizadas na Constituição de 1988 e fortalece a cultura do direito como concessão. Para Oliveira (2003, p. 39):

É porque a mercadoria ‘força de trabalho’ não existe: na maior parte dos casos, o trabalho não se perfaz socialmente; mesmo quando se autoproduz, mesmo quando formas de auto-subsistência urbana se afirmam, o que existe é uma espécie de troca, materialmente fundada, por certo, até possível de quantificar-se [...], mas não se trata de *igualdade*.

Diante da conjuntura de crise, da falta de emprego e renda, um cenário de coerções e de ameaças vai se constituir, como aponta o relato de uma assistente social da empresa x:

Eu já escutei muito isso, eu já fui ameaçada lá na porta de o cara colocar o dedo na cara: - olha só. Eu ‘tô’ aqui tem dois meses e eu preciso de um emprego, entendeu? A gente começa a ser coagido. Encarregados começam a ser coagidos na frente do canteiro, começam a ser coagidos também. E essa região aqui ela é bem complicada. Eles falam assim: vocês estão contratando povo de fora, se vocês não me contratarem, nós vamos matar vocês. Porque é assim. Se vocês não me contratarem, nós vamos matar vocês. É assim.

As contradições que atravessam as relações do interior das classes sociais afloram de forma acentuada nessa luta por vaga de emprego. O trabalhador local reage de forma violenta expressando sua queixa em relação às condições a que está submetido frente à condição de negado do direito ao emprego e às condições de vida. No relato a seguir, há uma explicação

de organização do Estado, sob a forma mediada dos três poderes republicanos. *Pretende operar numa relação direta entre governantes e governados*” (CHAUI, 1994, p. 19, grifo nosso).

do diretor do SINE acerca da dinâmica local que envolve esse trabalhador do lugar e sua revolta:

O sistema de educação municipal sofre porque acabam não dando a prioridade ao trabalhador local. Aí o trabalhador local não consegue ter uma grande oportunidade lá dentro do Comperj. A pessoa oriunda da cidade, já tem sua vida, nasceu na cidade, ele acaba não tendo chance até porque as profissões aqui eram diferentes, eram diferentes, começou a se modelar. As pessoas começaram a visualizar que o Comperj é real. Primeiro impacto p'ra quem é da cidade muitas das vezes nem acredita muito que vai acontecer, mas quem já vive no trecho, na obra já sai de uma empresa e já vai seguindo.

Frente ao desemprego, a classe trabalhadora vai forjando algumas estratégias de sobrevivência, uma das formas/artimanhas dos trabalhadores “de fora” é migrar, é articular vaga, é forjar endereço local para conseguir emprego; os trabalhadores locais, expressam a revolta, ameaçam, pressionam o poder público local, como também buscam brechas dentro dos jeitinhos próprios da cultura política local. Contudo, há nesse contexto, a busca de ambos os segmentos de trabalhadores pela garantia de sua reprodução social e a de sua família³⁵⁷. Entretanto, o critério social de vaga de emprego em grandes obras, também é determinado pela capacidade de se produzir, de se investir e um bom retorno é de lucratividade. Isso passa pela determinação do valor da força de trabalho, isso passa pelas horas de trabalho disponíveis, pelo mercado de trabalho qualificado ou não. Pelos subsídios que o estado vai favorecer aquele determinado investimento ou não.

De acordo com o diretor do SINE/STR de Itaboraí, em relação ao perfil de qual público é mais procurado, tanto masculino como feminino”, entre os trabalhadores cadastrados nesta agência, é possível de se gerar informações precisas. Porém sua origem, se vêm de outros municípios ou Estados, são informações minuciosas que não são geradas no sistema, principalmente porque cada agência atende somente trabalhadores locais e, quando eles chegam para efetivarem seu cadastro, já têm em mãos um endereço local. Portanto, como enfatizava esse diretor, o perfil nós temos aqui, porém de onde é não é possível gerar informação: “Eu não consigo porque muitos trabalhadores [...] ele vem oriundo de outra cidade, ele geralmente chega aqui, já aluga uma casa, ele bota [...], vai na associação de moradores pega uma declaração e traz pra cá”. É o que explica uma assistente social:

[...] tem uma briga lá na obra: pelo amor de Deus, ajudante [tem que ser] de Magé, de Itaboraí. A gente briga direto. [o trabalhador responde]: Ah, mas a gente não sabia [...]. O povo vem distante de Sergipe para trabalhar de ajudante [na vaga que seria do trabalhador local]. [...] Então, olha só, como é que não vem gente p'ra cá? Ganha mil e trezentos reais um ajudante [...]. Você pensa, na cidade dele, ele nem

³⁵⁷ Ocorre o mesmo na política de assistência social quando segmentos da classe trabalhadora também busca burlar as condicionalidades dos programas de transferência de renda, como o é o Bolsa Família.

imagina, eles falam que na minha cidade eles não contratam de carteira assinada. É salário mínimo, trabalho escravo.

Nesse sentido, há a dificuldade em situar no processo de recrutamento e contratação se é trabalhador da região de fato, ou se é um migrante, tendo em vista a radicalização por meio de obtenção de endereços locais. A classe trabalhadora historicamente sempre buscou construir suas estratégias de sobrevivência, então cria caminhos como a “ empresa contrata sem saber, aí o cara vem, faz tudo isso e monta a casa, ficam 10 numa casa. Porque é assim o que acontece e não é só mão de obra especializada que a gente fala não, é ajudante” (assistente social 2).

A visão depreciativa de ambos os segmentos de trabalhadores em embate intraclasse na região constitui um paradoxo. Os moradores do local nutrem a respeito dos trabalhadores considerados “estranhos”, que chegavam em grande número, uma visão queixosa. Alguns depoimentos de trabalhadores locais expressam a queixa por estarem, as vagas que seriam para os trabalhadores locais, sendo ocupadas pelos trabalhadores de fora. O relato a seguir expressa a visão de um trabalhador local a respeito dos trabalhadores de fora:

Mesmo assim eles têm os grupos, que um indica o outro. Então onde vai um vai todos; por isso que causa dificuldade da turma daqui de conseguir emprego. [...] Por isso porque a chefia é de fora; então por ele ser de fora ele tem conhecidos, parentes que já acompanham eles para tudo quanto é canto do país dentro dessa função; então eles não vão dar preferência p’ra ‘qui’; eles vão pegar a turma deles de lá que já se conhecem. [...] Vamos supor assim, no escritório estão precisando de x encanador, x maçariqueiros, x montadores, não? Lá dentro eles já ficam sabendo, a chefia fica sabendo e já vai buscar onde tem de buscar e a turma daqui não fica sabendo de nada.

Sobre o que esses trabalhadores faziam antes de chegarem ao Comperj, e qual era sua principal ocupação, nos relatos selecionados foram obtidas as seguintes informações:

Esses que vêm de fora, eles correm o país todo, até fora do país eles correm trabalhando nessa área. Portanto você chega hoje lá no escritório, a chefia é toda de fora porque já tem formados os grupos (trabalhador encanador industrial, desempregado do Comperj).

[...] a maioria não são daqui. São tudo de fora. Portanto o pessoal daqui tá ficando sem trabalho por mérito do pessoal de fora [que] tá chegando e ficando no lugar ocupando lugar do pessoal da região. “ocupando a vaga do pessoal da região” (trabalhador local desempregado do Comperj).

Itaboraí hoje pode ser caracterizada como uma cidade marcada pela superpopulação relativa, toda a população válida se transforma praticamente em “população do capital” (OLIVEIRA, 2003, p. 46). Que pode permanecer latente à disposição do capital, conforme o ciclo de processo e acúmulo. Como esclarece uma assistente social de uma das empreiteiras:

Hoje a gente está iniciando uma discussão desse processo de migração. Existe esse processo de migração só que tem nome: força de trabalho que temos aqui é difícil porque **eles não querem trabalhar**. [...] Por exemplo, eu falo assim, uns faltam, não têm compromisso. É, e aí o que acontece? E, aí o que a obra hoje requer. Ela requer

peças com compromisso, com qualificação, não tem qualificação profissional, não tem. Um dos grandes problemas hoje.

Quanto menos houver investimento em políticas sociais que participam do processo da reprodução da força de trabalho, mais excedente para mais acumulação com mais expropriação da força de trabalho, pressupondo, nessa perspectiva o trabalho útil.

A jornada coletiva tem essa maior produtividade, dentre outras razões, por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Em todos os casos, *a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho produtivo social* (MARX, 2002, p.382. L.1,v.2).

Há um paradoxo, portanto. Pois se de um lado há a discriminação do trabalhador de fora, caracterizado como o estranho, o nordestino, a baianada. Por outro, os do lugar se sentem também discriminados e excluídos das vagas de trabalho por serem considerados sem compromisso, sem experiência. Nos relatos que passamos a apresentar, há a demonstração da visão que se tem dos trabalhadores locais e a preferência aos que vêm de fora em relação aos postos de trabalho no Comperj.

Pessoas do próprio local ficam, querendo ou não, um pouco mais acomodadas: tá em casa, tá próximo de casa, ficam querendo [...] aí eles buscam pessoas de longe mesmo, por mais que tenha um custo maior, mas é um custo que traz benefícios a eles também, entendeu? (trabalhador montador de andaime 1).

[...] porque eles questionavam [...] que *o pessoal daqui mesmo geralmente trabalha na empresa 3, 4, 5 meses e saem fora. A maioria só [busca] o aviso, e aí gera muito custo pra empresa, porque pra empresa hoje se o funcionário entrasse nela hoje e trabalhasse pra ela cinco anos pra ela seria mais lucro. [...] então hoje foi questionado no Comperj que ele fez um levantamento que as pessoas daqui não estariam fichando por esse motivo* aí mesmo, das pessoas quererem trabalhar só 3, 4 meses e sair fora p'ra entrar em outra empresa, *tem gente aí com um ano e vai pra outra empresa e já a pessoa que vem de fora fica um ano, dois anos. [...] E para esse que já está aqui que não depende de estar pagando aluguel, pra eles já fica mais fácil de estar rodando; e as outras pessoas que vêm de fora, o objetivo deles é se for 3 anos de serviço, é 3 anos que ficamos ali [...] 90% chegam aí um ano e meio, dois anos, três anos então p'ra empresa isso aí já se transforma num lucro maior de trazer de fora. Que a pessoa que vem de fora o objetivo já é vim pra ficar um ano dois anos e as pessoas daqui mesmo do local nem falo aqui do local* (trabalhador supervisor de andaime 2).

Em relação ao enfrentamento das diferenças entre os trabalhadores “de fora” e “de dentro”, um outro relato indica que esse embate não é a regra:

Lá dentro tem até uma campanha sobre as diferenças, né? Daquela mania assim, às vezes a gente aí fala que o carioca tem a mania de puxar o “s” e eu estava até conversando essa semana; quando a pessoa diz assim é do local a gente conversa é normal. Outras pessoas vêm e querem imitar e às vezes não conseguem. Aí gera uma polêmica assim, entre as diferenças das pessoas. Vem gente do Ceará então essas pessoas criticavam o jeito deles conversarem e aí eles fizeram uma campanha sobre as diferenças, respeitar o jeito que as pessoas falam. Talvez as pessoas falam baiano e as pessoas pensam que ele falou errado mas talvez, aqui, mas na cidade dele é

normal. Aí teve essa campanha sobre as diferenças, que estava dando muita desigualdade, né. Mas em termos, assim, até que eu acho que não tem muitas desavenças não. Faz uma organização, essas coisas todas, aí acaba se acertando, entendeu? (Encarregado de obras).

Os relatos e a preferência pelos trabalhadores “de fora”, demonstram que à empresa, interessa o lucro em cima do trabalhador, como próprio à lógica do capital já analisado no capítulo I.

A relação fica assim, o pessoal da localidade é muito discriminado [...] Pelos encarregados que trazem o pessoal de fora. Pelos supervisores. Aqui a gente ‘são’ mal vistos. [...] Por que carioca tem fama de num trabalhar bem. Não tem qualificação p’ra trabalhar na função que ele exerce. Tudo isso daí a gente vê lá dentro. Muita discriminação.[...] A gente disputa vaga com o pessoal de fora, tipo assim: tem duas vagas aqui, tem dois trabalhadores daqui que fazem a mesma função como montador de andaime, vamos botar. Aí vem dois de fora, então o supervisão já manda: ah não, coloca esses dois que vêm de fora, não coloca os dois daqui não. Então esses dois de fora entram e esses dois que moram na localidade ficam sem emprego. Aí é complicado, eu estou te falando que isso acontece muito porque eu sou locado diretamente com o pessoal do andaime e o rapaz lá ele é bem carrasco. Bem carrasco mesmo. Tanto pelos encarregados quanto do supervisor e o diretor, são muito discriminados o pessoal daqui. **Eles falam que o pessoal daqui não ‘sabe’ trabalhar.** E tanto que a maioria de montador de andaime é tudo da Bahia, Salvador, Salvador não, é Espírito Santo, tudo de lá. (trabalhador operador de trator 1).

Pois, a força de trabalho, segundo Oliveira (2003, p. 49-50), consiste: “na quantidade de trabalho que é possível extrair de um determinado estoque de mão-de-obra”. A medida que mais se aproxima desse conceito é a da produtividade do trabalho, pois “quanto mais alta, maior é a força de trabalho empregada”. Contudo, as formas dessas compras são complexas, dependendo tanto do ritmo da acumulação de capital quanto da maneira como essa acumulação cria uma superpopulação relativa. Essa questão é importante pois também está no centro da problemática do trabalho e diz respeito à questão da re-presentação que, conforme análise de Oliveira (Ibid.), “a re-presentação é ou não um elemento essencial na re-produção das classes sociais”.

Todo o processo até aqui descrito está longe de apontar ter sido criado um mercado de força de trabalho ou ampliado. Ao contrário, o que se observa é um mercado de trabalho extremamente fragmentado, hierarquizado e instável. Em primeiro lugar porque, devido à mesma amplificação inusitada da força de trabalho disponível, de um exército de reserva segmentado e concorrente, não há oferta possível de emprego que dê conta da demanda real e potencial, pois, após a crise da Petrobrás e seus reflexos no Comperj e em toda a região de Itaboraí, houve uma experiência inversa do que a apontada por Oliveira (2003) sobre seu estudo na Bahia: no que se refere ao fato de que “não há demanda possível de emprego que dê conta da procura real e potencial, dado o alto número de reserva de força de trabalho

concentrada na região”. Em outras palavras: “o mercado de trabalho não é mais de oferta, como vinha ocorrendo desde o início das obras, mas de procura” (Ibid., p. 51).

O relato de um trabalhador da região é bastante provocativo sobre isso, sintetizando a questão da queixa em relação ao trabalhador local frente ao argumento de que não há mão de obra preparada na região:

A gente se dá quando a pessoa se abre. Porque tem pessoas que vem de certas partes do país, que vem e quer ser acolhido numa boa. Agora, essa turma que vem, e todo mundo de lá de dentro se diz panelinha, que vem nessa panelinha por eles *terem as costas quentes com a chefia*, eles acham que são os *bam bam bam* da história. Então muitos deles nem profissional é, mas ‘chega’ com as costas quentes; os chefes botam eles como profissional porque são da chefia e querem tirar onda com todo mundo, então não se forma esse grupo porque até então você tem que fazer serviço para eles ganharem e eles por terem a costa quente porque a chefia trouxeram; eles vão tirar onda com qualquer um (trabalhador local, ex contratado do Comperj (trabalhador encanador industrial).

Seguem-se outros relatos do mesmo trabalhador local, indignado com a acusação de que não há profissional formado na região. Segundo ele, há profissionais de excelência.

A única coisa que eu sempre debati e não vou deixar nunca de debater sobre isso aí é valorizar as pessoas daqui. Porque você chega lá dentro e tem que ficar tomando na cara o tempo todo: “*isso aqui não tem profissional*”. Tem muitos profissionais aqui de todas as categorias e os profissionais *daqui são excelentes profissionais mesmo*. Não são pessoas que tem na carteira carimbada como profissionais (Ibid.).

A minha saída da Comperj [foi] porque o supervisor me trouxe um rapaz de Vitória pra cá, e botou como profissional. Não sei se era parente dele ou o que é que era. Botou como Encanador industrial, e o cara não sabia, não conhecia nem o que é um disco de disparte p’ra usar na lixadeira. O cara não sabia quantos milímetros tinha uma plegada. Nem ligar a lixadeira o cara sabia. Aí como é que as pessoas podem chegar aqui e dizer que aqui não tem profissional? Lá é que não tem. *Porque trazem p’ra cá e nós temos que ensinar. Aí a população daqui não tem direito de aprender ou então de trabalhar* (Ibid.).

[..] porque o que mais você vê aqui [...] é gente querendo vaga, querendo vaga, e não consegue porque eles trazem ajudantes, pessoas que nunca trabalharam na área eles botam como profissional eles trazem e botam aqui dentro e turma daqui fica a deriva (Ibid.).

[...] esses políticos tinham que chegar, se unir e verificar isso aí. Porque se o Comperj veio aqui pra Itaboraí, a preferência tinha que ser pra quem é aqui da área, Itaboraí, Manilha, São Gonçalo, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Papucaia, Sambaetiba, toda região aqui do Rio (Ibid.).

Outro relato, a seguir, ilustra a fala do diretor sindical que analisa que o trabalhador do Comperj, em geral, acha que o emprego não vai acabar, ele não lida com essa possibilidade.

As pessoas vêem isso aqui como um futuro que não vai acabar e não é bem assim. É um lugar que você não vai conseguir gerar, ter a mão de obra de dezoito mil homens pro resto da vida. Tem gente que pensa que isso aqui vai ficar o resto da vida. Tem, porque tem sua manutenção lá dentro entendeu? Manutenção você pega terceirizada então você contrata. Só que vai diminuindo. Aqui nós temos o projeto de ser um centro petroquímico. Hoje fala em ser refinaria. Já mudou o projeto (Diretor sindical).

Depoimento similar foi colhido de um trabalhador sobre o excesso de confiança de muitos trabalhadores nos empregos gerados nas obras:

Não digo que a turma de lá não tenha que ter trabalho. Tem que ter trabalho pra todo mundo, [...] Porque a situação é sempre essa aí, não tem como você mudar porque a chefia é toda de fora. Eu sempre falei pra turma: gente, rapaziada nova que trabalha com nós, gente, vocês que são jovens aí, entram pra dentro com vontade pra montar essa panela aí dentro. Não tem a panela deles que vem de fora? Vamos montar uma panela também aqui. Aí pra isso precisa de que? Ter encarregado, supervisor, tudo aqui da região pra poder um dar cobertura pro outro. (trabalhador encanador industrial)

A partir da pergunta se existia alguma uma rixa/queixa, um conflito, ou não e como os trabalhadores locais lidam com isso, é significativo o relato que segue, que retrata com visão ampla a realidade e a subjetividade dos trabalhadores locais:

Acho que a pessoa que mora na cidade [...] tá sofrendo todo impacto. Ela vivia uma vida mais tranquila, mais mansa. E, e depois da produção, os filhos dela não conseguem ter uma oportunidade. Então fica muito triste, não com o trabalhador, não com a pessoa, não com o cidadão brasileiro que tem os mesmos direitos que vem em busca de oportunidade. Então a pessoa local ela fica muito triste porque ela vê passar a oportunidade e ela não consegue abraçar a oportunidade (diretor local da agência do Sine de Itaboraí).

Por essas razões os trabalhadores cobram isso do SINE ao entender que o SINE não está atendendo o pessoal local. Porém, conforme o mesmo trabalhador, sobre o SINE, na realidade: “não somos agente contratante, nós não temos o poder de contratar. Quem contrata são as empresas” (diretor do sine).

Ao mesmo tempo, em uma roda com trabalhadores “baianos” foi obtido o seguinte relato negador do conflito:

Rapaz, esse negócio é o seguinte. Pra mim, não tem diferença, todos são bons. [...] Porque eu acho que ninguém nasceu sabendo. [...] eu acho que todo mundo é “pacífico” de aprender alguma coisa [...]. Então a gente sempre procura tratar todos da mesma maneira que é pra que mais tarde seja um bom profissional [...], então nós sempre procura trazer para o nosso grupo é que nós se torna um bom profissional. Agora muitos com interesse e outros com pouco interesse então a gente tem que trabalhar em cima disso (Trabalhador baiano, encarregado de obras 2).

Enfim, percebe-se, ao mesmo tempo que os trabalhadores são igualizados do ponto de vista da classe social. Nessa perspectiva, nossa atenção analítica se voltou para as metamorfoses sofridas pela classe trabalhadora nas últimas décadas, na região pesquisada. Os trabalhadores migrantes em áreas de grandes obras, que estão em contínuo movimento em busca de lugares onde o mercado possa comprar sua única mercadoria, a força de trabalho, encontram nos grandes projetos de desenvolvimento econômico e, neste caso, na Região do Comperj, as condições favoráveis para esse objetivo de mera sobrevivência errante. Trata-se de um segmento da classe trabalhadora que vive nas incertezas quanto a seu destino ao término de cada grande obra onde está contratado. Muitos deles, submetidos a condições de trabalho de até 24 horas seguidas, são seguidamente escolhidos pelos encarregados das

empreiteiras. Ao lado, a população trabalhadora local, que se encontra nas mesmas condições na busca por trabalho, compõe a totalidade da classe trabalhadora, exclusivamente da venda de sua força de trabalho. Os tempos de crise são tempos em que se evidenciam contradições e antagonismos do capitalismo, que repercutem o que se busca esconder e camuflar. A crise da Petrobrás que envolve as empreiteiras investigadas, parou obras, parou vidas, pois trabalhadores ficaram sem receber, ou ficaram sem emprego antes que seu contrato temporário fosse concluído. Essa crise foi transformando as relações de produção e de reprodução de cidades inteiras do Leste Fluminense.

4.2. **Subsunção do trabalho ao capital no contexto dos grandes projetos**

E a história da expropriação que sofreram
foi inscrita a sangue e fogo
nos anais da humanidade.

K. Marx³⁵⁸

Desde o início do processo de construção do Complexo em Itaboraí, além de acompanharmos muitos conflitos relacionados ao cotidiano de trabalho nas empreiteiras, as paralisações e greves em função das diversas formas de violências praticadas contra o trabalhador, também vinhamos observando as implicações infraestruturais das cidades do Leste Fluminense que não estavam preparadas para acolher um contingente tão grande de novos habitantes. Neste caso, buscamos capturar essas e outras determinações considerando-as fundamentais para sintetizarmos as questões e desafios presentes nesta dinâmica regional afetada por um grande projeto de desenvolvimento. No período que sucede ao anúncio do Comperj em 2006, pode-se dizer que gradativamente começou a haver uma mudança do perfil da classe trabalhadora no Município de Itaboraí e nos municípios de áreas diretamente afetadas pelo Comperj. Desse modo,

Grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras que hoje dão vida ao mercado de trabalho formal de Itaboraí e de parte da região do entorno está direta ou indiretamente vinculada às atividades de construção do Comperj, seja prestando serviços para as empreiteiras que constroem o Complexo, seja fornecendo serviços e

³⁵⁸ 2006, p. 829.

produtos para a manutenção dessas atividades e das pessoas que as realizam (IBASE, 2015, p. 35).

Historicamente, em seu conjunto, o capital apresenta-se como uma relação social calcada nas lutas e contradições de classe, o que nos compele a compreender o processo de produção e reprodução das relações sociais através das relações capitalistas de produção em seu dinamismo e nos seus conflitos inerente-inseparáveis. A apreensão das contradições entre capital e trabalho nos serve de base para a compreensão de uma das expressões da “questão social” presentes na cena do desenvolvimento Leste Fluminense: o impetuoso embate intraclasse que envolve trabalhadores migrantes e trabalhadores locais, expressão do caráter antagônico da produção capitalista presente na análise investigativa de Marx em *O Capital*.

Os grandes projetos que envolvem segmentos da classe trabalhadora de grandes obras e da região de instalação do empreendimento, inserem-se no processo de produção reprodução do capital industrial envolvendo dois setores, o da indústria da construção pesada e a da indústria petroquímica representada, no contexto desta pesquisa, pela Petrobrás. O tratamento dos trabalhadores como meras mercadorias a serviço dos interesses dos donos dos meios de produção, a desvalorização do trabalho vivo são marcas, portanto, presentes nesta relação. A expropriação com superexploração, dentre outros fatores, são focos de resistências, reações e lutas ocorridas após o desencadeamento da crise da Petrobras que determinou uma crise do Comperj, de uma região inteira, vindo a afetar milhares de trabalhadores.

No contexto das grandes obras, o capital industrial está instalado em várias regiões do país, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente, segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial, cujas exigências se estabelecem e se impõem nas grandes obras: sobre a classe trabalhadora a partir dos segmentos de grandes obras e da região, sobre a cidade e suas relações, sobre os recursos naturais e sociais. O conjunto das relações de produção e reprodução aparece subsumido aos ditames do capital.

As características da grande obra com a experiência da relação de produção subordinada à lógica do capital, nesse movimento, se aplicam e propagam as expressões da “questão social” capturadas a partir da intensificação da força de trabalho, terceirização e precarização, criminalização das manifestações sociais, violência, superexploração do trabalhador e desemprego em massa.

A busca pela apreensão dos reveses sofridos pela classe trabalhadora no Leste Fluminense do Rio de Janeiro, em especial, no município de Itaboraí, nos conduziu, na seção anterior, a entender quem são esses trabalhadores que, encontrando ou não as condições

favoráveis para a venda de sua força de trabalho, confluem para a região em questão³⁵⁹. Tendo respondido a essas questões sobre os trabalhadores, queremos também, nessa seção, conhecer e responder as questões relacionadas às empreiteiras que, nesse processo, são as que parecem promover um novo tipo de escravidão. Também daremos uma contextualizada nas transformações da região que sonhou com o desenvolvimento anunciado em 2006, vindo a experimentar uma transformação às avessas.

4.2.1. A fragmentação das empreiteiras e a subordinação do trabalho

Em relação às empreiteiras envolvidas neste grande projeto, já é sabido que a indústria petroquímica via Petrobrás, se entrecruza com a indústria da construção pesada em tempo de grandes projetos. A rigor, trata-se de uma transferência de recursos públicos para as empresas privadas, sendo que a forma de financiamento dessa transferência de capitais é possibilitadora da concentração. Na indústria de construção pesada, a rotatividade também existe entre as empresas,³⁶⁰ entre as contratadas para os grandes projetos. Logo se constitui grande desafio acompanhar essa flutuação na dinâmica do Comperj, conforme é apontado no mapeamento do Apêndice “D”³⁶¹. Em Itaboraí, estão presentes as maiores empreiteiras brasileiras. De acordo com os dados obtidos em contato com o Sintramon, o Comperj conta com aproximadamente 45 empresas fixas, alcançando 60 se incluídas as terceirizadas³⁶². Uma professora do sindicato dos profissionais de educação da região explicava que

³⁵⁹ Trabalhadores que, como vimos, uma vez “livres” para dispor de sua única mercadoria, a força de trabalho, se tornam disponíveis diante dos interesses e da “caça apaixonada do capital por mais valor” (MARX, 2011, p. 184 do L. 1, v. 1).

³⁶⁰ Esta flutuação das empresas é tão grande que o portal do Itavagas disponibiliza para seus leitores e visitantes uma lista de contatos de todas as Empresas e Consórcios prestadores de serviços do Comperj, acompanhada de uma solicitação de colaboração dos leitores para manter a lista atualizada (Amigos do Trecho em busca de oportunidades. Disponível em: <http://www.itavagas.com.br/lista-de-empresas-comperj>. Acesso em junho/2015).

³⁶¹ Ao longo da pesquisa de campo, indagamos com todos os sujeitos envolvidos nessa pesquisa sobre as empreiteiras atuantes nas obras do Comperj e, ainda, onde conseguir dados oficiais sobre as mesmas, as respostas eram um só: são muitas, sabemos falar sobre algumas empresas que participam desses consórcios, mas informações mais objetivas e oficiais não são possíveis. Logo pudemos perceber sua intensa rotatividade, que ora encerravam contrato e iam embora, ora desapareciam e ressurgiam com outro nome. Entrar em contato com cada uma dessas empresas seria um caminho inviável pelo prazo desta pesquisa, pelas incertezas de ter esse objetivo alcançado, mas, a partir do que foi sendo citado ao longo das entrevistas e conversas, assim como através de noticiários de jornais e pesquisas na internet, conseguimos mapear a listagem, que encontra-se no Apêndice D.

³⁶² Em pesquisa similar de Freire e Atayde (2015), é analisado sobre essa flutuação nas empreiteiras que tem rebatimentos nas subcontratações da força de trabalho.

[...] são muitas empresas organizadas em consórcios que funcionam com grupos de empresas. Por exemplo? O Grupo Votorantim tem várias empresas dentro de um consócio de empresas que se chama TUC. Há ainda outros consórcios além desses. Números exatos eu não sei. Sei também que já tem algumas empresas do Grupo Votorantim que já estão entregando suas obras e indo embora.

Em função de envolver um elevado número de empresas, de um lado há a dificuldade direta de um controle social e estatal das mesmas que se ocultam nos grandes grupos. Ou os grandes grupos de construtoras se furtam da sua responsabilidade trabalhista a partir de fragmentação de tantas prestadoras de serviço. Por outro, “a Petrobrás aparece como agente fiscalizador conivente com a exploração do trabalhador e trabalhadora” (IBASE, 2015, p. 74). No relato de um trabalhador da região, afirma-se que estas empresas estão desde o início das obras do Comperj, mas, algumas, já encerraram suas atividades no local, inclusive: “Tem umas [empresas] que não aguentam o tranco. Elas entregam a obra e vão embora. A Jaraguá faliu, mas pagou todos os trabalhadores. E ela saiu do Comperj. Aí, mas não fica ninguém sem receber. Demora um pouco, mas paga”. De acordo com um trabalhador oriundo do Espírito Santo: “têm mais de 30 empresas. Essa nossa veio de São Paulo. Ela esteve na Bahia, Recife, Espírito Santo e agora estamos aqui no Rio. Eu trabalho nessa empresa de São Paulo. Ela está em todos os lugares do País. Tem no Chile, Argentina”.

A dificuldade em conhecer estas empresas é reforçada no depoimento do diretor do SINE de Itaboraí, que ressalta que muitas empresas estão com postos de trabalho cadastrados com nomes diferentes do que se apresentam publicamente, então dificulta muito essa tarefa de conhecê-las e mapeá-las:

Porque nem sempre elas estão instaladas aqui. Porque muitas vezes possuem cadastro de qualquer outra [com outro nome] no sistema nacional de emprego. Essa empresa, o trabalhador já é registrado independente do lugar do Brasil. As informações já estão dentro de um sistema e aí só vai chegar aqui e solicitar o profissional. Eu tenho as empresas cadastradas que são várias, mas se elas atuam só no Comperj ou fora do Comperj eu não posso garantir. Só quem pode dar esses números é o próprio Comperj. As empresas, quando elas chegam elas solicitam, mas aí não entra no campo de atuação. Onde vai atuar. Do Comperj não eu tenho número do posto (diretor sindical).

Essas empreiteiras que atuam especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste do país, contribuem para a mobilização de um verdadeiro processo migratório de trabalhadores de grandes obras para as regiões de destino dos projetos em execução, assim como ocorre no Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro onde o Comperj³⁶³.

As médias e grandes empreiteiras “abrem” os seus escritórios próximos ao canteiro de obras, ou mesmo dentro dele, durante a sua atividade produtiva. Com o fim da

³⁶³ Durante pesquisa de campo, pudemos acompanhar, por exemplo, a empresa Consórcio Terraplenagem Comperj (CTC), responsável pela execução do Projeto de Terraplenagem, Drenagem e Anel Viário do Comperj e a movimentação dos trabalhadores com a identificação desta pela região.

obra ou da sua parte contratual, fecha-se essa estrutura administrativa, e o trabalhador e a trabalhadora da construção não conhece a sede da empresa para a qual trabalha. Esse fato dificulta em muito as mobilizações tradicionais, nas quais o centro do protesto é a sede da empresa, ou a fábrica (IBASE, 2015, p. 71, nota 68).

Dentre as formas de recrutamento da mão de obra no setor de construção, conforme situado anteriormente, a oriunda de uma empresa arregimentadora de mão de obra, as subempreiteiras de trabalhadores, chamadas “gatas”, se constitui um regime mais precário de trabalho, já que não pressupõe vinculação direta com a empresa realizadora de obra. No Comperj, a maior parte dos trabalhadores possuem esse tipo de vínculo, tendo em vista a terceirização nas relações de trabalho (CAMPOS, 2014)³⁶⁴. A expansão capitalista brasileira, que necessitou de força de trabalho escrava na economia agrária cafeeira quando realizou sua primeira expansão, passando para a livre assalariada na transição urbano-industrial, experimentando formas de expropriação dessa força de trabalho. Na atualidade do século XXI, experimenta-se a mão de obra livre, mas análoga à escrava³⁶⁵. Haja vista que o capital necessita de “grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. A superpopulação fornece-as³⁶⁶.”

Na vivência do trabalho em grandes obras, a natureza da nova precarização da força de trabalho se faz sentir principalmente diante do processo de terceirização nas contratações de trabalho, que assume uma dimensão objetiva da perda de direitos historicamente conquistados³⁶⁷. Na vivência do trabalho pelos operários do Comperj, ocorre o processo de

³⁶⁴ Por ocasião das entrevistas com os grupos da Bahia, foi interessante notar que, na hora de pegar a identificação e os contatos com cada um, todos passaram o telefone com o DDD da região de origem. Ao perguntar sobre o movimento, eles imediatamente responderam que era o único contato que não alterava era o da cidade de origem onde se encontra a família, pois no trecho, nunca se sabe até que momento se está nele tendo em vista a situação das empresas.

³⁶⁵ Em *O Globo* de 14/08/2015, foi publicada uma matéria-denúncia sobre a situação de operários que foram resgatados de obra para as olimpíadas de 2016 em condições de escravidão. O Ministério Público do Trabalho informou medidas tomadas contra a empreiteira Brasil Global Serviços, responsável pelas obras, depois de uma fiscalização no dia 29 de julho deste respectivo ano. Segundo o MPT, a maioria dos trabalhadores saiu do Maranhão, outros tinham origem na Paraíba, Bahia e Espírito Santo. O MPT entraria com ação na Justiça para requerer o pagamento de danos morais coletivos e individuais aos trabalhadores. Na reportagem, destacava-se que seriam apuradas ainda as irregularidades trabalhistas em relação aos demais trabalhadores, como atraso no pagamento de salários, ausência de intervalo para descanso intrajornada e não pagamento de verbas rescisórias. Assim como a apuração da responsabilidade das outras empresas que compõem a cadeia produtiva da obras para esse megaevento.

³⁶⁶ Um das assistentes sociais relatava que realizava visita aos alojamentos e locais de trabalho dos operários buscando fazê-lo em horários improváveis tendo em vista a averiguação da existência de trabalho escravo, sinalizado pela mesma de como muito comum em canteiros de obras em função das empresas subcontratadas.

³⁶⁷ Em artigo publicado pelo blog da *Boitempo* em 22/07/2013, o autor, Giovanni Alves discute sua perspectiva teórico-crítica sobre o significado do conceito de precariado. Esse debate vem da publicação do livro de Guy Standing intitulado *The Precariat: The new dangerous class* que, no Brasil, ganhou repercussão principalmente após o lançamento do livro de Ruy Braga, *A política do precariado*, onde tece críticas ao debate do Standing ao situar o precariado como classe social exterior à relação salarial. A essa dimensão, Alves vai denominar

terceirização, experiência muito bem acolhida pelos donos dos meios de produção situados nas relações de produção de grandes obras, pois com a ampliação da terceirização e, uma vez oficializada o que eles queriam, segundo Maior (2015, não paginado), é “que estejam autorizados pela lei para continuarem a cometer a perversidade da superexploração do trabalho. Sem sequer algum tipo de constrangimento”. A grande pergunta que fica, conforme análise de Maior, é: daqui a cinco anos, qual será a sua reivindicação? A de trabalho escravo? Nos dados divulgados em Mapeamento realizado pelo Ministério do Trabalho, revelam a trajetória de trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão entre 2003 e 2007 e aponta o Nordeste como o maior exportador. Entre esses trabalhadores está o "peão de trecho", aquele que não tem família nem residência fixa.

Entre esses trabalhadores está o "peão de trecho", aquele que não tem família nem residência fixa. Eles vivem em pequenos hotéis à beira de estradas que viram pontos de referência aos "gatos" (aliciadores de mão-de-obra). O "gato" quita o débito no hotel e leva o trabalhador para a propriedade. Esse trabalhador já segue com o débito da hospedagem e, após resgatado, volta ao hotel (SCOLESE, 2008)³⁶⁸.

Ao refletir sobre o quadro vivenciado por esses trabalhadores, podemos concluir que o trabalho análogo ao de escravo existe, em vários graus, na terceirização que conhecemos nessa pesquisa e em tantos outros lugares, tal como poderá ser oficializado no Projeto de Lei aprovado na atual Câmara Federal. Nessa realidade, está a superexploração que convive com a expropriação, conforme análise de Fontes (2010). De acordo com Dias (2015):

O capital subordinou o trabalho, real e formalmente. A história sob o capitalismo aparece como a história natural do capital, das técnicas, da produção, nunca do trabalho. As forças produtivas do trabalho aparecem como forças produtivas do capital. No interior do círculo do capital, negador da historicidade do trabalhador, o trabalho parece não ter vida própria (DIAS, 2015, p. 6).

Mesmo com a possibilidade de estar subjogado às condições sobre as quais acabamos de abordar, com a prevalência das subcontratadas na viabilização das relações de contratos terceirizados para quarteirização, se a necessidade não for o motor para o trabalho, o será o salário, mesmo que por uma temporada, é um atrativo, conforme análise de uma das assistentes sociais³⁶⁹:

“precariado “ a camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social”. Para o autor, deste modo, “dos operários da construção civil em Jirau aos infoproletários dos call-center em São Paulo, o conceito de precariado se dissolveria no impressionismo sociológico crítico das relações salariais no Brasil”. Segundo ele, a particularidade histórica da camada social do precariado perderia sua efetividade heurística.

³⁶⁸ De acordo com o Ministério do Trabalho, o Nordeste é o principal "exportador" de trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão: de 14.329 trabalhadores da pesquisa, 56% nasceram no Nordeste, mas 45% foram resgatados na região Norte; o Pará lidera a estatística (SCOLESE, 2010).

³⁶⁹ No documento do DIEESE, *A terceirização na Petrobrás – alguns pontos para reflexão* (Document Transcript. 07 de maio de 2014) há um apanhado geral sobre como há a ocorrência desse quadro no âmbito da Petrobrás.

Assim uma empresa contratava outra. E quando saía também recebia os direitos uma série de coisas que isso tudo é um atrativo muito grande. Valores financeiros que não possuía. E aí uma empresa igual a Petrobras estar La dentro de uma empresa numa construção de um grande potencial desses, proporciona isso na vida uma mudança economicamente na vida de várias pessoas então vira um atrativo muito grande então esse é o grande desejo de trabalhar lá. É justamente para poder ter esses benefícios.

Desse modo, não podemos considerar o “exército industrial de reserva” como parte apenas da camada supérflua nem tão pouco “inúteis”, conforme alerta Marx (2006), uma vez que ela não é apenas funcional à lógica do capital, mas é também indispensável para o seu desenvolvimento. O processo de consumo da força de trabalho é o processo de produzir mercadoria. É nesse sentido que Marx afirma que o capitalista, “só é capitalista, só pode praticar o processo de exploração do trabalho, sempre e quando for proprietário das condições de trabalho e defrontar-se como tal com o operário como mero possuidor de força de trabalho” (MARX, 2011, p. 206)³⁷⁰. No relato do diretor da agência municipal, “em 2012, o SINE registrou um pico de procura por trabalhadores em busca de qualificação em função do complexo petroquímico, momento em que o município tinha a balança da empregabilidade equilibrada entre contratações e demissões”³⁷¹. No ano seguinte, observou-se uma queda no movimento, que teve o seu ponto mais crítico no primeiro trimestre de 2015:

Tem aumentado a nossa demanda, pessoas procurando uma nova oportunidade de trabalho, tanto do município quanto de outros estados. Estamos abraçando as pessoas, acolhendo, dando orientações profissionais, direcionamento, mas o mercado hoje se encontra bem abaixo do que há um ano e meio atrás.

O complexo processo de metamorfose das classes incidindo na produção de novos segmentos de classe social em Itaboraí, será doravante determinado pelo papel subordinado do poder público, a subordinação do trabalhador ao capital e os efeitos da precarização na vida produtiva dos trabalhadores de grande obras valorização do capital e desvalorização do trabalho (RUBIN, 1987, p. 12). Enquanto se multiplicam e diversificam ainda mais as demandas sociais relativas ao aprofundamento dos processos de expropriação com superexpropriação e pobreza - traços marcantes da “questão social”-, pioram as condições. e a vivência do trabalho no contexto do Comperj, a força de trabalho da indústria da construção no Brasil. Portanto, é a partir do *trabalho livre* da força de trabalho, convertida em mercadoria, que o capitalista garante o processo de gerar *mais-valia*. Sendo o capital uma

³⁷⁰ “O processo de subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista. A parte variável do capital predominava muito sobre a constante. Por isso, a procura de trabalho assalariado crescia rápido com toda a acumulação e era seguida lentamente pela oferta” MARX, 2006, p. 851.

³⁷¹ *Jornal do Brasil*, Cláudia Freitas, em 03/04/2015.

relação social, este supõe o outro extremo desta relação que é o trabalho assalariado, do mesmo modo que este supõe o capital. Supõe também que o possuidor da força de trabalho “a venda sempre por tempo determinado, pois, se vender de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem relativamente “livre” em escravo, de um vendedor de seu potencial, em mercadoria permanentemente pertencente ao outro”.

Tais empreiteiras, como vimos no capítulo dois, são movidas pelo processo de acumulação de capital e, o objetivo é de elevar o lucro em cada empreendimento. Elas utilizam os mecanismos análogo aos empresários da Inglaterra na época da análise que Marx empreende em *O Capital*. Segundo ele, várias formas foram usadas pelos empresários para ampliar suas margens de lucro. No que concerne aos trabalhadores, ele verifica estratégias dos capitalistas para prolongar a jornada de trabalho, dentro e fora da legalidade, o que resulta na mais-valia absoluta. Com consequências diretas também sobre os operários.

A realização de *horas extras* na indústria de construção é muito comum³⁷². Por exemplo, os vários aspectos implicados nessa vivência do trabalho pelos operários de grandes obras que condicionam as formas de organização, gestão e remuneração do trabalho. O poder do capital sob as relações sociais de produção e reprodução no contexto de um grande projeto é marcado pela captura do consentimento e pela adesão às condições de trabalho por parte do trabalhador (BURAWOY, 1990).

Em relação aos *salários*, na sociedade capitalista naturalmente deveria ficar abaixo do seu valor, nunca cobrindo tudo aquilo que é necessário para a reprodução do trabalhador e a reprodução de sua família. A força de trabalho, sob essa lógica, é mais uma mercadoria, que terá seu preço, a ser pago pelo capitalista, pois a fim de sobreviver, o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho em troca de salário. No Rio de Janeiro, que nas últimas décadas vem sendo um atrativo para a força de trabalho em geral, incluída a do peão do trecho, revela-se que ao migrar para esta região, a maioria dos trabalhadores acaba não saindo porque o Rio paga salário melhor. De acordo com um dos trabalhadores –

encanador industrial 2: “Muitos vão ficar porque sabem que, por aqui, que nem a situação de salário [...], um dos melhores salários é aqui: Rio, Niterói, essa área aqui nossa. Mas porque é que eles correm o mundo para outro trecho, o salário do trecho da Bahia, é isso aqui, oh, uma mixaria. E isso tem possibilitado a garantia de um sistema de reserva da “mão de obra” nesta fase de construção civil do empreendimento. Martins (1988, p. 6), afirma que

³⁷² Os regimes diários de trabalho chegam a dezoito horas em obras de grande porte, porém, ao contrário do que possa ocorrer em outros setores ou na década de 1960.

“a fala do migrante é, quase sempre, dominada pela lógica da mercadoria e do dinheiro, da quantidade, e recoberta pelo fascínio do maravilhoso e ilimitado das coisas que podem ser compradas e vendidas que não pertencem ao trabalhador e sim àqueles que o dominam e exploram”.

As pessoas deixam um pouco a desejar entendeu? Não dá realmente o valor que o trabalhador merece. Moral da historia a gente não recebe o valor que a gente realmente merece. Porque querendo ou não as pessoas falam, pessoas da classe mais alta um pouquinho na obra ele trabalha um pouco mais com a mente. Tudo bem tem estudou, mas por exemplo se a gente que vem com a mão de obra não fazer não tem obra. Então eles não veem isso (.....)mas tem que tratar o trabalhador de base entendeu? Porque é o que vem com a mão de obra, porque engenheiro não vai fazer obra. A maioria dos engenheiros nunca trabalhou vem de teoria ele tem a teoria mas não sabe colocar em prática o q sabe. Aí é onde que vem o desmerecimento do trabalho que a gente merece ter (trabalhador montador de andaime 1)

Embora as empreiteiras trabalhem com projetos que têm duração por tempo determinado nos contratos, mantendo essa premissa também nos contratos com os trabalhadores, estes têm no salário um atrativo para se manterem no trecho. Nos termos de Paul Singer (Apud OLIVEIRA, 2003, p. 51), “um limiar que assegura às empresas capitalistas um suprimento amplo de força de trabalho que se encontra ‘em reserva’ na produção simples de mercadorias e na produção doméstica”³⁷³,

Para introduzir o fenômeno da força de trabalho da grande obra: “No problema do desenvolvimento do capitalismo, talvez o fator mais importante seja o grau de difusão do trabalho assalariado. O capitalismo é o estágio do desenvolvimento da produção mercantil no qual a própria força de trabalho se converte em mercadoria (LÊNIN, 1985, p. 364)”

Esses relatos esclarecem plenamente o quanto o salário incide sobre a vida dos sujeitos e da sua subjugação nesta relação mercantil de sua força de trabalho. A partir do relato dos sujeitos desta pesquisa, pudemos perceber que a maioria dos trabalhadores que migram ou permanecem na região vivencia, em sua maioria, a busca de oportunidade de trabalhar no Comperj porque além de oferecer um salário mais atrativo oferece também benefícios que o mercado local nunca veio a oferecer, plano de saúde, plano odontológico, vale alimentação extensivo a família, isso tudo foi um atrativo muito grande. Conforme relatado pelo diretor da agência do SINE: “A necessidade de trabalhar lá muitas das vezes é para tender outras necessidades pessoais. Assim uma empresa contratava outra. E quando saia também recebia os direitos uma série de coisas que isso tudo é um atrativo muito grande. Valores financeiros

³⁷³ [...]. Ou, em outras palavras: mesmo se, por hipótese, todo o exército industrial de reserva’ masculino fosse enxugado por uma imensa e impensável oferta de empregos, a reserva constituída pelas mulheres seria capaz de continuar assegurando uma entrada na produção capitalista pelo simples fato de pagar-se um salário mínimo. (OLIVEIRA, 2003, p. 50-2)

que não possuía”³⁷⁴. Ai às vezes se caracteriza como alojamento. A empresa contrata sem saber aí o cara vem, faz tudo isso e monta a casa, ficam dez numa casa. Porque é assim o que acontece, e não é só mão de obra especializada, que a gente fala “não ajudante”. É salário mínimo, trabalho escravo (assistente social 3)

Aqui, um ajudante ganha mil e duzentos reais, que é o salário menor que tem, é mil e duzentos reais, quatrocentos e dez de vale alimentação que é o tiket, é plano de saúde pra ele e pra família inteira tem que ter participação na Unimed. Então assim nisso que eu to fazendo entrevista agora eles falam assim. Érika sabe o que vai doer mais em sair? O plano de saúde, eu trabalharia só pelo plano de saúde e pelo vale alimentação. Na verdade é essa os profissionais aqui do Rio estão mais lá pro lado de Caxias. Poucos recebem a proposta de vir trabalhar aqui. Tem seu trabalho já fixo. O salário também está mais baixo (assistente social 3)

Mas, neste relato, se afirma que, para além do salário atrativo, há algo maior que, às vezes, até faz o peão relativizar o salário quando este fica em queda, é a fidelidade ao grupo, conforme ressaltado neste relato:

A gente já tem o grupo que a gente acompanha, mesmo que seja diferente de salário, até pela consideração com o grupo que você acompanha a gente mesmo então tem um certo respeito. Então as vezes mesmo que o salário esteja mais baixo a gente fica mais por causa do grupo entendeu? Confiam na gente e a gente também tem um respeito com a pessoa a gente faz esse esforço pra poder tocar essa obra aí (Peão do espírito santo).

Muitos vão ficar porque sabem que por aqui que nem a situação de salário. Um dos melhores salários é aqui Rio, Niterói, essa área aqui nossa. Mas porque que eles correm o mundo para outro trecho, o salário do trecho da Bahia é isso aqui oh, uma mixaria (trabalhador encanador industrial 2). “Cada estado tem o seu piso salarial, vamos supor, Niterói na minha função o salário é maior que do Rio, você atravessou a ponte chegou no caju o salário já cai. Então a turma de lá vem pra cá. Indo pra Reduc (Caxias) o salário já é maior porque é maior. E assim , os estados de fora, do Nordeste o salário é bem menor, aqui pertinho, Macaé, o salário é baixíssimo (trabalhador encanador industrial 2)

Historicamente, a *rotatividade dos trabalhadores* em postos de trabalho foi elevada após a instituição do FGTS, isso ocorreu de forma significativa especialmente no setor de construção. Campos (2014) apresenta como características particulares do operário da construção que o aumento da rotatividade é determinado pela variação dos salários de uma empresa para outra³⁷⁵. Essa rotatividade é ainda maior entre os trabalhadores não qualificados.

³⁷⁴ O diretor do SINE destacou ainda que: “uma empresa igual a Petrobras estar La dentro de uma empresa numa construção de um grande potencial desses, proporciona isso na vida uma mudança economicamente na vida de várias pessoas então vira um atrativo muito grande então esse é o grande desejo de trabalhar lá. É justamente para poder ter esses benefícios”.

³⁷⁵ “De maneira preconceituosa, o engenheiro Aloysio Pinto, entrevistado pela revista O Empreiteiro, explicava a tendência pelo “primitivismo dos trabalhadores da construção, sendo a marca da ‘propria índole do brasileiro [que] é de não para muito tempo num só lugar. Alegando ‘espírito aventureiro’ o engenheiro sugeria que

Outra característica particular do operário de construção é o fato de essa indústria ser a principal porta de entrada para os trabalhadores na cidade e empregar muita mão de obra não qualificada, a sua origem, sobretudo rural. Em nossa pesquisa de campo, a *rotativa dos trabalhadores* foi apontada pelos entrevistados em função da questão da “quita” que eles definiram como “uma espécie de pé de meia”. Segundo o trabalhador local (trabalhador operador de trator 1): muitos trabalhadores da firma “saem porque querem pegar uma ‘quita’. Que nem eles falam. Quer pegar um dinheiro. As pessoas ‘vai’ para uma empresa aqui, vai pra outra. Ficam seis meses em cada empresa p’ra ‘pegar’ a quita”. O depoimento a seguir demonstra a subsunção total ao capital. Os trabalhadores também acusam os trabalhadores “de fora” de só entrarem na firma em função da ‘quita’:

As pessoas que vêm de fora eles trocam muito. Por que eles fazem, eles dão o nome de, “quita” que é tempo de casa. Então ele entra numa empresa, trabalha faz serão direto, hora extra direto. Sábado, domingo, não tem família, não tem ninguém aqui, fica tudo pra lá de onde eles vieram largam as famílias pra lá. Então eles trabalham direto, sábado, domingo, até tarde da noite, direto, não tem feriado, Por quê? Pra fazer uma quita alta. Deu oito meses, dez, onze meses, no mais tardar um ano já estão todos querendo meter o pé pra pular pra outra porque eles tem essa facilidade de você a chefia daqui (trabalhador encanador industrial).

E, ao contrário, os trabalhadores “de fora” acusam os trabalhadores “de dentro” de trabalhadores somente em função da “quita (trabalhador encarregado de andaime 4). Isso de pagamento e se for pegar pra ver a maioria do revezamento dentro do Comperj hoje é os próprio pessoal do local.

É porque você não perde nada. Porque você ganha muito. Vamos supor, se você ficar que nem eu fiquei, 3 anos, quase 4 anos dentro da Alusa [ex Alumini], eu panhei uma quita. Esse valor que eu peguei se eu tivesse passando direto e tivesse essa ponte indicando bota você cá, bota você lá, e eu pulasse 3 firmas eu panhava o dobro do que eu panhei. Porque eu panhava quita e já estava trabalhando. Vamos supor que eu fiquei um ano panhei 15 mil, panhei 15 mil de quita e já saio daqui já estou trabalhando na outra da frente, quer dizer, eu panhei 15 mil, não precisei usar pra nada porque já estou ganhando meu salário daqui já, trabalho mais um ano panho mais 15 mil, aí você até muda porque o salário vai aumentar vamos supor que eu pego 17 ou 18 mil de acordo com minhas horas extras que eu vou fazer também, pego aqui, já maloco ali de novo e já estou fichado na outra, com mais outra eu já pego 45 mil, 50 mil rápido com 3 anos de trabalho. Pulando de firma em firma. Então quem tem esse contato faz isso (trabalhador local 2) (trabalhador encanador industrial).

[...]

Então vamos supor, ele saiu da Alusa mas o amigo dele que tem a chefia da Alusa que liberou ele pra panhar a quita dele já entrou em contato lá na TAC (“Teag”) que é amigo dele e lá na Teag já indica, já saiu daqui e já entrou na Teag, e quando ele já está um tempo na Teag que já deu o tempo de pegar a quita também ele faz a mesma ponte. Ele fala que precisa da quita, ganhar a quita o cara vai indicar ele e vai passar pra outra (Ibid.) (Id. Ibid.).

‘entretanto a variação dos salários de uma empresa para outra influi muito no aumento da rotatividade’ (CAMPOS, 2014, p. 356-57)

Portanto, o critério social ele é determinado pela capacidade de se produzir, de se investir e um bom retorno é de lucratividade. Isso passa pela determinação do valor da força de trabalho, isso passa pelas horas de trabalho disponíveis, pelo mercado de trabalho qualificado ou não. Pelos subsídios que o estado vai favorecer aquele determinado investimento ou não.

Os alojamentos dos peões de obras situam-se como um instrumento para os donos dos meios de produção no contexto dos grandes projetos, obterem dos operários o total controle do seu tempo e da sujeição destes às intempéries fora dos canteiros de obras. Logo, a divisão sócio- técnica do trabalho no ambiente das obras determina formas de controle. Por exemplo, a separação entre encarregados e a mão de obra: “é assim, os funcionários que a empresa traz ela aloja. [...] E aqui tem uma deficiência de mão de obra e o custo de um alojado é altíssimo. Então assim, pra eles alojarem, eles alojam porque é necessário, porque não tem mão de obra local. Força de trabalho que é necessário” (assistente social 2) A empresa dá o alojamento. Mas se você optar, pode deixar o alojamento e alugar uma casa (trabalhador operador de trator 1).

Eles tem ajuda de custo enquanto eles estiverem trabalhando. Estando trabalhando de 3 em 3 meses eles podem visitar a família ele tem 3 dias ou 5 dias se não me engano que a firma dá e dá a passagem para ele ir em casa ver a família e voltar. Quando eles estão na república. **Se você vem e aluga uma casa que você vai morar num barraquinho por aqui, você não tem essa ajuda de custo. Mas não tinha. Mas agora se não me engano o sindicato estava brigando aí e vão dar pra todo mundo** (trabalhador encanador industrial).

Mesmo os que não estão no alojamento. E quando ele se desliga da empresa. Aí ele tem que se virar sozinho. Ele não tem essa ajuda. Ele já tem a quita dele a quitação dele . então ele panhou, tem o dinheiro pra ir embora se ele não quiser ele pula pra outra empresa e fica por aqui mesmo (Id. Ibid.).

Por exemplo ele sai de Uberaba e já vem com a equipe montada pra cá. Alguns montadores já vieram alojados. Entendeu? Já vem no alojamento, não pagam aluguel nem nada, tudo certinho, tem a folga direitinho, teve a folga de campo que é um período que você trabalha durante 3 meses, dependendo da distância tem gente que fica 2, 3 dias, tem gente que fica 4 pra estar indo em casa ver a família. (trabalhador montador de andaime 1)

Segundo Rubin (1987, p. 12), “Este processo de *valorização do capital é, ao mesmo tempo, um processo de desvalorização do trabalho*. Não só porque o capitalismo “desqualifica” sistematicamente a força de trabalho, dispensando as habilidades do trabalhador, até transformá-lo num mero supervisor da operação da maquinaria, mas também porque *o emprego crescente da máquina torna sua presença cada vez mais dispensável*. “ Muitos trabalhadores optam por não ficar no alojamento porque escolhem levar a família para

para morar próximo ao canteiro de obras. Como é o caso de um dos encarregados neste depoimentos:

Eu posso fazer essa escolha. Eles falaram assim: Ah [nome] você quer ficar no alojamento? Eu falei: Não. Prefiro pagar aluguel. Então eu posso ter essa escolha. Eles iam me dar uma ajuda de custo. Então você pode ir lá hoje numa boa. Eu vim de Uberaba e fiquei num hotel a diária nossa pagavam quatro mil reais para o encarregado no mês aí era o almoço, café da manhã e dormida, só isso e uma lavada de roupa. E eu tinha mais uma despesa por fora que era o meu cartão alimentação. Então minha despesa nessa altura nesse hotel chegaria a cinco mil e quinhentos reais. O meu custo para a empresa era cinco mil e quinhentos e aí vieram as passagens e tal e a cada 45 dias eu tinha direito de visitar a família que era 10 dias. Então nessa altura a minha despesa chegaria a seis mil e quinhentos reais. E o meu salário era menos que seis mil reais meu salário. A minha despesa era maior que o meu salário. Então eu passei lá na minha empresa e pedi: aí oh! vou trazer minha esposa. Aí o que é que eles fazem: então você vai ter aí 30% do seu salário. Então a empresa vai ter de gasto comigo de dois mil reais. Então eu passaria a ter quatro mil reais de despesa. Só que eu posso fazer essa opção. Essa opção fica boa pra mim e para a empresa. Davam opção deles...

O trabalhador que se antecipa ao lugar da obra e consegue um endereço para poder se “fichar” em alguma vaga de trabalho, abre mão do direito ao alojamento e dos benefícios dele advindo oferecidos pela empreiteira, então não tiveram escolha nenhuma tiveram que optar pelo aluguel abrindo mão dos benefícios pela força da necessidade de emprego.

Então pra mim fica mais em conta em qualquer lugar que eu for eu levar a dona Maria do que eu vim assim, porque se eu fosse a cada 3 meses em Vitória. Eu moro em Vitória ali, cinco horas de carro. A cada 15 dias se eu tiver que ir em casa eu creio que se eu ficar aqui que nem eu fico aqui é mais em conta pra mim. Eu acho muito arriscado, eu toda semana pegava um carro e andava 500km toda semana a cada quinze dias, de quinze em quinze dias 500 km pra ir e 500km pra voltar 100km eu acho arriscado é arriscar muito. Eu acho que isso aí é mais risco do que o meu próprio serviço (trabalhador encarregado de montagem 1).

Morar no local onde trabalha é mais seguro, pergunta um encarregado. A estrada é perigosa. No ambiente de trabalho se trabalha com seguro o tempo todo, mas na estrada fica sujeito aos acidentes, conforme o relato do trabalhador (trabalhador montador de andaime 2):

Porque querendo ou não no trabalho você tem a sua própria segurança. A gente trabalha e a gente precisa de segurança. Todos os dia de manhã a gente tem um sistema GPS tipo assim alerta de trabalho a respeito do risco entendeu? A gente está ali falando a todo momento. As vezes a gente está ali trabalhando o encarregado chega e chama a gente vem e fala um pouco, a gente tem que melhorar nisso aqui, a gente tem que isolar a área melhor. E a estrada, viagem é diferente por mais que você dirija você tem capacidade de dirigir você tem que dirigir pra você e para os outros. E querendo ou não tem muito motorista que é imprudente.

E quando você pega a estrada você se coloca em perigo: “porque a empresa oferece a cada 90 dias passagem pra ir em casa. Você fica aqui 90 dias não ir em casa tem dois dias de folga. Ai então ficava na Bahia. Na Bahia eles ficam 90 dias, dá 3 dias pra ficar em casa quando é sábado e domingo, dá 5. Então eu acho assim um percurso um tempo assim muito grande pelo tempo que eles trabalham, acho muito tempo pra ir em casa ver a família (trabalhador encarregado de montagem 1)

O trabalhador que vinha do campo muitas vezes não tinha onde morar na cidade e era comum que ele dormisse no canteiro. De modo geral, esses trabalhadores estavam instalados em alojamentos espalhados em vários municípios da região.

Em todos os lugares que dos municípios da região do Comperj “tem gente morando”, ou seja, os trabalhadores de grandes obras, destacando-se os municípios de Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, Manilha, São Gonçalo, Niterói, Maricá, Papucaia, Cachoeira de Macacu, Magé. Conforme sinalizado pelo trabalhador encanador industrial: “Tudo quanto é canto tem gente morando. Toda a área aqui tem. Centro de Niterói. Muitos aqui moram em república e outros alugam casas e moram em casas alugadas”.

Segundo outro trabalhador, o alojamento ou aluguel com ajuda da empresa protege e é seguro para o trabalhar, pra empresa isso também não é bom (trabalhador operador de trator 1). Ainda segundo este trabalhador, Tanguá, Itaboraí, Alcantara, Venda das Pedras, Rio Bonito, Silva Jardim. “Parece tão longe?” é mas as empresas colocam ônibus pra buscar o pessoal lá. Cada empresa ela vai para uma localidade, a empresa que eu trabalho ficou em Venda das Pedras num alojamento. Aqui em Tanguá já tem a TEAG em Venda das Pedras tem a da QGGI. Então isso vai é da onde que as empresas acham preço melhor também (trabalhador operador de trator 1).

Ao saírem da empresa, os trabalhadores têm que deixar o alojamento e até se fixar de novo, acabam alugando casa na região e perdendo benefícios do alojamento em função disso: “perdem o direito ao alojamento. E aí ele tem que se virar, hoje mesmo eu encontrei com uma pessoa em Itaboraí que ele trouxe até a família dele para cá. Ele já saiu da empresa que eu trabalho” (trabalhador operador de trator 1).

A empresa não tem compromisso com o retorno do trabalhador, já o trabalhador, “geralmente a mão de obra que eles trazem mais de fora é de encarregado pra cima, é dessa função para cima que vem mais de fora. Eu sou encarregado. Eu já vim contratado, com alojamento. Já vem com tudo, fora de campo e a mão de obra do campo, a força tarefa já é mais local. Porque já reduz mais o custo (trabalhador encarregado de montagem 1).

Mas há perdas de benefícios quando o trabalhador chega por conta própria. “O povo vem de mala [...], aí a pessoa vem aí você chama contrata... porque geralmente pião você não faz entrevistas. Ainda mais essas vagas. Aí quando a pessoa dá o endereço é local, a pessoa aluga uma casa aqui e perde todos os benefícios” (assistente social 3). Em relação ao que a empresa oferece ao trabalhador alojado, a mesma assistente social explica:

A pessoa quando é alojada, quando a empresa ela traz ela dá alojamento ela dá tudo, ela dá desde o almoço, café da manhã, jantar, ela dá toalha, eu falo assim, é uma mãe, ela dá tudo. Eu faço vistoria nos alojamentos eu vejo se está adequado, eu vejo tudo. Tipo assim, ta adequado as condições de conforto. Das subcontratadas também pra ver se não tem trabalho escravo. Tudo faço vistoria mensalmente. Vou de noite pra escutar reclamações deles porque é o horário que eles estão lá. Saber o que está acontecendo, tem alguma pendência, a comida está boa? O que eles acham que tem de melhorar. Eles falam assim: não trocou o lençol, aí eu tenho que estar resolvendo. Tudo isso. Passar oh pra administração. Oh o lençol não está sendo trocado. **Pelo menos essa empresa que eu trabalho hoje ela todas as obras tem uma assistente social** (assistente social 3)

Por mais que você esteja esperando atinge a autoestima. Ao mesmo tempo, assume uma *dimensão subjetiva* como identificado por Sennet (2006) como sendo a *corrosão do caráter*, um aspecto da precarização da subjetividade, com implicações ético-psicológicas, que atinge a *personalidade viva* da força de trabalho³⁷⁶. Em síntese, uma sociedade capitalista, dessa forma, é regida por mercadorias cujas trocas aparecem como elemento central das relações sociais e econômicas, com já vimos discorrendo, uma vez que as pessoas se relacionam a partir do que possuem. No mercado, as mercadorias realizam seu valor na forma capital dinheiro, então, mercado é apontado por Marx como sendo importante para a realização social do valor oriundo de trabalho incorporado às mercadorias.

Como também têm muitas pessoas cariocas que trabalham com a gente que pretendem também viajar pegar outra obra em outro local. Onze anos com a mesma equipe, termina uma obra e emenda em outra....

Então é onze anos trabalhando com as mesmas pessoas. Desde 2002 trabalhando e saindo de um lugar e indo para outro. Então sempre tem aquela oportunidade de trabalho. Você nunca vai ficar desempregado. É o meu caso o máximo que eu fiquei foi cinco meses parado por opção. Saindo de uma e já tem outra pela chefia que a gente trabalha e acompanha a tanto tempo. Então essas pessoas vendo isso também se interessam. Por onde vocês forem se tem obra saindo daqui a gente já tem outras obras pra fazer. Já quer que nossa chefia vá pra outra obra tocar outras obras (trabalhador encarregado de andaime 4).

Para entendermos o que está acontecendo nessa região de Itaboraí e nos municípios vizinhos a partir da chegada do Comperj que vem se constituindo em um divisor de águas, nesse primeiro momento de sua implantação, promovendo um verdadeiro processo de migração de trabalhadores de grandes obras, é necessário situarmos esse polo petroquímico no contexto do capitalista contemporâneo. Assim, vamos para a segunda parte desta apresentação

³⁷⁶ Para Sennet (2006), o ambiente de trabalho moderno não permite que as pessoas desenvolvam experiências ou construam uma narrativa coerente para suas vidas. As formas de trabalho que se expressam no capitalismo contemporâneo impedem a formação do caráter. Se antes, na *regidez das organizações hierárquicas* se importava com o senso de caráter pessoal, atualmente a *reengenharia das corporações flexíveis* que valoriza o trabalho em rede e equipes que trabalham juntas, importa é que cada um seja capaz de reinventar a toda hora. O autor sugere que é preciso recriar tanto o caráter da comunidade quanto o do indivíduo para que possamos enfrentar uma economia baseada no princípio de *sem comprometermos a longo prazo*.

que é refletirmos sobre o atual padrão de desenvolvimento capitalista, mas cidades onde as grandes obras acontecem.

Sobre a prevenção de acidentes, eis o depoimento de um trabalhador:

Olha, a gente só nunca opina em nada, a gente é só mesmo prevenção de acidente, é tipo assim, ao ver um trabalhador trabalhando sem cinto de segurança, sem segurança nenhuma, eu vou acionar os técnicos de segurança p'ra 'vim' até o local, eu posso até parar a mão de obra que ele está fazendo ali. Porque ele não tá apto para o trabalho por estar sem o cinto de segurança. Então eu chamo o técnico de segurança. O técnico de segurança vai abordar ele. Vai colocar pra fazer um treinamento na fábrica para ele ser qualificado.

Agora, se ele for pego pela segunda vez aí não tem jeito com ele, ele vai ser colocado p'ra rua porque ele não está qualificado p'ra trabalhar junto com a gente não. Ele tem que trabalhar com segurança. Quem faz a nossa própria segurança é a gente mesmo. Todo dia a gente fala isso. Todo dia a gente faz um Diálogo Diário de Segurança (DDS), a gente se coloca dentro da empresa e aqui fora também. É você vai dirigir, vai dirigir com atenção, com segurança (operador de trator 1).

O trabalhador passava a levar para a vida fora da fábrica, as orientações da empresa., tendo toda a vida do peão se orientando em função do trabalho.

4.2.2. Transformações às avessas: uma população para o capital³⁷⁷

A corrente impetuosa é chamada de violenta,
mas o leito de rio que a contém ninguém chama de violento.
A tempestade que faz dobrar as bétulas é tida como violenta
e a tempestade que faz dobrar os dorsos dos operários na Rua?
Bertold Brecht sobre a violência

A ideia de que o lugar também se reproduz a partir das determinações históricas específicas, se faz presente nesta análise. Veremos que a força das relações capitalistas, em sua saga pela valorização do capital, molda uma cidade inteira, quando não, uma região, como é o caso do Leste Fluminense. Ao considerar essa redefinição da dinâmica de vida e trabalho da região, a participação e o protagonismo da população que a compõe, fazendo parte de uma totalidade, entendemos que “nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital” (HARVEY, 2009, não paginado). Pois, a luta de classes também se reflete na luta pelo domínio do espaço, marcando a forma de ocupação do solo urbano, haja vista que ”o

³⁷⁷ Oliveira, 2003, p. 45-6.

Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas” (ABREU, 2013, p. 15)

Especificamente no cotidiano da cidade de Itaboraí, a presença dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj não passa despercebida: A eles e elas somam-se os ônibus que trafegam levando aqueles e aquelas que residem em outras cidades, como São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Tanguá e Duque de Caxias, entre outros.

Essa presença é sentida de uma outra forma nos finais de semana. Já não são os homens e mulheres de macações com cores de acordo com a empreiteira contratante. Nem mais os ônibus circulando com os trabalhadores nos horários fixos da manhã, por volta das sete hora ou no fim da tarde, mas, não passam despercebidos

[...] os diferentes sotaques, os hábitos alimentares, que fizeram surgir estabelecimentos e barracas informais de venda de comidas típicas do Norte e do Nordeste, e a busca por lazer, que fez tornar populares as festas de forró e shows de cantores e cantoras de arrocha (estilo musical popular no estado da Bahia). (IBASE, 2015, p. 35).

Tudo isso vem sendo apontado como indícios da mudança social e cultural em curso com a presença desses trabalhadores na cidade e na região. Como afirma Marx, “só conhecendo as leis econômicas conseguimos descobrir a conexão íntima entre os tormentos da fome das camadas trabalhadoras mais laboriosas e a dilapidação dos ricos, grosseira ou refinada, baseada na acumulação capitalista” (MARX, 2006, p. 763). A força de um grande projeto na transformação de uma região tem nos impactos do Comperj um caso exemplar, pois no Leste Fluminense, as expressões da “questão social” se (re)produzem de forma ampliada³⁷⁸, conforme passamos a apresentar³⁷⁹. É importante situar, inicialmente, que sobre esses impactos, existem os que vão desde o anúncio do empreendimento e envolvem o momento do seu apogeu na região, onde tem destaque um grande crescimento econômico, intenso fluxo migratório de trabalhadores para a região, grande geração de emprego para os canteiros de obras. Nesse período, foi considerado como aspecto positivo do empreendimento na região a geração de empregos, havendo até quem analisasse nesse fato a prova de que houve a experiência do “pleno emprego”³⁸⁰.

³⁷⁸ “A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, nos marcos da teoria social crítica, é entendida como reprodução da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições” (IAMAMOTO, p. 45-46).

³⁷⁹ As expressões relacionadas aos trabalhadores dos canteiros de obras frente á superexploração e demissões em massa serão analisadas adiante.

³⁸⁰ Visão que não compartilhamos em nossa análise, tendo em vista que, mesmo reconhecendo que a chegada do empreendimento ampliou possibilidade para a região em relação aos empregos, , porém este aumento ainda foi

Contudo, é necessário ser considerado o período de crise da Petrobrás ocorrida a partir de novembro de 2014 que chegou ao Comperj com acentuados reflexos negativos. A partir desse período, houve uma transformação ao avesso do que foi anunciado como desenvolvimento da região. Logo, este projeto, o Comperj, anunciado em 2006 sob o “manto do desenvolvimento” (MOREIRA, 2014), como todos grandes projetos de desenvolvimentos, quando chegam às cidades, como ocorreu em Itaboraí e no Leste Fluminense, chegam subjugados à natureza própria do capitalismo, exigindo expansão e crescimento sem limites. Porém, conforme observa Lênin, “esse desenvolvimento desproporcional, aleatório, aos saltos, não é desenvolvimento” (LÊNIN, 1987, p, 373).

Esta crise não atingiu somente o trabalhador direto do Comperj, mas a vida econômica das cidades da região, em especial, Itaboraí. Esse quadro foi o suficiente para gerar uma crise social, pois o dinheiro que movimentava a vida econômica na região havia parado de circular. Um clima de desolação havia tomado conta. As demissões em massa de trabalhadores nos últimos meses, estavam levando pequenos empreendimentos a partirem da região, os que ainda resistiam previam queda substancial em suas receitas.³⁸¹ Os reflexos da crise foram aos poucos tomando conta de vários setores, como por exemplo, o imobiliário que imediatamente passou a ter um número elevado de imóveis sendo vendidos ou alugados a preços baixos.

Já em 2009, havia indicações de que já não ia bem o processo de desenvolvimento da região. Em um dos Seminários entre os municípios que compõem o Conleste³⁸², o então Presidente deste consórcio, fez um diagnóstico dos efeitos positivos e negativos que os municípios já vinham sofrendo com o início das obras do Comperj, destacando os seguintes impactos:

o crescimento desordenado da população, com a proliferação de **assentamentos irregulares**, o estrangulamento na oferta de serviços de saúde, o colapso no sistema de transporte e a falta de vagas nas escolas, como os impactos negativos já sentidos em todas as cidades. Para combater esses efeitos e evitar os problemas que ocorreram em Macaé, que sofre um processo crescente de favelização, temos que **investir na qualificação profissional** da população, criando escolas de ensino técnico dentro dos próprios municípios. Só desta forma iremos **garantir que os empregos que serão gerados pelo Comperj sejam preenchidos por moradores da região** (NEVES, 2010 – grifo da autora)³⁸³.

abaixo das taxas de crescimento da população; houve ainda os embates intraclasse em função das vagas para a população local. Defendemos a ideia de que sob o capitalismo não há essa possibilidade de pleno emprego, as próprias leis que o regem não o permitem, pois ele necessita do exército industrial de reserva para se realimentar.

³⁸¹ *O Globo*, por Débora Diniz, 18/01/2015.

³⁸² Seminário Comperj sobre Desafios e Benefícios Socioambientais, realizado em 2009, no município de Itaboraí.

³⁸³ Em Jornal de circulação local, Gomide faz o seguinte comentário: Antes do Comperj, Itaboraí era uma cidade pacata e pobre. Estava na 62a posição em Índice de Desenvolvimento Humano do Estado do Rio, entre 92

Nesse processo de implantação do projeto foi se criando na cidade uma demanda muito grande em função do empreendimento, levando em conta que 90% da mão-de-obra havia chegado de fora de Itaboraí³⁸⁴. "Foi criado na cidade uma quantidade enorme de alojamentos, hotéis, trabalhadores, pessoal para trabalho temporário, casa dos engenheiros. Toda essa economia, ela foi implantada"³⁸⁵. Ou aspecto positivo que foi sendo destacado à época foi da área das finanças públicas, pois, como veiculado, “a receita de Imposto Sobre Serviços [ISS] do município multiplicou por seis desde 2010, de R\$ 46 milhões para R\$ 270 milhões. A arrecadação total da cidade dobrou”³⁸⁶.

A chegada de um empreendimento numa cidade marca também a subsunção desta ao capital, pois nos lugares “onde todas as facilidades são concedidas: terrenos vendidos a preços simbólicos, infra-estrutura completa, [...] são postas a serviço da nova industrialização.” (OLIVEIRA, 2003, p. 47), assim pudemos observar na dinâmica do município de Itaboraí e demais localidades do Leste Fluminense do Rio de Janeiro. Suas riquezas foram sendo disponibilizadas para o capital, todas as facilidades foram sendo concedidas pelo poder pública local.

Na experiência de Itaboraí e de toda a região Leste Fluminense, além dos impactos já evidenciados, ocorridos ao longo dos últimos nove anos, um outro agravante vem ocorrendo desde novembro de 2014.

Conforme observa Abreu (2013, p. 15) “A estrutura espacial de uma cidade capitalista não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas”. Nesse sentido, o depoimento de um trabalhador da Bahia é revelador, pois aponta o lado positivo do Comperj, uma vez que a cidade está prosperando em função do empreendimento, pois antes era extremamente atrasada, como destacava em seu depoimento:

Impacto positivo. É o que ta vindo pela frente, entendeu? Então é sinal que o negócio está mudando e ta mudando pra melhor. Agora quem vai administrar essa parte aqui né aí já fica p'ro outro lado”. Esse trabalhador explica melhor: [...] chegou em Itaboraí a gente encontrou coisas que a gente não encontra na nossa região. Por mais que a gente more bem, eu não moro na capital, eu moro no interior da Bahia, onde eu moro p'ra Salvador é uma hora de ônibus. Que nem daqui para o centro do Rio. Mas só que a gente vê coisa lá que a gente vê aqui hoje aqui você ainda encontra esses postes de eucalipto de madeira isso há muito tempo já saiu de linha isso aí. Então o progresso de lá do interior, já está mais avançado que isso daqui. Hoje você já vê depois de três anos aqui, p'ra você vê não tinha nenhum prédio aqui, e hoje você vê no centro de Itaboraí os prédios já. Porque ‘ta’ subindo, porque estão

municípios. Em Itaboraí, apenas 1% das residências estão ligadas à rede de esgoto, e só 29% conectadas à rede de água – o restante usa poços.

³⁸⁴ *Jornal do Brasil*, em 03/04/2015.

³⁸⁵ *Idem*.

³⁸⁶ *Jornal de Itaboraí*, Raphael Gomide, 21/11/2014.

pensando no Comperj. Não é que a gente vai ficar aqui não, mas o progresso aí, (trabalhador encarregado de andaime 3).

Até então, o município tinha de pouco mais de 180 mil habitantes (na atualidade tem 227 mil, crescimento de mais de 40mil), onde as pessoas se cumprimentavam pelo nome e dormiam de janelas abertas³⁸⁷. A partir de 2006, a população cresceu rapidamente, com a chegada de trabalhadores e suas famílias, pressionando por serviços públicos que já não eram lá um modelo de eficiência. Juntos, vieram a inflação e a especulação imobiliária que deixaram os aluguéis cobrados em Itaboraí em meados de 2015 comparáveis aos do Leblon, Zona Sul do Rio³⁸⁸.

Na Avenida 22 de Maio, principal via do centro de Itaboraí, o trânsito intenso começa às 5 horas da manhã. É o horário em que os ônibus de trabalhadores e os caminhões do Comperj dão início ao engarrafamento diário, a caminho do trabalho. À medida que as horas passam e o sol quente de Itaboraí sobe, a avenida movimentada e empoeirada se transforma numa sauna seca, superlotada, a céu aberto. Andar pelas calçadas estreitas e desniveladas, repletas de barracas de camelôs, sem esbarrar em ninguém, demanda atenção e perícia do transeunte. Acidentes e atropelamentos se tornaram mais frequentes, em razão do grande número de veículos, da má qualidade das vias públicas e da ausência de sinalização adequada e de passarelas. São 900 ônibus só do Comperj. Há um fluxo intenso de caminhões de equipamento pesado passando pela cidade – 95% das ruas são de terra.³⁸⁹

No entanto, se a obra do Comperj era positiva para o crescimento do lugar na opinião de um, na de outro, um trabalhador com experiência no trecho, analisa que já não foi tão bom assim. Segundo ele, os trabalhadores chegaram para o trabalho e a cidade não estava preparada, não tinha condições nenhuma de bem estar. Sua constatação era a de que “trouxeram uma obra sem preparar a cidade. A cidade não estava preparada para receber essa obra”:

Vou te dar um exemplo aqui de Itaboraí: está tendo muita mão de obra, saneamento básico nenhum. O pessoal ‘ta’ dentro do Comperj da seguinte maneira: mão de obra, mão de obra, e não está pensando na população. Está tendo muita poluição se você observar bem está tendo muita poluição. Vai causar mais transtorno porque o pessoal está jogando prédio em cima de prédio. Se você também reparar bem, Itaboraí não tem capacidade de estar recebendo a expansão da obra do Comperj. Ela não tem capacidade nenhuma. A região não estava preparada para isso e não está. Até porque vamos dar um exemplo, pessoas de fora, pessoas de fora às vezes querem viajar tem que chegar na empresa e conversar com o encarregado: poxa, vou sair meio dia porque tenho de viajar a noite eu tenho que dar um jeito de chegar no Rio, eu tenho de sair daqui p’ra ir lá pro Rio p’ra conseguir pegar um ônibus uma condução p’ra pode chegar, porque aqui não tem. Até porque tem lugares menores,

³⁸⁷ Uma cidade dormitório, mais conhecida por suas laranjas, cerâmica e quebra-molas do que pelo fato de ter abrigado um dos portos mais importantes do Império, o Porto das Caixas. Sim, o IDH era baixo, mas as expectativas também. Os moradores mais antigos se assustaram com tamanha confusão e com tantas caras novas que chegaram à cidade; já os mais jovens se encheram de esperança. Era mesmo excitante viver numa cidade tão próspera que assistia à chegada de hotéis de grandes redes, centros comerciais, prédios de luxo e shopping centers, entre outras novidades. *O Globo* Helil Cardozo 28/02/2015.

³⁸⁸ *O Globo* Helil Cardozo 28/02/2015

³⁸⁹ (Jornal *O Itaboraí*, Raphael Gomide, 21/11/2014.

menor do que Itaboraí que tem tudo que você imaginar: transporte, saneamento básico, são as cidades pequenas, mas que estavam preparadas e aqui não está. (trabalhador montador de andaime 1)

[...] eu acho que **trouxeram uma obra sem preparar a cidade**. Quase em todo lugar acontece isso. Tinha que ter um preparo pra cidade pra depois trazer tanta mão de obra (roda de conversa com um grupo de **trabalhadores da Bahia**)

Uma cidade que passa a se organizar para expropriar o trabalhador, conforme a vida da cidade em relação aos que vêm de fora, achando que este tem dinheiro. É a cidade para o capital:

Antigamente, quando não tinha Comperj o aluguel aqui você pagaria R\$ 300,00, hoje você vai numa casa, não desmerecendo a casa que você não tem capacidade do valor que eles estão querendo, eles pedem R\$ 700,00. O pessoal acha que o Comperj, chegou as pessoas que vêm de fora têm condições, é rica. As pessoas não têm noção do que é o capital. As pessoas não estão tendo visão do que é o capital, do que é dinheiro de verdade. Eles acham que dinheiro é assim, dinheiro você vai ali ganha, as pessoas que vêm de fora, têm que pagar aluguel, têm as famílias, têm as coisas de uso pessoal também (trabalhador montador de andaime 12).

É o custo de vida que aumenta na cidade, que vai moldando as relações, colocando trabalhador contra trabalhador: “quem vem de fora também passa sufoco”, dizia um dos trabalhadores da Bahia. Segundo ele, não que não vá pagar, mas atrasando. Aí são pessoas que vêm de fora, aí causam esse desespero. Às vezes, querendo ou não, quem vem de fora o custo aqui é alto. Dependendo da função, você passa apertado mesmo. Isso vem ocasionando tudo.” Outro trabalhador destacava que “Porque você pode perceber que o custo aqui, o valor dos produtos alimentícios aumentou muito depois do Comperj. Porque onde eu moro o feijão está numa diferença de preço absurdo daqui. Alimentação mesmo que eu estou falando” (trabalhador montador de andaime 12).

Como expressão dos embates intraclasse, conforme tratado anteriormente, no exemplo dado por um trabalhador local, há uma atribuição de culpa ao que vem de fora em relação a crise, transformando os migrantes em culpados pelos altos preços:

Eu vi aqui o papo do impacto sobre **banco que é precário**. Não consegue suportar esse monte de gente aqui. Um senhor uma vez, eu fui num banco aqui e ele veio com maior ignorância p’ro meu lado assim, [...]: por causa de vocês que ‘tá’ desse jeito assim. [...] Quando vocês vierem p’ra cá eu conseguia com esse salário aqui fazer uma compra. Hoje eu pego o meu salário e não consigo fazer um terço da compra. Porque vocês vieram, o saco de arroz de cinco quilos foi p’ra 10 e 12 reais (trabalhador encarregado de andaime 1).

Mas também culpando o poder público local pela não fiscalização: “[...] nesses supermercados aí, eles fazem aumento por conta. Então deveria ter uma fiscalização melhor pra isso aí. Porque o fiscal deixa de banda e aí a população que ganha um salário tá descendo entendeu?” Em relação às alterações locais, os impactos e suas possibilidades geram temores e medos nos trabalhadores do lugar:

[...] a gente morador tá acostumado com o jeito daqui, conhece todo mundo e vem gente de fora que ninguém conhece, vem muita gente boa, vem, mas vem muita gente que... e vai instalar por aqui. Porque o que acontece, quem quer ver Tanguá amanhã, vê o que é a Reduc hoje. Chega na Reduc você vê aquele favelão em volta daquilo lá. Então é, e a Reduc não é nem a metade do Comperj. Isso aqui vai fazer uma revolução total de população que vai chegar por aqui e vai mudar todo o sistema por aqui. Já está mudando (trabalhador encanador industrial).

Entra porque, tipo assim, que nem Itaboraí, tá largada em termos de prefeitura. Aonde que você anda em Itaboraí você só vê aquelas ruas todas esburacadas. [...], você vê esgoto indo p'ra um lado e p'ro outro. Eu acho que mais pra frente vai ter que ter melhoria. Mas vai ter muito impacto porque está vindo muita gente morar em Itaboraí também. Então o que o pessoal está com medo é de virar até favela. (trabalhador operador de trator 1).

Os impactos chegam também ao meio ambiente, havendo uma eclosão de tensões ambientais, como por exemplo³⁹⁰, a indústria do petróleo e conflitos ambientais na baía de Guanabara: o caso do Comperj é um dos temas mais explorados. Outro destaque é em relação ao tema “dramas desenvolvimentistas, acesso à informação e conflitos ambientais.” Os constantes conflitos ambientais ocorrem recorrentemente, como o assassinato dos pescadores na Baía da Guanabara em função de denúncia dos impactos socioambientais provocados pelo COMPERJ³⁹¹. Concordamos com Moreira quando analisa que:

Gaia sofre os resultados das ações desmedidas, mas [...], assim como em outros tempos de reorganização climática e reconstrução dos seres, ela saíra vitoriosa [...] O capitalismo, máquina de moer vidas, está funcionando a todo vapor triturando vidas de bilhões de pessoas e de outros seres da biodiversidade. [...] A mãe Terra clama para ser salva, pois está sendo crucificada impiedosamente pelos grandes projetos capitalistas. Medo, insegurança e instabilidade atingem a todos (MOREIRA, 2014, não paginado)

É a acumulação que explora os trabalhadores e também destrói o ambiente, uma rompendo a relação dialética homem-natureza, prevalecendo o fetichismo da mercadoria, que

³⁹⁰ Agenda 21 Comperj São Gonçalo.

³⁹¹ No final do mês de junho, os pescadores Almir Nogueira de Amorim e João Luiz Telles Penetra (Pituca), membros da Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), foram brutalmente assassinados, causando profunda indignação a todos aqueles e aquelas que acompanham a luta deste grupo contra os impactos socioambientais provocados pela indústria do petróleo e gás, em especial, pela PETROBRAS. As investigações vêm sendo conduzidas como se a motivação para os crimes fosse uma mera disputa territorial entre pescadores artesanais e “curraleiros”, desconsiderando a ausência de fatos concretos que justifiquem a adoção desta linha investigativa. Para que se possa chegar aos executores e mandantes destes crimes, é de fundamental importância que se analise todas as possibilidades dentro do contexto mais amplo em que estão inseridos. Não se pode ignorar, por exemplo, que já foram registrados, em 2009 e 2010, outros dois assassinatos de militantes da AHOMAR e que Alexandre Anderson de Souza, presidente da associação, desde então, faz parte do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, vivendo 24 horas por dia com escolta policial, justamente, por sofrer constantes ameaças de morte sempre que os pescadores intensificam suas denúncias sobre os impactos relacionados ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ. Portanto, foi neste cenário de acirramento dos conflitos socioambientais entre a PETROBRAS e os pescadores artesanais da Baía de Guanabara, de pressões políticas diversas para que condicionantes do licenciamento do COMPERJ fossem flexibilizadas e de reconhecimento e apoio de diversas entidades e movimentos sociais para que a AHOMAR prossiga com sua luta, que Almir e Pituca foram assassinados, ficando evidente a necessidade de que qualquer investigação considere este contexto e tenha como foco aqueles que possuem interesses diversos relacionados a este empreendimento (Diretoria da ASIBAMA/RJ, em 11 de julho de 2012).

se sobrepõe invertendo as relações. A “a natureza precisa de tempo para se recuperar das agressões” (MOREIRA, 2014).³⁹². Dada a própria natureza do capitalismo, esse processo de transformação não pode ocorrer de outro modo senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções:

aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro, o progresso da agricultura afeta aspectos da economia rural que variam segundo as regiões, o desenvolvimento do comércio e da indústria supera o da agricultura etc” (LÊNIN, 1985 p. 373).

No bojo dessa crise a exacerbação de queixas em função das expectativas frustradas, tendo em vista que se esperava desenvolvimento com melhorias na infraestrutura local, geração de emprego para a população, frente ao quadro que se apresentava, era desabafado³⁹³

Até agora o Comperj só gerou empregos para os “pedreiros”, os operários da construção. Eles próprios começam a ir embora por causa das dimensões mais modestas da obra”. Dos 30 mil que havia no auge, restam 17 mil (*Jornal de Itaboraí*, 21/11/2014)³⁹⁴.

A escola técnica federal que Lula prometeu construir há oito anos ainda está em obras. Dias atrás, quando *ÉPOCA* esteve em Itaboraí, não havia nenhum operário no local. Segundo o diretor da unidade, César Dias, uma nova licitação foi feita, e as obras deverão recomeçar em breve. A escolinha privada de Alberto Silveira, a ANS, também está em crise³⁹⁵.

Metade de 2015 toda a cadeia produtiva que envolvia o Comperj foi sendo afetada. Mexeu inclusive com as vidas das cidades de origem dos trabalhadores trecheiros e dos demais trabalhadores que chegaram à cidade em função de trabalho. As regiões de origem desses trabalhadores também vão sendo afetadas. Ao deixarem de enviar dinheiro para estes lugares do país, estas cidades também passaram a sofrer os reflexos da crise.

O *boom* econômico que havia possibilitado a construção de novos hotéis, que edificou os prédios residenciais e comerciais que passaram a se destacar na região, o aquecimento de centros comerciais nunca até então visto naquela contextualidade, na metade de 2015 pareciam ter chegado ao fim. Nesse momento, a cidade de Itaboraí, por exemplo, como foi

³⁹² Sofrido pelas investidas do capital em sua exploração, tem a consolidação e o agravamento da "questão social" existente em suas dependências marcadamente por um processo semelhante de exploração, caracterizado pela desconstrução de culturas tradicionais, aliciamento dos povos locais aos novos padrões de relações impostas, danos ambientais e geração de riqueza externa em detrimento da interna.

³⁹³ Reações em rede social expressavam o clima de ódio nas relações políticas desencadeadas no país após as eleições de 2014 se misturavam com o quadro de grande repercussão desses trabalhadores no âmbito da Petrobrás. Se de um lado havia manifestações agressivas, tais como “Sem querer parecer politicamente incorreto, mas não foi essa “peãozada” que votou na Dilma (...). Que sofram 10x mais, que passem fome, que comam o pão que o diabo amassou” (*Comperj On Line*, janeiro 2015).

³⁹⁴ Ou seja: “sem a linha de produção de petroquímicos, muitas fábricas cancelaram os planos de se instalar na região. O tipo de emprego gerado é bem diferente do que se imaginava. Os candidatos que chegam diariamente à cidade são, na maioria, serventes e ajudantes de pedreiro, entre os homens, e auxiliares de limpeza, entre as mulheres.” (*Jornal de Itaboraí*, Raphael Gomide, 21/11/2014).

³⁹⁵ *Jornal de Itaboraí*, Raphael Gomide, 21/11/2014

bastante explorado pela mídia do momento, passou a ser vista como uma “cidade fantasma”, com lojas fechadas e placas de “aluga-se”, pois “os dias considerados felizes estavam chegando ao fim”.

Desde dezembro não me pagam um centavo, não tenho plano de saúde, devo dois meses de aluguel, implorei para que não me colocarem na rua e sobrevivo porque meus colegas me dão um quilo de arroz, de açúcar”. , lamenta Júlio Alves da Silva, 42 anos, que trabalhou na empresa quando chegou de Salvador (nordeste) há quatro anos³⁹⁶.

Como demonstrado em várias reportagens de jornais locais e de grande circulação no país, “Itaboraí sonhou com a riqueza quando Lula anunciou uma obra da Petrobras na cidade. Hoje, seus moradores sofrem com o desemprego, os preços altos e a violência”. Em *O Itaboraí* de 21/11/2014, analisava-se que a

A construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj, transformou o município de Itaboraí numa espécie de Eldorado de Carajás. Como o garimpo paraense, a cidadezinha da região metropolitana do Rio de Janeiro prometia oportunidades de emprego e enriquecimento.

Oito anos depois do lançamento da pedra fundamental, pós discurso do Presidente, “o Eldorado virou poeira. Itaboraí se tornou um caos com problemas de trânsito, índice de criminalidade crescente e rede de saúde em colapso”. (Jornal *O Itaboraí*, 21/11/2014). A Violência aumentou vertiginosamente em Itaboraí³⁹⁷. De janeiro a agosto, os homicídios subiram 31% em comparação com 2012. Os roubos de veículos, a transeuntes e a estabelecimentos comerciais dobraram, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP). [...] Tendo havido ocorrências de estupros registrados na escala de um a cada três dias, facilitados pela má iluminação³⁹⁸.

Se você pegar a estatística de 2010 a estatística de violência de Tanguá era uma e hoje deve ser maior porque essa mão de obra começou a gerar um aumento da criminalidade, falta emprego, falta trabalho. Porque a estatística da criminalidade só aumenta. Todo lugar que nós passamos é assim. Por isso que as empresas criavam essas condições de voltar com a gente, pra sua localidade, pra não gerar tanta violência (trabalhador encarregado de montagem 1)

Uma das assistentes Sociais relatou sobre a expansão de pontos de prostituição em vários lugares inclusive envolvendo adolescentes, tendo sido verificado o aumento de

³⁹⁶ Em Yahoo Economia. 20/3/2015.

³⁹⁷ Os cofres públicos sofrem o impacto com a crise do Comperj. A arrecadação de ISS, que já foi de R\$ 30 milhões/mês, está em R\$ 18 milhões e deverá cair em breve para menos da metade. Como atender à demanda por serviços públicos de uma população que cresceu, segundo o IBGE, mais de 20% em tão pouco tempo? A matemática não fecha. *Helil Cardozo é Prefeito de Itaboraí. O artigo foi enviado por Mário Assis. As demissões repercutiram na receita fiscal de Itaboraí. No ano passado, dos R\$ 20,9 milhões arrecadados com impostos pela prefeitura, R\$ 18 milhões foram provenientes do Comperj. O governo agora procura alternativas para contornar os efeitos da crise financeira que atingiu em cheio os mais diversos setores produtivos na cidade. (Jornal do Brasil, Cláudia Freitas, em 03/04/2015). Além dos problemas gerados pelo superpovoamento, a queda na arrecadação de impostos é outra preocupação da prefeitura. "Para no meio a obra, não recebe o ISS e sabe lá quando vai receber o ICMS. Tudo que a gente gostaria é que a obra acabasse já.*

³⁹⁸ Jornal *O Itaboraí*, Raphael Gomide, 21/11/2014.

gravidez na adolescência. Entretanto, um trabalhador do trecho analisa um aspecto positivo da experiência do Comperj:

Na verdade, pelo lugar que eu já vi, que vai dar impacto pelo que eu sei que voc[^]quer saber, eu acredito que aqui foi um lugar que a gente menos viu um impacto negativo. Porque qual pode ser um impacto negativo. Muita gente como eu passei no Pará em 2002 o que você mais vê lá são filhos abandonados. Filho de pião. Aqui você não vê isso. Você não vê esse tipo de impacto aqui. No Pará eu vi e vi muito. Menina de 14 anos com 3 ou 4 filhos. Você pergunta cadê o pais? Ah é pião de firma que passou por dentro de uma obra, arriou e foi embora. Aqui você não vê muito isso. Pelo menos eu não vejo muito isso. A gente roda aqui e não vê esse tipo de impacto. (trabalhador montador de andaime 3)

Portanto, um temor paira sobre a preocupação da maioria, e essa preocupação tem um porque: medo da bandidagem, da favelização, do desemprego “Macaé acabou a construção da refinaria de Macaé a bandidagem cresceu muito mais e hoje você não como você circular em Macaé porque... se você encostar um carro está arriscado ficar sem os 4 pneus dentro de um minuto” (trabalhador operador de trator 1).

Paulo Souza, gerente de um outro estabelecimento do vestuário, relembra os bons dias do comércio de Itaboraí. "Existia muita gente na rua, muitas pessoas que vieram de outros estados. Eram essas pessoas que alimentavam o comércio, os grandes supermercados, os grandes centros, as lojas em geral". Ele estima que a queda nas vendas chega a 40%, mas pode piorar com os desdobramentos da operação Lava Jato, que ainda oferece um ambiente de insegurança aos trabalhadores das empresas terceirizadas, que acabam optando por economizar nas compras, por temer novas demissões. "Hoje o pessoal de Itaboraí está indo para outras cidades, São Gonçalo, Niterói, Rio de Janeiro, a procura de emprego para manter família, porque dentro de Itaboraí é quase impossível", acrescenta ele³⁹⁹.

Os calotes praticados pelos desempregados passam a ser recorrentes na cidade após as demissões em massa causando, criando-se uma legião de demitidos comprando a crédito que deixaria de honrar nos meses seguintes. Aluguéis, alimentos, remédios... Virou um ciclo de calotes na cidade, onde cada morador tem uma história de prejuízo para contar⁴⁰⁰.

De polo petroquímico, o Comperj virou refinaria. O que inicialmente deveria terminar em 2013, agora só em 2017. Vieram as greves dos trabalhadores, primeiro sinal de que alguma coisa ia mal. Na sequência, o escândalo do petróleo e a queda do preço do barril de petróleo para menos da metade do que valia há dez anos, ameaçando seriamente inviabilizar o pré-sal e a própria Petrobras⁴⁰¹.

³⁹⁹ *Jornal do Brasil*, Cláudia Freitas, em 03/04/2015.

⁴⁰⁰ Matéria de *O Dia* Crise do petróleo afeta até prostituição” veiculada em 03/03/2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-03-13/crise-do-petrolao-afeta-ate-prostituicao.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015

⁴⁰¹ *O Globo* Helil Cardozo 28/02/2015

Este prefeito destaca ainda que a maior carência do município é na área da saúde⁴⁰², e, neste sentido, não restando outra alternativa que não a de recorrer às políticas sociais. Sobre essa opinião do gestor do município, pode-se ser apontado que também resta como alternativa a revolução, pois não esperamos que a classe trabalhadora fique só a mercê das políticas sociais, recorrendo só a elas – que são as principais ferramentas de trabalho dos assistentes sociais – esperamos que a classe trabalhadora se liberte disso.

Na teoria social de Marx, vimos que na lei geral da acumulação capitalista que está mistificada em lei natural, “o trabalhador existe para a necessidade de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (2006, p. 724)⁴⁰³.

De acordo com Ianni (1989, p. 147), “a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”. Sua argumentação parte da ideia de que há um desencontro entre sociedade e economia, em que as expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir. Sendo assim, “a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social” (Ibid., p.154).

A organização classista e a consciência de classe dos trabalhadores e sua forma de enfrentamento às investidas do capital, diante das expressões da “questão social” que se acirram nessa realidade em que vem transformando a vida de muitas cidades brasileiras, em especial, evidenciada a experiência do Comperj nosso contexto investigativo.

4.3. Dos embates intraclasses à luta de classes: “pedaços de tensão, de suor, de descaso e de corações partidos”

⁴⁰² Há dez anos, havia três casas de saúde em Itaboraí. Todas fecharam. Só restou o Hospital Municipal Leal Junior, sobrecarregado com o crescimento da demanda por atendimento de 1.000 pacientes a mais por mês. “Se você for ao hospital agora, a emergência está lotada, sem vaga para internação. Nas duas vezes em que houve acidentes no Comperj (*num deles houve um morto e 22 feridos*), parou o hospital”, diz Cardoso. Ele obteve R\$ 15 milhões em emendas parlamentares para reformar as instalações. O produtor musical Sérgio Espírito Santo diz ter sentido na pele o problema. “Minha mãe morreu por erro médico no hospital municipal. A cidade só perdeu com o Comperj. Antes, não tinha camelô na rua. O trânsito está caótico. Está tudo caro.”⁴⁰² (Jornal de Itaboraí, Raphael Gomide, 21/11/2014)

⁴⁰³ Segundo esse autor: “Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos” (Id., *ibid.*)

Tempos de criar, tempos de escolher.
 Tempos de plantar os tempos que iremos colher.
 É tempo de dar nome aos bois,
 De levantar a cabeça
 Acima da boiada,
 Porque é tempo de tudo ou nada.
 É tempo de rebeldia.
 São tempos de rebelião.
 É tempo de dissidência.
 Já é tempo dos corações pularem fora do peito
 Em passeata, em multidão
 Porque é tempo de dissidência
 É tempo de revolução
Mauro Iasi⁴⁰⁴

Esta seção toma alguns aspectos do cotidiano dos trabalhadores do Comperj relacionados à experiência de rebeldia, mobilização, greves e tantas outras expressões das lutas que expressam sua resistência e capacidade combativa, enquanto classe social, frente à expropriação e exploração, frente à negação de direitos. Tudo isso resulta de uma série de contradições das condições históricas gerais as quais a classe trabalhadora vivencia na história do país, especialmente no campo das relações que envolvem desenvolvimento e grandes obras.

Nesse sentido é demonstrado, neste início do século XXI no Brasil, o desenvolvimento histórico da luta de classes, segundo Marx (2006), a partir da extensão das contradições operadas desde a superpopulação relativa, no processo de acumulação do capital. Nesse contexto os trabalhadores vão formando a consciência de sua própria dignidade, o que o leva à experiência de realizar a passagem de *classe em si* para se constituir *classe para si*.

Historicamente, o capital apresenta-se como uma relação social calcada nas lutas e contradições de classe, o que nos compele a compreender o processo de produção, especialmente através das relações capitalistas de produção em seu dinamismo, ou seja, em seus conflitos imanentes. Logo, visando analisar as questões relacionadas a classes,

⁴⁰⁴ Fragmentos da Poesia “Dissidência ou a Arte de Dissidiar”. Do Jornal *Algo a Dizer*. Edição 69, junho de 2013.

organização político-sindical e as lutas de classes no contexto do Comperj, buscamos situar: as desigualdades geradas pela precarização das condições de trabalho, da perda de direitos que constituem expressões da “questão social” que se acirram nessa realidade; a classe trabalhadora que vai a luta em função dos direitos trabalhistas negados; as metamorfoses no perfil da classe trabalhadora na região; a consciência de classe a partir das resistências, lutas, rebeliões; as determinações relacionadas à vivência do trabalho e de suas contradições no âmbito de um grande projeto. Todos esses são fatores fundamentais para sintetizarmos as questões e desafios presentes nessa dinâmica regional afetada por um grande projeto de desenvolvimento⁴⁰⁵.

Frente à crise político-institucional desencadeada no final de 2014, que implicou nas investigações da Petrobras, destacamos o que vem se verificando nessa conjuntura: se há superexploração do trabalho e direitos trabalhistas negados, há também expressões de luta e resistência por parte dos trabalhadores de grandes obras e da população local afetados por esse quadro de crise que se instalou; se o processo de precarização pela terceirização vem diminuindo o poder de organização dos trabalhadores, contudo, não o elimina. Portanto, damos visibilidade especialmente à força dos trabalhadores de grandes obras que se manifestam no movimento histórico do contexto de um grande projeto de desenvolvimento econômico numa região, com repercussão maior, como na expressão de Lênin (1985), que a sua proporção numérica no conjunto da população.

Nessa dinâmica que se instaurou na conjuntura de final de 2014, pudemos perceber como os embates e o acirramento das lutas de classe instigou nos trabalhadores uma necessidade de apropriar-se do próprio destino coletivamente e a organização das lutas foi possibilitando o desabrochar do potencial de trazer às consciências, enquanto classe social, a capacidade de buscar a alteração da realidade a partir de suas ações presentes.

Os embates intraclasses, que vimos anteriormente na seção 4.2, se repõem nesse contexto em forma de organizações e lutas por direitos nas relações e condições de trabalho, onde as diferenças de condições e oportunidades que separavam trabalhadores do trecho, os migrantes que se aventuravam por conta própria, e o trabalhador do lugar já não têm tanta importância assim.

⁴⁰⁵ Desde o início do processo de construção do Complexo em Itaboraí, além de acompanhar as implicações relacionadas à vida na cidade e nos municípios vizinhos, tendo em vista que esses lugares não estavam preparados para acolher um contingente tão grande de novos habitantes, também pudemos acompanhar muitos conflitos relacionados ao cotidiano de trabalho nas empreiteiras e às paralisações, greves e diversas formas de violências praticadas contra os trabalhadores.

A “questão social” se evidencia, nesse momento, nos conflitos de classe envolvendo as empreiteiras, o Estado – a partir da Petrobrás e do poder público local –, trabalhadores trecheiros de grandes obras e população local. As desigualdades fundamentais entre as classes são exponencialmente evidenciadas nessa realidade e demonstradas neste estudo. De um lado, têm as construtoras que concentram e centralizam capitais, de outro, os trabalhadores trecheiros e locais que são expropriados e superexplorados. Nesse contexto da divisão social do trabalho, vê-se implícita a contradição envolvendo o interesse do indivíduo singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos nesse processo, onde a desigualdade entre sujeitos é percebida como expressão da desigualdade fundamental entre classes. Confirma-se assim o processo da reprodução contraditória das relações de classes como resultado das condições de continuidade da produção capitalista e de suas fraturas, pois a ampliação do capital e o aumento do proletariado são produtos contraditórios do mesmo processo. Se houve desmonte de direitos numa contextualidade neoliberal, se há negação de conquistas trabalhistas construídas pela classe trabalhadora no Brasil desde os anos de 1930, e trabalho análogo a escravo nesta entrada do século XXI, essa luta se constitui, no contexto de um grande projeto, o Comperj, um caso exemplar.

4.2.3. Fúria operária, rebeliões, resistências: a manifestação plena da “questão social”

Negar a luta de classes é negar a realidade.

José Alberto Mujica

O trabalho como ato fundamentalmente humano e histórico, como já analisado, que propicia conteúdo à vida e cria a ideia de liberdade, não obstante o processo de trabalho capitalista calcado na contradição capital-trabalho esconde *uma relação de dominação de quem não produz sobre quem produz diretamente* (MARX, 2006).

Existem duas vertentes para a crise no Comperj que levou a um processo de demissões em massa desde final de 2014. A primeira é atribuída às investigações da Petrobrás a partir da Operação Lava Jato, tendo por consequências tanto a investigação também das empreiteiras contratadas para as obras, o que gerou o bloqueio de suas contas corporativas impedindo-as de honrar compromissos com os trabalhadores, quanto o corte de repasse de *royalties* do Petróleo

para os Municípios⁴⁰⁶. A segunda vertente é a de que as obras estavam sendo concluídas, os contratos das empresas sendo encerrados e, por isso, ocasionando as demissões conforme o cronograma previamente definido. Essa argumentação gera bastantes controvérsias tendo em vista que compõe as próprias denúncias e investigações a contradição entre os bilhões superfaturadamente investidos, tendo as obras sequer avançado em um terço do que foi planejado.

Mas, antes que no cotidiano das relações de produção e reprodução sociais a crise de final de 2014, que ganhou grande dimensão em 2015, pudesse ser sentida, pudemos observar que os problemas nas condições e relações de trabalho no Comperj geravam alguns tensionamentos já bem antes. Por exemplo, em 2011 foram sendo registrados algumas ocorrências de paralisações. Mais de oito mil funcionários das empresas terceirizadas entraram em greve tendo por principais exigências a equiparação dos salários às das outras obras da Petrobrás, pela exclusão da taxa cobrada pela participação nos planos das passagens aos operários⁴⁰⁷, pagamento das horas extras trabalhadas, aumento no vale refeição, além de cancelamento de coparticipação de consultas de plano de saúde e alojamentos adequados⁴⁰⁸.

A falta de água no local de trabalho foi também um estopim para algumas rebeliões. Os trabalhadores só tomavam conhecimento de que não tinha água e depois que estavam em seus postos de trabalho. Havia a persuasão com ameaças em vista a obriga-los a voltar ao trabalho⁴⁰⁹. Em dezembro desse mesmo ano, foi marcada por um manifesto de solidariedade aos trabalhadores do Comperj contra a atitude do Consórcio Te AG que havia retirado trinta e cinco funcionários de dentro do ônibus, numa demonstração de extrema arbitrariedade, conforme retratado pelo sindicato:

como se fossem coronéis da época da escravidão e seus feitores, retiraram 35 colaboradores de dentro do ônibus de forma truculenta e desrespeitosa, colocando-os em outra condução, escoltados por seguranças elevados para o escritório sendo demitidos sumariamente como se fossem marginais (Boletim da Construção e Montagem do Sinticom, dezembro de 2011).

⁴⁰⁶ O município de Itaboraí, que foi um dos mais afetados com a crise financeira causada pela queda no repasse de *royalties* e pela operação Lava Jato, da Polícia Federal, atingindo toda a região do Conleste.

⁴⁰⁷ Buscavam a garantia de que iriam receber pelo tempo que ficassem no percurso até o pátio do Comperj. O pagamento do tempo de deslocamento para o trabalho se constitui um bandeira de luta da classe trabalhadora que envolve os categorias profissionais, pois envolve crescente desgaste da sua capacidade de trabalho, conforme abordado por Moisés (1978).

⁴⁰⁸ As obras estavam paradas, milhares de trabalhadores ligados aos consórcios Teag, QggL, SPE e Alusa (atual Alumini) estavam em greve com a firme decisão de que “se nada for feito manteremos a paralisação” (Jornal *O Itaboraí*, 11/11/2011, p. 3).

⁴⁰⁹ Há relatos de que depois das paralisações nos canteiros por falta de água para beber e tomar banho, alguns trabalhadores eram escolhidos dedo junto com da empresa para serem demitidos como retaliação.

Em solidariedade a esses trabalhadores demitidos do Consórcio TE Ag, os demais trabalhadores suspenderam as suas atividades até que os mesmos fossem readmitidos. Em assembleia geral no final de 2011, havia novo indicativo de greve geral, outras ocorrências graves permeavam as relações conflitantes de trabalho no Comperj. Os anos que se seguiram estão repletos de experiências de lutas, fúrias, rebeliões, reações e resistências, mas no final de 2014 essa situação ganhou uma nova conotação. Pois tiveram início as demissões em massa, tendo sido instalado um quadro crítico nas empresas no Comperj.

Em fevereiro de 2014 funcionários atearam fogo em carro do sindicato, considerado por eles como pelego, e deflagraram greve por tempo indeterminado. Nesse depoimento, a revolta dos trabalhadores.

Já são muitos meses de muita humilhação e exploração. Comida estragada, inseto no rango, bife verde, assédio moral, 50°C ou até 54°C trabalhando sem parar. Muitos desmaiam trabalhando e alguns são demitidos por isso. Tudo isso em plena campanha salarial. Tudo isso e nem deflagramos greve ainda. Tudo isso, e é só o começo (Id. Ibid.).

A revolta e a força dos operários do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí, se expressaram ainda na manhã do dia 05/02 numa das pistas de acesso à obra.

Há vários dias o sindicato insistia em não permitir qualquer paralisação ou movimento. As pistas que dão acesso aos ônibus que transportam a piãozada eram escoltadas pelo sindicato, viaturas de polícia, capangas armados, comissão de trabalhadores (vendida e patronal) e muitos P2 "amigos" do sindicato. Tudo isso porque, se um ônibus sequer parasse e descessem os trabalhadores, seria o suficiente pra que o motim começasse. Isso aconteceu diversas vezes esses anos. Mas a caldeira aumentava a pressão a cada dia e não adiantava fechar uma válvula. Era necessário abrir outra. As paralisações ao longo da semana passada e dessa semana começaram a ocorrer dentro das obras da Petrobrás, e não nas estradas. Canteiro começou a invadir canteiro. Na Fidens, um inseto encontrado no rango deflagrou um levante. Operários armados com barras de ferro impediram a produção. Na TUC, o maior canteiro, com 9000 operários, e o pior lugar pra se trabalhar, o eco dos motins chegou com força. No dia seguinte, ontem pela manhã, meio que cavando a própria cova, o sindicato adotou a mesma postura: Entrar todo mundo pra trabalhar! Foi incontrolável. Vários piquetes pela estrada foram montados. O presidente da federação CUTista, Marcão, apareceu com o carro de som e foi cercado pelo Tsunami de Pião. Começou o confronto entre os capangas do sindicato e os pião, pra ver quem ficava com o pelego. Um pouco machucado Marcão foi liberado, mas o carro de som não. A piãozada virou o carro que antes de ser incendiado ainda serviu de palanque. A partir daí nada passava pelo piquete. Os carros da chefia eram apedrejados e chutados Miguel Frunzen, operário do COMPERJ⁴¹⁰.

Os operários do Comperj fizeram vários protestos nos acessos aos canteiros de obras como estratégias para impedimento de entradas dos ônibus que transportavam os trabalhadores entrasse, com isso garantiam a total paralisação dos trabalhos. O chamado Trevo da Reta, em Itaboraí, ganhou destaque por ter se tornado palco de grandes eventos de

⁴¹⁰ Extraído do *BlogSpot* do PSTU, notícias sob o título de “*Fúria Operária: Rebelião dos trabalhadores do Comperj!*”, assinada pelo próprio operário que é também militante deste partido. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/furia-operaria-rebeliao-dos-trabalhadores-do-comperj/>>. Acesso em: 06 fev. 2014.

luta dos trabalhadores deste grande projeto. Na experiência dos trabalhadores da empreiteira Alusa-Alumini, a ser tratada na próxima seção, detalharemos mais sobre essa experiência do Trevo. A pauta de reivindicações mantinha como central a questão dos salários, mas passava também a ter como central as questões relacionadas às rescisões ou Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos empregados demitidos por algumas construtoras.

Com seus sinais mais visíveis ocorrendo por ocasião do retorno dos operários em janeiro do ano seguinte, após o recesso de fim de ano. A crise ficou a “olho nu” quando a inadimplência em dezembro passou a ser um grande problema, pois os operários do Comperj foram de férias para seus respectivos Estados e, quando voltaram em janeiro, estavam ‘duros’ porque algumas empresas não haviam quitado o mês de dezembro, o décimo terceiro salário. Esse atraso no pagamento se estendeu no mês de janeiro e fevereiro⁴¹¹.

Em relação aos trabalhadores representados pelo Sintramon, houve uma grande diminuição e filiados, conforme o relato de um dos diretores:

Só que já teve um aumento, já começaram a contratar cinqüenta. Uma empresa contrata cinqüenta, outra mais cinqüenta. Mas vamos botar como base isso quatro mil e setecentos homens. É que vem reduzindo bastante. De outubro pra cá, redução assim, vou explicar bem porque tem gente que acha que a redução do Comperj foi em virtude da lavajato. E não foi só isso. Nós tivemos consórcios que estavam com praticamente 100% da obra entregue. Então isso tinha que ir. Nós trabalhamos com obra de alta rotatividade. Você acaba a construção civil... A construção civil no caso você faz tudo incimentado, pá, fez o alicerce todo? Aí tu vem com montagem, então aquilo tudo não tem serventia. O que é que você faz? Dispensa. Então teve obra que já teve isso como a CCPE a TUC que estão já com tudo praticamente pronto. Teve obra que teve que imbernar. A questão dos reatores que não chegaram ainda Não é porque ... eles olham as situações das demissões como se fosse só a crise do Lavajato. A teve o Lavajato estão mandando todo mundo embora. Não foi assim, já tinha obra que já sabia que já estava acabando. Um exemplo com a TUC . a TUC era nosso maior consórcio dentro da Comperj. Eles tinham a base de cinco a seis mil homens. Hoje nós estamos com quase quatrocentos homens lá dentro. Por que? Acabou a fase delas. O que tendo aditivo da Petrobras pode ser que contrate mais. As pessoas que ficaram aí é só para manutenção, elétrica. Então o efetivo fica menor. É o normal de obra. (diretor sindical).

Outro depoimento esclarece a situação daquele momento para os trabalhadores:

Até hoje nós estamos na mesma situação depois que a gente voltou do recesso entrou numa situação que encontrei e conversando com o nosso supervisor que atualmente a gente não vai retornar na empresa do jeito que está. Tem 90% de que a gente não volta mais pra essa empresa. Então essa situação que teve aí 4 ou 5 empresas que passou situações dessa aí e com a gente não vai ser diferente (trabalhador encarregado de andaime 4).

⁴¹¹ Itaboraí teve 1.216 postos de trabalho fechados em 2014, segundo dados da última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a Associação Comercial estima que 4.000 salas comerciais tiveram as portas fechadas. Um estudo da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (Setrab) sobre a evolução do trabalho por setor de atividade econômica no município mostra que em 2014 foram 29.992 demissões. Somente nos dois primeiros meses deste ano, o órgão já contabiliza 11.361 baixas em carteira de trabalho, contra 3.080 contratações (*Jornal do Brasil*, Cláudia Freitas, em 03/04/2015).

Após trinta e três dias de greve, em fevereiro de 2014, a categoria conseguiu reunir cerca de vinte mil trabalhadores, evento que ganhou grande cobertura pela imprensa tendo em vista a dimensão que começava a ganhar a luta. Na ocasião, por unanimidade os trabalhadores mantiveram a paralisação⁴¹²

Ao longo de 2014, os funcionários fizeram e registraram uma sucessão de paralisações, greves, piquetes em frente à obra. Mas também foram mais longe. Vivenciaram uma rotina ao longo de vários meses de plantão na porta da sede da se da Petrobrás, no Rio de Janeiro. Nos atos públicos que promoveram, que envolveu a vida dos cariocas, muitos trabalhadores e ex-trabalhadores do Comperj participavam. Com salários atrasados, eles passavam o dia na porta da sede da empresa. Isso foi dando uma dimensão do que vinha ocorrendo no Brasil, pois também outros Estados passavam pela mesma situação⁴¹³.

Dentre as ocorrências nesta fase, dois funcionários do Comperj foram baleados em manifestação nas entradas do canteiro de obras. O motivo do protesto era que milhares de funcionários do Complexo reivindicavam melhores condições de trabalho e reajuste salarial pelo segundo dia consecutivo. De acordo com o Sindicato dos Petroleiros, os trabalhadores vinham sofrendo com falta de água para beber e tomar banho, além de intoxicação alimentar⁴¹⁴. “De acordo com o Sindicato dos Petroleiros do Rio, que apoia o protesto, mas não o organizou, os funcionários foram atingidos durante um tumulto, alvejados por seguranças contratados por outro sindicato, cuja coordenação seria contrária às reivindicações dos manifestantes. A Polícia Civil ainda não havia divulgado informações sobre a dinâmica do crime”.

Ao avaliar a situação de outras obras da Petrobrás no país verificamos que a experiência vivenciada pelos trabalhadores do Comperj e de todas as cidades sob seu impacto também ocorria em outros lugares nos quais a Petrobrás mantinha obras de grandes projetos em andamento. Por exemplo, no Rio Grande do Sul duas das plataformas na cidade de Rio

⁴¹² A luta dos garis EM 2014 foi a "vanguarda" de um grande movimento do proletariado contra a burguesia, logo sendo seguida por outras classes de trabalhadores.

⁴¹³ Dentre as ocorrências nesta fase, dois funcionários do Comperj foram baleados em manifestação nas entradas do canteiro de obras. O motivo do protesto era que milhares de funcionários reivindicavam melhores condições de trabalho e reajuste salarial pelo segundo dia consecutivo. De acordo com o Sindicato dos Petroleiros, os trabalhadores vinham sofrendo com falta de água para beber e tomar banho, além de intoxicação alimentar. “De acordo com o Sindicato dos Petroleiros do Rio, que apoia o protesto, mas não o organizou, os funcionários foram atingidos durante um tumulto, alvejados por seguranças contratados por outro sindicato, cuja coordenação seria contrária às reivindicações dos manifestantes. A Polícia Civil ainda não havia divulgado informações sobre a dinâmica do crime”.(Do G1 Rio, em 06/02/2014

Grande corriam o risco de ter sua produção interrompida⁴¹⁵. Em junho de 2014, eles tinham 24 mil trabalhadores e na metade de 2015, de acordo com o sindicato dos metalúrgicos da região, são menos de seis mil.⁴¹⁶ Nesta cidade de Rio Grande, os sindicalistas organizavam manifestações, mas foram proibidos pela Justiça de interditar as estradas⁴¹⁷. Já em Pernambuco, dezenas de trabalhadores em busca do seguro-desemprego passaram a fazer fila na frente da caixa Econômica de Ipojuca, pois também perderam o emprego⁴¹⁸. Um novo cenário se coloca para essas cidades⁴¹⁹.

Já para o diretor do Sintramon, é claro que quando fazem as paralisações na sede da Petrobras, considerando que a maioria desses trabalhadores são das empreiteiras contratadas, mas, segundo ele, não está claro para o trabalhador:

A responsável pelos contratos é a Petrobras. Ela é que é responsável pela empreiteiras. Eu não tenho essa informação ao certo, tá? Eu não vou mentir pra você. Porque já passou muitas empresas... Eles são muito fechados. Tanto com escândalo. Tanto sem escândalo. Sempre foi fechado. É porque o mapeamento de

⁴¹⁵A Ecovix, maior empresa do polo naval, afirma que as demissões fazem parte das diferentes etapas de construção de uma plataforma. A Petrobras que está em dia com seus pagamentos e que não tem a intenção de cancelar ou reduzir projetos em andamento em Rio Grande. Nós dependemos sim da Petrobrás, da exploração do Pré Sal. Nós precisamos sim, manter essa empresa manter essa exploração e esse petróleo que é nosso. Reportagem do Profissão Repórter (CAIO, 2015)

⁴¹⁶Trabalhadores afetados pela crise da Petrobras querem que os comerciantes se juntem ao protesto, quando os lojistas não baixam as portas, eles sentam na frente do estabelecimento até que seja fechado. A construção de uma plataforma de petróleo chega a empregar sete mil pessoas. Como várias construtoras são acusadas de pagar propina a políticos e dirigentes da Petrobras, foram bloqueadas pela própria empresa de participar de futuras licitações.

⁴¹⁷Em 10 anos a cidade de Rio Grande recebeu mais de 20 mil novos habitantes. Com a chegada do polo naval, Rio Grande viu seus aluguéis triplicarem. Teve gente construindo condomínios de casas. Com a crise, nem os donos das obras continuam na cidade. Tudo foi abandonado. Rio Grande, a cidade que depende da construção de plataformas de petróleo. Nós dependemos sim da Petrobrás. Profissão Repórter. É justamente a falta de trabalho o principal motivo dos protestos em Rio Grande. A construção de uma plataforma de petróleo chega a empregar sete mil pessoas. O problema é que várias construtoras de plataformas estão sendo acusadas de pagar propina a políticos e dirigentes da Petrobras, foram bloqueadas pela própria empresa de participar de futuras licitações. Duas dessas plataformas a P-75 e a P-77 correm o risco de terem a sua produção interrompida⁴¹⁷. “Aqui só tem trabalhador. Não tem ninguém. Aqui não tem nenhum bandido, não tem vagabundo é só pai de família. Agora a gente tem que brigar por um direito da cidade. A empregabilidade tem que vir pra cidade” (Eder Pires, soldador).

⁴¹⁸O Porto de Suape é um porto brasileiro localizado no estado de Pernambuco, entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife. Seu projeto foi baseado na integração porto-indústria a exemplo de países como França e Japão. A construção do porto causou desequilíbrio ao habitat de tubarões, que foram forçados a migrar para a região costeira de Recife, ao norte, onde começaram a surgir ataques de tubarões em 1992. Desde então, foram 59 os ataques de tubarões, principalmente a surfistas que se aventuram para além da barreira natural de arrecifes.

⁴¹⁹Várias empresas de outras regiões do país, que foram para a região buscando oportunidades, estão voltando para seus estados. Só na construção civil foram 11 mil demissões. O escândalo causou desemprego e teve reflexos também no comércio. Na Justiça do Trabalho em Ipojuca há pilhas de processos dos que foram dispensados. Há muitos trabalhadores buscando os direitos não recebidos. Em Pernambuco voltamos ao lugar em que conhecemos em 2011 quando o dinheiro e o emprego circulavam fácil por aqui. Trecho de uma entrevista de 2011 com um Trabalhador de PE. Eu costumo falar que o Eldorado no Brasil hoje é o Estado de Pernambuco. Trabalhador de 2015 – (fala chorando): Nós estamos sofrendo, estamos sem receber, isso não é justo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-repórter/noticia/2015/03/trabalhadores-de-obras-da-petrobras-sentem-os-reflexos-da-crise-atual.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

quantas passaram eu vou ter que sentar ali estudar tudo pra ver quantas. Porque teve empresa que esteve ai dentro que eu não estava nem no Comperj ainda. As subcontratadas.

Na queixa dos trabalhadores há uma análise crítica em relação ao Estado, que por meio da Petrobrás, é o principal responsável pelo projeto, a chamada, tomadora de serviços, indireta desses trabalhadores que, “não pode se eximir da responsabilidade social de assegurar os seus direitos básicos. Mesmo tendo sido acionada pela Justiça, e esta alegando que a empresa não pode ser responsável pelos trabalhadores das empresas subcontratadas” (IBASE, 2015, p. 75). Na conversa com um grupo de trabalhadores encarregado vindos do Espírito Santo:

Infelizmente o que acontece é isso. Hoje eu posso citar uma aqui e se você procurar no seu doutorado você vai ver a Ecmam em outro lugar. A Ecmam faliu aqui dentro. Eu trabalhei em 2002 dentro da Ecmam. Tem 50 anos prestando serviço a nível de Petrobras, é lá do Porto Pirajá. E a Ecmam ta dentro da Petrobrás então não faliu. A Ecmam presta serviço há muito tempo. Então a Petrobras faz vista grossa. Eu não sei porque se ela ganha dinheiro. Se não ganha.

Como o que está acontecendo agora com esses caso desde que eu comecei que eu sei que as empresas pagam propina pra poder pegar trabalho.

Agora que descobriu. Nós que somos funcionários simples dentro das empresas sabemos disso. Infelizmente vocês podem comprovar uma coisa que acontece, fiscais da Petrobras cobrando propina pra fichar pião. Acontece dentro de obra da Petrobras, o cara cobra pra me fichar eu sou encarregado ele está me cobrando dois mil. Se me paga dois mil que eu te ficho. Em várias refinarias acontece isso e a Petrobrás não sabe? Então ela deixa muito a desejar com a mão de obra dela e infelizmente o que eu tenho pra falar é isso.

Infelizmente. Eu gostaria de abordar o descaso da Petrobras em relação as contratadas dela dentro das obras dela que isso não é só aqui. Isso em várias obras que a gente passa a Petrobras faz descaso. Como aqui. Antigamente, a gente é funcionário da Petrobrás há muito tempo. Intermediário. Antigamente no crachá da gente vinha o que? Esse funcionário é prestador de serviço da Petrobrás. Infelizmente aqui eu me deparei com isso a três anos atrás, no meu crachá vem assim esse funcionário não tem vinculo nenhum empregatício com a Petrobras.

Infelizmente a Petrobrás ela não está nem aí. Ela ta tirando o dela da reta. Tira o dela da reta e nos deixa nessa situação. Com gatos empresas que ela mesma contrata. E quando as empresas ela não quer assumir.

Ao longo de 2014, os funcionários fizeram e registraram diversas paralisações em frente à obra. Muitas terminaram em confronto. O desanimo que esvazia os protestos.

Por exemplo tá aí com pagamento atrasado, não recebeu adiantamento no mês de dezembro. Tá atrasado desde o dia 20 de dezembro sem receber beneficio nenhum. Pessoas saíram de férias, por exemplo hoje saiu com toda férias sem receber. Eu por exemplo sai e até agora sem receber nada. Igual a gente está numa situação difícil. A gente tenta demonstrar uma coisa mas não é aquilo. Por dentro a gente tá sabendo que o que a gente tá passando. Por mais que a gente tente demonstrar em palavras a gente não consegue demonstrar o que a gente ta precisando e está sentindo e está vendo entendeu? Você fica como se fosse uma balança sem saber. Eles pensam da seguinte maneira: o funcionário é do campo vamos apaziguar. Mas não eles não pensam, nós temos família, eles tem famílias, eles tem necessidades e agente também (trabalhador montador de andaime 1)

“De Eldorado petroleiro a cidade fantasma, Itaboraí é vítima da corrupção na Petrobrás”⁴²⁰. Chamadas como esta passaram a estampar os jornais no final de 2014 e início de 2015, principalmente os de circulação local. Em março de 2015, a reportagem de *O Dia* mostrava que pelo menos cinquenta mil trabalhadores perderam o emprego no Estado do Rio de Janeiro, desde a fase mais dura da Operação Lava Jato, sendo que a maior parte, sendo destacado 32 mil operários, “concentra-se nos 14 municípios ao redor do Comperj e foram impactados pela redução das obras. Os demais estão “no cinturão das cidades atingidas pelo freio nos investimento e a queda nos royalties, desde que o preço mundial do barril do petróleo despencou”⁴²¹. As oscilações das obras ocorriam desde o início, com as intervenções do IBAMA, os conflitos ambientais, as greves e paralisações. Mas essa crise foi a maior. No depoimento, a seguir, é retratado o clima das demissões, as inseguranças e o desespero do trabalhador, revelando ainda a sua busca por entender o que está a acontecer naquela conjuntura:

É que a gente também está sempre perguntando: E aí chegou alguma novidade? Sempre chega alguma novidade. Por exemplo, ontem estava chegando que o comperj poderia parar Durante seis meses sem direito a salário fixo das pessoas. Aí vem a dúvida: vai travar minha carteira? Eu vou ficar desempregado sem poder receber? Aí vem outro comentário: Todos os funcionários receberão suas quitações, seus salários que estão atrasados tudo. Aí hoje já recebi a notícia de outras empresas que terão demissões, segunda feira agora tem uma empresa que um colega meu trabalha que já demitiu 70% do efetivo. Segunda feira agora terá a demissão do restante. Mas tem algumas empresas demitindo poucas, mas p'ra quitar tudo organizado. E tem outras que demitem em massa, não tem organização e vão causando turbulência, às vezes deixando pessoas sem receber, entendeu? Não que não vá pagar, mas atrasando. Aí são pessoas que vêm de fora, aí causam esse desespero. Às vezes querendo ou não quem vem de fora o custo aqui é alto. Dependendo da função você passa apertado mesmo e aí vem ocasionando tudo.
(trabalhador montador de andaime 5)

A onda de demissões prosseguiu na entrada de 2015, atingindo os consórcios e empresas. Nas reuniões marcadas com representantes das respectivas empreiteiras e de cada consórcio terceirizado para as obras não surtiam efeito, aos poucos os atos em frente à sede da Petrobras foram se enfraquecendo⁴²². Os salários continuam atrasados e as demissões em massa a ocorrer. As empreiteiras continuaram com muitas demissões Se em 2013 trabalhavam nas obras da Comperj cerca de 35.500 funcionários, neste período houve uma redução para aproximadamente 9.500 trabalhadores⁴²³.

⁴²⁰ Título de uma reportagem da *Isto é Economia*, de 20/03/2015.

⁴²¹ Matéria de *O Dia* “Crise do petróleo afeta até substituição” veiculada em 03/03/2015

⁴²² As demissões estariam relacionadas à dificuldade de receber pagamentos da Petrobras relacionados a aditivos contratuais. Segundo um funcionário presente à assembleia, as demissões foram justificadas pelo consórcio como “em função da situação da Petrobras”.

⁴²³ Dados do Yahoo Economia. 20/3/2015.

Os trabalhadores continuavam subsumidos, expropriados e superexplorados. Se havia sua liberdade que gerava a possibilidade de escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo, liberdade tão propagada pelos liberais, também esta o conduzia às exigências do capital que os demitia em qualquer altura sem menor cerimônia para com este trabalhador. Este material humano que serviço às necessidades variáveis de expansão do capital, sempre pronto a ser explorado (MARX, 2006), se constitui agora politicamente estratégica para o confronto com capital tendo em vista sua condição de sua força que oferece ao mesmo⁴²⁴. O trabalhador que se adequou às suas exigências, que se moldou a sua adesão sendo capturado em seu consentimento para fazer avançar a acumulação, agora era no limite, eram vistos com tanto indiferença ao conteúdo do seu emprego, ali era voltava a ser o que sempre foi, uma mercadoria que havia sido comercializada⁴²⁵.

Mostrando que há também expressões de luta e de resistência por parte destes, seu potencial combativo ficou evidenciado. Lefebvre aborda sobre esse potencial revolucionário da classe trabalhadora ao falar de práxis – construção de sujeitos políticos quando passa de classe em si para classe para si. À medida que as desigualdades sociais vão se refletindo sobre os sujeitos coletivos, reações são tecidas pela classe trabalhadora em torno de questões cotidianas que afetam sua reprodução e a reprodução de sua família. De acordo com Iamamoto, o processo de produção como reprodução ampliada de relações sociais recria, simultaneamente, a consciência como alienação e a possibilidade de rebeldia por parte daqueles que vivem do trabalho ou dele são excluídos. Seu fundamento concreto está

[...] na tensão entre o trabalhador coletivo como objeto do capital, porquanto expressão do capital variável – nesse sentido, sua propriedade –, e o trabalhador como sujeito criativo vivo e “livre”, capaz de reagir ao castigo do trabalho, de lutar contra a sua alienação no processo de sua afirmação como sujeito político-coletivo” (IAMAMOTO, 2008, p. 394)

⁴²⁴ “Mas ainda não chegamos à questão central. Agora, ocupando-nos brevemente da luta de classe, devemos nos restringir a nossa problema atual. Já que a luta de classes, na prática social, é sempre uma síntese de legalidade econômica e de componentes extraeconômicos da realidade social, limitar-nos-emos a perguntar se, e até que ponto, intervêm momentos de causalidade no fundamento das leis econômicas.” (LUKÁCS, 2012 p. 362).

⁴²⁵ Em fevereiro de 2015, quando realizamos a entrevista com o diretor da agência do Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Itaboraí, observamos que esta agência situava-se no mesmo prédio que servia para abrigar o Restaurante Popular. Chegamos pela rua onde há a entrada principal para o restaurante e ficamos impressionados com o elevado número de trabalhadores na fila, pois era horário de almoço. Atravessamos por esse acesso a fim de chegarmos ao outro lado do prédio o qual tinha acesso à outra rua paralela à que adentramos. Nossa surpresa foi que lá existia uma outra grande fila, a dos trabalhadores na busca por vaga de trabalho. Percebemos imediatamente que ali se constituía um *point* de trabalhadores, os que faziam parte da superpopulação relativa estagnada. O restaurante, que cobrava um real pelo prato feito, havia se transformado num ponto de encontro dos desempregados. Em conversa com o diretor da agência, pudemos entender que ali se encontravam diversos trabalhadores que migravam para a cidade, conseguiam endereço local e iam se inscrever para a vaga de emprego.

A perspectiva da organização e mobilização da classe trabalhadora frente à super exploração capitalista é um imperativo na perspectiva de superação desta ordem. Seu papel, enquanto sujeito coletivo, que identifica interesses comuns e opostos ao da classe burguesa, desenvolvendo e expressando uma dada consciência de classe (MATTOS, 2009), é determinante numa conjuntura em que se preconiza o fim do ciclo de lutas da classe trabalhadora⁴²⁶.

A seguir, analisaremos um dos movimentos que ganhou grande vulto nessa contextualidade: a mobilização dos trabalhadores da empresa Alusa-Alumini. Consciência e luta de classes nas cenas do desenvolvimento Leste Fluminense se fazem presentes neste cenário com o protagonismo desses trabalhadores. Todos esses eventos fazem parte de uma grande luta desses trabalhadores e trabalhadoras, que ainda reivindicam a garantia de direitos básicos: o pagamento de salários atrasados e de rescisão contratual, que significa a liberação da carteira e a indenização financeira prevista em lei. (IBASE, 2015, p. 70). Também se comprovou que a força dos trabalhadores de grandes obras tem se manifestado no movimento histórico, com repercussão maior que a sua proporção numérica no conjunto da população.

4.3.2. Superpopulação relativa e o potencial de mobilização dos trabalhadores, organização sindical e consciência de classe⁴²⁷

O que é necessário explicar
 não é que o faminto roube
 ou que o explorado entre em greve,
 mas por que razão a maioria dos famintos não rouba
 e a maioria dos explorados
 não entra em greve.
 Wilhelm Reich⁴²⁸

⁴²⁶ Abreu (2002) em “Serviço Social e a organização da cultura”, a partir do referencial gramsciano sintetiza de forma brilhante a perspectiva emancipatória das classes subalternas, apresentando a organização da cultura como constituinte do movimento histórico real de organização dessas classes como *classe para si*.

⁴²⁷ Essa seção busca dar destaque à mobilização e lutas dos trabalhadores especificamente os da Alusa-Alumini.

⁴²⁸ Apud Iasi (2002, p. 106).

A luta dos trabalhadores da construtora Alusa-Alumini, uma das manifestações mais avassaladoras da “questão social” nesta contextualidade aqui tomada como objeto de estudo, ganhou destaque dentro do cenário de destituição sobre o qual analisamos anteriormente, ganhando também grande repercussão na imprensa nacional e internacional. Um movimento que foi se constituindo espontaneamente, ganhando força e recebendo apoio de diversos movimentos sociais, vindo a sensibilizar uma parte da sociedade desde início o 2015. Esse movimento se autodefiniu da seguinte forma:

Somos 3000 vítimas da Alusa Alumini do Comperj e Petrobrás! Já são oito meses de calote. Eles nos devem nossas rescisões trabalhistas, nossas férias e nosso FGTS. Essas empresas continuam no mercado como se nada tivesse acontecido, enquanto o trabalhador desempregado está passando fome, pedindo esmola e humilhado⁴²⁹.

Sua principal pauta de luta não foi sendo construída, mas imposta num processo de expropriação total de direitos trabalhistas. No início de 2015 os funcionários desta empresa reivindicavam o pagamento da segunda parcela do décimo terceiro e do salário de dezembro, além de benefícios como plano de saúde e vale alimentação⁴³⁰. A empresa também não havia pago a última parcela das verbas rescisórias de quatrocentos e sessenta e nove trabalhadores demitidos entre novembro e dezembro do ano anterior, bem como as passagens para retorno dos operários aos seus domicílios de origem, conforme acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT)⁴³¹.

A principal notícia do dia dez de fevereiro daquele ano foi a de que a manifestação de funcionários do Comperj fechou a pista da Ponte Rio-Niterói. O protesto durou cerca de duas horas e bloqueou a passagem de veículos nos dois sentidos da via. Cerca de duzentos manifestantes participaram desse ato que interditou a ponte gerando pontos de congestionamento em várias vias de Niterói e da capital e os reflexos no trânsito foram notados mesmo após a desobstrução da via⁴³². Um dos trabalhadores da Alusa/Ilumini fez o seguinte relato sobre essa manifestação que parou a Ponte Rio-Niterói:

⁴²⁹ Nota em panfleto distribuído em audiência pública na Alerj em junho de 2015.

⁴³⁰ Os funcionários não tiveram ônibus para trabalhar desde a volta do recesso da Comperj 06/01, a empresa abandonou o canteiro deixando 2,5 mil trabalhadores sem o salário de dezembro, 13º, vale alimentação, plano de saúde e benefícios sociais. Além disso, fez acordo no Ministério Público do Trabalho para pagar direitos trabalhistas a 469 demitidos e não cumpriu. Os trabalhadores manifestam levando vários caixões representando a morte da ALUMINI ENGENHARIA S/A para chamar atenção, os operários também postam cartazes responsabilizando a presidente da estatal, Graça Foster, pela omissão com os operários do Comperj, principalmente em relação às demissões, que somente na última semana ultrapassaram 5,7 mil demissões, sendo que o COMPERJ até meados do ano passado, chegou a registrar o efetivo de 23 mil trabalhadores.

⁴³¹ A companhia, que estava em proteção judicial contra a quebra, não liquidou os salários nem deu baixa nas carteiras de trabalho, impedindo que os funcionários buscassem um novo emprego.

⁴³² Esse protesto se transformou em alvo de um Inquérito Civil Público instaurado pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. De acordo com o MPF, a PRF argumentou que a segurança da via foi comprometida com a interrupção do tráfego. O órgão afirmou que veículos de emergência ficaram impedidos de passar,

Não tem líder aqui. Foi todo mundo junto. A responsabilidade é nossa, do trabalhador. O negócio foi chamar a atenção, foi o único jeito que encontramos. O que eu puder fazer para defender os meus direitos, para receber o meu salário, eu vou fazer. A gente não vai aceitar esse calote. [...] Não é possível que a Petrobras não tenha uma solução para o nosso caso. A gente está pedindo o que é nosso. Eu trabalhei numa temperatura de cinquenta graus para construir uma refinaria que vai lucrar milhões e eu não tenho o que pôr na dispensa. Não tenho meu salário desde novembro. Será que a vida das pessoas não está valendo nada assim?" (Extraído do Dossiê do INCID/IBASE-2015).

Ainda em fevereiro de 2015, os trabalhadores seguiram em viagem do Centro do Rio com destino à Brasília, com objetivo de acampar em frente ao Planalto e de só saírem de lá com uma solução. Para isso esperavam ser atendidos pela presidente Rousseff, em busca de uma solução definitiva para o impasse causado pela Petrobras⁴³³. A comissão que representou o movimento nesta viagem que seguiu de ônibus foi constituída de:

Os cerca de 40 operários representam os 469 funcionários da Alumini Engenharia que foram demitidos e os 2.500 que deixaram de receber salários desde dezembro. Ambos os grupos, no entanto, não receberam verbas rescisórias e aguardam o resultado de ações do Ministério Público do Trabalho (MPT-RJ). Somados, os dividendos chegam a R\$ 14 milhões (BBC News Brasil, em 21/02/2015).

O dia em que os trabalhadores da Alusa-Alumini fizeram história no trecho conhecido como Reta Velha, no Município de Itaboraí⁴³⁴, é outro evento que marca o início dessa luta,

causando perigo à vida humana. Em relatório entregue assinado pelo superintendente da PRF, José Roberto Gonçalves de Lima, aos procuradores foi questionada a legalidade do protesto. No documento constam informações sobre os envolvidos e a identificação dos ônibus que levaram os manifestantes até o meio da Ponte. Ainda segundo o MPF, os procuradores Ana Padilha e Sérgio Pinel afirmaram que "o direito de manifestação dos trabalhadores é totalmente legítimo", mas que o bloqueio, mesmo que parcial, das rodovias federais depende de autorização prévia da PRF e classificaram o ato como "lesivo". Ambos salientaram também que a responsabilidade pelo protesto deve ser apurada, uma vez que pode ter sido violado o direito de ir e vir da população "bem como adotar todas as medidas necessárias para reparar eventuais danos à população da capital e de Niterói".

⁴³³ Esta tentativa de ser recebido pela Presidente de República, encontrou grande apoio da sociedade, principalmente por meio das redes sociais que fortaleceram várias campanhas como "Dilma receba os trabalhadores do Comperj" que virou *hashtag* na internet. No Dossiê do Ibase (2015, p. 70) analisa-se sobre essa tendência de mobilização pelas redes sociais que "Do ponto de vista organizativo, a forma encontrada para discutir a grave situação e propor alguma ação foi conduzida pelas redes sociais, pelo aplicativo *WhatsApp Messenger*. Tendo um mediador e diversos grupos, organizava-se a distribuição de tarefas, horário, local e até avaliações após as ações. Assim, de uma forma ágil e segura, as informações chegavam a esses trabalhadores e trabalhadoras, facilitando as tomadas de decisão e evitando uma hierarquização das informações". Ou seja, os movimentos sociais, principalmente no Rio de Janeiro, abraçaram a causa desses trabalhadores do Comperj, desse modo, um grito avassalador tomou conta dos movimentos sociais, principalmente no Rio de Janeiro e algumas palavras de ordem foram ouvidas: "O operário do Comperj é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo". E, ainda, "Somos todos operários, a luta não pode parar" (slogan inspirado na greve dos garis na cidade do Rio ocorrida em fevereiro deste mesmo ano, que foi inspirador não só para este movimento, como para todos os movimentos de luta no país).

⁴³⁴ Situada em um cruzamento entre a RJ-116, estrada que dá acesso à principal entrada do Comperj, a Avenida 22 de Março, que corta todo o centro urbano e comercial de Itaboraí, e a BR-101, acesso a Campos ou ao Rio de Janeiro. Por ocasião da ida a Brasília, os jornais locais noticiavam o evento dando destaque ao *slogan* "De Trevo da Reta" à Brasília", local que posteriormente foi analisado como tendo sido de grande mérito da organização dos trabalhadores ao escolher o local, pois foi altamente estratégico no sentido de ser o ponto nevrálgico central para inviabilizar todas as entradas para os canteiros de obras.

cujo registro especial pode ser encontrado no Dossiê do Ibase (2015), que contém a seguinte resenha:

No dia 7 de janeiro de 2015, por volta das 4h30 da manhã, começava uma movimentação diferente na localidade conhecida como “Trevo da Reta” [...]: cerca de duzentas pessoas começam a se posicionar ao lado da pista de acesso ao Comperj. Homens e mulheres firmes e visivelmente pouco à vontade com a situação começam a fazer barreiras com os seus corpos para impedir que os diversos ônibus que fazem transporte dos trabalhadores e trabalhadoras cheguem ao Comperj. Os gritos de “volta, volta!” e “não vai passar!” saem com uma mistura de dor, humilhação e raiva. Alguns estão com o uniforme de trabalho, outros nos trajes “civis”. São os trabalhadores e trabalhadoras da Alusa/Lumini, que, ao terem seus direitos violados, decidem lutar, ainda sem identificar como ou a quem cobrar seus direitos, muito menos com quem contar, eles e elas apenas lutam. Nesse dia, boa parte dos ônibus que levam os operários e operárias para os canteiros do Comperj ficaram estacionados próximo ao Trevo e acabaram desistindo de passar. A Polícia Militar acompanhava o movimento, cerca de 60 homens que faziam plantão junto aos trabalhadores e trabalhadoras no Trevo. Em outro ponto de acesso ao Comperj, na localidade de Itambi, outro grupo de trabalhadores e trabalhadoras também montava barreira para evitar que os ônibus entrassem no Comperj. A jornada foi longa: só por volta das 11h30 os dois grupos decidiram deixar o Trevo da Reta, com certo orgulho: conseguiram parar uma das maiores obras do Brasil. Cansados, avisaram ainda: “voltaremos amanhã!” (IBASE, 2015, p. 69).

Durante a semana deste evento, inclusive neste dia, os trabalhadores fazia protestos com paralisações, piquetes pela manhã e, à tarde se reuniam em assembleias para avaliação da ação e planejamento dos próximos passos do movimento, a fim de manter a interdição do chamado Trevo da Reta. As manifestações eram marcadas pela ação do Batalhão do Choque da Polícia Militar, acionado para “controlar o tumulto”, havendo liberação de bombas de gás e de efeito moral, alguns operários foram detidos e liberados ao final de cada dia. Essa episódio foi sucedido de ações judiciais, audiências públicas e diversas manifestações, como os plantões de protestos em frente à sede da Petrobrás na capital⁴³⁵. Uma saga que ainda não foi encerrada até meado do ano de 2015, quando foi encerrada finalmente a coleta dos dados da pesquisa de campo para esta tese. Momento em que a pauta de lutas já havia sido ampliada na medida em que o movimento foi se fortalecendo e amadurecendo, e se apresentava com quatro reivindicações fundamentais: pelo recebimento imediato de todos os direitos; pela retomada das obras da Petrobrás nos canteiros do Comperj, estaleiros entre outros; contra a terceirização; e pela criação de uma empresa de obras públicas e absorção da mão de obra. Apresentamos, a seguir, o depoimento dos trabalhadores desse movimento que permaneciam

⁴³⁵ Funcionários da Comperj protestam no Centro do Rio Funcionários reivindicam pagamento de direitos trabalhistas, ato que foi acompanhado por Policiais do 5º BPM (Praça Harmonia) acompanhavam o ato, conforme trecho da reportagem: Funcionários botam cacações em caixões em protexto. Cerca de 150 funcionários da Alumni, empresa terceirizada do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), faziam uma manifestação e um apitação. Os funcionários reivindicavam o pagamento dos direitos trabalhistas, tanto dos efetivos quanto dos recentemente demitidos, e uma definição por parte da empresa sobre a continuidade do trabalho no complexo, que foi interrompido.

em luta há quase um ano sem receber e aguardando resposta sobre situação junto da construtora Alusa/Ilumini:

Vimos nos mobilizando e cobrando. Manifestamos na Ponte Rio-Niterói. Fomos à Brasília levar nossa demanda para os deputados e para o Ministro do Trabalho. Cobramos da [Presidente] Dilma que resolvesse. Ocupamos a sede da justiça do trabalho. E hoje estamos na Alerj. Tudo para receber o que é nosso [...]. A empresa Alusa Alumini, que está em recuperação judicial e é terceirizada da Petrobrás, deveria nos pagar ou a Petrobrás arcar com a dívida, já que trabalhamos numa obra federal [...]. somos 3000 famílias. Queremos solução (Carta aberta do Movimento S.O.S Emprego, em 26/06/2015, na Alerj)⁴³⁶.

Alumini (antiga Alusa) é uma das vinte e três empresas proibidas temporariamente pela Petrobras de celebrar novos contratos com a companhia, em decisão anunciada no dia 31 de dezembro de 2014 decorrente das investigações da Operação Lava-Jato. Esta empreiteira constitui um caso exemplar dentre as construtoras com acentuada participação no processo de acumulação de capital na indústria da construção pesada que contava com subsídios públicos. Como tantas outras que vinham permitindo aditivos ao contrato original visando inflar o custo das obras com superfaturamentos quando da assinatura do contrato originário⁴³⁷.

Além do Rio de Janeiro, a situação da Alusa Alumini ganhou destaque também nesse período tendo em vista que sua conta corporativa havia sido bloqueada pela Justiça em Pernambuco, em função da falta de pagamento de seus funcionários nas obras da Refinaria Abreu e Lima (Rnest). A Alumini teve a sua recuperação judicial anunciada, mas não havia negociado com os empregados e fornecedores (*Jornal do Brasil*, em 03/04/2015).⁴³⁸ De acordo com a Alumini, o bloqueio ocorreu porque a empresa não teve como honrar os compromissos com os trabalhadores por ter mais de R\$ 1,2 bilhão a receber da Petrobras, referentes a serviços já executados, mas que ainda não haviam sido faturados porque dependiam da liberação dos aditivos por parte do contratante. Assim, com as contas bloqueadas, a Alumini não teve como pagar os salários que deveriam ter sido depositados em

⁴³⁶ Nesta Carta ainda tem destaque: “Lutamos unidos com toda a classe contra a terceirização, que é só uma forma de cortar custos e deixar nós, trabalhadores, reféns, como fomos deixados: sem garantias e sem direitos! Exigimos que a Petrobrás, responsável pelo Comperj, abra uma exigência de cota para contratação de trabalhador da ALUSA ALUMINI e seja fiscalizado o cumprimento por uma comissão da ALERJ. Responsabilizamos todos os governantes e ALERJ que já sabem da situação”

⁴³⁷ À Agência de Notícias AFP, a Alumini afirmou que "nunca havia participado de nenhum cartel e que a Petrobras a puniu injustamente. Em Yahoo Economia. 20/3/2015. Disponível em: <http://www.investmax.com.br/iM/investimentos_bolsa_de_valores.asp?bovespa=691262&De-Eldorado-petroleiro-a-cidade-fantasma-Itaborai-e-vitima-da-corrupcao-na-Petrobras>. Acesso em: 23 maio 2015.

⁴³⁸ A construtora Alumini, que está em recuperação judicial, afirmou que tem até 12 meses para pagar as dívidas trabalhistas e reclama que a Petrobras deve R\$ 1,2 bilhão referente a aditivos de serviços já executados. A Petrobras informa, em sua página na internet, que rompeu o contrato com a Alumini por uma série de descumprimentos da contratada, como lentidão na prestação de serviços e não pagamento de obrigações trabalhistas. A Alumini foi contratada para as obras do Comperj e de Abreu e Lima, em Pernambuco. (Profissão Reporter) aconteceu na Abreu e Lima em Pernambuco, sobem para 4 a 5X o valor real da Obra e a Propina é distribuída à vontade.

5 de janeiro, bem como a terceira e última parcela da rescisão dos funcionários no Comperj. Portanto, enquanto a conta estivesse bloqueada, a empresa não teria como efetuar esses pagamentos⁴³⁹.

Da parte da Petrobrás houve o esclarecimento de que não é parte nas relações trabalhistas entre empresas contratadas e funcionários, mas que acompanhava as negociações e esperava um desfecho adequado para ambas as partes. A Alumini teve as contas bancárias bloqueadas pela juíza do Trabalho de Ipojuca, em Pernambuco, para pagamento de débitos com trabalhadores que construíram a Refinaria Abreu e Lima. A Petrobras em audiência com o MP do Trabalho, se comprometeu a efetuar o pagamento dos 3000 trabalhadores caso fosse intimada. A intimação foi feita através de uma ação judicial e a estatal optou em não cumprir o acordo e recorreu a decisão. A Petrobras informou à AFP que as demissões estavam previstas no cronograma da obra. Em nota, a Petrobras reiterou que “está em dia com suas obrigações contratuais e que os pagamentos dos compromissos reconhecidos com as empresas que atuam no Comperj foram realizados de acordo com a legislação vigente e com os prazos estabelecidos contratualmente”. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção de Itaboraí (Sintramon), foi o quinto dia seguido de manifestação contra os atrasos de pagamento, vale alimentação, plano de saúde e de outros benefícios⁴⁴⁰⁴⁴¹.

As audiências convocadas pelo MPT para solucionar problema não foram tendo avanços, principalmente que a Alumini não comparecia à reunião, alegando não ter proposta a apresentar. Então, o procurador do Trabalho do município de Niterói, Maurício Guimarães de

⁴³⁹ Conforme dizia em nota. Por meio da assessoria de imprensa, a Alumini informou ao GLOBO que vinha pagando normalmente os funcionários do Comperj até o mês de dezembro, incluindo as duas primeiras parcelas do acordo de rescisão dos 469 operários dispensados. Demissões que, como ressalta a empresa, estavam previstas no cronograma habitual de desmobilização, em razão do avanço das obras. “Ocorre que, por uma decisão da Justiça do Trabalho de Ipojuca/PE, as contas da empresa foram bloqueadas para o pagamento de rescisões dos trabalhadores da que atuavam na RNest.” A empresa não confirmou a informação de que estaria estudando a possibilidade de ingressar com pedido de recuperação judicial. Procurada, a Petrobras não retornou os contatos feitos pelo O Globo até às 20h30 de hoje para comentar o assunto.

⁴⁴⁰ Agência BBC Brasil, em 15/01/2015.

⁴⁴¹ A Petrobras reiterou à imprensa que não é parte nas relações trabalhistas entre as empresas contratadas e seus funcionários, mas acompanha as negociações entre os trabalhadores e a empresa e espera um desfecho adequado para ambas as partes. “A companhia esclarece, ainda, que é das empresas contratadas a responsabilidade de honrar com os contratos por elas celebrados”, diz. Não é o que sustenta o procurador Maurício de Carvalho. “A Petrobras é a ‘dona da obra’. Quando não há pagamento pelo contratado, a contratante é a responsável subsidiária pelo pagamento”, explica, acrescentando que, de acordo com o que for decidido judicialmente, a quitação pode ser feita diretamente pela estatal aos trabalhadores. Isso resolveria o problema alegado pela Alumini para o atraso no pagamento dos trabalhadores do Comperj. Desde dezembro, a empresa está com suas contas bloqueadas pela Justiça do Trabalho de Ipojuca (PE) para a quitação de débitos trabalhistas referentes à Refinaria do Nordeste (RNest), mais conhecida como Abreu e Lima. *O Globo*,

Carvalho, convocou a audiência, decidiu ingressar com duas ações judiciais em favor dos funcionários efetivos: uma para assegurar o pagamento dos salários atrasados e outra para impedir novas dispensas sem o pagamento de verbas rescisórias.

Segundo informação, os trabalhadores desesperados vai a procura do sindicato para tomar uma providencia,mais nenhuma decisão e tomada por parte do mesmo.O presidente sindical apenas relatou que,"Daqui uns dois dias teremos os dados atualizados do número de demitidos". Uma reunião entre o Ministério do Trabalho,que o mesmo exigiu a presença da Petrobras e representantes do Sindicato deve acontecer nesta terça (27) janeiro.

Já o Sintramon e o Sinticom ingressaram com ação cautelar na 1ª Vara do Trabalho de Itaboraí pedindo o bloqueio das contas da Alumini e da Petrobras até que os débitos com os trabalhadores sejam quitados.

A mesma empreiteira está sem pagar os trabalhadores também deve aos donos das pousadas que serviram de alojamento para os trabalhadores. Muitos usuários continuam nas pousadas/alojamentos vivendo de favor, porque se houve despejo estes ficarão nas ruas. “Nós somos quase três mil pião. A maioria que está aqui nem é do Rio de Janeiro, a maioria aqui é de fora”. Um dos destaques foi para a *Pousada dos Trabalhadores* que, localizada cinco quilômetros do Comperj, acomodava cerca de 500 trabalhadores do empreendimento e recebia pelos serviços prestados através de contrato assinado diretamente com a empreiteira *Alumini* que ganhou grande visibilidade neste período em função da suspensão dos repasses da Petrobras às construtoras do Comperj. Alumini parou de pagar os seus fornecedores. O proprietário “tentou se manter por alguns meses na esperança da retomada dos negócios, até que começou a vender toda a mobília para quitar parte dos débitos de R\$ 350 mil com os fornecedores”. Segundo ele, “Passei o carro, meus cartões pessoais foram cortados e as minhas filhas só continuam estudando graças à diretora, que deu duas bolsas”⁴⁴²

Enquanto projeto governamental e expressão do grande capital, o Comperj contém alguns aspectos que repercutem nas municipalidades sob sua influência, como é o caso de Tanguá. Dos onze municípios do Conleste, Tanguá é o que vem sofrendo maior impacto nesta primeira etapa de implantação do Comperj, Esse pequeno município está sendo uma referência para concentração da força de trabalho empregada pelas empresas terceirizadas, já que dispõe de área, tem um custo de vida favorável e de fácil acesso, o que facilita a migração de trabalhadores para a cidade¹. Atualmente há uma mobilização interna por parte das

⁴⁴² Extraído de *O Dia* “Crise do petróleo afeta até prostituição” veiculada em 03/03/2015 (*Jornal do Brasil*., em 03/04/2015.

autoridades locais e de entidades representativas tendo em vista acolher os esses trabalhadores com suas respectivas famílias, cujo fluxo migratório já começa a acontecer nessa primeira etapa de implantação do Comperj e a alterar o perfil da população.

Os movimentos de desempregados no capitalismo neoliberal se manifesta na organização emergencial dos ex-contratados do Comperj no Município de Tanguá. Nos meses de maio e junho de 2015 vários ex-trabalhadores do Comperj, mas especialmente da Alusa-Alumini, situados no município de Tanguá, se reuniram frente à crise e ao desemprego que afetaram principalmente a mão de obra local, a fim de pensarem estratégias para reaverem e ampliarem vagas de empregos para os trabalhadores locais no Comperj.

A primeira reunião foi em uma pequena roda de conversa, as que vieram depois foi aumentando o número de participantes chegando a ponto de ocupar um quarteirão lá pelo quinto encontro, tendo que ser providenciado equipamento de som para ajudar na comunicação. Um movimento que brotou espontâneo, sob a liderança de uns quatro trabalhadores, que conseguiram despertar a atenção e a presença de políticos do lugar e a um encontro com o prefeito. Na pauta solicitavam a vagas de emprego no Comperj, chegaram a ser recebidos pelo Prefeito local. A organização foi rendida frente à constatação de que não era possível o retorno imediato aos postos de trabalho no Comperj. Sobre o fim do movimento, um dos trabalhadores, relatou:

percebemos que o Comperj não vai mais ser um complexo, mas apenas uma refinaria. Vai diminuir muito o número de trabalhadores. No momento só têm mesmo emprego com gente de fora. O prefeito falou que quem manda é o Conleste, é a partir dele que as vagas de emprego são definidas e não a partir de cada município. Fomos ficando desanimados e que não havia muito o que fazer (Trabalhador local, do quadro da Alusa-Alumini há oito meses sem receber) (trabalhador operador de trator 1).

O desemprego, expressão mais visível da mudança na conjuntura do emprego, e a precarização do trabalho, sua característica mais relevante, vêm sofrendo as conseqüências desse processo de crise, materializados na redução dos postos de trabalho e na flexibilização das relações de trabalho, tal como na música do “pedreiro Valdemar [que] faz tanta casa e não tem casa p’ra morar” do cancionista popular brasileiro. Isto porque, no momento da produção, as relações se dão em condições totalmente distintas, dada a separação entre trabalhador e capitalista, em sua expropriação do valor produzido pelo primeiro. Nesse contexto do processo de valorização do capital, revela-se porém a falsidade da liberdade e da igualdade, mesmo no momento da circulação do capital, quando os indivíduos se relacionam aparentemente como livres e iguais, mas comprando produtos inferiores, quando muito:

Tá vendo aquele edifício, moço, ajudei a levantar.
Foi um tempo de aflição, eram quatro condução,
Duas pra ir, duas pra voltar.

Hoje depois dele pronto, olho pra cima e fico tonto,
 Mas chega um cidadão e me diz desconfiado:
 Tu tá aí admirado, ou tá querendo roubar.
 Meu domingo tá perdido, vou pra casa entristecido,
 Dá vontade de beber
 E pra aumentar o meu tédio, eu nem posso olhar pro prédio,
 Que eu ajudei a fazer⁴⁴³.

Se uma parte desse contingente de três mil trabalhadores foi à luta e prosseguiu nela, fortalecendo sua consciência de *classe para si*, levando-a avante, por outro, grande parte está integrando a superpopulação relativa estagnada, as forças alternativas da camada chamada por Marx (2006, p. 744) de “lázarus” da classe trabalhadora, alcançando a magnitude relativa do exército industrial de reserva⁴⁴⁴, principalmente do centro do município de Itaboraí, conforme a abordagem na última seção.

Na trajetória de mobilizações e lutas dos trabalhadores de grandes obras, a partir do projeto Comperj, a presença do Sindicato é permeada de controvérsias, pois não há uma relação de confiança da base para com a diretoria, entretanto, não há como fugir da dependência institucional nos momentos de representatividades nas negociações com representantes das empresas e nas ações junto ao MPT, por exemplo.

Na organização dos trabalhadores de grandes obras no Brasil, existem aproximadamente 390 sindicatos que representam a categoria (IBASE, 2015), dentre os quais, dois atuam no âmbito do Comperj. São eles: Sindicato dos Trabalhadores do Plano da Construção Civil e Mobiliário de São Gonçalo, Itaboraí e Região (Sinticom) e o Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção de Itaboraí (Sintramon). Ambos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Inicialmente, a representação ficava a cargo exclusivamente do Sinticom, cujo início do exercício de representação ocorreu em início de 2008. A passagem da representação do Sinticom para o Sintramon foi relatada por um dos diretores sindicais do Sintramon, conforme segue:

A gente pertencia ao Sinticom. Como? A gente tinha o nosso presidente. Que era o Manuel [...]. Nós éramos membros de comissão dentro do Sinticon. O que seria membro de comissão? Nós éramos os representantes indiretos do sindicato dentro da obra, tá? E ao passar do tempo, esse projeto de ter outro sindicato, não vem de hoje. Ele vem lá de 2010, se não me falhe a memória. Por quê? O Manuel, ele viu que precisava de um sindicato específico que atendesse a demanda do Comperj. Porque hoje ele não tem. Porque, um exemplo, ele não trabalhava só com o Comperj. Trabalha no Comperj, trabalha com mármore, trabalha com a pesada. Então eram vários segmentos dentro de um sindicato. E a demanda do Comperj, não hoje pela situação que tem acontecido. Diminuiu bastante a demanda de mão de obra. Tínhamos uma mão de obra gigante nessa época, nós tínhamos dezoito mil homens

⁴⁴³ Música “Cidadão”, escrita por Zé Geraldo em 1981.

⁴⁴⁴ camada flutuante do proletariado, destituída de recursos econômicos, e esp. caracterizada pela ausência da consciência de classe.

dentro do Comperj. E tava ruim de conciliar aquilo ali. De ter um atendimento, sabe? Aí foi proposto essa situação. Ele, no caso, a gente não se dividiu, não rachamos base nenhuma, foi no sentido do cara mais experiente que nós tínhamos no momento. Que é o nosso presidente, o Paulo César, o PC, e o Vice presidente que é o Marcos. Que ele já foi do governo, tem uma base toda. Então ele teve essa visão de montar outro sindicato e deixar o pessoal que tava lá dentro. Hoje todos os diretores, presidentes e vice, eles são funcionários do Comperj. Todo mundo tem carteira assinada dentro do Comperj. Aí assim que surgiu outro sindicato. Não teve outro, não teve racha, não teve nada. O presidente do Sinticom achou que era necessidade ter e teve, um outro sindicato. Em 04 de setembro de 2014. Foi a época da nossa posse. Sintramom é o sindicato responsável pelas empresas.

Um trabalhador da base dos canteiros de obras, ex-contratado, relatou sobre o que guardava dessa passagem de um sindicato para o outro:

O sindicato que representa os trabalhadores ali, era o Sinticom, que era o presidente Manuelzinho. Agora, *nessa rebelião braba que teve aí*, não por causa de mandar a turma embora, é o dissídio que o Manuelzinho, fechou uma coisa que não tinha sido fechada por ninguém p'ra poder sair fora da justiça, aí teve-se uma eleição dentro do sindicato lá, uma turma que era de comissão de fábrica e montou um outro sindicato, que acho que é o Sintramom, e, aí têm esses dois (trabalhador encanador industrial).

Sobre o entendimento acerca do papel do sindicato e sobre sua importância, alguns trabalhadores relataram:

Teve uma época aí que todo mundo passou a dar baixa porque praticamente não está fazendo nada. E aí se fosse hoje assim de dar baixa no sindicato. O sindicato as vezes representa só da parte deles. Tem a porcentagem que descontam do salário da gente e passa pra eles. Aí o pessoal queria dar baixa porque eles também não aceitam que a pessoa fique sem sindicato a empresa da gente (trabalhador encarregado de montagem 1).

No começo que eu não entendia muito bem eu falei assim: tá me descontando esse valor de sindicato, eu vou dar baixa, ele [o tio] falou não faz isso e vai sair perdendo, você vai sair perdendo. No mês seguinte um colega meu trabalhava na mesma equipe pegou a carta na empresa, foi no sindicato deu baixa passou três meses ele precisou encostar ficar no INSS o sindicato simplesmente falou pra ele: "Você vai ter que correr atrás por conta própria, porque o que você paga pra gente, você paga pra você mesmo você está pagando pra gente correr atrás de benefício pra você pra facilitar as coisas." Aí foi onde ele pegou e até brincou comigo. Tá vendo se você dá baixa, Deus me livre e guarde se acontecer alguma coisa com você na obra você não vai estar respaldado. Você pode estar respaldado pela empresa lá dentro mas se você tiver uma necessidade pra ver seus direitos eu não vou ter apoio nenhum (Ibid.)

O sindicato desafoga o Ministério do trabalho. Se não tivesse sindicato todo mundo ia correr p'ro ministério aí a nossa justiça é lenta (Ibid.).

Em relação à filiação e a pertença aos sindicatos que representam os trabalhadores, a escolha e a qual sindicato se filiar para obter a representação, um trabalhador local, ex-contratado da área de soldagem:

Ali automaticamente você entrou na firma você já está filiado no sindicato. Ou um ou outro. Vamos supor, eu fiquei sabendo, não sei se com certeza se é verdade ou não, que o Sinticon vai ficar com a parte de Construção civil porque o Siticon é Construção Civil, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Rio Bonito. E ele pra não perder essa teta, é o que acontece, está entrando no comperj agora, mas ele não manja nada de metalúrgica. É por isso que está dando essa rebelião toda doida, ai montarem esse outro sindicato agora e eu fiquei sabendo o seguinte que o siticon vai

ficar com a Construção Civil e o outro que montou agora vai ficar com a construção metalúrgica. (encanador industrial)

De modo geral, os entrevistados para essa pesquisa, sinalizaram que não atuam na liderança sindical, alguns atuam somente em alguma comissão de trabalho, são apenas filiados, tendo participado de momentos de paralisações, assembleias e piquetes. Segundo um trabalhador técnico de enfermagem do trabalho, "A gente fica mais de apoio, né. Então quem fica mais de frente são o povo do campo. Só da assembleia, porque o sindicato não dá o apoio que a gente precisa. Não participa assim não. Não participa ativamente com a gente não". De modo geral, esses trabalhadores têm um sentimento coletivo de que são trabalhadores, que têm problemas em comum e, por isso, têm que se organizar, conforme enfatizado pelo que fez o seguinte relato:

Porque antigamente não era, mas hoje a gente está se unindo mais p'ra ter mais *reconhecimento como trabalhador e não como bandido*. Que nem teve uma greve que teve aí, teve polícia, teve bala de borracha. O pessoal estão se unindo mais. Antigamente não, o pessoal não se unia, mas agora o pessoal estão se unindo mais. Então até o sindicato estão vendo que o pessoal está se unindo mais que eles até fizeram até uma assembleia dia 15 do mês passado e vão fazer mais uma agora dia 05. Então eles estão vendo que o trabalhador não estão mais suportando mais eles. E eles estão correndo mais atrás (trabalhador operador de trator).

Nessa conjuntura de lutas, o sindicato ora era visto como uma ameaça aos interesses dos trabalhadores, tendo em vista ser considerado pelego, ora um aliado, um porta voz junto a grande imprensa, ora despertava a ira de sua base. De modo geral há uma briga da base de trabalhadores com a direção do sindicato que não cumpre adequadamente seu papel. De acordo com uma representante do sindicato dos profissionais da educação da região,

[...] as brigas, praticamente um rompimento, têm sido aproveitado de forma, às vezes, até irresponsável por forças políticas de fora da categoria que pretende derrubar na marra a direção do sindicato em pleno período de negociação salarial. E os trabalhadores tem saído muitas vezes prejudicados a ponto de terem a greve julgada ilegal porque não foi assumida pelo sindicato.

Esta representante sindical também sinalizava que "nem tudo é divulgado na mídia, seja ela oficial ou sindical é verdadeiro, devido às posições políticas que têm"⁴⁴⁵. De modo geral, percebemos que nessa forma de organização dos trabalhadores do Comperj, há uma manifestação horizontal e espontânea apresentada pelos manifestantes.

As lideranças políticas vão surgindo durante o processo, não trazem necessariamente os requisitos tradicionais dos líderes sindicais. Muito por isso, é importante destacar que o reconhecimento, por parte dos(as) manifestantes, de que algumas pessoas podem contribuir de outra forma não estabelece uma diferenciação interna. Pelo contrário, todos e todas se mantêm como manifestantes, mesmo que a sua ação tenha um maior nível de complexidade, ou mesmo de elaboração. (Ibase, 2015, p. 70)

⁴⁴⁵ No ambiente da cidade de Itaboraí e das demais cidades sob áreas de abrangência do Comperj, fora do "chão da fábrica", ou seja, dos canteiros de obras, era a concorrência por vaga de emprego que movia o confronto entre trabalhadores, na dinâmica dos embates dos trabalhadores contratados era outra: na luta contra o capital eles também encontravam barreiras: a liderança pelega do sindicato.

Muitos trabalhadores não têm experiência organizativa ou política, principalmente os peões locais, tendo como meta a luta pelos seus direitos básicos, os trabalhadores do Comperj, desde o primeiro momento, identificaram que, para atingir os seus objetivos, precisavam criar uma forma de pressão que fosse além da empresa. Precisavam se unir enquanto classe. Nesse momento se relativiza o que os separava, trabalhador de fora, ou trabalhador local, tornam-se classe trabalhadora.

A paralisação do Comperj, inicialmente, tornou-se a principal forma de luta desses trabalhadores, sendo mais tarde ampliada com outras pautas conforme situado no início da seção 4.4.1. Desde junho de 2013, quando ocorreram as jornadas, a conjuntura colocou novas questões para os movimentos dos trabalhadores e os movimentos sociais de modo geral. Uma delas é que trouxe possibilidades de seu fortalecimento para as organizações e mobilizações populares. Os trabalhadores, no contexto do Comperj, souberam disso. As greves, por exemplo, foram se apropriadas como instrumento de luta do proletariado. Entretanto, há também um caráter autônomo por parte dos trabalhadores, cuja presença de lideranças isoladas da institucionalidade sindical é bastante forte, o que traz como desafio a busca pelo entendimento do movimento sindical e organizativo na atualidade deste início do século XXI. Conforme análise de Mattos (2009, p. 36), “não se pode afirmar com segurança que o ciclo de lutas da classe trabalhadora iniciado com as greves do ABC em 1978 tenha chegado ao fim”. Segundo o autor, “se são visíveis múltiplas e diferenciadas mobilizações de frações da classe, tais lutas se dão de forma extremamente fragmentada, sem maiores articulações e na ausência de qualquer direção unificada legitimada pelos movimentos (ibid., p. 37). Logo, se constitui desafio para o movimento sindical, o imediatismo das mobilizações que buscam o reconhecimento de seus direitos e dignidade, sem a mediações institucionais, não tendo uma preocupação com o movimento sindical e organizativo.

Num contexto em que o papel do sindicato oficial é tutelado pelo Ministério do Trabalho, portanto, funcional a esse processo do ponto de vista do capital em detrimento do trabalho, no âmbito das lutas travadas pelos trabalhadores do Comperj, “as representações sindicais aparecem de modo coadjuvante, respondendo às pressões dos trabalhadores e trabalhadoras e mediando o conflito junto às empresas e ao Estado” (IBASE, 2015, p. 75).

Frente a esses embates que, num primeiro momento têm característica intraclasse, e num outro, a de luta de classes, foram evidenciados cada vez mais na medida em que fomos avançando na pesquisa de campo. Perguntávamos se havia um sentimento coletivo enquanto

trabalhadores, enquanto pertencentes à classe trabalhadora, dado o grau de intensidade desses embates. Há depoimentos ricos na tradução das contradições que envolvem a vida do peão de trecho. Nas reflexões dos entrevistados, percebemos uma identificação enquanto trabalhador, conforme o relato do trabalhador local 2 sugere:

Tem, sim eles estão unidos. Lá dentro todos são unidos. Que nem agora, a Alusa mandou uma multidão de gente ir embora e não pagou. Lá dentro fizeram paralização para poder resolver aqui fora. Eles tem uma união, *muitas vezes a união é até forçada porque tem um monte dessas turmas que andam pendurada nas costas dos chefes porque os chefes bateram o pé: “Oh tem que entrar”, até pro meio do mato eles vão pra poder entrar* porque eles sabem que o cara deu a vaga deles então o cara fala assim eu não posso perder essa boca. Mas tem muitos que não bota a cara na frente mesmo: não vamos parar porque amanhã pode ser a gente que está lá fora sem receber. os caras estão lá fora sem receber passando necessidade. E para mesmo e tem que resolver. Há esse sentimento (trabalhador encanador industrial).

As contradições que atravessam a vida do peão de obras. O mesmo peão que, na luta pela sobrevivência e pela vaga de emprego vendeu sua alma e sua consciência de classe quando aceitou a vaga de emprego facilitada por alguém da chefia, na hora de brigar por seus direitos, de compor o coletivo dos trabalhadores, não pode. Ele é um sujeito capturado pelos representantes do capital, destituído de sua consciência e classe.

Em outro relato, há uma clara visão de que a classe não está totalmente em luta, ela é coagiada, capturada, porta contradições: “Eu falo p’ros caras, gente aqui onde vocês moram aqui tem muito serviço. Mas infelizmente tem gente ali que *entrou em greve, bagunça*, e não entra no Comperj mais nunca, em área nenhuma da Petrobrás querem o trabalho dele” (encarredo de montagem). É também trabalhador que aceitou a vaga por indicação, por apadrinhamento, e agora tem não só a sua alma vendida, como a sua classe:

A abordagem dessa questão sindical nos possibilita a entrar no interior de relações sociais locais e regionais cujo histórico do protagonismo dos trabalhadores que ainda é muito incipiente no emergente proletariado, que não dispunha de tradições organizativas nem de experiência política. Contudo, os peões com experiência no trecho, muitos chegaram com a manha da luta. Esses trabalhadores, como vimos até aqui, extraem da sua labuta o potencial de resistência e de luta (IAMAMOTO, 2001). Em suas trajetórias de trabalho, enquanto trabalhadores peões de trecho, “já rodaram todo o país e condensam uma rica experiência de trabalho, que lhes permitiu acumular maior conhecimento dos direitos trabalhistas e sociais, dispondo de amplo acervo de informações. Aprenderam as ‘manhas’ para enfrentar as relações e adversidades do trabalho” (IAMAMOTO, 2001, p. 240). E, ainda, “o que buscam é o valor de troca de sua força de trabalho. Uma vez esvaziado o trabalho de sentido humano, também esvazia o sentido das lembranças e aspirações” (Ibid., p. 242).

Logo, uma organização do porte que assistimos nos relatos que analisamos nessa pesquisa, contou também com trabalhadores que têm trajetória de luta trabalhista, além do apoio intersindical, pois muitas categorias profissionais uniram força junto aos trabalhadores do Conperj. Não há como não considerar a presença de contradições internas na organização. Então, direta ou indiretamente, a questão sindical atravessa também esse processo. As Jornadas de junho de 2013 evidenciaram a rejeição ao atrelamento da luta aos partidos políticos. E os sindicatos no âmbito da luta do Comperj apresentavam-se com uma direção cutista, central que historicamente esteve vinculada ao PT, que naquele contexto expressava ainda o partido do governo federal. Enfim, é importante reconhecer que, nesse amplo processo de luta, o papel dirigente do proletariado manifestou-se inteiramente ante o refluxo das organizações e lutas classistas, se constituindo um grande passo para que tais lutas se concretizem em vista da conquista maior, a emancipação humana⁴⁴⁶.

4.3.3. Término das obras, programa de retorno e destino dos trabalhadores

A história nunca se fecha por si mesma
e nunca se fecha para sempre.
São os homens, em grupos
e confrontando-se como classes em conflito,
que “fecham” ou “abrem” os circuitos da história.
*Florestan Fernandes*⁴⁴⁷

Diante da fase de declínio das obras, no contexto do Comperj, que antecipa o seu ciclo natural⁴⁴⁸, volta a questão que marcou o anúncio do projeto, quando se previu a migração de trabalhadores para a região: qual é o destino dessa gente? O processo migratório previsto já

⁴⁴⁶ Itaboraí é onde podem ser vistos, em especial, muitos ex-funcionários da empresa Alusa-lumini, Alguns continuam contratados, de carteira assinada, mas não recebem salário nem têm acesso às obras, e esperam a demissão formal, seguindo na luta.

⁴⁴⁷ In: FERNANDES, 1977, p. 5

⁴⁴⁸ Até a metade de 2015, quando esse trabalho investigativo foi encerrado, o projeto Comperj ainda não havia sido concluído, havia sofrido muitas alterações, conforme abordado na seção 4.1.2. Logo, o produto final que todo processo de trabalho tem, ainda não havia sido apresentado. Nesse sentido, essa trajetória tem sua continuidade.

aconteceu, o impacto populacional se tornou realidade. E agora? Sabemos, conforme a análise de Marx (2006, p. 732), que “a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.” Nesse sentido, ao mesmo tempo em que ela é supérflua, também é indispensável para o capital em sua busca pela valorização.

Desse modo, sobre essa enorme massa de operários assalariados de grandes obras no Leste Fluminense do Rio de Janeiro que se formou essencialmente ligado à indústria petroquímica e sua parceria com a indústria da construção pesada na implantação de um empreendimento de desenvolvimento nesta região, buscamos entender como ficaria. Sabemos que estes trabalhadores eram “contratados de projetos”, mas os projetos foram cancelados ou muito reduzidos. E mesmo que o projeto tivesse acabado, estes iriam para outros lugares. Mas como ir para outros trechos se o Brasil, neste momento estava parado, a maioria das grandes obras parcialmente suspensas, com **um dos maiores índices** de desemprego dos últimos tempos? As maiores empregadoras dos trechos, as empreiteiras, estavam com os pagamentos e financiamentos suspensos por estarem sob investigação?

Duas grandes questões para finalização desta análise investigativa, então, consiste em tratar sobre o término das obras de um grande empreendimento e sobre o destino dos trabalhadores após esse processo. Assim, buscaremos analisar as tendências que se apontam para a região, o chamado “desmobilização” do operariado das obras e seu destino⁴⁴⁹.

Em relação à primeira, frente aos atrasos, às polêmicas, denúncias e controvérsias quanto ao andamento e término das obras de construção do Comperj, no período da pesquisa de campo, os entrevistados deram os seguintes depoimentos sobre o andamento das obras no início de 2015:

Falta sim 40% pra terminar. Foi renovado o contrato pra continuar até 2017 (trabalhador supervisor de segurança do trabalho 1).

⁴⁴⁹ A assistente social 2 explicou que existe no âmbito da Petrobrás um Programa de Recursos Humanos voltado para a “mobilização” e a “desmobilização”, popularmente chamado “MOB/DESMOB”. Este programa tem uma extensão para os trabalhadores dos canteiros de obras, sendo a Mobilização caracterizado pelo momento de chegada do projeto e instalação dos canteiros, requerendo formação, preparação, se faz acompanhamento, treinamento, contrata empresa, faz gestão financeira. É através do Prominp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural) que algumas propostas se concretizam. Já a Desmobilização é o momento de terminar a obra, levantar o canteiro de obra e partir. Então tem que deixar os peões preparados, inclusive qualificados para terem condições de continuarem empregados. Ressaltou porém que este programa tem falhar e no contexto do Comperj não estava sendo possível viabiliza-lo, principalmente para desmobilização, tendo em vista as demissões em massa. Destacou ainda que é importante na demissão, fazer avaliação com o trabalhador a fim de evitar problemas trabalhistas posteriormente.

Tem muito trabalho. Tem muito material que nem chegou ainda no Comperj devido o trajeto né. Vai chegar um dia então até 2017 é isso mesmo (trabalhador técnico de enfermagem do trabalho 1).

[...] a obra praticamente nem começou. Se você pegar um ângulo, a visão da obra, e ver ela nem começou, está na base dela (trabalhador montador de andaime 1)

Tem, assim, obras que estão adiantadas. Mas é diferente de falar assim: o Comperj está adiantado (trabalhador montador de andaime 2)

É impossível até porque por exemplo, tem obra dali que começou agora da base, é no mínimo 4, 5, 2 anos para serem concluídas (trabalhador montador de andaime 1)
É. Todas as obras hoje dependem da nossa porque a nossa é o coração e ela está só começando (trabalhador montador de andaime 2)

Diante desses relatos e do declínio de contratos da força de trabalho a partir das demissões em massa, pudemos perceber que não houve o fim natural das obras porque o projeto não havia sido concluído, houve uma interrupção em função de uma crise institucional e político, esse declínio dos empregos não significou conclusão das obras.

Sobre a previsão de funcionamento pleno do projeto, há a seguinte opinião de um dos diretores sindicais entrevistados: “vai demorar muito. Tem muita obra ali dentro, muita coisa, muita coisa mesmo. Não é pouca não” [...]. E também acho que a gente tem de acreditar em papel. Tem que provar, se eles falam que é 77% [de obra pronta] eu vou falar o quê? (diretor sindical). Agora na minha visão eu acho que não. Ainda de acordo com a visão deste representante sindical:

Falta porque eu vejo o seguinte [...]. Eu vejo, toda obra ela tem que ter retrabalho. [...] Você vai botar um piso aqui, o piso ficou fora do centro, você vai ter que refazer ele. Isso gera um retrabalho. E tem coisas lá dentro que vai ter que se acertar. Entendeu? Então eu vejo né, meu olhar, no meu centro, eu acho que foi feito menos. É claro que acelerou muito, tem muita coisa que já está pronta. Então eu acho que não ‘está’ os 77%.

A frustração do peão de obra no desabafo de um experiente peão por não deixar pronta a obra. Sua expressão frustrada por não concluir seu serviço como sempre fez: deixar a obra operando:

[...] nós, graças a Deus, temos aqui um grupo, e ‘nós honra’ muito esse grupo. [...] *a gente veio em função de concluir a obra, concluir e deixar ela operando*, quantas obras a gente passou entre Vitória, Espírito Santo, Macaé, Uberaba, hoje nós estamos aqui, *todas as obras que ‘a gente passamos’ a gente deixou elas em operação*. Gerando já próprios recursos pra colher viú? Essa aqui que infelizmente, hoje eu não posso dizer que [...] vamos deixar ela nessas condições de acordo com o que está se passando. Eu não sei se nós vamos deixar ela em operação. A nossa intenção é essa, deixar ela gerando pra poder, porque é assim que funciona as coisas, então nós trabalha nesse sistema (trabalhador montador de andaime 3)

O trecheiro de obra atribui grande importância ao trabalho que para ele tem grande centralidade: “a alegria do ‘pião’ é deixar a obra pronta”, dizia um trabalhador de Minas Gerais. O trabalhador do trecho tem consciência sobre a importância do seu trabalho, que sua categoria não pode faltar nas grandes obras do governo, como eles próprios dizem. O relato, a

seguir, mostra também a centralidade do trabalho que o trabalhador dá ao trabalho e a dependência do capital da força de trabalho.

Mas infelizmente é o descaso da própria Petrobrás com a gente que é trabalhador. Infelizmente acontece isso. Em toda obra que a gente passa da Petrobras acontece isso. Deixa a desejar com a mão de obra dela. Porque quem faz as obras são a gente. Eu sou um trabalhador simples, mas tô ciente do que está acontecendo dentro do Brasil. Hoje não pode, se estourar todas as obras que estão se estourando dentro do Brasil e as refinarias, o que é que está acontecendo tá estourando mais duas refinarias dentro do Brasil que é Fortaleza e no Maranhão. Mas só estourou depois que essas aqui estão meio caminho andado. Porque o Brasil infelizmente não tem mão de obra pra suprir todas as obras. Por ela saber disso, não contrata. (trabalhador operador de trator 1).

Logo, se a obra não está concluída, foi apenas uma parte dessa história que nesta pesquisa pudemos alcançar. Em relação à segunda questão, que se refere ao futuro da classe trabalhadora após a conclusão das obras de um empreendimento, nossa indagação principal se volta para as possíveis consequências para esses segmentos de trabalhadores e, conseqüentemente, para a região. Se os pequenos municípios, os que absorveram em maior quantidade esses trabalhadores e, alguns com suas respectivas famílias, na condição atual, alguns desses municípios têm grandes índices de pobreza e desigualdades e, ainda, não têm uma rede de proteção social constituída que dê conta de atender as demandas que ali se apresentam, como ficarão a partir deste momento de declínio das obras e do aumento do desemprego em massa? Desse modo, a obra do Comperj foi algo bom, “porque gerou bastante trabalho “emprego” p’ra população”, relatava um dos trabalhadores do lugar, mas “depois que acabar ela [a obra] a gente não sabe o que vai acontecer com os trabalhadores daqui. “É a grande questão”. Porque vai vir só executivo não é? A realidade é essa não é? Então a grande questão é essa daí” (trabalhador operador de trator 1).

Logo, as contradições e consequências que envolvem os trabalhadores de grandes obras no quadro geral do Comperj, seu destino enquanto classe social, a dos trabalhadores na situação do Município e região pós-crise da Petrobrás são as preocupações centrais ao finalizarmos este estudo. Dilemas dos trabalhadores pós crise da Petrobrás/empreiteiras, impactos nas políticas públicas A força de trabalho no Leste Fluminense e suas metamorfoses, houve de fato alguma alteração?

Nesse cenário em que suas evidências sócio-históricas em relação à classe trabalhadora, nos levam a um outro desdobramento da hipótese investigativa desta tese, ou seja, nesse processo, a partir da constatação de que na origem do processo migratório dos diferentes segmentos de trabalhadores, e suas respectivas famílias, para regiões sob a efervescência de um grande projeto de desenvolvimento, revela-se a dupla determinação do

projeto do capital mundializado e financeirizado em sua fase contemporânea deste início do século XXI, ao mesmo tempo em que o Comperj caracteriza-se como um dos projetos de desenvolvimento do Brasil, como um dos investimentos mais importantes do país, com pretensões de gerar grande desenvolvimento para toda a região de sua influência, encontra-se também nele a raiz da (re)produção ampliada da *questão social* nas municipalidades Leste Fluminense, a contradição própria do desenvolvimento do capitalismo se faz presente de forma intensa (transformação às avessas FREIRE 2015). Os dados relativos ao total de trabalhadores do comperj revelam de modo sobremaneira evidente o quadro geral nesta fase de declínio das obras. Atualmente apenas cerca de nove mil trabalhadores estão contratados.

Em seus estudos, Lênin mostra a universalidade de suas conclusões sobre o desenvolvimento do capitalismo, logo, podemos concluir que a exploração em curso no Leste Fluminense, expressa essa conclusão do autor:

Na realidade, porém, o capitalismo Russo nunca poderia desenvolver-se e atingir o nível atual, não poderia existir nem um ano se a expropriação dos pequenos produtores não criasse uma massa de milhões de operários assalariados dispostos a satisfazer, ao primeiro apelo, a demanda máxima dos empresários (LÊNIN, 1986, p. 365).

Assim, depois de tantas mudanças na infraestrutura das cidades, buscam-se alternativas de lidar com as consequências. Sobrecarregadas a atender os novos habitantes até o retorno deles aos estados de procedência. "Não só o fato de estarem os desempregados aqui, que vieram de longe, mas como a obra não acabou esse pessoal não vai embora. Porque eles ainda têm expectativa de voltar a serem contratados para terminar as obras"⁴⁵⁰.

Resumidamente, a socialização do trabalho pelo capitalismo (Lênin, 1985 p. 374) cria a necessidade da migração ou mobilidade da população, que era desnecessária aos sistemas de economia social anteriores, havendo toda uma logística para isso e o retorno dessa massa (de "lázaros"), para seus Estados de origem, inexistente uma política da empresa dar apoio aos trabalhadores neste retorno. Por exemplo, esses que não estão contratados para seguir em frente pra outra obra, não têm o apoio da empresa.

Realizamos um levantamento acerca do destino dos trabalhadores ao término das obras, levando em consideração as particularidades do Comperj: as obras não foram concluídas, na metade de 2015, apenas foram reduzidas. Percebemos cinco situações que envolvem os trabalhadores na conjuntura apresentada: 1) os que são da região e nela permanecem; 2) alguns peões do trecho que planejaram ficar na cidade, a não seguir o trecho e ficar com a família; 3) 30% dos trabalhadores com experiência que geralmente ficam para a

⁴⁵⁰ *Jornal do Brasil*, Cláudia Freitas, em 03/04/2015.

manutenção permanente do empreendimento, fato comum em grandes obras; 4) os que ficam porque não têm outra alternativa; 5) os que retornam para seus respectivos estados.

Como sinalizou um encarregado de obras: “Tem pessoas que se aventura em não ir p’ro trecho. E param no lugar. Como aconteceu aqui. Tem muita gente que veio pro trecho e se instalou aqui. Hoje em dia tem família” (Diretor sindical). Um dos encarregados de obra relatava durante a entrevista que “talvez tem uma quantidade daqui que já não vai [ser convidado a ser trecheiro/trincheiro, seguir para outra obra] (trabalhador encarregado de montagem 1). Esse se constitui outro aspecto da “questão social” se manifesta no quadro dos trabalhadores que ficam na região após o término das obras. O controle, o acompanhamento de quem é de fora, o cuidado para com seu retorno ao lugar de origem, não há mais por parte das empresas contratantes, em especial, da Petrobrás. Essa dimensão é capturada pelos sujeitos que têm uma trajetória no trecho e detém uma visão sobre como devia ser conduzido esse momento:

Eu vejo hoje o descaso da Petrobrás com a gente, muitas empresas preocupava de eu estar chegando de fora. Agora tinha um controle, 10% tinha que ser de fora e os outros 90% tinha de ser de obra local. Hoje não tem esse controle. Então existe um descaso da Petrobrás. Ela que representa o Brasil em relação a gente. Não tem um controle nós estamos aqui e tanto faz a gente voltar como não voltar, não tem um controle da gente. Nós vamos sair daqui amanhã, Terminou a obra nós temos um controle (trabalhador operador de trator 1).

Antes havia o cadastro no relatório sócio econômico das pessoas que vinham de fora, pra não cria problema na cidade local, pra não criar tipo favela local que é um problema pra cidade local. Tinha que dar condições pra voltar pra cidade dele pra não ficar aqui gerando transtorno pra comunidade local. Socioeconômico, aqui não tem isso não. Nilson “Nós participamos de uma reunião no Ministério Público quarta-feira passada lá em Niterói e muita gente reclamou que não tem condições de voltar. Tá com a família aqui e não tem condições de voltar aí vai ficar aqui”. (trabalhador técnico de enfermagem do trabalho 1). Em outra palavra, o programa “mob e desmob” está presente no relato de trabalhadores contratados e que têm longa experiência de trabalho nas obras da Petrobras. Para estes “Têm trabalhador que se acomodou no lugar, arranjam família e não seguirão no trecho” (trabalhador operador de trator 1):

Esse se acomodou lá e não foi mais pra lugar nenhum. Aí mudou de função porque não queria trabalhar com a gente mais, arrumou família e não acompanhou mais a gente. Tinha gente que era montador e hoje trabalha em super mercado fazendo entrega essas coisas assim. Então aqui eu creio que alguns que já veio com a gente já arrumam família e aqui eles estacionam e não vão mais pra lugar nenhum. (trabalhador encarregado de montagem 2).

Logo, escolher (se é que se pode dizer que isso é escolher) ficar e constituir família é visto pelos demais trecheiros como acomodação. Em relação aos trabalhadores que, conforme apontado pelos próprios trabalhadores:

Aqueles que trouxe família ficam. Não tem condições de voltar. Não juntou dinheiro, não guardou nenhuma reserva. Não recebeu pagamento, não tem condições de voltar”. Porque eles não têm condições de voltar. A situação da Alusa mudou bastante, e eles não têm condições de voltar. (trabalhador encarregado de montagem 1).

Em período de alta temporada das obras, curculam com facilidade o dinheiro e o emprego, mas muitos trabalhadores não sabem...não tem a visão de que aquilo é passageiro (Trabalhador supervisor de segurança do trabalho).

Considera-se ainda que a classe trabalhadora, conforme a teoria social de Marx sustenta, se divide em exército da ativa e exército de reserva, [...]. Assim, uma parte da classe trabalhadora ativa do Comperj, permanece na ativa, tendo em vista que após as obras ficam 30% da força de trabalho para manutenção permanente nas fases posteriores de implantação do projeto que envolvem a indústria de primeira e de segunda geração⁴⁵¹. Outra parte muitos desses que vieram pra construir ficam que é para fazer a manutenção.

Pra ela funcionar, porque a refinaria é o que? Ela tem partes que ela funciona, já está em funcionamento mas ela não está toda construída. Comperj tem muita coisa que nem foi mexida. Tem muitos pátios lá, terraplanagem que vai te obra, que nem sequer plantou um pedacinho de pau pra dizer que tá começando a fazer obra (trabalhador encanador industrial).

Sobre o que costuma acontecer no pós obras de acordo com depoimento de um encarregado de obra:

depois que a empresa foi embora eu creio **que 90% das pessoas voltaram**, tudo pra mesma função deles. Porque é trabalhador rural, muito poucas pessoas as vezes saem pra trabalhar assim. Às vezes saem ficam 1 mês, 2 meses, **não adaptam e vão embora**. Já chegou gente aqui de ficar 20, 30 dias e não adaptar e voltarem pra mesma cidade de origem (trabalhador encarregado de montagem 1)

O destino dos que vão compor o lumpemproletariado Para analisar o destino dos trabalhadores que vão se juntar ao lumpemproletariado Para ilustrar a questão atual dos trabalhadores da Alumini “O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história” (Marx & Engels, 1977, p. 39). Já observava Marx em *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* (1952) que “os homens

⁴⁵¹ Conforme observações do trabalhador encanador industrial relata: “Então esse mesmo grupo que [...] anda o país inteiro e até fora do país, [...], eles já sabem que é uma fonte de emprego muito bom, que tem o salário muito bom. Porque quando a firma tiver funcionando estará funcionando com uns 30 % então fica um grupo de olho em cima disso aí. já fica um grupo aqui que fica fazendo a manutenção. A pessoa da manutenção qualquer lá dentro já sabe, já tem alguém lá dentro estruturando esse esquema todinho. Aí fica uma multidão aqui também. Muitos vão embora, que corre o mundo direto, tem uma multidão que corre o mundo o tempo todo.” (trabalhador encanador industrial).

fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. “Dos [milhares de trabalhadores, migrantes ou do lugar], há uma parte que sempre permanece na reserva desempregada: essa reserva ora adquire proporções enormes nos anos de crise – ou durante o declínio de um ou outro ramo industrial ou em certa região, ou quando o desenvolvimento muito rápido da mecanização provoca demissões – ora cai para o nível mais baixo, provocando até a ‘carência’ de operários, de que não raro se queixam empresários de um setor da indústria em certos anos e certas regiões do país”. (Lênin, p. 366) É importante lembrar que nossa compreensão de que esse imenso exército de reserva operário é indispensável à própria existência e ao desenvolvimento do capitalismo desde a análise de Marx sobre a experiência da Inglaterra. Em relação ao desemprego, vale a observação de Lênin: “Numa sociedade capitalista, essa permanência do emprego não existe, nem pode existir para nenhuma categoria operária.” (Ibid., p. 366).

Dos milhares de trabalhadores sem emprego, sem casa, alguns passam fome, há quadro de depressão e, inclusive, notícias de suicídio de trabalhador que não aguentou a pressão da família passando necessidades. Dentre trabalhadores “de fora” que, abandonados à própria sorte, sem dinheiro para retornar à terra de origem, sem moradia, dependendo de favores, e com a família longe passando necessidade não estão dando conta de enfrentar a situação⁴⁵². Alguns, nesse período, procuram fazer algum “extra”, algum “bico”, para ir sobrevivendo. Por meio de incentivos fiscais o capital encontrou o terreno propício para realizar o que lhe é peculiar em seu processo de acumulação, geração de pobreza, miséria e exclusão. Pode-se afirmar que é significativamente nesse contexto que a “questão social” começou, de fato, a assumir magnitude impensável e sem precedentes na região⁴⁵³.

Por ocasião do anúncio deste grande projeto, indagavam-se na região sobre como acolher os trabalhadores que migrariam para a região, como estabelecer um planejamento em

⁴⁵² Em uma audiência com o Ministério Público do Trabalho a PETROBRAS havia se comprometido em pagar os 3.000 trabalhadores caso houvesse uma intimação. A empresa foi intimada, após uma decisão judicial, e não cumpriu o combinado, recorreu da decisão. Independente da punição aos empresários e aos políticos envolvidos, que todos nós esperamos ansiosamente que ocorra e que seja a mais dura possível, é necessário que o sofrimento desses trabalhadores tenha fim e o estado brasileiro precisa intervir.

⁴⁵³ Esses trabalhadores vêm recebendo diversos apoios nesse período marcado por intensas lutas. Com base no que se diz no ditado popular, pudemos observar que *a corda seguiu arrebentando do lado mais fraco*, pois os trabalhadores do Comperj estão há quase um ano sem salários, passando fome, sede e vivendo em condições sub-humanas, como sem-teto, na cidade de Itaboraí

vista de evitar o fenômeno ocorrido em Macaé, por exemplo⁴⁵⁴. Na atualidade, a indagação permanece, porém a experiência já se concretizou, e não é mais uma possibilidade do vir a ser, mas um quadro concreto de trabalhadores formando uma superpopulação relativa que gera preocupações. Se antes a preocupação era saber como ficaria a região e cada um de seus municípios no decorrer deste novo processo migratório determinado pelo Comperj, nove anos depois a preocupação continuou a ser como ficará a região, já que, na condição atual, a maior parte dos municípios do Conleste tem grandes índices de pobreza e de desigualdades e, ainda, não têm uma rede de proteção social constituída que dê conta das expressões da *questão social* que ali se apresentam.

O quadro de pobreza e desigualdade apresentado revela que tais municípios ainda espelham a marca da subalternidade de sua população que não usufruiu das riquezas naturais de suas terras. elas tornam-se *meio de produzir riqueza para outros e de reproduzir a pobreza* desta população. Em síntese, podemos afirmar que da formação agroindustrial no início do século XX à formação da indústria petroquímica nesta região neste início do século XXI, revela-se na realidade socioeconômica o que Trotsky cunhou como desenvolvimento desigual. Percebe-se que a “*questão social*”, que *condensa um conjunto de desigualdades*, é uma questão da classe trabalhadora, se torna evidente, nesta realidade, tendo presentes diversas situações que expressam aspectos fundamentais das relações sociais que perpassam essa questão. Nas condições e relações sociais em que se ergueu a cidade, percebe-se o paradoxo do desenvolvimento desigual, que se revela como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais ao mesmo tempo, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital . Buscamos, desse modo, também assumir o desafio de ir *para além do capital*, como uma tarefa a ser renovada a cada dia, pois se trata da necessidade realmente inevitável de fazê-lo.

Neste sentido, o que ficou para e na região, foi um rastro alarmante de miséria, pobreza e sofrimento e uma massa de desempregados a partir de todos esses anos hegemonia de relações que ainda hoje se (re)produz sobre a exploração desta região e, com características

⁴⁵⁴ Numa rápida retomada histórica sobre a constituição dessa municipalidade, verifica-se que o trabalho foi determinante em sua constituição enquanto território. Ciclos de migração marcam esta formação populacional, fato comum na Região de Itaboraí. Esta característica do Comperj vinha preocupando as autoridades locais e as organizações sociais locais, desde o início de 2006, representadas pelos trabalhadores do comércio, igrejas, das ONG's e diversos programas sociais, tendo em vista o fim desta etapa de criação de grande número de emprego para este segmento de trabalhadores sem qualificação e escolaridade. Previam uma massa de desempregados e a **aceleração do processo de favelização** nestes municípios, em especial os pequenos municípios. A partir de 2006, essa foi a preocupação central. Quase dez anos depois, se confirma: o capitalismo subsume a sociedade em função dos seus interesses, captura consentimentos.

não muito diferentes das do início do processo de colonização. Trazendo consigo a "questão social" e todas as suas formas de expressões ao trabalhador. As relações estabelecidas nesta região, em particular no município de Itaboraí são pautadas nas relações de exploração., que desenvolve um processo de mudança significativa na forma de (re)produção da vida do trabalhador.

Sua gênese está vinculada num processo de relação das mutações históricas da forma de acúmulo e reprodução do capital, nas alterações das relações de trabalho e, conseqüentemente, de toda vida social e a caracterização resultante deste movimento no desencadeamento e acirramento e a multiplicação de suas variáveis expressões. Repõe novamente nesta realidade o descompasso entre as conquistas no campo econômico e os avanços no campo social. *O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais* (MARX E ENGELS, 1977, p. 39).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida é bela.
Que as gerações futuras a limpem de todo mal,
de toda opressão e de toda a violência,
e que desfrutem dela plenamente.

Leon Trotsky

Deixei que chegasse livremente ao meu coração algo especial que tivesse marcado esse percurso que se encerra. Então, pairando uma suave brisa me foram vindo um furacão de momentos protagonizados pela classe trabalhadora no Brasil. Coisa boa! A Primavera dos Povos se fez presente nesta segunda década do século XXI. Se há tantas investidas contra a classe trabalhadora está havendo uma grande resistência também. Há reações! Elas se revelam sob várias experiências: dos movimentos populares e classistas, da mobilização política que está sendo muito forte, sobretudo, nas jornadas de junho de 2013 e posteriores a elas, na greve histórica dos garis, nas greves unificadas de várias categorias profissionais da saúde, de educação, de caminhoneiros, das lutas contra remoções por conta das obras dos megaeventos e contra o Projeto de Lei (PL 4330/2004) que institucionaliza a terceirização e também a “quarteirização”.

Nesta pesquisa, *os rebatimentos dos grandes projetos de desenvolvimento econômico sobre a classe trabalhadora, em especial, os segmentos de trabalhadores de grandes obras e de regiões afetadas por grandes empreendimentos, e o acirramento da “questão social” decorrente desses processos sócio-históricos da Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro no início do século XXI*, foi nosso objeto de estudo. Por isso acompanhamos os reveses e os vários momentos também das lutas de segmentos de trabalhadores de grandes obras por todo o Brasil. Por exemplo, vimos os operários da Usina de Jirau na qual a rebelião de mais de 20 mil operários parou a maior obra em andamento no Brasil; as obras de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, que cria atualmente o maior êxodo migratório dos últimos anos, atingindo aproximadamente 28 mil trabalhadores, além de conflitos no Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e outros lugares. Vimos também a luta dos trabalhadores de grandes obras, contratados pelas maiores empreiteiras nacionais,

os terceirizados da Petrobrás, pararem cidades inteiras e, até, pararem a Ponte Rio-Niterói, como ocorreu com os trabalhadores do Comperj. Quantas expressões de contradições!!!

Para desvelar esse fenômeno que envolve as grandes obras no país, buscamos desnudar também os processos que envolvem as empreiteiras e grupos associados que representam a burguesia brasileira, junto com a atuação do Estado, movimentando tanto um grande contingente de trabalhadores de grandes obras, os migrantes do trecho, os trecheiros, como também alterando a vida de milhares de famílias das classes trabalhadoras dos lugares onde essas obras acontecem, tomando a *categoria trabalho* como central nesta análise. Desse modo, passamos a demonstrar alguns resultados dessa pesquisa, que foi iluminada pelas fontes marxianas, com algumas categorias da crítica da economia política e da formação social do Brasil, como também pela literatura crítica fundada nessa tradição.

Assim, no *Capítulo 1*, a compreensão de *indivíduo social* como um produto histórico, negado como se constituísse um dado da natureza, tal como pensado pelos representantes da economia política clássica, foi fundamental para a análise e afirmação do homem, enquanto sujeito de classe, resultado de condições e relações sociais particulares, ao mesmo tempo, criador da sociedade. Esse entendimento do indivíduo social tem um caráter revolucionário, pois se torna um fator determinante na formação da consciência de classe. Essa compreensão não advoga o subjetivismo, tão presente nas análises pós-modernas, pois ela considera que a produção material da vida determina a formação da consciência e a formação da sociabilidade, e ela considera as determinações materiais objetivas dentro de um conjunto dessas determinações sob a órbita da sociedade capitalista.

E o *trabalho*, compreendido como ponto de partida do processo de humanização do ser social. Uma necessidade eterna que vai sempre mediar o protagonismo entre o homem e a natureza. *Trabalho*, atividade humana básica a partir da qual se constitui a “história dos homens”. Absolutamente determinante da existência humana. As relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida, dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana.

Trabalho!!! Afirmado e demonstrado como central na constituição do ser social, determinante no processo de produção e reprodução da vida. Tendo como pressuposto de que a cada forma histórica corresponde uma produção diferente, uma nova produção do ser humano, sendo o *trabalho*, como ponto de partida, *o processo fundador da sociabilidade humana*.

Trabalho que se confronta com o capital no processo histórico de desenvolvimento capitalista, que tem um duplo caráter; porém, sob a ordem burguesa, a tendência frequente é a de obscurecer e *reduzi-lo ao trabalho concreto*, tendo por consequência a afirmação de uma categoria trabalho, esvaziada da historicidade que assume nas relações da sociedade burguesa. Tendência coerente com uma sociedade regida pelo capital que não considera as implicações da teoria do *valor-trabalho*, portanto, buscando a invisibilidade do trabalho abstrato – trabalho que “cria” o valor expropriado do trabalhador –, que é *indissociável dos dilemas da alienação e das lutas pela superação no processo social concreto*, conforme nos mostra Iamamoto (2008).

A partir da compreensão de *capital* como relação social, pudemos demonstrar que novas determinações vão se apresentando nessa relação entre capital e trabalho, pois o estudo partiu do entendimento sobre o processo capitalista de produção e reprodução das relações sociais. Ao contrário do que foi firmado pelos pensadores da economia política clássica, trabalho no processo capitalista de produção, possui uma dupla determinação, *a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realizam, que ganha centralidade como categoria teórica na análise marxiana*, por ter um caráter histórico, não sendo abstraído das relações sociais por meio das quais se realiza.

Como uma relação social de produção, *capital* também se caracteriza não apenas como *uma soma de produtos materiais*, mas como *uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais*. Os produtos nesse modo de produção vão assumir historicamente a forma de mercadoria porque são produtos de trabalhos privados que necessitam ser trocados. Assim, só aparece *capital* quando, segundo Marx, o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade.

Na *divisão social do trabalho*, desponta a contradição envolvendo o *interesse do indivíduo singular* e o *interesse coletivo de todos os indivíduos*; nesse processo, a desigualdade entre sujeitos é percebida como expressão da desigualdade fundamental entre classes.

Portanto, é a partir do *trabalho livre* da força de trabalho convertida em mercadoria que o capitalista garante o processo de gerar *mais-valia*. Sendo o capital uma relação social, este supõe o outro extremo desta relação que é o trabalho assalariado, do mesmo modo que este supõe o capital. Supõe também que o possuidor da força de trabalho “a venda sempre por tempo determinado, pois, se vender de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo,

transformar-se-á de homem relativamente ‘livre’ em escravo, de um vendedor de seu potencial, em mercadoria permanentemente pertencente ao outro”.

O *produto do trabalho* é, portanto, resultado de uma forma de sociabilidade, de convivência, de relações entre os homens que se expressa através de coisas. Isso que Marx chama de *fetichismo da mercadoria*, ou seja, onde as relações aparecem invertidas. Nessa relação, a capacidade de trabalho, segundo o autor, “nada é, se não se vende”. A força de trabalho, “vendida” por tempo e salário determinado, torna-se elemento determinando para extração de mais valor, base da produção de excedente e da “caça apaixonada pelo valor”.

Dentre as duas leis específicas do modo de produção capitalista formuladas por Marx, pela *lei de queda da taxa de juros*, “[...] ligada à tendência de subir a taxa de mais-valia e, por conseguinte, o grau de exploração da força de trabalho”, há a implicação na intensificação da exploração da força de trabalho, que funciona como a principal contra-tendência à lei tendência da queda da taxa média de lucro.

Nesse contexto do processo de valorização do capital, revela-se uma falsa igualdade uma vez que, no momento da circulação, os indivíduos se relacionam como livres e iguais para a compra do produto. Porém, no momento da produção, eles se relacionam em condições distintas, dada a separação entre trabalhador e capitalista.

Aos poucos, ao longo dessa trajetória, a compreensão de que *todo processo social de produção é, ao mesmo tempo, processo de reprodução, foi se tornando mais claro*, sendo melhor visto no *caráter contraditório* da sociabilidade do capital, que aflora de forma extremamente evidente na divisão capitalista do trabalho nas sociedades de capitalismo periférico. No campo investigado, fica completamente evidente que as relações sociais de produção envolvem contradições de classe e “toda a sociedade torna-se o ‘lugar’ da reprodução das relações sociais”.

Em complemento a esta fundamentação básica, as interpretações do processo de *formação social e econômica do Brasil e o tipo de capitalismo desenvolvido nos países de capitalismo periférico* foram analisadas, sendo abordada a consolidação da ordem burguesa e o papel do Estado na efetivação do poder burguês no Brasil, num momento atual próximo, em que há protestos nas grandes metrópoles brasileiras, tendo em vista melhores condições de vida e trabalho.

A pesquisa também evidenciou, de forma muito clara, a expressão do caráter antagônico do capitalismo na produção de desempregados, resultado da lógica de funcionamento desse sistema, que necessita de um exército industrial de reserva para manter a

oferta da força de trabalho o suficiente para impedir que seu preço aumente acima do seu valor mínimo, de modo a extrair mais-valia máxima; esses trabalhadores devem estar disponíveis para ser explorados de acordo com as necessidades variáveis da expansão do capital. As condições de sua venda, mais favoráveis ou menos favoráveis ao trabalhador, implicam a necessidade de sua revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital.

Essa é evidência concreta da *lei geral da acumulação do capital*, vista na massa de desempregados e dos que se submetem a condições de trabalho análogas a de escravo, como condição privilegiada do capital para dinamizar seu processo de acumulação. Essa massa constitui a superpopulação excedente, condição essencial ao regime capitalista. População esta que se torna supérflua quando ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital.

Nesta *lei geral da acumulação do capital* é onde encontramos a raiz histórica da “questão social”. Portanto, deste ponto de análise, só existe uma “questão social”, sob múltiplas expressões, mas sem possibilidade de existir uma “nova questão social”. Portanto, nossa compreensão de “questão social” pauta-se numa visão histórico-crítica, considerando-a como um conjunto das expressões das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, que vai incorporando suas faces.

Desse modo, consideramos que a “questão social” é uma questão de classe social, uma questão do trabalhador, da classe trabalhadora diante da classe dominante, detentora dos meios de produção, estando vinculada aos reveses e lutas da primeira. Haja vista que, na medida em que as desigualdades sociais incidem sobre esses sujeitos coletivos, provocam não só resignação, como também indignação e resistência. Nesse complexo de comportamentos, como observava Marx, “as lutas da classe operária em torno do padrão de salário são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado”.

Concordamos, portanto, com a perspectiva de o debate da chamada “questão social” ser considerado um dos principais avanços na compreensão da sociedade capitalista e, nesse sentido, ela atravessa toda a tese.

Em seguida, no *Capítulo 2*, situamos o cenário do desenvolvimento sob a égide dos grandes projetos em que o objeto da tese se insere, demonstrando que nossa compreensão de “*desenvolvimento*” não está referenciada em questões de ordem econômica meramente, mas que este tema deve ser tratado levando-se em conta as dimensões política, social, cultural, estrutural e ambiental. Essa questão é entendida ainda na forma em que esse processo ocorre

sob a lógica do capitalismo, que, no contexto brasileiro, experimentou circunstâncias diferenciadas e não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada.

É feita também uma revisita ao debate sobre o desenvolvimento latino-americano, com suas três abordagens: transnacional, desenvolvimentista e teoria da dependência, que nos ajudou a entrar no debate sobre o chamado *novo desenvolvimentismo*, que ocorre no Brasil a partir do segundo governo de Lula da Silva. Momento em que o tema “ideologia” é recuperado para travar um forte e intenso debate sobre os rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro contemporâneo. Nesse debate, pode ser identificado o surgimento de nova ideologia no chamado “novo desenvolvimentismo”.

Seu principal expoente é Bresser-Pereira, que sustenta ser o denominado *desenvolvimentismo* uma estratégia de desenvolvimento, disseminando sua ideia de que “o Brasil precisa de um novo desenvolvimento não porque o antigo fosse equivocado, mas porque se encontra em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade e enfrenta novos desafios”. Seu questionamento central é o de que a ideologia neoliberal teria levado toda a América Latina ao desastre.

Com base nos estudos consultados, consideramos que, se as tensões decorrentes da hegemonia neoliberal que se apossou da região na década de 1990, nas relações entre capital financeiro, Estado e classes sociais no Brasil, no contexto da mundialização do capital sob essa hegemonia, nos anos 2000, as mesmas tensões estão presentes e os efeitos dessa política-ideológica neoliberal fazem-se sentir com danos sociais de grande intensidade, havendo a reprodução ampliada de expressões da “questão social”.

Visitamos brevemente alguns debates, considerando principalmente os que se situam no campo da crítica da economia política e concluímos que tais perspectivas de desenvolvimento vêm sendo reeditadas e viabilizadas na atualidade brasileira em vista do crescimento do capital. Nas particularidades do contexto histórico brasileiro, o favorecimento aos grandes projetos econômicos tem demonstrado sua relação direta com a presença do grande capital no país e com o desenvolvimento capitalista, que tem por base uma relação de “dependência” do país, como um produto do desenvolvimento mundial “desigual e combinado”. Nossa análise sobre o desenvolvimento busca estar pautada na teoria social de Marx, considerando que, no problema do desenvolvimento do capitalismo, um dos fatores visíveis mais importantes é o grau de difusão do trabalho assalariado. Pois, nessa relação, o trabalhador aparece como mero vendedor da mercadoria de sua força de trabalho, sendo,

portanto, o capitalismo um estágio do desenvolvimento da produção mercantil no qual a própria força de trabalho se converte em mercadoria.

Consequentemente, o “novo” ou o “velho” desenvolvimentismo, na essência, mantém a lógica que sustenta as relações capitalistas, na concentração e centralização de capital. Em ambas as realidades históricas, as relações de produção, fundadas na produção de mais-valia, estão garantidas. Logo, em acordo com Yamamoto (2008), revela-se mais uma vez a face contraditória do que ocorre na sociabilidade capitalista, o que explica a “questão social” como fenômeno específico da ordem burguesa e das relações sociais que a sustentam.

Nos grandes projetos que se erguem no país na atualidade do início deste século XXI, tendo por marco temporal os governos do ciclo do Partido dos Trabalhadores (2003-2018), tem ocorrido o fortalecimento das construtoras nacionais, tendo o Estado um papel de grande destaque, em que as empreiteiras nacionais vão concentrando e centralizando capitais em proporções cada vez maiores em detrimento da força de trabalho que ergue essas “estranhas catedrais”, na figura de Chico Buarque de Holanda, utilizada por Campos (2014).

Pudemos demonstrar que vários dos grandes grupos que predominam na economia brasileira, nesta segunda década do século XXI, têm origem no período da ditadura civil-militar instaurada em Abril de 1964 e se projetaram a partir das políticas estatais impostas então. Nesse período, houve a *concentração* das atividades do setor em algumas grandes empresas, bem como uma tendência à diversificação das áreas de atuação dessas companhias. Esse duplo movimento, de *centralização de capitais* e também de busca de maiores taxas de lucro por ramos econômicos, deveu-se à redução das margens de ganho no setor, em função da paralisação e diminuição dos investimentos governamentais em obras públicas. Porém, esse período marcou, de modo geral, um processo de consolidação dos conglomerados nacionais da construção pesada no final da ditadura civil-militar brasileira; ou seja, se consolidaram alguns grandes grupos econômicos nacionais, identificados na tese, e, em seguida, internacionais, escoradas por políticas públicas favoráveis.

Nesses projetos calcados no desenvolvimento do capitalismo, entre os trabalhadores sujeitos da investigação e principais informantes da pesquisa, destacam-se os *trecheiros* de grandes obras, migrantes em busca de venda de sua força de trabalho transformada em mercadoria, tendo sua história fortemente marcada pela *subsunção ao capital*, sob algumas formas, muitas vezes, análogas as de trabalho escravo. A “questão social” neste período, que se reflete e se agrava até esta segunda década do século XXI, estava posta, gerando novos desafios para seu enfrentamento.

Alguns autores intérpretes do Brasil conseguiram capturar efetivamente tais contradições, outros não. Estes últimos, os que não conseguiram, acabaram desenvolvendo uma análise relativamente estreita do Estado brasileiro e de sua relação com a ordem burguesa, na medida em que – apesar de denunciar o caráter condescendente que o Estado brasileiro possui com os segmentos burgueses –, de certa forma, “alimentam” a burguesia pela via da corrupção, ao afirmar que este caráter patrimonialista do Estado se configuraria em mais um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo como em outros países.

O *capítulo 3*, ao ser tratado o desenvolvimento capitalista contemporâneo e o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, em especial no Estado do Rio de Janeiro, no início deste século XXI, verifica-se o privilégio que vem sendo dado ao desenvolvimento centrado nos grandes projetos econômicos. Isso vem tomando proporções cada vez maiores, o que implica beneficiar o grande capital nacional e transnacional em detrimento da classe trabalhadora, bem como da região onde esses empreendimentos estão sendo implantados. Empreendimentos esses que vêm contando com o fundo público, via BNDES, em proporções cada vez maiores.

Esta reflexão introduz o campo amostral do projeto de implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), sob a responsabilidade da Petrobrás, na Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, apresentando análise histórica sobre a região, em outros ciclos de desenvolvimento como o da cana de açúcar e do café, seguidos de decadência. No início do século XX destacou-se a força de trabalho da cana de açúcar e, no início do século XXI, a força de trabalho de grandes obras, os peões de obra ou trecheiros. Suas relações sociais de produção têm a marca da classe trabalhadora que se concentra de forma exponencial na região. Embora possuindo uma identidade rural e ainda marcada pela economia agrária, há também a proletarização populacional, que se desloca para a capital e à Baixada Fluminense para trabalhar, retornando para dormir.

É constatado que esses processos ocorrem em razão de políticas nacionais no Estado, que incluem particularidades importantes, como a do transporte ferroviário, que, porém, não são planejadas considerando as múltiplas realidades dos locais onde as cidades são constituídas, em torno das condições de trabalho para as respectivas populações, que vão se adaptando às demandas surgidas, com novas atividades possíveis, como a de “dormitório” de trabalhadores em cidades centrais.

Nesse sentido, a lógica do capital vem determinando as alterações na conformação geográfica, na formação das cidades e regiões e nas relações sociais de produção e reprodução da vida nessas localidades afetadas por grandes empreendimentos econômicos.

Nos capítulos II e III destaca-se também o papel da empresa contratante, a Petrobrás, em relação às grandes obras, sobretudo quanto ao desenvolvimento das maiores empreiteiras de origem nacional, que alcançam projeção no país e no exterior. Nesse processo, ambas ficaram expostas a questões obscurecidas que envolvem as “estranhas catedrais” citadas e “a nossa pátria, mãe tão distraída”, segundo os versos do poeta-músico Chico Buarque de Holanda.

Como espaço amostral desta pesquisa, a Região Leste Fluminense, que, na atualidade, ganha visibilidade em função das relações econômicas recentes, em decorrência da implantação do Comperj em Itaboraí, município sede desse Complexo, foi analisada com base nos dados apresentados. A região foi capturada em sua trajetória histórica marcada por dois grandes ciclos de migração de trabalhadores; cenário este que têm provocado reveses, resistências e lutas em alguns segmentos da classe trabalhadora.

Nesse processo, a expropriação do trabalho, enquanto elemento indissociável à constituição e formação da sociedade capitalista brasileira, encontra seus nexos causais nas relações de produção que antecederam a própria emergência do trabalho assalariado no país. Sua origem remete ao período colonial, quando as necessidades de desenvolvimento do capitalismo na Europa reativaram o uso da mão-de-obra escrava para maximizar as taxas de lucro extraídas da dinâmica comercial.

Nesse sentido, pudemos demonstrar também, com evidências históricas sobre o campo amostral que, de um lado, *a classe burguesa* no Brasil, que surge desde antes mesmo da generalização do trabalho livre, consolida seu império e se torna um grande monopólio, por meio da propriedade de terras, dos engenhos e usinas de açúcar, das fazendas de café e das empreiteiras, em seu processo de centralização e concentração de capitais. Por outro, *a classe trabalhadora*, em processo de formação, caracterizava-se por sujeitos sociais superexplorados, entre os quais estava presente o trabalho escravo que foi marcante, na hegemonia da economia agrária do açúcar, do café e do laranjal – este último como marca da economia da região Leste Fluminense do Rio –, apesar de também ter vivido a transição para o trabalhador livre.

Já a economia urbana industrial, que se consolidou tardiamente no Brasil, foi pioneira no Rio de Janeiro, como berço da indústria brasileira, com o trabalhador livre, apesar deste

sujeito ter sido influenciado por duas culturas opostas: a do escravo, chegando alguns a serem alugados por seus proprietários; a dos imigrantes europeus, que introduziram o enfrentamento através do anarquismo. Porém, a cultura de escravo permaneceu mais amplamente, no que toca às relações de trabalho e condições a que se submetem.

Na formulação e condução das políticas públicas pode se perceber, em todo o conjunto de favorecimento ao capital e uso “por quilo” do trabalhador, a marca do modo como é tratada a “questão social” pelos setores hegemônicos: orienta-se geralmente pela teoria da integração social, o que levaria à naturalização das desigualdades sociais, e as políticas sociais perdem seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital.

O *Capítulo 4*, partindo da questão investigativa central da tese, que é a de *buscar captar e compreender como a classe trabalhadora está se constituindo, sofrendo e reagindo às alterações ocorridas em regiões sob os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento*, volta-se para a demonstração dos dados empíricos e bibliográficos coletados na pesquisa de campo.

Os dados da pesquisa demonstraram as particularidades desse grande projeto de desenvolvimento do Comperj, do governo federal, que se realiza através da Petrobrás em parceria com dois grandes grupos de empreiteiras do país, projeto que já ultrapassou o orçamento previsto e ainda não realizou um terço da obra prevista. Denúncias de desvios de recursos, de agressão ao meio ambiente, de negligências trabalhistas e outros fatores, são considerados para justificar o atraso de uma obra que, em 2006, foi anunciada pelo então presidente Lula como sendo a promessa de uma grande possibilidade de Itaboraí e toda a região entrarem para a história mundial, tendo em vista o desenvolvimento que se vislumbrava, a começar pela geração de emprego e investimentos na infraestrutura local. No caso do Comperj, dez anos após o anúncio, a barbárie se instaurou ao invés do desenvolvimento prometido.

Os dados coletados e reunidos nos possibilitaram demonstrar seis características que retratam, em sua maioria, os trabalhadores assalariados de grandes obras, em especial, do Comperj, caso exemplar nesta tese. São eles, em sua maioria: trabalhadores da construção civil; trabalhadores de grandes obras, por isso “peões de trecho” ou “trecheiros”; migrantes com prevalência nordestina; predominância de trabalhadores do sexo masculino; baixa escolaridade; baixa qualificação profissional ou nenhuma.

A abordagem realizada, além de buscar apreender e analisar os traços que identificam os trabalhadores que protagonizam diretamente o trabalho numa grande obra, sendo migrantes

ou da própria região, especificamente a partir da experiência do Comperj, dando centralidade ao ponto de vista dos próprios sujeitos em cena, também buscou problematizar outros aspectos que mediam essa dinâmica produtiva.

Nessa direção, somaram-se a essas características outras variáveis que ajudam a entender a nova dinâmica do Leste Fluminense que têm alteradas as suas condições de vida nas cidades de sua abrangência, que não estavam preparadas para suportar um contingente tão ampliado de trabalhadores e, em muitos casos, com suas respectivas famílias.

Nessa perspectiva, nossa atenção analítica se voltou para as metamorfoses sofridas pela classe trabalhadora nas últimas décadas, na região pesquisada. Em especial, analisamos o impacto da presença de trabalhadores de grandes obras que estão em contínuo movimento em busca de lugares onde o mercado possa comprar sua única mercadoria, a força de trabalho, encontrando nos grandes projetos de desenvolvimento econômico – neste caso, na Região do Comperj –, as condições favoráveis para esse objetivo de mera sobrevivência errante. Trata-se de um segmento da classe trabalhadora que vive na incerteza quanto a seu destino ao término de cada grande obra onde está contratado. Muitos deles, submetidos a condições de trabalho de até 24 seguidas, são seguidamente escolhidos pelos encarregados ou outros profissionais da confiança das empreiteiras.

Outros, dentre os trabalhadores locais, também se inserem nesse processo de migração, construindo relações para serem aceitos nesse mercado de trabalho. Pois, como afirmava Marx, nessa relação, a capacidade de trabalho, segundo o autor, “nada é, se não se vende” A força de trabalho, “vendida” por tempo e salário determinado, torna-se elemento determinante para extração de mais-valia, base da produção de excedente e da “caça apaixonada pelo valor”.

Assim, só aparece *capital* quando o possuidor de meios de produção encontra o trabalhador livre no mercado, vendendo sua força de trabalho. O trecheiro é um trabalhador “livre”. Mas vive sua liberdade submetendo-se a condições de trabalho análogas às de escravo. Seu lugar é o trecho onde se encontra ou onde, algumas vezes, deixa a família.

Nas evidências históricas e também com dados empíricos, pudemos demonstrar ainda que o trabalhador migrante, constituído, principalmente, pelos processos de migração interna, é o que compõe predominantemente o “exército de reserva”. A pesquisa revelou ainda a verdadeira saga de trabalhadores de grandes obras, milhares de homens e mulheres, que se deslocam de um lugar a outro, permanecendo ausentes de seus lugares de origem, e também a

de uma outra saga semelhante, a dos trabalhadores e famílias do lugar, alguns deles buscando partir em seguida como novos trecheiros.

Ao refletir sobre o diálogo com esses trabalhadores, podemos concluir que o trabalho análogo ao de escravo existe, em vários graus, na terceirização perversa que conhecemos nessa pesquisa, como em tantos lugares por aí afora, que poderá ser oficializada no Projeto de Lei aprovado na atual Câmara Federal (PL 433/2004).

O que a burguesia quer com a ampliação da terceirização oficializada é que estejam autorizados pela lei para continuar a cometer a perversidade da superexploração do trabalho, sem sequer algum tipo de constrangimento, como percebido na sua naturalização por um dos responsáveis pela obra da sede do Comperj, que representa a empreiteira, ao nos prestar a informação. Nesta realidade, esta *superexploração*, apontada por Marini (s/d), convive com a *expropriação*, embora concordemos com a correção desta expressão sobre a primeira, inerente ao capitalismo, como adverte Fontes (2010).

Podemos assim perguntar, diante dessa realidade, acerca dos temas trabalho livre e trabalho escravo, que são recorrentes nos debates e estudos sobre o trabalho no Brasil em seu contexto histórico. Trabalhador “livre” é livre?

Nesse contexto do processo de valorização do capital, revela-se porém a falsidade da liberdade e da igualdade, mesmo no momento da circulação do capital, quando os indivíduos se relacionam aparentemente como livres e iguais, mas comprando produtos inferiores, quando muito; como na música do “pedreiro Valdemar [que] faz tanta casa e não tem casa p’ra morar” do cancionista popular brasileiro. Isto porque, no momento da produção, as relações se dão em condições totalmente distintas, dada a separação entre trabalhador e capitalista, em sua expropriação do valor produzido pelo primeiro.

No interior do quadro de trabalhadores de grandes obras, encontram-se os segmentos daqueles chamados de “estranhos” ou “de fora” pela população local e, muitas vezes, pelos representantes das instituições públicas locais, e os segmentos de trabalhadores da região, ou os chamados “mão de obra local” ou “trabalhadores do lugar”. Ambos os segmentos de trabalhadores vivenciam um cotidiano de embates intraclasse, tendo sua própria trajetória e particularidades.

Esses confrontos e *conflitos intraclasse* (ou *Inter trabalhadores*), constituem variáveis de grande importância a partir dos quais é confirmada parte da hipótese desta tese, pois há a concorrência intraclasse, diante das expressões da “questão social” que se adensam nessa

realidade em que a força de trabalho de grandes obras vem transformando a vida de muitas cidades brasileiras, evidenciada em nosso contexto investigativo.

O crescente desemprego ganha destaque na primeira metade de 2015, cujo destaque se volta para o setor de construção como sendo o que mais demite, conforme dados do PNAD/IBGE.

Frente às investidas do grande capital em crise, cujas estratégias privilegiadas se expressam nos grandes projetos de desenvolvimento e na *expropriação com super exploração* da força de trabalho (subsunção), destacamos os embates e o acirramento das lutas de classe instigou nos trabalhadores uma necessidade de apropriar-se do próprio destino coletivamente, e, a organização das lutas foi possibilitando o desabrochar do potencial de trazer às consciências, enquanto classe social, a capacidade de alteração da realidade a partir de suas ações presentes.

Também se comprovou que os embates intraclasses se repõem nesse contexto em forma de organizações e lutas por direitos nas relações e condições de trabalho, onde as diferenças de condições e oportunidades que separavam trabalhadores do trecho, os migrantes que se aventuravam por conta própria e o trabalhador do lugar já não têm tanta importância assim.

A pesquisa revelou também que a “questão social”, além de se evidenciar nos conflitos de classe é atravessada pelas condições e vínculos diferenciados, envolvendo: empreiteira, contratante principal (estatal Petrobras e poder público local), trabalhadores trecheiros de grandes obras e população local. As desigualdades fundamentais entre as classes e no seu interior, que são exponencialmente evidenciadas, nessas condições. De um lado, situam-se as construtoras que concentram e centralizam capitais, de outro, situam-se os trabalhadores trecheiros e os locais em que são expropriados. Nesse contexto da divisão social do trabalho, vê-se ainda a contradição envolvendo o *interesse do indivíduo singular* e o *interesse coletivo de todos os indivíduos*.

Confirma-se assim o processo da reprodução contraditória das *relações de classes* como resultado das condições de continuidade da produção capitalista e de suas fraturas, pois a ampliação do capital e o aumento do proletariado são produtos contraditórios do mesmo processo.

Considera-se como elemento importante na confirmação dessas formulações – geral e particular da hipótese – que, após a conclusão da fase de implantação de um grande projeto, o movimento que, de forma privilegiada, o capitalismo contemporâneo promove para seu

processo de acumulação: o desemprego em massa, envolvendo trabalhadores da grande obra, lançando sobre a região de sua abrangência a (re)produção ampliada das expressões da “questão social”, impactando as políticas públicas. Esse conjunto, em última instância, repercute no campo de trabalho de diversos profissionais, como as(os) trabalhadoras(es) do campo social, já que há, como supomos anteriormente, uma *relação histórica e intrínseca entre trabalho e “questão social”*, tendo nos grandes projetos de desenvolvimento na atualidade desse início do século XXI uma mediação privilegiada que intensifica essa relação e reproduz de forma ampliada suas expressões.

Confirmam-se assim os condutores determinantes no processo de construção desta investigação: trabalho, sua constituição e desenvolvimento na história do Brasil e no capitalismo contemporâneo, a “questão social” diante do desenvolvimento econômico do país, em especial, sob o privilegiamento dos grandes projetos de desenvolvimento no início do século XXI.

A pesquisa aponta para uma continuidade tendo em vista que não ficaram esgotadas as possibilidades acerca do conhecimento desse tema na realidade, tanto no cenário brasileiro quanto do campo amostral, ficando assim o desafio de prosseguir em etapa posterior tendo em vista os processos em curso no Brasil

O conhecimento sobre o tema também implica em conhecer melhor os determinantes que recaem sobre a população usuária atendida pelos profissionais de Serviço Social para além do horizonte institucional onde estão inseridos, tendo sido esse o desafio que impulsionou esta investigação. Nesta perspectiva, partimos da premissa de que o trabalho do assistente social não se desenvolve independentemente das circunstâncias históricas e sociais que o determinam, pois, de acordo com Yamamoto (2009, p. 27): “*é na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair – ou deles fugir –, pois tecem a trama da vida em sociedade*”.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Temporalis*. Ano II, n.3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. *Editorial*. *Temporalis*, Ano VII, n. 23 – Jan./Jun. 2012.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. CARDOSO, Franci Gomes. *Mobilização social e práticas educativas*. In: CFESS & ABEPSS. *Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ABEPSS, 2009 (p. 593-608).

ABREU, Mauricio de A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

ABREU, A. R. de P.; PESSANHA, E. G. da F. (orgs.) [et al]. *O Trabalhador Carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC Ed., 1994.

AGENDA 21. *Tanguá*. Disponível em: <<http://www.tangua.rj.gov.br/Noticia.php?id=172>>. Acesso em: 04 jul. 2009.

_____. Itaboraí - Comperj. Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj, s/d.

ALENCAR, Mônica M.T de. GRANEMANN, Sara. *Dossiê: as configurações do trabalho na sociedade capitalista – ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional*. Revista *Katálysis*, vol 12, n.2 – Florianópolis julho/dezembro/2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802009000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 jun. 2016.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo et al. *Os grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos sobre o espaço agrário fluminense*. Terra Livre, v. 36, p. 15-40, 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/52706251/os-grandes-projetos-de-desenvolvimento-e-seus-impactos-sobre-o-espaco-agrario-fluminense>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo*. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012.

ALMEIDA, Ney Luiz T. de. ALENCAR, Mônica M. T. de. *As novas condições da acumulação capitalista no marco da “mundialização do capital”*. In: _____. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir. GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra S.A., 1995.

ANPUH. *O diferencial marxista de análise da história*. Texto da Associação Nacional de História para o XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, UNIRIO, julho de 2010.

BAILONI, Frederico. *Petrobras só pode retomar obras do Comperj com aval do Ibama*. Revista Exame.Com. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/petrobras-so-pode-retomar-obras-do-comperj-com-aval-do-ibama>>. Acesso em: 15 maio 2013.

BARCELLOS, Caco. *Trabalhadores de obras da Petrobras sentem os reflexos da crise atual: funcionários de construtoras estão há meses sem receber os salários*. In: _____: *Profissão Repórter*. Grupo Globo. Edição do dia 10/03/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/03/trabalhadores-de-obras-da-petrobras-sentem-os-reflexos-da-crise-atual.html>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BARRETO, M. J., OLIVEIRA, A. M. S., THOMAZ JÚNIOR, A. *Dinâmica geográfica da expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da usina alvorada do Oeste e da destilaria Decasa - FCT – UNESP/Presidente Prudente*. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/09-9-1-MariaJoseliBarreto.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2009.

BEDÊ, M. A. *O PAC e o crescimento da economia brasileira*. In: *Integração*. Ano XIV, n. 52, Jan/Fev/Mar. 2008 (p. 33-41). Disponível em: <ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/33_52.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. *O Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Octavio Ianni e a agenda do pensamento social brasileiro. In: IAMAMOTO, M.V. BEHRING, E.R. (orgs.). *Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

_____. *Estado e Capitalismo no Brasil “neodesenvolvimentista”*. ABEPSS. Anais do XIV ENPSS. Natal - RN, 2014.

BELISÁRIO, A. *Quatro irmãs: assim atua o capitalismo brasileiro*. Reportagem Pública, publicada em 01/07/2014. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/as-quatro-irmas-uma-historia-do-capitalismo-brasileiro/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

BIANCHI, Sergio. *Quanto vale ou é por quilo*. Brasil. RioFilmes, 2005. (1h44min)

BORGES, L. de O.; BARBOSA, S. da C. (orgs.). *Aspectos Psicossociais do trabalho dos petroleiros: dois estudos empíricos no Rio Grande do Norte*. Natal: EdUFRN, 2007.

BORGES, L. de O. et al. *A Petrobrás: o contexto socioeconômico e o modelo gerencial*. In: BORGES, L. de O.; BARBOSA, S. da C. (orgs.) Aspectos psicossociais do trabalho dos petroleiros: dois estudos empíricos no Rio Grande do Norte. Natal [RN]: EDUFRRN Editora UFRN, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. *Trabalho, Direitos e Projeto Ético Político Profissional*. In: Dossiê CFESS – Revista Inscrita – Ano VIII – n. XI – Maio de 2009.

BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAVO, M. I. S et al. *Organização político-sindical dos assistentes sociais: uma breve análise*. In: BRAVO, M. I. S. e MENEZES, J.S.B. de. (Orgs.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAY, S. C., FERREIRA, E. F., RUAS, D. G. G. *As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil*. Marília: Unesp/Marília, 2000. Disponível em:

http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/sum_as_politicas.php. Acesso em: 19 dez. 2009.

_____. *O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social*. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 78. São Paulo: Cortez, julho de 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2004) “*Novo-Desenvolvimentismo*”, Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 de setembro de 2004. Disponível em < <http://bresserpereira.org.br/>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. *O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional*. São Paulo em Perspectiva, V. 20 n.3, 2006. Disponível em < <http://bresserpereira.org.br/>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____.; GALA, P. *Porque a Poupança Externa Não Promove Crescimento*. Revista de Economia Política, v. 29, n.2, 2007. Disponível em < <http://bresserpereira.org.br/>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. *Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento e Novo-Desenvolvimentismo*. Revista de la Cepal, N. 100, 2010. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. *Do antigo ao novo desenvolvimento na América Latina*. In: Delorme Prado, Luiz Carlos (orgs), Desenvolvimento Econômico e Crise. Rio de Janeiro: Contratempo, 2012.

BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS/Vértice, n. 13, a. V, p. 29-50, jun. 1990, correspondente ao terceiro capítulo de seu livro *The politics of production*. Londres: Verso, 1985, em continuidade a sua tese *Manufacturing consent*. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

CAETANO, Priscila Freire. *Comperj e arco metropolitano no Rio de Janeiro: grandes projetos logísticos como vetores de Políticas públicas no território fluminense*. PUC/Rio:

Departamento de Geografia - GeTERJ (Gestão Territorial no Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2008/resumos/ccs/geo/geo_priscila.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique P. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora UFF, 2014a.

_____. *O Ovo da Serpente: a ditadura civil-militar e o capital monopolista brasileiro – o caso das empreiteiras*. In: Revista Cantareira – n. 18. Jan-Jun, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Semeando gigantes: Centralização de capitais e diversificação das atividades das empreiteiras brasileiras no final da ditadura civil-militar*. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.25/26, p.72-87, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

_____. *As grandes empreiteiras têm todo mundo na mão*. In: FUCHS, M. B. Capitalismo Social. 2014b. Disponível em: <http://capitalismo-social.blogspot.com.br/2014/12/as-grandes-empreiteiras-tem-todo-mundo.html>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Cadernos CEBRAP, n. 33. Petrópolis: Vozes em co-edição com CEBRAP, 1989.

_____. FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização, 2004.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. – 13.ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CARVALHO, M.C. Brant. *O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social*. In: NETTO, J.P.; CARVALHO, M.C.Brant. Cotidiano: conhecimento e crítica. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTEL, Robert. *As transformações da questão social*. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). *Desigualdades e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997. p. 161-190.

_____. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELO, Rodrigo. *O Novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro*. Serviço Social e Sociedade, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012.

_____. *O Social-Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CFESS; ABEPSS. Serviço Social. *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ABEPSS, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados*. In: DAGNINO, Evelina. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CORREA, Orlando J. D. *Urrando no Trecho*. Recordações de um Engenheiro de Obras. Rio de Janeiro: Editora Corifeu, 2007.

COSTA, Pierre Alves. *Duque de Caxias (RJ) - de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970*. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, ICHF/Departamento de História, 2009.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 2.ed ver.e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Eduardo (Direção). *Documentário “Peões”*. São Paulo:2004.

BISPO, B. V. B.. 2013. “*Peões: ações e memórias*. (Análise do filme de Eduardo Coutinho.)” In *Atas do II Encontro Anual da AIM*, editado por Tiago Baptista e Adriana Martins, 255-266. Lisboa: AIM. ISBN 978-989-98215-0-7.

COUTO, Berenice Rojas. *Formulação de projeto de trabalho profissional*. In: CFESS/ABEPSS, 2009, pp. 651-663.

D’ÁVILA, Saul Gonçalves. *Petróleo: a indústria petroquímica brasileira*. Atualizado em 10/12/2002. SBPC/Labjor Brasil Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

DEMO, P. *Política Social, Educação e Cidadania*. 8.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

DIAS, Edmundo F. *Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes*. In: Revista Outubro, n. 1. (p. 45-52). Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. GRACIOLLI, Edílson José. *A teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina*. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio.../Pedro_Duarte.pdf>. Acesso em: 14 out. 2011.

DURIGUETTO, Lúcia Maria, SILVA, Ísis e DEBÓRTOLI, Débora. *Descentralização administrativa, políticas sociais e participação popular*. Serviço Social e Sociedade, n. 96 – Ano XXIX – novembro 2008.

DUTRA, C. R. S. *Nossa História. Itaboraí: FCI – Fundação cultural de Itaboraí*. Disponível em: http://www.itaborai.rj.gov.br/nossa_cidade/nossa-historia/. Acesso em: 27 jun. 2015.

ESCORSIM, L. *Mariátegui – Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FALEIROS, V. P. *Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina*. Revista Serviço Social e Sociedade. Ano VIII, n.24, São Paulo: Cortez, Agosto de 1987.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2.ed. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FIGUEIREDO, M. *O complexo petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com sede em Itaboraí, trará empregos para o município de Guapimirim e para os outros municípios fronteiriços ao empreendimento?* Disponível em: www.guapimirimonline.com/compexo_petroq_rj.doc. Acesso em: 19 fev. 2009.

FIGUEIREDO, V. *Desenvolvimento Dependente Brasileiro: industrialização, classes sociais e estado*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

FIORI, J. L. *O Vôo da Coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

_____. Estado, Poder e Classes Sociais no Brasil: novas e sólidas tradições de pesquisa. In: CAMPOS, Pedro Henrique P. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora UFF, 2014.

FRASER, Nancy. *A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação*. Texto da conferência de abertura do colóquio "Globalização: Fatalidade ou Utopia?" organizado em Coimbra pelo Centro de Estudos Sociais, fevereiro, 2002. Disponível em www.ces.uc.pt/.../rccs/.../RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf. Acesso em: 07 mar. 2011.

FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx (1843-44: as origens da ontologia do ser social)*. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Lúcia M. de B. *O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas*. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Atayde. S. *Desenvolvimento às avessas e depredação socioambiental por uma mineradora*. Rio de Janeiro: Revista Serviço Sociedade n. 123, no prelo, 20015.

_____. *Saúde do trabalhador e Serviço Social: possibilidades pelo avesso do avesso*. São Paulo: s.n., 1998. 4.v (673f.) Tese de doutoramento – PUC-SP.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. (Serie Ecumenismo e Humanismo, v. 5).

_____, *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51.ed. São Paulo: Global, 2006.

FREURY, S. *Rio: marca registrada da participação pacificada*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Fevereiro de 2013.

PARMEZANI, E. *Especulação explode nas periferias*. Rio de Janeiro. In: *Caros Amigos*. Janeiro de 2103.

GUEDES, André Dumans. *Abrir no Mundo, Rasgando o Trecho: Mobilidade Popular, Família e Grandes Projetos de Desenvolvimento*. *Cadernos de Campo*, n. 21, p. 1-360. São Paulo, 2012

GIANNOTTI, Vito. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOMES, E. S. *A responsabilidade administrativa e social no desenvolvimento sustentável de áreas de influência de grandes empreendimentos: análise a partir do estudo de um caso concreto*. Disponível em: <http://www.pge.ac.gov.br/biblioteca/teses/IBAPtesesPDF/AResponsabilidadeAdministrativaeSocial.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2009.

GONÇALVES, Reinaldo. *Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado*. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GRANEMANN, Sara. *O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade*. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

GRUPO Gestor da *Agenda 21 Comperj*. Rio de Janeiro: novembro/2007. Disponível em: www.petrobras.com.br/comperj>. Acesso em: 18 set. 2008.

GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel*. *As Concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. *Palestra sobre o direito à cidade no Fórum Nacional de Reforma Urbana*. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/02/440802.shtml>>. Acesso em: 27 dez. 2009.

HONORATO, Cezar (Coord.), *Análise Comparativa da Gestão de Recursos Públicos da Região dos Municípios Produtores de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil, OUERJ/ROLAC UN-HABITAT, 2005.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira; Marcos Penchel. 1977.

IAMAMOTO, M.V. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. *A questão social no capitalismo*. In ABEPSS. *Temporalis*. Ano II, n.3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001b (p. 09-32).

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade. In: *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília: CFESS, fevereiro de 2002, p. 13-50.

_____. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. *Reconceituação no serviço social: Iamamoto aborda quatro décadas do movimento*. Entrevista. Praxis. CRESS/RJ (s/d).

_____. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Ianni: razão crítica e história. In: IAMAMOTO, M.V. BEHRING, E.R. (orgs.). *Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

_____. *O serviço social na cena contemporânea*. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. *Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica*. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Mauricio Castro de; LEAL Maria Cristina (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, M.V., CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

IANNI, Octavio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972 (livro originalmente publicado em 1966).

_____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. Questão social. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 3, set./nov. 1989.

_____. *Estado e Capitalismo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A Classe Operária vai ao Campo*. In: Caderno Cebrap 24. São Paulo: Cebrap. São Paulo: Brasiliense, 1976.

IASI, Mauro. *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002.

IBASE. *A invisível Cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj*. Dossiê - Incid. Rio de Janeiro: Ibase, março de 2015.

IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

JOVCHELOVITCH, M. *O processo de descentralização e municipalização no Brasil*. In: Serviço Social e Sociedade. N. 56 – Ano XIX, São Paulo: Cortez, março/1998.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (São Paulo: Brasiliense, 1987).

_____. *Escravos, párias e proletários: uma contribuição para o estudo da formação do capitalismo no Brasil*. São Paulo, FFLCH/USP. 1981.

LEFEBVRE, Henri. *A Re-produção das relações de produção*. Tradução de Antônio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicação Escorpião, novembro de 1973.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. LENIN, N. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. 4. Ed. São Paulo: Global Editora, 1983 (Coleção Bases nº 09).

_____. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Tradução e Apresentação de José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LESSA, Sergio. *A emancipação política e a defesa de direitos*. Serviço Social e Sociedade, n. 90, São Paulo: Cortez, junho de 2007.

LESBAUPIN, Ivo. *As Classes Populares e os Direitos Humanos*. Petrópolis, Vozes, 1984.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista*. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Revista Actuel Marx. 18.1995. Tradução de Henrique Carneiro. Disponível em: <https://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/index.php?id=Autores&aut=Lowy,%20Michael> >. Acesso em: 15 maio 2015.

LOBO, Viviane. *Indústria petroquímica*. UTFPR – Campus Toledo - Tecnologia em Processos Químico. Processos Industriais Orgânicos. Set/2009. Disponível em <http://www.agracadaquimica.com.br/quimica/arealegal/outros/127.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACIEL, David. *Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil*. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/David_Maciel.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2013.

MAGALHÃES, Leonardo Rodrigues Lagoeiro de. *Condicionantes conceituais e metodológicos para a percepção da relação entre infra-estrutura de transporte rodoviário e desenvolvimento econômico regional: o caso do eixo Leste metropolitano do Rio de Janeiro*. COPPE/UFRJ. XXVI ENEGEP/ABEPRO - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro 2006.

MAIOR, Jorge Souto. *O trabalho no século XXI, a terceirização e suas faces*. In: GESTA. Seminário Nacional Trabalho no início do século XXI: novas faces e tendências. Rio de Janeiro: UERJ/PPGSS/FSS, 2015.

MANDEL. *O Capitalismo Tardio*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).

MARCOSIN, Cleier, CAETANO, Mira L. M. *Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva e Exploração do Trabalho*. In: BRAVO, M. I. S.; D'ACRI, V.; MARTINS, J. B. (Orgs.) *Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho*. Rio de Janeiro: ENPS/FIOCRUZ, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. *A crise do desenvolvimento*. S/L, S/D.

MARTINS, José de Souza. *Imigração e crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil*. In: _____. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hecitec, 1993.

_____. *A sociedade vista do abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Prefácio à quinta edição. In: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

_____. *O Cativo da Terra*. 9.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. *O Capital. Livro I, Cap. VI (inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *Para a crítica da economia política*. Tradução de Edgard Malagodi, Colaboração de José Arthur Giannotti. – São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999. (Os Pensadores.)

_____. Para a crítica da economia política. In: *Os Pensadores, José Arthur Gianotti (org.)*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *O Capital: crítica da economia política. Livro I, v. I* (o processo de produção do capital). Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política. Livro I v. II* (o processo de produção do capital). Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O Capital: crítica da economia política. Livro III v. IV* (o processo global de produção capitalista). Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Para a Questão Judaica*. Tradução [de] José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã. (I - feuerbach)* Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

_____. *Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina atual*. Revista Praia Vermelha, v. 20, n. 2, p. 37-46. Rio de Janeiro, jul-dez. 2010.

MATTOSO, J.E.L. *O Brasuk frebte Pa terceura revolução industrial: conclusões pouco definitivas*. In: ----- . *A desordem no trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995. P. 121-158.

MATUS, Carlos. *Adeus, Senhor Presidente: planejamento, antiplanejamento e governo*. Tradução de Francisco A. Carneiro da Cunha Filho. Recife: Litteris Editora Ltda, 1989.

MENEGAT, Marildo. *Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?* Revista Praia Vermelha, n. 18, PPGSS/UFRJ - Primeiro semestre – 2008.

_____. Direitos Humanos contra o Moloch? In: FREIRE, S. M. (org.). *Direitos Humanos e Questão Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, Editora da UNICAMP, 2002.

MILESI, Rosita. UCHOA, Virgílio Leite. *Migrantes: uma questão de direitos humanos - os fundamentos de uma nova agenda dos migrantes*. Brasília/DF: IMDH. Disponível em www.migrante.org.br/artigo5outubro.doc. Acesso em: 12 jul. 2010.

MOISÉS, J. Á.; MARTINEZ-ALIER, V. *A Revolta dos Suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”*. In: MOISÉS, José Álvaro et al. *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1978.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social, 5).

MOREIRA, E. P. ; SZMRECSÁNYI, T. *O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a segunda guerra mundial*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100006. Acesso em: 19 dez. 2009.

MOREIRA, G. L. *Grandes projetos, um tormento na vida dos pobres*. Belo Horizonte: Brasil de Fato, 2014. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/28969>. Acesso em: 25 jun. 2014.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Fábricas de consentimento e precarização no século XXI no Brasil. _____. *Fábricas de consentimento e precarização no século XXI no Brasil* In: GESTA. Seminário Nacional Trabalho no início do século XXI: novas faces e tendências. Rio de Janeiro: UERJ/PPGSS/FSS, 22/05/2015.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

MOTTA, Marly Silva da. *A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos*. In: *UM ESTADO em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*/ Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p.19-56.

NASSIF, L. *A história industrial e Perspectivas*. do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/a-historia-industrial-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

NATALINO, Luciano Lúcio. *A história da municipalização no Brasil e o papel do município a partir da Constituição de 1988 (Estudo de Caso: Tanguá/RJ)*. Tanguá/RJ: Câmara de Vereadores do Município de Tanguá, 2004.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. – 8.ed. – São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social, v. 1).

NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Prólogo: Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista*. In: MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *A construção do projeto ético-político do serviço social*. Serviço social e saúde. Formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 1999b.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. In: ABEPSS. *Temporalis*. Ano II, n.3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001 (p. 41-49).

_____. A conjuntura brasileira: o serviço Social posto à prova. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.79, p. 05-26, set. 2004.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. *Caio Prado Junior: explicador do Brasil*. Seminário comemorativo do centenário de Caio Prado Junior. *Jornal da UFRJ*. Novembro 2007c.

_____. *Crise do capital e consequências societárias*. In: Serviço Social e Sociedade, n. 111, São Paulo: Cortez, 2012 (p. 413-429).

_____. Democracia e Direitos Humanos na América Latina: aportes necessários ao debate. In: FREIRE, S. M. (org.). *Direitos Humanos e Questão Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J.P.; CARVALHO, M.C.Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Altineia Maria. *Trabalho-aposentadoria-velhice: desafios para o movimento sindical e o conjunto da sociedade*. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Rio de Janeiro: FSS/UFF, 1998.

_____. *O trabalho do assistente social no Município de Tanguá/RJ: (re)produção ampliada da questão social e exercício da profissão*. Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 2010a.

_____. *Migrações de trabalhadores impulsionadas pelo Comperj e seus rebatimentos no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais*. In: ABEPSS. Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. SOBRAL, Claudio. *Diagnóstico social do município de Tanguá – relatório de pesquisa*. Tanguá/RJ: AMCM/Prefeitura do Município de Tanguá, 2005. Disponível em: <www.tangua.org.br>. Acesso em: 27 ago. 2008.

_____. SOUZA, Tainá. *Escritos do “jovem” Florestan Fernandes e seus legados*. Resenha. Revista Em Pauta. v.7, n.25. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, Junho de 2010.

NOSELLA, Paolo. *A Escola Brasileira no final de século: um balanço*. In: FRIGOTO, G. (Org.) Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de Final de Século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. – (Coleção estudos culturais em educação).

OLIVEIRA, Domingos Pessôa da Silva (Coord.). *A história de Tanguá*. Rio de Janeiro: Centro Universitário Augusto Motta; Tanguá, RJ: Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação e Cultura, 2000.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. *Desconcentração industrial e espaço urbano/metropolitano: análise territorial da expansão metropolitana e da formação de novos eixos econômicos produtivo no rio de janeiro*. XIII ENANPUR, Florianópolis – SC. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do Povo Brasileiro).

_____. RIZEK, Cibele Saliba (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007a.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro*. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. v. X, núm. 218 (51), Universidad de Barcelona. Agosto de 2006.

PASTORINI, Alejandra. *A Categoria “Questão Social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004

PEREIRA, Potyara A. P. *Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania*. In: ABEPSS. *Temporalis*. Ano II, n.3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001 (p. 51-61).

PESSOA, F. *Odes de Ricardo Reis*. Lisboa [1946]. São Paulo: Ática, 1994.

PINASSI, Maria Orlanda. I Convenção Nacional dos Produtores de Aguardente - Rio de Janeiro, 27 E 28 de abril de 1953 – *Cadernos AEL*, n. 7, 1997. Disponível em <http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-7/Artigo-p6-p147.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2009.

PLANO DIRETOR DE REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE CONLESTE/COMPERJ – setembro de 2008.

PNUD/2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

POCHMANN, Marcio. Qual desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. *Teoria da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos*. In: Castelo, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: LEMA/UFRJ y Editora Pão y Rosas, 2010, v., p. 169-190.

QUINTANEIRO, Tânia et al. *Um Toque de Clássicos – Marx, Durkheim e Weber*. – 2.ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RAMOS, M. H. R. *A Crise atual do Capitalismo: crise cíclica ou estrutural?* In: Revista Praia Vermelha, n.1 v. 19. p. Jan-Jun 2010.

RDH/2009 - *Relatório de Desenvolvimento Humano: Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*. Disponível em Website do RDH: <http://hdr.undp.org>. Acesso em: 16 out. 2009.

REIS, S. de O. *A ‘questão social’: uma aproximação ao pensamento social clássico e contemporâneo*. Dissertação. Faculdade de Serviço Social. UERJ. Rio de Janeiro, 2003.

Relatório socioeconômico de 2008 do TCE-RJ. Disponível em: <http://www.setrerj.com.br/pdfs/dados_tangua.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2009.

REZNIK, Luís et al. *Patrimônio Cultural no Leste Fluminense: história e memória de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá*. Rio de Janeiro: EdUERJ; PETROBRÁS, 2013.

RIMA/Comperj – *Relatório de Impacto Ambiental do Comperj* – Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/13349924/Rima-Relatorio-de-impactos-ambientais-comperj>>. Acesso em: 19 set. 2008.

ROCHA, Rita de Cássia da Costa. *Impactos do COMPERJ sobre a Região do Leste Fluminense: análise do processo de expansão urbana de Maricá*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

ROMERO, Daniel (org.). *Marx as crises econômicas do capitalismo*. Trad. por Diego Siqueira. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

ROSA, J. G. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994.

ROSANVALLON, Pierre. *A Nova Questão Social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxist do Valor*. Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho. Prefácio Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. São Paulo: Polis, 1987 (coleção Teoria e História 13).

RUMMERT, S. M., ALGEBAILLE, E., VENTURA, J. Educação da classe trabalhadora brasileira: 9expressão do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 54 jul. Set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/11.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada. O século do Imperialismo*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Ruy Mauro, intelectual revolucionário*. In: SADER, E. & SANTOS, T. (coordenação). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SAKAMOTO. *Morreram mais três operários? Sem problema. É só repor*: Blog do Sakamoto, publicado em 30/05/2015. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/05/30/morreram-mais-tres-operarios-sem-problema-e-sorepor/>>. Acesso em: 12 de jun. 2015.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SAMPAIO, M. N. *A divisão sexual do trabalho e suas repercussões sobre o trabalho das mulheres na construção civil de Fortaleza*. Disponível em: <<http://www.faculdescearenses.edu.br/biblioteca/2014-07-23-00-33-36/graduacao/author/800-maruska-nascimento-sampaio>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SANTOS, Ariovaldo. *Migração e força de trabalho: notas para debate*. UNESP/Pegada Eletrônica, vol. 7, n.2 2 5, Novembro 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA72/v7n2nov2006.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

SANTOS, Josiane Soares. *“Questão Social”*: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012 (Biblioteca Básica do Serviço Social).

SANTOS, Josiane Soares et al. “Questão Social” no Brasil: o nordeste e a atualidade da questão regional. In: ABEPSS. *Temporalis*. – ano 12, n. 24 (jul/dez.) – Brasília: ABEPSS, 2012.

SANTOS, Josiane Soares et al. *Questão Social” no Brasil: o Nordeste e a atualidade da Questão Regional*. In: ABEPSS. *Temporalis* n. 24. Jul. Dez. 2012.

SANTOS, Leila Lima. *Entrevista Memória - Serviço Social na América Latina: 1970-1980*. EM PAUTA Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, n.20, Rio de Janeiro, 2007, p. 163-179.

_____. *Textos de Serviço Social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SANTOS, S. M. de M. dos. *Direitos Humanos, dominação ideológica e resistência*. In: Dossiê CFESS – Revista Inscrita – Ano VIII – n. XI – Maio de 2009.

SANTOS, Theotônio dos. Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano. In: SADER, E. & SANTOS, T. (coordenação). *A América Latina e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009 (Parte I).

SANTOS, Valdir J. e SILVA, Jeane A.F. *Brasil: o enigma enfrentado*. Resenha. Revista Em Pauta. v.7, n.25. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, Junho de 2010.

SAWAYA, Rubens R. Subordinação Consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

SCOLESE, Eduardo. *Estudo diz que Norte importa `escravos*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/08/estudo-diz-que-norte-importa-escravos/>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

_____. *Superexploração dos trabalhadores na maior obra do PAC*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/07/superexploracao-dos-trabalhadores-na-maior-obra-do-pac/>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

SCHINDLER, A. M. C. *Uma Sociologia do Estranho*. Resenha. In: Plural, n. 1, p. 149-152. São Paulo: Sociologia USP, 1994.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Márcia da C. Dinâmica socioeconômica do município de Macaé/RJ: uma análise do mercado de trabalho formal após a quebra do monopólio na exploração do petróleo. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

SILVA, Ivone F. da. *Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos*. 2.ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

SILVA, M. A. de M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA DE DUQUE DE CAXIAS. *O que é reestruturação produtiva?* Rio de Janeiro, 1995.

Sistema FIRJAN. *Panorama Econômico do Rio: Balanço da terceira edição do projeto Retratos Regionais*. In: Carta da Indústria Ano XI, Número 426, 9 a 15 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.sinduscon-rio.com.br/sindusletter/sindusletter_050809/n29.htm>. Acesso em: 24 ago. 2009.

SITE OFICIAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ. Disponível em: <www.tangua.org.br>. Acesso em: 17 set. 2009.

SOUZA, R. G. de. *Poder local e gestão de políticas públicas*. In: Francisco. E.M.V. ; Almeida, C. C. L. (Org.) *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:UERJ, 2007.

STEIN, Rosa Helena. *Concepções de desenvolvimento que referenciam as políticas sociais na América Latina*. Trabalho apresentado ao XVII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Lima, Peru. 2001. Disponível em <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-077.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2011.

SZMRECSÁNYI, T. ; MOREIRA, G. *A estação experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920 a 1940)*, Unicamp-SP. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000200003&script=sci_arttext>. Acesso em 12 dez. 2009.

TAVARES. M. Augusta. SOARES, M. A. Tavares. *O trabalho em pauta*. In: *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* : revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 20,nov. 2007.

TAVARES, M. A. da S. *O debate contemporâneo acerca da questão social*. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v. 92, n. 12, p. 118-138, jan. 2007.

TEXEIRA, J.B. ; BRAZ, Marcelo. *O projeto ético-político do serviço social*. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

TELLES, Vera da Silva. *Pontos e linhas de uma descrição da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. In: FRANCISCO. E.M.V. ; Almeida, C. C. L. (Org.) *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ,2007.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5.ed. São Paulo: Polis Ltda. 1987. Coleção Teoria e História n.6.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. V. I: A árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TORRES. Eduardo Mc Mannis. *A evolução da indústria petroquímica brasileira*. In: Química Nova, n. 20 (Especial). São Paulo: SBQ, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v20nspe/4982.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

VIEIRA, C. *Petrobras e os interesses em jogo*. Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Sindipetro CNRQ. Disponível em: <<http://brasildefato.com.br/node/32353>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria no Estados Unidos [A onda punitiva]*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WEIL, S. (1943) *O desenraizamento operário*. Em *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Antologia organizada por Ecléa Bosi. 2.ed.ver. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, pp. 413-440.

WERNECK, Alexandre. *Peões Crítica*. *Revista de Cinema Contra Campo*. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/64/peoes.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

WIKIPÉDIA. *Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro*. a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_Petroqu%C3%ADmico_do_Rio_de_Janeiro>. Acesso em: 01 jul. 2015.

VV.AA. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Pobreza e exclusão social: expressões de questão social no Brasil*. In: ABEPSS. *Temporalis*. Ano II, n.3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001 (p. 33-40).

APÊNDICE A - CARTA AOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social

PESQUISA PARA TESE DE DOUTORADO

Prezado (s) Colaborador dessa pesquisa:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“Trabalho, Grandes Projetos de Desenvolvimento e Acirramento da *Questão Social* no Leste Fluminense do Rio de Janeiro”**.

O objetivo deste estudo é identificar os rebatimentos de um grande projeto de desenvolvimento econômico sobre uma região e as questões decorrentes desse processo na atualidade do início do século XXI.

Assim, na busca por capturar as relações sociais presentes nessa dinâmica, delimitamos como espaço amostral da pesquisa a *Região Leste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro* que vem sofrendo os maiores impactos decorrentes do processo de implantação do Complexo Petroquímico do Rio do Janeiro (COMPERJ) no Município de Itaboraí, o que vem dinamizando um amplo processo migratório de segmentos de trabalhadores de grandes obras para a região. Esse contexto coloca como cerne de nosso estudo o desenvolvimento capitalista no Brasil e o acirramento da “questão social” em regiões sob os efeitos de um grande projeto de desenvolvimento.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder algumas perguntas durante uma entrevista que deverá ser gravada, com sua autorização, não havendo risco algum na sua participação, pois tudo o que for questionado será utilizado para a pesquisa, seu nome não será revelado a não ser com seu consentimento, e tudo o que for dito não irá interferir de forma alguma no seu local de trabalho. Asseguramos que os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação de qualquer pessoa que venha a contribuir com este estudo.

Como retorno, ao término da pesquisa, após a defesa pública da tese, entraremos em contato para informar sobre a disponibilidade do conteúdo na Biblioteca Digital da UERJ (BDTD). O conteúdo também integrará o capítulo de um livro a ser publicado pelo GESTA/UERJ, havendo também a possibilidade de o conteúdo vir a ser publicado na íntegra em um livro dedicado às pesquisas na região.

Abaixo constam o telefone e o endereço da instituição responsável e a identificação do respectivo professor orientador da pesquisadora, dessa forma você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação a qualquer momento.

Desde já, nossos sinceros agradecimentos por sua disponibilidade e confiança.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2014.

Altineia Maria Neves

Pesquisadora

Instituição responsável:

UERJ - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social (PPGSS)

Rua São Francisco Xavier, 524 – 9º andar – Bloco D do Pavilhão João Lyra Filho, Campus Maracanã. Tel. (21) 2334-0299 (ramais: 217 e 228).

Professora Orientadora:

Dra. Lúcia Maria de Barros Freire

Professora do PPGSS/UERJ

Coord. do Grupo de Pesquisa em Serviço Social, Saúde, Trabalho e Meio Ambiente (GESTA/UERJ)

Coordenadora da Pesquisa:

Altineia Maria Neves

Doutoranda do PPGSS/UERJ

Membro do GESTA/UERJ

Contato: altineves@gmail.com

APÊNDICE B - FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA**IDENTIFICAÇÃO
DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS e/ou CONTATADOS**

Nome: _____

Contato (tel. e/ou email): _____

Vínculo com o COMPERJ: Funcionário () Ex-funcionário ()

Empresa (empregadora): _____

Função na Empresa: _____

Origem: Município da Região () Qual: _____

Outro Município/Estado () Qual: _____

Participa ou participou de alguma Comissão: Sim () Não () Se sim, qual? _____

Participa ou participou do Sindicato: Sim () Não () Se sim, qual sindicato e vínculo?
_____**Observação:**

_____**Local onde a entrevista foi realizada:** _____**Data:** _____**Responsável pela entrevista/contato:** _____

APÊNDICE C - ROTEIRO COM “QUESTÕES DIRIGIDAS OU PADRONIZADA” E “QUESTÕES CENTRADAS”

ROTEIRO-FORMULÁRIO COM INDICAÇÕES PARA COLETA DOS DADOS

O presente instrumento sintetiza um conjunto de questões para o processo de coleta de dados empíricos. Tem por base a articulação das entrevistas do tipo “dirigida ou padronizada” a “centrada” (THIOLLENT, 1987). Portanto, às perguntas previamente formuladas foram sendo acrescentadas outras, conforme iam acontecendo os contatos com os sujeitos da pesquisa. As principais reflexões e questionamentos que subsidiaram a pesquisa de campo visavam responder à seguinte questão investigativa central da tese: *como a classe trabalhadora está se constituindo e sofrendo as alterações ocorridas em regiões sob os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento?* As perguntas foram organizadas a partir de sete eixos principais, conforme passamos a apresentar. Antes, porém, ressaltamos que o detalhamento sobre os sujeitos participantes desta pesquisa encontra-se no anexo D.

Eixo Trabalho

Centralmente as perguntas objetivaram entender mais sobre: a) quem são os segmentos da classe trabalhadora implicados na dinâmica das grandes obras de desenvolvimento econômico; b) quais as possíveis consequências para a classe trabalhadora ao fim de um ciclo que demanda mais trabalho vivo em função de uma grande obra nas regiões sob os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento econômicos. Perguntas que foram sendo formuladas e aqui organizadas por subtemas:

- 1) **sobre os contratados e a duração dos contratos:** atualmente quantos trabalhadores estão contratados? Quantos já foram desligados/demitidos? De modo geral, por quanto tempo cada trabalhador fica trabalhando no Comperj? Por que saem?
- 2) **Sobre pedir demissão após seis meses trabalhando:** Por que eles fazem isso? O que é “quita”? Muitos fazem isso? É a maioria? Por que isso acontece?
- 3) **sobre a origem dos trabalhadores:** de onde vem a maioria dos trabalhadores do COMPERJ? As empreiteiras contratam em maior número os trabalhadores do “lugar” (municípios da região) ou trabalhadores vindos de “fora”? Por quê? Há preferência por trabalhadores do lugar ou pelos que vêm “de fora”? Por quê? Os trabalhadores que vêm “de fora”, vêm por conta própria ou através das empresas? Dentre os que são do lugar:

São de quais municípios da Região? Quantos são das demais áreas do Estado do Rio de Janeiro? Os trabalhadores do lugar perdem vaga para os de fora?

4) **sobre a situação e o destino dos trabalhadores que migraram para a região em função dessa fase de construção da sede do Comperj:** de modo geral a previsão é que esses trabalhadores retornem ao seu lugar de origem? Por quê? As empresas participam do retorno dos trabalhadores ao seu lugar de origem ou isso fica por conta do trabalhador? Há algum programa e/ou incentivo por parte das empresas para que estes retornem ao seu lugar de origem após a obra? Se sim, de que forma a empresa participa? De modo geral, o que pretendem fazer após o desligamento do Comperj? Como arranjarão outro trabalho? Em relação aos trabalhadores que resolvem ficar na região: qual a motivação para ficar? Há alternativa local de emprego?

5) **sobre as famílias:** as famílias dos trabalhadores que migram para a região, também costumam acompanhá-los? Predomina a situação de vinda das famílias com o trabalhador ou não? A vinda ocorre no mesmo tempo da chegada do trabalhador ou após? Existe um tempo mínimo e máximo aferido? Há essa possibilidade?

6) **sobre a qualificação profissional:** há exigência de alguma qualificação ou experiência específica para o trabalhador ser contratado? O que faziam esses trabalhadores antes de chegar ao Comperj? Qual era a sua principal ocupação?

7) **Sobre a relação e/ou confronto intraclasse:** Como é a relação entre os trabalhadores no cotidiano de trabalho, há “rixas” entre trabalhadores do lugar e os que vêm de fora? No cotidiano do ambiente de trabalho, a condição de ser trabalhador de fora ou do lugar tem alguma interferência ou influência?

Eixo Organização dos Trabalhadores e Luta Sindical

Objetivando capturar a consciência de classe e as formas de enfrentamento em relação às investidas do capital sobre as relações, condições de trabalho, algumas perguntas foram tecidas:

- 1) Você conhece o(s) sindicato(s) que representam os trabalhadores do Comperj? Quantos e quais são?
- 2) Quais são as reivindicações e pauta de lutas dos trabalhadores junto ao(s) sindicato(s)? O que é central na reivindicação dos trabalhadores?
- 3) Os trabalhadores de modo geral estão organizados e atuantes no(s) sindicato(s)? Os trabalhadores definem juntos essa pauta com o(s) sindicato(s)? Há um sentimento coletivo por parte dos trabalhadores? Eles conseguem se perceber enquanto uma classe trabalhadora com interesses em comum?
- 4) Você acha que o(s) sindicatos(s) pode(m) fazer algo em relação às demandas dos trabalhadores? Vocês conversam juntos sobre isso? Quais os principais desafios da organização e da luta dos trabalhadores?

Eixo Impactos no Leste Fluminense

Tendo em vista entender a região com suas alterações sócio-históricas em face à chegada de um grande projeto, o Comperj, e visando elucidar como ficarão esses trabalhadores e, conseqüentemente, a região, após essa fase que vem absorvendo uma grande massa de trabalhadores da grande obra, buscamos saber:

- 1) **Sobre as alterações e impactos:** quais são as alterações que estão ocorrendo nesta região (tanto positivos como negativos)? Quais os impactos mais evidentes desde a chegada desse empreendimento? Em especial, como vem ocorrendo no Município de Itaboraí?

- 2) **Sobre os municípios afetados:** quais as principais dificuldades enfrentadas pelos municípios da região? Em relação à chegada e instalação dos trabalhadores vindos de fora, os municípios da região enfrentam alguma dificuldade? Se sim, dê exemplo. Você acha que os municípios estão preparados para ficar com esse contingente de trabalhadores e suas respectivas famílias? Por que sim ou por que não?

- 3) **Sobre as condições de instalação dos trabalhadores migrantes na região:** como esses trabalhadores que vêm de fora se instalam na região? Onde ficam ou moram? Em que lugar da região há maior concentração de trabalhadores vindos de fora?

- 4) **sobre a moradia:** como esses trabalhadores que vêm de fora se instalam na região? Onde ficam ou moram? Em que lugar da região há maior concentração de trabalhadores vindos de fora?

- 5) **Sobre os impactos nas políticas públicas na região:** quais são as principais alterações e dificuldades na área social? As políticas de saúde, educação, habitação, segurança, emprego, assistência social, entre outras, estão dando conta de atender às necessidades desse contingente de trabalhadores que está chegando?

Eixo Petrobrás/Empreiteiras

Objetivando conhecer e, se possível, traçar um mapeamento das empreiteiras atuantes no contexto do Comperj, buscamos saber:

- 1) Quantas e quais empreiteiras já foram contratadas desde o início das obras do Comperj?
- 2) Quem são as empreiteiras contratadas pelo Petrobrás para atuarem no Comperj
- 3) Quantas atuam no momento ou já atuaram? De onde elas vêm? Onde atuam dentro da obra?
- 4) Quais são essas empresas que prestam serviços para o Comperj?
- 5) Onde encontrar informações específicas sobre essas empreiteiras?

Eixo Obras do Comperj

Frente aos atrasos, às polêmicas, denúncias e controvérsias quanto ao andamento e término da grande obra de construção da sede do Comperj, buscamos saber:

- 1) Ainda tem muito trabalho pela frente?
- 2) Qual a previsão para a conclusão dessa obra?

Eixo Questão Livre

1

- 1) Você gostaria de comentar, acrescentar ou destacar algum assunto que considera importante e que não foi abordada nas outras questões?

Pesquisa de Campo
Tese de Altineia Maria Neves
Doutoranda do PPGSS/UERJ
Pesquisadora – GESTA/UERJ
Realizada em final de 2014 – Início de 2015

APÊNDICE D - EMPREITEIRAS CONTRATADAS NA FASE DE OBRAS DO COMPERJ⁴⁵⁵

EMPRESAS E CONSÓRCIOS	FORMADO PELAS EMPRESAS:	ORIGEM DA SEDE	ATIVIDADE PRINCIPAL	OBSERVAÇÕES
AAA EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA – ME	Sem informações adicionais	Belo Horizonte/MG	Construção Civil	Sem informações adicionais
AMIR ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO LTDA.	Sem informações adicionais	Vila Isabel/RJ	Engenharia e Construção Civil	A AMIR junto com a OAS, são responsáveis por construir a Linha de Transmissão e o Emissário (trecho terrestre). A empresa tem como atividades o ramo de elaboração, desenvolvimento, execução, montagem, implantação e administração de projetos nas áreas de engenharia elétrica, eletrônica, instrumentação e automação.
ANDRADE GUTIERREZ (Grupo AG)	Construt. A. Gutierrez AG Brasil AG Industrial Logimed Novo etropolitano AGD Defesa e Segurança AG Desenv. Imobiliário	Belo Horizonte/MG	Engenharia e Construção	Empresa Multinacional Brasileira. Iniciamos os trabalhos no Comperj em 01/09/2009 com prazo inicial de contrato de 365 dias corridos, podendo ser prorrogado por até igual período. Os serviços que são executados em Itaboraí-RJ são a conservação, manutenção, melhorias, recuperação, materiais para aplicação e abertura de vias, bem como reciclagem de resíduos sólidos de construção civil. Além da engenharia e construção, tem participação acionária em negócios rentáveis nas áreas de transporte e logística (CCR), energia (Cemig, Santo Antonio, TEN), saneamento (Sanepar), tecnologia (Oi, Contax, Veotex), saúde (Logimed, Novo Hospital Metropolitano) e administração de arenas (Brio).
ALUMINI ENGENHARIA S.A	Sem informações adicionais	Vila Olímpica/SP	Integradora de Projetos, Obras e Serviços.	(ex. ALUSA) Atua no Brasil e no Exterior na área da Construção Civil, Óleo e Gás, Eletrificação, Linhas de Transmissão, Barragens, Hidroelétricas .
BRASKEM S/A	Sem informações adicionais	Imbituba /SC	Produtos químicos e Petroquímicos	O projeto, dividido em três etapas, ganhou mais robustez, e já prevê uma antecipação da entrada em operação da fase petroquímica, prevista para o fim de 2016 e começo de 2017.
CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S A	Sem informações adicionais	São Cristóvão/RJ	Obras de Engenharia Civil	Sem informações adicionais
CO. COMPANHIA DE RESTAURO- REPELLERE SOLUC. INTEGRADAS LTDA	Sem informações adicionais	São Paulo/SP	Serviços de Arquitetura	O Projeto de restauração florestal foi estabelecida, em outubro de 2011, a partir da assinatura do Termo de Compromisso firmado entre Petrobras, Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Coube à Companhia a implantação dos projetos de restauração florestal em áreas localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu. O projeto tem previsão de término em 2020. - See more at: http://fatosedados.blogspotrobras.com.br/2013/04/05/petrobras-inicia-nova-etapa-do-plano-de-restauracao-florestal-do-comperj/#sthash.6PrijBS.dpuf
CEDAE - Companhia	Sem informações	Rio de Janeiro	Captação,	O contrato para reuso de água no Comperj foi assinado entre

455 Observação: Todas as empresas mencionadas foram contratadas direta ou indiretamente por empresas terceirizadas para prestar serviços no Comperj. A origem de cada empresa foi considerado o local onde a sede está instalada.

Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro	adicionais		tratamento e distribuição de água.	Petrobras e a Cedae em maio de 2011. O projeto inédito no país levará água de esgoto da Estação Alegria para tratamento e uso industrial no Comperj. A água fornecida servirá para os processos de geração de vapor e resfriamento de caldeiras, entre outros. A vazão prevista para o empreendimento pode alcançar até 1500 litros por segundo, quantidade equivalente ao consumo de uma cidade de 500 mil habitantes, como Niterói.
COMPERJ EMPRESAS	Comperj Participações S.A.: Comperj Petroquímicos Básicos S.A.: Comperj PET S.A.: Comperj Estirênicos S.A.: Comperj MEG S.A.: Comperj Poliolefinas S.A.: S	Itaboraí	Implantação do Comperj	A Petrobras constituiu seis sociedades anônimas no Rio de Janeiro, subsidiárias integrais, destinadas à implantação do Comperj. Em um primeiro momento, a Petrobras deterá 100% do capital total votante dessas companhias, quando será feita a implantação do modelo de integração e relacionamento das empresas do Comperj. A partir dessa constituição, a Petrobras iniciará a fase de preparação do projeto para a entrada de potenciais sócios.
CONSTREMAC - CONSTRUÇOES LTDA	Sem informações adicionais	São Paulo/SP	Construção Civil- Grande porte	A Petrobras e a Empresa Constremac assinaram, o contrato para execução dos serviços de dragagem, construção de píer e retroárea para desembarque dos equipamentos especiais, de grandes dimensões e peso (Ultra Heavy Over Size-UHOS) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). A dragagem e a construção do píer e sua retroárea (áreas externas aos portos, onde ocorrem atividades essenciais para o funcionamento dos mesmos) na Praia da Beira, no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, integram a solução logística definitiva para transporte dos equipamentos ao Comperj.
CONTRUTORA BARBOSA MELO – CBM	Sem informações adicionais	Belo Horizonte/MG	Construção Civil Pesadas.	A CBM trabalha também em parcerias e alianças estratégicas com grandes grupos empresariais em todo o Brasil, formando consórcios para execução de obras ou celebrando acordos de cooperação operacional.
CONSÓRCIO ALUMPE	Alusa Engenharia MPE Montagens	Vila Olímpica/SP	Serviços de engenharia	Sem informações adicionais
CONSORCIO CCPR – REPAR	Camargo Corrêa Promom Engenharia	Araucária – PR	Serviços especializados para construção	Sem informações adicionais
Consórcio CPE	•Contreras Engenharia e Construções Ltda. •Potencial Engenharia S.A •Engecampo Engenharia Industrial	Itaboraí – RJ	Engenharia e Construção civil	O Consórcio assinou o contrato de serviços de projeto de detalhamento, fornecimento de equipamentos e materiais, construção e montagem das Unidades de Tratamento Cáustico Regenerativo de GLP, de Tratamento de Águas Ácidas e suas respectivas subestações. Essas unidades têm como objetivo viabilizar a reutilização de água, minimizando o descarte e reduzindo o consumo total de água.O Consórcio CPE estabeleceu uma parceria para participar da construção e montagem do ARO 07-Comperj.
CONSORCIO FIDENS-TENACE	Sem informações adicionais	ITABORAÍ/RJ	Obras Montag. Industrial	Sem informações adicionais
CONSÓRCIO Jetan	Jaragua/Egesa-Comper	ITABORAÍ/RJ	Obras de montagem industrial	Sem informações adicionais
CONSÓRCIO Terraplenagem Comperj – CTC	Odebrecht Infraestrutura Construtoras Andrade Gutierrez Queiroz Galvão	Rio de Janeiro/RJ	Terraplanagem	O primeiro grande contrato para a execução de obras do empreendimento foi assinado com o CTC. Seu objeto é a execução da terraplenagem de toda a área do complexo. As obras foram iniciadas em abril de 2008.Com custo aproximado de R\$ 820 milhões, a execução da terraplenagem deve movimentar 45 milhões de m3 de terra no Comperj, que equivalem a 12 Maracanãs repletos de terra, mobilizando mais de 600 equipamentos. O prazo da obra é de 440 dias corridos mas sofreu atrasos, causados pelas intensas chuvas que se abateram sobre a região entre o final de 2009 e início de 2010.

CONSÓRCIO ITABORAÍ URE	Delta Engenharia TKK Engenharia Projectus Consultoria	Itaboraí/RJ	Construção e Engenharia Civil	O Consórcio será responsável pela execução de dois contratos. O primeiro prevê serviços de projeto de detalhamento, fornecimento de equipamentos e materiais, construção e montagem da Unidade de Hidrotratamento (HDT) de Nafta e sua subestação. Essa unidade tem como principal objetivo reduzir o teor de enxofre e a percentagem de compostos instáveis da nafta. O segundo contrato prevê serviços de projeto de detalhamento, fornecimento de equipamentos e materiais, construção e montagem das Unidades de Tratamento de Gás Combustível com Amina, de Recuperação de Enxofre, de Tratamento de Gás Residual, de Oxidação de Amônia, de Pastilhamento e Armazenamento de Enxofre e suas respectivas subestações. Essas unidades são responsáveis por ajustar as emissões aos padrões exigidos pelos órgãos ambientais, reduzindo os compostos de enxofre e nitrogênio.
CONSÓRCIO PIPE RACK - CPPR	Odebrecht UTC Mendes Júnior	Itaboraí/RJ	Etapa 1 de Refino do Comperj	Empresa privada-Alguns números do <i>pipe rack</i> : o volume de peças metálicas equivale ao volume das peças metálicas de seis torres Eiffel; toda a estrutura metálica e peças adicionais pesam 39 mil t; há 8 mil m t de tubulações; foram usados 36 mil m ³ de concreto nas fundações e 720 km de cabos elétricos e instrumentação. Os pórticos têm altura da ordem de 9 m a 29 m. Nas fundações foram cravadas 10 mil estacas.
CONSÓRCIO QGGI	A IESA Óleo e Gás Queiroz Galvão Galvão Engenharia	Niterói/RJ	Construção e engenharia Civil	O contrato na modalidade EPC para a construção das Unidades de Hidrotratamento (UHDT) de destilados médios e de querosene de aviação (QAV) foi assinado em setembro de 2010 entre a Petrobras e as empresas em consórcio - IESA Óleo e Gás, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia. A UHDT é responsável por retirar as impurezas, inclusive enxofre, das correntes tratadas.
CONSÓRCIO ROTA 3	IESA Óleo e Gás Queiroz Galvão TECNA	Rio de Janeiro/RJ	Construção Civil	O Rota 3 será responsável pelo processamento do gás natural produzido pelo pré-sal, com capacidade para processar mais de 20 milhões de metros cúbicos de gás diariamente quando os três módulos estiverem concluídos, em dezembro de 2016.
CONSÓRCIO SPE	Skanska Brasil Ltda. Promon Engenharia LTDA Engevix Engenharia S/A	Itaboá/RJ	Obras de Montagem Industrial	O contrato inclui: análise de consistência do projeto básico do cliente, execução da engenharia, abastecimento de materiais e equipamentos, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, execução e assistência à operação. O Consórcio é também responsável pela construção da Unidade de Destilação Atmosférica e à Vácuo – UDAV, dentro do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, em Itaboraí, Rio de Janeiro
CONSÓRCIO TE-AG	Techint Engenharia e Construção Andrade Gutierrez.	Itaborai/RJ	Engenharia Civil- Obras pesadas	O contrato para a Unidade de Coqueamento Retardado (UCR) do Comperj entre a Petrobras e o Consórcio formados pelas empresas Techint Engenharia e Construção e construtora Andrade Gutierrez foi assinado em abril de 2010. O contrato prevê a construção e montagem da UCR que compõe a primeira fase do empreendimento.
CONSÓRCIO TUBOVIAS COMPERJ	Andrade Gutierrez GDK S.A Grupo MPE.	Itaboraí/RJ	Engenharia e Construção Civil	Esse consórcio é responsável pela construção das Tubovias de Interligações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)
CONSÓRCIO TUC	Toyo Engineering Corporation UTC Engenharia S/A Construtora Norberto Odebrecht S/A	Itaboraí/RJ	Obras de montagem industrial /Serviço de Petróleo	A Empresa assinou contrato com a Petrobras para a construção da Central de Utilidades do Complexo Petroquímico, Os investimentos no projeto representam mais de R\$ 3 bilhões e o prazo para sua execução é de três anos. O acordo envolve a elaboração do projeto executivo, o fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica e comissionamento. A Central de Utilidades será responsável pelas seguintes atividades: geração de vapor e energia elétrica, tratamento de efluentes industriais e tratamento, armazenamento e distribuição de

				água.A empresa possui 2 estabelecimentos, entre filiais, sucursais, agências e outros.
COSTRUTORA OAS Empreendimentos	GRUPO OAS: Construtora OAS Empreendimentos OAS Investimentos OAS Arenas OAS Engenharia OAS Infraestrutura OAS Investimentos em Energia OAS Óleo e Gás OAS Soluções Ambientais	Guarulhos/SP	Obras de Engenharia civil	O Grupo presta serviços de Engenharia e Construção em 22 países na América do Sul, América Central, Caribe e no continente Africano
CONSTRUCAP- Ceps Engenharia e Comércio S.A	Cia. Construtora Pereira de Sousa Construcap S/A Engenharia e Comércio Imogeral S/A Imobiliária e Incorporadora	São Paulo/SP	<u>Construção</u> de obras complexas.	Grupo Construcap é formado pelas seguintes empresas: Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A; Sociedade Agrícola J.C. Ltda; Goiasa Goiatuba Álcool Ltda e <u>Concer</u> . A Construcap e a Construtora Americana Fluor estão investindo na criação de uma joint-venture para oferecer serviços de engenharia integrada para projetos de construções complexas de indústrias de diversos ramos.
DHM Empreendimentos Ltda	DHM Corporate Organização e Planejamento Ltda DHM Service Consultoria em Suprimentos Ltda	Rio Bonito/RJ	Serviços de Engenharia	A Empresa DHM firmou Contrato com a CBM – Construtora Barbosa Mello visando a verificação dos materiais e equipamentos a serem adquiridos para implantação de diversas unidades industriais no Comperj – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. São ao todo 11 (onze) unidades distribuídas entre os Sistemas de Combustíveis gasosos, ar comprimido, armazenamento de resíduos, compostagem, resfriamento, nitrogênio, armazenagem de produtos químicos e subestação. A AMIR Engenharia e Automação contratou a DHM para inspeção de torres metálicas e cabos elétricos. Os materiais são destinados à linha de transmissão do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio Janeiro).
ECMAM ENGENHARIA S. A	Sem informações adicionais	Rio de Janeiro/RJ	Obras de montagem industrial	Empresa S/A de capital fechado, presta serviços, em vários estados do país.
EGESA ENGENHARIA S.A	Sem informações adicionais	Belo Horizonte/MG	Engenharia e Construção pesada	Com sede em Belo Horizonte e escritórios comerciais em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e outras capitais do país Possui obras em todo o Brasil e no exterior, e atua nos mais diversos segmentos, incluindo redes de gás natural, obras rodoviárias, engenharia ambiental, ferrovias, pontes e viadutos, saneamento, urbanização, linhas de transmissão, irrigação, barragens, dentre outros. Também realiza serviços de limpeza urbana, através de sua subsidiária Bem Viver.
ENGEFROM CONSULTORIA PLANEJAMENTO CONSTRUTORA	Sem informações adicionais	Ribeirão Preto/SP	Engenharia civil, engenharia urbana, consultorias técnicas	Trabalho em engenharia, com realização de projetos, inovações tecnológicas, consultorias em grandes projetos, gestão de projetos, gestão de obras e canteiros, gestão físico-financeira de empreendimentos, administração geral de obras e empreendimentos, construção e fiscalização.
FIDENS ENGENHARIA S.A	Sem informações adicionais	Belo Horizonte/MG	Construção de rodovias e ferrovias	É uma empresa de grande porte especializada em concessões como construções pesadas em aeroportos, barragens, ferrovias, hidroelétricas, obras civis e industriais, drenagem , portos entre outros, além de eneregia, mineração, óleo e gás.
GRUPO ENCALSO Damha	Encalso Construções Ltda.	São Paulo	Engenharia Civil Pesada	Nupratto fecha contrato com Grupo Encalso em outubro de 2013 na obra da construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), previsão de 15.600 serviços/mês.
GRUPO FALCÃO BAUER	L. A. Falcão Bauer Centro Tecnológico de Controle de Qualidade BNA Eng. Consultores	Água Branca – S/P	Consultorias nas áreas de engenharia civil	As empresas do Grupo Falcão Bauer prestam serviços de calibração de equipamentos, controle de qualidade e ensaios para uma grande variedade de materiais e produtos da indústria em geral, da construção civil, automotiva, de bens

	Instituto Falcão Bauer da Qualidade			de consumo, brinquedos, dentre outros segmentos. Serviços de consultorias nas áreas de engenharia civil, recuperação de estruturas, qualidade, meio ambiente e para a indústria petroquímica e de petróleo.
GRUPO GARCIA-JARAGUÁ	GARCIA PART. S.A. JARAGUÁ EQUIP INDUST. LTDA JARAGUA ENGENH. E INST. IND. LTDA JARAGUÁ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA.	Sorocaba/ SP	Construção, Projetos e Logística	Desenvolvimento de projeto, aquisição de materiais e logística, execução de obras, produção e montagem de equipamentos, controle de qualidade, manutenção, assistência técnica e treinamento de operadores.
GRUPO GALVÃO	Galvão Participações S.A. Galvão Engenharia CAB Ambiental, Galvão Óleo Gás Participações Galvão Rodovia BR-153 Galvão Finanças.	Vila Olímpia S/P	Engenharia e Construção Civil	Serviços nas áreas de engenharia e construção, saneamento básico, concessões e petróleo e gás.
GDK ENGENHARIA S.A	Sem informações adicionais	Salvador/ BH	Engenharia e Construção Civil	Com sede em Salvador e escritórios em SP, RJ e na Bolívia, atua no segmento da construção, montagem e manutenção de gasodutos, oleodutos e polidutos, além de serviços em plataformas offshore. Também atua na montagem e manutenção de instalações de produção de petróleo e gás, além de instalações industriais no segmento petroquímico e de refinarias.
IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A	GRUPO INEPAR: SADE Vigesa Mont. Eletromecânica NORDON Fabrica de Equipamentos FEM Fabrica de Estrutura Metálica IESA Internac. De Engen. S.A IESA Óleo e Gás S.A	Rio de Janeiro/RJ	Engenharia e Construção Civil	O INEPAR é o grupo ao qual pertence a Iesa Óleo e Gás .
ISI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	serviço prestado pela ISI Engenharia ao Consórcio SPE	Salvador – BA	Engenharia – softwares/ obras Industriais.	A ISI Engenharia já tem participação garantida nas obras do Comperj. A empresa está com quatro contratos assinados. Se firmou no mercado desenvolvendo e aplicando softwares para controle de obras de unidades Industriais.
LP EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA	Sem informações adicionais	Goiânia/GO	Serviços de Engenharia e Administração de Obras	Serviços de assessoria e apoio técnico para o setor de OFFSITE do COMPERJ, no âmbito da implementação de empreendimentos de interligação, Extramuros e Infraestrutura (IEINTEM). Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.
MENDES JÚNIOR ENGENHARIA	Sem informação adicional	Belo Horizonte/MG	Obras pesadas - Industriais e Infraestrutura/ Óleo e Gás	O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) é um dos maiores empreendimentos individuais da Petrobras e a Mendes Júnior está presente fornecendo bens e prestação de serviços relativos à verificação de consistência da documentação técnica, além da elaboração do projeto executivo. No Comperj, a Mendes Júnior também é responsável por parte da construção civil, da montagem eletromecânica, de interligações, de comissionamento (preservação, condicionamento, pré-operação e assistência à partida e à operação assistida) e de testes para o Pipe-Rack.
MEP Participação em Engenharia e Serviços S/A	GRUPO: EBE - Empresa Brasileira Eng. S/A Mpe Participação e Admin. S/A Participação em Agronegócios S/A GEMON GeralEng.. Montagem S/A	MARACANÃ/RJ	Obras de montagem industrial	A empresa MPE será responsável pela tubulação com menos de seis polegadas de diâmetro para aço carbono, que serão cerca de mil toneladas, e com todas parte de aço inox, chegando a 700 toneladas, enquanto toda a tubulação de maior diâmetro será de fornecimento da própria Petrobrás. É um dos mais importantes projetos se iniciando na empresa MPE.

	EBSE – Empresa Brasileira de Solda Elétrica S/A Valença da Bahia Maricultura AGROMON S/A Agricultura e Pecuária S/A CRC Comércio e Representação LTDA			
MONTAUT MONTAGENS ELETROMECÂNICAS E AUTOMAÇÃO LTDA	Sem informações adicionais	Guarapari E/S	Construção Civil	Montagens e Manutenção Eletromecânicas, Automação, Instrumentação Industrial, Fibra Óptica
MULTITEK ENGENHARIA LTDA	Sem informações adicionais	Rio de Janeiro/RJ	Engenharia e Construção Civil	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, rodovias e ferrovias, Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas, Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais. Construção de edifícios, Transmissão de energia elétrica , Obras de montagem industrial, terraplanagem Serviços de cartografia, topografia e geodésia, Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas ,Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas.
NIPLAN Engenharia S. A.	Sem informações adicionais	Monte Alegre/SP	Obras de montagem industrial	Execução de projetos diversos para indústrias de base de todos os setores. Soluções para manutenção industrial e serviços em regime de parada. Serviços de engenharia e construção para clientes públicos e privados, com foco em saneamento, energia, rodovias, pontes, aeroportos, portos e metrô. Elaboração e execução de projetos empresariais e comerciais.
OTZ ENGENHARIA LTDA	Contratada pela empresa Fidens Engenharia	RIO DE JANEIRO/RJ	Serviços de engenharia em projetos industriais e de infraestrutura.	A OTZ oferece serviços de engenharia em projetos industriais e de infraestrutura, desde a fase de conceituação de um empreendimento até sua implantação e início de operação.
ORGANIZAÇÃO Odebrecht	Construtora Norberto Odebrecht Odebrecht Infraestrutura - Odebrecht Estados Unidos Odebrecht Eng. Industrial Odebrecht Realizações Imobiliárias Odebrecht Ambiental Odebrecht Latinvest Odebrecht Óleo e Gás Odebrecht Properties Odebrecht TransPort Braskem Odebrecht Agroindustrial Enseada Indústria Naval Odebrecht Defesa e Tecnologia Odebrecht Serviços de Exportação Odebrecht Corretora de Seguros Odebrecht Previdência Odebrecht Engenharia de Projetos Odebrecht Comercializadora de	Salvador/ BH	Engenharia & Construção	A Odebrecht é uma Organização global, de origem brasileira. Presente em 21 países, com Negócios diversificados e estrutura descentralizada, atua nos setores de Engenharia & Construção, Indústria e no desenvolvimento e operação de projetos de Infraestrutura e Energia. A Organização Odebrecht é formada por 15 Negócios, três Fundos de Investimento e cinco Empresas Auxiliares.

	Energia Odebrecht Africa Fund Fundo Odebrecht Brasil Odebrecht Latin Fund			
PARANASA ENGENHARIA E COMERCIO S/A	Sem informação adicional	Belo Horizonte - MG	Engenharia e Construção civil	A SHI mobilizou e administrou o Centro de Vivência da PARANASA na Cidade de Itaboraí- RJ - Implantação da COMPERJ. Sob a Gestão do GERENTE da PARANASA.
QUALIMAN MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.	GRUPO ICOMON	Itaquaquetuba – SP	Obras de Montagem Industrial	A Qualiman atua em Gerenciamento de Projetos e Execução de Serviços de Engenharia, Suprimentos, Construção, Montagem Eletromecânica e Comissionamento de Plantas Industriais e Dutos, incluindo Manutenção e Inspeção.
EMPREITEIRA Santa Barbara Ltda - ME	Sem informação adicional	Belo Horizonte/MG	Construção Civil	A empreiteira mineira Santa Bárbara ganhou a licitação da Petrobras de R\$ 176 milhões para construir o sistema de combate a incêndios no complexo petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). A empresa irá receber em 21 meses, com a conclusão da obra.
SAKAI LOGISTICS SERVICE LTDA	Sem informações adicionais	Camacari - BA	Organização logística do transporte de carga	Sem informações adicionais
SCHNEIDER Electric Brasil Ltda	Grupo Multinacional	Cajamar, SP	Produtos e serviços Elétricos	Schneider Electric é um grupo multinacional francês, especializada em produtos e serviços para distribuição elétrica, controle e automação industrial. Especialista global na gestão de energia, fechou dois contratos no valor total de R\$ 57 milhões com o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) para automação elétrica de todo o empreendimento e para fornecimento de equipamentos de média tensão. O contrato de equipamentos contempla todos os inversores, painéis, centro de controle de motores e cubículos isolados a ar de média tensão, a serem instalados.
SERTENCO - CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA	Sem informações adicionais	Campinas/SP	Administração de Obras	Sertenco - Construções e Montagens Ltda , Indústrias na empresa Metalúrgicas é parte do diretório de empresas da Dardus
SMU Energia e Serviços de Utilidades Ltda	Sem informações adicionais	Rio De Janeiro/RJ	Geração de Energia Elétrica	A Petrobras, por intermédio de sua subsidiária integral Comperj Participações., assinou contrato com a SMU Energia e Serviços de Utilidades , para a criação da Companhia de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades – CDPU. A nova empresa terá como objetivo analisar a execução do projeto da Central de Utilidades do Comperj. A CDPU terá 20% de participação da Comperj Participações e 80% da SMU, empresa brasileira.
TKK ENGENHARIA LTDA	Sem informações adicionais	Cubatão/SP	Construção e Engenharia Civil	A TKK Engenharia concentra suas atividades nas áreas de construção, montagem e manutenção executando serviços em diversas modalidades de contratos como EPC e turnkey.
TOME ENGENHARIA S.A.	TOMÉ ARTICIPAÇÕES TOMÉ EQUIPAM. E TRANSPORTES	São Bernardo do Campo – SP	Construção e Engenharia Civil	Sem informações adicionais
TOSHIBA Infraestrutura América do Sul Ltda – TIC-AS	Toshiba Medical do Brasil Ltda. Semp Toshiba Amazonas S.A.	São Paulo	Energia e Infraestrutura Elétrica	EMPRESA MULTINACIONAL - A Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda (TIC-SA), uma subsidiária da Toshiba Corporation, desenvolve soluções completas e inovadoras para os segmentos de Transmissão e Distribuição de energia, Transportes, Indústria e soluções em Smart Grid, integrando os principais fatores que levam a plena satisfação dos Clientes no atendimento às suas necessidades específicas.
TOYO SETAL EMPREENDIMENTO S LTDA.	TS Participações e Investimentos S.A.	São Paulo/SP	Engenharia, Projeto, Construção e	Atua nos segmentos de Óleo e Gás, Química, Petroquímica, Mineração, Siderurgia, Fertilizantes, Infraestrutura e Energia. Executa serviços de alta complexidade,

			Montagem	principalmente na modalidade EPC (Engenharia, Suprimentos, Construção, Pré-comissionamento e Comissionamento).
ULTRAPAR – GRUPO ULTRA	Sem informações adicionais	São Paulo/SP	Distribuição de Combustíveis	O Grupo Ultra, o idealizador do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) desistiu de participar de um dos componentes do empreendimento. O grupo não entrará mais na Unidade de Petroquímica Básica (UPB), a central petroquímica, que faria em parceria com a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
UTC Engenharia S/A	Grupo UTC UTC Particip. S/A UTC Engenh. S/A Constran UTC EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO UTC UTC Defesa UTC Investimentos UTC CONSTRUCT.	São Paulo/ SP		A UTC Engenharia assinou no dia 02 de setembro de 2011 com duas empresas que integram o Consórcio Pipe Rack, o Contrato para execução dos serviços para o Pipe Rack do COMPERJ - Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. O Contrato tem um prazo aproximado de 32 meses para sua conclusão e o objetivo é o fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a verificação de consistência da documentação técnica, elaboração do Projeto Executivo, Construção Civil, Montagem Eletromecânica, Interligações, Comissionamento e Testes para o Pipe Rack do COMPERJ

Fonte: Pesquisa de Campo da Tese de Altineia Maria Neves. Doutoranda do PPGSS/UERJ